

Dedico este trabalho:

Aos estudantes de Letras da FURG, desejando que, ao exercerem o direito da palavra, tornem-se sujeitos de seus discursos e autores de suas próprias histórias.

A meus filhos, Sílvia e Rafael, razão maior de minha vida e de todo meu trabalho.

À memória de minha mãe, que, partindo, deixou em minha vida um silêncio impossível de ser preenchido, mas carregado de sentidos.

AGRADECIMENTOS

A realização de um curso de Doutorado implica o envolvimento, a dedicação e a ajuda de muitas pessoas. Meus agradecimentos, portanto, não visam a cumprir apenas uma obrigação formal, mas são a expressão mais sincera de meus sentimentos ao final deste trabalho.

Agradeço então, em primeiro lugar, e sobretudo, à professora e amiga Freda Indursky. Reconheço que orientar um trabalho dessa natureza exige, de quem assume a tarefa, muito mais do que profundo conhecimento teórico: exige dedicação para enfrentar as longas horas de leitura crítica do trabalho; exige discernimento para julgar o que é relevante ou não, apropriado ou não; exige firmeza para exigir mudanças; exige convicção para manter, ou alterar, o rumo da pesquisa em determinados momentos; exige paciência para discutir as dúvidas; exige humildade para admitir a teimosa convicção do orientando; exige tolerância para lidar com os momentos de ansiedade e impaciência que, inevitavelmente, surgem durante um trabalho tão longo; exige sensibilidade para, em alguns momentos, dizer: “precisas descansar um pouco, te cuida”. Da Freda, recebi tudo isso. E, por isso, sou profundamente grata.

Aos meus filhos, agradeço por aceitarem meu extremo envolvimento com o trabalho, por compreenderem minha ausência, por ficarem felizes com minha realização. À Sílvia, agradeço por ter dividido comigo o dia-a-dia destes anos de estudo, me oferecendo ajuda, me estimulando, me dando colo, mas, sobretudo, abrindo mão de minha companhia, silenciosamente, em momentos que, para nós, são muito especiais: passear sem motivo especial, escolher uma roupa nova, caminhar, fazer compras de Natal... Ao Rafael, agradeço pelo constante carinho, pelo amor revelado nos telefonemas diários, e, especialmente, pela sensibilidade demonstrada quando, ao me ver totalmente envolvida e exausta pelo trabalho naquele dia de meu aniversário, me deu, num fim de tarde, o mais lindo presente que eu poderia ter recebido: sua companhia em um longo e tranquilo banho de mar.

Agradeço ao Richard, que, mais do que marido, tem sido, durante toda a minha vida, um grande companheiro e amigo, que aceita minhas escolhas, toma para si os meus ideais, faz suas as minhas conquistas, cuida de mim, faz com que eu me sinta especial. A ele eu pedi, muitas vezes sem palavras, durante os anos de realização desse curso, que entendesse meu cansaço, que esquecesse aquelas férias tão desejadas, que deixasse aquela viagem para depois (mas que compreendesse quando eu me ausentava ou viajava para um congresso), que me ouvisse falar sobre a tese como se ele tudo soubesse sobre o assunto e como se ela fosse tão importante para ele como

era para mim (Pêcheux tornou-se, também para ele, uma assídua presença em nossa casa). A ele, meu amor e minha gratidão.

Ao meu pai, agradeço pela vida, pela formação recebida e pelo apoio constante.

Agradeço também a todos os meus familiares que, próximos ou distantes de mim, acompanharam a realização deste trabalho e me deram sempre seu incentivo.

Aos amigos que, ao se manterem presentes e ao dividirem comigo os momentos mais felizes e os mais angustiantes desses anos, me ajudaram a carregar a carga de compromisso e de recolhimento que um curso de Doutorado representa, meu sincero reconhecimento.

Ao Gustavo e à Carolina, agradeço a torcida permanente.

À Fundação Universidade Federal do Rio Grande e aos colegas do Departamento de Letras e Artes, meu agradecimento pelo afastamento concedido.

Ao CNPQ e à UFRGS, agradeço a bolsa de estudo que viabilizou a realização desta pesquisa.

Finalmente, agradeço a Deus, que me deu forças para chegar até o fim deste trabalho.

RESUMO

Esta tese constitui-se em um estudo sobre a leitura.

Essa noção é investigada através de textos reescritos – aos quais denominamos, genericamente, de reescritas – e de dois sinais de pontuação – reticências e interrogação.

Aos textos que apresentam esses sinais de pontuação designamos de *textos sinalizados*. Tais textos apresentam também uma outra característica: são marcados pelo humor. Tal opção nos levou a examinar outro tipo de texto, sem esses sinais de pontuação, ao qual denominamos de *texto não-sinalizado*. Esse texto não apresenta também a marca do humor.

Nossa intenção é verificar, nas reescritas, se o processo da leitura dos textos sinalizados é diferente do processo da leitura do texto não-sinalizado.

A primeira parte do estudo estabelece o referencial teórico que fundamenta a análise. Nesta parte, evidenciamos tanto aspectos referentes à epistemologia da Análise do Discurso quanto questões referentes à leitura e à sua relação com outros pontos relevantes para o desenvolvimento da pesquisa: repetição, interpretação, heterogeneidade, silêncio e autoria. Abordamos ainda aspectos teóricos sobre a pontuação e, mais especificamente, sobre os sinais de pontuação em estudo: reticências e interrogação.

A segunda parte apresenta os procedimentos metodológicos que sustentam a subsequente análise do corpus discursivo, bem como o efetivo funcionamento do processo discursivo da leitura através das reescritas. Tal análise possibilitou a constatação de três diferentes processos de leitura, aos quais denominamos de *releitura*, *reescritura* e *escritura*, processos que correspondem, respectivamente, à manutenção, aos deslizamentos e às rupturas em relação aos sentidos produzidos nos textos que, apenas por um efeito metodológico, desencadeiam o processo da leitura e das reescritas. A constatação desses três processos de leitura nos permitiu também reconhecer a existência de diferentes formas de preenchimentos das lacunas de significação e silêncio representadas pelas reticências e pela interrogação. Isso nos levou ainda a admitir a possibilidade de distintos graus e tipos de autoria, os quais variam em função do processo de identificação que o leitor estabelece com a formação discursiva e com a posição-sujeito assumidas pelo sujeito-autor.

A conclusão procura entrelaçar as noções desenvolvidas, sintetizando nossos achados.

RÉSUMÉ

Cette thèse porte sur la notion de lecture. Il s'agit d'une étude réalisée sur la notion de lecture à partir de textes réécrits, appelés ici réécritures, et de deux signes de ponctuation: les points de suspension et les points d'interrogation.

Nous avons divisé les textes en deux catégories: celle des *textes signés* et celle des *textes non-signés*. Les textes signés contiennent les signes de ponctuation mentionnés. Ils présentent également une autre caractéristique: ils sont marqués par l'humour. Les textes non-signés sont les textes où n'apparaissent aucun des deux signes de ponctuation étudiés, ni la marque de l'humour. L'objectif de cette recherche est de vérifier, dans les réécritures, si le processus de lecture des textes signés est différent du processus de lecture des textes non-signés.

La première partie de l'étude établit le référentiel théorique qui pose les fondements de notre analyse. Dans cette partie nous mettons en évidence les aspects qui ont trait à l'épistémologie de l'Analyse du Discours, ainsi que les questions relatives à la lecture et à son rapport avec d'autres points importants pour le développement de notre recherche: répétition, interprétation, hétérogénéité, silence et qualité d'auteur. Nous abordons aussi certains aspects théoriques de la ponctuation en nous attardant, plus spécifiquement, sur les points de suspension et d'interrogation.

La deuxième partie de la thèse présente les procédés méthodologiques qui soutiennent l'analyse du *corpus* discursif, ainsi que le fonctionnement du processus discursif de lecture à travers les réécritures. Une telle analyse a permis de mettre en évidence trois procédés différents de lecture que nous nommons: *relecture*, *réécriture* et *écriture*. Ces procédés correspondent, respectivement, au maintien, aux glissements et aux ruptures par rapport aux sens produits dans les textes, lesquels, par un simple effet méthodologique, déclenchent le processus de lecture et des réécritures. L'identification de ces trois procédés de lecture nous a également permis de reconnaître l'existence de différentes formes de remplissage des lacunes de signification et de silence, représentées par les points de suspension et par les points d'interrogation. Ceci nous a encore emmenée à reconnaître la possibilité de différents degrés et types de qualité d'auteur, lesquels varient en fonction du procédé d'identification que le lecteur établit avec la formation discursive et avec la position-sujet prises en charge par le sujet-auteur.

La conclusion fait le point sur les notions développées et synthétise l'essentiel de nos analyses.

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui-se em um estudo sobre a leitura e tem em sua origem um ponto de vista que considera que a leitura é um processo de produção de sentidos que envolve vários outros elementos além de um autor, um texto e um leitor, o que significa dizer que, no processo discursivo da leitura, o leitor interage não apenas com um texto e com um autor, mas com tudo aquilo que, de fato, o constitui: a relação com os outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), o contexto (histórico, social, político e econômico) e o interdiscurso (a memória do dizer).

Diríamos então que o que nos move, inicialmente, é o desejo de poder verificar, de alguma forma, a concretização desse processo tão complexo.

É isso que nos leva a optar pelo trabalho com reescritas, denominação dada, nesta pesquisa, àqueles textos que são produzidos por sujeitos-leitores a partir de um texto dado. As reescritas, portanto, constituem-se em um “redizer” um outro texto, o qual, por sua vez, foi produzido por um determinado sujeito-autor.

Através das reescritas, acreditamos ser possível verificar os sujeitos-leitores agindo na prática da leitura, o que significa levar em conta que tais sujeitos, ao reescreverem o texto, estabelecem uma relação com aquele texto (mas não somente com ele), e com aquele autor que o escreveu (mas não somente com ele).

Em outras palavras: implica reconhecer que os sujeitos-leitores, ao ler – e reescrever – um texto, estão submetidos a certas condições que não são exatamente as mesmas a partir das quais foi produzido aquele texto.

A leitura, nesta medida, passa a ser produção de sentidos, e não uma apreensão do que lá já estava. E a reescrita, a partir daí, deixa de ser o mesmo texto repetido e passa a ser outro texto.

O que nos interessa então é verificar se e de que modo a leitura, manifesta pela reescrita, faz circular os sentidos. Quer dizer: esperamos observar, pelas reescritas, a relação do leitor com todos os elementos que compõem o processo da leitura: autor, texto, outros textos, contexto, interdiscurso. Isto nos leva, conseqüentemente, à exploração de noções teóricas como a de repetição e de interpretação.

As reescritas que estão na base deste trabalho foram produzidas por estudantes universitários do Curso de Letras da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, instituição na qual atuo como docente, desenvolvendo atividades de ensino ligadas à leitura e à produção de textos. A intenção, então, é perceber como esses estudantes lêem e como eles manifestam sua leitura nas reescritas.

Nosso interesse, ainda, é verificar que relações se estabelecem em todo esse processo e em que medida as reescritas podem produzir modificações de sentido em relação aos textos que lhes dão origem e aos quais vamos denominar de **textos-origem**¹.

Optamos ainda por examinar essas questões, nessa pesquisa, pelo viés da **pontuação**, e, mais especificamente, através de dois sinais específicos – **reticências** e **interrogação** – aos quais denominamos, em nosso corpus, de **sinais discursivos**.

Tratar os sinais de pontuação como sinais discursivos significa imaginar que o uso das reticências ou da interrogação instaura no discurso uma forma de silêncio que não implica a falta do que dizer, a ausência pura e simples ou o vazio, mas que, pelo contrário, significa.

Tais sinais de pontuação, na nossa perspectiva, colocam um sentido que não é fechado pelo autor, que não é evidente, ou que, pelo menos, não é expresso, e que, por isso, sinalizam, para o leitor, um lugar propício a movimentos de interpretação, a gestos de leitura. Dito de outra forma: as reticências e a interrogação são sinais discursivos que, pelo não-verbal e pelo silêncio, pela ausência de palavras, significam.

A atribuição de sentidos às reticências e à interrogação, neste caso, pode variar de acordo com o sujeito-leitor, que é socialmente determinado e que tem suas próprias histórias de leitura. Desta forma, imaginamos que possam ser também várias as leituras possíveis para um “mesmo” texto sinalizado pela presença das reticências ou da interrogação.

Para o estudo da leitura através desses sinais discursivos, resolvemos ainda acrescentar um outro elemento, de natureza diferente: o **humor**.

Mas por que estudar o processo discursivo da leitura em textos que apresentam reticências ou interrogação em textos de humor, e não em outros tipos de textos?

Partimos então da concepção de que o humor estabelece uma espécie de jogo com a realidade, expondo, de maneira lúdica, as fraquezas e as misérias humanas. Um texto de humor, nesta perspectiva, sempre significa mais do que diz. Quer dizer: pelo texto de humor passam sentidos que não são, necessariamente, expressos com as palavras presentes no texto.

Sabemos, no entanto, que qualquer texto permite, quando submetido ao processo da leitura, a produção de sentidos que não estão ali, expressos.

No nosso ponto de vista, porém, o texto de humor, ao se constituir em uma forma “não-séria” de tratar a realidade, parece “avisar” a seus leitores – mais do que o texto “sério” – que ali há algo

¹ Quando falamos em “texto-origem”, estamos apenas adotando uma designação metodológica para o texto que, tendo sido escolhido por nós, foi utilizado como de partida para as produções dos outros textos – as reescrituras – pelos estudantes. Sabemos, no entanto, que essa “origem” é uma ilusão, pois, em qualquer discurso, sempre circulam outros discursos, outras vozes, outros textos. A origem, portanto, é apenas um efeito.

mais significando, parece lembrar que é preciso desconfiar das palavras, e parece “convidar” os leitores a perceber aquilo que não chegou a ser dito.

Para nós, é mais ou menos isso que fazem as reticências e o ponto de interrogação: mostram que nem tudo foi dito e convidam o leitor a preencher aquele espaço, dizendo o que não foi dito.

Assim, parece fácil explicar nossa escolha: se o humor estabelece um jogo com a imprevisibilidade – como acreditamos que as reticências e a interrogação também estabeleçam – se ele cria um processo desmistificador que desvela o que esconde – como nos parece que a leitura das reticências e da interrogação possa fazer – se ele abre espaço para a introdução de sentidos diferentes – como imaginamos que as reticências e a interrogação também façam – então nos parece interessante examinar a combinação desses elementos: sinais discursivos de pontuação – reticências e interrogação – e humor.

Ressaltamos, no entanto, que estamos dando um tratamento diferenciado a esses sinais de pontuação e ao humor. Assim, quando dizemos que as reticências e a interrogação são **sinais discursivos**, estamos estabelecendo que, nessa pesquisa, os sinais discursivos são marcas visíveis, materializadas graficamente sob a forma de pontuação, e que o que nos interessa é verificar o funcionamento discursivo dessas marcas.

Como podemos perceber, o humor não se enquadra nessa tipologia. Portanto, não está sendo considerado como um sinal discursivo.

Desse modo, nosso trabalho inicialmente constitui-se, de uma parte, em um estudo da leitura – materializada sob a forma de reescritas – de um texto que reúne o sinal discursivo das reticências e o humor e, de outra parte, da leitura – materializada sob a forma de reescritas – de um outro texto que reúne o sinal discursivo da interrogação e o humor. Aos textos com tais características estamos denominando de **textos sinalizados**.

A partir de tal opção, uma outra necessidade se faz necessária: investigar o processo discursivo da leitura em um texto que não faça uso de tais sinais discursivos – reticências ou interrogação – nem do humor. E isto nos leva ao texto que estamos denominando de **não-sinalizado**.

Salientamos, porém, que texto não-sinalizado, neste estudo, é apenas uma denominação metodológica que indica que tal texto não apresenta nem os sinais de pontuação que nos propomos a examinar nem o humor.

Com isso, queremos dizer que não ignoramos o fato de que, a rigor, todo texto produz lugares propícios à interpretação, ou seja, todo texto, tal como a Análise do Discurso o entende, é portador de *marcas* lingüísticas. Isto significa dizer que marcas lingüísticas percorrem todo e qualquer texto, que todo texto possui uma materialidade lingüística e é inevitável que desta materialidade surjam

marcas através das quais os leitores penetram no discurso e no interdiscurso e, a partir daí, produzem sua leitura.

Tais marcas, portanto, atestam a relação entre sujeito e linguagem e constituem as *pistas* do discurso, que, conforme nos lembra Orlandi (1993a: 54) “não são detectáveis mecânica e empiricamente, não são encontradas diretamente”.

É por esse motivo que, ao examinar textos que apresentam reticências ou interrogação, preferimos falar em **sinais discursivos**, ao invés de marcas discursivas. Isto nos dá maior liberdade para dizer que esses sinais discursivos, por serem sinais gráficos, de forma diferente do que acontece com as marcas lingüísticas, são detectáveis materialmente, são visíveis. Quer dizer: eles sinalizam, materializam, para o leitor, um espaço possível para a interpretação, para a sua interferência. Ao passo que, em outro tipo de texto, que não faça uso desses sinais, os espaços para interpretação são marcados, mas não são encontrados diretamente pelo leitor. Na verdade, acreditamos que somente o trabalho discursivo da leitura – e da análise – possa revelar essas marcas.

A partir dessas posições, nossa pesquisa se desenvolve sob a linha teórica da Análise do Discurso Francesa (AD), pois julgamos que essa perspectiva nos oferece possibilidades de examinar os textos em relação à sua exterioridade, considerando-se aí: o contexto histórico-social em que são produzidos os textos e realizada a leitura e as suas reescritas; os interlocutores em relação aos lugares sociais que ocupam; as relações entre os textos – intertextuais – e entre os discursos – interdiscursivas.

O texto, desse modo, para nós, é a materialidade lingüística do discurso, e é esse discurso que nos interessa. Daí não ser suficiente para nós uma análise que se prenda ao meramente lingüístico ou ao meramente ideológico, pois, para a AD, todos esses elementos conjugam-se na produção dos efeitos de sentidos. Sentidos que podem variar de acordo com os leitores e os lugares em que eles se inscrevem, e com as condições em que são produzidas as leituras.

Ao realizar este estudo, compartilhamos da concepção adotada por Orlandi (1993b) de que a linguagem implica sempre silêncio, compreendido este como o não-dito da linguagem, tendo porém este não-dito uma significação própria. Assim, os sentidos não são evidentes e não se fecham, pois os sentidos jogam com o silêncio, com aquilo que não é dito.

Deste modo, acreditamos que a interpretação acontece justamente porque o espaço simbólico representado pelos textos sinalizados pelas reticências (conjugadas ao humor) ou pela interrogação (conjugada ao humor) sinaliza esse não-dito, que representa uma ausência, uma incompletude da linguagem, evidenciando que o texto não é acabado, pois pressupõe o trabalho de um leitor, a relação com o autor, com outros leitores, com outros textos, etc.

Pensamos então que o silêncio pode surgir pelas próprias palavras (pois ao dizer alguma coisa, temos a possibilidade de deixar de dizer outra) ou pela ausência, pela omissão das palavras (pois, ao deixar de dizer, dizemos).

Finalmente, acreditamos que a produção de sentido é indissociável da relação de paráfrase, ou seja, é indissociável da repetição.

Assim, pretendemos investigar os possíveis gestos de interpretação que se realizam quando um texto passa a ser reconstruído por seus leitores.

Com este intuito, é objetivo maior desta pesquisa focar sua atenção sobre as reescritas de determinados textos, procurando descobrir, numa relação de comparação entre aquele que denominamos metodologicamente de texto-origem (TO) e suas reescritas, como – e se – são preenchidos pelo sujeito-leitor os silêncios criados pelo sujeito- autor.

O que motiva este estudo são, então, inicialmente, os seguintes questionamentos:

- a) como o leitor revela sua interpretação de um dado texto, ao escrevê-lo novamente?
- b) como o sujeito-leitor interpreta os silêncios criados pelo sujeito-autor de um texto?
- c) que marcas, no discurso interpretado, revelam o discurso inicial?
- d) é possível que as reticências e/ou a interrogação sejam pontos de deslocamento de sentido no discurso do sujeito que reescreve um dado texto?
- e) existem diferenças entre o processo discursivo da leitura de um texto sinalizado pelas reticências ou pela interrogação, em conjugação com o humor, e o processo discursivo da leitura de um texto não-sinalizado e sem a presença do humor?

É a partir destes questionamentos e reflexões, portanto, que o presente trabalho tem seu ponto de origem e seu encaminhamento.

PRIMEIRA PARTE
FUNDAMENTOS TEÓRICOS

1. DELIMITANDO O CAMPO TEÓRICO

Neste primeiro capítulo, exploramos teoricamente as noções que fundamentam esta pesquisa e que fazem parte do quadro de referência da Análise do Discurso.

Deste modo, examinamos inicialmente a própria noção de Análise do Discurso, procurando situar seus limites e seus avanços em relação a outras perspectivas teóricas.

1.1 EPISTEMOLOGIA DA ANÁLISE DO DISCURSO

Quando o assunto é linguagem, conforme nos lembra Orlandi (1999:15), os estudos podem abrir-se em direções muito variadas. Podemos concentrar nossa atenção sobre a língua enquanto sistema de signos ou enquanto sistema de regras formais: é isso que faz a Lingüística; podemos conceber a língua como normas de bem dizer: é isso que faz a Gramática Normativa; podemos considerar que há muitas maneiras de significar e nos interessarmos pela linguagem de uma maneira particular: é isso que faz, por exemplo, a Análise do Discurso (AD).

Assim, definir a Análise do Discurso parece simples, pois, como lembra a autora, a Análise de Discurso, como o próprio nome indica, não trata da língua e não trata da gramática – embora todas essas coisas lhe interessem – mas trata do discurso.

Dizer que a Análise do Discurso trata do discurso, no entanto, na verdade, não é tão simples, uma vez que o termo discurso tem sido abordado sob diversas perspectivas teóricas que se denominam **teoria do discurso** e, em cada uma delas, significa diferentemente.

Podemos dizer, entretanto, que há, grosso modo, duas maneiras de pensar a teoria do discurso: como simples extensão da Lingüística – o que corresponde ao espaço intelectual americano – ou como sintoma de uma crise interna da Lingüística – o que corresponde ao espaço intelectual europeu.

De acordo com a perspectiva teórica americana, frase e texto são elementos isomórficos, o que leva a considerar a frase como um discurso curto e o discurso como uma frase complexa. A passagem da frase ao texto, deste modo, varia apenas em graus de complexidade. Nesta concepção, não há uma preocupação com a instituição do sentido, mas com o modo pelo qual se organizam os elementos que o constituem. Assim, a relação entre o lingüístico e o discursivo acontece por extensão.

A questão do sentido, segundo essa visão, é tratada via pragmática – segundo a qual a linguagem em uso deve ser estudada em termos de atos de fala – e via sociolinguística – que se preocupa com o uso atual da linguagem.

Conforme ressalta Orlandi (1986:108), embora essas formas de encarar a linguagem demonstrem uma certa mudança em relação à grande maioria dos estudos da gramática, não chegam, entretanto, a produzir um rompimento, mas apenas acrescentam um outro componente à gramática. O discurso é o que se acrescenta, é o que vem a mais. É o secundário. Não há ruptura, porém, porque o objeto de estudo continua sendo o fenômeno linguístico e não o sentido.

Com a escola europeia de análise de discurso é diferente. Nesta perspectiva, o domínio da semântica não pode ser concebido apenas como fazendo parte da Linguística enquanto estudo científico da língua. Quer dizer: há, quanto ao sentido, uma relação necessária entre o dizer e as condições de produção desse dizer.

A escola europeia considera como fundamental a relação entre o discurso e a exterioridade, e é nesta relação que reside a possibilidade de se encontrarem regularidades no domínio discursivo.

É da escola europeia que faz parte a escola francesa de Análise do Discurso (AD), perspectiva teórica sobre a qual se constrói este estudo.

A Análise do Discurso de linha francesa surge nos anos 60, interessada em trazer para o âmbito dos estudos linguísticos aquilo que havia sido excluído por Saussure, quando, na publicação, em 1916, do *Curso de Linguística Geral*, ao estabelecer a dicotomia língua/fala, o autor considerou a fala como individual, variável e não-sistemática e, portanto, sem interesse para a Linguística.

A disciplina nasce sob uma conjuntura dominada pelo estruturalismo e tem no distribucionalismo de Harris o seu ponto de partida. Com seu método, Harris olha para o texto como uma soma de frases, ou seja, como uma frase longa. Assim, estende o método de análise de unidades menores (morfemas, frases) para unidades maiores (texto).

Podemos dizer que esse trabalho é uma inspiração para o surgimento da AD, porque mostra a possibilidade de ultrapassar as análises que se limitam à frase e porque é o lugar de onde procuram se distanciar criticamente os analistas de discurso europeus, através da discussão da dicotomia língua/fala, da elaboração do conceito de enunciação e de discurso e da reflexão sobre os processos de significação.

Antes da Análise do Discurso, existiram outros estudos que tinham como interesse a língua funcionando para a produção de sentido.

Assim, temos, por exemplo, os estudos de Michel Bréal, que, em 1897, publica seu *Ensaio de Semântica*, obra que acaba por colocá-lo no papel de fundador da semântica. Entre as posições defendidas por Bréal podemos fazer referência, por exemplo, ao fato de que, para ele, a linguagem

se desenvolve, progride por ação do sujeito, por intervenção da vontade na inteligência. Na concepção de Bréal, o que importa são os sentidos, e a linguagem significa como instrumento da inteligência e intervenção da vontade do homem na linguagem.

Temos também os formalistas russos, que, em 1915, por iniciativa do russo Roman Jakobson, formam o Círculo Lingüístico de Moscou e iniciam um estudo científico da língua. Eles procuram superar a abordagem filológica e começam a destacar, nos textos, uma lógica de encadeamentos transfrásticos. Com isso, preparam o caminho para o que mais tarde vai se considerar discurso.

Mas, de todos os que precederam os estudos do discurso, citamos especialmente Bakhtin (1992), autor que, diferentemente de Saussure, vê a língua como fruto da manifestação individual de cada falante e valoriza a fala.

Considerar a fala conduz Bakhtin a levar em conta também a ideologia e a noção de signo. Para ele, “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos: tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia” (Bakhtin, 1992:31).

Os signos, nesta perspectiva, são objetos naturais, específicos e não existem apenas como parte de uma realidade, mas refletem e refratam uma outra. Quer dizer: os signos podem distorcer a realidade, ser-lhe fiel ou apreendê-la de um ponto de vista específico. O domínio ideológico coincide então com o domínio dos signos, sendo eles mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico.

É a partir de uma concepção como essa que Bakhtin desenvolve sua teoria sobre a comunicação social, dizendo que a existência do signo é a materialização dessa comunicação e que é nisso que consiste a natureza de todos os signos ideológicos.

Para o autor, o aspecto semiótico e esse papel contínuo da comunicação social não aparecem em lugar nenhum de forma mais clara e completa do que na linguagem. É isso que o leva a realçar o papel da palavra como signo: “A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo” (*Ibidem*: 36).

A partir dessa posição, Bakhtin ressalta que a palavra é o material privilegiado de um tipo especial de comunicação ideológica: a comunicação na vida cotidiana. É justamente nesse domínio que a conversação e suas formas discursivas se situam.

Isto leva Bakhtin a afirmar que a comunicação só existe na reciprocidade do diálogo e significa muito mais do que a simples transmissão de mensagens. Em outros termos: a comunicação é o núcleo a partir do qual Bakhtin constrói a teoria do dialogismo, a qual traz para o interior dos estudos lingüísticos a questão da intersubjetividade.

A noção de dialogismo pode ser encontrada em Bakhtin em *Problemas da poética de Dostoiévski* (1981)². Afirma então Bakhtin:

Nos romances de Dostoiévski tudo se reduz ao diálogo, à contraposição dialógica enquanto centro. Tudo é meio, o diálogo é o fim. Uma voz só nada termina e nada resolve. Duas vozes são o mínimo de vida, o mínimo de existência. (Bakhtin, 1981: 223)

Martins (1990), refletindo sobre as idéias de Bakhtin a respeito da obra de Dostoiévski, afirma:

Resumindo, a estrutura do romance de Dostoiévski é dialógica, porque as relações que ali se estabelecem entre os personagens são intersubjetivas, quer dizer, são relações em que cada um constrói uma compreensão sobre si mesmo e sobre o mundo, no confronto com o outro, pelo diálogo. Esse diálogo, desenvolvido exteriormente ou no interior da consciência, concretiza-se sempre pela linguagem, na forma de enunciados que se contrapõem. (Martins, 1990: 22)

A concepção de dialogismo está presente ainda em *A estética da criação verbal* (1992), obra em que Bakhtin reconhece no enunciado a unidade real da comunicação verbal e no diálogo a forma mais simples e mais clássica de realização dessa comunicação.

Bakhtin vai dizer então que “a fala só existe, na realidade, na forma concreta dos enunciados de um indivíduo: do sujeito de um discurso-fala” (Bakhtin, 1992: 293). Nesta perspectiva, o discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma. Assim, não importa quais sejam o seu volume ou o seu conteúdo, os enunciados sempre possuem, segundo Bakhtin, *fronteiras* claramente delimitadas. Tais fronteiras são determinadas pela alternância dos sujeitos falantes, ou seja, pela alternância dos locutores.

Isto leva Bakhtin a considerar o *acabamento* do enunciado. Afirma então o autor:

Todo enunciado – desde a breve réplica (monolexêmica) até o romance ou o tratado científico – comporta um começo absoluto e um fim absoluto: antes de seu início, há os enunciados dos outros, depois de seu fim, há os enunciados-respostas dos outros (ainda que seja como uma compreensão responsiva ativa muda ou como um ato-resposta baseado em determinada compreensão). O locutor termina seu enunciado para passar a palavra ao outro ou para dar lugar à compreensão responsiva do outro. O enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, estritamente delimitada pela alternância dos sujeitos falantes, e que termina por uma transferência da palavra ao outro, por algo como um mudo “dixi” percebido pelo ouvinte, como sinal de que o locutor terminou. (*Ibidem*: 294)

² Nesta obra Bakhtin desenvolve bastante a concepção de diálogo, ressaltando que só é possível representar o homem interior, como o entendia Dostoiévski, representando a comunicação dele com um outro. Somente na comunicação, na interação do homem com o homem, revela-se o homem para os outros ou para si mesmo.

Para Bakhtin, essa alternância ocorre precisamente porque o locutor disse, ou escreveu, *tudo* o que queria dizer num preciso momento e em condições precisas. E o acabamento é necessário para tornar possível uma reação ao enunciado.

Assim, para Bakhtin, o enunciado representa um elo na cadeia da comunicação verbal e suas fronteiras determinam-se pela alternância dos sujeitos-falantes. Afirma então o autor:

Os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem são auto-suficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos recíprocos que lhes determinam o caráter. O enunciado está repleto de ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado antes de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera: refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-os conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles. (*Ibidem*:316)

Isto nos mostra, como lembra Indursky (2000a), que, para Bakhtin, os enunciados estabelecem um diálogo constante, mas não se trata de um diálogo que possa ser representado formalmente, uma vez que, para Bakhtin (1992:318), “a inter-relação que se estabelece entre o discurso do outro assim inserido e o resto do discurso (pessoal) não tem analogia com as relações sintáticas existentes dentro dos limites de um conjunto sintático simples ou complexo”.

Se, por um lado, essa concepção de enunciado distancia-se de uma simples abordagem sintática, por outro lado, para Bakhtin, essas inter-relações têm analogia com as relações existentes entre as réplicas do diálogo. A entonação que demarca o discurso do outro é então um fenômeno de tipo particular: é a transposição da alternância dos sujeitos falantes para o interior do enunciado. As fronteiras dessa alternância são “tênuas e específicas: a expressão do locutor se infiltra através dessas fronteiras e se difunde no discurso do outro...” (*Ibidem*: 318).

É por isso que, para Bakhtin, “o discurso do outro possui uma expressão dupla: a sua própria, ou seja, a do outro, e a do enunciado que o acolhe” (*Ibidem*: 318).

Nesta perspectiva, “o enunciado é um elo na cadeia da comunicação e verbal e não pode ser separado dos elos que o determinam, por fora e por dentro, e provocam nele reações-respostas imediatas e uma ressonância dialógica” (*Ibidem*: 320).

Bakhtin salienta, no entanto, que o enunciado está ligado não só aos elos que o precedem, mas também aos que lhe sucedem na cadeia da comunicação. O enunciado, desde o início, elabora-se em função de uma eventual resposta e, neste sentido, o papel dos *outros* é muito importante.

Uma concepção como essa mostra, segundo Indursky (2000a), que a noção de antecipação, tal como é concebida pela Análise do Discurso e formulada por Pêcheux (1975), já está presente em Bakhtin.

Para a autora, essa dimensão do enunciado em Bakhtin nos mostra que “não é possível estudá-lo a partir das relações lingüísticas do sistema da língua, nem, tampouco, a partir do enunciado tomado isoladamente” (Indursky, 2000a: 74), pois o que interessa, realmente, para Bakhtin, são as relações entre o enunciado e a realidade, entre o enunciado e o locutor, e essas relações não são da ordem da lingüística.

Lemos então em Bakhtin (1992:345) que “a relação dialógica só é possível entre enunciados concluídos, proferidos por sujeitos falantes distintos”. Assim, apesar de pressupor uma língua, a relação dialógica não existe no sistema da língua.

A relação dialógica, neste sentido, é, para Bakhtin, uma relação de sentido que se estabelece entre enunciados na comunicação verbal. Dois enunciados quaisquer, justapostos no plano do sentido, entabularão uma relação dialógica. Em outras palavras: “a relação com o sentido é sempre dialógica” (*Ibidem*: 350).

Assim, o crédito concedido à palavra do outro, a acolhida à palavra de autoridade, a busca do sentido profundo, a concordância (com suas infinitas graduações e matizes), a estratificação de um sentido que se sobrepõe a outro, de uma voz que se sobrepõe a outra, são, para Bakhtin, relações que não podem ser resumidas a uma relação puramente lógica. É aqui que se encontram, na verdade, posições, vozes.

Nesta medida, a palavra (e, em geral, o signo) é interindividual. Lembra então Bakhtin:

Tudo o que é dito, expresso, situa-se fora da ‘alma’, fora do locutor, não lhe pertence com exclusividade. Não se pode deixar a palavra para o locutor apenas. O autor (locutor) tem seus direitos imprescindíveis sobre a palavra, mas também o ouvinte tem seus direitos, e todos aqueles cujas vozes soam na palavra têm seus direitos (não existe palavra que seja de alguém). A palavra é um drama com três personagens (não é um dueto, mas um trio). É representado fora do autor, e não se pode introjetá-lo (introjeção) no autor. (*Ibidem*: 350)

Esta concepção aproxima-se da perspectiva que adotamos, pois desmistifica a idéia de que os sentidos são construídos apenas pelo sujeito que fala e mostra que o sentido se produz na relação – dialógica – entre locutor, ouvinte e todas as outras vozes que soam nas palavras, no discurso. Isto coincide com nosso pensamento, quando consideramos a leitura como um processo que envolve não apenas um autor e um leitor, mas também outros textos, outras vozes, outros discursos.

Martins (1990), examinando as idéias de Bakhtin, resume de forma clara a posição do autor:

Para o autor, como vimos, ser é comunicar, é ser para outrem e, através dele, para si. Se é nessa relação com o outro que adquirimos consciência de nós mesmos, a intersubjetividade precede logicamente a subjetividade: é no reconhecimento do outro diferente do *eu*, mas que o reflete, que os indivíduos se constituem em sujeitos. (Martins, 1990:18)

Essa concepção coloca a linguagem como interação social e considera o *outro* como quem desempenha importante papel na constituição do significado. Tal perspectiva ainda integra o ato de

enunciação num contexto mais amplo, revelando as relações entre o lingüístico e o social. Em outras palavras: tais reflexões abrem caminho para o discurso.

Examinando as relações entre Bakhtin e a Análise do Discurso, Indursky (2000a) afirma:

Pode-se aproximar a concepção dialógica que Bakhtin tem do discurso com a perspectiva assumida por Pêcheux ao longo da construção da Teoria do Discurso, bem como de toda a produção teórica sobre o discurso que se lhe seguiu e que o toma como objeto de estudo. (Indursky, 2000a: 78)

A autora ressalta, no entanto, que, na Teoria do Discurso, se concebe uma perspectiva não-subjetiva da enunciação, em que o sujeito não é o centro do discurso por ter sido descentrado pela interpelação ideológica – que o entende desde-sempre afetado por uma formação ideológica – e pelo fato de ser um sujeito dotado de inconsciente – o que o faz ignorar que é um sujeito interpelado ideologicamente e lhe permite imaginar-se fonte única do seu dizer.

Essas características estabelecem, lembra Indursky, uma distinção fundamental entre a concepção de sujeito que as duas teorias desenvolveram. Afirma então a autora:

...embora Bakhtin admita que o signo é ideológico e que a linguagem é social, sua teoria concebe um sujeito que não é interpelado ideologicamente e é consciente das escolhas que estabelece. Tal fato distingue seu sujeito do sujeito da Análise do Discurso. (*Ibidem*: 78-9)

Assim, no âmbito da Análise do Discurso, o sujeito deixa de ser o centro da interlocução, a qual passa a não estar mais no *eu* ou no *tu*, mas no intervalo criado entre ambos. Descentrado, o sujeito torna-se uma posição entre outras, e faz soar em seu discurso o já-dito em outro lugar, ou seja, abre espaço para o discurso-outro no interior do seu discurso.

Como podemos ver, a Análise do Discurso, ao assumir uma perspectiva não-subjetiva da enunciação, na qual o sujeito não é o centro do discurso, ultrapassa a concepção bakhtiniana de dialogia e de comunicação.

Todos esses trabalhos distanciam-se, de alguma forma, dos estudos tradicionais de linguagem e da análise de conteúdo, segundo a qual o que importa é responder à questão “*o que este texto quer dizer?*”. Para a Análise do discurso, no entanto, a questão que se coloca não é descobrir *o que o texto quer dizer*, mas trabalhar o texto para descobrir *como* ele significa.

Quando surge, nos anos 60, a Análise do Discurso se constitui no espaço das questões criadas pela relação entre três domínios disciplinares: a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise.

A Lingüística – que tem como objeto próprio a língua, com uma ordem própria – é importante para a AD, que procura mostrar que a relação entre linguagem, pensamento e mundo não é direta, nem se faz termo-a-termo.

A Análise do Discurso pressupõe ainda o legado do materialismo histórico, como nos lembra Orlandi (1999):

...há um real da história de tal forma que o homem faz história mas esta também não lhe é transparente. Daí, conjugando a língua com a história na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que vai-se chamar a forma material (não abstrata como a da Lingüística) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é portanto lingüístico-histórica. (Orlandi, 1999:19).

Por outro lado, a contribuição da Psicanálise para a AD é o deslocamento da noção de indivíduo para a de sujeito, sujeito que se constitui na relação com o simbólico, com a história.

Citamos novamente Orlandi:

Desse modo, se a Análise do Discurso é herdeira de três regiões do conhecimento – Psicanálise, Lingüística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Lingüística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Lingüística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (*Ibidem*: 20).

A Análise do Discurso, assim, trabalha a confluência desses campos de conhecimento e constitui um novo objeto, o qual, como já referimos, é o discurso. Ao eleger o discurso como seu objeto, a AD procura compreender a língua fazendo sentido, como trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, que é constitutivo do homem e da sua história.

A noção de discurso relaciona-se a duas outras, também fundamentais para a AD: a de *formação ideológica*³ e a de *formação discursiva*⁴.

Tais noções têm origem em autores como Althusser e Foucault, sendo depois exploradas e reformuladas pela Análise do Discurso.

Nos próximos capítulos, vamos refletir sobre essas noções.

³ A noção de **formação ideológica** serve para caracterizar um elemento suscetível de intervir como uma força de confrontação com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um dado momento. Cada formação ideológica constitui “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras” (Pêcheux & Fuchs, 1975:166). Assim, pode-se dizer que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que se produzem as palavras. Quer dizer: as palavras adquirem sentido em relação às formações ideológicas nas quais se inscrevem.

⁴ O termo **formação discursiva** é original de Foucault e foi empregado por Pêcheux (1988) para designar as formas de organização dos enunciados. A formação discursiva é então, para Pêcheux, “aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, *op.cit.*:160). É a noção de formação discursiva que permite compreender o processo de produção dos sentidos e a sua relação com a ideologia. Assim, pode-se dizer que o discurso se constitui em sentidos porque as palavras se inscrevem em uma formação discursiva, o que significa que as palavras não têm um sentido nelas mesmas. As formações discursivas representam no discurso as formações ideológicas.

1.1.1 Discurso e texto

É importante salientar, seguindo Pêcheux (1969:82), que discurso, aqui, não está sendo tomado como sinônimo de *transmissão de informação*, e, portanto, distancia-se do esquema elementar da comunicação, o qual é constituído pelos elementos *emissor, receptor, código, referente, mensagem*. Assim, o discurso não se reduz a um processo em que alguém, através de um código, fala sobre alguma coisa para alguém, que decodifica a mensagem.

O discurso, antes, pressupõe **funcionamento**⁵ da linguagem, e põe em relação sujeitos afetados pela língua e pela história, em um complexo processo de constituição desses sujeitos e de produção dos sentidos.

A noção de funcionamento é, de acordo com Orlandi (1987:125), “a atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um locutor determinado, com finalidades específicas”.

Em um discurso, deste modo, não só se representam os interlocutores, mas também a relação que eles mantêm com a formação ideológica. E isto está marcado *no* e *pelo* funcionamento discursivo.

Assim, do ponto de vista da análise do discurso, o que importa é destacar o modo de funcionamento da linguagem, sem esquecer que esse funcionamento não é integralmente lingüístico, já que dele fazem parte as condições de produção, que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso.

Daí ser possível afirmar, juntamente com Pêcheux (1969), que o discurso é, antes de tudo, **efeito de sentido** entre os interlocutores, os quais representam lugares determinados na estrutura da formação social.

Tais lugares são representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo, nos quais funciona uma série de **formações imaginárias** que, para Pêcheux, “designam o lugar que os sujeitos atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (Pêcheux, 1969:82).

Pêcheux, buscando instaurar os fundamentos da Análise do Discurso francesa, e trabalhando a relação língua-discurso-ideologia, vai dizer então que o discurso é a materialidade específica da ideologia, e que a materialidade específica do discurso é a língua.

O discurso, dessa forma, é o lugar em que se observa a relação entre língua e ideologia, e a língua é quem produz sentidos por e para os sujeitos. Ou seja: o discurso é lugar social. E o texto,

nesta perspectiva, passa a ser a unidade de análise do discurso, a materialidade lingüística pela qual se tem acesso ao discurso.

Courtine (1982:240), tratando da relação entre língua e discurso, afirma haver uma ordem do discurso a que ele denomina “materialidade do discursivo” e que é distinta da ordem da língua. Essa materialidade discursiva consiste em uma relação determinada entre a língua e a ideologia. O discurso materializa o contato entre o ideológico e o lingüístico, no sentido que ele representa no interior da língua os efeitos de contradições ideológicas e, inversamente, ele manifesta a existência da materialidade lingüística no interior da ideologia.

O discurso, nesta perspectiva, deve ser pensado em sua especificidade. A adoção de uma concepção especificamente discursiva deve evitar reduzir o discurso à análise da língua ou dissolvê-la no trabalho histórico sobre a ideologia como representação.

Em Orlandi (1987), vamos ainda encontrar o seguinte:

O que caracteriza a relação entre discurso e texto é o seguinte: eles se equivalem, mas em níveis conceptuais diferentes. Isso significa que o discurso é tomado como conceito teórico e metodológico e o texto, em contrapartida, como o conceito analítico correspondente. (Orlandi, 1987:159)

Na AD, olha-se o texto enquanto unidade significativa, isto é, como unidade de análise do discurso. No entanto, não basta dizer que o texto é uma unidade complexa de significação, consideradas as condições de sua realização. Ele é uma unidade de análise não formal, mas pragmática, ou seja, aquela em cujo processo de significação também entram os elementos do contexto situacional. Considerando o texto no processo de interlocução, podemos tomá-lo como o centro comum, a unidade que se faz no processo de interação entre falante e ouvinte, entre autor e leitor. Desta forma, a unidade do diálogo é a do texto, isto é, não é só da ordem de um dos interlocutores ou do outro. É interação, ou seja, todo texto supõe uma relação dialógica e constitui-se pela ação dos interlocutores.

Indursky (2001) também se ocupa desse conceito:

O texto é, pois, uma unidade de análise, afetada pelas condições de sua produção, a partir da qual se estabelecerá a prática de leitura. Em função disso, podemos acrescentar, de imediato, que, para a Análise do Discurso, a organização interna ao texto é o que menos interessa. O que está em jogo para a Análise do Discurso é o modo como o texto organiza sua relação com a discursividade, vale dizer, com a exterioridade. (Indursky, 2001: 28)

O texto, assim, não é fechado em si mesmo, mas relaciona-se com outros textos, bem como com o contexto social, econômico, político e histórico em que é produzido. Ou, como afirma Orlandi (1987:180), “o texto não é uma unidade completa, pois sua natureza é intervalar”.

⁵ Esse **funcionamento**, em Análise do Discurso, não é totalmente lingüístico, e dele fazem parte as condições de produção, que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso (Pêcheux, 1969: 78).

Desta forma, o texto é incompleto, porque o discurso instala o espaço da intersubjetividade, em que o texto é tomado não como objeto fechado em si mesmo, mas como constituído pela relação de interação que, por sua vez, o próprio texto instala. É a relação com a situação e com outros textos que lhe dá um caráter não acabado.

Como o texto é um espaço, mas um espaço simbólico, tem relação com o contexto e com os outros textos. Deste modo, enquanto objeto teórico, o texto não é um objeto acabado. Enquanto objeto empírico, o texto pode ser este objeto acabado, com começo, meio e fim. No entanto, a análise do discurso lhe devolve a sua incompletude, ou seja, a análise do discurso reinstala a relação com a situação e com os interlocutores.

Pensar sobre a incompletude do texto nos conduz também à noção de leitura e a considerá-la em relação às suas condições de produção, não esquecendo que essas condições incluem autor e receptor.

Considerar as condições de produção da leitura é então trabalhar com a incompletude do texto. E levar em conta a noção de intertextualidade na leitura é refletir sobre o fato de que o(s) sentido(s) de um texto passa(m) pela sua relação com outros textos, o que leva a não conceber o texto apenas como matriz com lacunas que são preenchidas pelo leitor, mas como processo de significação e lugar de sentidos.

É nesta perspectiva, então, que se pode considerar que a AD instaura um objeto diferente. E é a noção de texto que se coloca como nuclear para a operacionalização dos conceitos, em termos de análise discursiva.

Através dessa noção, entendida não como uma soma de frases, mas como conceito que acolhe o processo de interação e relação com o mundo *pela e na* linguagem, nos instalamos no domínio da significação como multiplicidade e não como linearidade informativa.

Discurso e texto são, então, como podemos observar, dois conceitos nucleares para a Análise do Discurso. E são fundamentais também para um estudo da leitura, uma vez que o texto, enquanto unidade de análise, é a materialização do discurso, é a materialidade do gesto de leitura que um determinado sujeito-autor faz da sociedade a que pertence, da realidade que o cerca.

Nesta perspectiva, as noções de texto e discurso são também indispensáveis para um estudo da leitura através da reescrita, já que o texto da reescrita é a expressão do discurso de um sujeito-leitor, do seu gesto de leitura, que se entrecruza com a voz do sujeito-autor e com todas as outras vozes presentes naquele texto que esse sujeito reescreve: vozes de outros textos, de outros discursos, da ideologia, etc.

Passemos agora ao exame de outras noções, também fundamentais para a AD e, por conseguinte, essenciais para o desenvolvimento desse estudo.

1.1.2 Sujeito, ideologia e sentidos

Quando falamos em sujeito, sob a perspectiva da Análise do Discurso, é importante precisar que não estamos falando de um sujeito empírico, coincidente consigo mesmo.

Citamos Orlandi (1999):

Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos. (Orlandi, 1999: 49)

Segundo essa concepção, nem sujeito nem sentidos são constituídos *a priori*, mas são constituídos no discurso. Essa constatação traz em sua base Pêcheux (1988:160), quando o autor afirma que o sentido de uma palavra, de uma expressão, não existe em si mesmo, em sua relação com a literalidade transparente do significante, mas se produz de acordo com as posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras e expressões são produzidas. É isso que explica o fato de que as palavras e expressões mudam de sentido de acordo com as posições sustentadas por aqueles que as empregam, ou seja, com referência às **formações ideológicas** de quem usa essas palavras e expressões.

Isto nos permite considerar o sujeito como uma **posição**, como um **lugar** que ocupa para ser sujeito do que diz. O modo como o sujeito ocupa esse lugar não lhe é acessível, da mesma forma que a língua não é transparente nem o mundo diretamente apreensível. Na verdade, tudo é constituído pela ideologia, que, podemos dizer então, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. Quer dizer: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer.

A noção de **interpelação do sujeito** é formulada inicialmente por Althusser (1992:93), para quem “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito”. Para Althusser, a ideologia “age” de tal forma que recruta sujeitos entre os indivíduos (e recruta a todos) ou transforma os indivíduos em sujeitos (e transforma a todos) através da interpelação. Assim, “o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do sujeito, para aceitar, portanto (livremente), sua submissão” (*Ibidem*:104).

Pêcheux (1988), buscando esclarecer os fundamentos de uma teoria materialista do discurso, vai então dizer que a função principal da ideologia é a de produzir uma idéia de evidência “subjativa”, entendendo-se subjativa como evidências nas quais se constitui o sujeito. Assim, a ideologia dissimula sua existência no interior de seu próprio funcionamento.

Vejamos o que nos diz Pêcheux:

Eis o ponto preciso onde surge, a nosso ver, a necessidade de uma teoria materialista do discurso; essa evidência da existência espontânea do sujeito (como origem ou causa de si) é imediatamente aproximada por Althusser de uma outra evidência, presente em toda a filosofia idealista da linguagem, que é a evidência do sentido. (Pêcheux, 1988:153)

Temos aí uma noção de sujeito menos formal, ou seja, um sujeito da linguagem que não é o sujeito-em-si, mas tal como existe socialmente.

Considerar a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia nos conduz então àquilo que, em AD, denominamos de **ilusão do sujeito**⁶, aquilo que nos faz imaginar que somos a fonte do que dizemos. Ilusão porque, na verdade, os sentidos que produzimos não nascem em nós, nós apenas os retomamos do interdiscurso.

Assim, a evidência do sentido é, na verdade, um efeito ideológico que não nos deixa perceber a historicidade de sua construção. Ela nos faz perceber como transparente aquilo que, de fato, consiste em uma remissão a um conjunto de formações discursivas. Quer dizer: as palavras recebem seus sentidos de formações discursivas postas em relações. Isto é o que constitui o efeito do **interdiscurso**⁷ (da **memória**⁸).

Por outro lado, a evidência do sujeito apaga o fato de que ela resulta de uma identificação, em que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Considerada desse modo, a ideologia não é ocultação, mas função necessária entre linguagem e mundo.

⁶ Segundo Pêcheux (1988:172), é na FD que se constitui a ilusão necessária de uma ‘intersubjetividade falante’, pela qual cada um sabe de antemão o que o outro vai pensar e dizer, já que o discurso de cada um reproduz o discurso do outro. Deste modo, o sujeito falante tem a ilusão não só de estar na fonte do sentido – o que Pêcheux denomina de ilusão-esquecimento nº 1 – mas também de ser dono de sua enunciação, capaz de dominar as estratégias discursivas para dizer o que quer – ilusão-esquecimento nº 2. O esquecimento número dois é da ordem da enunciação, pois, ao falarmos, falamos de uma maneira e não de outra e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre poderia ser outro. É um esquecimento parcial, semi-consciente. Já o esquecimento número um é da ordem do ideológico e do inconsciente e resulta do modo como somos afetados pela ideologia.

⁷ Pêcheux (1988:162) define o **interdiscurso** como o “todo complexo com dominante” das formações discursivas, dizendo que ele é submetido à lei de desigualdade–contradição–subordinação que caracteriza o complexo das formações ideológicas. O interdiscurso constitui o exterior específico de uma FD. É o lugar no qual se constituem, por um sujeito falante, produzindo uma seqüência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que este sujeito enunciador se apropria para usar como objetos do seu discurso. É através das articulações entre esses objetos que o sujeito enunciador vai dar coerência a seu propósito na seqüência discursiva que enuncia, isto é, no **intradiscurso**. É, pois, na relação entre o interdiscurso de uma FD e o intradiscurso de uma seqüência discursiva que se situam os processos pelos quais o sujeito falante é interpelado- assujeitado em sujeito do seu discurso.

⁸ A noção de **memória** será desenvolvida mais adiante (cap.2/seção 2.3.1.). Podemos adiantar, no entanto, que, quando pensada em relação ao discurso, a memória é tratada como interdiscurso, como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. A memória, assim, é o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído (elemento constitutivo do interdiscurso, que designa uma construção anterior e independente, por oposição ao que é construído na enunciação), do já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra.

Como nos afirma Orlandi, a relação da ordem simbólica com o mundo se faz de tal modo que, para que haja sentido, é preciso que a língua – como sistema passível de jogo, de falhas – se inscreva na história. Essa inscrição dos efeitos lingüísticos materiais na história é a discursividade.

Podemos dizer então que o sentido é uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. Isso significa que não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia.

Em outras palavras: a ideologia é um efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história. É aí que se produz o sentido⁹.

A Análise do Discurso, assim, pretende-se uma teoria crítica que trata da determinação histórica dos processos de significação. Trabalha não com os produtos, mas com os processos e as condições de produção da linguagem, ou seja, leva em conta a exterioridade.

Ao considerar que a exterioridade é constitutiva, a AD parte da historicidade inscrita no texto, para atingir o modo de sua relação com a exterioridade, atestada no próprio texto, em sua materialidade.

Para a AD, conforme lemos em Orlandi (1990:35), “a história está ligada a práticas e não ao tempo em si”. Não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder. Por isso, não se procura extrair o sentido do texto, mas apreender sua historicidade, o que supõe colocar-se no interior de uma relação de confronto de sentidos.

Em termos de leitura, isso significa falar de um leitor para quem o texto não é um objeto acabado, com um sentido pré-determinado, que lhe compete descobrir. De forma contrária, esse leitor, determinado por sua relação com a história, confronta-se com a historicidade do texto. E, sob tais condições, produz sua leitura.

Caracteriza-se, dessa forma, uma noção de história que é própria da AD: a historicidade é a do texto, ou seja, sua discursividade, que não é simples reflexo de fora, mas constitui-se na própria tessitura da materialidade do sentido e do sujeito, nos seus modos de constituição histórica. A questão do histórico, assim, liga-se à da linguagem, à da ciência e à do sujeito.

Lemos mais uma vez em Orlandi (1999):

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a

⁹ Tudo isso tem relação direta com a questão da leitura e do leitor: Já que o sentido é uma relação determinada do sujeito com a história, é natural que diferentes leitores, que mantêm diferentes relações com a história, leiam um mesmo texto de forma também diferente, ou seja, produzam sentidos diversos.

exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados. (Orlandi, 1999: 47)

Desta forma, para que a língua faça sentido, é necessário que a história intervenha, pela opacidade, pela espessura material do significante. Isto ratifica, na verdade, a idéia de que o sentido não está nas palavras, não está no texto. Ou seja: é o processo da leitura, pela intervenção da história, que faz com que o texto faça sentido.

Todas essas convicções nascem, como já vimos (seção 1.1.1), em Pêcheux, para quem é impossível a Análise do Discurso sem sua ancoragem em uma teoria do sujeito. E é a ideologia que faz com que haja sujeitos. Assim, o efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito.

Podemos finalmente dizer que a Análise do Discurso, ao constituir-se, produz um deslocamento em relação às teorias sociais da ideologia, articulando os domínios das Ciências Sociais e da Lingüística. É com tais deslocamentos que a Análise do Discurso institui essa nova conceituação de sujeito, mostrando que, em termos de linguagem, nem sujeito nem significação são transparentes.

1.1.3 Análise do Discurso: implicações para o estudo da leitura

Com as reflexões realizadas na seção anterior, procuramos apresentar um esboço teórico suficiente para definir a Análise do Discurso e apontar suas especificidades. Neste ponto, queremos falar sobre o modo como nossa escolha teórica vai se refletir nesse estudo sobre a leitura.

Uma primeira observação tem relação com o fato de que o texto, nesta abordagem teórica, é a unidade de análise, mas, antes de tudo, é a materialidade do discurso; e é esse discurso que nos interessa.

O texto, assim, é a materialidade de um discurso produzido por um sujeito interpelado pela ideologia, um sujeito que é uma posição, um lugar. Quer dizer: um sujeito social.

Nesta medida, o texto materializa a leitura que esse sujeito faz da realidade, desvela a sua relação com a história, com a ideologia.

Os sentidos que são produzidos em um texto, assim, não nascem no sujeito que o escreve (embora ele tenha essa ilusão), mas vêm de sua relação com o interdiscurso, com a memória, com a formação discursiva. Os sentidos nascem da relação de um texto com outros textos, da relação com o contexto histórico, social, político. Isto significa que o texto não é acabado, não é fechado em si mesmo, é incompleto.

Tudo isso tem conseqüências no modo de conceber a leitura nesta perspectiva teórica. E também na forma de perceber esse processo de reescrita de um texto.

Assim, se o sujeito é sujeito à história, fica evidente que essa sujeição afeta tanto aquele que escreve (o autor) quanto aquele que lê (o leitor) e reescreve (lembrando que, nessa pesquisa, ele equivale ao leitor).

Ora, diferentes sujeitos estabelecem diferentes relações com a história, com a ideologia. Portanto, autor e leitor, enquanto sujeitos distintos, não ocupam necessariamente um mesmo lugar, uma mesma posição, não são iguais.

Desta forma, aquele texto escrito por um determinado autor (e que revela a sua relação com a história), ao ser tomado por um determinado leitor, que o reescreve, vai desencadear um processo de construção de significados que vai expressar a interpelação desse leitor pela ideologia (que não é idêntica ao do autor), a sua relação com a história (que também não é idêntica a do autor), a sua posição (que igualmente não é idêntica a do autor). Em outras palavras: o leitor realiza a sua leitura a partir de seu lugar social.

A reescrita, neste sentido, é a expressão de todo esse processo de leitura, desse processo de relação de um sujeito – afetado pela língua – com a história.

Podemos dizer então que, ao analisar textos reescritos, sob a perspectiva teórica da Análise do Discurso, não estamos preocupados com *o que eles querem dizer*, mas com o modo como estes textos significam. Isto implica que não nos ocupamos em descobrir, por exemplo, se o texto reescrito quer dizer a mesma coisa, ou quer dizer outra coisa, em relação ao texto que lhe serviu (para fins de análise) de origem, mas que estamos verificando o modo como esses textos significam.

Assim, a materialidade lingüística – representada pelos textos – é para nós um meio de ter acesso ao discurso dos leitores que reescrevem esses textos. O que estamos procurando verificar, então, são os efeitos de sentido gerados pela leitura e pela reescrita de textos dados, efeitos que têm origem em sujeitos interpelados ideologicamente e, portanto, identificados com uma determinada formação discursiva.

Em outras palavras: estamos partindo dos textos para perceber a sua historicidade e a sua relação com a exterioridade.

Feitas essas colocações, passamos então, no capítulo seguinte, a examinar mais detidamente a noção de leitura.

2. LEITURA

Neste segundo capítulo, vamos refletir sobre a leitura, noção central nessa pesquisa e sobre a qual muito se tem dito, a partir de perspectivas teóricas distintas.

Propomo-nos então a examinar questões que nos permitam caracterizar a noção de leitura a partir de uma visão discursiva.

Vamos ainda trabalhar outras noções que são pontos de interesse nesse trabalho e que, para nós, estão relacionadas à noção de leitura: reescrita, repetição, interpretação, heterogeneidade, silêncio e autoria.

2.1 TRABALHANDO A NOÇÃO DE LEITURA

Nesta seção, propomo-nos a examinar algumas concepções de leitura, a fim de percorrer um caminho que nos possibilite chegar a uma perspectiva discursiva da leitura.

2.1.1 Da decodificação à atribuição de sentidos

Orlandi (1993a:7), ao desenvolver um estudo sobre a leitura, chama a atenção para o fato de que este conceito pode ser tomado com vários sentidos distintos.

Assim, se pensada em termos bem restritivos, a leitura pode ser vinculada à alfabetização e adquirir o caráter de estrita aprendizagem formal. Nesta perspectiva, a leitura é encarada como o “aprender a ler e a escrever”. O termo leitura ainda pode estar ligado à construção de um aparato teórico e metodológico de aproximação de um texto; assim, falamos nas várias leituras de Saussure, por exemplo.

Como podemos notar, a leitura pode ser percebida de diferentes formas, o que corresponde à assunção de diferentes concepções teóricas.

Desse modo, por exemplo, vamos encontrar em Kato (1985), um conceito que relaciona leitura a *processo de decodificação* e que vê o texto como fonte única do sentido.

Tal postura corresponde a uma visão mecanicista da linguagem e considera o sentido como sendo arraigado exclusivamente às palavras e às frases.

A possibilidade de recuperar o verdadeiro sentido do texto, bem como as intenções do autor, leva a uma concepção segundo a qual o texto é considerado um *produto*, ou, como afirma Kato, “um conjunto de pegadas a serem utilizadas para recapitular as estratégias do autor e, através delas, chegar a seus objetivos” (Kato, 1985: 57).

Note-se, então, que a *ação* do leitor se restringe a *capturar* o sentido do texto e a respeitar as leituras autorizadas por ele.

Leffa (1999), ao examinar as perspectivas vigentes no estudo da leitura, faz referência a essa abordagem – denominada de *ascendente* – que estuda a leitura a partir da perspectiva do texto.

O autor ressalta que foi nas décadas de 50 e 60, nos Estados Unidos, que a perspectiva do texto predominou nos estudos da leitura. O que se queria então era que o texto, considerado como um intermediário entre o leitor e o conteúdo, fosse transparente, ou seja, que mostrasse o conteúdo da maneira mais clara possível.

Lembra Leffa, então:

O aspecto mais importante da leitura, nesta perspectiva textual, é a obtenção do conteúdo que subjaz ao texto. O conteúdo não está no leitor, nem na comunidade, mas no próprio texto. Daí que a construção do significado não envolve negociação entre o leitor e o texto e muito menos atribuição de significado por parte do leitor; o significado é simplesmente construído através de um processo de extração. (Leffa, 1999:18)

Ler, nessa perspectiva, é extrair um conteúdo, e a leitura será tanto melhor quanto mais conteúdo extrair.

Essa concepção de leitura como decodificação, centrada no texto, vai sendo abandonada, por exemplo, por Paulo Freire (1991:11), que afirma: “... uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo”.

Para Freire, assim, “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura dessa implica a continuidade da leitura daquele” (*ibidem*:20). Em outras palavras, linguagem e realidade relacionam-se dinamicamente, e a compreensão do texto implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

Assim, há sempre um movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo. Nesse movimento, a palavra flui do mundo através da leitura que dele se faz.

Nesta medida, a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescrevê-lo”, ou seja, de transformá-lo através de uma prática consciente.

Se pensada em uma concepção ainda mais ampla, a noção de leitura ganha outros significados.

Assim, por exemplo, lemos em Ezequiel Theodoro da Silva (1984) que, para que se efetue a leitura, não basta decodificar as representações indiciadas por sinais e signos, mas é preciso também que o leitor – que assume a compreensão – porte-se diante do texto, transformando-o e transformando-se.

Como podemos perceber, aqui a leitura deixa de ser pensada em termos de decodificação e passa a supor uma ação do leitor, que *porta-se diante do texto*, podendo, inclusive, *transformá-lo*.

Na obra *Elementos de Pedagogia da Leitura* (1988), que vem somar-se à outra, anteriormente citada, o autor ressalta a necessidade de o leitor “saltar” para o contexto, para a intencionalidade que determinou o texto, pois, para ele, se isso não ocorre, a leitura perde a sua validade, porque as palavras do autor ficam fechadas em si mesmas, sem que os elementos do real sejam colocados em relação com as experiências do leitor. Afirma então o autor: “Dessa forma, não existe a posse, apreensão ou compreensão de idéias, mas a mera reprodução alienada de palavras ou trechos veiculados pelo autor do texto” (Silva, 1988: 4).

Podemos ainda trazer para a discussão as idéias de Maria Helena Martins (1991:30), que percebe a leitura como “um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, não importando por meio de que linguagem”.

Para ela, o ato de ler se refere tanto a algo escrito quanto a outros tipos de expressão do fazer humano, caracterizando-se também como acontecimento histórico e estabelecendo uma relação igualmente histórica entre o leitor e o que é lido.

Martins, ressaltando que as concepções vigentes de leitura podem ser sintetizadas em duas caracterizações (como uma decodificação mecânica dos signos ou como um processo de compreensão abrangente, que envolve componentes emocionais, intelectuais, culturais, econômicos, políticos), vai dizer então que “decodificar sem compreender é inútil e compreender sem decodificar, impossível” (*Ibidem*:32).

É a partir desse pensamento que Martins compartilha as idéias de Paulo Freire e admite que a leitura vai além do texto e começa antes do contato com ele. Adotar esse ponto de vista, para a autora, significa admitir que o leitor desempenha um papel atuante, deixando de ser mero decodificador ou receptor passivo. Assim, o contexto em que ele atua, as pessoas com quem convive passam a ter influência apreciável em seu desempenho na leitura. Isto, segundo a autora, “porque o *dar sentido a um texto* implica sempre levar em conta a situação desse texto e de seu leitor” (*Ibidem*:33).

Desse modo, para Martins, a leitura se realiza a partir do diálogo do leitor com o objeto lido. Esse diálogo é referenciado por um tempo e um espaço, uma situação, e é desenvolvido de acordo com os desafios e as respostas que o objeto apresenta. Também o sustenta a intermediação com outro(s) leitor(es).

Para Martins, então, a dinâmica do processo é de tal ordem que considerar a leitura apenas como resultado da interação texto-leitor seria reduzi-la consideravelmente¹⁰, a ponto de se correr o risco de pensar que um mesmo leitor, lendo um mesmo texto, não importa quantas vezes, sempre realizaria uma mesma leitura. Afirma Martins: “Não precisa ser especialista no assunto para saber o quanto as circunstâncias pessoais ou não – uma dor de cabeça, uma recomendação acatada ou imposição, um conflito social – podem influir na nossa leitura” (*Ibidem*:34)¹¹.

Refletindo ainda sobre o papel do educador na problemática da leitura, Martins adota posição semelhante a de Ezequiel Theodoro da Silva e diz que criar condições de leitura não implica apenas alfabetizar ou propiciar acesso aos livros. É preciso mais: dialogar com o leitor sobre sua leitura, isto é, sobre *o sentido que ele dá* ao objeto da leitura.

Na proposta de Martins, podemos verificar alguns deslocamentos em relação às demais. Desta proposta, destacamos os seguintes pontos: a) o *diálogo* do leitor com o texto é referenciado por um tempo e um espaço; b) um mesmo leitor, lendo um mesmo texto, não importa quantas vezes, nem sempre realiza uma mesma leitura; c) considerar a leitura apenas como resultado da interação texto-leitor seria reduzi-la consideravelmente.

Poderíamos dizer que, de certa forma, esses pontos mantêm contato com uma perspectiva discursiva de leitura, sobre a qual falaremos melhor mais adiante (seção 2.1.2.). Podemos adiantar, no entanto, que tal perspectiva também concebe que a leitura começa antes do texto e vai além dele, considera importantes as condições em que a leitura é produzida (ou seja, o tempo e o contexto), admite que diferentes leituras de um mesmo texto podem ser realizadas por um mesmo leitor, ou por leitores diferentes, e reconhece que a leitura não se reduz à interação entre texto e leitor.

Frisamos, porém, que, em uma concepção discursiva, esse *dar sentidos ao texto*, do qual fala Martins, vai muito mais além. Ou seja: a leitura não é resultado apenas do “trabalho” de um leitor que, num ato consciente, atribui sentidos ou “capta” os sentidos expressos por um autor. Em uma perspectiva discursiva, entram em jogo muitos outros fatores no processo que é a leitura.

¹⁰ Na verdade, essa seria a tendência a que Leffa (1999) se refere como “a perspectiva do leitor”, ou abordagem descendente da leitura. Nela, a leitura se realiza baseada na experiência de vida do leitor, anterior ao seu encontro com o texto, e envolve conhecimentos lingüísticos, textuais e enciclopédicos, além de fatores afetivos. Nesta abordagem não se fala mais em extração, mas em *atribuição* de sentidos. Para Leffa, o problema desta perspectiva é que o leitor passa a ser visto como o soberano absoluto na construção do significado, pois, como o sentido não é extraído, mas atribuído, o leitor tem o poder de atribuir o significado que lhe aprouver. Para Leffa, essa perspectiva ignora os aspectos da injunção social da leitura.

¹¹ Essas colocações de Martins têm relação com aquilo que, em *Análise do Discurso*, chamamos de **condições de produção da leitura** (voltaremos a fazer referência a isso, na seção 2.1.2.). Mas, na perspectiva discursiva, os fatores que fazem parte dessas condições de produção vão além de uma dor de cabeça, uma recomendação. São fatores históricos, sociais, ideológicos. Mais adiante, ao falarmos sobre a leitura na perspectiva discursiva, desenvolveremos melhor essas questões.

Seguindo a mesma linha de Martins, encontramos Geraldi (1984), que afirma:

O autor, instância discursiva de que emana o texto, se mostra e se dilui nas leituras de seu texto: deu-lhe uma significação, imaginou seus interlocutores, mas não domina sozinho o processo de leitura de seu leitor, pois este, por sua vez, re-constrói o texto na sua leitura, atribuindo-lhe a sua (do leitor) significação. (Geraldi, 1984: 80)

Como é possível notar, está presente nessas definições a concepção de leitura como *atribuição de significado*, de leitor como alguém que pode propor *outra leitura*, não prevista pelo autor, que, sendo assim, não domina o processo da significação.

Nesta perspectiva, podemos reconhecer, embora Geraldi não fale explicitamente nisso, uma concepção de leitura em que o texto não está pronto, acabado. Não é o autor, portanto, que estabelece o sentido do texto, e o oferece aos leitores, para que esses “entendam” esse sentido. Antes, são os leitores que, pelo processo da leitura, fazem o texto ganhar sentidos.

Em obra posterior, Geraldi (1993:98) vai adotar explicitamente essa concepção de texto como objeto não acabado. Assim, o autor refere-se ao texto, por exemplo, como “um objeto que aponta tanto para o fechamento quanto para a abertura de sentidos”. Ou como “o produto de uma atividade discursiva onde *alguém diz algo para alguém*” (*Ibidem*:98).

Nesta perspectiva, lembra Geraldi:

O outro é a medida: é para o outro que se produz o texto. E o outro não se inscreve apenas no seu processo de produção de sentidos na leitura, o outro insere-se já na produção, como condição necessária para que o texto exista. É porque se sabe do *outro* que um texto acabado não é fechado em si mesmo. Seu sentido, por maior que lhe queira dar seu autor, e ele o sabe, é já na produção um sentido construído a dois. (*Ibidem*:102)

É isto que leva Geraldi a dizer, ainda, que “se fala em compreensão de um texto, e não em reconhecimento de um sentido que lhe seria imanente, único” (*Ibidem*:103).

Uma tal concepção é compartilhada por Marisa Lajolo (1982):

Ler não é decifrar, como num jogo de adivinhações, o sentido de um texto. É, a partir do texto, ser capaz de atribuir-lhe significação, conseguir relacioná-lo a todos os outros textos significativos para cada um, reconhecer nele o tipo de leitura que seu autor pretendia e, dono da própria vontade, entregar-se a esta leitura, ou rebelar-se contra ela, propondo outra não prevista. (Lajolo, 1982:59)

Como podemos notar, Lajolo considera a intertextualidade como parte do processo da leitura, ou seja, considera como parte do processo de produção de sentidos o estabelecimento da relação entre os textos.

Nesse processo, mais uma vez, o autor deixa de ser “dono” de seu texto e passa a dividi-lo com seus leitores, que recriam seus sentidos, estabelecendo relações com outros textos.

Temos novamente, aqui, uma concepção de texto não acabado, não fechado em si mesmo. Neste sentido, a concepção de Lajolo afasta-se da noção de leitura como decodificação de sentidos e aproxima-se de uma concepção discursiva de leitura.

Postura semelhante é adotada por Angela Kleiman (1989). Para a autora, partir do princípio de que a linguagem é interação traz resultados positivos válidos. Diz ela:

Nessa visão, o texto escrito se constitui no meio através do qual autor e leitor interagem, onde o autor constrói um texto, e, portanto, propõe uma leitura, através do quadro referencial selecionado, enquanto o leitor aceita, refuta, critica, também apoiado num processo seletivo que determina a apreensão da linha temática, a integração das informações num significado único e abrangente, e uma reação intersubjetiva. (Kleiman, 1989:18-9)

Para a autora, são vários os aspectos que constituem a leitura, pois o ato de compreender é muito complexo e envolve uma “multiplicidade de processos cognitivos que constituem a atividade em que o leitor se engaja para construir o sentido de um texto escrito” (*Ibidem*:9).

Encontramos então em Kleiman a leitura sendo tomada como *construção* de sentidos.

Em 1993, a mesma autora define a leitura como uma prática social que remete a outros textos e outras leituras. Assim, afirma Kleiman: “Ao lermos um texto, qualquer texto, colocamos em ação todo o nosso sistema de valores, crenças e atitudes que refletem o grupo social em que se deu nossa socialização primária, isto é, o grupo social em que fomos criados” (Kleiman, 1993:10).

De tudo que foi visto até aqui sobre a leitura, podemos dizer que há, grosso modo, três formas de considerá-la: a) como decodificação ou extração de sentidos; b) como construção de sentidos; c) como atribuição de sentidos.

Como pudemos constatar, quando a leitura é concebida como decodificação, ela fica centrada no texto, que é o portador de uma significação que cabe ao leitor apreender. Quando ela é concebida como construção de sentidos, fica centrada no leitor, que é soberano em relação ao texto e capaz de atribuir-lhe o sentido que desejar. No nosso ponto de vista, no entanto, nem texto nem leitor, sozinhos, são responsáveis pelos sentidos de um texto.

Por isso, preferimos falar em **atribuição de sentidos**, o que pressupõe falar também em **produção de sentidos**, produção que tem em sua origem um processo histórico-social.

Vamos então procurar perceber de que forma essa concepção de leitura como produção de sentidos contribui para uma abordagem discursiva da leitura.

2.1.2 Leitura e discursividade

Na busca de definir a leitura a partir da perspectiva teórica da Análise do Discurso, tomamos como ponto de partida Michel Pêcheux (1975), quando – procurando mostrar que a produção do

sentido é indissociável da relação de paráfrase, que a família parafrástica constitui o que se poderia chamar de “matriz do sentido” e que é no interior dessa família que se constitui o efeito de sentido – o autor afirma: “Se nos acompanham, compreenderão então que a evidência da leitura subjetiva, segundo a qual um texto é biunivocamente associado a seu sentido (...) é uma ilusão constitutiva do efeito-sujeito em relação à linguagem” (Pêcheux, 1975:169).

A afirmação de Pêcheux vem nos falar, assim, de uma concepção de leitura que descarta a possibilidade da decodificação do sentido, dos sentidos construídos de antemão, de sentido único para um texto. E nos permite pensar que uma reescrita, enquanto materialização da leitura, não pode ser imaginada também como uma decodificação que conduziria à reprodução de um sentido único.

A partir de pressupostos teóricos como os de Pêcheux é que Orlandi (1987:193) vai dizer que “a leitura é o momento crítico da constituição do texto, pois é o momento privilegiado do processo da interação verbal: aquele em que os interlocutores, ao se identificarem como interlocutores, desencadeiam o processo da significação”.

Deste modo, é na sua interação que os interlocutores instauram o espaço da discursividade. Em outras palavras, isso significa que, para Orlandi, **a leitura é produzida**.

Para a autora, um dos pontos que levam a considerar a leitura como produzida é a problematização do conceito de legibilidade: o que é um texto legível? O que torna um texto legível? A essas questões, acrescentamos outras: ser um texto legível significa ser compreendido por qualquer leitor, em qualquer momento? Reescrever um texto seria apenas um ato de revelar a legibilidade do texto? Reescrever seria, para qualquer leitor, apenas repetir um texto, da mesma maneira, demonstrando sua legibilidade?

Na nossa perspectiva, assim como para Orlandi, a legibilidade do texto está, e ao mesmo tempo não está, no texto. Em outras palavras: a legibilidade tem pouco de objetiva e não é uma consequência direta da escrita. Assim, é necessário que outras questões sejam colocadas: legível para quem? Bem escrito para quem?

Essa forma de conceber a legibilidade, como podemos perceber, relativiza a idéia de qualidade do próprio texto e desloca o problema para a relação que se estabelece entre o texto e quem o lê. Isso, convém ressaltar novamente, exclui a possibilidade de considerar a leitura como decodificação, como apreensão de uma informação ou de um sentido que já está dado. E, na mesma medida, nos impede de pensar na reescrita como mera decodificação, como simples desvelamento de um sentido preestabelecido.

Nessa perspectiva, não se considera a leitura como um *produto*, mas se procura observar o processo de sua produção e, portanto, de sua significação. O leitor, então, não apreende simplesmente um sentido que está no texto, mas ele *produz, atribui* sentidos ao texto. A leitura,

então, é uma questão de natureza, de condições, de modos de relação, de trabalho, de produção de sentido; enfim, de historicidade.

É isso que leva Orlandi (1993a:41) a dizer que toda leitura tem sua história, o que explica o fato de que leituras que são possíveis, para um mesmo texto, em certas épocas, não o foram em outras, e leituras que não são possíveis hoje o serão no futuro. E explica também o fato de que lemos diferentemente um mesmo texto em épocas distintas e sob condições diferentes.

Nesta perspectiva, podemos pensar também que reescritas possíveis para um texto em um momento podem não ser possíveis em outro, o que equivale a dizer, a exemplo do que diz Orlandi sobre a leitura, que toda reescrita tem sua história. Isto porque a reescrita também é um efeito de historicidade.

Assim como os sentidos têm sua história, também o leitor tem sua história de leituras. As leituras já feitas configuram, segundo Orlandi, a compreensibilidade do texto de cada leitor específico.

Dessa forma, “as leituras já feitas de um texto e as leituras já feitas por um leitor compõem a história da leitura em seu aspecto previsível” (*Ibidem*:43). E essa previsibilidade também resulta da história, o que quer dizer que é ainda do contexto histórico-social que deriva a pluralidade possível, e desejável, das leituras. É isso que leva Orlandi a afirmar que as leituras têm suas histórias, no plural.

Estendendo o raciocínio, podemos afirmar então que toda reescrita tem sua história e que isso deriva do fato de que todo leitor tem sua história de leituras. A reescrita, neste sentido, é a materialização das leituras já feitas por um leitor e tem a ver também com o contexto histórico-social em que é produzida, o que pode levar à sedimentação ou à pluralização dos sentidos.

Na dinâmica entre as leituras previstas para um texto e as novas leituras possíveis é que se situa então, segundo Orlandi, o difícil limite que se estabelece na relação de interação que a leitura envolve: aquilo que o leitor não chegou a compreender, o mínimo que se espera que seja compreendido (limite mínimo) e aquilo que ele atribui indevidamente ao texto, ou seja, aquilo que já ultrapassa o que se pode compreender (limite máximo).

Assim, segundo Orlandi, é justamente a observação da história que pode nos levar a decidir se uma leitura é ou não uma leitura possível (limite máximo) e/ou se ela chega a ser uma leitura razoável (limite mínimo). Em outras palavras: uma leitura não é possível e/ou razoável em si, mas em relação às suas histórias.

A pluralidade das leituras, desta forma, como ressalta Orlandi (1996:87), não tem relação apenas com a leitura de vários textos, mas, principalmente, com a possibilidade de se ler um mesmo texto de várias maneiras.

Para nós, isso pode ser traduzido pelo fato de que a relação com a história abre possibilidades de reescrever um mesmo texto de várias maneiras, o que significa pensar que a reescrita pode nos revelar os diferentes graus de interação do leitor com um determinado texto, sua relação com a história. Mas nos permite imaginar também, e isso é o mais interessante para nós, que essa relação poderá levá-lo a um menor afastamento – leituras previstas – ou a um maior afastamento – leituras possíveis – do texto lido. Ou seja: nos permite sonhar com a pluralidade de sentidos nas reescritas.

É justamente essa relação de posições histórica e socialmente determinadas – em que o simbólico (lingüístico) e o imaginário (ideológico) se juntam – que, segundo Orlandi, constituem as **condições de produção da leitura**.

E, diríamos também, as **condições de produção da reescrita**.

No processo que é a leitura, autor e leitor, confrontados, definem-se então em suas condições de produção, que compreendem fundamentalmente os sujeitos (autor e leitor), a situação, a ideologia, a memória, os demais textos.

Deste modo, é possível imaginar que há reescritas previstas para um texto, mas que sempre serão possíveis novas reescritas, sujeitas à história dos sentidos, às histórias (de leitura) dos leitores.

Levar em conta as condições de produção da leitura nos permite então conceber o funcionamento do discurso. Isto significa que a noção de funcionamento, necessariamente, remete o discurso à sua exterioridade. Essa relação com a exterioridade – contexto de enunciação e contexto sócio-histórico – permite entender a **incompletude** do texto, assim definida por Orlandi (1987):

Entendemos como incompletude o fato de que o que caracteriza qualquer discurso é a multiplicidade de sentidos possível. Assim, o texto não resulta da soma de frases, nem da soma de interlocutores: o(s) sentido(s) de um texto resulta(m) de uma situação discursiva, margem de enunciados efetivamente realizados. Esta margem – este intervalo – não é vazio, é o espaço determinado pelo social. (Orlandi, 1987:194)

Considerar as condições de produção da leitura é, então, trabalhar a incompletude, essa espécie de indeterminação do texto.

Assim, não há leituras – nem reescritas – previstas por um texto de modo geral, como se ele fosse um objeto fechado em si mesmo e auto-suficiente, mas há leituras – e reescritas – previstas para ele. O possível e o razoável, em relação à compreensão de um texto, definem-se quanto às histórias da sua leitura, quanto à forma de interação que o leitor estabelece, no processo da leitura.

É próprio da natureza da linguagem a possibilidade desta multiplicidade de sentidos. Se, no entanto, ocorre a sedimentação histórica dos sentidos, é porque, em condições de produção determinadas, um sentido acaba por adquirir estatuto dominante em relação aos outros.

Se descentralizamos o conceito de informação em relação à leitura, podemos, então, pensar o sentido em sua pluralidade e esquecer a idéia de um sentido literal, ou seja, se consideramos que o contexto e as condições de produção são constitutivas do sentido, percebemos que a variação é inerente ao próprio conceito de sentido. Isto nos leva a abandonar a hipótese de um sentido nuclear, mais importante hierarquicamente que os outros, e a pensar em efeitos de sentido. Os sentidos, assim, recolocam-se a cada momento no processo que é a interlocução.

Isto nos permite considerar, acompanhando Gregolin (2001:60), que os textos são um objeto de reconhecimento/desconhecimento cuja aparição só se completa quando um leitor o insere na ordem da história, deslocando-o do lugar onde jaz reclamando sentidos.

Assim, o histórico traz em si mesmo uma ambigüidade: porque é histórico, muda; porque é histórico, permanece. Da mesma forma que há a história das leituras, há a história da leitura do leitor, isto é, do sujeito-leitor. E se existe a possibilidade de diferentes leituras para um mesmo texto é porque existem diferentes sujeitos-leitores, que mantêm diferentes relações com a ideologia, com a história.

A leitura, nesta perspectiva, pode ser concebida como um trabalho do leitor, que, enquanto sujeito interpelado ideologicamente e determinado pelo social, lida com essa incompletude e passa a produzir sentidos. Quer dizer: diferentes sujeitos-leitores, diferentes relações com a história, diferentes formas de trabalhar a incompletude do texto resultam em diferentes leituras. E ainda: diferentes sujeitos-leitores, diferentes relações com a história, diferentes processos de leitura resultam em diferentes processos de reescrita.

Podemos dizer então que a incompletude do texto reside no fato de que o discurso instala o espaço da intersubjetividade, o que implica que o texto é visto não como fechado em si mesmo, mas como constituído pela relação de interação que ele mesmo instala. Interação que pressupõe, necessariamente, o confronto entre autor e leitor, ambos determinados ideologicamente e produzindo sentidos a partir de um lugar social e sob determinadas condições. Tudo isso subentende também a relação com outros textos. Em outras palavras: faz parte também das condições de produção da leitura a **intertextualidade**.

A intertextualidade, conforme nos lembra Orlandi (1987:160), pode ser vista sob dois aspectos: primeiro, porque se pode relacionar um texto com outros, nos quais ele nasce e para os quais ele aponta; segundo, porque se pode relacioná-los com suas paráfrases (seus fantasmas), pois sempre se pode referir um texto ao conjunto dos textos possíveis naquelas condições de produção. A intertextualidade é, pois, um dos fatores que constituem a unidade do texto.

Neste estudo sobre a leitura, a intertextualidade está sendo levada em conta sob os dois aspectos anteriormente mencionados: primeiro, porque, ao examinarmos reescritas, estamos lidando

com textos que materializam a relação de um texto com outro texto (aquele que estamos considerando, metodologicamente, como texto-origem, e a partir do qual a reescrita surge); segundo, porque, ao compararmos as reescritas, estamos procurando verificar as relações que elas estabelecem entre si mesmas, ou seja, estamos verificando as relações de paráfrase.

Tal tarefa nos conduz também ao interdiscurso, onde circulam os saberes que determinam o discurso dos sujeitos-leitores e suas reescritas.

Assim, podemos dizer que, quando se lê, considera-se não apenas o que está dito, mas também o que está implícito: aquilo que não está dito, mas que também está significando e que pode se apresentar de várias maneiras; o que não está dito, mas que, de alguma forma, sustenta o que está dito; o que está suposto para que se entenda o que está dito; aquilo a que o que está dito se opõe; outras maneiras de se dizer o que se disse e que significa com nuances distintas, etc.

Na análise de discurso proposta por Pêcheux, estaria caracterizada aí a **relação de sentidos**. Lemos então em Pêcheux (1969):

...tal discurso remete a outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele 'orquestra' os termos principais ou anula os argumentos. Em outros termos, o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio... (Pêcheux, 1969:77)

Por essa relação de forças, o locutor se liga ao lugar social do qual diz, o que faz com que aquilo o locutor diz tenha um estatuto diferente conforme o lugar que ele ocupa. Assim, o(s) sentido(s) de um texto está (ão) determinado (s) pela posição que ocupa aquele que o produz, tanto o que o emite quanto o que o lê. Nesta perspectiva, os sentidos que podem ser lidos em um texto não estão necessariamente ali, nele, pois esses sentidos passam pela relação do texto com outros textos.

Isso, como ressalta Orlandi (1993a:11), mostra que a leitura pode ser um processo bastante complexo e que envolve muito mais do que habilidades que se resolvem no imediatismo da ação de ler. Saber ler é saber o que o texto diz e o que ele não diz, mas o constitui significativamente.

Nesta perspectiva, a reescrita, para nós, é também um processo complexo, que envolve muito mais do que apenas entender e redizer o sentido de um determinado texto. Reescrever, significa, para um leitor, revelar, pela materialização da leitura, sua compreensão do sentido que o texto diz e do sentido que ele não diz e, diante disso, posicionar-se como sujeito, mantendo, deslocando ou transformando esse sentido.

A noção de intertextualidade implica ainda a relação que um texto tem com outros textos que poderiam ter sido produzidos naquelas condições e não o foram. Assim, aquilo que poderia se dizer

e não se disse, em determinadas condições de produção, também constitui o espaço de discursividade daquelas condições.

Na verdade, podemos dizer que a relação do discurso com as formações ideológicas – representadas no discurso pela sua inscrição em uma formação discursiva determinada – é que sustenta as suas possíveis diferentes leituras.

Indursky (2001:29-30), tratando dessa questão, define a intertextualidade como a retomada/releitura que um texto produz sobre outro texto, dele apropriando-se para transformá-lo ou assimilá-lo. Assim, o processo de intertextualidade lança o texto a uma origem possível.

À noção de intertextualidade, Indursky contrapõe a de interdiscurso. Assim, enquanto a intertextualidade diz respeito à releitura de um texto sobre outro texto, o interdiscurso diz respeito à memória do dizer, remetendo a redes de formulações tais que já não é mais possível identificar com precisão, como acontece na intertextualidade, a origem de um texto, uma vez que o discurso está disperso em uma profusão descontínua de textos, relacionando-se com formações discursivas diversas e mobilizando posições-sujeito igualmente diferentes. Intertextualidade e interdiscurso são então duas formas distintas de relação com a exterioridade que participam, igualmente, da constituição do texto.

A conseqüência disso, para Indursky, é que já não se pode pensar no texto como uma instância enunciativa homogênea, mas, ao contrário, como num espaço discursivo heterogêneo. E tais formas de se relacionar com a exterioridade constituem, para a autora, a **interdiscursividade**.

Falar em reescrita a partir de tal perspectiva significa então estar no campo do intertexto – uma vez que examinamos a relação entre textos – e ir ao espaço do interdiscurso – uma vez que estamos trabalhando com a memória do dizer. Desse modo, o texto que deu origem à reescrita passa a ser considerado apenas como um “ponto de partida” – imaginário – para a produção de outros dizeres.

Um texto com tal heterogeneidade, como nos lembra Indursky, é produzido por um sujeito interpelado ideologicamente e identificado com uma **posição- sujeito** inscrita em uma formação discursiva.

A noção de posição-sujeito está presente em Pêcheux (1988), para quem o lugar do sujeito nunca é vazio, mas ocupado por aquilo que ele designa de **forma-sujeito**¹², ou sujeito de saber da

¹² A designação *forma-sujeito*, segundo Pêcheux (1988), pela qual o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva que o constitui, abrange o sujeito-enunciador (sujeito do discurso ou sujeito ideológico) e o sujeito universal (ou sujeito do saber) na articulação entre o interdiscurso e o intradiscorso de uma FD. A forma-sujeito tende a absorver o interdiscurso no intradiscorso, de modo que o interdiscurso aparece como o “já-dito” do intradiscorso. Assim, a forma-sujeito realiza a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui um de seus fundamentos.

FD. Para Pêcheux, assim, “...é pela forma-sujeito que o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva que o constitui” (Pêcheux, 1988:167).

Essa noção também está presente em Courtine (1981), que afirma:

É no nível de constituição do enunciado como elemento de saber, sob a dominação do interdiscurso, que deve ser situada a instância do Sujeito Universal (SU), ou sujeito do saber próprio a uma FD, referente ao lugar de onde pode-se enunciar: “cada um sabe, vê, diz, compreende que...” para todo sujeito enunciador que venha enunciar uma formulação a partir de um lugar inscrito na FD. Assim, o saber próprio a uma FD é formado pelo “conjunto de asserções que reenviam ao SU e marca bem que o enunciável se constitui como exterior ao sujeito que enuncia. (Courtine, 1981: 50)

É a **posição-sujeito**, portanto, que revela essa relação de identificação entre sujeito enunciador e sujeito do saber da FD. Isso significa que diferentes sujeitos, relacionando-se com o sujeito do saber de uma mesma FD, podem ter diferentes posições-sujeito, o que acarreta diferentes **efeitos-sujeitos** em seu discurso.

Assim, o sujeito produz seu texto a partir de um lugar social, assumindo uma determinada posição-sujeito, e, ao fazê-lo, constitui-se em **sujeito-autor**¹³, o qual, segundo Indursky (2001:30), mobiliza diferentes relações com a história e as organiza, dando-lhes a configuração de um texto. Ou ainda: o sujeito-autor cria o **efeito-texto**¹⁴.

Tal efeito-texto, além de apresentar-se como um texto que está na origem de seu autor, apagando os vestígios de sua interdiscursividade e demarcando-se de todos os outros textos, apresenta-se também ilusoriamente como uma “peça de linguagem” dotada de completude. Quer dizer: o efeito-texto resulta da ilusão de que tudo o que devia ser dito foi dito, de que nada falta ou nada sobra. Ele é dotado de começo, meio e fim. Ou ainda: apresenta-se como uma forma completa, acabada, fechada.

O efeito-texto, desse modo, produz um **fechamento**¹⁵ que, por sua vez, instaura a estabilização dos sentidos.

Segundo Indursky (2001:4), essa é uma ilusão que afeta o sujeito-autor: ele esquece que os sentidos pré-existem e imagina-se a fonte de seu dizer e de seus sentidos: ele sabe/controla/domina

¹³ A noção de autor é desenvolvida por Foucault (1996) e retomada por Orlandi (1993a), sob a luz da Análise do Discurso. É sobre essa base teórica que Gallo (1994) desenvolve a noção de **efeito-autor**, que, para a autora, consiste “no efeito de realidade de um sujeito produtor de discurso”.

¹⁴ Gallo (1994), fala em efeito TEXTO, que é o efeito de realidade e unidade do enunciado. Para a autora, o efeito TEXTO relaciona-se ao efeito de fechamento da linguagem, enquanto para Indursky, o efeito-texto consiste na ilusão de fechamento e estabilização dos sentidos.

¹⁵ A noção de **fechamento** vem de Gallo (1994), e está relacionada a uma contenção da dispersão dos sentidos, que resulta no efeito-texto.

perfeita e completamente os sentidos que produziu em seu texto. Desse modo, os sentidos ‘são’ o que seu autor pretendeu que fossem, absolutamente transparentes e, como tal, se cristalizam, não podendo nunca serem outros, produzindo o efeito de evidência. Em sua ilusão, tais sentidos são estáveis, nunca derivam, nem podem deslizar.

Dessa ilusão, o sujeito-autor emerge como **efeito-sujeito**. E esse efeito está atravessado pelo esquecimento da exterioridade e dos outros sentidos. É, pois, sobre o efeito-texto, dotado da ilusão de homogeneidade, completude e transparência, que se instaura a produção da leitura. E é também sobre esse texto que vai se constituir o **sujeito-leitor**, sujeito também interpelado ideologicamente e identificado com uma formação discursiva.

Acreditamos que a reescrita, nesta medida, tem em sua origem um sujeito que, mesmo sabendo que não é fonte do seu dizer – uma vez que ele está retomando um texto produzido por um sujeito-autor que não é ele – imagina-se fonte desse sentido que, agora, está (re)construindo. Desse modo, ele instaura o seu processo de leitura sobre um efeito-texto, e, ao fazer isso, tem a ilusão de que está produzindo os seus próprios sentidos.

Segundo Indursky, essa relação entre sujeito-leitor e sujeito-autor tem conseqüências:

Isso implica dizer que o sujeito-leitor vai ocupar uma posição-sujeito em relação àquela ocupada pelo sujeito-autor, com ela identificando-se ou não. Ou seja, o sujeito-leitor vai produzir sua leitura desde seu lugar social e este pode ou não coincidir com o lugar social a partir do qual o sujeito-autor produziu o texto. Por conseguinte, a produção de leitura vai mobilizar, num primeiro momento, essas duas posições-sujeito. Elas estabelecem entre si um processo de interlocução que é travado no interior do espaço simbólico desenhado pelo efeito-texto. Cabe à função-leitor concordar, identificando-se com a posição-sujeito ocupada pelo autor, ou discordar, discutir, criticar a posição-sujeito assumida pelo sujeito-autor. Em ambos os casos, o leitor instaura o seu próprio trabalho discursivo, a prática discursiva da leitura. (*Ibidem*:5)

Assim, o sujeito-leitor entra em interlocução com o sujeito-autor através do efeito-texto. E, ao dialogar com esse efeito-texto, tem a ilusão de que a única voz com a qual ele se defronta é a do sujeito-autor. Sabemos, no entanto, e Indursky ressalta esse fato, que, em um texto, circulam muitas vozes, ou seja, confrontam-se várias posições-sujeito, provenientes de outros textos, de outros discursos, de outras formações discursivas. Isso lança o leitor em uma interdiscursividade insuspeitada, e ele interage com todos os outros sujeitos inscritos no efeito-texto e atualizados pelo sujeito-autor e não apenas com o sujeito-autor.

Nesta perspectiva, lembra Indursky, a produção da leitura é bastante complexa e diferente de uma interlocução intersubjetiva que poderia ser entendida como sendo travada apenas entre as duas posições-sujeito ocupadas pelo autor e pelo leitor; na verdade, por trás dessas duas posições, outras posições, outras vozes, freqüentemente anônimas, entram em interlocução. E isso torna essa interlocução heterogênea.

Tal interdiscursividade, no entanto, não é dada diretamente pelo efeito-texto, pois foi ocultada pelo trabalho de **textualização**¹⁶ produzido pelo sujeito-autor. Nesse trabalho, “o interdiscurso se atravessa e presentifica na materialidade textual sob a modalidade de uma presença ausente” (*Ibidem*:6).

Neste sentido, vai depender das condições de produção da leitura de cada sujeito-leitor reconhecer essa interdiscursividade, uma vez que cada sujeito-leitor tem maior ou menor domínio do contexto em que foi produzido o texto, cada sujeito-leitor tem sua história de leituras, o que pode levá-lo a identificar ou não os recortes textuais que o sujeito-autor, inconscientemente, mobilizou. Nessa medida, cada leitor poderá reconhecer ou não a interdiscursividade presente no texto e essa história pessoal do leitor vai determinar sua maior ou menor interação com a interdiscursividade constitutiva do efeito-texto a ser lido.

Assim, cada sujeito-leitor, tendo sua própria história de leituras, pode estabelecer relações diversas, mobilizando uma interdiscursividade diferente daquela do sujeito-autor, o que poderá levar diferentes leitores a atribuírem diferentes sentidos a um mesmo texto.

Para nós, isso significa que cada leitor, munido de sua própria história de leituras, pode mobilizar uma interdiscursividade diferente e reescrever também diferentemente um mesmo texto.

Lembra ainda Indursky:

O sujeito-leitor aproxima-se do texto a partir de seu lugar social, de sua posição-sujeito, e o observa à luz de seu contexto sócio-histórico, cultural, político e econômico. Mas não apenas isso. Aborda-o igualmente ao abrigo de sua história de leituras e de outros discursos que ressoam desde o interdiscurso, atravessando-se em sua leitura. (*Ibidem*:7)

Indursky refere-se aqui à memória discursiva, onde se encontram palavras já ditas, saberes anônimos e inconscientes. Munido de tudo isso, o sujeito-leitor passa a interagir com o efeito-texto e, debatendo com ele, vai promovendo a sua “desconstrução”, ou seja, “através da produção da leitura, vai desestabilizando aquela superfície que parecia tão bem estruturada e homogênea, aí reconhecendo e/ou introduzindo elementos que lhe são externos” (*Ibidem*:7).

A produção discursiva da leitura, no entanto, para Indursky, não termina aí, pois, para que se complete o ciclo, é necessário que o texto seja recomposto. Assim, afirma a autora:

Ao preencher as ‘brechas’ produzidas por sua prática discursiva de leitura, o sujeito-leitor reconstrói o texto, dá-lhe uma nova estruturação, igualmente heterogênea e provisória. Esse é o trabalho discursivo do sujeito-leitor: desconstruir o efeito-texto, produzindo ‘brechas’ em sua estruturação, as quais se constituem pelo atravessamento da interdiscursividade na prática de leitura realizada sobre o efeito-texto. Essas ‘brechas’ são preenchidas pela produção da leitura, à luz da memória discursiva. (*Ibidem*:8)

¹⁶ A noção de textualização pode ser encontrada em Gallo (1994), como sendo a prática que produz um efeito de fechamento, que contém a dispersão dos sentidos e remete ao efeito-texto.

Essa concepção de leitura e de sujeito-leitor, desenvolvida por Indursky, é altamente produtiva para nós, uma vez que estamos preocupados justamente com esse processo de desconstrução e reconstrução do efeito-texto, através da prática discursiva da leitura.

Para nós, a reescrita lida justamente com esse espaço de identificações e/ou disjunções que a leitura produz, materializando esse processo de desconstrução e reconstrução do efeito-texto.

Nessa perspectiva, podemos pensar também nas reticências e no ponto de interrogação que, sendo “brechas” visíveis, sinalizadas pelo sujeito-autor na estruturação do texto, podem induzir o trabalho de desconstrução do efeito-texto, permitindo que, por ali, se atravesse uma interdiscursividade e que esse atravessamento se solidifique pela reescrita.

Assim, nesse estudo, procuraremos descobrir como o sujeito-leitor interage com essas brechas, na produção da leitura e na reconstrução do efeito-texto e à luz de suas histórias de leitura e da memória discursiva.

Todas essas reflexões nos permitem retornar à noção de legibilidade proposta por Orlandi (1993a:9), noção que dá conta do fato de o texto não ser o exclusivo portador da significação.

Assim, a leitura não é uma questão de tudo ou nada, de certo ou errado, mas é uma questão de trabalho, de produção de sentidos, de historicidade. É, nos termos de Orlandi, uma questão de “graus”. E, nessa medida, é importante a noção de **leitor virtual** e de **leitor real**.

Para Orlandi, então, há sempre um leitor virtual inscrito no texto, o qual é constituído no próprio ato da escrita. Subjacente a esse pensamento está a noção de **formações imaginárias**¹⁷: o autor imagina um leitor e para ele dirige seu texto. Este leitor tanto pode ser um seu “cúmplice” quanto um seu “adversário”. Deste modo, quando o leitor real lê o texto, já encontra no mesmo um leitor aí constituído, e com ele tem que se relacionar.

Eis aí, portanto, nos termos de Orlandi, a relação básica que instaura o processo da leitura: o jogo existente entre leitor virtual e leitor real.

Isto é o que, segundo a autora, nos permite pensar na leitura não como uma interação, mas como uma relação de confronto. Quer dizer: o leitor não interage com o texto, mas com outro (s) sujeito(s) – leitor virtual, autor, etc. Reencontramos aqui também o pensamento de Indursky.

Na perspectiva que estamos adotando neste estudo, vamos preferir não falar em *confronto*, para traduzir o processo que se desenvolve entre sujeito-leitor e texto (constituído por um sujeito-autor e outros sujeitos). Isto porque estamos pressupondo que, nesse processo, pode haver relações

¹⁷ Essa pode ser encontrada em Pêcheux (1969:77), quando o autor afirma que “um discurso é sempre produzido a partir de condições de produções dadas”. Isso significa que o discurso deve ser remetido às relações de sentido nas quais é produzido. Assim, o que funciona é uma série de **formações imaginárias** que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem-se cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro.

de divergência, de discordância ou de transformações, mas pode haver também relações de identificação e de concordância entre sujeito-leitor e texto. Assim, preferimos falar simplesmente em *interlocução*, ou seja, preferimos pensar na leitura – e na reescrita – como um relacionamento que se desenvolve entre sujeito-leitor, texto, sujeito-autor e todas as outras vozes que circulam entre esses elementos.

A partir de tudo isso, explica-se a noção de leitura como o momento da produção da unidade textual: leitura e sentidos constituem-se simultaneamente, num mesmo processo. Processo que se configura de diferentes modos, dependendo da relação que se estabelece entre leitor virtual e leitor real.

Porém, inegavelmente, faz parte do processo da leitura – e da reescrita – a própria instauração do autor e do leitor em sua relação como sujeitos, pois sujeitos e sentidos são elementos do mesmo processo de significação.

Assim, como nos lembra Orlandi (1993a:11), a relação entre autor/leitor/texto exclui a possibilidade de pensarmos em: a) um autor onipotente, cujas intenções controlam todo percurso de significação do texto; b) um texto transparente, que diz por si toda a significação; c) um leitor onisciente, cuja capacidade de compreensão domina as múltiplas determinações de sentidos que jogam em um processo de leitura.

Em outras palavras: o sentido que produzimos, na leitura, não nasce nem no autor, nem no texto, nem no leitor, mas na relação que se estabelece entre sujeitos determinados ideologicamente e que produzem sua leitura sob determinadas condições.

Do mesmo modo, para nós, o sentido que se produz na reescrita não nasce da leitura apenas do texto que, ilusoriamente, lhe serve de origem, mas de todas as outras leituras realizadas por aquele sujeito-leitor, e, além disso, de sua relação com os sentidos produzidos pelo sujeito-autor. É essa relação entre sentidos produzidos por sujeitos determinados ideologicamente que vai ditar o rumo das reescritas, ou seja, vai estabelecer a direção dos sentidos.

São fatores como esses que vão determinar a sedimentação ou a transformação dos sentidos veiculados pelo efeito-texto. Ou seja: vão apontar para aquilo que Orlandi denomina de **leitura parafrástica** ou **leitura polissêmica**.

Essa concepção está presente em Orlandi (1987:200) e revela que a leitura pode se efetivar de duas formas: a) como leitura parafrástica, que se caracteriza pelo reconhecimento (reprodução) do sentido dado pelo autor; b) como leitura polissêmica, que se define pela atribuição de múltiplos sentidos ao texto.

Leitura parafrástica e leitura polissêmica, nesta perspectiva, dizem respeito aos limites entre **o mesmo** e **o diferente**. E todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre esses limites, entre esses processos.

Ao assumir a palavra, como sabemos, retomamos dizeres, mexendo na rede de filiação dos sentidos. Ao fazer isso, criamos uma espécie de jogo entre aquilo que já foi dito e aquilo que temos a dizer: um jogo entre o mesmo e o diferente. É nesse jogo que os sentidos se sedimentam, se solidificam. Ou se movimentam, ressignificam.

Em Orlandi (1999) vamos encontrar então:

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (Orlandi, 1999:36)

Todo discurso, assim, se faz nessa tensão entre o mesmo e o diferente. E se os sentidos podem vir a ser outros é porque a língua é sujeita à falha, ao equívoco, à ideologia. O sujeito, assim, ao significar, se significa.

Se pensarmos especialmente em termos de processo discursivo da leitura – e de reescrita – podemos trazer para a discussão novamente a noção de sujeito-leitor, que, como já vimos, desconstrói e reconstrói os sentidos do efeito-texto. Esses sentidos, assim, podem vir a ser outros. Mas também podem continuar os mesmos.

Esse sujeito-leitor, que se aproxima do texto a partir de um lugar social, determinado ideologicamente, assumindo uma posição-sujeito, preso à sua história de leituras e a outros discursos que ressoam do interdiscurso e atravessam a sua leitura, pode assim produzir, na reescrita, o mesmo efeito de sentido do sujeito-autor, ou pode produzir deslocamentos ou transformações nesse sentido.

Para Orlandi, assim, pode variar muito, na leitura, o grau de identificação do sujeito-leitor, indo desde um ponto mais próximo de identificação, o que o conduz a ratificar os sentidos – e o que caracteriza a leitura parafrástica – até o ponto mais distante de desidentificação ou contra-identificação, o que o conduz a produzir outros e diferentes sentidos – e o que caracteriza a leitura polissêmica.

Essas constatações ratificam a idéia de que a leitura é produzida, isto é, de que há sempre ação por parte do leitor. Mesmo na leitura parafrástica já existe inferência. O que pode haver, isso sim, são diferentes graus de inferência, ou seja, a atribuição de sentidos a um texto pode variar entre a

leitura parafrástica e a leitura polissêmica. Nessa perspectiva, tanto o reconhecimento quanto a atribuição de sentidos inscrevem-se na produção da leitura.

Esse jogo entre paráfrase e polissemia, na verdade, atesta o confronto entre o simbólico e o político. Assim, conforme Orlandi:

... cabe ao analista compreender como o político e o lingüístico se interrelacionam na constituição dos sujeitos e na produção dos sentidos, ideologicamente assinalados. Como o sujeito (e os sentidos), pela repetição, estão sempre tangenciando o novo, o possível, o diferente. Entre o efêmero e o que se eternaliza. Num espaço fortemente regido pela simbolização das relações de poder. (*Ibidem*:38)

Este é justamente o trabalho que propomos realizar neste estudo: examinar, nas reescritas, os movimentos dos sentidos, o tenso jogo entre paráfrase e polissemia, procurando descobrir, nesse jogo, novas possibilidades de construção de sentidos.

2.1.3 Para concluir

Após essas reflexões, queremos ratificar algumas posições e procurar relacionar o que foi apresentado com o objeto de nossa pesquisa, que é o estudo da leitura através do exame de textos produzidos a partir de um texto determinado.

Lembramos então, mais uma vez, que, na perspectiva discursiva, a leitura é produzida sob determinadas condições, nas quais o simbólico (lingüístico) e o imaginário (ideológico) se unem. Dessas condições de produção fazem parte os sujeitos, a situação, a ideologia, a memória discursiva.

É nesse sentido que consideramos a incompletude do texto, pois, enquanto produção de um autor, ele não é um objeto acabado, está sujeito à ação de seus leitores. Assim, a cada nova leitura, esse texto deve ser “preenchido”, transformado e reconstruído.

Desse modo, nossos leitores, sendo solicitados a escrever um outro texto, a partir de um texto determinado, estão desenvolvendo um processo de intertextualidade, ou seja, de relação com aquele texto. Fazem isso, no entanto, determinados pelo interdiscurso, pela memória discursiva. Lançam-se, pois, a um processo de interdiscursividade.

Assim, esse texto determinado, a que denominamos metodologicamente de texto-origem, embora seja o ponto de partida para a produção de outros textos, é na verdade um ponto de partida ilusório, pois a origem dos textos produzidos não pode ser identificada com precisão, uma vez que o discurso é uma profusão dispersa de textos e se relaciona com a formação discursiva – que determina o que pode e deve ser dito – e com as posições-sujeito.

Os textos produzidos pelos nossos sujeitos-leitores, então, devem nos revelar a FD em que se inscrevem tais leitores e a forma como esses leitores se relacionam com a FD (suas posições-sujeito).

Há ainda outro fator a considerar: existem sempre leituras prováveis para um texto, e isso se deve ao fato de que os sentidos, assim como os sujeitos, têm sua história, e de que alguns sentidos, sob determinadas condições de produção, se sedimentam. Daí haver uma certa previsibilidade para as leituras.

As reescritas, dessa forma, podem nos desvelar leituras prováveis e, nesse caso, estarão no campo do mesmo. Mas, por outro lado, podem também exceder os limites dessa previsibilidade e trazer o novo, o diferente para o discurso.

Tudo isso porque as leituras são produzidas por sujeitos-leitores que falam de um certo lugar social e que, frente ao texto produzido por um sujeito-autor – que também fala a partir de um certo lugar social – devem estabelecer diferentes relações com esse sujeito, com seu lugar social, com esse texto, com a interdiscursividade: de identificação, de discordância, de crítica...

Assim, estamos lidando com diferentes leituras de um “mesmo” texto, que, por serem diferentes para cada leitor, constituem-se, na verdade, em uma oportunidade para a circulação, para o deslocamento e para a transformação dos sentidos.

Posto isso, passemos a refletir sobre a noção de repetição, numa tentativa de relacioná-la à noção de leitura.

2.2 LEITURA E REPETIÇÃO

Começamos nossa reflexão referindo-nos a Pêcheux (1969:77), para quem o processo discursivo não tem, de direito, início, pois o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que foi anteriormente objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado.

O fato de saber que um discurso remete a outro leva Pêcheux (1975:169) a afirmar que “a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre seqüências tais que a família parafrástica destas seqüências constitui o que se poderia chamar a matriz do sentido”.

Assim, segundo Pêcheux (1988:161), se uma mesma palavra, expressão ou proposição podem receber sentidos diferentes, conforme se refiram a esta ou àquela formação discursiva, é porque “uma palavra não tem *um* sentido que lhe seria próprio, vinculado a sua literalidade”. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que estabelece com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva.

Deste modo, “um efeito de sentido não preexiste à formação discursiva na qual se constitui” (*Ibidem*:261), sendo a produção de sentido parte integrante da interpelação do indivíduo em sujeito, já que este é produzido na forma-sujeito do discurso, sob o efeito do interdiscurso.

Assim, como já vimos, sob a evidência de que é realmente o indivíduo (com seu nome, suas idéias e suas intenções) que produz sentidos há, segundo Pêcheux, “o processo de interpelação-identificação, que produz o sujeito no lugar deixado vazio” (*Ibidem*:159).

A questão dos sentidos instaurados pela repetição é, pois, extremamente importante para a Análise do Discurso, tanto que, conforme nos lembram Courtine e Marandin (1981:27), é sobre os temas e reformulações que reaparecem que a AD autoriza suas práticas de descrição e é isto que ela constitui como seu objeto, traçando, no funcionamento dos discursos, as zonas de imobilidade, os pontos de identidade.

Estas colocações remetem-nos à noção de **dispersão**, conforme é encontrada em Foucault (1971:45), para quem o discurso é formado por elementos que não estão ligados por um princípio de unidade, mas por formas de repartição.

A idéia de dispersão é encontrada também em Courtine e Marandin (1981:28), quando os autores tratam da repetição e declaram que, “se os discursos repetem-se, é porque eles são repetíveis, isto é, os indivíduos assumem a fala reassumindo nela o que ignoram ser do já-dito”.

Podemos dizer então, a partir das colocações de Courtine e Marandin, que diferentes sujeitos-leitores, ao produzirem sua leitura, e ao assumi-la através da sua reescrita, repetem não o texto que, ilusoriamente, deu origem a essa reescrita, repetem não o discurso de um sujeito-autor, mas, sob o efeito do interdiscurso, repetem os discursos que ignoram ser da ordem do já-dito.

Citamos ainda Orlandi e Guimarães (1993:53), para quem “o discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito”. Assim, a constituição do texto pelo sujeito é heterogênea, ou seja, ele ocupa várias posições no texto. Em outras palavras, o discurso é caracterizado duplamente pela dispersão: a dos textos e a do sujeito.

Isto significa dizer que o texto é atravessado por várias posições do sujeito, que correspondem a diversas formações discursivas.

A noção de posição-sujeito, como já frisamos anteriormente (cap.2 /seção 2.1.2.), designa a relação de identificação entre sujeito enunciador e sujeito do saber da FD, o que explica o fato de que diferentes sujeitos, relacionando-se com o sujeito do saber de uma mesma FD, possam assumir diferentes posições-sujeito, produzindo diferentes efeitos-sujeitos em seu discurso.

Isso nos permite dizer que o discurso é, constitutivamente, heterogêneo, ou seja, o discurso abriga tanto o contato entre diferentes formações discursivas e suas respectivas formas-sujeito, quanto o contato entre diferentes posições-sujeito que se inscrevem em uma mesma formação

discursiva. Em outras palavras: no discurso o mesmo convive com a diferença e com a divergência, criando espaço para a contradição.

Isso explica ainda o fato de, em um mesmo texto, podermos encontrar enunciados de discursos diversos, que derivam de várias formações discursivas.

Neste sentido, uma reescrita, mesmo tendo um fictício ponto de origem – o texto que lhe serve de estímulo – é formada por enunciados que não vêm apenas desse imaginário texto-origem, mas por enunciados provenientes de outros discursos, de outras formações discursivas. Assim, a reescrita é todo um processo de leitura realizado por um determinado sujeito-leitor, interpelado ideologicamente, inscrito em uma determinada formação discursiva, com uma determinada posição-sujeito.

Tudo isso nos permite pensar que todo discurso deixa “brechas” e que o leitor, ao repetir, ao (re)assumir a fala, preenche esses espaços com sua própria leitura.

Tanto leitura quanto reescrita, nessa medida, são um trabalho do leitor, que interage com essas “brechas” do discurso-outro, preenchendo-as de acordo com sua história de leituras, com sua formação discursiva, com sua posição-sujeito.

Nesse processo, o sujeito-leitor que reescreve assume como suas as palavras que já foram ditas e imagina-se origem do dizer.

Entendida desta forma, a repetição pode ser considerada como o retorno do mesmo, mas que, pelo fato de reaparecer em outro lugar e em outro tempo, é outro. Quer dizer: a repetição é a ínfima diferença que permite seu reconhecimento e seu esquecimento.

Deste modo, um texto pode ser objeto de várias leituras, que variam de acordo com a intensidade com que o mesmo retorna, reaparece. Assim, na reescrita, o reconhecimento ou o esquecimento do discurso-outro depende do trabalho do sujeito-leitor, que pode ratificar o mesmo, pode provocar deslizamentos em relação ao sentido que foi posto ou pode afastar-se desse sentido, provocando rupturas, contradições.

Nesta perspectiva, o dizer não é propriedade particular, as palavras não são só nossas. As palavras significam pela história e pela língua. E o que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras.

Como podemos observar, o fato de que existe um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer de toda escritura e de toda reescrita tem estreito relacionamento com a noção de repetição e é fundamental para que possamos compreender o funcionamento do discurso, sua relação com os sujeitos e com a ideologia.

Tais considerações nos remetem à noção de **memória discursiva**, categoria à qual já nos referimos anteriormente (cap. 1/ seção 1.1.2.) e que, devido à sua relevância para a AD e para a realização desse estudo, passamos a explorar mais detalhadamente.

2.2.1 Repetição e memória

É Courtine (1981) quem traz definitivamente para o âmbito da AD a noção de memória, tratando-a não dentro de uma concepção individual de um inconsciente coletivo, mas como memória social inscrita no seio das práticas discursivas.

A memória social, como ressalta Mariani (1998) é

..um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que, como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento dos demais. (Mariani, 1998:34)

Assim, podemos dizer que um sujeito-leitor, ao realizar sua leitura e atestá-la em forma de reescrita, está submetido inconscientemente a uma memória social que o conduz a um determinado movimento de interpretação, que, por sua vez, estabelece a predominância de um sentido em detrimento de outros.

Na memória social, então, como lembra Mariani, está a garantia de um efeito imaginário de continuidade entre as épocas, embora tal continuidade seja constituída por lacunas (as representações silenciadas) e por deslocamentos inerentes ao próprio ato da repetição.

É com tais lacunas, na nossa perspectiva, que interage o leitor e é sobre elas que ele constrói sua leitura e reescrita. A reescrita, vista sob esse ângulo, passa a ser um trabalho de preenchimento das lacunas e dos silêncios de um sujeito-autor e, ao mesmo tempo, um espaço de ação de um sujeito-leitor, que recria essas lacunas e esses silenciamentos, provocando reiteraões ou deslocamentos de sentidos.

Retomando Courtine, podemos dizer que o autor encontra sustentação para a noção de memória em Foucault (1971:72-3), quando este afirma que a configuração do campo semântico comporta *formas de coexistência*, um *campo de concomitância* e um *domínio de memória*.

Por *formas de coexistência*, Foucault entende um *campo de presença*, isto é, todos os enunciados já formulados em algum lugar e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário, além dos que são criticados, discutidos, julgados, rejeitados ou excluídos.

Pensando em termos de leitura e reescrita, poderíamos reconhecer nesse *campo de presença* o lugar onde o mesmo tende a ser mantido, onde os sentidos tendem a permanecer mais ou menos estabilizados, isto é, onde o trabalho do sujeito-leitor, na reescrita, consiste em retomar enunciados já formulados, em não introduzir enunciados de outros discursos, de outras formações discursivas, o que, em suma, significa não promover a introdução de sentidos novos.

Distinto desse campo de presença, o *campo de concomitância*, segundo Foucault, abrange os enunciados que concernem a domínios de objetos inteiramente diferentes e que pertencem a tipos de discurso totalmente diversos, mas que atuam entre os enunciados estudados, seja porque servem de confirmação analógica, seja porque servem de premissas aceitas para um raciocínio.

Seguindo nossa linha de reflexão, esse seria o lugar dos deslizamentos de sentido, da leitura que lida com o mesmo, mas também com o diferente, da reescrita que não se restringe a reproduzir o discurso de um sujeito-autor.

Finalmente, o campo enunciativo comporta o *domínio de memória*, que, para Foucault, diz respeito aos

...enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, em consequência, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica. (Foucault, 1971:73)

Desse modo, adotando a concepção de que, na história, um acontecimento relaciona-se a um tempo infinito é que Courtine (1981) vai introduzir a noção de **memória discursiva** e, com isso, vai articular a AD com a história. Ao adotar tal postura, conjuga os fundamentos de Foucault e Pêcheux, que postulam uma materialidade social e ideológica para o campo enunciativo.

Para Courtine, assim, é possível, a partir do enunciado [E], referir-se à memória discursiva, “a qual decorre da existência histórica do enunciado no seio das práticas discursivas, reguladas por aparelhos ideológicos” (Courtine, 1981:53). Desse modo, é a repetição ou o apagamento dos elementos do saber de uma FD, isto é, dos enunciados, que aponta para a memória discursiva.

É a partir do domínio da memória que será caracterizada então a formação dos enunciados e que serão analisados os efeitos que produz, em um processo discursivo, a enunciação de uma seqüência discursiva, podendo ser efeitos de redefinição ou transformação, mas também efeitos de ruptura, de denegação do já-dito.

Isto significa, para nós, que é somente a partir do domínio da memória que a leitura e a reescrita podem ser consideradas. Quer dizer: uma seqüência discursiva só faz sentido se for tomada em relação a um domínio de memória; conseqüentemente, a reescrita de uma seqüência discursiva também só constrói sentido dessa maneira. Dito ainda de outra forma: é somente a memória que nos

permite reconhecer, na leitura e na reescrita, efeitos de reprodução, de deslocamento ou de transformação de sentidos.

Podemos dizer então que a relação que existe entre o já-dito e o que se está dizendo é a mesma que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso, ou ainda, entre a constituição do sentido e a sua formulação.

Em Courtine (1982:250-1), vamos encontrar essa relação quando o autor representa a constituição – o que chamamos de interdiscurso – em um eixo vertical, no qual encontraríamos todos os dizeres já ditos (e esquecidos) em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível. No eixo horizontal o autor representa a formulação – o que chamamos de intradiscurso – e que diz respeito ao que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas. A formulação – o intradiscurso – desse modo, é determinada pela relação que estabelecemos com o interdiscurso.

Podemos dizer então, acompanhando Orlandi (1999:33), que é a constituição que determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Isso significa que todo dizer se encontra na confluência dos dois eixos, o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação).

É, pois, na relação do interdiscurso com o intradiscurso, na articulação do enunciado com enunciação, que se dá o efeito de memória em um discurso particular, pois uma formulação-origem é reatualizada em uma conjuntura discursiva específica. A FD, tendo redes de formulações em seu interior, quando constitui seu saber próprio, constitui a memória discursiva. As formulações-origem derivam-se então de um trajeto, de uma espessura estratificada de discursos, através do qual elas transformam-se para surgir mais adiante, suavizam-se ou desaparecem, mesclando memória e esquecimento.

Nesta perspectiva, podemos dizer que a leitura, atestada pela reescrita, é, na verdade, esse efeito de memória, esse movimento de reatualização de uma formulação-origem, sua transformação, seu desaparecimento. Movimento que revela a FD na qual se inscreve o sujeito-leitor.

À concepção de Courtine sobre memória discursiva, podemos somar a de Pierre Achard (1999) que, no texto *Memória e produção discursiva do sentido*, procura relacionar o papel da memória ao estatuto dos implícitos, considerando que a estruturação do discursivo vai constituir a materialidade de uma certa memória social.

Achard quer mostrar, com isso, que é possível colocar hipóteses concernentes ao funcionamento formal no discurso e relacionar tais hipóteses com a circulação dos discursos. Para o autor, essa relação lhe possibilita afastar-se da noção de memória em termos do que teria sido realmente já ouvido.

Desse modo, vamos ver que, para Achard, a representação usual do funcionamento dos implícitos consiste em considerá-los como sintagmas cujo conteúdo é memorizado e cuja explicitação constitui uma paráfrase¹⁸ controlada por essa memorização, a qual repousa sobre um consenso. Em geral, a explicitação desses implícitos não é necessária *a priori*, essa ausência não faz falta, e a paráfrase de explicitação aparece mais como um trabalho posterior sobre o explícito do que como pré-condição.

Para nós, é desta forma que funciona a memória discursiva quando ocorre um tipo de leitura no qual acontece apenas reiteração de um mesmo sentido, que se sedimenta e acaba sendo repetido, sem questionamento.

Para Pierre Achard, o que ocorre é o seguinte:

Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição ‘no vazio’ de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase. Mas jamais podemos provar ou supor que esse implícito (re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo. (Achard, 1999:13)

Isso nos permite ratificar a idéia de que, quando se trata de reescrita, o texto-origem é apenas uma ficção, pois o discurso reconstruído não existe em um lugar específico, mas é um efeito de memória que se constrói sobre um imaginário.

Através das reflexões que apresentamos acima, Achard desenvolve ainda a concepção dialética de repetição / regularização.

Ao fazê-lo, parte da problemática sobre o “sentido de uma palavra”, admitindo a idéia de que o que caracteriza a palavra é sua unidade, sua identidade a si mesma, que permite reconhecê-la em seus diferentes contextos. Nesse sentido, a palavra é uma unidade simbólica, cujo reconhecimento se define em termos de repetição. Cada nova ocorrência dessa unidade fornece novos contextos, que contribuem para a construção do sentido de que essa unidade é o suporte. No entanto, para atribuir um sentido a essa unidade, é preciso admitir que suas repetições estão tomadas por uma regularidade.

Desse modo, afirma Achard:

O fechamento exercido por todo jogo de força de regularização se exerce na retomada dos discursos e constitui uma questão social. Se situamos a memória do lado, não da repetição, mas da regularização, então ela se situaria em uma oscilação entre o histórico e o lingüístico, na sua suspensão em vista de um jogo de força de fechamento que o ator social ou o analista vem exercer sobre discursos em circulação. (Achard, 1999:16)

¹⁸ A noção de paráfrase será examinada na seção seguinte (2.2.2.). Podemos adiantar, no entanto, que essa noção relaciona-se diretamente à de repetição e, em Lingüística, tem sido considerada como reformulação, como possibilidade de dizer a mesma coisa de forma diferente. Em uma perspectiva discursiva, a paráfrase é a repetição que mantém o sentido no nível do mesmo.

Essa concepção adotada por Achard parece nos abrir caminho para considerar a retomada do discurso – e especificamente a reescrita – não apenas como repetição, mas também como regularização. Explicando melhor, começamos a imaginar que possa ser possível pensar em um tipo de escala envolvendo o processo da leitura e da reescrita, processo que iria da simples retomada ou substituição de palavras – repetição, portanto – até a retomada de discursos, ou seja, uma regularização, que é uma questão social e um efeito de memória.

Concordamos com Achard e consideramos que a regularização se apóia necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido. Por outro lado, uma vez que se reconheça a repetição, é preciso supor que existem procedimentos para estabelecer deslocamentos, comparações, relações contextuais.

Nesta perspectiva, ou seja, segundo uma hipótese discursiva, a memória não restitui frases efetivamente escutadas no passado, mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrase.

A memória suposta pelo discurso, segundo Achard, é então sempre reconstruída na enunciação, a qual deve ser tomada não como advinda do locutor, mas como operações que regulam a retomada e a circulação do discurso.

Assim,

...um texto dado trabalha através de sua circulação social, o que supõe que sua estruturação é uma questão social, e que ela se diferencia seguindo uma diferenciação das memórias e uma diferenciação das produções de sentido a partir das restrições de uma forma única. (*Ibidem*:17)

A memória, nesta perspectiva, não pode ser provada, mas pode ser reenquadrada por formulações no discurso.

As reescritas, desse modo, podem ser pensadas como enunciações que retomam e que fazem circular os discursos no social. São, em última forma, um trabalho da memória discursiva, da memória social.

À fala de Achard, acrescentamos a de Pêcheux (1999):

Uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polémicas e contra-discursos. (Pêcheux, 1999: 56)

Temos então a impressão de que aquele leitor que lê e apenas repete, que aquele que reescreve e apenas repete parece permanecer sobre essa esfera plana e homogênea, onde deslocamentos e contradições não são desejados.

Esse nosso pensamento pode ser ratificado pelas colocações de Mariani (1998:36), quando a autora fala em *práticas sociais de fixação da memória*, nas quais se encontra entrelaçado aquilo que deve cair no esquecimento, pois o retorno de um sentido silenciado ou a irrupção de um novo sentido pode causar uma ameaça ao que já está estabelecido. Assim, no jogo das relações de forças sociais, não deixar um sentido ser esquecido, formulando-o, é uma forma de eternizá-lo.

Nesta perspectiva, ressalta a autora, o trabalho da memória produz uma certa previsibilidade, dando a impressão de que nada muda. É preciso notar, porém, que, embora exista uma certa previsibilidade do “pensável”, esta é abalada frequentemente, seja pelo surgimento de acontecimentos que vão deslocando os sentidos já produzidos, seja pela resignificação de acontecimentos já fixados pela memória histórica. Afinal, não se lê um “mesmo” texto da mesma maneira.

Isto, para nós, aponta para o fato de que um suposto texto-origem possa desmembrar-se em reescritas em que os sentidos são mantidos, mas também em reescritas em que os sentidos são deslocados ou rompidos, aponta para a possibilidade de inserção do sujeito-leitor na mesma FD do sujeito-autor ou em uma FD diversa, aponta para a assunção da mesma posição-sujeito do autor ou de uma posição-sujeito diferenciada.

Os sentidos silenciados, assim, podem ser ditos ou podem retornar, redirecionando os sentidos que pareciam hegemônicos.

A memória pode ser então entendida como “a reatualização de acontecimentos e práticas passadas em um momento presente, sob diferentes modos de textualização¹⁹” (*Ibidem*:38).

É nessa medida que vemos a leitura e a reescrita, também com base em Indursky (2001), como o processo de construção/desconstrução do efeito-texto, a partir do trabalho discursivo da memória.

Pensar discursivamente a memória é então analisar as formas conflituosas de inscrição da historicidade nos processos de significação/resignificação da linguagem.

Para Mariani, analisar o discurso sob esta perspectiva pressupõe entrever os processos discursivos atuantes na cristalização de determinados sentidos em detrimento de outros, ou seja, dos processos discursivos que contribuem para a homogeneização da memória histórica.

Em uma análise discursiva, assim, não basta apontar o sentido hegemônico, mas é necessário considerar a relação de forças que permitiu sua hegemonia; filiar este sentido a outros com os quais ele pode ser filiado; compreender como ele se tornou objeto para o pensamento; mapear os gestos de resistência.

¹⁹ Quando fala em textualização, Mariani está se referindo à produção literária, científica ou mítica, historiográfica e/ou jornalística.

Mariani lembra que, na História e nas histórias, a costura dos acontecimentos – que implica domesticar diferenças e inseri-los em um mundo “normal”, sem contradições – “funciona de modo a eliminar aquilo que possa ameaçar a estabilidade/ homogeneidade” (*Ibidem*:39). No entanto, ressalta a autora, no próprio ato de repetir um “mesmo” sentido, já se encontra um deslocamento produzido.

Isto, em termos de leitura, está subsumido pelo fato de que, mesmo na mais simples repetição, há sempre uma modificação do processo discursivo, uma vez que mudam os sujeitos e mudam as condições de produção do discurso.

Deste modo, “para se pensar a memória discursiva é necessário considerar esses ‘subterrâneos’ constitutivos deste ‘mundo semanticamente normal’” (*Ibidem*:40).

Trabalhar a memória discursiva é ainda, segundo Mariani, “estar observando retomadas e/ou disjunções nada pacíficas, uma vez que se trata de conflitos pela regularização²⁰ e hegemonia de sentidos” (*Ibidem*:41).

Ao analista do discurso cabe então trabalhar com a presença do interdiscurso no intradiscurso, fazendo a análise dessa memória presente nos enunciados que, movimentando-se entre as FDs e reconfigurando suas fronteiras, constituem os monumentos textuais das formações sociais em seus diversos tempos históricos.

Isto significa, para nós, examinar, nas reescritas, os efeitos provocados pela repetição, ou seja, verificar no intradiscurso das reescritas o interdiscurso, a FD e a posição-sujeito dos sujeitos-leitores. Em outras palavras: significa verificar nas reescritas o trabalho da memória discursiva.

Resumindo, podemos dizer que trabalhar a memória discursiva é compreender o imaginário e desautomatizar os seus efeitos.

A partir dessa reflexão, parece-nos evidente que a noção de memória é fundamental nesse estudo, uma vez que estamos nos propondo a lidar justamente com o universo da leitura e da repetição, que, como tal, é passível de retomadas, regularização dos sentidos, mas também de réplicas, desdobramentos, disjunções, isto é, desautomatização das referidas regularizações.

Assim, estaremos trabalhando com o discurso de leitores, que, enquanto sujeitos assujeitados ideologicamente, “repetem” um texto dado, e, ao fazê-lo, acionam esse espaço móvel que constitui a memória discursiva, podendo, com isso, criar em seu discurso efeitos de mesmo e/ ou diferente.

Nossa tarefa, então, constitui-se em decidir em que medida – quando mantêm, deslocam ou alteram sentidos já dados – as reescritas podem ser consideradas como repetição. Quer dizer: precisamos decidir se tanto a manutenção do mesmo quanto a introdução do diferente podem ser denominadas de repetição e sinalizar a reescrita.

Na seção seguinte, passamos a explorar essa dicotomia – mesmo/diferente – que também é fundamental para nós.

2.2.2 Repetição: o mesmo e/ ou o diferente

A concepção do **mesmo**, ou seja, da existência de um sentido que se mantém inalterado através da repetição, está associada, nos estudos lingüísticos, à noção de **paráfrase**, a qual, nos primeiros tempos da AD (Pêcheux - 69), é concebida como a possibilidade de substituição de segmentos discursivos num contexto. Tais substituições são necessariamente índices de equivalência, o que significa dizer que seqüências de um domínio semântico constituem formas semânticas equivalentes de uma mesma proposição. Neste sentido, a substituição de elementos num determinado contexto discursivo estabelece uma relação de sinonímia entre esses elementos.

Tal noção de paráfrase ainda se apresenta muito influenciada pela lingüística distribucional de Harris e, conforme nos diz Courtine (1981:95), esse modo de considerar o fenômeno obtém como resultados a construção de classes de equivalência distribucionais, reinterpretadas como classes de paráfrase discursiva.

É em Pêcheux (1975:169) que vamos encontrar a noção de paráfrase associada à de produção do sentido. Para Pêcheux, é no interior da família parafrástica que se constitui o efeito de sentido e isso explica o fato de ser uma ilusão a evidência de uma leitura objetiva, segundo a qual um texto é biunivocamente associado a seu sentido, pois o sentido de uma seqüência só é materialmente concebível na medida em que se reconhece esta seqüência como pertencente a esta ou àquela formação discursiva. Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior dessa família que se constitui o efeito de sentido.

Essa visão primeira de paráfrase discursiva, encontrada nas formulações iniciais da teoria da Análise do Discurso, é calcada sobre o mesmo e considerada a partir de uma concepção em que a formação discursiva é concebida sempre como homogênea, não havendo em seu interior espaço para a diferença, para a desigualdade.

Isso significa que a FD é considerada como um domínio de saber que, como já referimos anteriormente (cap.1/seção1.1.), é constituído por enunciados discursivos que, segundo Pêcheux (1988:160), regulam *o que pode e deve ser dito* numa conjuntura dada.

Tal concepção de formação discursiva revela, como lembra Indursky (2000c:71), que é através da relação com o sujeito que se chega ao funcionamento do sujeito do discurso, e nos permite também seguir Pêcheux (1988:161), quando o autor afirma que os indivíduos são

²⁰ Mariani está aqui retomando Pêcheux e Achard.

interpelados em sujeitos-falantes, em sujeitos do seu discurso, pelas formações discursivas que representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhes são correspondentes.

Essa noção de interpelação pela formação discursiva leva Pêcheux a discutir as relações entre semântica e processo discursivo. E é nesse ponto que Pêcheux desvincula o sentido de sua literalidade, ou seja, admite que as palavras não têm *um* sentido que lhes seja próprio, mas que seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras mantêm com outras da mesma formação discursiva. É nesta perspectiva que a noção de processo discursivo passa a designar o sistema de substituições e paráfrases que funcionam entre elementos lingüísticos em uma formação discursiva dada, o que conduz a uma visão estabilizada no interior da FD.

Em outras palavras: a interpelação do indivíduo em sujeito do seu discurso, realiza-se, segundo Pêcheux (*Ibidem*:167), pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o constitui. E isso se dá, como já vimos anteriormente (cap.2/seção 2.1.2), através da **forma-sujeito**, ou seja, com o sujeito histórico.

A partir dessa posição de Pêcheux, Indursky (1997:215) vai dizer que é a forma-sujeito que regula *o que pode e deve ser dito*, mas que regula ainda *o que não pode ser dito e também o que pode mas convém que não seja dito* no âmbito de uma determinada formação discursiva.

Como podemos ver, essa concepção dá à formação discursiva e à forma-sujeito uma aparência de unicidade, ratificada por Pêcheux (1988:171) pela noção de **tomada de posição do sujeito**. Para Pêcheux, tal tomada de posição não é um “ato originário” do sujeito falante, mas deve ser compreendida como

...um retorno do Sujeito no sujeito, de modo que a não-coincidência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito-objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele toma ‘consciência’ e a propósito de que ele toma posição, é fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus semelhantes e com o Sujeito. (*Ibidem*:172)

Neste ponto inicial da teoria, desse modo, conforme ressalta Indursky (2000c:72), “só há espaço para a identificação plena que conduz à homogeneidade da formação discursiva e da própria forma-sujeito”.

No entanto, em outro momento da teoria, referida em outro capítulo da mesma obra, Pêcheux (1988:215) introduz aquilo que denomina de **diferentes modalidades de tomada de posição**, e que, de certa forma, desloca essa concepção inicial.

A primeira modalidade consiste, para Pêcheux, em uma superposição, em um recobrimento entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a tomada de posição do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do *livremente consentido*. Essa superposição caracteriza, nos termos de Pêcheux, o **bom sujeito**. Nessa modalidade, o interdiscurso determina a formação

discursiva com a qual o sujeito se identifica em seu discurso, e esse sujeito sofre cegamente essa determinação.

A segunda modalidade caracteriza, ao contrário, o discurso do **mau sujeito**, discurso no qual o sujeito da enunciação se volta contra o sujeito universal, por meio da tomada de posição, que, nesse caso, consiste em uma *separação* que reflete distanciamento, dúvida, questionamento, contestação ou revolta em relação ao que o sujeito universal dá a pensar. Nesse caso, então, o mau sujeito “se contra-identifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo ‘interdiscurso’ como determinação exterior de sua interioridade subjetiva, o que produz as formas filosóficas e políticas do *discurso-contra* (isto é, *contradiscurso*)” (*Ibidem*:216).

Como é possível perceber, essa modalidade abre espaço para a diferença e para a contradição na formação discursiva e também na forma-sujeito.

A essas duas modalidades, Pêcheux soma ainda uma terceira: a de **desidentificação**, ou seja, a de uma tomada de posição não-subjetiva, que “constitui um trabalho (transformação-deslocamento) da forma-sujeito e não sua simples anulação” (*Ibidem*:217).

A consideração dessas modalidades, segundo Indursky (2000c:73), tem conseqüências, pois a unicidade e a homogeneidade do sujeito ficam fortemente relativizadas, abrindo-se espaço para o trabalho na e sobre a forma-sujeito com a qual o sujeito do discurso se relaciona pelo viés da formação discursiva que o afeta. Esse trabalho, segundo a autora, vai em dupla direção.

Assim, Indursky diz que, pela desidentificação, o sujeito do discurso não apenas diverge dos saberes de sua formação discursiva, mas ele rompe com a formação discursiva em que se inscreve, e, conseqüentemente, com a forma-sujeito que organiza os saberes da referida FD. E isso vai levá-lo a identificar-se com outra formação discursiva e com outra forma-sujeito. O que ocorre então, para Indursky, é “a desidentificação de uma forma-sujeito e seus saberes e a decorrente identificação com uma outra forma-sujeito e seu domínio de saber” (*Ibidem*:74).

Para Indursky, a noção de tomadas de posição do sujeito tem relação com a noção de **interdiscurso**, definido por Pêcheux (conforme vimos no cap.1/seção 1.1.2) como *um todo complexo de formações discursivas com dominante*. Ou seja, uma das formações é a dominante, nesse complexo de formações discursivas. E, sendo assim, sua forma-sujeito também é a dominante.

Assim, para a autora, a tomada de posição nas diferentes modalidades acima descritas conduz à identificação, à contra-identificação ou à desidentificação em relação à forma-sujeito dominante. O que significa que a terceira modalidade, a da desidentificação em relação à forma-sujeito dominante, conduz a uma operação de identificação com outra forma-sujeito não-dominante.

A partir daí, afirma a autora:

Por analogia, pode-se pensar que, se há um complexo de formações discursivas ligadas entre si, há igualmente um complexo de formas-sujeito também ligadas entre si e a desidentificação conduz à identificação com alguma destas outras formas-sujeito, que podemos entender como secundárias. (*Ibidem*:74)

Tais considerações nos remetem a outro texto de Pêcheux – *Remontémons de Foucault a Spinoza* (1980) – no qual o autor, retomando a reflexão sobre a noção de ideologia, afirma: “Una ideologia es no idéntica a sí misma, no existe sino bajo la modalidad de la división, y no se realiza más que en la contradicción que com ella organiza la unidad y la lucha de los contrario” (Pêcheux, 1980:192). E o autor acrescenta mais adiante: “ Por lo tanto, a propósito de la ideologia se trata de pensar la contradicción de dos mundos en un solo, puesto que como dice Marx, ‘lo nuevo nasce en lo viejo’, frase reformulada por Lenin: ‘uno se divide en dos’” (*Ibidem*:195).

A partir dessa posição, Pêcheux vai dizer então:

Dentro de esas condiciones, resulta que es en la modalidad por la que se designan (en palabras y en escritos) estas ‘cosas’ a la vez idénticas y divididas, donde se especifica lo que puede continuarse llamando ‘formación discursiva’. (...) Si estas hipótesis tienen alguna validez, llevan necesariamente a una transformación de la noción de formación discursiva, que, por conseguinte, afecta la misma práctica del análisis del discurso. Así, resulta imposible caracterizar una formación discursiva clasificándola entre otras formaciones mediante alguna tipología. Por el contrario, hay que definir la relación interna que mantiene con su exterior discursivo específico; en suma, determinar los avances constitutivos mediante los cuales una pluralidad contradictoria, desigual e interiormente subordinada de formaciones discursivas se organiza en función de los intereses puestos en juego en la lucha de clases, en un momento dado de su desarrollo y en una formación social dada. (*Ibidem*:196)

Como podemos perceber, é a partir dessa concepção de ideologia heterogênea e dividida que Pêcheux admite que também a formação discursiva é capaz de comportar em seu interior a diferença, a divisão, a divergência.

Tal postura é compartilhada por Courtine (1982:245), quando o autor afirma que uma FD não é um único discurso para todos, mas deve ser pensado como dois (ou mais) discursos em um só. É isto que lhe permite perceber a contradição como princípio constitutivo de toda FD.

Assim, para Courtine, uma formação discursiva é uma unidade dividida, uma heterogeneidade em relação a ela mesma. Nesta perspectiva, as fronteiras de uma FD são fundamentalmente instáveis, ou seja, não se pode traçar um limite que separe o interior do exterior de seu saber, mas trata-se de considerá-la como uma fronteira que se desloca, em função dos jogos de luta ideológica. Mais uma vez, temos aí presente a concepção da FD como heterogênea.

Essa posição é retomada por Courtine (1982:51), quando o autor admite que não há um “sujeito do discurso”, mas que, pelo contrário, trata-se de considerar que existe, no seio de uma FD,

diferentes posições de sujeito que constituem modalidades de relação do sujeito universal ao sujeito da enunciação, do sujeito do enunciado ao sujeito da formulação.

A partir daí, Courtine vai denominar de *domínio da forma-sujeito* o domínio da descrição da produção do sujeito como efeito no discurso; isso o leva a descrever o conjunto de diferentes posições de sujeito em uma FD como modalidades particulares de identificação do sujeito da enunciação ao sujeito do saber.

Não temos mais, portanto, uma forma-sujeito dotada de unicidade.

A este respeito, ressalta Indursky (2000c):

Estamos diante de um conjunto de diferentes posições-sujeito, que evidenciam diferentes formas de se relacionar com a ideologia, e é esse elenco de posições-sujeito que vai dar conta da forma-sujeito. Portanto, a forma-sujeito se fragmenta entre as diferentes posições de sujeito. (Indursky, 2000c:76)

Para a autora, essa concepção de forma-sujeito dividida remete à concepção de um sujeito fragmentado entre as diferentes posições que sua interpelação ideológica permite. Ao mesmo tempo, essa forma-sujeito dividida abre espaço não só para os saberes de natureza semelhante, equivalente (ou seja: o parafrástico, o homogêneo), mas também para os saberes diferentes, divergentes ou contraditórios (ou seja: o polissêmico, o heterogêneo).

Desse modo, como ressalta Indursky, “da convivência com apenas o mesmo, passa-se para a co-existência com o diferente e o divergente. E dessas diferenças e divergências surge uma formação discursiva heterogênea em seus saberes” (*Ibidem*:76).

Tais modificações, ainda segundo a autora, refletem-se no modo como o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva. Afirmar Indursky:

Se, inicialmente, ao identificar-se com a formação discursiva, o sujeito do discurso o fazia diretamente com a forma-sujeito que a organizava, agora precisa identificar-se com a forma-sujeito pelo viés de uma posição-sujeito inscrita em uma formação discursiva, pois cada posição-sujeito representa diferentes modos de se relacionar com a forma-sujeito. (*Ibidem*:77)

Tudo isso nos reflete a evolução da própria teoria. Assim, se no início, conforme nos lembra Pêcheux (1983:313), a existência do *outro* está subordinada ao primado do *mesmo*, agora “o primado teórico do *outro* sobre o *mesmo* se acentua” (*Ibidem*:315). Isso significa admitir o *discurso-outro*: “discurso de um outro, colocado em cena pelo sujeito, ou discurso do sujeito se colocando em cena com um outro” (*Ibidem*:316).

Refletir sobre a evolução das noções de formação discursiva e forma-sujeito – que deixam de ser concebidas como homogêneas e passam a abrigar a diferença em seu interior – nos permite

passar de uma concepção de paráfrase concebida também como homogênea, como o lugar somente do mesmo – para uma nova abordagem, que admite, na paráfrase, a convivência do mesmo com o diferente.

Podemos ilustrar essa afirmação trazendo para a discussão o trabalho de Silvana Serrani (1993:43), que, no Brasil, à luz da Análise do Discurso e dos conceitos de Pêcheux e Courtine, desenvolve um estudo sobre a repetição na discursividade e, particularmente, sobre a paráfrase, considerando-a como uma relação semântica não-estável, que pressupõe “uma concepção não-binarizante do fenômeno”, ou seja, diferente daquela que predomina quando se afirma, estática e univocamente, que duas frases são ou não são paráfrases. É de Serrani ainda a noção de paráfrase como ressonância – interdiscursiva – de significação, entendida essa ressonância como “um efeito de vibração semântica mútua” (*Ibidem*:47).

Como podemos observar, a noção de ressonância liga a noção de paráfrase à idéia de um sentido que se mantém. Por conseguinte, julgamos que Serrani ainda se mantém no nível da paráfrase como a reiteração do mesmo.

Uma noção diferente de paráfrase, no entanto, é desenvolvida por Courtine (1981), quando o autor trata a paráfrase discursiva como uma configuração particular, na qual duas formulações, de forma sintática determinada, designam valores antagônicos em pelo menos um lugar desta estrutura.

Courtine exemplifica essa afirmação através da frase “A violência, não é de nós que ela vem”. Repara-se, no interdiscurso, uma oposição entre dois elementos: “A violência vem dos comunistas x A violência vem do grande capital”, manifestando, segundo Courtine, “a contradição entre dois domínios de saber de FD antagônicas” (Courtine, 1981:94).

Trata-se, por isso, como já afirmamos, de uma configuração particular de paráfrase discursiva, na qual duas formulações, de forma sintática determinada (N1 V de N2), designam valores semelhantes (a violência, vir de) em certos lugares desta estrutura e dois valores antagônicos em pelo menos um lugar (neste caso N2, que tem dois valores antagônicos {x/y} na ocorrência { comunistas / grande capital }).

Temos, então, no interdiscurso, a presença de uma configuração de paráfrase discursiva do tipo:

$$\begin{aligned} [e]1 &= P x \\ [e]2 &= P y \end{aligned}$$

Nesta configuração, [e]1 e [e]2 representam duas formulações pertencentes a duas FD antagônicas, P representa um contexto de formulação comum, e {x / y} representam dois valores antagônicos assumidos em um lugar determinado do esquema sintático das formulações.

Esta configuração particular de parafraseagem discursiva $P \{x / y\}$ que Courtine observa na análise do funcionamento contrastivo de algumas estruturas, produz, de acordo com o próprio Courtine, algumas conseqüências, se ela for relacionada à definição geral da paráfrase discursiva adiantada por Pêcheux.

Assim, a definição de critérios permite mostrar, na problemática de Pêcheux, a orientação entre dois comutáveis em uma classe parafrástica determinada, e fazer apelo a um tipo de informação que não é mais discursivamente homogênea ao processo discursivo estudado. Esta é a razão, no trabalho de Courtine, da construção de uma forma de corpus que permita colocar em relação "zonas discursivamente heterogêneas, quer dizer, de processos discursivos inerentes a FD antagônicas" (*Ibidem*: 97).

Courtine salienta ainda que a articulação do processo discursivo no interdiscurso, vindo determinar a configuração da paráfrase discursiva no interior de um processo dado, não vai se satisfazer com uma concepção de paráfrase discursiva fundada sobre um puro princípio de identidade. A configuração $P \{x / y\}$, ao contrário, parece, a Courtine, relevar de um uso do princípio de identidade que mostra a conjunção do idêntico e do contraditório: $P \{x / y\}$, com efeito, provém da colocação em relação de duas formulações, extraídas de processos discursivos heterogêneos, um em relação ao outro, mas de forma sintática determinada, que assumem valores semelhantes e outros antagônicos em lugares dados desta estrutura.

Assim, segundo Courtine, o que caracteriza a classe $\{x / y\}$ no contexto P é a não-comutabilidade dos elementos em posição x e y no contexto de formulação P . Essa não-comutabilidade se dá em relação a dizeres antagônicos, que pertencem a formações discursivas também antagônicas.

Tudo isso nos permite perceber que, enquanto para Pêcheux a paráfrase se realiza no interior da FD (embora ele reconheça a heterogeneidade dessa FD obedecendo a um princípio de comutabilidade), Courtine observa a paráfrase no nível do interdiscurso, ou seja, o autor abre a possibilidade de que, na paráfrase, diferentes formações discursivas sejam postas em contato. Assim, para que o princípio de comutabilidade se realize, é necessário um deslocamento para o interdiscurso, onde os dizeres antagônicos convivem.

Para Courtine, então, é a articulação do processo discursivo no interdiscurso que determina a configuração da parafraseagem discursiva no interior de um processo dado.

Refletir sobre a paráfrase, sobre o mesmo e o diferente, pressupõe passar ainda por Orlandi (1987:137), onde vamos encontrar as noções de **paráfrase e polissemia** como os dois processos fundamentais da linguagem, sendo a paráfrase considerada como o processo que mantém o homem

num retorno constante a um mesmo espaço dizível e a polissemia como o processo que instaura o diferente, causando um deslocamento deste dizível.

O processo parafrástico, nesta perspectiva, origina-se da reiteração de processos cristalizados pelas instituições, enquanto o processo polissêmico relaciona-se à multiplicidade, que é a própria condição da linguagem. Desse modo, conforme nos afirma Orlandi, “a polissemia se define como multiplicidade de sentidos e a paráfrase como sendo formulações diferentes para o mesmo sentido” (*Ibidem*:84).

Temos, então, de um lado, a paráfrase, como retorno constante a um mesmo dizer sedimentado – comutabilidade – e, de outro, a polissemia, como tensão que aponta para o rompimento – não-comutabilidade. Esta é uma manifestação da relação entre o homem e o mundo (a natureza, a sociedade, o outro). Conflito entre o garantido e o que tem de se garantir. E a polissemia, segundo Orlandi, é justamente esta força na linguagem que desloca o mesmo, o garantido.

Adotar essa concepção significa, na verdade, reconhecer que a língua é dotada de equívoco e que dá origem a deslizamentos, falhas.

É em Pêcheux e Gadet (1984) que vamos encontrar essa noção de equívoco, definida como o ponto em que o impossível (lingüístico) chega a unir-se com a contradição (histórica), o ponto em que a língua toca a história. Nesta medida, o equívoco aparece como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico. Os deslizamentos, assim, têm a ver com a história, com um efeito de memória.

Em Orlandi (1999:36) vamos ainda encontrar o seguinte: “A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação”.

Isso significaria dizer: leitura parafrástica = estabilização de sentidos; leitura polissêmica = ruptura. Analogicamente, poderíamos considerar a existência de uma *reescrita parafrástica*, que traduziria uma *estabilização de sentidos* e, por outro lado, a existência de uma *reescrita polissêmica*, que levaria à *ruptura* dos sentidos. Na nossa perspectiva, no entanto, não é bem assim que acontece, pois consideramos que possa haver espaço para os deslizamentos de sentido dentro da paráfrase, e, ao mesmo tempo, acreditamos que nem toda leitura que não promova a estabilização conduza, necessariamente, a uma ruptura de significação. Quer dizer: para nós, esses limites são menos precisos, mais maleáveis, o que, sob a nossa ótica, alarga os horizontes em relação à noção de leitura, pois não se trata mais de pensar – apesar de reconhecer a tensão – em uma coisa ou outra: ou paráfrase ou polissemia.

Assim, estamos partindo da idéia de que a paráfrase é uma reescrita de um texto-origem, o qual (embora seja uma ilusão, pois sabemos que não há uma origem precisa dos sentidos) constitui-

se, não há como negar, em um “ponto de partida” para a produção de um novo texto. Quer dizer: a paráfrase nasce sempre de algo que já está escrito, de sentidos que foram organizados por um sujeito-autor e construíram um efeito-texto. É sobre esse efeito-texto que o leitor trabalha e é – ilusoriamente – a partir dele que o leitor produz seu texto.

O que estamos imaginando então é que, para que esse novo texto se constitua em uma paráfrase do texto que o desencadeou, não é necessário que o sentido permaneça nos restritos limites do mesmo, ou seja, estamos considerando a possibilidade de a paráfrase comportar deslizamentos de sentido. Nesta medida, a paráfrase poderia abrigar deslocamentos de sentidos, e, quem sabe, até mesmo a ruptura.

É interessante perceber que não considerar a possibilidade dessas rupturas de sentido tem sido o desejo de um grande número de estudiosos, que, seguindo teorias diversas, sonham com o ideal de transparência da linguagem.

Para a Análise do Discurso (AD), no entanto, a transparência da linguagem não é uma preocupação, pois ela trabalha exatamente com a não-transparência dos sentidos e da linguagem. Ou seja: a AD considera uma concepção de língua na qual intervém a historicidade, e, através dela, o imaginário e a opacidade. Ou, como lembra Leandro Ferreira (2000:23), “uma língua, enfim, que não seja translúcida, mas cuja espessura e densidade façam resistência”.

Esta noção de resistência, segundo Leandro Ferreira, indica um trabalho que se situa na margem entre a dominação que se faz da linguagem e a que ela estabelece. Em outras palavras, a polaridade que coloca a língua, ora como serva, ora como ama do pensamento.

Isto significa dizer que a língua é um sistema não-fechado e que os deslizamentos de sentido não são índices negativos, mas lugares de resistência, onde o impossível pode surgir.

Nessa pesquisa, reconhecer tal fato tem como repercussão admitir que a leitura – e a reescrita – podem ser espaço de resistência, de trabalho com a língua que, por ser atravessada pela historicidade, não é transparente. Reconhecer que os deslizamentos de sentido não são índices negativos é, ainda, admitir que a leitura que não apenas reitera sentidos é sempre bem-vinda, e que a reescrita que desloca ou desestrutura o sentido estabelecido é, na verdade, desejada.

Lembramos aqui Pêcheux e Gadet (1984:63), quando afirmam que o que afeta e corrompe esse princípio da univocidade da língua não é nela localizável; é a noção de **equivoco**, então, que remete ao ponto em que o impossível (lingüístico) chega a unir-se com a contradição (histórica), o ponto em que a língua toca a história. Quer dizer: a irrupção do equivoco afeta o real da história.

Para nós, isso traduz a possibilidade de que as reescritas – que representam a ligação entre a materialidade lingüística e a história – façam irromper o equivoco, ou seja, que evidenciem a ruptura com o sentido estabelecido no texto que lhes dá origem.

Se o equívoco afeta o real da história, o real da língua²¹, por sua vez, não está cosido às suas bordas como uma língua lógica: está atravessado por fissuras, atestadas pela presença de lapsos.

Esse termo – real da língua – é oriundo da psicanálise, tem origem em Lacan e foi desenvolvido na lingüística por Milner (1987), em “O amor da língua”.

Para Milner, o real da língua pode ser definido como uma série de pontos do impossível, marcada pelo não-todo. O acesso ao não-todo, ao impossível, põe em evidência o fato de que existe pelo menos um lugar de onde se fala daquilo que não se pode falar: esse lugar é o inconsciente, ou o real da língua.

O real da língua, conforme nos lembra Leandro Ferreira (2000), pode ser então assim definido:

O real, que é da ordem da língua, se opõe à realidade, que é da ordem social, prática. O sintoma mais imediato do real é um ‘impossível’ inscrito igualmente na ordem da língua. Costuma-se dizer ‘as palavras faltam’, o que aproxima o sintoma da idéia de ausência, defeito, insuficiência, imperfeição. (Leandro Ferreira, 2000: 26)

Leandro Ferreira, lembrando que língua e história constituem dois caminhos para um trabalho em AD, ressalta então que é por meio da noção de equívoco que é possível a língua (ou melhor, a alíngua e o impossível contido nela) encontrar a história (a contradição).

Assim, para a autora, “confirma-se o dito de que a AD está irremediavelmente presa entre o real da língua e o real da história” (*ibidem*:28).

Pode-se dizer, a partir daí, seguindo Leandro Ferreira, que é justamente a existência de um lugar singular, que admite a falta e a torna constitutiva da estrutura, que nos permite perceber no equívoco, e nos fatos que ele representa, o registro do simbólico que atravessa a língua e a consagra ao que lhe é próprio.

Na nossa concepção, tudo isso aponta para o fato de que o sujeito, pela leitura – e pela reescrita – pode operar sobre esses lapsos, essas fissuras, e, ao fazê-lo, pode se afastar de uma paráfrase que apenas reformule o já dito. Tal tipo de paráfrase estará, inevitavelmente, articulando aquilo que não se diz (porque não se quer ou não se pode dizer) com a contradição, que é histórica.

Neste sentido, as reescritas, na medida em que retomam um determinado texto e o sentido ali posto, lidam, através do simbólico, com esse real, que é da ordem da língua e que admite a falta, e trabalham inevitavelmente com a possibilidade do equívoco; assim, constituem-se, potencialmente, em uma chance para que um novo sentido irrompa, em uma oportunidade para que aconteça uma ruptura em relação ao sentido já estabelecido.

²¹ O real da língua corresponde, em francês, a *lalangue*, o que equivale, em português, ao termo *alíngua*.

O equívoco, nesta medida, conforme encontramos na obra *O discurso: estrutura ou acontecimento*, de Pêcheux (1990), aparece como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico. O princípio é, então: há um real da língua e um real da história, e o trabalho do analista é justamente compreender a relação entre essas duas ordens de real. Para nós, isso implica reconhecer, pela análise, nas reescritas, a relação entre o real da língua e o real da história, procurando detectar se, nesses textos, essa relação é a mesma ou é diferente da que se estabelece no texto que, metodologicamente, estamos denominando de texto-origem.

Como podemos perceber então, para a AD, a língua é exposta ao equívoco. Pêcheux (1990:53) afirma a este respeito: “Toda descrição (...) está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”.

Assim, para Pêcheux, todo enunciado ou toda seqüência de enunciados é lingüisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação.

A leitura, portanto, pode ser considerada como o processo em que os sentidos podem ser sedimentados (processo que, tradicionalmente, evidencia a paráfrase); pode ser concebida também como o processo em que, pela resistência, os sentidos podem deslizar para outros sentidos; ou pode ser entendida ainda como o processo em que a língua torna-se passível de equívoco, fazendo os sentidos derivar para outros, rumo à ruptura. Conseqüentemente, as reescritas podem ser pensadas como o espaço em que é possível captar tais sedimentações, tais deslocamentos, tais transformações. Ou seja: as reescritas, como retomadas de um fictício texto-origem, são o espaço em que se materializam as diferentes leituras e os diferentes movimentos de interpretação de sujeitos-leitores distintos.

Refletindo também sobre o equívoco, Orlandi (1999:37) vai dizer: “Se o real da língua não fosse sujeito à falha e o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos”. Assim, é justamente porque a língua é sujeita ao equívoco e porque a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa. Por isso é que dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, e, portanto, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história.

A condição de existência dos sujeitos e dos sentidos, é, pois, constituírem-se na relação tensa entre paráfrase e polissemia. Daí dizermos que os sentidos sempre podem ser outros. Todavia nem sempre o são. Depende de como são afetados pela língua, de como se inscrevem na história. Depende de como trabalham e são trabalhados pelo jogo entre paráfrase e polissemia.

É porque o discurso nunca está pronto e acabado que existe a possibilidade de várias leituras para um mesmo texto, de várias reescritas. Esse é o trabalho de cada sujeito-leitor: desconstruir e reconstruir, na sua leitura, o sentido produzido por um determinado texto. A desconstrução e a reconstrução são, então, o reflexo de um entrecruzamento de inscrições na história, de inscrições em formações discursivas, de assunções de posições-sujeito, de efeitos da memória.

Assim, o jogo entre o mesmo e o diferente atesta o confronto entre o simbólico e o imaginário, pois todo dizer é ideologicamente marcado na língua, nas palavras dos sujeitos, e é pela língua que a ideologia se materializa.

Podemos dizer então que a tensão que constitui a leitura é aquela que se desenvolve entre o texto e o contexto histórico-social, o que nos permite conceber a leitura como um processo de produção de efeitos de sentido. E é porque o social é constitutivo da linguagem que esta pode se sedimentar, sedimentando os sentidos; mas, por ser social, a linguagem pode também mudar, modificando ou transformando os sentidos.

Portanto, é porque a linguagem é fato social que várias leituras são possíveis para um mesmo texto. E é por isso que as reescritas podem vir a introduzir o novo, o diferente em um texto ilusoriamente acabado, pronto.

É, pois, a articulação entre o mesmo e o diferente na linguagem que relacionamos o jogo entre o mesmo e o diferente no processo da leitura.

A constatação deste jogo entre o mesmo e o diferente está em questão em todo este estudo, uma vez que nos propomos a investigar os gestos de repetição/ leitura/ interpretação, que podem levar à sedimentação de um mesmo sentido, aos deslizamentos ou à deriva dos sentidos. É isso que, pela análise, estaremos observando nas diferentes reescritas.

2.2.3 Repetição: implicações para o processo da leitura

A questão que se coloca, ao relacionarmos a leitura e a repetição, é, para nós, a seguinte: como acontece a inscrição do sujeito-leitor no espaço do repetível?

Para responder a essa pergunta, vamos lembrar que é no espaço do interdiscurso que se constitui a exterioridade daquilo que é “legível” para o sujeito-leitor, na formação dos pré-construídos (o repetível) de que sua leitura se apropria.

Assim, como ressalta Orlandi (1993a:106) “a voz que aí ressoa é uma voz sem nome, pois não há lugar para o sujeito específico. Esse repetível preexiste à situação de enunciação e o sujeito desta, ao produzir linguagem, se apodera dele e intervém no repetível”.

O repetível, assim, na perspectiva discursiva, de modo diferente do que acontece na lingüística, não significa redundância, completude, mas é, antes, uma sistematicidade histórica do discurso.

Na leitura, a inscrição nesse espaço do repetível acontece pela mistura entre memória e esquecimento. Isto porque o leitor, quando entra em contato com o texto, observa-o a partir de seu lugar social, de sua posição-sujeito, de seu contexto social, político, histórico. Mas também o faz à luz da memória discursiva, onde, como já sabemos, estão outros textos, outros discursos, outras leituras. Esse leitor, interpelado pela ideologia, passa então a interargir com o texto e, ao fazê-lo, “esquece” o que já foi dito para que, ao identificar-se com o que diz, possa constituir-se em sujeito. É isso que faz com que ele tenha a ilusão de que os sentidos que constrói em sua leitura estão se originando nele mesmo, e é isso também que faz com que esse sujeito-leitor que reescreve imagine-se a origem do que diz e tenha a ilusão de que aquilo que diz só poderia ser dito com aquelas palavras.

Sujeito-leitor e sujeito que reescreve esquecem, assim, que há outras vozes em seu discurso e que esse discurso, portanto, não se origina neles, mas é afetado pela história.

Temos aqui, na verdade, a ambigüidade do histórico e sua relação com o que muda e o que permanece, já que a história não é transparente. Essa ambigüidade é a que se dá entre o polissêmico (diferente) e o parafrástico (o mesmo) e que mantém a tensa e necessária relação de constituição do discurso.

É por isso que, para Orlandi, “esquecer é mudar e também não mudar. Assim como lembrar tanto pode ser reproduzir como transformar” (*Ibidem*:107).

Essa consideração de Orlandi nos remete a Courtine (1999:16), quando o autor, discutindo sobre o funcionamento do discurso político, questiona-se sobre o que é, para um sujeito enunciator tomado nas contradições históricas do campo político, enunciar, manter o fio de um discurso, mas também repetir, lembrar, esquecer.

Courtine vai dizer, a partir daí, que um espaço de repetição inscreve-se num conjunto desnivelado de discursos por uma mistura inextricável de memória e esquecimento, que possibilita que uma formulação-origem derive na espessura dos discursos, trajeto no qual ela se transforma, escondendo-se para reaparecer mais adiante, atenuando-se ou desaparecendo.

Podemos dizer então que é na relação com a memória, pelo repetível, que os objetos do discurso adquirem sua estabilidade referencial. O interdiscurso, assim, fornece os objetos do discurso que sustentam a enunciação e organiza o ajuste enunciativo que constitui a formulação da leitura pelo sujeito-leitor e, conseqüentemente, da reescrita pelo sujeito que reescreve.

É esse ajuste que cria o efeito discursivo da identificação, da constituição da subjetividade. É aí que estão o sujeito-leitor e o sujeito que reescreve, os quais, constituídos por esses efeitos, representam a injunção de duas historicidades: a história das suas leituras e a história de leituras do texto, que atuam na formação de uma “sua” leitura específica, em um momento dado.

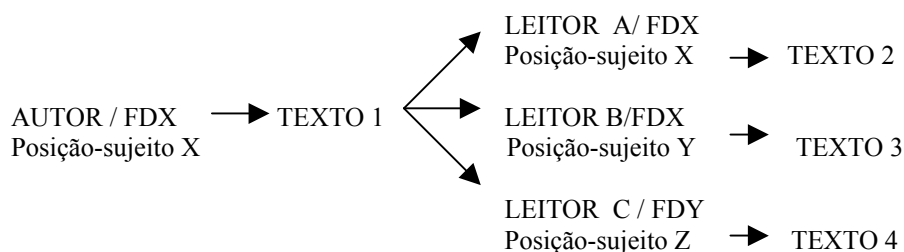
Os sentidos, portanto, são muitos, mas há sempre um enunciável exterior e preexistente e é a partir dele que cada sujeito-leitor e que cada sujeito que reescreve podem intervir.

A partir de tais pressupostos, podemos perceber as implicações da repetição no processo discursivo da leitura e pensar especificamente no caso dessa pesquisa, que trabalha a leitura atestada em forma de reescritas. Isto porque essa pesquisa ocupa-se da análise de textos que são produzidos a partir da leitura de um outro texto – o qual, apenas por uma questão metodológica, como já tivemos oportunidade de afirmar em momentos anteriores, estamos chamando de **texto-origem**. É isto que nos permite falar em reescritas e caracterizar o quadro geral desse estudo: análise de textos que, ao serem reescritos, revelam o processo de leitura de um sujeito-leitor.

Realizar tal tarefa à luz da Análise do Discurso implica ter a atenção voltada não para as variações lingüísticas entre os textos – entre os diversos modos de redizer o texto – mas para os **efeitos de sentido** oriundos da leitura e desvelados pela reescrita. Significa identificar, na reescrita, manutenções ou transformações de sentido em relação ao texto-origem, o que leva a leituras parafrásticas, a leituras polissêmicas ou a rupturas.

Tratar da leitura a partir da repetição significa ainda lembrar que esse leitor – que reescreve o texto pelo processo de sua leitura – é um sujeito interpelado ideologicamente, assim como o autor que escreve o texto-origem. A partir disso é que podemos reconhecer leitores que, interpelados ideologicamente, estabelecem diferentes relações com o texto-origem.

Representando esquematicamente esse processo, temos:



E assim por diante.

O que vemos aí é a representação de algumas possibilidades de reescrita. Assim, diferentes leitores, ao repetir o texto-origem, podem, por exemplo: inscrever-se na mesma FD e assumir a mesma posição-sujeito do autor (leitor A); inscrever-se na mesma FD, mas assumir uma posição-sujeito diferente da FD do autor (leitor B); inscrever-se em uma FD diferente da FD do autor e assumir uma posição-sujeito também diferente da do autor (leitor C).

Assim, podemos dizer que, neste trabalho, estamos examinando textos que são produzidos por sujeitos que, a partir da leitura de um texto dado, reescrevem esse texto e produzem “seus” textos, que são reflexo da inscrição desses sujeitos em uma FD, em uma posição-sujeito, na memória. Tais sujeitos estão também afetados pelo esquecimento, pela ilusão constitutiva do sujeito.

O que vamos procurar identificar, portanto, são as formas de relacionamento desses leitores com o texto: ao reescrever e “esquecer” (os outros discursos, as outras vozes), eles mudam ou não os sentidos encontrados? Ao reescrever e retomar (os outros discursos, as outras leituras) eles reproduzem, transformam ou rompem os sentidos encontrados?

Estaremos ocupados ainda por outra questão: ao reescrever, os sujeitos-leitores transformam-se em autores? Em que momento e quando isso acontece? Sempre? Às vezes? Nunca? O que é preciso para que um sujeito que reescreve possa ser considerado autor de seu texto?

São questões que somente as análises poderão nos responder, que somente as reescritas poderão demonstrar.

2.3 LEITURA E INTERPRETAÇÃO

Pêcheux (1990: 50), procurando estabelecer relações entre descrever e interpretar, salienta que uma descrição “não é uma apreensão fenomenológica ou hermenêutica na qual descrever se torna indiscernível de interpretar: essa concepção da descrição supõe ao contrário o reconhecimento de um real específico sobre o qual ele se instala: o real da língua”.

Pêcheux frisa bem o uso do termo: língua (e não linguagem, nem fala, nem discurso, nem texto, nem interação conversacional), aquilo que é colocado pelos lingüistas como a condição de existência, sob a forma da existência do simbólico, no sentido que Lacan atribui a essa noção.

É neste sentido que se pode pensar em uma pesquisa lingüística que se desloca da obsessão da ambigüidade (entendida como a lógica do ou ...ou) para abordar o próprio da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta, etc.

Esse jogo de diferenças, alterações e contradições não pode ser concebido como o amolecimento de um núcleo duro lógico²²: a equivocidade, a heterogeneidade são constitutivas da língua.

Orlandi (1996:9), tendo por base as reflexões de Pêcheux e discutindo sobre questões ligadas à interpretação, diz que ela está presente em toda e qualquer manifestação de linguagem, pois não

²² Gadet (1978), em “*La Double Faille*”, critica uma concepção de língua que coloque a sintaxe neste núcleo duro e lógico, seguida por margens e bordas, com o discurso no exterior. Para a autora, o discurso não está fora, mas na própria concepção de língua; o discurso, nesta perspectiva, deixa de ser considerado, tal como é visto por Chomsky, como um

há sentido sem interpretação. Dito de outra forma: os sentidos não se fecham, não são evidentes, mesmo que aparentem ser. Além disso, eles jogam com a ausência, com os sentidos do não-sentido. Ou seja: a interpretação é sempre passível de equívoco, pois, apesar de sua vocação à unicidade e ao completo, a linguagem não tem como não conviver com a falta.

Do ponto de vista da significação, não existe relação direta do homem com o mundo, o que significa que a relação do homem com o pensamento, com a linguagem e com o mundo não é direta. É, pois, uma relação mediada. Daí a necessidade da noção de discurso para compreendê-la, pois o discurso é uma das instâncias materiais dessa relação.

É esta abertura da linguagem que Orlandi tem concebido como a abertura do simbólico, a qual tem sido tratada pela autora nos limites indecisos e tensos entre paráfrase e polissemia. E é isso que lhe permite considerar a interpretação – com base em Pêcheux (1994) – como um *gesto*, ou seja, como um ato no nível simbólico.

Conceber a interpretação como um gesto nos possibilita pensá-la em sua ligação com a incompletude: a interpretação acontece porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pelo silêncio.

Essa incompletude não deve ser pensada em relação a algo que seria (ou não) inteiro, mas em relação a algo que não se fecha. Isto porque o dizer é aberto e não tem um começo verificável, estando sempre em curso.

Assim, para Orlandi (1996:20), no momento em que se assume a incompletude da linguagem, sua materialidade (discursiva), o gesto de interpretação passa a ser visto como uma relação necessária (embora na maior parte das vezes negada pelo sujeito) e que intervém decisivamente na relação do sujeito com o mundo (natural e social), mesmo que ele não saiba.

Tudo isso nos permite pensar nas reescritas como gestos de interpretação realizados por sujeitos que, executando o processo da leitura, tornam-se sujeitos-reescritores e, nessa posição, trabalham a incompletude do espaço simbólico representado pelos textos.

Tais colocações nos levam, nesse ponto, a exemplo de Orlandi, a também resgatar Pêcheux (1994: 57), com o texto *Ler o arquivo hoje*, no qual o autor trata da relação existente entre leitura, interpretação e escritura. Tomando o termo *arquivo* em sentido amplo, como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”, Pêcheux fala em *sistema diferencial dos gestos de leitura*, que seriam apreensíveis nas práticas de leitura espontânea e reconstituíveis a partir de seus efeitos na escritura. Nesses termos, a leitura literal, enquanto apreensão do documento, numa leitura interpretativa, já seria, para Pêcheux, uma escritura. Isso nos permite

prolongamento da sintaxe. A “dupla falha”, então, diz respeito ao inconsciente e a história, que são deixados de lado nesta concepção de língua. Para Gadet, assim, a sintaxe faz sentido para a AD como um acesso à ordem da sintaxe.

começar a constituir, segundo o autor, um *espaço polêmico das maneiras de ler*, ou seja, “uma descrição do trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesmo” (*Ibidem*:57).

Concordamos com Pêcheux quando ele afirma que, mesmo a leitura literal, enquanto apreensão do arquivo, já constitui uma leitura interpretativa; preferimos, porém – pelo menos por enquanto – não denominar de escritura essa leitura literal e, por isso, usamos, em seu lugar, o termo reescrita, para determinar, amplamente, qualquer processo de retomada do documento (que, para nós, é o que estamos denominando, metodologicamente, de texto-origem).

Esse fictício texto-origem, na perspectiva que estamos adotando, pode ser considerado como multidimensional, e suas diferentes formulações – suas reescritas – podem ser concebidas como novos produtos significativos. Neste aspecto, seguimos Pêcheux e consideramos que a leitura interpretativa – para nós, materializada na reescrita – constitui um “espaço polêmico das maneiras de ler”.

Tal afirmação segue também a linha de pensamento de Gregolin (2001), quando a autora afirma:

A interpretação não se limita à decodificação dos signos, nem se restringe ao desvendamento de sentidos exteriores ao texto. Ela é as duas coisas ao mesmo tempo: leitura dos vestígios que exibem a rede de discursos, que envolvem os sentidos, que leva a outros textos, que estão sempre à procura de suas fontes, em suas citações, em suas glosas, em seus comentários. Por isso, os sentidos nunca se dão em definitivo: existem sempre aberturas por onde é possível o movimento da contradição, do deslocamento e da polêmica. (GREGOLIN, *op. cit.*:61)

Nesta perspectiva, o texto não é fechado em si mesmo e a interpretação desvela o processo de relação do leitor com os sentidos e com a exterioridade que os constituem.

Recolocamos, então, algumas questões formuladas por Orlandi (1996): o que muda nas diferentes formulações? É só uma explicitação do que já estava lá? São os seus possíveis? O que é uma outra formulação? E acrescentamos: O que é, por exemplo, colocar um final em um texto marcado por sinais de pontuação como as reticências e a interrogação?

Na concepção teórica que estamos adotando, qualquer modificação na materialidade do texto corresponde a um compromisso com diferentes posições de sujeito, diferentes formações discursivas, distintos recortes da memória, diferentes relações com a exterioridade.

Neste sentido, conforme já frisamos, é apenas no imaginário que diferentes versões de um mesmo texto partiriam de um texto “original”. Este, na verdade, constitui uma ficção, ou melhor, uma função da historicidade, num processo retroativo, uma vez que são sempre vários os textos possíveis de um “mesmo” texto. Ou seja: são sempre vários os gestos de interpretação.

Assim, como lembra Orlandi, “se ao significar o sujeito se significa, o gesto de interpretação é o que – perceptível ou não para o sujeito e/ou para seus interlocutores – decide a direção dos sentidos, decidindo, assim, sobre sua (do sujeito) direção” (*Ibidem*:22).

A interpretação é, nesta perspectiva, uma injunção, o que significa dizer que, face a um objeto simbólico, o sujeito se encontra na necessidade de dar sentido, isto é, de construir sítios de significação, de tornar possíveis gestos de interpretação.

A partir daí, uma reescrita é também uma injunção, uma vez que, frente a um texto determinado, o sujeito passa a decidir a direção dos sentidos, reconstruindo, alterando ou desconstruindo sentidos que foram postos por um certo sujeito-autor. Quer dizer: o sujeito-reescritor executa gestos de interpretação.

Uma concepção discursiva de ideologia estabelece que a interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, entretanto, aparecem como universais e eternas. E é daí que resulta a impressão do sentido único e verdadeiro.

Desse modo, um dos efeitos ideológicos da interpretação está justamente no fato de que, no momento mesmo em que se dá, ela se nega como tal: apagam-se suas condições de produção, desaparece o modo pelo qual a exterioridade constitui o sujeito. E a interpretação aparece como transparência, como o sentido já-lá.

É por isso que, conforme lembra Orlandi, não se pode excluir do fato lingüístico o equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico.

Nesta medida, a leitura, atestada pela reescrita, é esse gesto de interpretação em que o sujeito, atribuindo sentido às palavras de um sujeito-autor, passa a atribuir sentido às suas próprias palavras, sob outras condições, apagando as condições em que foram produzidos os sentidos daquele fictício texto-origem.

O processo ideológico, visto sob esse ângulo, não se liga à falta, mas ao excesso. A ideologia representa a saturação, o efeito de completude que, por sua vez, produz o efeito de evidência que se sustenta sobre o já-dito, sobre os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como “naturais”. Deste modo, na ideologia não há ocultação de sentidos, mas apagamento do processo de sua constituição.

É com esse efeito de excesso, de completude e de evidência que lida o sujeito-reescritor quando realiza a leitura de um texto que, ilusoriamente, está pronto, acabado²³. Este sujeito não

²³ Nessa pesquisa, estamos examinando reescrituras de textos em que essa aparência de completude e de fim se dilui um pouco, quando os sujeitos-autores terminam seus textos com reticências ou com interrogação. Uma questão se coloca para nós então: será que muda o relacionamento do sujeito-reescritor com o texto-origem, nesses casos? Será que esse espaço em aberto permite gestos de interpretação muito mais variados do que aqueles que ocorrem quando o sujeito-autor, colocando um ponto final em seu texto, realça sua aparente completude? Essas são questões para as quais estaremos procurando respostas.

participou do processo de produção dos sentidos que estão ali, aparentemente prontos, mas precisa reeditar esses sentidos.

Só existe, portanto, uma maneira de fazê-lo: construir – ilusoriamente a partir das palavras do sujeito-autor – seu próprio discurso, sob condições de produção diversas.

Isto ratifica a idéia de que os sentidos não estão nas palavras, pois, para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha. A este respeito, afirma Orlandi (1996):

A interpretação, portanto, não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. Também não é livre de determinações. Ela não pode ser qualquer uma e não é igualmente distribuída na formação social. O que a garante é a memória sob dois aspectos: a) a memória institucionalizada, ou seja, o arquivo, o trabalho social da interpretação em que se distingue quem tem e quem não tem direito a ela; e b) a memória constitutiva, ou seja, o interdiscurso, o trabalho histórico da constituição da interpretação (o dizível, o repetível, o saber discursivo). (Orlandi, 1996: 67-68)

Desta forma, a interpretação se faz entre a memória institucional (arquivo) e os efeitos da memória (interdiscurso). Se no âmbito da primeira a repetição congela, no da segunda a repetição é a possibilidade do sentido vir a ser outro, no qual presença e ausência se trabalham, e paráfrase e polissemia se delimitam no movimento da contradição entre o mesmo e o diferente. Ou seja: o dizer só faz sentido se a formulação se inscrever na ordem do repetível, no domínio do interdiscurso.

2.3.1 Interpretação: implicações para o processo da leitura

Ao concluir esta seção, gostaríamos de retomar algumas idéias aqui colocadas.

Inicialmente, chamamos a atenção para um fato que nos parece de fundamental importância para a Análise do Discurso e que atravessa todo esse estudo, ou qualquer trabalho que se construa sobre tal perspectiva teórica: os sentidos não são evidentes, não são únicos, não estão nas palavras.

A leitura, neste sentido, não é uma questão de apreensão de um significado que já está lá, nas palavras, já dado e bem evidente. E a reescrita, por consequência, não é uma mera retomada de sentidos, um redizer o que já está dito. Mesmo quando a reescrita revela uma leitura parafrástica, não é assim que acontece.

A interpretação, como sabemos, é passível de equívoco. Quer dizer: se os sentidos fossem evidentes, a interpretação seria sempre a mesma, não importando por quem fosse feita, quando fosse feita, sob que condições. Se assim fosse, diferentes sujeitos-leitores, diante do “mesmo” texto, estabeleceriam com esse texto as mesmas relações, o que significaria que as leituras seriam sempre as mesmas e que as reescritas seriam sempre iguais.

Porém, o que ocorre é que diferentes leitores, diante de um mesmo texto, têm diferentes **gestos de interpretação**, realizam diferentes leituras (e, portanto, o reescrevem de maneira distinta).

Desse modo, um texto que, ficticiamente, serve como ponto de partida para a produção de reescritas – o texto-origem – pode ser considerado multidimensional, na medida em que está originando novos textos, novos produtos significativos. Esses, por sua vez, também são multidimensionais, pois podem dar origem a novos textos, a novos produtos significativos.

É cada gesto de interpretação, realizado por leitores únicos, que decide então a direção dos sentidos e dos sujeitos, e que nos remete à sedimentação ou à transformação dos sentidos. Ou seja: cada gesto de interpretação resulta em um processo único de leitura, em um processo único de reescrita.

A interpretação, dessa maneira, determina a leitura (decide a direção dos sentidos e do sujeito) e é determinada pelas leituras (de outros textos, de outros discursos).

2.4. LEITURA E HETEROGENEIDADE

A questão do “outro” como constitutivo do discurso relaciona-se, sob a influência da psicanálise, à questão do sujeito, materialmente ligado à da ideologia. A este respeito, afirma Orlandi (1990:38): “a relação com o ‘outro’ regula tudo, preenche tudo, explica tudo, tanto o sujeito como o sentido”.

Admitir que o discurso é sempre atravessado pela presença do outro é admitir, portanto, que a heterogeneidade é constitutiva do discurso.

Uma primeira evidência se coloca a partir daí: a relevância da noção de heterogeneidade nessa pesquisa, que trabalha não com textos, mas com discurso e, portanto, com discursos atravessados pelo discurso-outro, ou seja, discursos heterogêneos.

Pensando em termos de leitura e de reescritas, podemos reconhecer então que, se todo discurso é heterogêneo, já no discurso do sujeito-autor (responsável, fictícia e ilusoriamente, pelo texto-origem), há, desde sempre, a presença do discurso-outro. É um discurso heterogêneo, portanto, que está servindo como ponto de partida para a produção de outros discursos, também heterogêneos.

Assim, é possível considerar a leitura como um “cruzamento” de heterogeneidades, o que, a princípio, envolve o cruzamento do discurso do sujeito-autor (que também é entrecruzado pelo discurso-outro) com o discurso do sujeito-leitor (que, por sua vez, também está impregnado de

outros discursos). Como sabemos, esse processo envolve o cruzamento de formações discursivas, de posições-sujeito, de efeitos de memória.

São fatores como esses que determinam diferentes leituras para um “mesmo” texto e, por consequência, diferentes efeitos de sentido nas reescritas.

Continuando nosso percurso teórico, vamos perceber que essa questão do “outro” do discurso é abordada, na lingüística contemporânea, tanto pelas teorias pragmáticas quanto pelas teorias da enunciação, do texto e do discurso.

Referimos inicialmente Jacqueline Authier-Revuz, autora que, trabalhando no campo da Teoria da Enunciação, aborda a questão da heterogeneidade não como multiplicidade de manifestações que povoam o discurso, mas como condição fundante de qualquer discurso.

Para Authier, passar da consideração da língua, concebida como “ordem própria” – sistema finito de unidades e de regras de combinação – à consideração da fala, do discurso, é abandonar um domínio homogêneo, fechado, em que a descrição é da ordem do repetível, do “UM”, e passar a um campo duplamente marcado pelo NÃO-UM, pela heterogeneidade teórica que o atravessa e pelo caráter não-repetível da compreensão que dele se pode ter, inevitavelmente afetada pela subjetividade e pela incompletude.

Patrick Sériot (1986) também se dedica à problemática da heterogeneidade e se preocupa em saber como um texto pode comportar, a título de componentes internos a este texto, elementos que vêm de outro lugar, ou qual é a relação entre o texto e seu exterior.

É a partir do problema da representação lingüística do fenômeno da nominalização que Sériot aborda esta problemática, perguntando-se se é possível, considerando a sintaxe como um sistema neutro e fechado, admitir que um texto pode conter na sua materialidade alguma coisa que lhe seja “outra”. Uma abordagem estritamente gramatical consistiria em dar conta da passagem do enunciado verbal à nominalização, definindo regras que produzem frases gramaticais. Sériot, no entanto, quer saber como, a partir da nominalização, chegar ao enunciado outro que, este sim, é uma asserção completa feita em outro lugar.

Em busca destas respostas, Sériot retoma a noção de **pré-construído**²⁴, desenvolvida nos trabalhos de Pêcheux, Paul Henry e Culioli. Para ele, trata-se de “enunciados simples tirados de discursos anteriores, ou apresentados como tal” (Sériot, 1986:24). Esses enunciados são importados como relações predicativas onde cada elemento já está munido de operações de asserção efetuadas

²⁴ A noção de *pré-construído* foi introduzida por Paul Henry e revista por Pêcheux & Fuchs (1975). Designa uma construção anterior, exterior e independente, por oposição ao que é construído na enunciação. Ele marca uma relação entre o interdiscurso, como lugar de construção do pré-construído, e o intradiscurso, como lugar de enunciação por um sujeito.

ou supostamente efetuadas em um ato de enunciação precedente que é exterior ou anterior ao discurso em questão.

Assim, o enunciado nominalizado representa a transformação de um enunciado verbal que é pré-construído, ou seja, ele não é assumido pelo sujeito enunciador, mas é visto como um já-lá, preexistente ao discurso. Trata-se, então, de um implícito que, segundo Sériot, é um não-dito-mostrado, em que os traços observados no enunciado permitem reconstruir, em função das hipóteses discursivas, o todo ou uma parte do que não é mencionado.

Sériot aponta diferentes tipos de pré-construídos: inicialmente, o que “reenvia formalmente a um discurso anterior” (*Ibidem*:31); em segundo lugar, aquele que representa um jamais-dito, um jamais-assumido, um indizível; finalmente, aquele cujos não-ditos não têm correspondência em ocorrências efetivamente assertadas.

Podemos dizer então que as reflexões de Sériot conduzem à demarcação entre língua e discurso, sobre a qual a lingüística não pode fazer a teoria: “uma mesma seqüência sintática, uma mesma superfície textual pode remeter a duas espécies profundamente diferentes de exterioridade: intradiscurso ou extradiscurso; a separação e a articulação entre os dois não é um problema unicamente formal” (*Ibidem*:31).

Assim, conforme lembra Indursky (1997:35), para investigar tal entrelaçamento, faz-se mister trabalhar na tensão entre o efeito de homogeneidade e a heterogeneidade fundante do discurso.

Parece-nos que fica mais fácil, agora, perceber por que estamos nos ocupando da heterogeneidade nesse estudo. Ao trabalhar com o discurso, estamos justamente partindo da concepção de que os discursos são marcados por diferentes dizeres, por saberes que vêm de outros lugares. Isso está contemplado na concepção de heterogeneidade. Estamos trabalhando ainda com a idéia de que, ao reescrever um texto, o sujeito tem dele uma compreensão que é da ordem do não-repetível, pois, mesmo que ele mantenha o sentido sedimentado no texto-origem, ele é outro sujeito, é outra a situação, são outras as condições de produção do discurso, são outras as vozes que se fazem presente, são outros os dizeres que são trazidos à tona. Quer dizer: são outros os textos produzidos, e todos heterogêneos.

As reescritas, nesta medida, não podem fugir a isso. São sempre “outro” texto, nascido pelo processo de leitura de um sujeito diferente do sujeito-autor do texto-origem, sujeito esse que tem seu discurso determinado por outros saberes, por dizeres que vêm de outros lugares.

É, portanto, a noção de heterogeneidade – aliada, entre outras, à de leitura, à de repetição, à de interpretação, à de silêncio – que nos ajuda a considerar que existe, entre os discursos, um jogo entre a ordem do Um e do NÃO-UM, entre a ordem do mesmo e do diferente.

Desse modo, a leitura e a reescrita são a expressão desse discurso mesclado do mesmo e do diferente, do um e do não-um. E mesmo a leitura e a reescrita que mantêm o mesmo efeito de sentido presente no texto-origem apresentam esse jogo, essa mescla.

Para finalizar essa seção, queremos dizer ainda que todas as colocações de Authier sobre a heterogeneidade são melhor explicitadas pela identificação que a autora faz dos tipos de heterogeneidade. É desses tipos que passamos a falar agora.

2.4.1 Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva

Authier (1982) distingue duas formas que evidenciam a alteridade no discurso, ou seja, dois tipos de heterogeneidade: a **heterogeneidade mostrada** e a **heterogeneidade constitutiva**.

Para Authier, as formas da heterogeneidade mostrada inscrevem o Outro na seqüência do discurso e são lingüisticamente descritíveis: discurso direto, discurso indireto, aspas, glosas, etc.; a heterogeneidade constitutiva, por sua vez, diz respeito ao fato de que, constitutivamente, no sujeito, em seu discurso, há o Outro, sendo impossível captar esse Outro lingüisticamente.

Authier propõe uma descrição da heterogeneidade mostrada como formas lingüísticas de representação de diversos tipos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso.

A heterogeneidade mostrada, que pode ser marcada ou não-marcada, é da ordem da sintaxe. Suas formas são aquelas pelas quais se altera a aparente unicidade do fio do discurso, pois elas inscrevem o outro nesse discurso. Essas formas representam “uma negociação com as forças centrífugas, de desagregação, da heterogeneidade constitutiva” (Authier-Revuz, 1982:33). Elas constroem, no desconhecimento da heterogeneidade constitutiva, uma representação da enunciação que, por ser ilusória, é uma proteção necessária para que um discurso possa ser mantido.

Dessa forma, essa representação da enunciação é igualmente constitutiva, pois, além do *eu* que se coloca como sujeito do seu discurso, as formas marcadas da heterogeneidade mostrada confirmam esse “eu”, dando corpo ao discurso e dando forma ao sujeito enunciador.

O que caracteriza as formas da heterogeneidade mostrada é que elas operam sobre o modo da denegação “por uma espécie de compromisso precário que dá lugar ao heterogêneo e portanto o reconhece, mas para melhor negar sua onipresença” (*Ibidem*:33).

É justamente nos lugares em que essas formas tentam encobrir essa onipresença que a heterogeneidade se manifesta. Assim, a presença do outro emerge no discurso precisamente nos pontos em que se insiste em quebrar a continuidade, fazendo vacilar o domínio do sujeito.

Segundo Authier, uma dupla designação é operada pelas formas de heterogeneidade mostrada: a de um lugar para um fragmento de estatuto diferente na linearidade da cadeia e de uma alteridade a que o fragmento remete. A natureza dessa alteridade pode ou não ser especificada no contexto do fragmento mencionado. Assim, em algumas formas daquilo que Authier designa por *autonímia simples*²⁵, a alteridade é explicitamente especificada e remete tanto para um outro ato de enunciação quanto para a língua enquanto exterior ao discurso em enunciação.

Desta forma, toda compreensão, toda interpretação destas marcas requer uma especificação da alteridade a que remetem, em função de seu ambiente discursivo: uma outra língua, um outro discurso diferente, um discurso oposto, etc.

Authier demonstra especial interesse pelas inumeráveis formas de glosas, retoques, comentários sobre um fragmento da cadeia (assinalado ou não por aspas ou itálico). Segundo a autora, essas formas especificam os parâmetros, ângulos e pontos de vista através dos quais um discurso põe explicitamente uma alteridade em relação a si próprio.

A consideração das aspas e do itálico como exemplos de heterogeneidade mostrada nos remetem imediatamente para os sinais de pontuação que estamos examinando nessa pesquisa.

Assim, pensamos que as reticências e o ponto de interrogação, mesmo não sendo marcas da inserção do discurso-outro no discurso do sujeito-autor, podem abrir um espaço para a inserção do discurso-outro no discurso do sujeito-leitor. Isso porque o sujeito-autor, quando emprega as reticências ou a interrogação (principalmente no final dos textos), marca um lugar de interpretação para o sujeito-leitor, parece convidá-lo a entrar no discurso por aquele espaço, carregando outros saberes, outros dizeres, trazendo para aquele discurso, ilusoriamente já-construído, o discurso-outro. Na verdade, é como se o sujeito-autor dissesse: esse discurso não está acabado, e esse sinal de pontuação (as reticências ou a interrogação) estão aí para que você, sujeito-leitor, interfira (ilusão!) no meu discurso.

Em outras palavras: imaginamos que tais sinais de pontuação possam funcionar, na leitura e na reescrita, como “portas de entrada” através das quais os sujeitos-leitores vão interagir com o texto-origem. Não esquecendo que vão fazer isso determinados ideologicamente, inscritos em uma formação discursiva, identificados com uma posição-sujeito.

Assim, por estarmos diante de sujeitos diferentes, que trazem para o seu discurso diferentes discursos-outros, esse processo terá como resultado um discurso também heterogêneo.

²⁵ Na *autonímia simples*, a heterogeneidade que constitui um fragmento mencionado, entre os elementos lingüísticos de que faz uso, é acompanhada de uma ruptura sintática. O fragmento citado no interior de um discurso relatado direto ou introduzido por um termo metalingüístico, nitidamente delimitado na cadeia discursiva, é apresentado como objeto; é extraído da cadeia enunciativa normal e remetido a outro lugar. No caso da conotação autonímica, o fragmento

Voltando a Authier (1982), diríamos que, se, para abordar a heterogeneidade mostrada, a autora sustenta-se em fatos da língua, para tratar do que denomina de heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso a autora procura um suporte exterior à lingüística e, com este fim, apóia-se tanto na problemática do dialogismo bakhtiniano – que considera o discurso como produto da intersubjetividade – quanto na psicanálise, através da releitura de Lacan sobre a obra de Freud.

De Bakhtin, Authier toma as reflexões sobre o princípio do dialogismo, procurando ressaltar que o dialogismo bakhtiniano não se preocupa com o diálogo face a face, mas constitui uma teoria da dialogização interna do discurso. Neste sentido, as palavras são, sempre e inevitavelmente, “as palavras dos outros”. Authier mostra então que, para Bakhtin, nenhuma palavra é neutra, mas sempre “carregada”, “ocupada”, “habitada”, “atravessada” por outros discursos.

Uma reescrita, nessa medida, é um discurso ocupado, atravessado pelo discurso-outro, e isso significa que esse discurso não é habitado apenas pelo discurso do sujeito-autor do texto-origem, mas por outros discursos circulantes, por outras vozes. As “palavras do outro”, portanto, em uma reescrita, não são apenas as palavras do sujeito-autor, mas são as palavras de vários outros discursos.

Quanto à psicanálise, Authier quer mostrar que esta produz a dupla concepção de uma fala fundamentalmente heterogênea e de um sujeito dividido. Isto atesta o fato de que

...sempre sob as palavras, ‘outras palavras’ são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia, se faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso, através da qual a análise pode tentar recuperar os indícios da ‘pontuação do inconsciente’.
(Authier-Revuz, 1982: 28)

O que encontramos em uma reescrita, a partir dessa perspectiva, é uma fala heterogênea e um sujeito dividido, que precisa lidar com as palavras do sujeito-autor, com as palavras que estão sob as palavras do sujeito-autor, com suas próprias palavras, e com as palavras que estão sob suas próprias palavras. A reescrita, nos parece, é fruto de todo esse entrecruzamento, que é da ordem do inconsciente.

Authier relaciona essa concepção de discurso atravessado pelo inconsciente à noção de descentramento do sujeito. Quer dizer: o sujeito não é uma entidade homogênea exterior à linguagem, mas o resultado de uma estrutura complexa, efeito de linguagem, ou seja, sujeito descentrado, dividido, clivado. Encontra-se aqui, mais uma vez, a teoria da ilusão subjetiva da fala: o sujeito se crê fonte do seu discurso, enquanto ele nada mais é do que o suporte e o efeito desse discurso.

mencionado é ao mesmo tempo um fragmento do qual se faz uso: é o caso do elemento colocado entre aspas, em itálico ou glosado por uma incisa.

Podemos constatar então, acompanhando Authier, que a autora busca ancoragem na teoria do dialogismo bakhtiniano e na psicanálise porque ambas, sob bases distintas, questionam a imagem de um locutor – fonte consciente de um sentido que ele traduz nas palavras de uma língua – e a própria noção de língua – como instrumento de comunicação ou como ato que se realiza no quadro das trocas verbais.

Podemos reconhecer nessa abordagem de Authier uma aproximação com a Análise do Discurso e, conseqüentemente, com a concepção que estamos adotando neste estudo. Assim como Authier, a AD considera que as palavras são produzidas por sujeitos que, determinados pelo inconsciente, acreditam ser a fonte do que dizem, esquecendo que suas palavras são sempre atravessadas pelas palavras do outro. Isso significa que, para a AD, a heterogeneidade é constitutiva de todo e qualquer discurso.

Essa concepção exposta por Authier-Revuz em 1982 passa a ser reformulada em seus trabalhos posteriores.

Assim, em *Hétérogénéités et ruptures: quelques repères dans le champ énonciatif* (1991:139), a autora reconhece dois planos que impõem a dimensão da heterogeneidade na enunciação: o plano das observações lingüísticas e o plano da heterogeneidade teórica.

É nesse duplo plano e segundo uma dupla perspectiva – esboçar esquematicamente o jogo das heterogeneidades enunciativas e articular dialogicamente uma série de outras questões – que Authier aborda a questão das heterogeneidades e também das rupturas.

Neste texto, Authier-Revuz começa a falar em **não-coincidências**, termo que usa para se referir à heterogeneidade.

Assim, ela aborda o campo da heterogeneidade enunciativa pela observação e descrição sistemática das formas meta-enunciativas (opacificantes) pelas quais, no fio do discurso, os enunciadores dobram a enunciação de um elemento. A essas formas, a autora denomina de heterogeneidade (ou não-coincidência) mostrada. Às formas de heterogeneidade mostrada, Authier contrapõe o plano constitutivo, que é da ordem não-acidental, mas estrutural, e condição de existência do fato enunciativo.

Nesta perspectiva, há uma dupla forma de perceber a heterogeneidade na enunciação e Authier-Revuz salienta o jogo constante deste duplo plano: do fio do discurso e da estrutura.

Existe, assim, por um lado, o reconhecimento, ao plano do fio do discurso, de uma forma linear de heterogeneidade, ou seja, de uma irregularidade, de uma ruptura formalmente descritível na cadeia. Tais “acidentes” inscrevem-se sobre duas vertentes: a do mais, do excesso, da ruptura do *um* do fio por *os dois*; e a da ruptura do fio do discurso por uma espécie de “buraco”, de falta.

Essa heterogeneidade descritível no fio do discurso pode ser observada, em termos de leitura, naquilo que estamos denominando de *sinais discursivos*, ou seja, nos lugares que sinalizam uma espécie de irregularidade em um discurso por si só heterogêneo.

Para Authier, relevam do “a mais”, por exemplo, as construções com asteriscos, os lapsos – como irrupções de uma “palavra a mais” – e as contradições semânticas.

Em oposição a esse “a mais”, Authier reconhece que há o “a menos”, e afirma:

De l'autre côté, celui du ‘en moins’, on rencontre toute une variété de formes du trou dans la continuité du fil, dans les ‘ratages’ inventoriés par F. Madray et J. Brès, dans les ‘figures phrastiques du silence’, parcourues par M. Prandi. (Authier-Revuz, 1991:141)²⁶

Desse modo, julgamos que é possível dizer que Authier reconhece nessas figuras – reticências e elipse – uma forma de “a menos”, de “buraco” no discurso. Acrescentaríamos a essas formas de “menos” no discurso – reticências e elipse – o ponto de interrogação.

Mas, ao mesmo tempo, questionamos a idéia de que tais formas sejam “buracos” no discurso, pois essa palavra dá a idéia de que ali não existe nada, só um vazio. E não vemos as reticências e a interrogação dessa forma. Na verdade, acreditamos que um sujeito-autor, quando as emprega, *diz* alguma coisa, que, de alguma forma, o seu discurso denuncia. Por isso, preferimos falar em *lacunas* do discurso, e por lacunas entendemos uma falta do discurso que, ainda assim, significa.

Como podemos notar, Authier percebe essas formas de “menos” como uma marca de heterogeneidade mostrada no discurso, isto é, como uma maneira de introduzir o outro no discurso.

Essa postura faz eco ao pensamento que expressamos anteriormente, quando, ao ver mencionados as aspas e o itálico, dizíamos que as reticências, assim como o ponto de interrogação, também introduzem o outro no discurso.

Além de perceber a heterogeneidade no fio do discurso, Authier-Revuz reconhece a dimensão estrutural do heterogêneo e afirma que parece relevar deste plano, por exemplo: a heterogeneidade constitutiva do sistema lingüístico, invocada por Fuchs como fonte de rupturas; as heterogeneidades estruturais ligadas ao bilingüismo; e os conflitos inconscientes no sujeito, enquanto ele se produz como sujeito em sua enunciação, como fonte de “a mais” ou de “a menos”.

²⁶ Essas figuras do silêncio, para outro autor – Michel Prandi – são as reticências e a elipse. No segundo capítulo, no qual discutimos detidamente as questões ligadas à pontuação e, mais especificamente, às reticências e ao ponto de interrogação, examinamos as colocações de Michel Prandi a esse respeito.

Para Authier, não se deve considerar as heterogeneidades/rupturas sobre o fio como meras falhas, faltas ou defeitos de desempenho, mas, ao contrário, deve-se reconhecer, em sua aparente irregularidade, uma regularidade que é da ordem do *um/não-um*.

Aqui, a idéia de “buraco”, referida anteriormente por Authier, parece ficar amenizada, pois a autora percebe esse espaço como uma regularidade da ordem do não-um, ou seja, como uma possibilidade de construção de sentidos diferentes.

Nestes termos, como é possível notar, nos aproximamos de Authier.

Assim, a leitura e as reescritas passam a ser uma possibilidade de inserção do não-um no discurso do sujeito-autor, ou seja, são a chance de o discurso do sujeito-autor transformar-se.

A partir dessas reflexões, podemos dizer, resumidamente, que a idéia central da heterogeneidade constitutiva é a de que, constitutivamente, no sujeito e no seu discurso está o Outro, isto é, que todo discurso encontra-se constitutivamente atravessado por outros discursos.

Deste modo, podemos considerar, seguindo Authier (1982:32), que heterogeneidade constitutiva do discurso e heterogeneidade mostrada no discurso representam duas ordens de realidade diferentes: “a dos processos reais de constituição de um discurso e a dos processos, não menos reais, de representação, num discurso, de sua constituição”.

A leitura trabalha então sobre essa dupla heterogeneidade: a constitutiva, que não é representada lingüisticamente, e a mostrada, que é representada lingüisticamente. E nas reescritas, o trabalho dessa leitura pode ser, de alguma maneira, visualizado.

Vejamos agora como Authier-Revuz trabalha a problemática da dupla heterogeneidade em termos de **não-coincidências**.

2.4.2 Da heterogeneidade às não-coincidências do dizer

Para falar das não-coincidências e estudar o modo pelo qual se evidencia a negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva, Authier-Revuz (1998) lança mão de uma outra noção – a de modalização autonímica – a qual constitui um tipo de reflexividade metaenunciativa.

Essa configuração enunciativa permite que certos enunciados, em um ponto de seu desenrolar, apresentem o dizer como não falando por si mesmo. Nesta perspectiva, o signo, em vez de preencher o dizer, de forma transparente, interpõe-se como real, presença, objeto encontrado no trajeto do dizer e que se impõe a ele como objeto.

Assim, conforme afirma Authier, “a enunciação desse signo, em vez de se realizar ‘simplesmente’, no esquecimento que acompanha as evidências inquestionáveis, desdobra-se como um comentário de si mesma” (Authier-Revuz, 1998:14).

Assim, com base em um corpus de mais de quatro mil exemplos atestados, escritos e orais, pertencentes a diversos registros, Authier-Revuz descreve os diferentes tipos formais pelos quais a configuração que sobrepõe dois planos – X e uma representação do dizer de X – se realiza sobre o fio único do discurso.

Authier aborda ainda os fatos metaenunciativos, com o que eles implicam no que Authier denomina de **auto-representação** do dizer; assim, observando uma série de oposições, busca apoio e especifica relações com a descrição semiótico-lingüística de Rey-Debove, a respeito das formas da metalinguagem natural, ou seja, do poder de reflexividade das línguas naturais. Na verdade, Authier-Revuz aborda seu objeto teórico através de uma articulação entre o ponto de vista semiótico de Rey-Debove e o ponto de vista enunciativo.

É a consideração dos fatos metaenunciativos, com o que eles implicam na auto-representação do dizer, e, portanto, no distanciamento interno em uma enunciação desdobrada por seu próprio reflexo, que coloca como crucial, para Authier, a questão, a que já referimos no início desta seção, sobre o sujeito da linguagem e, mais especificamente, sobre o sujeito-origem (o sujeito da psicologia e das suas variantes sociais) e o sujeito-efeito (o da psicanálise ou das teorias do discurso).

Esta “linha de fratura”, como a denomina Authier, é importante porque denuncia a forma de encarar teoricamente os fatos. Assim, para a autora, quando consideramos um sujeito-origem, fonte intencional do sentido, podemos pensar que o enunciador está em condições de se representar, de representar sua enunciação e o sentido que ele aí produz; quando, ao contrário, como Authier o faz efetivamente, apoiamo-nos em exteriores teóricos da lingüística propriamente dita, que destituem o sujeito do domínio do seu dizer – assim a teoria do discurso e do interdiscurso desenvolvida por Pêcheux e a teoria elaborada por Lacan, de um sujeito produzido pela linguagem como estruturalmente clivado pelo inconsciente – passamos a considerar que o dizer não poderia ser transparente ao enunciador, ao qual ele escapa, irrepresentável, em sua dupla determinação pelo inconsciente e pelo interdiscurso.

Mais uma vez, a concepção de Authier coincide com a da AD.

Podemos dizer, assim, como também o faz Teixeira (1998), que as formas de modalidade autonímica de Authier-Revuz dividem a enunciação em dois territórios: a) o transparente, o da *coincidência*; b) o não-transparente, o da heterogeneidade, o da *não-coincidência*.

Lemos então em Teixeira:

Essas formas, enfim, remetem à negociação obrigatória dos enunciadores com as não-coincidências ou heterogeneidades que, constitutivamente, atravessam o dizer, representando então um ponto de não-um, um ponto problemático na produção do sentido. (Teixeira, 1998:160)

As modalizações autonímicas, dessa forma, são fatos pontuais de não-coincidência, que excluem o caráter inquestionável que se relaciona ao uso *standard* das palavras.

É a partir do estudo dessas modalizações que Authier vai falar em quatro tipos de não-coincidências, ou de heterogeneidade.

Vejam os então os campos de não-coincidência ou de heterogeneidade em que o dizer se representa como localmente confrontado com pontos em que, assim alterado, ele se desdobra:

1) Não-coincidência interlocutiva entre os dois co-enunciadores: esta não-coincidência apóia-se em uma concepção pós-freudiana do sujeito, não-coincidente consigo mesmo, já que é afetado pelo inconsciente.

Ela marca, para Authier, a relação fundamental entre dois sujeitos “não-simetrizáveis”, e remete à comunicação, esta concebida como produção de “um” entre os enunciadores.

Na verdade, ao falar em não-coincidência interlocutiva, Authier quer salientar que o dizer e o sentido não são inteiramente, ou absolutamente, partilhados por enunciador e destinatário. É por isto que eles tentam restaurar o UM de co-enunciação lá onde ele parece ameaçado, ou levam em conta o não-um, marcando que “as palavras que eu digo não são as suas”, ou que “as palavras que digo são as suas, não as minhas”.

Essa não-coincidência de que fala Authier traduz, para nós, o fato de que um sujeito-leitor, ao ler um texto produzido por um determinado sujeito-autor, venha a reescrever tal texto produzindo deslocamentos de sentido ou até mesmo sentidos contraditórios em relação àqueles construídos por aquele sujeito-autor²⁷.

A reescrita, desse modo, pode atestar essa não-coincidência entre o dizer de um sujeito-autor enunciador e o de um sujeito-leitor destinatário.

2) Não-coincidência do dizer consigo mesmo: este tipo de não-coincidência, para Authier, é constitutiva, tanto em relação ao dialogismo bakhtiniano – segundo o qual toda palavra é habitada pelo discurso-outro – quanto em relação à teorização do interdiscurso – que, de acordo com Pêcheux, remete o “eu falo” aqui e agora ao “algo fala em outro lugar, antes e independentemente”.

Isto significa que um discurso, assinalando entre suas palavras a presença estranha de palavras que pertencem a outro discurso, esboça em si mesmo o traçado de uma fronteira interior/exterior.

Nas reescritas, essa não-coincidência ganha forma especial quando o sujeito marca, no discurso da reescrita, aquilo que julga ser do discurso do texto-origem. Nesse processo, ele esquece o fato de que seu discurso também não é seu, que é atravessado pelo discurso-outro, e,

²⁷ Não-coincidências desse tipo poderão ser observadas na segunda parte dessa pesquisa, no capítulo 2/ seção 2.4., e no capítulo 3/ seções 3.3. e 3.4.

ilusoriamente, procura estabelecer o limite entre as palavras que são do sujeito-autor e as palavras que são suas²⁸.

3) Não-coincidência entre as palavras e as coisas: trata-se aqui de uma dupla perspectiva: por um lado, da impossibilidade de uma relação igualitária entre a língua – reconhecida pela lingüística como sistema acabado de unidades discretas – e as infinitas singularidades do real a nomear; por outro lado, e em termos lacanianos, do real como heterogêneo à ordem simbólica, ou seja, da falta de “captura do objeto pela palavra”, que desemboca em uma perda inerente à linguagem.

Nos textos reescritos, acreditamos que isso possa ser observado quando os leitores, ao retomar determinado termo do texto-origem, lhe imprimem, em outros contextos e sob outras condições de produção, sentidos distintos²⁹.

4) Não-coincidências das palavras consigo mesmas: trata-se, neste caso, segundo Authier, da não-redução do equívoco do dizer a um fenômeno lúdico ou acidental. Quer dizer: trata-se de colocar a não-coincidência como consubstancial ao jogo do que Lacan denomina *lalangue* e de consagrar o sistema lingüístico de unidades distintas (e os enunciados) ao equívoco de uma homonímia generalizada.

Dentre as questões que se relacionam a este tipo de não-coincidência, Authier coloca a do modo pelo qual os enunciadores apreendem a diversidade dos não-um inscritos no discurso e a da interpretação a dar, em discurso, à glosa em todos os sentidos da palavra.

Isto explica o fato de que um texto possa gerar sentidos diversos, como se o sentido ali produzido se ramificasse, produzindo leituras distintas.

Assim, o sujeito-leitor, ao tornar-se, na reescrita, enunciator de seu próprio texto, apreende (em menor ou maior grau) os não-um do discurso do sujeito-autor, ao mesmo tempo em que inscreve, em seu discurso, outros não-um³⁰.

Como é possível perceber, os quatro tipos de não-coincidências relacionam-se com exteriores teóricos, conforme foi anteriormente anunciado por Authier-Revuz: o primeiro tipo apóia-se no dialogismo de Bakhtin; o segundo apóia-se tanto no dialogismo bakhtiniano quanto na noção pècheutiana de interdiscurso; os últimos dois são examinados sob a ótica da psicanálise e relacionam-se à noção de real da língua como espaço de equívoco.

²⁸ Um exemplo dessa não-coincidência poderá ser encontrado na segunda parte deste trabalho, seção 2.3.1.2/sd12. Ou ainda na seção 2.3.1.3/sd18.

²⁹ Um exemplo dessa não-coincidência pode ser encontrado na segunda parte do estudo, capítulo 3/ seção 3.3.1/ sd85.

³⁰ Conforme poderemos perceber pelas análises, quanto mais o sujeito-leitor apreende os não-um inscritos no discurso do sujeito-autor, mais ele se afasta dos sentidos produzidos no texto-origem e produz outros não-um. As não-coincidências, nesta perspectiva, apontam os diferentes processos discursivos de leitura, que podem ir da manutenção à ruptura dos sentidos estabelecidos.

A partir disso, afirma Authier (1998):

Essas palavras porosas, carregadas de discursos que elas têm incorporados (...), essas palavras embutidas, que se cindem, se transmutam em outras (...), essas palavras que faltam, faltam para dizer, faltam por dizer (...), essas palavras que separam aquilo mesmo entre o que elas estabelecem o elo de uma comunicação, é no real das não-coincidências fundamentais, irreduzíveis, permanentes, com que elas afetam o dizer, que se produz o sentido. Assim é que, fundamentalmente, as palavras que dizemos não falam por *si*, mas pelo Outro. (Authier-Revuz, 1998:26)

Para Authier, esse espaço de não-coincidências onde se faz o sentido, nutrido dessas heterogeneidades, é também aquele onde ele poderia desfazer-se, se não fosse protegido por uma força de coesão, de ligação, de UM que faz “obter” uma fala, que faz com que obter uma fala seja fazer “ter junto” o que não faz outro sentido senão o de não ser um.

Tomando as palavras de Authier, podemos dizer que imaginamos que possa ser assim o espaço das reticências e da interrogação: *espaço de não-coincidências, onde se faz o sentido, nutrido de heterogeneidades*. Ou seja: espaço que dá lugar ao dizer do outro e onde sentidos são produzidos pela leitura e atestados pelas reescritas.

A produção de sentidos, nesta perspectiva, é fundamentalmente constituída por não-coincidências³¹.

Isso, em termos de leitura e de reescrita, dá conta do fato de que, quanto mais o sujeito-reescritor se afasta do sujeito-autor do texto-origem, maior a possibilidade de acontecerem as não-coincidências de seu dizer com o dizer do sujeito-autor, sendo a reescrita marcada por deslocamentos, transformações e rupturas de sentidos.

Destacamos, ainda, para puxá-las para nosso campo de discussões, outras palavras de Authier: “essas palavras que faltam, faltam para dizer, faltam por dizer” (*Ibidem*:26). Perguntamos então: não seriam os nossos sinais de pontuação – reticências e interrogação – *palavras que faltam por dizer* – por expressar a voz do sujeito-autor – e *palavras que faltam para dizer* – para expressar a voz do outro, do sujeito-leitor? Perguntas que lançamos e às quais somente as análises poderão dar as respostas.

Para finalizar, destacamos outro artigo de Authier (1994:255-6), intitulado *Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio*, em que a autora afirma que, relativamente a essas não-coincidências fundamentais nas quais se produz o dizer, os “acidentes” que constituem as formas de desdobramento da enunciação de um elemento aparecem, contraditoriamente, como traços, como

³¹ Embora, muitas vezes, como vão comprovar nossas análises, haja a predominância da coincidência entre os dizeres produzidos pelos sujeitos-leitores e os dizer do sujeito-autor de TO.

emergências reconhecidas pelo enunciador, e, ao mesmo tempo, como *máscaras* de um fenômeno local, acidental (não-constitutivo) e controlado.

No ápice desta contradição, que marca a tensão entre o um e o não-um, aparece a configuração complexa da reflexividade opacificante: ela surge como uma espécie de *costura aparente*, que ressalta em um mesmo movimento a falha da não-coincidência enunciativa e sua sutura metaenunciativa.

É exatamente a *uma falta de palavras* que responde uma *excrecência* de palavras, que o laço meta-enunciativo vem enxertar em um fio do discurso, para aí nomear a falha, abrindo o dizer, pelo dito, sobre o que ele não diz, fazendo ressoar em outras palavras esta parte de silêncio que se experimenta nas palavras.

É nessa relação de um imaginário de coincidência e de um real de não-coincidência que o sujeito se inscreve em seu discurso e é isso que permite que, ao reescrever, ele movimente os sentidos.

Queremos ainda lembrar que a concepção de heterogeneidade desenvolvida por Authier-Revuz contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento da noção de heterogeneidade discursiva em AD. É importante lembrar, porém, que, em AD, a noção de heterogeneidade mantém estreita relação com a de formação discursiva, tendo sido a reflexão teórica sobre esta noção que possibilitou o entendimento da heterogeneidade discursiva em AD.

Em Pêcheux (1980) vamos encontrar a origem dessa relação, quando o autor afirma que não é possível caracterizar uma FD classificando-a, através de uma tipologia, entre outras FDs. Para Pêcheux, é preciso determinar os processos pelos quais uma pluralidade desigual de FDs organiza-se em função dos interesses postos em jogo na luta de classes em um determinado momento de seu desenvolvimento em uma formação social. As formas historicamente variáveis entre discurso, ideologia e interesse de classe são, pois, determinadas pelo jogo contraditório das FDs, através de uma série de importações, deslocamentos, alterações.

É a partir de uma perspectiva como essa que a heterogeneidade é trabalhada em Análise do Discurso.

Trabalhar a heterogeneidade discursiva, portanto, conforme lembra Indursky (1997:42), significa estabelecer relação entre “o que é dito na seqüência discursiva em análise com o que é dito em outros discursos para melhor interpretar não-ditos no interior do que é dito”.

Assim, dizer que um discurso é heterogêneo significa dizer que, constitutivamente, no sujeito, em seu discurso, há o outro. Há nesta afirmação a idéia de que o sujeito é determinado pela sua relação com a exterioridade, sendo um sujeito dividido. É essa exterioridade que constitui, para a AD, as condições de produção do discurso.

O sujeito que lê, portanto, é um sujeito dividido, determinado por sua relação com a exterioridade. Esse sujeito produz sua leitura sob determinadas condições e os sentidos que constrói em seu discurso – carregado do discurso-outro – são determinados por essas condições.

A reescrita, neste sentido, é o espelho dessa relação e, por isso, atesta o discurso desse sujeito dividido e determinado ideologicamente.

A AD, portanto, ao ocupar-se da heterogeneidade discursiva, não pode restringir-se às formas de heterogeneidade mostrada. Por isso, debruça-se também sobre a heterogeneidade que está presente constitutivamente em todo discurso.

2.4.3 Heterogeneidade: implicações para o processo da leitura

Diante do que acabamos de expor, podemos perceber o quanto é importante tratar das questões ligadas à heterogeneidade discursiva quando se estuda a leitura.

Vimos que levar em conta a questão do outro do discurso – a heterogeneidade – implica considerar que todo discurso é atravessado por outros discursos. Falar em discurso, então, significa pensar em um campo marcado pela heterogeneidade, pela não-transparência, pela não-coincidência.

Em outras palavras, considerar o outro do discurso é passar da ordem do UM para a ordem do NÃO-UM e do não-repetível, campo afetado pela subjetividade, pela alteridade e pela incompletude.

Trabalhar com a leitura também implica adotar pressupostos como esses, uma vez que, em termos discursivos, a leitura nada tem de homogênea ou de transparente, sendo também afetada pela subjetividade, pela alteridade e pela incompletude.

Ora, se a leitura varia de acordo com o leitor, e se cada sujeito-leitor é, ele próprio, constituído por outros discursos, a leitura é, em essência, heterogênea. A leitura, nesses termos, é um *efeito de sentido*, isto é, um efeito da subjetividade de um sujeito-leitor e da incompletude do texto lido.

É porque todo discurso é atravessado por outros discursos (e porque cada leitor, por ter suas especificidades e sua história, percebe esses discursos de diferentes maneiras) que a leitura se realiza de modos diversos, isto é, que um mesmo texto pode ser lido diferentemente por leitores distintos.

A heterogeneidade do discurso, como espaço de não-coincidências onde se faz o sentido, permite justamente que o sujeito-leitor inscreva sua leitura nesse espaço.

A noção de heterogeneidade, portanto, conforme nos ressalta Authier (1998), tem relação com um sujeito-efeito e não com um sujeito-origem: ele se crê fonte do seu dizer, mas é apenas o suporte desse discurso.

Também o sujeito da leitura é um sujeito-efeito, o que significa que, por ser um sujeito determinado ideologicamente, dividido, ele não “resolve”, não é “dono” das leituras que faz de um texto. Ao contrário, a sua leitura é um efeito de seu assujeitamento à ideologia, à memória, ao inconsciente. E é isso que nos permite falar em *efeito-leitor*.

Assim, na relação autor-texto-leitor, podemos dizer que um autor (sujeito ideológico, determinado pelo interdiscurso e filiado a uma FD) produz um discurso heterogêneo, materializado no efeito-texto. O leitor (também sujeito ideológico, determinado pelo interdiscurso, filiado a uma FD, e com sua história de leituras), ao apropriar-se desse texto, realiza a sua leitura, produz o seu discurso, que, por tudo isso, é único e também heterogêneo. Assim, o discurso de um leitor não será igual ao produzido por outro leitor ou até mesmo pelo próprio autor, uma vez que cada um tem uma história e produz seu discurso sob determinadas condições.

Leitura e heterogeneidade, portanto, fundem-se, num movimento contínuo, pois sob as palavras de um autor estão as palavras do outro, e essas palavras se cruzam com as palavras de cada leitor, produzindo discursos sempre e cada vez mais heterogêneos.

2.5 LEITURA E SILÊNCIO

Nesta seção, enfocamos a noção de **silêncio**, tal como é concebida por Orlandi, pois acreditamos que essa noção é fundamental em todo esse trabalho e imprescindível para o estudo da pontuação numa abordagem discursiva.

Começamos então reafirmando que a dispersão é constitutiva do discurso, ou seja, todo discurso é formado por elementos que não estão ligados por um princípio de unidade, mas por formas de repartição. Em outras palavras, a dispersão dos sentidos e do sujeito é condição de existência do próprio discurso, o qual, para funcionar, toma a aparência de unidade.

Assim, segundo Orlandi (1993b:19), tanto a dispersão como a ilusão da unidade são igualmente constitutivas.

Podemos então pensar na língua como pré-requisito para o processo discursivo, isto é, não enquanto forma abstrata, mas em sua materialidade. Assim, a relação entre língua e discurso acontece através de recobrimentos e suas fronteiras deslocam-se constantemente.

É desta noção que se origina a relação entre ideologia e produção de sentidos, pois a ideologia nasce exatamente no ponto de encontro entre a materialidade da língua com a materialidade histórica. E é no discurso que melhor podemos observar essa articulação, já que este é constituído de efeito de sentidos entre os locutores, ou seja, o sentido não está em nenhum lugar, mas nas

relações dos sujeitos e dos próprios sentidos. Isso só é possível porque sujeito e sentido constituem-se mutuamente, pela sua inscrição no jogo das formações discursivas.

As formações discursivas, então, sendo as diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer), refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos constituem sentidos diferentes.

Desta forma, segundo Orlandi, compreender o que é efeito de sentido “é compreender a necessidade da ideologia na constituição dos sentidos e dos sujeitos” (*Ibidem*:21), pois é da relação regulada historicamente entre as muitas formações discursivas que se constituem os diferentes efeitos de sentidos entre os locutores. Sem esquecer também que os próprios locutores, que representam posições de sujeito, não são anteriores à constituição dos sentidos, mas se produzem com eles.

Na nossa perspectiva, o efeito de sentido pode se instaurar também em decorrência das diferentes formas de o sujeito se relacionar com a forma-sujeito, produzindo diferentes posições-sujeito no interior da mesma FD e, por conseguinte, diferentes efeitos de sentido na própria FD. Daí resultam, então, sentidos, e não *um* sentido, o que significa que a FD não é unívoca e não apresenta homogeneidade nem de sujeito nem de sentido.

Falar em efeitos de sentido, para Orlandi, é ainda aceitar que “se está sempre no jogo, na relação das diferentes formações discursivas, na relação entre diferentes sentidos. Daí a necessidade do equívoco, do sem-sentido, do sentido ‘outro’ e, conseqüentemente, do investimento em ‘um’ sentido” (*Ibidem*:22).

É exatamente aí, segundo Orlandi, que se situa o trabalho do silêncio.

Para a autora, a linguagem implica silêncio, compreendido este como o não-dito visto do interior da linguagem. O silêncio não é o nada, não é o vazio sem história, é silêncio significativo. Ele não é mero complemento da linguagem, mas tem significação própria.

Desse modo, segundo Orlandi, o silêncio é, para o sujeito, a possibilidade de trabalhar sua contradição constitutiva, “a que o situa na relação do ‘um’ com o ‘múltiplo’, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre remete a outro discurso que lhe dá origem significativa” (*Ibidem*:23).

A partir dessas reflexões, Orlandi faz uma distinção entre: a) silêncio fundador, que é aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significativo, criando as condições para significar; b) a política do silêncio, que se subdivide em: b1) silêncio constitutivo, que é aquele que nos indica que para dizer é preciso não-dizer, ou seja, uma palavra apaga necessariamente as outras; b2) silêncio local, que refere à censura propriamente, ou seja, àquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura.

Orlandi denomina esta distinção de diferentes *formas de silêncio*, sendo o silêncio a própria condição de existência da linguagem. O silêncio, assim, “aparece como o espaço ‘diferencial’ da significação: lugar que permite à linguagem ‘significar’ ” (*Ibidem*:70).

Nesta perspectiva, o silêncio fundador não é o vazio, o sem-sentido, mas o indício de uma totalidade significativa. Quer dizer: o vazio da linguagem é *horizonte* e não *falta*. O silêncio, então, não está *entre* as palavras, mas as atravessa.

Desta forma, em face do discurso, o sujeito estabelece um laço com o silêncio, pois, para falar, o sujeito tem necessidade de silêncio, um silêncio que é fundamento necessário ao sentido e que ele reinstaura falando. Assim, para Orlandi, “mais se diz, mais o silêncio se instala, mais os sentidos se tornam possíveis e mais se tem ainda a dizer” (*Ibidem*:71).

O silêncio fundador, então, torna presente não só a iminência do não-dito que se pode dizer, mas também o indizível da presença: do sujeito e do sentido. Ou seja: há injunção dos sujeitos da linguagem em estar nos sentidos, os quais, sendo sempre um já-lá, podem ser ‘feitos’ de palavras ou de silêncio. E é isto que faz da linguagem uma passagem incessante das palavras ao silêncio e do silêncio às palavras.

Julgamos necessário, neste ponto, fazer referência à relação apontada por Orlandi entre silêncio e implícito, pois, para a autora, essas são duas noções distintas.

A noção de implícito, conforme a encontramos em Ducrot (1972:13), permite compreender o fato de que há modos de expressão que possibilitam deixar entender sem incorrer na responsabilidade de ter dito, pois frequentemente se tem necessidade de dizer certas coisas e ao mesmo tempo de poder fazer como se não as tivéssemos dito, ou seja, de dizê-las, mas de poder recusar a sua responsabilidade. Assim, segundo Ducrot, o não-dito remete ao dito.

Trazendo a questão para o âmbito de nossa pesquisa, que estuda a leitura e a reescrita de textos sinalizados pelas reticências e pelo ponto de interrogação, pensamos ser possível dizer que tais sinais de pontuação remetem, em certo sentido, para um dizer, entendido este como aquilo que o autor diz, de alguma forma, por meio daqueles sinais.

Note-se, porém, que é diferente do implícito de Ducrot, pois o autor do texto que emprega as reticências ou a interrogação *não diz* uma certa coisa. Ao não dizer, ao deixar uma lacuna na sua fala, se exime (aqui, como no caso do implícito) de assumir a responsabilidade pelo dizer.

No caso das reticências e da interrogação, portanto, julgamos mais adequado falar em silêncio e, ao decidir assim, buscamos respaldo em Orlandi (1993b:68), que afirma que “o silêncio não remete ao dito, ele se mantém como tal, ele permanece silêncio e significa”.

Nesta perspectiva, as reticências e a interrogação não remetem a um dito, mas significam por si próprias, enquanto silêncio. Silêncio que é repleto de sentidos: sentido que vem do autor, sentido que vem do leitor, sentido que vem de outros textos, de outros discursos.

E por serem silêncio e, paradoxalmente, significação, tais sinais de pontuação podem desmembrar-se em direções diversas. Quer dizer: podem significar de forma diferente para sujeitos distintos.

Voltando a Orlandi(1996b), vemos que, para a autora, a política do silêncio se define pelo fato de que, ao dizer algo, apagamos outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma formação discursiva dada.

Assim, enquanto a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão, significando por si mesmo.

Nesta perspectiva, o silêncio constitutivo é então definido por Orlandi:

Determinado pelo caráter fundador do silêncio, o silêncio constitutivo pertence à própria ordem de produção do sentido e preside qualquer produção de linguagem. Representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instaura o antiimplícito: se diz x para não (deixar) dizer y, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. (Orlandi,1996b:76)

Assim, por este tipo de silêncio, apagam-se os sentidos que se quer evitar, os que poderiam instalar o trabalho de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos. Ou seja, o silêncio trabalha os limites das formações discursivas, determinando os limites do dizer.

É neste nível que funciona o silêncio constitutivo, isto é, o mecanismo que põe em funcionamento o conjunto daquilo que é preciso não dizer para poder dizer (ou seja, uma palavra apaga as outras)³².

Pensando mais uma vez em nossos sinais de pontuação, diríamos que, nesse caso, não é isso que acontece, pois, quando emprega reticências ou interrogação, o sujeito-autor não usa uma palavra que apaga as outras; ele simplesmente não emprega palavra alguma, naquele espaço. Ele suspende o discurso que, embora interrompido, significa. E é com esse silêncio que o leitor opera: com esse silêncio que significa, mas que ele, leitor, pode significar. É, portanto, um outro tipo de silêncio que temos aqui.

³² Fazemos ainda referência a uma outra reflexão de Orlandi sobre o silêncio, a qual, no entanto, não afeta a nossa reflexão e, por esse motivo, preferimos não inseri-la no corpo do texto. A autora aponta como parte da política do silêncio, o silêncio local, que se constitui na interdição do dizer, e cujo melhor exemplo é a censura. Para a autora, a censura é “a produção do silêncio sob a forma fraca, isto é, é uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos: é a produção do interdito, do proibido” (*Ibidem*: 77).

Assim, se o sujeito-autor não diz, não é porque não pode dizer, mas porque significa mesmo não dizendo, sinalizando um espaço para o dizer do outro. Não se trata, portanto, de uma interdição ao dizer. Quer dizer: empregam-se as reticências ou a interrogação não porque ali, naquele espaço, aconteça a interdição da inscrição do sujeito em uma determinada formação discursiva. Ou seja: o sujeito-autor das reticências ou da interrogação não está proibido de dizer certas palavras ou de produzir certos sentidos. Ele não diz apenas porque não precisa dizer, já que, mesmo não dizendo, mesmo silenciando, significa.

Nesta perspectiva, o dizer do outro fica orientado por essa significação sem palavras representada pelos sinais discursivos de pontuação.

É então sob o efeito da ilusão de imaginar que está recriando sentidos que o leitor produz sua leitura, quando, na verdade, está resignificando o silêncio materializado pelas reticências e pela interrogação.

Na verdade, poderíamos, ampliando a classificação dada por Orlandi aos tipos de silêncio, dizer que, de forma diferente do que acontece no silêncio constitutivo, em que “se diz x para não (deixar) dizer y”, existe um silêncio sinalizado pelas reticências e pela interrogação, em que **não se diz x para significar x**.

Vamos desenvolver melhor essa reflexão mais adiante, no capítulo 3. Mas podemos adiantar que, no caso das reticências, existe, para nós, o funcionamento de um silêncio que suspende o discurso, que passa a significar sem palavras. É esse o seu funcionamento; é esse fato – de significar sem palavras – que provoca a ancoragem do leitor justamente nesses espaços sinalizados, que são espaços de ação para o sujeito-leitor e para o sujeito-reescritor. A esse silêncio, vamos denominar de **discurso em suspensão**.

Já no caso da interrogação acreditamos estar diante de um outro tipo de silêncio. A interrogação, na nossa perspectiva, provoca, de forma mais contundente do que acontece com as reticências, a interpelação do outro, no momento em que introduz a necessidade de responder. A este outro tipo de silêncio, vamos denominar de **discurso de injunção**.

Acreditamos então que, embora sinalizado materialmente, o silêncio funcione diferentemente nas reticências e na interrogação.

Assim, pensamos que esses novos significados, que surgem pelo processo discursivo da leitura, estejam também sujeitos ao diferente funcionamento do silêncio representado pelas reticências e pela interrogação. Se assim for, ao ler as reticências, o leitor precisa lidar com um excesso³³ de sentidos que circulam naquele espaço. É nesse excesso, nessa abundância de sentidos,

³³ Eni Orlandi, em “As formas do silêncio” (1993b) faz uso da idéia de *excesso* quando define o silêncio. Afirma a autora: “...ao invés de pensar o silêncio como *falta*, podemos, ao contrário, pensar a linguagem como *excesso*. Note-se

que o leitor entra e é daí que ele vai tirar o seu dizer. Porém, ao ler a interrogação, o leitor lida com um excesso de outra natureza, pois precisa agir sobre aquele espaço criado especialmente para ele.

Seria um funcionamento discursivo semelhante, mas não igual, portanto. Desenvolveremos essas idéias mais adiante, na seção sobre sinais discursivos, e nas nossas análises.

De qualquer forma, podemos dizer que, como silêncio, esse espaço significa por si mesmo, mas, como é exposto à ação de diferentes leitores, ganha outros significados prováveis, possíveis.

A reflexão sobre os tipos de silêncio nos possibilita avaliar a complexidade da análise do discurso, já que por ela é possível nos debruçarmos sobre os efeitos de sentido contraditórios da produção de sentidos na relação entre o dizer e o não-dizer. Além disso, nos permite perceber, conforme nos lembra Orlandi, que “embora seja preciso que já haja sentido para se produzir sentidos, estes não estão nunca completamente já-lá. Eles podem chegar de qualquer lugar e eles se movem e se desdobram em outros sentidos” (*Ibidem*:24).

Nesta perspectiva, pensar o silêncio, para Orlandi, significa :

a) problematizar questões como a da interpretação. A autora, quando relaciona silêncio e interpretação, afirma que “o silêncio não é interpretável, mas compreensível” (*Ibidem*:51). Compreender o silêncio é, pois, explicitar o modo pelo qual ele significa, ou seja, não é atribuir-lhe um sentido metafórico em sua relação ao dizer, o que significaria traduzir o silêncio em palavras, mas é conhecer os processos de significação que ele põe em jogo, é conhecer os seus modos de significar.

Assumindo uma tal concepção, podemos dizer que ler e reescrever um silêncio sinalizado pelas reticências ou pela interrogação não significa, para o sujeito-leitor e reescritor, traduzir essas lacunas em palavras, mas compreender os processos de significação que estão postos ali e, munido de sua história de leitor, inscrito em uma determinada formação discursiva, com uma determinada posição-sujeito e sob o efeito da memória discursiva, produzir sentidos.

É essa memória do dizer – interdiscurso – que possibilita, na nossa perspectiva, que o leitor das reticências ou da interrogação resgate os sentidos que, mesmo sem estarem expressos, podem preencher aquele espaço lacunar e repleto de significação.

b) problematizar as noções de linearidade, literalidade e completude. Discursivamente, o sentido se faz em todas as direções. Conceitos discursivos como interdiscurso, intertexto³⁴ e relação

que nós, no entanto, estamos justamente, de forma diversa da de Orlandi, relacionando não a linguagem ao excesso, mas o próprio silêncio, materializado pelas reticências (e, portanto, pela ausência de linguagem) como excesso de significação.

³⁴ A noção de *intertexto*, tal como é encontrada em Maingueneau (1989:86), caracteriza o conjunto de enunciados que uma formação discursiva efetivamente cita.

de sentidos atestam este fato. Além disso, a significação não se desenvolve em uma linha reta, mensurável, segmentável, pois os sentidos são dispersos.

Neste sentido, noções como as de incisa e elipse³⁵, noções tematizadas por Haroche (1992) – e nós incluiríamos aqui a noção de reticências e de interrogação – são importantes para se observar esses problemas da linearidade e literalidade. Na reflexão gramatical, a incisa aparece como o acréscimo contingente e a elipse como falta necessária. Ao tomarmos o silêncio como fundante, essa dissimetria se explica: o silêncio é assimétrico em relação ao dizer e a elipse é do domínio do silêncio. A incisa é evitada; os gramáticos instituíram a importância do silêncio e a rejeitaram, pois o dizer precisa exatamente da falta.

É sobre essa “falta” – reticências e interrogação – que se realiza a leitura por nossos sujeitos-leitores e uma de suas formas de manifestação é a reescrita. Quer dizer: o sujeito-leitor age sobre o silêncio, sobre o dizer que, mesmo em suspenso, mesmo interrompido, mesmo reclamando a sua interferência (do leitor), significa. Mas que, por significar diferentemente para cada leitor, possibilita que um mesmo texto (e que as mesmas reticências ou a mesma interrogação) possa significar também diferentemente para diferentes leitores.

Se isso é possível, é justamente porque essas lacunas representadas pelos sinais discursivos das reticências e da interrogação não representam uma *falta* de sentido, mas uma *lacuna de significação*, em que sentidos, em maior ou menor quantidade, são desde-sempre produzidos.

Acreditamos, a esta altura, que seria mais adequado denominar esse espaço sinalizado para a interferência do leitor de **lacuna significativa**, pois chamá-la de *lacuna de significação* poderia dar a falsa impressão de que ali não existe significação. Na perspectiva que estamos adotando aqui, reticências e interrogação são repletas de sentidos. Sentidos que são produzidos pelas vozes do sujeito-autor, do sujeito-leitor e de vários outros sujeitos, cujas vozes anônimas ali ressoam.

A incompletude, sob este ponto de vista, como ressalta Orlandi (1993b), é fundamental no dizer e é ela que produz a possibilidade do múltiplo. Ou seja: é justamente o silêncio que preside essa possibilidade.

Para Orlandi, assim, “quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidade de sentidos se instala” (*Ibidem*:49).

Acreditamos, no entanto, que, quando se trata de reticências ou interrogação, não é exatamente assim que o silêncio funciona. As análises realizadas nos apontam que o silêncio produzido por tais sinais de pontuação, mesmo significando diferentemente para diferentes leitores, não possibilita que esses leitores se afastem de leituras prováveis ou possíveis, pois essas reescritas entram em ressonância com a significação instaurada pelo silêncio sinalizado.

Deste modo, diríamos que, ao ler as reticências ou a interrogação, o leitor produz uma espécie de resgate de sentidos, ou seja, ele busca, no interdiscurso, os sentidos que, ausentes naquele espaço, podem, no entanto, preenchê-lo³⁶.

Se estivermos certos, então, um texto sinalizado pelas reticências ou pela interrogação – lacunas significantes – permite algumas possibilidades de sentidos, mas não infinitas leituras.

A falta, nesse caso, deixaria de ser assim concebida e poderia ser pensada como uma presença-ausente³⁷, que traz à tona sentidos que circulam, em silêncio (ausentes), por um espaço que, paradoxalmente, está inundado de sua presença.

Em outras palavras: a falta representada pelos sinais discursivos de pontuação não pode ser reduzida a uma ausência de palavras, mas a uma lacuna carregada de silêncio e de significação. Reticências e interrogação, assim, não representam o vazio, o sem-sentido, mas são, ao contrário, uma totalidade significante.

2.5.1 Silêncio: implicações para o processo da leitura

Após o que foi dito sobre o silêncio, fica fácil compreender por que essa noção é importante para nós.

Falar em silêncio, como vimos, é pensar na incompletude constitutiva de todo discurso. Isso tem tudo a ver com leitura, pois é a partir dessa incompletude e sobre ela que o sujeito constrói os sentidos, produz sua leitura.

Assim, os sentidos que se produzem em uma leitura não nascem somente das palavras que são ditas, mas também, e sobretudo, das palavras que não são ditas, dos silêncios.

Compreender o modo como esses silêncios significam é o trabalho do leitor que, enquanto sujeito determinado historicamente, interpreta e reconstrói o efeito-texto.

E é isso que vai determinar as possíveis leituras do silêncio marcado pelas reticências ou pela interrogação.

2.6 LEITURA E AUTORIA

Nesta seção, propomo-nos a refletir sobre a autoria, noção fundamental para nós, que estamos lidando com reescritas com o intuito de descobrir se, nesse processo, a autoria acontece ou não.

³⁵ Essas noções serão melhor especificadas no capítulo 3/ seção 3.2.

³⁶ É esse resgate que, como demonstrarão nossas análises, impede que os sentidos tornem-se outros na leitura desses sinais discursivos.

³⁷ A idéia de *presença-ausência*, em relação aos sinais discursivos de pontuação, será melhor desenvolvida no capítulo 3/ seção 3.2.

Começamos esta reflexão sobre autoria examinando o pensamento de Foucault (1982), em *O que é um autor*, texto que constitui o registro de uma comunicação apresentada pelo autor em 1969 à Société Française de Philosophie.

Para Foucault, a noção de autor constitui o momento forte da individualização na história das idéias, dos conhecimentos, das literaturas, da filosofia e das ciências. Ele não deseja, no entanto, no texto em questão, deter-se em análises que venham a mostrar, por exemplo, como o autor se individualizou, como se instaurou a categoria homem-obra. Antes, o que Foucault quer é examinar “a relação do texto com o autor, a maneira como o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos em aparência” (Foucault, 1982:34).

A partir de uma formulação de Beckett – “Que importa quem fala?” – Foucault aborda a questão do desaparecimento do sujeito da escrita, ou seja, da figura do autor. A escrita, lembra Foucault, é um jogo ordenado de signos que se deve menos ao seu conteúdo significativo do que à própria natureza do significante. Mas, ao mesmo tempo, esta regularidade está sempre sendo testada em seus limites, em vias de ser transgredida e invertida, desdobrando-se como um jogo que vai para além das suas regras, extravasando-as. Na escrita, pois, não há a fixação de um sujeito numa linguagem, mas a abertura de um espaço onde o sujeito da escrita está sempre a desaparecer.

Desse modo, na escrita há o apagamento dos caracteres individuais do sujeito que escreve, pois, por intermédio de todo o emaranhado que estabelece entre ele próprio e o que escreve, ele retira a todos os signos a sua individualidade particular. A marca do escritor, nesta perspectiva, não é senão a singularidade de sua ausência. Como diz Foucault, “é-lhe necessário representar o papel do morto no jogo da escrita” (*Ibidem*:36).

Para Foucault, a noção de escrita, bem como a de obra, bloqueiam a noção de autoria.

Em relação à obra, Foucault se pergunta: o que é uma obra? Que elementos a compõem? Uma obra não é o que escreveu aquele que se designa por autor?

As respostas para tais questões, no entanto, não são tão simples, pois outras questões se colocam: se um indivíduo não fosse um autor, o que ele escreveu ou disse, o que ele deixou nos seus papéis, o que dele se herdou, poderia chamar-se obra? E ainda: será que tudo que um autor escreveu ou disse faz parte de sua obra? Assim, por exemplo, o que faz parte da obra de Nietzsche? Tudo o que ele publicou, sem dúvida. Seus rascunhos? Também. Os projetos de aforismos? Claro. As notas de rodapé? Evidentemente. Mas o que dizer de um endereço, um recibo, uma nota de lavanderia encontrada no interior de um caderno seu: obra ou não?

É a partir de reflexões como esta que Foucault vai dizer que a teoria da obra não existe e é por esse motivo que constitui uma ilusão falar, por exemplo, em “obras completas” de um autor. Quer dizer: não adianta pensar em deixar de lado o escritor, o autor, e estudar a obra em si mesma, pois,

na verdade, a concepção de obra e da unidade que ela designa são tão problemáticas quanto a noção de individualidade do autor. Isso porque a dispersão faz parte tanto dos textos de um escritor quanto do próprio sujeito que escreve esses textos.

A noção de escrita, por outro lado, também bloqueia a verificação do desaparecimento do autor, enquanto unidade e ser empírico no mundo. A rigor, segundo Foucault, a noção de escrita deveria permitir não só que se dispensasse a referência ao autor, mas também que se desse um novo estatuto a essa nova ausência. Para Foucault, é necessário pensar nas conseqüências de falar na ausência do autor e, ao mesmo tempo, nas lacunas, nas fissuras, nos espaços que esse desaparecimento deixa a descoberto.

A partir daí, Foucault discorre sobre os problemas que surgem pelo uso do nome do autor.

Para falar sobre tais dificuldades, Foucault inicialmente relaciona nome de autor e nome próprio: o nome de autor é um nome próprio.

O nome próprio, como ressalta Foucault, tem outras funções que não apenas as indicadoras, pois é mais que um gesto, um dedo apontado para alguém. Na verdade, equivale a uma descrição.

Neste sentido, o nome próprio e o nome de autor encontram-se situados entre os pólos da descrição e da designação: têm alguma ligação com o que nomeiam, mas nem totalmente à maneira da designação, nem totalmente à maneira de descrição. A ligação do nome próprio com o indivíduo nomeado e a ligação do nome de autor com o que nomeia não são isomórficas e não funcionam da mesma maneira. Em outras palavras: o nome próprio e o nome de autor possuem características diferentes.

Assim, se descobrimos, por exemplo, que determinadas descrições atribuídas a um indivíduo não são exatas, isso não implica que se altere o nome próprio que constitui a referência desse indivíduo, ou seja, a relação de designação não é afetada.

Com o nome de autor é diferente, pois, se descobrimos que certo autor não escreveu aquilo que passa por sua obra, isso certamente acarreta mudanças no funcionamento do nome de autor. Nos termos de Pfeiffer (1995:48), sua principal função é valorativa.

Um nome de autor, portanto, não é um nome como os outros, não é simplesmente um elemento de um discurso, mas exerce um papel relativamente aos discursos: assegura uma função classificativa, faz com que os textos se relacionem entre si.

Assim, para Foucault (1982):

O nome de um autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, ter um nome de autor, o fato de se poder dizer 'isto foi escrito por fulano' ou 'tal indivíduo é o autor', indica que esse discurso não é um discurso cotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de

certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto. (Foucault, 1982: 45)

Nessa concepção, o nome do autor não transita, como o nome próprio, do interior do discurso para o indivíduo real e exterior que o produziu, mas bordejando os textos, recortando-os, delimitando-os. O nome do autor, assim, manifesta a instauração de um certo conjunto de discursos e refere-se ao estatuto desses discursos no interior de uma sociedade e de uma cultura.

Para Foucault, no entanto, nem todos os discursos são providos dessa “função-autor”. Uma carta, por exemplo, pode ter um signatário, mas não um autor; da mesma forma, um contrato pode ter um fiador, mas não um autor.

Para Foucault, assim, já que nem todos os discursos são providos da função-autor, o que revela essa função, para Foucault, são quatro características:

Em primeiro lugar, temos a apropriação. Pode-se dizer que os textos, os livros, os discursos deixaram de ser considerados como *atos de escrever* e começaram a ter efetivamente autores quando estes se tornaram passíveis de serem punidos, ou seja, quando os discursos se tornaram transgressores. Quer dizer: a transgressão própria do ato de escrever adquiriu a aura de um imperativo típico da literatura quando, no final do século XVIII e no início do século XIX, instaurou-se um regime de propriedade para os textos, com regras sobre os direitos de autor, sobre a relação autores-editores, etc.

A segunda característica tem a ver com o fato de que a função-autor não se exerce de forma universal e constante sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização. Na Idade Média, por exemplo, os textos literários eram recebidos, postos em circulação e valorizados sem que se pusesse em questão a sua autoria; já os textos científicos recebiam um valor de verdade somente se fossem assinalados com o nome de autor. Assim, “Hipócrates disse” era um indício que dotava um discurso de valor de verdade. No século XVIII, de forma contrária, os discursos científicos passaram a ser recebidos por si mesmos, apagando-se a função-autor, enquanto dos discursos literários passou-se a exigir a função-autor, não se suportando mais o “anonimato literário”. Em suma, é característica da função-autor ter “fiabilidade”.

Outra característica é que a função-autor não se forma espontaneamente como a atribuição de um discurso a um indivíduo, mas é o resultado de uma operação complexa que constrói um certo ser racional: o autor. Assim, o autor é apenas uma projeção do tratamento a que submetemos os textos, as aproximações que operamos, os traços que estabelecemos como pertinentes.

Finalmente, a função-autor não é uma pura e simples reconstrução que se faz em segunda mão a partir de um texto tido como material inerte. Assim, ela não reenvia para um indivíduo real, mas pode dar lugar a vários “eus” simultâneos, a várias posições-sujeito que classes diferentes de

sujeitos podem ocupar. Em outras palavras: a função-autor acontece na cisão entre o escritor real e o locutor fictício. Como lembra Pfeiffer (1995:50), é na confluência, na tensão do sujeito disperso que o autor funciona, movimenta-se, produzindo o efeito de unidade.

Aqui encontramos um lugar para a repetição como possibilidade de criação de novos efeitos de sentido, uma vez que, a cada vez que dizemos algo novamente, os sentidos circulam. Nesta medida, não existe esse texto como material inerte, nem existe um texto exatamente igual a outro: cada novo texto é uma retomada de outros textos, é uma assunção de diferentes posições-sujeito. Isso nos permite pensar que, em cada novo texto, se desenvolve a função-autor.

Outro aspecto importante a destacar no texto de Foucault diz respeito à distinção entre autores e “fundadores de discursividade”, sendo estes últimos aqueles que não são “apenas” autores, mas que produziram algo mais: a regra de formação de outros textos. Neste sentido, eles são diferentes de um autor de romance, por exemplo.

É importante ressaltar que, para Foucault, os fundadores de discursividade tornam possível não apenas um certo número de analogias como também um certo número de diferenças, ou seja, um certo número de diferenças em relação a seus textos.

Nesta perspectiva, para Foucault, eles parecem se aproximar de qualquer autor que, numa dada ciência, introduz uma transformação fecunda. A diferença, entretanto, é que o ato que funda a cientificidade está no mesmo plano que as suas transformações futuras e faz parte do conjunto de modificações que ele torna possíveis. A instauração de uma discursividade, em contrapartida, é heterogênea em relação às suas transformações ulteriores. Marx e Freud, por exemplo, são fundadores de discursividade, pois, a partir deles, produziram-se outras teorias.

Podemos dizer então que a instauração de uma discursividade está ligada à ruptura, à possibilidade de que, a partir de um discurso, criem-se oposições e contradições a esse discurso.

A noção de instauração discursiva traz consigo uma outra: a de “retorno às origens”. Em oposição a essa noção estão os fenômenos de “redescoberta” e “reatualização” que se produzem habitualmente nas ciências. Por “redescoberta”, Foucault entende os efeitos de analogia ou isomorfismo que permitem que uma noção, que já foi esboçada ou que desapareceu, seja retomada de outro modo em outra teoria. A “reatualização”, por sua vez, é diferente: é a reinserção de um discurso num domínio de generalização, de aplicação ou de transformação que é novo para ele.

A partir dessa oposição, Foucault define o “retorno às origens” como “um movimento que tem a sua própria especificidade e que caracteriza justamente as instaurações de discursividade” (*Ibidem*:64).

Para que haja retorno, assim, é necessário, primeiro, que tenha havido esquecimento, não esquecimento acidental, não uma recuperação devida a alguma incompreensão, mas esquecimento

essencial e constitutivo. O ato de instauração, desse modo, é de tal ordem que aquilo que o manifesta é, ao mesmo tempo, o que estabelece o afastamento e o que o inverte. É necessário que esse esquecimento seja investido em operações precisas, que possam ser situadas e analisadas pelo próprio retorno ao ato instaurador.

O “retorno às origens” dirige-se então ao que está presente no texto, ou seja, há um regresso ao próprio texto, em sua nudez, mas, ao mesmo tempo, há um regresso àquilo que está marcado no texto como vazio, ausência, lacuna. O retorno deve redescobrir essa lacuna e essa falta: daí o jogo perpétuo que caracteriza os retornos à instauração discursiva. Esse jogo, para Foucault, consiste, por um lado, em dizer: isso está aqui, é só preciso ler, é preciso que os olhos estejam muito fechados para que não se veja. Por outro lado, inversamente, consiste em dizer: não está nada nesta palavra, nem naquela, nenhuma das palavras visíveis diz alguma coisa sobre o que está em questão.

O que temos aqui, na verdade, é o jogo constitutivo da linguagem: há o esquecimento de um dizer para que um outro dizer – que parece óbvio – possa instalar-se, preencher aquele espaço que, aparentemente, encontra-se vazio.

Pfeiffer (1995), analisando o texto de Foucault, ressalta:

A instauração discursiva não está sendo considerada como uma característica necessária para um sujeito ocupar a função-autor. A autoria não está, portanto, vinculada à idéia de ruptura. Essa ruptura é somente o exemplo maior e mais complexo de um processo de autoria. (Pfeiffer, 1995:51)

Todas as reflexões de Foucault (1982), desembocam, desse modo, na questão do sujeito e de seu funcionamento. Para ele, o autor (ou a função-autor) é apenas uma das especificações possíveis da função sujeito, e ele deseja “retirar ao sujeito (ou ao seu substituto) o papel de fundamento originário e de o analisar como uma função variável e complexa do discurso” (*Ibidem*:70).

Assim, é possível, por exemplo, segundo Foucault, imaginar uma cultura em que os discursos circulassem sem que a função-autor jamais aparecesse. O anonimato, então, evitaria perguntas como: “Quem é que falou realmente? Com que autenticidade? Quais são os modos de existência desse discurso? De onde surgiu, como é que pode circular, quem pode dele se apropriar? Quais os lugares que nele estão reservados a sujeitos possíveis? Quem pode preencher as diversas funções do sujeito? Quer dizer: “que importa quem fala?”?

As reflexões de Foucault são importantes para nós, e constituem, na verdade, nossas próprias questões, uma vez que estamos lidando com o discurso de sujeitos que “se apropriam” de um discurso para reproduzi-lo ou transformá-lo. Lembrando que essa apropriação acontece não só em relação ao texto-origem, mas também em relação ao interdiscurso. Na realidade, a questão “quem fala realmente?” persegue todo nosso estudo.

Lembremos, no entanto, que Orlandi vai ampliar essa noção de função-autor foucaultiana, entendendo-a como uma função que funciona em todo e qualquer discurso. No decorrer desse trabalho, estaremos firmando nossas próprias posições.

Continuemos nosso caminho, examinando outro texto de Foucault (1996) – *A ordem do discurso* – onde o autor vai dizer que existem muitos procedimentos, externos e internos, de controle e de delimitação do discurso. Os externos funcionam como sistemas de exclusão e dizem respeito à parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo. Já os procedimentos internos dizem respeito ao fato de que são os discursos mesmos que exercem seu próprio controle; eles funcionam a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse de submeter outra dimensão no discurso: a do acontecimento e a do acaso. Entre os procedimentos internos, Foucault coloca o **comentário** e a **autoria**.

Note-se que, neste texto, Foucault fala em **autoria** e não mais em **função-autor**.

Sobre o comentário, eis o pensamento de Foucault:

Suponho, mas sem ter muita certeza, que não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza. (Foucault, 1996: 22)

Aqui, Foucault se afasta um pouco de suas afirmações anteriores e salienta que não existe uma divisão que coloque, de um lado, a categoria dos discursos fundamentais ou criadores e, de outro, a massa dos discursos que repetem, glosam e comentam. Isto porque muitos textos maiores se confundem e desaparecem e, às vezes, os comentários vêm tomar o primeiro lugar.

Nesta perspectiva, para Foucault, o desnível entre texto primeiro e texto segundo desempenha dois papéis solidários. Por um lado, permite construir indefinidamente outros discursos: “o fato de o texto primeiro pairar acima, sua permanência, seu estatuto de discurso sempre reatualizável, o sentido múltiplo ou oculto de que passa por ser detentor, a reticência e a riqueza essenciais que lhe atribuímos, tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar” (*Ibidem*:25).

Desta forma, o comentário não tem outra função a não ser a de

...dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro. Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. (*Ibidem*:25)

O comentário, na nossa concepção, constitui um “retorno às origens”, termo cunhado pelo próprio Foucault em seu texto anterior.

Ao comentário, Foucault contrapõe o procedimento da autoria. Para ele, o autor não é o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas um princípio de agrupamento do discurso, a unidade e origem de suas significações, o foco de sua coerência. Quer dizer: o autor é responsável pelo texto que produz.

Note-se que a noção de autoria, em Foucault, tem a ver com *origem de significação*, e, portanto, é reservada para situações enunciativas especiais, ou seja, para as ocasiões em que o texto original, de autor, se opõe ao comentário.

Todas essas colocações de Foucault são importantes para nós, e têm estreita relação com nosso estudo. Pensamos, especialmente, no emprego das reticências e da interrogação. E nos questionamos: a leitura e a reescrita, então, *dizem* sempre o que já estava lá, dito silenciosamente no texto primeiro? Os textos reescritos são *comentários*? Eles podem se constituir em gestos de autoria?

São perguntas que atravessam esse estudo e para as quais estamos buscando respostas. Com esse objetivo, passemos a examinar mais detidamente o pensamento de Orlandi a respeito da autoria.

Começamos reafirmando que, em uma perspectiva discursiva, a noção de autor não se restringe aos produtores originais da linguagem. Também é distinta, conforme vemos em Orlandi (1993a:77), da noção de enunciador e da de locutor³⁸. Para a autora, das três, a função de autor “é aquela em que o sujeito está mais afetado pelo contato com o social e suas coerções”. É, pois, uma função enunciativa do sujeito.

Segundo esta visão, o autor é a função que o *eu* assume enquanto produtor de linguagem. E sendo a função que está mais determinada pela exterioridade, é a que está mais submetida às regras das instituições.

Para Orlandi, essas diferentes funções discursivo-enunciativas revelam diferentes modos de apagamento do sujeito, apagamento que é constitutivo e que é a própria possibilidade de transmutação do sujeito em suas múltiplas formas e funções.

Das três funções – locutor, enunciador, autor – o autor é aquela em que haveria maior apagamento, pois, sendo a que mais está determinada pela representação social, é nela que mais se exerce a injunção a um modo de dizer padronizado e institucionalizado no qual se inscreve a responsabilidade do sujeito por aquilo que diz.

Assim, é da representação do sujeito como autor que mais se cobra sua ilusão de ser origem e fonte do seu discurso, e é dela que se exige coerência, unidade, não-contradição, relevância, etc.

A função-autor, então, conforme lemos em Orlandi (1996), realiza-se toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não-contradição e fim. Quer dizer: o autor responde pelo que diz ou escreve, pois é suposto estar em sua origem. Deste modo, se estabelece uma relação entre sujeito/autor e discurso/texto.

Como podemos ver, Orlandi tem uma concepção de autoria diferente da de Foucault, pois, se, para ele, a autoria não vale para tudo nem de forma constante, para Orlandi, a própria unidade do texto é efeito discursivo que deriva do princípio da autoria. O princípio da autoria, desse modo, é necessário para qualquer discurso, e está na origem da textualidade. Assim, um texto pode até não ter um autor específico, mas, pela função-autor, sempre se imputa autoria a ele.

A noção de textualidade está presente em Halliday (1976), que afirma:

The concept of texture is entirely appropriate to express the property of ‘being a text’. A text has texture, and this is what distinguishes it from something that is not a text. It derives this texture from the fact that it functions as a unity with respect to its environment. (Halliday, 1976:2)

Essa noção aparece também em Val (1999:5): “Chama-se textualidade ao conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto, e não apenas uma seqüência de frases”. Entre esses fatores, destacam-se: a coerência, a coesão, a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade.

Como podemos perceber, a noção de textualidade, em Orlandi, ganha um estatuto de maior abrangência do que em Halliday e Val, pois, em Orlandi, a textualidade não tem como condição elementos como coesão, coerência, etc, mas está relacionada à autoria.

Uma noção mais ampliada de textualidade pode ser encontrada também em Guimarães (1987):

Constitui ainda o texto a representação de uma posição específica do sujeito (a de autor) que procura criar a ilusão da unidade textual. Ao mesmo tempo em que procura criar a unidade do sujeito. Torna-se, então, importante, ver como a dispersão constitui a textualidade pela representação desta unidade. (Guimarães, 1987:13)

Essa idéia da unidade e dispersão dos sentidos e do sujeito está presente também em um texto que Guimarães escreve em parceria com Orlandi (1993:57), onde vamos ler que “a dispersão e a unidade jogam na constituição da textualidade”. Trata-se, aqui, de considerar a unidade na dispersão: de um lado, a dispersão dos textos e do sujeito; de outro, a unidade do discurso e a identidade do autor.

³⁸ Em *Les Mots du Discours* (1980), Oswald Ducrot define o locutor como aquele que produz as palavras no momento da enunciação e por elas se responsabiliza. E define o enunciador como aquele a quem é atribuída a responsabilidade dos atos ilocutórios veiculados pelo enunciado do locutor.

Neste texto, podemos observar uma espécie de trama entre a Teoria da Enunciação e a AD, com os autores pensando essa unidade a partir da heterogeneidade que deriva do princípio da autoria como uma função enunciativa. Assim, das várias funções enunciativas do sujeito falante – locutor, enunciador³⁹, autor – a de autor é aquela que o “eu” assume enquanto produtor de linguagem e aquela que aparece como a mais tocada pela exterioridade, pelo contexto sócio-histórico.

Eduardo Guimarães (1995) trata ainda dessa questão sobre o prisma da enunciação quando ele a define como *acontecimento histórico*, como acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. Afirmo o autor, então, que “a textualidade não diz respeito ao falante, ao sujeito falante, ser físico. Diria respeito, por exemplo, em termos das categorias de Ducrot, ao locutor-L⁴⁰” (Guimarães, 1995:65).

Para Guimarães, na verdade, a textualidade diz respeito à posição-autor, a qual assume como suas as palavras que de direito são do interdiscurso. A condição para assumi-las é que elas se dão ao autor no acontecimento, que se mostra como singular, esquecendo o que de memória constrói o acontecimento e, por conseguinte, o texto.

Esta é, pois, a operação enunciativa fundamental para a textualidade: construir como unidade o que é disperso, produzir a ilusão de um presente sem memória.

Guimarães também fala em operações próprias da textualidade, que, para ele, são a *coesão* e a *consistência*. No entanto, esses conceitos aqui adquirem uma conotação um tanto diferente daquela com que é empregada por Halliday e Val.

Para Guimarães, assim, “a coesão diz respeito às relações que reenviam a interpretação de uma forma à outra, numa seqüência do texto. A consistência diz respeito às relações que reenviam a interpretação de uma forma ao acontecimento enunciativo” (*Ibidem*:65).

Nesta perspectiva, a coesão e a consistência são procedimentos postos em funcionamento como marca da presença de uma posição de autor. São, para Guimarães, “processos que suturam as distâncias, as diferentes posições próprias dos recortes interdiscursivos de um texto. E, nesta medida, a textualidade é um contraponto ao interdiscurso” (*Ibidem*:67).

A função de autor, desse modo, tocada de modo particular pela história, como nos lembra Orlandi (1996:69), é que permite que o sujeito consiga formular, no interior do formulável, e se constituir, com seu enunciado, numa história de formulações. É na função-autor, portanto, que se

³⁹ O locutor é aquele que se representa como “eu” no discurso, e o enunciador é a perspectiva que esse “eu” constrói.

⁴⁰ Ducrot (1987) distingue o “locutor enquanto tal” (locutor L) do locutor enquanto ser no mundo (λ). L é o responsável pela enunciação, enquanto λ é uma pessoa “completa”, que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado.

torna mais visível o efeito da historicidade inscrita na linguagem. Assim, embora o autor se constitua pela repetição, esta é parte da história e não mero exercício mnemônico.

Deste modo, o autor produz um lugar de interpretação no meio dos outros. E esta é sua particularidade. O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Afirma Orlandi: “Porque assume sua posição de autor (se representa nesse lugar), ele produz assim um evento interpretativo. O que só repete (exercício mnemônico) não o faz” (*Ibidem*:70).

Tais considerações levam Orlandi a fazer uma distinção entre: a) repetição empírica: exercício mnemônico que não historiciza; b) repetição formal: técnica de produzir frases, exercício gramatical que também não historiciza; c) repetição histórica: inscreve o dizer no repetível enquanto memória constitutiva, saber discursivo, ou seja, interdiscurso.

Justamente porque a história se inscreve na língua, esta significa. Daí o equívoco constitutivo da significação, que é ao mesmo tempo sistema e acontecimento. É, pois, a inscrição do dizer no repetível histórico (interdiscurso) que traz para a questão do autor a relação com a interpretação, pois o sentido que não se historiciza é ininteligível, ininterpretável, incompreensível.

Logo, a constituição do autor supõe a repetição e, portanto, a interpretação.

Refletindo ainda sobre a autoria a partir da distinção proposta por Jacqueline Authier entre heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva, Orlandi afirma que a posição-autor acontece “na relação com a constituição de um lugar de interpretação definido pela relação com o Outro (o interdiscurso) e o outro (interlocutor)” (*Ibidem*:74).

Isso, em *Análise do Discurso*, está subsumido pelo chamado efeito-leitor. É assim que se configura a determinação ideológica da autoria: o lugar do autor é determinado pelo lugar da interpretação, ou seja, o autor se produz pela possibilidade de um gesto de interpretação que lhe corresponde e que vem “de fora”. O lugar do autor, portanto, é determinado pelo lugar da interpretação. E o efeito-leitor representa, para o autor, sua exterioridade constitutiva (memória do dizer, repetição histórica).

Desse modo, o autor fica determinado, por um lado, pelo fato de que não pode dizer coisas que não têm sentido (sua relação com o Outro, a memória do dizer), e, por outro lado, pelo fato de que deve dizer coisas que tenham um sentido para um interlocutor determinado (o outro, efetivo ou virtual).

A historicidade, assim, atualiza-se na função-autor através da interpretação. De um lado, a historicidade como relação às condições de produção do dizer, que define o quem, o para quem, o onde, etc, sob o modo das formações imaginárias. Aí se confrontam a história do dizer do autor e a história de leituras do leitor. De outro lado, a historicidade aparece enquanto interdiscurso, enquanto constituição – e não formulação – do dizer, ou seja, como o conjunto do dizível e do interpretável.

Neste caso, o Outro não é o interlocutor, mas o lugar de alteridade constitutiva, presença do outro sentido no sentido, presença da ideologia. Desta forma, a autoria constrói e é construída pela interpretação.

A noção de autoria é também abordada por Gallo (1992), que, tratando da assunção da autoria pelo aluno no discurso escrito, e examinando a relação entre discurso oral (D.O.) e discurso escrito (D.E.), aborda a questão da autoria a partir da idéia de um fecho para um texto.

O D.E., sendo o discurso cujo efeito é de ‘fechamento’, de finalização, tem potencialmente um **efeito-autor**⁴¹ que é mobilizado toda vez que um sujeito aí se inscreve. Já naquele que ela denomina de Discurso da Oralidade (D.O.), o sujeito não se constitui em autor.

Assim, “a figura do Autor (a função-autor) é responsável pela produção do efeito de sentido de ‘fim’ para aquilo que era somente um ‘fecho’” (Gallo, 1992:106). Ou seja: o fecho torna-se fim por um efeito da posição-autor, o efeito de sua unidade e de sua coerência.

O texto⁴², nesta perspectiva, para Gallo, é um efeito da transparência e do fechamento na linguagem, produto da prática a que ela denomina de **textualização**. Ele não possui uma existência independente da prática de sua produção (e reprodução), sendo produzido pela prática da textualização. E essa prática pode ser mobilizada nas indefinidas vezes em que o texto será reproduzido em novas leituras.

Como podemos perceber, a noção de textualização, de Gallo, não coincide com a noção de textualidade, tal como é concebida por Orlandi e por Guimarães. Assim, se, para Orlandi, a textualidade tem em sua origem o princípio da autoria, necessário a qualquer discurso, para Guimarães a textualidade é um contraponto ao interdiscurso, e, para Gallo, a textualização tem a ver com o efeito de fechamento e transparência do texto.

A textualização, desse modo, na perspectiva de Gallo, deve ser compreendida como “prática de fixação, de ‘escrituração’ de um fragmento”. Nesta perspectiva, não se tem jamais um texto em si, como objeto. O que se tem é um fragmento definido, estabilizado, resultado de um trabalho, um funcionamento: a prática de sua produção.

Gallo ressalta que existe um movimento na linguagem, que, de modo distinto dessa tendência estabilizadora que desemboca no texto, tem a tendência à dispersão por excelência. Dispersão do sentido e do sujeito que aí se constitui. É por isso que podemos dizer que o discurso não é linear: ele tem uma profundidade que se forma simultaneamente e através de paráfrases em relação a tudo que

⁴¹ A denominação *efeito-autor* é introduzida por Gallo, a partir das colocações de Foucault e Orlandi sobre a *função-autor*.

⁴² Gallo emprega o termo TEXTO (com maiúsculas), como efeito da TEXTUALIZAÇÃO e em oposição ao texto (com minúsculas) enquanto objeto empírico.

é “construído”. Desse modo, o jogo entre o “único” e o “outro” no interior do nível discursivo está sempre acontecendo.

Em sua tese de Doutorado, Gallo (1994) também trabalha bastante essa noção de textualização, mostrando que ela acontece quando o autor preenche os espaços em branco deixados no texto, contextualizando-o, tornando pública sua produção e fazendo seu fechamento.

A transparência e o fechamento, no entanto, lembra Gallo, são somente efeitos. Tudo isso explica o fato de que o momento da produção dos sentidos seja também o momento de um estranhamento do sujeito em relação ao sentido construído, pois o texto, na verdade, não começa nem termina nele mesmo. É justamente por não ser “um” que o texto tem sentido.

Essa noção de fechamento do texto, que tem origem em Gallo, é retomada por Orlandi (1996:76), quando ela afirma que o fechamento, que aparece como responsabilidade do autor, necessário, mas também arbitrário, resulta dessa dupla determinação da interpretação: a formulação está determinada pelo interpretável referido às condições de produção e pelo interpretável referido ao dizível.

O fechamento do texto é, também, um efeito, o qual deriva da ilusão interpretativa. Como não temos acesso direto ao interdiscurso, ele se simula por efeitos na formulação, ou seja, no intradiscurso.

Assim, se o fechamento do texto tem sua eficácia na produção do efeito de unidade, de coerência e não-contradição, porém pela incompletude (todo texto tem relação com outros textos, existentes, possíveis ou imaginários) e pela dispersão do sujeito (que aparece em sua descontinuidade no texto) o autor não realiza jamais o fechamento completo do texto, deixando, ao longo deste, pontos de deriva possíveis e oferecendo lugar à interpretação, ao equívoco e ao trabalho da história na língua.

Voltando à Gallo, podemos dizer que, para a autora, é o efeito-autor que provoca, juntamente com o efeito-texto, o “fecho” da textualização.

Podemos notar, ainda uma vez, a diferença entre as posições adotadas por Orlandi e Gallo, quando falam, respectivamente, em textualidade e textualização.

Assim, para Orlandi, a textualidade tem relação com a função-autor, o que não significa a existência de um autor específico para o texto e que está presente em toda e qualquer produção; já para Gallo, a textualização, como vimos acima, está relacionada ao efeito-autor, que nem sempre acontece. Podemos dizer que a função-autor se dá no nível da enunciação, e o efeito-autor, no nível do discurso.

O autor, a partir daí, para Gallo, é o efeito resultante do espelhamento de um sujeito no texto. E esse espelhamento produz o efeito de realidade de “um sujeito”, inteiro, responsável pelo seu dizer.

Gallo salienta ainda que a textualização está relacionada à passagem do discurso pedagógico para o discurso da escrita (o literário). A materialização dessa passagem se dá em um *evento discursivo*⁴³, pelo confronto de FDs dominantes.

Pode-se dizer então que a prática da textualização pressupõe romper os limites do discurso pedagógico e inscrever-se no discurso da escrita. É aí que se dá a autoria. O efeito-autor, então, é o efeito de unidade produzido pela FD dominante.

Essa noção de textualização, introduzida na Análise do Discurso por Solange Gallo, é revista por Indursky (2001), que afirma:

O sujeito-autor, ao reunir e reorganizar os recortes heterogêneos e dispersos provenientes do exterior, produz a textualização desses elementos que, ao serem aí recontextualizados, se naturalizam, ‘apagando’ as marcas de sua procedência, de sua exterioridade/ heterogeneidade/ dispersão. (Indursky, 2001:31)

A textualização, assim, para Indursky, é o trabalho discursivo responsável pelo *efeito de textualidade*, do qual decorre outro efeito essencial, o de homogeneidade do texto. E esse efeito é indispensável para que o sujeito-autor se constitua.

Nesta perspectiva, para que um texto se constitua como tal, é necessário que os recortes provenientes do exterior pareçam ter sido ali produzidos, de modo que as marcas da “costura” das diferentes alteridades tornem-se imperceptíveis. É assim que se instaura a ilusão da homogeneidade e o efeito-texto se produz.

O efeito-texto, assim, apresenta-se como uma forma plana, acabada, fechada. Esse “fechamento”, para Indursky, instala a *estabilização* dos sentidos. E aí está a ilusão que afeta o sujeito-autor: ele esquece que os sentidos preexistem e se julga a fonte do dizer, ele controla e domina perfeitamente os sentidos que produziu em seu texto.

Desse modo, “os sentidos ‘são’ o que seu autor pretendeu que fossem, absolutamente transparentes e, como tal, se cristalizam, não podendo nunca serem outros, produzindo o efeito de evidência. Em sua ilusão, tais sentidos são estáveis, nunca derivam, nem podem deslizar”(Ibidem:4). E é sobre o efeito-texto, dotado da ilusão de homogeneidade, que se instaura a produção da leitura.

⁴³ Esta denominação vem de Pêcheux (1990), que mostra a congruência entre *estrutura* e *acontecimento* discursivo na formulação de uma nova forma-sujeito.

Podemos dizer, a partir daí, e seguindo Gregolin (2001:76), que “a instalação da autoria problematiza a evidência do sentido e permite pensar a complexa teia em que o sujeito se enreda, ocupando um lugar de enunciador, ao inserir-se nas séries de falas que o precedem”.

Todas essas colocações nos permitem pensar no tema que estamos tratando nesse estudo: a leitura de certos sinais de pontuação, como as reticências e a interrogação. Quando emprega esses sinais, o sujeito-autor parece *trabalhar* com essa ilusão, na medida em que cria um lugar, em que sinaliza, em que “marca” um espaço para a circulação dos sentidos. É como se ele dissesse: aqui está um lugar para que os sentidos possam ser outros, um espaço para os deslizamentos, para a não-evidência. Um lugar que funciona como a possibilidade de constituição de novos autores. Ou seja: o sujeito-autor tem a ilusão de controlar o que pode ser sujeito de deslocamentos.

A questão que se coloca é então a seguinte: é possível se produzir autoria através da reescrita de textos sinalizados por reticências ou interrogação?

Buscando respostas, continuamos nossa trajetória.

3. OS SINAIS DISCURSIVOS

Neste terceiro capítulo, ainda teórico, começamos a examinar as questões referentes aos sinais de pontuação – reticências e ponto de interrogação – que, nessa pesquisa, estão sendo considerados como sinais discursivos.

Abordamos, por isso, inicialmente, o tema da pontuação, procurando traçar um breve panorama da sua evolução, através de vários séculos. Nosso objetivo é mostrar de que maneira a pontuação vem sendo concebida nos estudos lingüísticos.

Em seguida, passamos a desenvolver pontos ligados mais diretamente aos sinais de pontuação em exame: reticências e ponto de interrogação.

3.1. A PONTUAÇÃO: UMA BREVE HISTÓRIA

De acordo com Alain Rey (1997:33), na obra *La ponctuation*, a palavra pontuação não aparece antes de 1530, o que corresponde à época da difusão da imprensa na França.

Quando se começa a examinar a história da pontuação, suas origens, fica logo evidente que esse tema nunca recebeu, dos gramáticos, a atenção merecida.

Assim, Tournier (1980:28), por exemplo, discorrendo sobre a evolução da pontuação desde o século XV até nossos dias, afirma que, embora muitas gerações de gramáticos e professores tenham se dedicado a exprimir regras com a máxima precisão, a transmiti-las e a respeitá-las, somos obrigados a constatar que “a pontuação tem suscitado um interesse muito marginal. Ela representa um domínio onde parece ter sempre reinado uma grande confusão”.

Esta concepção é compartilhada também por Lorenceau (1980), que afirma que a história da pontuação não tem sido particularmente estudada o que revela, neste sentido, uma lacuna.

O mesmo pensamento é expresso por Rocha (1997), que afirma:

A natureza da pontuação raramente tem sido objeto de discussão. O que a literatura em circulação oferece sobre o assunto, em geral de caráter prescritivo, ou descritivo (em menor proporção), ainda é insuficiente até para o simples usuário da escrita. Saltam à vista a flutuação e a ambigüidade que cercam o uso desses sinais gráficos. (Rocha, 1997:84)

A autora ressalta que, do ponto de vista histórico, a pontuação não apenas foi uma aquisição tardia, como uma lenta conquista, identificada, muitas vezes, com a evolução da própria escrita.

A origem da pontuação remonta aos textos sagrados, feitos para serem recitados oralmente, e apresentava-se sob a forma de “indicadores para respirar” na leitura em voz alta. E foi apenas na Idade Média, com o surgimento da imprensa, que a pontuação se disseminou.

Segundo Rocha, a história da pontuação abrange desde os antigos *escribas*, ao revisor de texto medieval; abrange também o próprio *status* da linguagem em suas modalidades falada e escrita, bem como a mudança nas concepções de autor e leitor, privilegiadas em diferentes momentos da história.

Assim, se, durante séculos, não havia segmentação nem marcas gráficas de pontuação, sendo a escrita contínua, era o leitor quem segmentava e pontuava o texto.

Para os gregos, por exemplo, o alfabeto teve início com uma seqüência de letras seguidas, sem espaços ou qualquer marca de pontuação. A pontuação não era posta na composição, mas atribuída ao leitor/orador na *interpretação* do texto, para evitar ambigüidades.

Quanto aos romanos, há informações desencontradas: umas dão conta de que ela era razoavelmente empregada pelos copistas em casos de dificuldade de leitura, outras dão a perceber que os textos antigos de que os gramáticos se ocupavam ou não eram pontuados, ou não eram bem pontuados.

De qualquer modo, lembra Rocha, na época clássica há alusões ao uso esporádico de uma série de sinais de pontuação – o ponto, o travessão, o hífen e o traço de união – que tinham a função de separar grupos de palavras. O signo mais comum era o ponto, que era usado para separar palavras, grupos de palavras ou frases.

Já na Idade Média, a pontuação parte dos padrões adotados na Antigüidade Clássica, mas os recursos empregados sofrem um avanço, sendo difundidas duas orientações: a lógico-gramatical e a do ritmo respiratório.

Tournier (1980:28), dedicando-se à história da pontuação, ressalta que, séculos XV e XVI, nós não temos as definições propriamente ditas de pontuação. Certos autores, entretanto, criam listas de sinais e indicam seu uso. O primeiro a fazer isso, de acordo com Tournier, é Jean Heylin, em seu “*Compendiosus dialogus de arte punctuandi*”, impresso em Paris, em 1471. Tal lista compreendia, por exemplo, *virgula* ou *subdistinctio* (,) , *colon* (.), *periodus* (;) e *punctus interrogativus* (?).

Os mesmos sinais reaparecem, sob nomes às vezes diferentes, em outras obras e outros autores, como, por exemplo, Lefreve d’Étaples (1529), Dolet (1540) e Alde Manuce Le Jeune (1549).

Ao final do século XVI, os usos atuais dos principais signos estavam fixados, com exceção do *periodus* [;] – pontuação forte – e do dois-pontos (situado entre nosso ponto e vírgula e o ponto).

A partir de Alde Manuce Le Jeune, as listas oferecem um certo consenso e já aparecem, sob a terminologia utilizada, as duas principais teorias que virão até nossos dias: aquela que considera que a pontuação tem função semântica, respondendo às necessidades de clareza e de lógica, e aquela que considera que a pontuação tem função prosódica, atribuindo-lhe um papel principalmente respiratório.

Quanto ao século XVII, ressalta Lorenceau (1980:50): “O sistema de pontuação da Renascença não está mais em vigor e nada vem substituí-lo. A pontuação é rara e pouco diversificada. Os gramáticos são mudos: a Gramática de Port-Royal não fala nada”.

É preciso chegar ao século XVIII, lembra Lorenceau, para vir a se elaborar um verdadeiro sistema de pontuação, que seria a base da pontuação moderna.

Tournier (1980:29) também pensa assim e afirma que é no século XVIII, em Furetière, que se encontra a primeira definição de pontuação: “Observação gramatical dos lugares do discurso onde se deve fazer as diferentes pausas, e que se marca com pontos e pequenos caracteres para advertir o leitor”. Esta fórmula, lembra Tournier, alia sutilmente as concepções pausal e gramatical da pontuação, mas, na verdade, parece ser a concepção gramatical que importa.

No século XVIII, assim, a teoria pausal parece ser mais expandida, mas, em vários autores, aparece também a idéia de que a pontuação tem um papel lógico a ser considerado. Parece haver mais uma simbiose equilibrada entre as duas funções do que uma real oposição.

A melhor expressão dessa concepção de pontuação se encontra, segundo Tournier, em Beauzée, para quem a escolha dos sinais depende da proporção que é conveniente estabelecer entre as pausas, e essa proporção depende da combinação de três principais fundamentos: a necessidade de respirar, a distinção dos sentidos parciais que compõem o discurso e a diferença de graus de subordinação que convém a cada um desses sentidos parciais no conjunto do discurso. Todas essas considerações se aplicam, em geral, aos “sinais usuais de pontuação”: vírgula, ponto e vírgula, dois-pontos, ponto. No entanto, parênteses, aspas, ponto de exclamação, reticências e ponto de interrogação são tratados à parte.

Lorenceau (1980:50) ressalta também que, para Beauzée, a pontuação é a arte de indicar por sinais reconhecidos as pausas que se deve fazer quando se fala. E faz referência também a outras definições, como a de Fertel, para quem a pontuação é muito necessária para a ajuda daquilo que deve fazer a leitura, seja de um manuscrito, seja de um impresso. Ela faz distinguir mais facilmente o sentido e marca onde se deve fazer as pausas, a fim de respirar o tempo que é necessário para

continuar a leitura. E se refere ainda a Girard, para quem a pontuação ajuda e conduz o leitor. Como podemos perceber, no século XVIII o que temos ainda é uma pontuação baseada sobre o oral, sobre o ritmo da voz.

Quando se chega ao século XIX, surge, pela primeira vez, segundo Tournier (1980:30), um livro inteiro consagrado à pontuação: é o *Tratado de pontuação*, de Ricquier, de 1873, no qual se pode observar um aumento considerável do número de sinais de pontuação, com a lista dos sinais sendo singularmente enriquecida: vírgula, ponto e vírgula, dois-pontos, ponto, reticências, ponto de exclamação, ponto de interrogação, travessão, traço de união, aspas, parênteses, colchetes, apóstrofo, asterisco, etc., parágrafo, chave, sublinhado. O ponto de vista defendido, no entanto, não apresenta nenhuma originalidade em relação aos predecessores e as regras dadas para o emprego de cada sinal são fundadas sobre a sintaxe.

Lorenceanu (1980:51) acredita que esse aumento do número de sinais de pontuação, no século XIX, seja para facilitar a leitura visual, devido ao crescimento do número de leitores, conseqüência, por sua vez, do grande desenvolvimento da imprensa. É isso que leva ao abandono de uma concepção oral de pontuação para adotar uma concepção puramente gramatical e sintática, na qual o que conta, sobretudo, é a análise gramatical. Lorenceanu confirma, deste modo, o pensamento de Tournier: “...os gramáticos desta época não criam regras tão diferentes daquelas do século precedente” (*Ibidem.*, p.51).

Tendo um panorama da pontuação na França do século XIX, vejamos o que acontecia em Portugal na mesma época.

Consultando a *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*, de Jeronymo Soares Barbosa, em sua segunda edição, datada de 1830, e publicada em Lisboa, encontramos então o seguinte:

A pontuação he a Arte de na escriptura distinguir com certas notas as differentes partes, e membros da oração, e a subordinação de huns aos outros a fim de mostrar a quem lê as pausas menores e maiores, que deve fazer, e o tom e inflexão da voz, com que as deve pronunciar (Soares, 1830:85)

Como podemos notar, o autor relaciona a pontuação às pausas, à pronúncia, e, portanto, à oralidade. Note-se, porém, que, no momento em que o autor faz menção aos *membros da oração* e à *subordinação de uns aos outros*, ele abre espaço, embora não o mencione, para a sintaxe.

É interessante observar, no entanto, que, nesta definição, a sintaxe está a serviço da pronúncia, da inflexão que o leitor deve dar à sua voz e, portanto, não aponta para as relações que as palavras, e as frases, estabelecem umas com as outras. Relações que, como sabemos, produzem efeitos de sentido.

A partir dessa definição, o autor reconhece como sinais de pontuação: os espaços em branco entre palavra e palavra, o ponto – ou simples (.), ou de interrogação (?), ou de exclamação (!), a vírgula (,), o ponto e vírgula(;), dois pontos (:), parênteses (.....), a risca de união(-), o *viraccento* (’), o trema (¨), o acento agudo (´), o acento grave (`) e o acento circunflexo (^).

Através dessa lista, podemos constatar, que, se tanto as reticências quanto o ponto de interrogação constam entre os sinais de pontuação da França do século XIX, o mesmo não acontece em Portugal, onde se faz referência ao ponto de interrogação, mas não às reticências.

Examinando a sexta edição desta mesma *Grammatica Philosophica*, de Jeronymo Soares Barbosa (1875), encontramos ainda a mesma lista, sem referência às reticências.

Este fato nos leva a crer que até aquela data – 1875 – as reticências não constassem dos compêndios gramaticais de Portugal.

Tal referência às reticências vai aparecer na obra *Grammatica Portugueza Elementar*, de A. Epiphany da Silva Dias (1887), também publicada em Lisboa.

Nesta gramática, a pontuação está incluída no item “ortografia”, e sobre ela o autor afirma o seguinte:

Além das letras e do til, cedilha e accentos, ha ainda varios signaes que têm diversos usos. Os mais importantes são: virgula (,), ponto e virgula (;), dois pontos (:), ponto final (.), ponto de interrogação (?), ponto de admiração ou exclamação (!), pontos de reticencia (...), parentheses (()), travessão (-), apostropho (’), virgula dobrada («»), risca de união (-), ponto de abreviatura (.) e as formas maiusculas das letras. (Dias, 1887:143)

Além da inclusão das reticências, podemos observar outras mudanças entre essa lista e aquela apresentada por Jeronymo Barbosa.

Assim, vemos, por exemplo, que Epiphany da Silva Dias passa a distinguir os sinais de pontuação dos acentos, o que não acontece em Jeronymo Barbosa. Percebemos também que o sinal que era denominado de *viraccento* (’) por Jeronymo Barbosa, em Dias passa a ser denominado de *apostropho*, denominação que, aliás, perdura até hoje. Além disso, Dias passa a referir-se também à *virgula dobrada*, sinal que hoje corresponde às aspas e que não havia sido mencionado por Jeronymo Barbosa.

E chegamos ao século XX, período que, de acordo com Tournier (1980), pode ser dividido, em termos de pontuação, em duas etapas: a primeira, ao fim dos anos 30, e a segunda, nos anos 70.

A primeira etapa é marcada por congressos que apresentam uma nova corrente, influenciada pela lingüística comparada, e que não é mantida.

A segunda etapa é anunciada pelas contribuições de Lydia Hirschberg, em 1964 e 1965, que abordam a pontuação sob um ângulo notadamente científico, na perspectiva do tratamento automático das leis sintáticas das línguas naturais. Este estudo, segundo Tournier, ficou isolado.

Assim, o verdadeiro movimento se dá mais precisamente a partir de janeiro de 1973, num encontro realizado em Paris, sob a coordenação da Nina Catach.

Esta nova época de reflexões tem sua origem menos em preocupações de ordem puramente lingüística ou gramatical do que editorial e nela se agruparam várias contribuições de pesquisadores que se preocuparam em dar uma definição mais precisa daquilo que se deve entender por “pontuação”. No entanto, o estudo desses trabalhos, segundo Tournier, permite classificá-los, de maneira um pouco artificial, em uma pontuação lógica (o conjunto de sinais que se pode empregar para delimitar as frases e as partes de frases a fim de facilitar a compreensão do texto e de precisar seu sentido) ou uma pontuação prosódica (que tem a ver com o fato de que a pontuação não tem por papel mostrar as pausas para permitir uma melhor compreensão, mas para assegurar uma melhor compreensão que permita, conseqüentemente, um melhor rendimento prosódico).

Também na tentativa de definir a pontuação, afirma Cerquiglini (1997:66): “Pontuar um texto é dar um toque último de perfeição, a claridade transparente do sentido, o rigor arquitetural de uma construção: policiamento e polimento”.

Procurando, mais uma vez, nos afastarmos da França, vamos encontrar na *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro (1900), a seguinte definição para pontuação:

Pontuação é a arte de dividir por meio de signaes graphicos as partes do discurso que não têm entre si ligação íntima, e de mostrar do modo mais claro as relações que existem entre essas partes. A pontuação é para a syntaxe o que a accentuação é para a lexeologia: a accentuação faz distinguir a significação das palavras isoladas; a pontuação discrimina o sentido dos membros, clausulas e sentenças do discurso. Os accentos são, pois, signaes lexeologicos; as notações da pontuação, signaes syntacticos. (Ribeiro, 1900:316)

Nesta definição, vemos o autor também referir, para fazer a distinção, a relação entre acentuação e pontuação.

O autor então define quais são os sinais de pontuação:

Doze são as notações graphics de pontuação: a vírgula ou comma (,); o ponto e virgula ou semicolon (;); os dous pontos ou colon (:); o ponto final (.); o ponto de interrogação (?); o ponto de admiração (!); os pontos de reticencia (...); a parenthesis (()); as aspas (“ ”); o hyphen (-); o travessão (_); o paragrapho (). (*ibidem*:316)

Note-se que, aqui (1900), o nome “aspas” já aparece, ao contrário do que verificamos em A. Epiphany da Silva Dias (1887), em que elas eram denominadas de “vírgula dobrada”.

Podemos ainda citar a *Grammatica Portugueza*, de João Ribeiro (1911), obra em que a pontuação é referida como “notações sintáticas”.

Afirma então o autor:

Notações syntacticas são os signaes ou symbolos que auxiliam a comprehensão do discurso escripto. Estas notações são determinadas pelo sentido e pela necessidade de respirar, como diz Roersch. Por isso, estão um pouco ao arbitrio do escriptor, e nem se submettem a regras rigorosas. (Ribeiro, 1911: 343)

Há algo interessante a notar nessa definição: ao contrário do que acontece em outras já examinadas, a pontuação deixa de ser relacionada à respiração, às pausas da oralidade, e passa a ser uma particularidade do discurso escrito. E, como podemos ver, passa-se a falar em discurso.

Diferentemente ainda dos outros autores citados, João Ribeiro divide os sinais de pontuação – para ele *notações sintáticas* – em três classes:

Uma, constituída pelos signaes proprios da pontuação, e que determinam as divisões das partes do discurso: a *virgula*, *ponto e virgula*, os *dous pontos*, o *ponto* e a *alinea*. A segunda classe abrange os signaes que exprimem commoção, ou um movimento d’alma, e são os *pontos de reticencia*, o *ponto interrogativo* e o *exclamativo*. A terceira classe é constituída por signaes destinados à clareza dos manuscriptos: taes são o *hyphen*, as *aspas*, o *parenthese*, etc. (*ibidem*:344)

Como podemos perceber até aqui, através desta rápida trajetória pela história da pontuação, não há, nesses estudos, uma preocupação maior com os sentidos que a pontuação produz, a não ser em termos de clareza, transparência e boa qualidade do texto.

Na nossa perspectiva, porém, essa clareza e essa transparência revelam um “ideal” que é uma ilusão.

Não parece haver, também, nenhuma preocupação com o sujeito que emprega esses sinais ou com o sujeito que os recebe, pelo processo discursivo da leitura. É como se ficasse apagado o fato de que os sentidos produzidos por esses sinais de pontuação não são somente da competência de quem os emprega, mas também de quem os lê.

Como temos dito desde o início deste estudo, é essa nossa preocupação, principalmente no que diz respeito ao emprego das reticências e do ponto de interrogação.

Portanto, vamos continuar nosso percurso, em busca de outros elementos que nos ajudem a construir um campo teórico adequado para que possamos examinar essas questões à luz da Análise do Discurso.

3.2 OS SINAIS DE PONTUAÇÃO

O fato de falarmos em “sinais” de pontuação, segundo Tournier (1980:36), não é mero acaso. Assim como os demais signos lingüísticos, eles são constituídos de um significante (o pontuante) e um significado (o pontuado).

Para Tournier, tais signos de pontuação distinguem-se, porém, de outros signos: símbolos científicos e técnicos, siglas, abreviações, algarismos e números. Ao contrário desses signos, os sinais de pontuação não remetem simultaneamente a outros significantes escritos mais elaborados, a significantes orais e significados (ex: H₂O remete ao significante escrito “água”, aos significantes orais [agadoyzó] ou [agwa] e ao significado ‘água’).

Perrot (1980:67) nos lembra ainda que a pontuação pertence à escrita e não ao oral, sendo fundada sobre um jogo de unidades discretas e tendo como propriedade fundamental o fato de que “um sinal de pontuação não se pronuncia”.

A este respeito, Rocha (1997:100) ressalta, no entanto: “ao lado desta propriedade *em negativo*, os signos de pontuação, ao contrário dos grafemas, têm uma significação, o que lhes confere um valor ideográfico”.

Além de seu caráter gráfico, a pontuação possui também uma natureza lingüística. Assim, lembra Perrot (1980: 68) que “os sinais de pontuação não estão na mesma situação das letras, que possuem um correspondente fonético e servem para transcrever, mais ou menos bem, na representação escrita da língua, a cadeia dos fonemas realizados oralmente”. Deste modo, é impossível considerar que os sinais de pontuação sejam os representantes gráficos de certas propriedades da cadeia falada, se se admite que eles sejam carregados de significação, manifestando graficamente uma ordem de significações que, na realidade oral da língua, seria relacionada a essas propriedades.

Esse é um dos problemas que, também para Catach (1980:16), a pontuação coloca, pois os sinais de pontuação funcionam como símbolos lingüísticos, entretanto não têm uma correspondência articulatória, o que coloca em causa nossa concepção habitual de língua fundada sobre os elementos chamados fonemas.

Assim, afirmando que entende por sinais de pontuação uma dezena de elementos gráficos sobrepostos ao texto – vírgula, ponto e vírgula, pontos (final, de exclamação, de interrogação, reticências) e aqueles que ela denomina de sinais de enunciação (dois pontos, aspas, travessão, parênteses, colchetes) – Catach aponta uma série de problemas teóricos oriundos da pontuação, e que são aproximadamente os seguintes: trata-se de um sistema de símbolos não alfabéticos, mais ou menos ideográficos, o que não corresponde à concepção habitual de nosso tipo de escrita, em princípio calcada sobre unidades sonoras; solidamente instalados na maioria das línguas, eles

funcionam um tanto universalmente, entretanto jamais são reconhecidos como tal; trata-se de sinais lingüísticos aparecidos em um momento dado da história; eles são ligados a um sistema segundo de comunicação, tornando-se tão indispensável quanto o primeiro, o que coloca o problema de levar em conta esta dualidade de funcionamento lingüístico e sua interação recíproca; os sinais lingüísticos escapam em grande parte ao autor, são impostos a seu texto pelo gênero do livro, pelas convenções exteriores.

Para Catach, no entanto, um dos aspectos surpreendentes da pontuação é que, de forma contrária à sintaxe verbal, que só pode avançar linearmente, elemento por elemento, um único sinal pode levar um supra-segmento muito mais vasto, refletir sobre toda uma porção de texto, atribuindo-lhe um ou mais valores de sentido em que as nuances podem ser infinitas: interrogação, ironia, negação do que se diz, distanciamento, etc.

A pontuação, nesta perspectiva, é dotada de várias funções.

Assim, segundo Catach, por exemplo, tais funções podem ser expressas da seguinte maneira:

a) organização sintática: diz respeito à separação e organização das palavras nas frases; a maior parte dos sinais têm essa função e, para Catach, o valor dos sinais essencialmente separadores é nitidamente crescente: vírgula, ponto-e-vírgula (ou dois-pontos), ponto (interrogativo, exclamativo, suspensivo – leia-se reticências – final), branco da alínea, etc.

b) função suprasegmental: diz respeito ao fato de que os sinais de pontuação devem marcar os lugares onde se pode e se deve respirar na leitura em voz alta, e foi isto que levou os gramáticos do século XVIII a dizer que foi por este motivo que a pontuação foi inventada;

c) função de complemento semântico: diz respeito à possibilidade de a pontuação substituir um elemento que não precisará ser repetido, substituir um morfema, ou permitir a estruturação ao plano do discurso.

Tratando, da mesma forma, das funções que a pontuação pode ter, Venedina (1980:60) reconhece, como Catach, que ela pode ter as funções sintática e semântica, mas ignora a função suprasegmental e fala em função comunicativa.

Para Venedina, então, a função sintática diz respeito à ordem das palavras, às palavras de ligação e às elipses, no seu trabalho para formar a frase. Os sinais comunicativos de pontuação ajudam a ordem das palavras e o léxico a construir a enunciação, ou seja, contribuem para uma reorganização da frase, visando a adaptar a materialidade sintática aos imperativos da comunicação. E a autora reserva aos sinais semânticos o papel de correlação direta entre a pontuação e o sentido. Isso a leva a dividir os sinais semânticos em sinais de: a) marcação: são diretamente ligados ao sentido, por exemplo, as maiúsculas e os pontos que marcam o limite esquerdo e o limite direito da frase e as vírgulas que ajudam o leitor a se orientar no texto; b)

regulação: os sinais de pontuação unindo ou separando os membros da frase, fazendo entrar alguns entre outros no mesmo segmento ou distribuindo-os nas diferentes partes da frase; c) qualificação: aqui entram os sinais de valor modal: as aspas (que anunciam a mudança de registro, atribuindo o segmento a um outro sujeito falante ou a um outro campo semântico), o ponto de interrogação e o ponto de exclamação (que indicam uma modalidade não-assertiva).

Assim, para Venedina, os sinais de pontuação podem ser distribuídos em três planos lingüísticos: a vírgula, o ponto e vírgula e os dois pontos fazem parte da sintaxe construtiva; a sintaxe comunicativa, por exprimir o valor informativo de um segmento, diz respeito às aspas, ao travessão; já o ponto e as aspas, assim como o ponto de interrogação e o ponto de exclamação, formam o repertório semântico⁴⁴.

Outra proposta de classificação da pontuação pode ser encontrada em Tournier (1980:36), que divide os sinais, por exemplo, em relação ao seu raio de ação, em *pontuais* ou *lineares*. Os pontuais se colocam em um ponto da cadeia dos sinais gráficos; os lineares se manifestam sobre toda a porção da cadeia gráfica assinalada. Deste modo, ponto, vírgula, maiúscula de nome próprio e de começo de frase seriam sinais pontuais; e itálico, negrito e sublinhado seriam sinais lineares. O ponto de interrogação, segundo Tournier, mesmo afetando toda a frase, só se realiza ao seu final e é pontual.

Tournier propõe ainda uma classificação baseada na função básica da pontuação, que é a de “delimitar as seqüências do texto escrito em níveis sucessivos: palavras gráficas; frases e partes de frases; parágrafos e capítulos; sinalização semântica ou extralingüística (*Ibidem*:37).

O autor propõe então algumas categorias entre as quais destacamos: a) a pontuação da palavra: o branco, o apóstrofo e o traço de união; b) a pontuação da frase: sinais que delimitam a frase (ponto interrogativo, exclamativo, final, reticências) ; c) sinais que delimitam as partes da frase (vírgula, dois-pontos, ponto-e-vírgula, aspas, parênteses, colchetes).

Tal forma de conceber a pontuação nos inquieta e nos remete a Fonagy (1997), quando o autor questiona:

Como podem evoluir esses sinais artificiais encerrados entre as palavras e as frases dos textos impressos? Esses sinais artificiais restarão como letras mortas, obedecendo a regras arbitrárias? Ou, uma vez integrados à língua, poderão se transformar em letras vivas? (FONAGY, *op. cit.*:192)

Neste trabalho, conforme acreditamos que já tenha sido possível perceber, os sinais de pontuação – especificamente, as reticências e a interrogação – são examinados em um plano que não é atingido pelos autores citados até aqui: o plano discursivo.

⁴⁴ Na nossa perspectiva, caberia falar aqui também nas reticências, uma vez que elas também têm relação direta com a produção de sentidos.

Na nossa perspectiva, é somente esse olhar que pode transformar e dar vida aos sinais de pontuação. E é neste sentido que esperamos que nossas reflexões possam contribuir com os estudos lingüísticos.

Diríamos então que, de tudo isso que foi dito até aqui, fica, para nós, a impressão de que uma das funções principais da pontuação é a de estabelecer vínculos, seja entre as palavras (é o caso da vírgula, por exemplo), seja entre as frases (é o caso do ponto), seja entre um texto e outros textos (pensamos aqui no caso das reticências e da interrogação empregados no final de um texto, que abrem o caminho para a produção de um novo texto), seja entre os discursos (mais uma vez, estamos imaginando o emprego das reticências e da interrogação em final de texto, na medida em que criam a possibilidade de que um determinado discurso se transforme em outros discursos, fazendo deslizar os sentidos).

Esse também parece ser o pensamento de Chacon (1998), quando, ao tratar especialmente da pontuação em relação ao ritmo da linguagem, afirma que, nos vínculos que estabelecem entre as seqüências de palavras, os sinais de pontuação criam relações de sentido entre as partes que se alternam ritmicamente por meio desses vínculos. É isto que, segundo Chacon, torna “possível prever as diferentes orientações que a significação tomará num texto escrito” (Chacon, 1998:121).

A partir daí, o autor acrescenta que os sinais de pontuação desempenhariam, na escrita, função semelhante ao de determinados operadores lingüísticos cujo papel, segundo Ducrot (1981:178), seria o de dar uma orientação argumentativa ao enunciado.

Isto vem ao encontro do pensamento de Catach (1980), para quem um sinal de pontuação pode se comportar na frase como um verdadeiro morfema, com o qual ele pode a todo instante comutar: conjunção, palavra, sintagma, frase inteira. Para ela, por exemplo, na frase “Helena (estupefata). – ? ...!”, os sinais de pontuação poderiam ser traduzidos aproximadamente por duas frases: “Que significa isso?” ou “Que extraordinário”.

Para Catach, “esses sinais são *palavras sem palavras*, verdadeiras *histórias sem palavras*” (Catach, 1980: 4). Ou ainda: “a informação que fornecem esses sinais são como uma presença-ausência” (*Ibidem*:17).

Uma tal definição – palavras sem palavras, presença-ausência – parece se aplicar de forma bastante adequada ao nosso estudo das reticências e da interrogação, e ratifica a posição que estamos adotando desde o início deste estudo, que é a de conceber tais sinais de pontuação como carregados de significados que não chegam a ser expressos pelo sujeito-autor e que, uma vez colocados em contato com o leitor, passam a ser por ele trabalhados.

Assim, para Catach, o grande mistério da pontuação é sua função de “colocar em cena”: semelhante a uma partitura musical, com suas notas e seus silêncios, ela é a voz e o gesto, ela dá

profundidade à palavra escrita, atestando que nós falamos com outras coisas além de palavras, com nossas mãos, com todo nosso corpo.

Mas, para Catach, o mais importante, em relação à pontuação, é que esses sinais são *ideográficos*, ou seja, são diretamente portadores de sentido.

É isso que permite considerá-los como “guias do sentido” e “luzes das palavras”, o que implica considerá-los também como instruções para os leitores.

As colocações de Catach nos ajudam a construir nossa própria reflexão e a dizer que acreditamos que existe, nas reticências ou na interrogação, uma presença-ausência, isto é, que existem sentidos que são produzidos sem palavras e que são trabalhados, pelo processo discursivo da leitura, por leitores determinados ideologicamente e sujeitos ao interdiscurso, aos efeitos da memória discursiva.

O trabalho do leitor, acreditamos, se dá justamente sobre o interdiscurso, a memória do dizer, que é responsável pelo resgate dessa presença-ausência representada pelas reticências ou pela interrogação.

Neste sentido, a presença-ausência aponta para aquilo que é dito mesmo sem palavras, o que significa que há uma memória que retorna sobre o mesmo, sobre os sentidos já produzidos⁴⁵. É isso que impede, na nossa perspectiva, uma maior movimentação dos sentidos⁴⁶.

Para nós, portanto, se esses sinais podem ser considerados como “instruções” para os leitores, é no sentido de que indicam lugares de interpretação para os leitores, abrem para eles os caminhos para a leitura, ou seja, apontam espaços para que os leitores produzam sentidos.

Assim, se ali não existe um sentido “pronto”, existe, no mínimo, uma instrução para a produção desse sentido.

A importante relação entre autor e leitor em relação ao emprego dos sinais de pontuação é também defendida por Chacon (1998:123), que, por um lado, afirma que os sinais de pontuação mostram-se como marcas enunciativas do processo de escrever, revelando a “atividade do escrevente de organizar sua produção gráfica e de, simultaneamente, marcar-se como sujeito da escrita”. Neste sentido, os sinais de pontuação são fundamentalmente enunciativos, pois são, já de início, empregados na escrita.

⁴⁵ Essa presença-ausência, essa memória que retorna sobre o mesmo, como veremos mais adiante, através de nossas análises, pode apontar também para um excesso de sentido e sua conseqüente suspensão.

⁴⁶ No início dessa pesquisa, imaginávamos que diferentes sujeitos pudessem preencher diferentemente o espaço aberto por certos sinais de pontuação, como as reticências. Nosso estudo, no entanto, vai demonstrar que, no nosso corpus, esse não é o lugar para as rupturas, para a instauração de sentidos novos, mas é o espaço para a reiteração ou, no máximo, para o deslizamento de sentidos.

Por outro lado, Chacon afirma que os sinais são também marcas enunciativas no sentido de que, além de indicarem o produtor da escrita e os atos que ele produz ao escrever, devem ser utilizados, segundo os próprios gramáticos, com a finalidade de orientarem a ação lingüística (leitura e fala) de um outro da escrita – o leitor – de tal modo que seria melhor designar as porções de texto delimitadas pela pontuação como unidades de leitura e tentar apreendê-las esquecendo o primado da sintaxe.

Nesta perspectiva, para Chacon, os sinais de pontuação indiciam o escrevente e o leitor, ou seja, “registram a atitude do escrevente de construir o seu leitor, numa situação de interlocução não-direta – já que os interlocutores distanciam-se no espaço e no tempo – porém já prevista” (*Ibidem*:124). Nessa interlocução mediada pelo código escrito, o leitor, em um tempo futuro, deve se transpor para o tempo e o lugar do produtor, tendo como passaporte os sinais que, de outro tempo e de outro lugar, lhe foram enviados. É a atenção a esses sinais que vai lhe permitir recuperar o processo todo, que levou a pontuar o texto de tal modo, e, assim, recuperar os propósitos do escrevente ao produzir o texto. Essa recuperação, segundo Chacon, é intuída às vezes pelos gramáticos, quando defendem a idéia de que a pontuação torna mais claros os pensamentos de quem escreve.

Neste ponto, nos afastamos um pouco de Chacon, pois, no nosso ponto de vista, que é o da Análise do Discurso, não interessa recuperar os propósitos do autor, ou do escrevente, se quisermos usar os termos de Chacon. Para nós, o mais interessante, em relação aos sinais de pontuação, é perceber os efeitos de sentido que tais sinais produzem, e, além disso, verificar de que modo eles são “lidos” pelo leitor, ou seja, se os sentidos que o leitor produz a partir deles repetem, deslocam ou transformam o sentido produzido pelo seu autor.

A pontuação, nesta medida, em um trabalho de leitura como o nosso, passa a ser considerada não apenas em função de quem a produz, mas também, e principalmente, em função de quem a lê. E deixa de ser somente uma função de clareza, para ser uma questão de efeitos de sentido.

O próprio Chacon vai ratificar isso em outro ponto de sua obra, quando afirma:

...os sinais funcionam como marcas de interlocuções no texto escrito. Tais marcas antecipam o interlocutor, ao mesmo tempo em que revelam o produtor da escrita, na medida em que, ao serem utilizadas pelo escrevente para chamar a atenção do leitor, chamam igualmente a atenção para o próprio escrevente. Em outras palavras, o próprio fato de se pontuar já é a marca mais flagrante da presença do interlocutor na produção textual: pontua-se para alguém, pontua-se com a expectativa da leitura, com a perspectiva de se fazer entender. Os sinais de pontuação, por conseguinte, fornecem pistas para a apreensão de como se dá a utilização da linguagem, de que modo os interlocutores estão representados nesse processo e de como o sentido é construído na atividade escrita. (*Ibidem*:126)

Note-se que o autor, que examina a questão sob o ponto de vista da enunciação, preocupa-se com a questão do sentido produzido pela pontuação – e até aí nos aproximamos – mas, de certa maneira, sua preocupação está mais centrada no “fazer-se entender” – e, neste ponto, nos

afastamos de seu pensamento, já que estamos procurando produzir uma concepção discursiva da pontuação, o que significa considerar que o “fazer-se entender” é uma questão de condições de produção da leitura.

Diante de tudo que foi dito até aqui, nos parece que fica bem evidente que a pontuação é uma questão teórica muito mais ampla do que se poderia imaginar, principalmente quando começamos a examiná-la para além dos limites da gramática normativa. Muito mais poderia ser dito, e vários outros caminhos poderiam ser percorridos. Como, porém, nosso interesse maior nessa pesquisa é focalizar dois sinais de pontuação específicos – reticências e interrogação – para, através deles, ampliar os estudos sobre a leitura, não julgamos necessário avançar ainda mais na reflexão sobre a pontuação em geral.

A fim de alcançar nosso objetivo – que é o de examinar a pontuação a partir do ponto de vista da produção de sentidos – passamos, portanto, na seção seguinte, a ampliar nosso caminho teórico, e, para isso, vamos deter nossa atenção unicamente sobre os nossos sinais de pontuação: reticências e interrogação.

Antes de iniciar tal trajeto, no entanto, julgamos necessário falar sobre nossa escolha, ou seja, sobre os motivos que nos levaram a decidir estudar a leitura a partir das reticências e da interrogação.

Por que reticências, então?

A opção pelo exame da leitura das reticências deve-se ao fato de que acreditamos que as reticências abrem, no discurso, um espaço que, no nosso ponto de vista, é um lugar propício à ação do leitor. Ao sinalizar, explicitamente, um lugar em que o sentido não se completa, o sujeito-autor parece convidar o sujeito-leitor a interferir em seu texto, em seu discurso. É como se o autor dissesse ao leitor: “este é o teu espaço”. Ao mesmo tempo, é como se o sujeito-autor ignorasse que o sujeito-leitor pode adentrar nesse discurso por outros pontos, não sinalizados dessa forma.

Este espaço sinalizado pelas reticências, desta forma, é um lugar onde o “outro” pode se fazer presente, ou seja, é espaço onde a heterogeneidade, que é constitutiva de todo discurso, pode emergir.

Assim, as reticências sinalizam, para o sujeito-leitor, um espaço propício para que se realize o jogo entre o “um” e o “não-um”, entre o dizer do autor e outros dizeres, entre o mesmo e o diferente.

Nesse jogo, tanto o sujeito-autor quanto o sujeito-leitor acabam sendo vítimas da ilusão de homogeneidade: o autor acredita que aquele espaço sinalizado pelas reticências é o único lugar por onde o leitor pode entrar em seu texto; e o leitor, entrando no texto pelas reticências, admite que aquele é o único espaço por onde ele pode entrar. Assim, ambos – autor e leitor – “esquecem” que

o texto possui várias marcas, vários lugares não-sinalizados materialmente, através dos quais o leitor pode entrar e realizar o processo discursivo da leitura. Esquecem ambos que todo texto é, desde sempre, inundado pela presença de outras vozes, de outros textos, de outros discursos, ou seja, que todo texto é heterogêneo, e que é com essa heterogeneidade que eles lidam: o autor quando produz seu texto, e o leitor quando o lê e o reescreve.

O que nós queremos, então, é verificar, pelas análises, de que maneira se dá, realmente, a leitura dessas reticências.

E por que a interrogação?

Partimos inicialmente da idéia de que a interrogação expõe também, no discurso, um ponto de interferência para o leitor, de que a interrogação marca também um lugar de interpretação. Nesse caso, porém, acreditamos que a relação do sujeito-leitor com o texto e com o discurso do sujeito-autor possa ser um pouco diferente. Assim, enquanto as reticências deixam um espaço em aberto, que pode ser percebido ou não, preenchido ou não pelo sujeito-leitor, nos parece que a interrogação “exige” mais (com toda a cautela que a palavra *exige* possa solicitar) a ação do leitor, em forma de resposta.

A questão então é: o sujeito-leitor lida da mesma forma ou de forma diferente com as reticências e a interrogação? Isso acarreta conseqüências para a leitura? Isso pode ser verificado nas reescritas?

Questões como essas atravessam todo nosso trabalho e, no nosso ponto de vista, passam inicialmente pela diferença, encontrada em Orlandi (1996:45), entre *ordem* e *organização* na língua.

Para Orlandi, e para nós, tal distinção se faz necessária quando se passa a um campo de estudos da linguagem que reconhece a contribuição da noção de discurso. Tal diferença separa uma concepção logicista ou sociologista da linguagem de uma tomada discursiva, em que se reconhece a materialidade da língua e da história.

Podemos dizer então que a ordem não é o ordenamento imposto, nem a organização enquanto tal, mas a forma material.

Em uma semântica discursiva, portanto, o que interessa é a ordem da língua, enquanto significante material, e a da história, enquanto materialidade simbólica. Existe, pois, uma relação entre duas ordens: a da língua, tal como a enunciamos, e a do mundo para o homem, sob a forma da ordem institucional (social) tomada pela história. E, como afirma Orlandi, “o lugar de observação é a ordem do discurso” (*Ibidem*: 45).

Assim, se sentimos a necessidade de considerar que a língua significa porque a história intervém, é a noção de materialidade que nos leva às fronteiras da língua e nos permite chegar à consideração da ordem simbólica, incluindo aí a história e a ideologia.

É desse modo que podemos ultrapassar a noção de organização – como regra e sistematicidade – e alcançar a noção de ordem – como funcionamento, falha – da língua e da história (equivoco, interpretação). A unidade, assim, pode ser pensada não em relação à variedade (organização), mas em relação à posição-sujeito (descentramento).

A ordem, nesta perspectiva, é capaz de equivoco, de deslize, de falha, de deriva, sem perder seu caráter de unidade, de totalidade.

Pensar desse modo deixa ao analista do discurso a tarefa de trabalhar com os movimentos de interpretação do sujeito, com sua posição na determinação da história, e de tomar o discurso como efeito de sentido entre interlocutores.

A esta altura, podemos voltar a nosso ponto de partida e explicar por que trazemos essas noções – de organização e ordem da língua – para falar de pontuação.

Para nós, isso é necessário porque, de modo geral, a abordagem a partir da qual se trata de pontuação é a da norma, da regra, da sistematicidade, ou seja, é a da organização da língua. O que nós queremos, no entanto, não é isso. O que desejamos é uma abordagem discursiva da pontuação, e, especificamente, das reticências e da interrogação. Acreditamos que isso fica evidente quando nos propomos a examinar tais sinais sob a ótica da leitura. Nesse momento, estamos admitindo que a leitura de tais sinais pode ser espaço de deslizes, de falhas, de deriva. Em outras palavras: estamos dizendo que o que nos interessa é a ordem da língua e que é sob esse prisma que queremos pensar as reticências e a interrogação.

Por esse motivo, propomo-nos a investigar esses sinais de pontuação, partindo do que já foi dito sobre eles, para então chegar a uma nova concepção.

3.2.1 As reticências

*“As reticências são os três primeiros passos do pensamento
que continua por conta própria o seu caminho...”
Mário Quintana*

Na tentativa de produzir uma reflexão sobre as reticências a partir de uma perspectiva discursiva, e, mais do que isso, sob a perspectiva da Análise do Discurso – o que justifica nossa opção por denominá-las de *senal discursivo* – construímos um percurso teórico no qual examinamos o emprego desse sinal de pontuação em outras linhas teóricas, pois acreditamos que isso possa nos oferecer elementos para, mais adiante, firmarmos nossas próprias posições.

3.2.1.1 As reticências e a gramática normativa

De acordo com a gramática normativa, as reticências são definidas, de forma geral, como o sinal de pontuação que marca a suspensão, a interrupção da frase ou do pensamento.

Vamos então examinar a noção em algumas gramáticas da língua portuguesa.

Começamos pela *Grammatica Portugueza*, de A. Epiphanyo da Silva Dias (1887:144), que diz o seguinte: “os pontos de reticencia indicão suspensão repentina do fio do discurso”.

Conforme podemos notar, está aí presente a concepção de reticências como suspensão; porém, o autor fala em *suspensão do fio do discurso*, o que nos parece bem interessante, considerando a época desse texto.

Idéia semelhante está presente também na *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro (1900:320), onde as reticências são assim definidas: “Os pontos de reticencia indicam a interrupção da expressão do pensamento”.

Fazemos referência também à *Grammatica Portugueza*, de João Ribeiro (1911:346), que afirma o seguinte sobre as reticências: “Empregam-se quando o pensamento é interrompido em meio da phrase”.

Note-se que estes dois últimos autores, Júlio Ribeiro e João Ribeiro, afirmam que as reticências indicam a interrupção do pensamento, sendo que o último ainda faz uma restrição: interrupção no meio da frase.

Citamos ainda a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Francisco da Silveira Bueno (1956:463), onde encontramos a seguinte definição: “Empregam-se as reticências para indicar: 1) falta de palavras que não foram escritas; 2) suspensão do pensamento para aumento da emoção”.

Dessa definição, destacamos o emprego da expressão “falta de palavras que não foram escritas”, pois isso nos leva a supor que, embora não tenham sido ditas, há palavras pairando nesse espaço. De certa forma, essa posição vem ao encontro da concepção que estamos adotando, e que não concebe as reticências como um “buraco”, como um “vazio”.

Salientamos mais uma vez a relação que o autor faz entre reticências e “suspensão do pensamento”; tal afirmativa faz eco a uma posição que já havíamos anunciado anteriormente, quando considerávamos que certos sinais de pontuação – como as reticências – marcam uma suspensão do discurso, que abre lugar para o dizer do outro. Note-se, porém, que, na perspectiva da gramática normativa, essa suspensão do pensamento está ligada apenas a um “aumento de emoção”, e, com isso, não concordamos.

Continuando nosso percurso, examinamos a *Gramática Expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira (1957:387), e encontramos a seguinte definição: “Os pontos de reticência (...) indicam suspensão ou interrupção do pensamento, com a entoação de quem se interrompe”.

Novamente notamos o emprego do termo “suspensão do pensamento” nesta perspectiva gramatical, mas salientamos que seu significado, aqui, relaciona-se à idéia de entoação de interrupção. E, para nós, como já afirmamos, essa suspensão é de outra natureza.

Passemos agora ao exame da *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida (1961:483), que afirma o seguinte: “As reticências indicam interrupção ou suspensão do pensamento ou, ainda, hesitação ou desnecessidade de exprimi-lo”. O autor dá os seguintes exemplos: “Nestes paços eu ficarei segura... Depois... Se tu soubesses...”. Ou ainda: “Quem conta um conto...”. Ou: “Se ele é bom, ela...”

Dessa concepção, chamamos a atenção para a expressão *desnecessidade* de exprimir o pensamento. É interessante isso, pois, pelos exemplos oferecidos pelo gramático, temos a impressão de que ele está se referindo apenas a “quem conta um conto...”, uma vez que esse é um provérbio, de domínio coletivo, o que tiraria de quem escreve a tarefa de dizê-lo todo. Em outras palavras, isso significa que o trabalho de compreender as reticências fica, nesse caso, por conta do leitor, que, se tiver conhecimento do provérbio, pode completá-lo com “aumenta um ponto”. Mas então nos perguntamos: e nos outros casos, menos evidentes, não há trabalho do leitor? E, mesmo nesses casos mais evidentes, não haveria a possibilidade de que um leitor lesse essas reticências de outra forma?

Destacamos ainda, na concepção de Napoleão de Almeida, o emprego, mais uma vez, do termo “suspensão” para caracterizar as reticências, com o qual concordamos. Porém, como já tivemos oportunidade de afirmar, consideramos que as reticências exprimem mais do que uma “interrupção” do pensamento.

Mais adiante, vamos voltar a abordar essas questões, mas, de qualquer modo, podemos perceber que a abordagem gramatical abre caminho para que comecemos a pensar a questão sob outro ângulo.

Vejamos agora o que diz a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara (1975:336), sobre as reticências: “Denotam interrupção do pensamento (ou porque se quer deixar em suspenso, ou porque os fatos se dão com breve espaço de tempo intervalar ou porque o nosso interlocutor nos toma a palavra) ou hesitação em enunciá-lo”.

Podemos observar, nessa definição, uma relação bem clara entre suspensão e interrupção do pensamento, o que, para nós, como já afirmamos anteriormente, não expressa devidamente a

suspensão que as reticências representam, e que é a suspensão do discurso do sujeito para a interferência do discurso do outro.

Vamos examinar ainda a *Gramática da Língua Portuguesa*, de Celso Cunha (1975:608): “As reticências marcam uma interrupção da frase e, conseqüentemente, a suspensão da sua melodia”.

Para o autor, as reticências podem ser empregadas em casos muito variados. Por exemplo:

a) para indicar que o narrador ou a personagem interrompe uma idéia que começou a exprimir, e passa a considerações acessórias. Ex: “Talvez estejas a criar pele nova, outra cara, outras maneiras, outro nome, e não é impossível que... Já me não lembra onde estava...Ah! nas estradas escusas.” (Machado de Assis, in: Cunha, 1975:608).

b) para marcar suspensões provocadas por hesitação, dúvida ou timidez de quem fala. Ex: “Sei que você fez promessa... mas uma promessa assim... não sei...” (Machado de Assis; *Ibidem*: 608).

c) para reproduzir, nos diálogos, não uma suspensão do tom da voz, mas o corte da frase de um personagem pela interferência da fala de outro. Ex: “Narciso – Isso é demais, é.../ John – Silêncio!” (M. Pena; *Ibidem*: 609).

d) para indicar que a idéia que se pretende exprimir não se completa com o término gramatical da frase, e que deve ser suprida com a imaginação do leitor. Ex: “Um pouco mais de sol – e fora brasa / Um pouco mais de azul – e fora além. / Para atingir, faltou-me um golpe de asa... / Se ao menos eu permanecesse aquém...” (M.de Sá-Carneiro; *Ibidem*:609).

Como podemos perceber, na perspectiva de Celso Cunha, de modo geral, as reticências são concebidas como uma maneira de indicar que, ali, há um pensamento incompleto: a) *o narrador ou a personagem interrompe uma idéia que começou a exprimir*; b) *marca suspensões*; c) *há o corte da frase de um personagem*; d) *a idéia que se pretende exprimir não se completa*.

Entre os usos indicados por Celso Cunha, ressaltamos novamente, em (b), o emprego do termo “suspensão” relacionado apenas à interrupção, à hesitação de quem fala.

E chamamos a atenção também para o caso (d), em que ele faz alusão ao leitor dessas reticências, quando diz que a frase *deve ser suprida com a imaginação do leitor*. Acreditamos que, aqui, a gramática normativa parece ver um pouco mais além, e considerar o papel do leitor na leitura das reticências. Não pensamos, no entanto, que se trate de suprir esse espaço incompleto com simples *imaginação*. Para nós, são outros fatores que entram em jogo nesse processo. Mas falaremos sobre isso mais adiante.

Celso Cunha acentua ainda que, assim como outros sinais melódicos, as reticências têm valor pausal, mas que esse valor é variável, porque depende do que elas expressam. Assim, quando as reticências indicam hesitação, dúvida ou timidez de quem fala, a pausa é geralmente longa; mas é

brevíssima quando, nos diálogos animados, assinalam o corte de palavra ou frase de um interlocutor por outro.

Para nós, na verdade, essas observações são irrelevantes, pois não estamos interessados em saber se a pausa colocada pelas reticências é longa ou breve, pois imaginamos que as reticências são um espaço onde circulam sentidos. E é isso que nos interessa. Mas essa é a concepção do gramático, que assinala ainda que o valor pausal das reticências é óbvio quando, em diálogos, a réplica de um personagem vem representada somente por reticências. Nesse caso, para o autor, há um silêncio, e silêncio associado a uma atitude de passividade do personagem. Por exemplo: “– A grande, a minha grande preocupação, cada vez mais cuidada. Não sabe? / – ... / – Quero professar...” (A. Peixoto; *Ibidem*:610).

É interessante observar que somente nesse caso Celso Cunha admite que as reticências expressam um silêncio, mas, mesmo assim, não fala em um silêncio que, tendo sido criado por um sujeito-autor, significa; pelo contrário, quando fala em um silêncio que representa uma *passividade do personagem*, ficamos com a nítida impressão de que esse silêncio representa um buraco, um vazio.

Esse vem a ser, para nós, um outro ponto de afastamento da gramática normativa, pois, na nossa perspectiva, as reticências sempre expressam um silêncio criado por um sujeito-autor, silêncio esse que significa e vai produzir sentidos para um sujeito-leitor.

Finalmente, Cunha chama a atenção para o fato de que não se deve confundir as reticências com os três pontos que se empregam, como simples sinal tipográfico, para indicar que foram suprimidas palavras no início, no meio ou no fim de uma citação.

Essa, no entanto, não é a posição expressa por Rocha Lima, na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1972), onde ele diz que as reticências servem para indicar, nas citações, que foram suprimidas algumas palavras. Para o autor, isso acontece quando, ao transcrevermos um trecho longo, não o apresentamos integralmente, omitindo o que não interesse imediatamente aos nossos propósitos. Usadas no início da citação, servem para mostrar que o trecho transcrito pertence a uma frase que não foi copiada desde o princípio. Por isso, começa-se com letra minúscula. Usadas no fim, são sinal de que o termo da citação não coincide com o fim da frase de onde ela foi tirada.

Para a concepção de reticências que estamos adotando nesse estudo, é útil e adequada a distinção feita por Celso Cunha, pois, para nós, as reticências, sendo um sinal no discurso do sujeito-autor, são um lugar de interpretação para o sujeito-leitor. Não nos parece, no entanto, ser esse o caso – referido por Rocha Lima – desses três pontos colocados no início ou no fim de uma citação, uma vez que ali, ao mesmo tempo que apontam que falta alguma coisa, as reticências

apontam que essa falta é da competência daquele que está sendo citado. Na verdade, esses três pontos são uma falta, mesmo, e não uma lacuna de significação, que esteja ali para ser trabalhada e preenchida pelo sujeito-leitor.

Além de conceber as reticências como uma forma de indicar uma supressão em uma citação, Rocha Lima as relaciona também, assim como faz Celso Cunha, a um outro emprego: para indicar uma interrupção violenta da frase, que fica truncada ou incompleta. E dá o seguinte exemplo: “– Trinta e oito contos, disse ele./ – Am?... gemeu o enfermo. / O sujeito magro aproximou-se da cama, pegou-lhe na mão, sentiu-a fria. Eu acheguei-me ao doente, perguntei-lhe se sentia alguma coisa, se queria tomar um cálice de vinho./ : “Não... quar... quaren... quar... / Teve um acesso de tosse e foi o último.” (Machado de Assis, in: Lima, 1972:250).

Mais uma vez, é interessante observar a concepção da gramática normativa, presente também em outros gramáticos, e que nos fala em “frase incompleta”. Podemos dizer então que, para nós, as reticências realmente são a indicação de um pensamento incompleto. Essa incompletude, no entanto, não diz respeito a algo que ficou faltando, que não se conseguiu dizer, não é vazio. Essa incompletude é, para nós, constitutiva de todo discurso e, nesse caso específico, é marcada pelas reticências. Assim, essa incompletude existe não porque não se conseguiu dizer, mas porque não se quis dizer. É outra concepção, portanto.

Tal visão aproxima-se mais de um outro emprego das reticências, apontado pelo mesmo Rocha Lima: para indicar, no fim de uma frase gramaticalmente completa, que o sentido vai além do que ficou dito. Nesses termos, as reticências, nos termos do autor, têm grande poder de sugestão. Ex: “Olha a vida, primeiro, longamente, enternecidamente. Como quem a quer adivinhar...” (Ronald de Carvalho; *Ibidem*:251).

Quer dizer: há algo que as reticências não chegam a dizer, que vai além do dito. Mais uma vez, reconhecemos aí, embora a gramática normativa não o faça, um espaço para a ação do leitor, a quem vai caber o trabalho de compreender o que está além do dito. Embora também não consideremos que seja só esse o trabalho do leitor.

Finalmente, apontamos um outro emprego das reticências, segundo Rocha Lima: para indicar que o pensamento enveredou por caminho imprevisto, inesperado, decaindo, geralmente, para o chiste ou para a ironia. Ex: “Quanto moço elegante e perfumado/ Que anda, imponente, de automóvel... fiado / Porque lhe faltam níqueis para o bonde.”(Bastos Tigre; *Ibidem*:251).

Na verdade, nos parece que, nesses exemplos, não são exatamente as reticências que marcam a ironia, que não é o que não foi dito que significa, mas aquilo que foi dito e que aponta uma contradição: andar imponente de automóvel, mas não ter dinheiro nem para o bonde; ter um belo perfil, mas ter um nariz exageradamente grande.

Acreditamos, no entanto, que elas podem exercer essa função no discurso, sim, e esperamos mostrar isso em outro momento.

Encontramos ainda referência a vários outros usos para as reticências. Por exemplo: para dizer exatamente o contrário do que a palavra expressa. Ex: Ele era muito, muito... feliz ... (Barros, 1981:59); ou ainda: para denotar esquecimento real ou fictício de alguma palavra. Ex: “Eu ia dizer que ... que ela se chamava ... Não me lembro...” (*Ibidem*:59).

Mais uma vez, temos a impressão de que as reticências são relacionadas a uma falta, a um vazio, concepção com a qual não concordamos.

Do que foi visto, podemos então constatar que, na grande maioria dos casos, a gramática normativa contenta-se a perceber as reticências, basicamente, como um sinal de pontuação que indica uma suspensão da voz, uma interrupção do pensamento, uma hesitação, uma falta. E a relacionar o seu significado a quem as emprega.

Não vemos nessa abordagem da gramática normativa, porém, nada que nos permita relacionar as reticências, de forma efetiva, a um movimento de interpretação, a uma tomada de posição do sujeito. No máximo, fala-se em *imaginação do leitor*. Mas não se considera, nem de longe, que esse leitor é determinado historicamente, interpelado ideologicamente. Não se reconhece nas reticências um espaço passível de falha, de equívoco.

Podemos entender então por que tal concepção, que diz respeito à organização da língua e não à sua ordem, não nos é suficiente.

Procuremos então percorrer outros caminhos.

3.2.1.2 As reticências em uma perspectiva textual

A reflexão que passamos a construir aqui se inicia com um artigo de Michel Prandi (1991), denominado *Figures Textuelles du silence: l'exemple de la réticence*, o qual faz parte da obra intitulada *Le sens et ses hétérogénéités*, organizada por Herman Parret.

Para Prandi, as figuras do silêncio, como todo objeto lingüístico, adquirem seu valor e sua identidade em função do nível de análise onde elas são tematizadas: na estrutura gramatical, da frase ou da breve seqüência, ou na troca de mensagens, na comunicação.

A passagem das unidades gramaticais – notadamente da frase – às unidades comunicativas – aos textos e aos discursos – caracteriza-se por uma ruptura de pertinências. Se a frase apresenta uma estrutura sintática e uma estrutura semântica interna, o discurso, por sua vez, caracteriza-se por um trabalho de interpretação situacional. Assim, diz Prandi: “No contexto discursivo, o

silêncio se transforma de constituinte vazio da estrutura em ingrediente positivo da comunicação: como todo sinal, o silêncio tem um valor – é uma interpretação” (Prandi, 1991:156).

Prandi considera que o silêncio pode ser representado por figuras gramaticais e por figuras textuais. A que se aproxima mais de um tipo ideal de figura gramatical do silêncio é, segundo o autor, a **elipse**. E a que se aproxima mais de um tipo ideal de figura especificamente textual é, para ele, a **reticência**.

Como podemos perceber, Prandi estabelece uma forma de distinção entre elipse e reticências, na medida em que pensa na primeira como figura gramatical e na segunda como figura textual. São dois níveis diferentes de ocorrência, portanto.

Tal concepção nos faz resgatar uma afirmação de Jacques Drillon, referida por Cyril Vekenna na abertura do livro *La ponctuation* (1997:18), já referido anteriormente, na seção 3.1: todos os sinais de pontuação são atalhos; todos, sem exceção, são a marca de uma elipse.

Assim, colocam-se, desde já, para nós, algumas indagações: reticências e elipse se opõem? Podem as reticências e a interrogação serem consideradas como elipses, já que são sinais de pontuação?

A fim de procurar respostas, vamos abrir um parênteses em nosso caminho teórico sobre as reticências e refletir um pouco sobre a elipse. Em um primeiro momento, vamos examiná-la, como o fizemos com as reticências, a partir da perspectiva da gramática normativa. Em seguida, procuraremos enfocar outras abordagens.

3.2.1.2.1 A elipse e a gramática normativa

Começamos dizendo que, segundo a gramática normativa, a elipse é, em linhas gerais, definida como a figura de sintaxe ou de construção que supõe a supressão de um termo da frase.

Na *Grammatica Portugueza* (1900:326), de Julio Ribeiro, vamos encontrar a seguinte definição para a elipse: “Consiste a ellipse na supressão de uma ou mais palavras faceis de subentenderem-se. Ex: Ordeno que saias daqui”. Conforme o gramático, neste exemplo é a supressão dos pronomes *eu* e *tu* que constitui a elipse.

Definição equivalente a esta encontramos na *Gramática Normativa* (1956:296), de Francisco da Silveira Bueno: “Consiste este figura em subentendermos palavras que facilmente podem ser encontradas. Ex: ‘O nosso índio errante vaga; mas, por onde quer que vá, os ossos dos seus carrega’”.

De acordo com Silveira Bueno, as elipses podem ser de três espécies: do sujeito, do predicado e do conectivo. O gramático define ainda como *zeugma* a elipse de um termo já

existente na frase anterior e dá o seguinte exemplo: “No último lugar pôs a arte e no princípio (*pôs*) o conselho”.

Na *Gramática Expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira (1957:255), temos também uma definição semelhante para a elipse: “Elipse é a figura de sintaxe que consiste na supressão de termos facilmente subentendidos”.

Também em Napoleão Mendes de Almeida (1961:400), vamos encontrar uma definição para a elipse: “Assim se denomina o caso em que um dos termos da frase não vem expresso, sendo, ao mesmo tempo, facilmente subentendido”. O gramático aponta ainda os vários casos de elipse: a) do sujeito. Ex: Não posso sair = *Eu* não posso sair; b) do verbo. Ex: No mar (*há*) tanta tormenta e (*há*) tanto dano!; c) da ligação. Ex: Alumia minh’alma, não se cegue no perigo em que está = *para que* não se cegue.

Celso Cunha (1975:575) também define a elipse: “Elipse (do grego *élleipsis*, “falta”, “insuficiência”) é a omissão, espontânea ou voluntária, de um termo que o contexto ou a situação permitem facilmente suprir”.

O autor também fala em elipses do sujeito (Ex: “Ternura foi se embalando, se embalando. Adormeceu. Queria esperar a hora do desastre para se defender...” - A.M. Machado) do verbo (Ex: “Jorge releu o escrito, e ora o achava claro demais, ora obscuro” – Machado de Assis), da preposição *de* antes da integrante que introduz as orações objetivas indiretas e as completivas nominais (Ex: “Não me lembro que tenha chorado; ganhava sempre as apostas.” – G. Amado), da conjunção integrante *que* (Ex: “Ao cabo de cinco dias, minha mãe amanheceu tão transtornada que ordenou me mandassem buscar no seminário.” – Machado de Assis).

O autor afirma ainda que a elipse pode ser usada como processo estilístico e que, nesses casos, seus efeitos são apreciáveis. Por exemplo: a) na descrição esquemática de ambientes, de estados de alma, de perfis (Ex: “Na copa, o rumor de torneiras abertas e de vidros se quebrando. Correria e pânico”- A. M. Machado); b) em anotações rápidas, como as de um diário íntimo (Ex: “10 de maio. Noite escura. Duros passos.”– C. Meireles); c) na enunciação de processos condensados, provérbios, ditos sentenciosos ou irônicos (Ex: “Maus pensamentos, má saúde...” – A. Peixoto); d) nas enumerações, onde a inexistência do artigo costuma sugerir as idéias de dispersão, de acumulação (Ex: “Colheria tudo, plantas, lendas, cantigas, locuções.” – Machado de Assis).

Celso Cunha faz ainda referência à zeugma, definindo-a como uma das formas da elipse. Afirma ele que a zeugma consiste em fazer participar de dois ou mais enunciados um termo expresso em apenas um deles. E dá como exemplo: “Rubião fez um gesto, Palha outro; mas quão diferentes!”, de Machado de Assis.

Citamos também Celso Luft (1978:87), que define desse modo a elipse: “Omissão de um termo sintático, presente no espírito”.

Luft fala também em elipse do sujeito, quando este vem marcado na desinência verbal (Ex: “Leio muito, escrevo bastante.”). Refere-se também à elipse de termo já expresso, dizendo que é obrigatória (Ex: “Minha casa é mais nova que a (*a casa*) de José”). Finalmente, define também como *zeugma* a elipse do verbo anteriormente expresso (Ex: “Pedro trabalha mais do que Paulo (*trabalha*).

Definições muito semelhantes a essas podem ser encontradas em várias outras gramáticas. Temos, por exemplo, em Savioli (1983:405): “Omissão de um termo que não foi enunciado anteriormente na frase”. Ou em Leme (1981:212): “Supressão de uma ou mais palavras que não são indispensáveis ao entendimento da frase”. Ou em Barros (1985:259), que diz que a elipse “consiste na omissão de um termo em sua forma, mas presente em seu sentido e por este enunciado”.

Como podemos constatar, na gramática normativa a elipse é tratada, em linhas gerais, como uma *falta facilmente recuperável*. Essa falta, no entanto, tem uma finalidade, expressa muito claramente por Celso Cunha:

O empenho de maior expressividade leva-nos, com freqüência, a lacunas, a superabundâncias, a desvios nas estruturas frásicas tidas por modelares. Em tais construções a coesão gramatical é substituída por uma coesão significativa, condicionada pelo contexto geral e pela situação. (Cunha, 1975:575)

Quer dizer: o emprego da elipse visa a uma maior expressividade das frases. A elipse, nesses termos, tem como finalidade maior evitar a redundância, a ambigüidade. Ou seja: conceber a elipse sob tal abordagem significa pensar que aquilo que não chegou a ser dito, que aquilo que foi omitido, está presente ali, sem margem de erros ou desvios, pois é *fácilmente recuperável* pelo contexto.

E se isso acontece é porque a elipse aqui fica no âmbito do estritamente gramatical, do linguisticamente correto. Vamos então a examinar a concepção adotada por Prandi sobre a elipse, a fim de verificar se há mudanças significativas entre as abordagens.

3.2.1.2.2 A elipse em uma perspectiva textual

Prandi (1991) afirma que, sob a etiqueta da elipse reúne-se uma massa heterogênea de fenômenos de supressão, unificados por algumas propriedades comuns: considerado a partir de

uma frase modelo, o enunciado elíptico caracteriza-se pela supressão de um ou mais segmentos; sendo regulamentada pela gramática, a supressão elíptica não compromete a boa formação ou a aceitabilidade do enunciado; os segmentos suprimidos são integralmente recuperáveis, tanto em termos de identidade lexical, como em valor funcional.

No quadro da frase, segundo Prandi, a elipse qualifica-se negativamente como realização vazia de uma categoria formal e funcional dada. No quadro do discurso, entretanto, a elipse adquire uma identidade positiva: graças aos elos anafóricos ou catafóricos que ela mantém com seus antecedentes dentro do contexto, a elipse transforma-se, de simples ausência, em fator fundamental da coesão textual. Essa metamorfose da elipse, para Prandi, é um sinal revelador da dupla natureza do conteúdo dos enunciados, ao mesmo tempo significado complexo, articulado e sinal de mensagens simples integradas em um dado texto.

Como é possível perceber, Prandi, embora assumindo uma abordagem textual, não se afasta da noção de elipse como um fato gramatical, responsável pela boa qualidade do texto.

Realizado esse exame da noção de elipse, voltemos a examinar a noção de reticências, da forma como o faz Prandi.

3.2.1.2.3 Voltando às reticências

Prandi (1991) afirma que, ao contrário da elipse, as reticências se caracterizam, em primeiro lugar, pelo não-recobrimento dos conteúdos suprimidos. Ao invés de retirar do contexto, como a elipse, os dados semânticos que ela subtrai à expressão, as reticências dirigem-se diretamente ao interlocutor, a seu poder de interpretação autônoma. Assim, elas possibilitam traduzir em mensagem uma verdade vazia de significado.

Assim, se a elipse demanda a reintegração de um elemento semântico desprovido de expressão, mas recuperável no contexto, as reticências demandam a interpretação de uma intenção comunicativa sem expressão.

Nós discordamos de Prandi, pois, para nós, as reticências não se reduzem a apontar uma *verdade vazia de significado*, uma *intenção comunicativa sem expressão*. Ao contrário, acreditamos que, ao empregar as reticências, o sujeito-autor oferece ao interlocutor, de alguma forma, pelas pistas presentes em seu discurso, uma possibilidade de leitura para essas reticências. Quer dizer: de alguma maneira, mesmo não estando dito, há um sentido que já está lá, sendo dito.

Assim, cada sujeito-leitor, quando retoma um texto com reticências, pode lidar diferentemente com esse sentido e é isso que vai determinar, na nossa concepção, as prováveis e diferentes leituras dessas reticências.

Prandi lembra também que a distinção entre elipse e reticências, sobre a fronteira entre estrutura semântica dos enunciados e interpretação de mensagens, é sublinhada pela retórica clássica⁴⁷. Nesta perspectiva, de forma distinta do que é para Haroche (1992), a elipse é transparente e a reintegração dos conteúdos não expressos é automática. Afirma Prandi que nenhum trabalho específico de interpretação é demandado para suprir uma estrutura falha, pois a reintegração dos conteúdos suprimidos é um fato de construção, e não pode ser assimilado a um processo de interpretação.

Também discordamos disso, pois, se fosse transparente, toda e qualquer elipse (e pensamos também nas reticências) seria lida e reescrita da mesma forma, ou seja, todo e qualquer sujeito-leitor, ao se deparar com uma elipse (e com as reticências) produziria o mesmo sentido, inscrito em uma mesma FD, assumindo uma mesma posição-sujeito. Sabemos (e veremos mais adiante – segunda parte/capítulo 2) que pode não ser assim.

A colocação das reticências em um plano semelhante a este, segundo Prandi (1991:160) as situam imediatamente “ao nível da interação discursiva entre locutor e destinatário de uma mensagem – de interpretação”.

Desta forma, as reticências não se configuram como uma supressão recuperável, garantida pela gramática. Interpretar as reticências, para Prandi, não se reduz, então, à recuperação de um segmento suprimido, mas trata-se, ao contrário, da extração de uma mensagem diretamente de um vazio, de um conteúdo irreversível, de um silêncio absoluto.

Esta concepção de reticências permite, então, que elas sejam vistas como uma ocorrência que proporciona ao interlocutor a possibilidade de interferir diretamente na construção da mensagem, de interpretar um silêncio, sendo este, segundo Prandi, um silêncio absoluto.

Como podemos perceber, Prandi abre um espaço para a intervenção do interlocutor na construção do sentido expresso pelas reticências. Mas, ao fazê-lo, considera que esse sentido brota de um *silêncio absoluto*. Discordamos disso. Para nós, não se trata de um silêncio absoluto, pois, se assim fosse, esse silêncio seria impenetrável. E não é, pois, pelas pistas presentes no discurso, esse silêncio, de alguma forma, fala. E, ao cruzar-se com as vozes de diferentes interlocutores, constrói sentidos (semelhantes ou deslocados).

Nesta perspectiva, as reticências “*falam*”, ou seja, fazem sentido para o sujeito-leitor que com elas entra em contato. E o fato de poderem significar diferentemente para diferentes leitores indicam que não são um “vazio”.

⁴⁷ Prandi, ao tecer estes comentários, baseia-se em: Fontanier, P. (1968) *Les figures du discours*, Paris. Réunit: *Manuel classique pour l'étude des tropes* (1821, 4ª ed. 1830) et *Traité général des figures de discours autres que les tropes* (1827).

Outro autor que aborda as reticências a partir de uma perspectiva textual é Fonagy (1997), já referido anteriormente neste capítulo/ seção 3.2.

O autor afirma que existe uma relação de sinonímia entre alguns sinais de pontuação. Assim, por exemplo, dois signos, o ponto final e a maiúscula, são, para ele, complementares; já a escolha entre ponto ou ponto de interrogação é distintiva. Assim, Fonagy afirma:

Um outro caso de sinonímia me parece mais instrutivo: aquele dos grafemas de incompletude: [-] e [...] . Todos os dois marcam o caráter inacabado do enunciado. Um enunciado pode ser interrompido e ficar gramaticalmente incompleto, ou, em outro caso, o enunciado gramaticalmente completo não exprime tudo o que o locutor queria dizer. Nos dois casos, o escritor pode se servir de um ou outro sinal. (Fonagy, 1997:195-6)

O autor ressalta, no entanto, que, apesar da sinonímia entre os dois grafemas, a escolha do escritor não é fruto do acaso. E afirma:

As [...] parecem refletir a extinção gradual da voz; a marca [-] coloca um fim brusco. As [...] são associadas a uma atitude hesitante ou um silêncio embaraçoso; o [-] a uma atitude categórica, cortante e tendendo a interromper a fala. (*Ibidem*:196)

Fonagy denomina esses sinais – reticências e travessão – de *traços de suspensão*. Tal denominação se aproxima da nossa – discurso em suspensão – já referida no capítulo 2/ seção 2.5.

Podemos observar que essa abordagem é diferente da concepção puramente gramatical. Aqui se fala em *incompletude*, em *caráter inacabado do enunciado*. E, embora esses termos não estejam sendo empregados com o mesmo sentido em que são tomados em uma abordagem discursiva, alargam a perspectiva teórica sobre as reticências.

Vamos finalizar essa seção reafirmando então que as reticências, para nós, podem ser pensadas como uma forma de silêncio no discurso, silêncio que significa por si mesmo, e que não precisa ser traduzido em palavras. Assim, se o sujeito-leitor, ao se deparar com as reticências, trabalha aquela lacuna com suas palavras, isso não significa que ele esteja traduzindo o silêncio do sujeito-autor ou revelando os sentidos construídos por esse sujeito, mas, ao contrário, denota que ele está lidando com aquela incompletude (sinalizada) e construindo seus próprios sentidos.

Acreditamos, assim, que a elipse não é somente uma figura gramatical, e que também as reticências não são uma figura textual. Na verdade, pensamos que a elipse e as reticências devem ser pensadas como fatos de discurso, que, como tal, abrem lugar para o dizer do outro.

Neste sentido, tanto elipse quanto reticências são, por excelência, espaços de produção de sentidos, de produção de leitura, de tomada de posição do sujeito.

Nessa medida, não seria possível, ao invés de distinguir, aproximar reticências e elipse?

Vamos continuar nosso percurso, em busca de sustentação teórica para nossas suposições.

3.2.1.3 As reticências e a Enunciação

Para esta breve reflexão, tomamos como ponto de partida o pensamento de Ducrot (1972:14), quando o autor faz referência àquilo que ele denomina de procedimentos de implicitação, e os distribui em duas categorias principais, distinguindo aqueles que se fundamentam no conteúdo do enunciado e aqueles que jogam com a enunciação.

Na primeira categoria, Ducrot inclui o caso em que não queremos assinalar os fatos de modo explícito, o que nos faz apresentar, em seu lugar, outros fatos que podem aparecer como causa ou conseqüência necessárias dos primeiros. Assim, dizemos, por exemplo, que o tempo está bom para fazermos entender que vamos sair; ou falamos do que vimos para fazer saber que saímos.

Tais procedimentos apóiam-se, portanto, na organização interna do enunciado. Este modo de implicitação pode ser então colocado da seguinte maneira, para Ducrot:

Resume-se em deixar não-expressa uma afirmação necessária para a completude ou para a coerência do enunciado, afirmação à qual a sua própria ausência confere uma presença de um tipo particular: a proposição implícita é assinalada – e apenas assinalada – por uma lacuna no encadeamento das proposições explícitas. Ela tem uma existência indiscutível, já que a própria lacuna é indiscutível, mas tal existência permanece sempre oficiosa – e objeto possível de desmentido – na medida em que só o destinatário, e não o locutor, é chamado para preencher essa lacuna. (Ducrot, 1972:16)

Não podemos, diante de uma afirmação como esta de Ducrot, deixar de estabelecer relações com os sinais de pontuação e, muito especialmente, com as reticências.

Assim, diríamos, por exemplo, retomando os termos de Ducrot, que é possível pensar nas reticências como uma “afirmação não-expressa”, como uma “ausência que confere uma presença de tipo particular”, como uma “lacuna” de “existência indiscutível”. No entanto, diríamos, por outro lado, que não é possível imaginar que as reticências, ao serem preenchidas, ou seja, ao se tornarem um tipo de “afirmação expressa”, possam conferir ao enunciado uma “completude”, e isto porque, na nossa perspectiva, a incompletude é fundante de todo dizer e é só por efeito de ilusão que se pode pensar que nosso dizer é completo. Da mesma forma, não consideramos que esse tipo de lacuna seja preenchido apenas pelo destinatário, pois, para nós, o preenchimento dessa lacuna se faz pelo atravessamento de várias vozes: a voz do locutor, a voz do destinatário e várias outras vozes anônimas, que vêm de outros tempos e de outros lugares.

Por tudo isso, acreditamos que as reticências não possam ser consideradas como um implícito ao nível do enunciado, apenas. Vejamos então o que diz Ducrot sobre o implícito da enunciação.

Para Ducrot, essa segunda classe de implícito pode ser definida se fizermos intervir, ao lado do conteúdo do enunciado, o próprio fato da enunciação. Com isso, chegaremos ao que o autor denomina de *subentendidos* do discurso. Afirmar então Ducrot: “Aqui, o implícito não deve ser procurado no nível do enunciado, como um prolongamento do nível explícito, mas num nível mais profundo, como uma condição de existência do ato de enunciação” (*Ibidem*:17).

Segundo Chacon (1998), as reticências se enquadrariam neste tipo de implícito, e, ao afirmar isso, o autor toma por base a gramática normativa, onde se encontra que as reticências devem ser “preenchidas com a imaginação do leitor” ou devem ser “deixadas por sua conta”.

Deste modo, para Chacon, os procedimentos de implicação feitas pelo emprego de reticências são da ordem dos subentendidos do discurso, uma vez que

... sugerem fatos que seriam mais próprios às circunstâncias da enunciação – mais especificamente, ao preenchimento de sentidos, que, provenientes da prática inter-semiótica da oralidade, seriam representados na escrita pelo jogo que a pontuação estabelecerá entre o dito (por palavras escritas) e o não-dito (mas significativo que se poderia representar na oralidade). (Chacon, 1998:118)

No nosso ponto de vista, consideramos que esse segundo tipo de implícito de Ducrot se aproxima mais da concepção de reticências que estamos perseguindo do que o implícito do enunciado, pois consideramos que as reticências são o espaço de um “não-dito”. Entretanto, parece que essa concepção também não nos satisfaz, na medida em que, para nós, esse não-dito não é da ordem do implícito, mas do silêncio. Quer dizer: não se trata de considerar que, nas reticências, existe um sentido, não-dito, que deve ser procurado num nível mais profundo. Na verdade, acreditamos que o sentido das reticências não deva ser procurado, mas produzido. E é por isso que temos dito, desde o início, que isso é uma questão de leitura.

É necessário ir adiante, portanto.

3. 2.1.4 Em busca de uma concepção discursiva das reticências

Na tentativa de construir uma reflexão teórica que aborde o tema das reticências sob uma perspectiva discursiva, percorremos um caminho que passa pela noção de elipse.

Assim, examinamos ambas as noções – elipse e reticências – sob dois ângulos: o gramatical e o textual.

Vamos então iniciar essa seção com uma reflexão sobre a elipse a partir de uma abordagem discursiva, para, depois, procurar refletir sobre as reticências a partir da mesma ótica.

3.2.1.4.1 Elipse e discurso

Em Claudine Haroche (1992), vamos encontrar uma reflexão sobre o papel da determinação na gramática. Com esse propósito, a autora centra sua análise naquilo que, para ele, são os dois pólos limites da gramática: a elipse e a incisa.

Para Haroche, elipse e incisa aparecem como formas possíveis de ruptura da linearidade do discurso e, portanto, como possibilidades de ambigüidades, que só o princípio da determinação pode descartar.

A autora ressalta o papel redutor que a gramática, desde o século XVI, tem dado à questão. Lembra a autora que até Sanctius, que foi designado “o” teórico da elipse, vê nesta apenas um processo de substituição, sendo apenas a falta de uma ou várias palavras necessárias a uma construção legítima. Assim, longe de se constituir como fonte de ambigüidade ou de indeterminação, a elipse aparece, desde o século XVI até os nossos dias, como um processo de substituição e de esclarecimentos que se inscrevem na ordem da completude da gramática.

Em outras palavras: para entender uma elipse, basta recuperar os elementos que faltam.

Haroche lembra então que, embora não se possa definir a compreensão de um enunciado como sendo específica ou estritamente da alçada da gramática, esta atividade não deixa de fazer parte dela.

Assim, para Haroche:

Compreender um enunciado implica a possibilidade de reformular, de parafrasear, logo, de certo modo, de lhe acrescentar algo, o que necessita, conseqüentemente, da intervenção de elementos implícitos, suscetíveis de introduzir, então, uma ambigüidade. (Haroche, 1992:115)

Com esse pensamento, abre-se um espaço para pensar na elipse como uma possibilidade de se produzirem diferentes leituras para um mesmo enunciado, e, por extensão, diversos modos de redizer esse enunciado.

A gramática, porém, ignora o papel da ambigüidade e a separa sistematicamente do implícito, procurando limitá-lo a um fato de sintaxe. Desta forma, ressalta Haroche, “a gramática se esforça em demonstrar o caráter linear do discurso e da frase, delimitando seu funcionamento global pela elipse, concebida então como uma *falta necessária* e a incisa como um *acréscimo contingente*” (*Ibidem*:116).

Podemos dizer então, seguindo Haroche, que a noção de elipse constitui o ponto fraco do edifício conceptual da sintaxe. Ela coloca o problema de uma teoria da articulação da gramática com seu exterior, mas ao mesmo tempo a especificidade desta. Afirma Haroche: “Enunciado formalmente incompleto, mas do qual a lingüística pressupõe o caráter acabado do ponto de vista do sentido, a elipse é o ponto em que se encontram lingüística e ideologia” (*Ibidem*:117).

Acreditamos ser lícito imaginar então que tanto a leitura quanto o ato de redizer uma elipse podem revelar esse processo em que o sujeito, ilusoriamente, busca “completar” esse enunciado formalmente incompleto. E se faz isso é porque reconhece, inconscientemente, que esse enunciado não está acabado do ponto de vista do sentido. É preciso então que ele, sujeito assujeitado ideologicamente, recupere, de alguma forma, o sentido que, para ele, cabe naquele lugar. Imaginamos que um processo semelhante se desenvolve quando um leitor se depara com as reticências.

E respaldamos nossa reflexão em outras questões postas por Haroche: com a elipse estaríamos tratando com um excedente de valor, com uma complexidade maior do formalismo lingüístico? Não se trataria, nesta falha, da emergência do sujeito que se tentaria repelir? Na elipse, o desejo do sujeito não encontraria seu jeito de dizer?

Tradicionalmente, salienta Haroche, a compreensão de uma frase não poderia realmente constituir um problema de gramática, já que esta funciona ao nível de enunciados gramaticalmente corretos, ou seja, compreensíveis e explícitos.

Considerar a elipse ou a incisa como possibilidade de ambigüidade é, na nossa perspectiva, admitir que uma elipse ou uma incisa têm relação direta com a incompletude do discurso e que, por isso, podem estar ligadas a diferentes leituras, diferentes reescritas.

Sob este ponto de vista, portanto, a elipse deixa de ser uma falta, uma realização vazia, e passa a ser relacionada à incompletude do texto e do discurso, incompletude que pode ser objeto de uma reelaboração.

Nesta perspectiva, acreditamos que ler e redizer – ou reelaborar – uma elipse deixa de ser o mero preenchimento de uma falta, a simples recuperação de um vazio, e passa a expressar a relação de um sujeito-leitor com a incompletude do texto e do discurso. Não se trata então de transformar uma falta, um silêncio em palavras, mas de operar com a incompletude, de reelaborar o discurso, a partir de uma posição-sujeito inscrita em uma determinada formação discursiva.

É algo semelhante que imaginamos que possa acontecer com as reticências, que, na nossa perspectiva, são sinais explícitos de incompletude e, portanto, espaço de relação do sujeito com essa incompletude e com o silêncio.

A concepção de que a elipse relaciona-se à incompletude do dizer também é compartilhada por Indursky (1990), quando a autora estuda os efeitos causados por construções passivas no relatório do Dr. Pinotti, chefe da equipe médica que assistiu o Presidente Tancredo Neves.

Neste estudo, a autora admite a existência de duas modalidades de elipse, de natureza diversa, que apontam para a incompletude da linguagem: a elipse lingüística e a elipse discursiva.

A elipse lingüística, para Indursky, relaciona-se a uma implicitação⁴⁸, através da qual omite-se uma referência recuperável através do cotexto⁴⁹. Já a elipse discursiva relaciona-se a uma indeterminação, a qual promove uma lacuna que aponta para um funcionamento discursivo instaurado pelo encontro do lingüístico com o não-lingüístico.

A elipse lingüística estabelece a indeterminação ao nível do enunciado. Já a elipse discursiva, sendo definitiva, instaura o modo de indeterminação⁵⁰ ao nível do discurso.

Afirma Indursky:

Como se vê, esta é uma das fronteiras entre sintaxe e discurso. O funcionamento dessas duas modalidades é radicalmente diverso, pois o modo da indeterminação confere ao falante a possibilidade de silenciar, de não se expor, desobrigando-se de assumir a responsabilidade pelo não-dito. (Indursky, 1990:35)

Indursky, então, ratifica a noção de elipse como uma lacuna necessária para que o dizer fique indeterminado, sendo esse dizer o que remete ao espaço de liberdade do sujeito⁵¹.

É assim que percebemos o emprego das reticências: um modo de silenciamento, que desobriga o sujeito-autor de se expor e lhe possibilita não dizer (dizendo).

Seguindo o raciocínio de Indursky, diríamos então que acreditamos que a leitura e a reescrita das reticências nos desvelam essa liberdade do sujeito, que, inscrito em uma determinada FD e assumindo uma determinada posição-sujeito, ao lidar com a incompletude do discurso, acaba, paradoxalmente, por se expor e por assumir a responsabilidade que o sujeito-autor não assumiu: a responsabilidade pelo dito.

⁴⁸ Por modalidade de implicitação, Indursky entende os casos de construções passivas em que os agentes são omitidos, mas podem ser facilmente recuperados pelo cotexto.

⁴⁹ Por *cotexto* entende-se as relações não lineares que se estabelecem entre os diferentes enunciados do texto. Segundo Parret (1988: 17), o cotexto funciona como um contexto de descodificação.

⁵⁰ A indeterminação do agente remete a questões de natureza polifônica. No enunciado “Deve-se ressaltar que a história clínica...vem de um período que precede à primeira intervenção cirúrgica”, por exemplo, distingue-se o autor, que assina o relatório, de outras figuras enunciativas. Pode-se então questionar quem está ressaltando tal fato: Dr. Pinotti? Equipe de Brasília que realizou a primeira cirurgia? Tais indeterminações não podem ser preenchidas ao nível do cotexto, pois são indeterminações definitivas. Este é o caso da indeterminação discursiva, instaurada pela elipse discursiva.

⁵¹ Encontramos nas reflexões de Indursky sobre a elipse alguns pontos de aproximação com a nossa concepção de reticências, pois consideramos que esse sinal de pontuação aponta para a incompletude da linguagem. Também vemos as reticências como uma lacuna que permite ao falante silenciar, ao mesmo tempo que remete ao espaço de liberdade do sujeito que lê essas reticências. Não temos certeza, porém, se as reticências funcionam como uma indeterminação discursiva, pois, se assim fosse, esse seria o espaço em que qualquer sentido poderia ser produzido, em que a liberdade do sujeito encontraria plenamente seu lugar, ou seja, em que *qualquer sentido* poderia surgir. E, como vão demonstrar nossas análises, não é isso que acontece. Preferimos, portanto, pelo menos por enquanto, dizer apenas que as reticências são marca de incompletude do discurso.

Poderíamos dizer então que esse dizer, que opera sobre a incompletude, funciona, discursivamente, como um acréscimo, como uma incisa?

Verificar essas questões, no processo discursivo da leitura, é a tarefa que nos impomos nesse estudo.

3.2.1.4.2 Reticências e discurso

Iniciamos nossa trajetória analisando o pensamento de Maingueneau (1986) sobre as reticências, as quais, para ele, possuem um estatuto bem singular: elas podem interromper um enunciado em qualquer lugar, independentemente das divisões sintáticas ou semânticas.

As reticências, para o autor, “têm como função marcar no enunciado o lugar de um *branco* virtual” (Maingueneau, 1986:77).

Assim, o valor das reticências é que elas figuram onde esse branco é ilegítimo, isto é, onde surge uma fenda que não marca nem o início nem o fim do enunciado completo.

Segundo Maingueneau, as reticências possuem duas funções: a) elas garantem a unidade enunciativa da seqüência para além das discontinuidades locais que podem afetá-la; b) elas indicam o lugar do elemento omitido, de maneira a retirar do autor do texto escrito a responsabilidade de ter produzido uma seqüência deficiente, transgredindo as regras de bom funcionamento lingüístico. Mostrando que a enunciação está rompida, o escritor preserva assim a exigência de completude.

Até aqui, nos parece que Maingueneau está preocupado somente com a eficaz elaboração do enunciado, com o bom funcionamento lingüístico. Além disso, o autor parece admitir a possibilidade de um enunciado se apresentar acabado, completo.

Mas, continuando, lembra Maingueneau que a significação das reticências pode ser sutil, se considerarmos que elas podem ser associadas a um enunciado que não apresenta uma fenda perceptível. Neste caso, longe de normalizar uma transgressão visível, elas a criam onde o leitor não a supunha. E revelam então ao leitor que sua interpretação deve passar além da completude aparente.

Como podemos perceber, neste ponto Maingueneau esclarece que a completude do enunciado é apenas aparente e, ao colocar sobre o leitor a tarefa de interpretar as reticências, ultrapassa uma concepção meramente normativa.

Assim, para Maingueneau, as reticências colocam um tipo de *excesso de sentido* sobre o enunciado, que surge especialmente no emprego irônico desse sinal de pontuação. Mas não são tanto as reticências que marcam a ironia; o leitor somente vê que o enunciado é incompleto se ele é

interpretado sem esses pontos, que constroem uma espécie de *além interpretativo*. Trata-se então de uma espécie de “instrução” de decodificação que, no caso da ironia, permite definir, quando se adota um quadro polifônico, uma distorção entre o locutor e o enunciador colocados em cena na fala.

É interessante essa posição de Maingueneau, pois aponta para algo que até aqui não havíamos encontrado: uma diferença em relação aos efeitos do emprego das reticências.

Assim, ao invés de estarem relacionadas, como em Prandi (1991), à falta, ao vazio, a um silêncio absoluto, em Maingueneau as reticências apontam para um *excesso de sentido*, para um *além interpretativo*, para uma *instrução de decodificação*.

A opinião de Maingueneau, de certa forma, se assemelha à nossa, quando consideramos as reticências como *sinais do discurso*. Sinais não de decodificação, mas sinais discursivos que apontam para a relação interlocutor/leitor, que sinalizam lugares de interpretação, espaços de construção dos sentidos.

Nestes termos, em nossa opinião, as reticências constituem-se, paradoxalmente, em lacunas repletas de significação, ou seja, lacunas significantes. Cabe ao sujeito, na leitura e na reescrita, num entrecruzamento com os sentidos (não-ditos) do sujeito-autor, “preencher” tais lacunas com os “seus” sentidos – que vêm da sua formação discursiva, da sua posição-sujeito, do efeito de memória a que está submetido.

Acreditamos também que as reticências, quando empregadas juntamente com a ironia, *sinalizam* mais o discurso do que os outros usos das reticências. Eis porque optamos, nessa pesquisa, por analisar esses sinais em textos de humor.

Isto porque o humor, ao expor o não-estabelecido, o não-aceito, por si só, parece colocar para o interlocutor um *excesso de sentidos*: o que é, o que poderia ser, o que deveria ser.

É com esse excesso, acreditamos, que o sujeito-leitor (e, portanto, o sujeito-reescritor) lida, e é sobre ele que produz sentidos, podendo reproduzi-los, deslocá-los.

As reticências, para Maingueneau, possuem ainda um estatuto contraditório: de um lado, elas pulverizam as formas de continuidade sintática e textual, fazendo que as linhas de ruptura passem aos lugares mais improváveis; de outro lado, elas asseguram a continuidade, a transição entre segmentos que são recortados para formar os elementos de um mesmo movimento enunciativo.

Instauração de fendas múltiplas, as reticências são então, para Maingueneau, o que permite reenviar à presença de um sujeito invasor. O texto entrecortado se torna então uma enunciação ostentatória, onde o sujeito, sobre as ruínas que o atravessam, se exhibe em seu gesto entonativo. O enfraquecimento do laço sintático, sob a pressão da elipse, faz par, assim, com um superinvestimento nas marcas de subjetividade.

Esse sujeito que Maingueneau denomina de *invasor*, representa, para nós, de forma distinta, o sujeito-leitor que opera sobre as reticências, reconstruindo os sentidos, *exibindo-se* num gesto de interpretação. A reescrita, então, mostra não uma invasão, mas essa exibição, e desvela o gesto de interpretação do sujeito.

Podemos notar então que, para Maingueneau, as reticências representam uma elipse, de forma bem diferente do que considera Prandi (1991), para quem elipse e reticências são coisas distintas: a elipse é figura gramatical e as reticências, figura textual.

Comparando a concepção de reticências presente em Prandi e em Maingueneau, podemos perceber ainda outras diferenças, pois, enquanto Prandi fala em *vazio*, em *silêncio absoluto*, Maingueneau fala em uma espécie de *branco virtual*. Quer dizer: Maingueneau reconhece nas reticências a presença de um espaço que, na verdade, não é vazio.

Isso é reforçado quando Maingueneau vê nas reticências um *excesso de sentido*, principalmente quando são empregadas em construções irônicas. Quer dizer: se pode haver excesso, é porque há sentido.

Dessa forma, podemos reconhecer, na perspectiva de Maingueneau, um campo teórico mais amplo do que o de Prandi, se tivermos em vista um estudo discursivo das reticências. Mas esse campo ainda não nos parece suficiente, se o objetivo for – como é o nosso – estudar a leitura sob o viés das reticências e sob a ótica da Análise do Discurso de linha francesa.

Portanto, vamos buscar mais elementos que sustentem nossa proposta.

3.2.1.4.3 Reticências e Análise do Discurso

Retomando, de forma geral, o que vimos até aqui, podemos dizer que, para a gramática normativa – conforme seção 3.2.1.1. – as reticências são, de forma geral, um sinal de pontuação que indica a suspensão, a interrupção do pensamento. Como vimos, no máximo fala-se que esse espaço deve ser suprido com a *imaginação do leitor*.

Na perspectiva textual assumida por Michel Prandi (1991) – conforme seção 3.2.1.2. – o autor concebe as reticências como uma figura textual do silêncio, que se dirige ao poder de interpretação do interlocutor, o qual pode traduzir em verdade uma *mensagem vazia de significado*, uma *intenção comunicativa sem expressão*.

Já Maingueneau (1996) – conforme seção 3.2.1.4.2. – afirma que as reticências marcam no enunciado um *branco virtual*, que indica o lugar do elemento omitido no enunciado, preservando-lhe a exigência de completude. O autor vai mais além, e reconhece nas reticências um *excesso de sentido*, principalmente quando elas são empregadas com a ironia.

Essas concepções, principalmente as duas primeiras, ocupam-se (como também o fazemos) da figura do leitor, de seu poder de interpretação das reticências.

Refletindo sobre as reticências a partir da perspectiva teórica da AD, queremos, porém, chamar a atenção inicialmente para o fato de que há um produtor dessas reticências, que suspende o seu discurso e, ao fazê-lo, abre lugar para o dizer do outro. No nosso estudo, esse produtor é o sujeito-autor do texto-origem.

Diríamos então que o produtor do texto-origem, ao suspender o discurso, ancora seu excesso de dizer, seu excesso de significação, no interdiscurso.

Nesta perspectiva, as reticências, no texto-origem, são lugares em que o sujeito do discurso deixa entrever que há discurso antes, concomitante, sempre já-lá, e que seu discurso é uma formulação pessoal e possível do já dito.

Podemos dizer então que as reticências são como uma flecha que aponta o interdiscurso e esse gesto do produtor do texto-origem para significar: tudo isso que vocês já sabem e eu não preciso repetir.

A partir daí, podemos pensar no leitor dessas reticências.

Reportamo-nos então a Pêcheux (1988:172), quando o autor define a formação discursiva como o espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma “intersubjetividade falante” pela qual cada um sabe de antemão o que o ‘outro’ vai pensar e dizer.

Pêcheux frisa:

Vamos precisar o funcionamento dessa ilusão no espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva: ao falar de ‘intersubjetividade falante’, não estamos abandonando o círculo fechado da forma-sujeito; bem ao contrário, estamos inscrevendo nessa forma-sujeito, a necessária referência do que *eu* digo àquilo que um outro pode pensar, na medida em que aquilo que eu digo *não está fora do campo daquilo que eu estou determinado a não dizer*. Ao empregar expressões como ‘eu poderia’, ‘estou determinado a’, estamos designando o setor subjetivo das virtualidades, das finalidades, das intenções, das reticências, das recusas, etc. (*Ibidem*:173)

Essa reflexão de Pêcheux vem ratificar nossa convicção de que as reticências sinalizam um espaço de virtualidades, de sentidos possíveis. Mas reforça também nossa hipótese de que esse espaço não abre para qualquer coisa, pois os sentidos que são produzidos ali não estão fora do campo daquilo que é possível dizer.

Por isso, não queremos falar, como o faz a gramática normativa, em suprir o espaço das reticências com a *imaginação do leitor*. Antes, queremos dizer que o sujeito que “preenche” esse espaço lacunar o faz determinado ideologicamente, inscrito em uma formação discursiva, assumindo uma certa posição-sujeito. E, por este motivo, preenche esse espaço de uma forma e

não de outra, produz um certo sentido e não outro. Não se trata, portanto, de *imaginação*, mas de determinação ideológica. Determinação que acaba por delimitar os sentidos.

Tal lacuna, no entanto, não significa um *vazio de significado*, como afirma Prandi, mas, ao contrário, expressa um silêncio, que é constitutivo da própria linguagem e que significa por si mesmo, conforme pudemos constatar – no capítulo 2/seção 2.5. – com Orlandi (1993b).

Nesta perspectiva, as reticências não são um vazio, uma comunicação sem expressão. São um espaço lacunar, sim, mas um espaço carregado de significação.

Tal espaço, para nós, não tem a função, como afirma Maingueneau, de, ao indicar que ali alguma coisa foi omitida, preservar a boa formação do enunciado. No nosso ponto de vista, quando o sujeito-autor emprega as reticências, não é porque não tenha conseguido completar o que queria dizer. Não se trata, portanto, de manter a organização do enunciado. Antes, ao indicar que algo foi suprimido, as reticências cumprem outra função: abrem espaço para o dizer do outro, marcam para o sujeito um lugar de interpretação, de interferência.

As reticências, consideradas desta perspectiva, colocam então um sentido que não é fechado pelo autor, que não é evidente, ou que, pelo menos, não é expreso.

A atribuição de sentidos às reticências, portanto, é uma questão de leitura.

Nesses termos, os sentidos atribuídos às reticências têm relação direta com o sujeito-leitor, sujeito que é socialmente determinado e que tem suas próprias histórias de leitura. É isso que, no nosso entender, permite que sejam possíveis várias leituras (mas não qualquer uma) para um “mesmo” texto com reticências.

Ampliando nosso raciocínio, diríamos que, se são possíveis várias leituras para as reticências, são possíveis também várias formas de reescrevê-las, de redizê-las. Ou seja: diferentes leitores, lendo diferentemente as reticências, vão redizê-las também diferentemente.

Em outras palavras: acreditamos que as reticências geram, nas reescritas dos textos, diferentes gestos de interpretação.

Examinemos novamente, agora, a distinção elipse/reticências, apresentada por Prandi (1991) e que, como vimos, na seção 3.2.1.2., trata a elipse como figura gramatical do silêncio e considera as reticências como figura textual do silêncio. Existe aí, pois, uma separação entre as duas.

Pensar sobre a elipse como fato gramatical significa conceber a elipse como uma figura que possibilita a quem escreve omitir alguma coisa sem ferir a boa formação de um enunciado, uma vez que os conteúdos omitidos podem ser recuperados. E pensar sobre as reticências como figura textual implica supor que esses conteúdos não são recuperáveis gramaticalmente, mas que isso não fere a formação do enunciado, pois o interlocutor pode recuperar, pela sua interpretação, esses conteúdos.

Em ambos os casos, parece que Prandi preocupa-se com a organização da língua, e não com a ordem da mesma. E é dessa ordem que queremos nos ocupar. Ou seja: queremos ultrapassar a noção de organização da língua, como regra e sistematicidade, e chegar ao funcionamento e à falha da língua e da história, pois é isso que nos permite colocar em jogo as noções de equívoco e interpretação.

Desse modo, nos é mais conveniente retomar as considerações de Haroche (1992)⁵², quando a autora, tratando da elipse, afirma que esta não é uma falta, uma realização vazia, mas, antes, é um lugar de emergência do sujeito, lugar em que se encontram lingüística e ideologia, sinal da incompletude do discurso.

Frente a essas colocações, retomamos também o pensamento de Indursky (1990), para quem há dois tipos de elipse que remetem para a incompletude da linguagem: a lingüística e a discursiva, sendo esta última uma indeterminação do discurso, que desobriga o sujeito de dizer, de assumir a responsabilidade pelo dizer.

Tais reflexões abrem caminho para que pensemos sobre as reticências como incompletude do discurso, ou seja, como a sinalização de um espaço em que o dizer não está completo. E é esse fato, o do dizer não estar completo, que possibilita que, naquele espaço de incompletude materializado pelas reticências, sejam produzidos sentidos diferentes.

Isto nos permite usar os termos de Catach (1980) – conforme capítulo 3/seção 3.2 – e dizer ainda que as reticências expressam uma *presença-ausência*, o que nos leva a considerá-las também como *palavras sem palavras*, como *guias do sentido*.

Nestes termos, as reticências representam uma (presença)-ausência e revelam uma incompletude – pois sinalizam que naquele espaço “cabem” sentidos que não chegaram a ser expressos – mas revelam, ao mesmo tempo, e paradoxalmente, um *excesso de sentido*⁵³, um *além interpretativo*, pois apontam para sentidos produzidos pelo sujeito-autor. Esse excesso de sentidos, que o produtor do texto-origem não diz, dizendo, está, portanto, no interdiscurso. As reticências, assim, mostram que cabe ao leitor compreender o modo como esses sentidos significam.

Neste sentido, a leitura das reticências se constitui em um acréscimo, em um *a mais*, que, por sua vez, também vem do interdiscurso; desta vez, porém, o sujeito que produz essa operação já é o sujeito-leitor. E isso nos possibilita conceber a leitura das reticências como uma incisa.

Esse *a mais* que se acrescenta pela leitura, representa então um preenchimento, que pode ser a explicitação dos sentidos que já estão lá, sem palavras, produzidos pelo autor, ou a produção dos

⁵² Tais considerações, bem como as de Indursky (1990) podem ser encontradas neste mesmo capítulo/seção 3.2.1.4.1.

⁵³ Estamos retomando aqui os termos de Maingueneau (1996).

sentidos possíveis – mas não inesperados – de ocuparem aquele espaço de incompletude discursiva materialmente sinalizada.

Podemos, neste ponto, estabelecer algumas relações entre reticências, elipse e incisa.

Assim, diríamos que a elipse pertence ao texto-origem e ao sujeito do discurso. Já a incisa pertence ao leitor e a tudo que ele produz.

As reticências, nesta perspectiva, podem ser concebidas como o lugar onde esses dois sujeitos se encontram, nos dois extremos desse processo: o primeiro – o sujeito-autor – na produção do texto e sobre elipses; o segundo – o sujeito-leitor – na produção da leitura e sobre incisas. Os dois processos, lembremos, ancoram-se no interdiscurso.

Tudo isso nos permite imaginar que o processo discursivo da leitura das reticências possa produzir diferentes formas de relacionamento do sujeito-leitor com a incompletude do discurso, o que nos leva, conseqüentemente, a considerar também a existência de diferentes formas de preenchimento dessa incompletude.

Em outras palavras: havendo a manutenção, pelo sujeito-leitor, do sentido sinalizado pelo sujeito-autor quando ele usa as reticências, estaríamos diante de um relacionamento com a incompletude diferente daquele que poderia acontecer se, por exemplo, o sujeito-leitor fizesse deslizar os sentidos produzidos pelo sujeito-autor. Da mesma forma, um menor ou um maior deslizamento de sentido na leitura das reticências poderia nos indicar também uma forma distinta de relacionamento com a incompletude do discurso, indicando que os sentidos ali produzidos vêm da mesma FD ou de uma FD diferente.

Estendendo nosso raciocínio, diríamos ainda que, nesses diferentes casos – manutenção do sentido, pequeno deslizamento, maior deslizamento – estaríamos diante de diferentes formas de preenchimento do espaço lacunar materializado pelas reticências.

Assim, se podem ser consideradas como sinal, como sinalização de incompletude, é somente porque estamos pensando em termos de leitura.

Quer dizer: as reticências marcam, apontam, sinalizam, para um sujeito-leitor, um lugar possível de entrada no discurso, um espaço propício à interpretação. Elas sinalizam a incompletude do dizer e “convidam” o sujeito-leitor a interagir com essa incompletude, sob a ação da ideologia.

Em outras palavras: as reticências são um espaço discursivo de produção de sentidos. Elas são um sinal do silêncio do discurso, pontos por onde os sentidos podem deslizar. Não acreditamos, porém, que, nesse espaço de silêncio, os sentidos possam vir a ser outros.

Diríamos ainda que esse silêncio, de modo peculiar, não é instaurado por palavras, isto é, ele não existe nas palavras, significando o não-dito, nem surge quando, ao dizer algo, apagamos outros sentidos possíveis. Esse silêncio está ligado exatamente à ausência de palavras, que é

presentificada pelo uso das reticências. Essa ausência, no entanto, como já frisamos, não significa carência, vazio, mas a desobrigação de dizer, por causa do excesso de sentido e pela intuição da incompletude da linguagem.

Neste sentido, as reticências são uma falta necessária e conveniente, pois, ao não-dizer, dizem. E mais: ao não dizer, deixam espaço para o dizer do outro, dando lugar a gestos de interpretação. É assim que as reticências instauram, e sinalizam, o silêncio do sujeito do discurso. Silêncio que, como já referimos anteriormente – capítulo 2/seção 2.5 – é, para nós, um **discurso em suspensão**, ou seja, o sujeito-autor silencia, suspende seu discurso, e dá lugar ao dizer do outro.

Um silêncio de tal ordem – **discurso em suspensão** – significa por si mesmo, permanece como suspensão e significa. Seu preenchimento, nesta perspectiva, não significa a tradução do silêncio em palavras, mas a indicação, pelo sujeito-leitor, de sua compreensão do modo como aquela suspensão significa, isto é, de sua relação com a incompletude da linguagem e de sua ancoragem no interdiscurso.

A reescrita de textos sinalizados pelas reticências, nesta medida, é o espaço onde se realizam esses gestos de interpretação. Quer dizer: a reescrita é a materialidade da leitura. Ela desvela esse processo complexo em que o sujeito-leitor lida com a incompletude do discurso e, ilusoriamente, procura completar esse discurso, tenta preencher suas brechas. Ao fazê-lo, imagina-se a fonte de um novo dizer, e esquece que produz um discurso também dotado de incompletude.

Reescrever um texto com reticências, assim, significa, para o sujeito-leitor, estabelecer uma relação com a incompletude (sinalizada) do dizer. O texto reescrito, neste sentido, passa a ser a expressão mais visível, mais palpável desse processo fictício – e ilusório – de preenchimento das brechas do discurso, sinalizadas pelas reticências pelo sujeito-autor. Lembremos que esse processo tem em sua origem um sujeito-leitor, assujeitado ideologicamente, que procura realizar o sentido que ele próprio constrói a partir da sua relação com aquele texto.

Podemos falar então em “ler/ reescrever as reticências”, o que não significa preencher uma falta ou recuperar um vazio, mas realizar um trabalho sobre a incompletude do texto.

Não se trata então, voltamos a frisar, para o sujeito que lê/reescreve, de transformar um silêncio em palavras, mas de operar com a incompletude sinalizada pelas reticências, de retomar o discurso a partir da sua posição-sujeito. Posição essa que, orientada pelos sinais discursivos das reticências, pela incompletude ali expressa, pode acabar sendo a mesma do sujeito-autor.

É neste sentido que reafirmamos que a leitura/reescrita das reticências revela a liberdade do sujeito, que, inscrito em uma determinada FD e assumindo uma determinada posição-sujeito, lida

com a incompletude do discurso e termina assumindo a responsabilidade pelo dito, responsabilidade que o sujeito-autor do texto (e das reticências) não assumiu:

É bom lembrar, no entanto, que, mesmo sem estar expresso, o dizer do sujeito-autor, de alguma forma, paira sobre as reticências. Quer dizer: o texto, com suas pistas, vai nos revelando a posição-sujeito do autor e, com isso, as reticências produzem sentidos. É com esse sentido imaginário que, em primeiro lugar, o sujeito-leitor se depara.

Isso significa, na nossa perspectiva, que não existe nas reticências um silêncio absoluto, onde caberia *qualquer coisa*. Se o silêncio fosse absoluto, seria inatingível, e não haveria lugar para a ação do sujeito-leitor.

Assim, podemos dizer que as reticências são um silêncio que fala. E é com a voz desse silêncio que o sujeito-leitor e o sujeito que reescreve se relacionam: harmonizando-se, questionando.

As reticências são, neste sentido, como já afirmamos anteriormente, lacunas repletas de significação. O sujeito-leitor, ao reescrevê-las, num entrecruzamento com os sentidos (não-ditos) do sujeito-autor, preenche esses espaços, determinado ideologicamente, com os “seus” sentidos.

O sujeito-leitor e o sujeito-reescritor, nesta medida, não são *invasores*, pois não estão entrando no território alheio, não estão apropriando-se do dizer do outro. Ao contrário, quando penetra no discurso pelo espaço sinalizado pelas reticências, e reescreve, o sujeito-leitor está num terreno que já não pertence mais ao sujeito-autor, mas que passa a ser o “seu” espaço (sabendo-se que isso é uma ilusão, pois o sujeito nunca está sozinho, e nunca é dono do seu dizer). Se esse espaço pode ser considerado como sendo do sujeito-leitor é porque é ali que ele se mostra, se exhibe, em seu gesto de interpretação, porque é o espaço de emergência do sujeito-leitor, espaço em que este pode ser apreendido.

Eis a reflexão que construímos, em um primeiro momento, sobre uma concepção discursiva das reticências. Esperamos, no entanto, ampliar essas questões através de nossas análises.

Passemos agora a refletir sobre o outro sinal de pontuação em estudo: o ponto de interrogação.

3.2.2 O ponto de interrogação

*“O cara que inventou o ponto de interrogação, esse sim,
pode dizer que acabou com todas as dívidas”
Millôr Fernandes*

Procurando traçar o mesmo caminho percorrido no estudo das reticências, vamos examinar o ponto de interrogação inicialmente sob a ótica da gramática normativa.

Em um segundo momento, propomo-nos a construir uma reflexão sobre a interrogação em uma perspectiva discursiva.

3.2.2.1 O ponto de interrogação e a gramática normativa

De acordo com a gramática normativa, o ponto de interrogação é definido, de modo geral, como o sinal que se utiliza no fim de uma oração para indicar uma pergunta direta.

Começamos então nosso percurso teórico examinando a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, de Jeronymo Soares Barboza (1830), que afirma o seguinte:

Toda a oração, que faz sentido perfeito, e grammaticalmente independente de outra, quer seja pequena, quer grande, quer conste de huma so proposição, quer de muitas; tem hum ponto simples no fim: se he simplesmente enunciativa. O que aqui mesmo se vê. Se a oração porém não affirmar simplesmente, mas perguntar alguma couza; tem ponto de interrogação, como: Quem fez o Ceo e a Terra? (Barboza, 1830:86)

Semelhante posição é adotada na *Grammatica Portugueza Elementar*, de A. Epiphanyo da Silva Dias (1887:144): “O ponto de interrogação, pelo seu nome indica o fim para que serve”.

Também Júlio Ribeiro (1900:319), com sua *Grammatica Portugueza*, define o ponto de interrogação: “O ponto de interrogação põe-se no fim das sentenças interrogativas. Ex: Como passa?”. O autor acrescenta ainda algumas observações e lembra que, muitas vezes, o verbo está em forma interrogativa sem que haja interrogação no pensamento e, neste caso, não se usa o ponto de interrogação. E dá o seguinte exemplo: “Fazem-lhe a menor observação, zanga-se”.

Fazemos referência também a João Ribeiro (1911:346), que, na *Grammatica Portugueza*, define assim o ponto de interrogação: “Colloca-se no fim de uma interrogação (excepto no discurso indirecto): Queres ir?”.

Lembramos ainda Francisco da Silveira Bueno, em sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1956), que define da seguinte maneira o ponto de interrogação:

Emprega-se, como o nome diz, para fazer uma pergunta, uma interrogação. Ex: Que mais queres, Sião? E, entre os bosques sombrios, o meu colar de cem cidades deslumbrantes? (Bilac, *Poesias*, in: Bueno, 1956:464)

Em Eduardo Carlos Pereira (1957: 385-6), encontramos o seguinte: “O ponto de interrogação é uma notação colocada no fim da sentença para indicar uma pergunta direta, com entoação apropriada: Por que não partistes? Perguntou o cavaleiro”.

Said Ali (1965), por sua vez, ao discorrer sobre a interrogação, afirma:

Inconfundível com a sentença expositiva, de que se utiliza o indivíduo falante para transmitir seus pensamentos a outrem, é a frase que ele lhe dirige sob a forma de pergunta, quer proferida isoladamente, quer em meio a um discurso. Percebe-se o ouvinte logo pela tonalidade mais alta que, em frase de certa extensão, costuma ser mais notória no fim, ao contrário das frases expositivas, as quais em geral terminam por uma nota mais grave. Confrontem-se: “Chove” e “Chove?”, “Ficarás” e “Ficarás?”. (Said Ali, 1965:250)

Em Napoleão Mendes de Almeida (1961: 482), encontramos também uma definição para esse sinal de pontuação: “Ponto de interrogação é o sinal que se coloca no fim de uma oração para indicar uma pergunta direta. Ex: Quem quer ir?”.

Bechara (1991) também ocupa-se do ponto de interrogação: “Põe-se no fim da oração enunciada com entoação interrogativa. Ex: Esqueceu alguma coisa? perguntou Marcela de pé, no patamar” (Machado de Assis, *Brás Cubas*, in: Bechara, 1991:335).

Em Celso Cunha (1975), temos ainda: “É o sinal que se usa no fim de qualquer interrogação direta, ainda que a pergunta não exija resposta”. Ex: “Quem sou? Para onde vou? Qual a minha origem?” (A. dos Anjos. In: Cunha, 1975:603).

É interessante observar que Celso Cunha, ao contrário dos demais gramáticos, levanta a possibilidade de a interrogação não exigir uma resposta, o que nos sugere que haveria casos em que o interlocutor é solicitado e casos em que nada se espera dele.

O gramático refere-se ainda a outra situação envolvendo a interrogação: casos em que a pergunta envolve dúvida, e nos quais se costuma fazer uso de reticências e ponto de interrogação. Por exemplo: “Se sou alegre ou triste?... Francamente, não o sei.”(F. Pessoa, *Ibidem*: 603).

As gramáticas costumam ainda apontar os casos em que o ponto de interrogação pode ser empregado. Temos então, por exemplo:

1) “Aparece, por vezes, entre parênteses, como frase intercalada. Ex: Ao acabarem todos / só resta ao homem / (estará equipado?) / a difícil e desagradável viagem / de si a si mesmo”. (Carlos Drummond de Andrade. In: Barros, 1991: 57).

2) “ Não raramente combina-se com o ponto de exclamação e/ou reticências. Ex: ‘Eu me recolherei um minuto e escreverei: – Onde está a volúpia?...’” (V. Moraes. In: Barros, 1991:57).

3) “Nas perguntas que denotam surpresa, ou naquelas que não têm endereço nem resposta, empregam-se por vezes combinados o ponto de interrogação e o ponto de exclamação. Ex: ‘ Quem é que não conhece Coimbra?!!’ (Branquinho da Fonseca. In: Cunha & Cintra, 1985:638).

4) “ Colocação do ponto de interrogação entre parênteses, para indicar dúvidas ou ironia. Ex: ‘... e remeta ao escalão / que, no Palácio da Guerra / estuda, de lei na mão, / o que diz uma cantora / dentro (?) da Constituição’ (C. D. Andrade. In: Barros:58).

Praticamente todos esses manuais sobre a língua frisam que o ponto de interrogação não deve ser empregado em perguntas indiretas, nas quais deve-se usar o ponto final.

Eis aí, em linhas gerais, o que se encontra sobre o ponto de interrogação. Passemos agora a refletir sobre outras possibilidades.

3.2.2.2 O ponto de interrogação e a enunciação

Para refletir sobre a interrogação a partir da perspectiva teórica da enunciação, tomamos como ponto de referência a filosofia analítica, que trata a linguagem como ação e que estabelece uma linha de filiação ao pensamento de Wittgenstein, para quem o sentido de uma palavra é seu uso na linguagem, ou seja, o sentido de uma palavra são seus usos nos jogos de linguagem de que participa.

É Austin, no entanto, o primeiro e principal formulador da Teoria dos Atos de Fala, através da obra *Quando dizer é fazer*, que data de 1962, e na qual o autor, pelo estudo da oposição entre o que denomina de *performativos* e *constatativos*, procura verificar em que medida dizer alguma coisa é fazer algo.

Antes de Austin, a linguagem era considerada como um conjunto de afirmações sobre fatos de um mundo real ou possível, e, assim, a referência era a sua função principal. Nesta perspectiva, o objetivo dos estudos lingüísticos era observar a veracidade ou a falsidade dos enunciados que, quando falhavam em sua tarefa de referir, eram considerados como sem-sentido.

Em uma segunda fase de seu trabalho, Austin supera essa dicotomia e introduz a noção de *ato ilocucional*, com a qual caracteriza todos os enunciados. Assim, atribui a todos eles, além de uma significação que inclui referência, um valor que se liga convencionalmente às palavras e que se expressa no contexto de um discurso.

O ato ilocucional consiste em fazer alguma coisa quando se diz alguma coisa. Em um ato ilocucional, portanto, sempre que se diz algo, em determinadas condições, realiza-se uma ação convencionalmente ligada ao que se diz. Nesse sentido, são atos ilocucionários, por exemplo: dar uma informação, pronunciar uma sentença, anunciar uma sentença, perguntar ou responder a uma pergunta.

Sob esta perspectiva, a interrogação é considerada como um ato que se realiza *ao se dizer algo*. Neste sentido, diríamos que, ao ser proferida, a pergunta realiza o ato de produzir um efeito, que é o de criar o compromisso da resposta.

Os conceitos introduzidos por Austin tiveram vários desdobramentos na filosofia da linguagem, e um deles pode ser encontrado em Searle, em *Os Atos de Fala* (1981). Nesta obra,

Searle distingue três tipos de atos de linguagem: a) enunciar palavras; b) referir e predicar; c) afirmar, dar uma ordem, perguntar. Ao primeiro tipo Searle denomina de atos de enunciação; no segundo tipo, que Searle denomina de atos proposicionais, estão incluídos o ato da referência, pela qual o locutor indica algo particular, e o ato da predicação, pela qual o locutor predica algo a respeito do objeto particularizado pela referência; e ao terceiro tipo, Searle denomina de atos ilocucionais, conforme o faz Austin.

Nesta perspectiva, vários atos proposicionais diferentes podem ser realizados dentro do mesmo ato ilocucional. Por exemplo: a) “João saiu” (afirmação); b) “João saiu?” (pergunta); c) “Saia, João!” (ordem). Nestes enunciados, o ato ilocucional, cada um de um modo diferente, engaja o locutor com relação à verdade da proposição: em (a), se afirma que a proposição é diferente; em (b) pergunta-se se a proposição é verdadeira; em (c), se coloca a questão da verdade futura sobre a saída de João.

Eis, em linhas bem gerais, uma abordagem enunciativa da interrogação. Passemos agora a examinar a interrogação sob o ponto de vista discursivo.

3.2.2.3 O ponto de interrogação em uma perspectiva discursiva

Como já afirmamos anteriormente, concebemos a interrogação também como um espaço de interpretação, de ação para o sujeito-leitor.

Ao afirmar isso, tomamos como ponto de referência Pêcheux (1990:53), quando o autor afirma: “Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação”.

E Pêcheux acrescenta:

Por outro lado, dizer que toda descrição abre sobre a interpretação não é necessariamente supor que ela abre sobre ‘não importa o que’: a descrição de um enunciado ou de uma seqüência coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa seqüência. (*Ibidem*:54)

Note-se que Pêcheux concebe os lugares vazios, as elipses e as interrogações como espaços em que se coloca em jogo o discurso-outro. Tal afirmação ratifica a posição que estamos defendendo em todo esse trabalho.

E mais: ao considerar o discurso-outro como “espaço virtual” de leitura do enunciado, o autor nos permite reforçar a concepção de que o espaço vazio marcado pelas interrogações é lugar de produção de sentidos.

Nesta medida, reafirmamos que um espaço vazio, sinalizado por uma interrogação, é, para nós, diferentemente das reticências, um espaço de significação que introduz uma “injunção à resposta”: não dá para não responder...

Trata-se, portanto, de uma incompletude: não uma incompletude que, ao materializar uma lacuna de silêncio, convida o leitor a preencher aquela lacuna por perceber que ali há um discurso em suspensão, como acontece com as reticências; essa incompletude convida os leitores a preencherem aquela lacuna porque reclama por uma injunção àquele discurso sinalizado como incompleto.

É assim que percebemos a interrogação, mas frisamos, no entanto, que, para nós, esse espaço não é vazio, mas representa uma lacuna significativa em que podem ser produzidos vários sentidos, mas (assim como as reticências) não qualquer sentido.

Temos então uma situação semelhante a que verificamos com as reticências: a interrogação remete a um trabalho do sujeito-autor e a resposta, a um trabalho do sujeito-leitor.

Acreditamos que a interrogação, como as reticências, sinaliza um espaço que não parece pertencer mais ao sujeito que a produz. Ou seja: ao sinalizar seu discurso com o ponto de interrogação, o sujeito – assim como nas reticências – também deixa de dizer algo, mas, ao mesmo tempo, indica que esse espaço não é mais dele, e sim do seu interlocutor. A diferença é que, na interrogação, essa indicação do espaço do outro é mais forte, isto é, a interpelação do outro é mais contundente.

Por isso, dizemos que a interrogação instaura um tipo de silêncio diferente, ao qual denominamos de **discurso de injunção**.

Por meio desse silêncio, o sujeito abdica do direito de preencher esse espaço, sinalizando-o pela interrogação; esse espaço, no entanto, continua a pertencer-lhe, mas de uma forma diferente, pois a interrogação é o gesto através do qual o sujeito-autor associa o leitor ao seu espaço enunciativo e é a ele que cabe dar seqüência à enunciação.

Trata-se, portanto, de um espaço que o sujeito-autor delimita com clareza, o que revela sua ilusão de que o leitor assume a interpretação apenas quando convidado. Nos demais casos, ilusoriamente, o autor acredita que o espaço de preenchimento dos sentidos lhe pertença com exclusividade, já que tudo já está dito e ao leitor cabe apenas “ler”, isto é “decodificar”. Esta é a grande ilusão do sujeito-autor: a de controlar os sentidos do texto que produz.

Interrogação e reticências são, portanto, o espaço ínfimo que o autor destina ao leitor.

Diríamos então, inicialmente, que o que distingue as reticências da interrogação é o fato de que as reticências representam um excesso de significação, e, pelo fato de serem excessivas, o autor abdica de dizer, suspende o discurso e, ao não dizer, significa e o sujeito-leitor lê. Já a interrogação representa um excesso de outra ordem, um lugar de significação que fica vago em intenção direta ao leitor e, por isso, a injunção que a interrogação estabelece em relação ao outro é mais forte.

Desse modo, na origem, na escritura, ambos os sinais de pontuação – reticências e interrogação – são da alçada do autor. Mas no processo da leitura há diferenças, pois, nas reticências, o sujeito-leitor opera já sobre um excesso de significação produzido pelo sujeito-autor, enquanto na interrogação o sujeito-leitor age sobre um lugar que fica vago especialmente para ele⁵⁴ e que o joga para o interdiscurso.

De qualquer forma, ambos os sinais de pontuação – reticências e interrogação – criam uma lacuna no discurso, um espaço de ação para o leitor que, em movimentos de interpretação, podem preencher esses espaços.

Assim, podemos dizer que a interrogação também é sinal de incompletude do discurso, uma vez que inscreve nesse discurso um espaço lacunar.

Em outras palavras, a interrogação também instaura uma forma de silêncio no discurso. Será, porém, que esse silêncio significa por si mesmo, como julgamos que acontece nas reticências? Será que a interrogação, sendo espaço de deslizamentos, é também espaço para a transformação dos sentidos?

Dissemos anteriormente que as reticências são uma falta necessária e conveniente que, ao não dizer, dizem. Elas expressam, para o sujeito-autor, uma desobrigação de dizer. Desse modo, podem ser consideradas como um silêncio que significa por si mesmo, que diz, que comporta a voz do sujeito-autor. Como afirmamos anteriormente, trata-se de um *discurso em suspensão*, ou seja, um silêncio que suspende a voz do sujeito-autor para que a voz do sujeito-leitor, do outro, tenha lugar. O sujeito-autor, assim, ao empregar as reticências, parece “disfarçar” a incompletude de seu dizer: ele não diz, mas, de alguma forma (pelas reticências), diz.

A interrogação tem um efeito diferente, pois ela não significa, para o sujeito-autor, uma desobrigação de dizer (como as reticências), mas significa, para o sujeito-leitor, uma obrigação de dizer.

⁵⁴ No início dessa pesquisa, julgávamos que, diante da uma interrogação, o sujeito-leitor poderia sentir-se mais “liberados” para produzir significação e romper com os sentidos estabelecidos, trabalhando o lugar da autoria. Nossas análises, no entanto, nos revelam que essa liberdade é apenas um efeito, pois, como acontece no emprego das reticências, os sentidos já ficam meio determinados, e isso acaba funcionando como uma barreira para o processo de ruptura.

A partir desta perspectiva, pensamos que o ponto de interrogação é um silêncio que fala por si mesmo, na medida em que, pelas pistas presentes no texto, permite reconhecer o sentido que está sendo construído pelo sujeito-autor; mas, de forma paradoxal, esse silêncio parece não dizer nada, parece ser um vazio completo, que só poderia ser preenchido pela interferência do interlocutor.

Para nós, portanto, a interrogação instaura no discurso uma forma de silêncio que significa não a falta do que dizer, mas uma opção por não dizer.

Isso nos permite imaginar que a interrogação, na produção, diferentemente do que ocorre com as reticências, não se ancora no interdiscurso, mas mobiliza o dizer do outro; esse sim, na leitura, se ancora no interdiscurso.

Teríamos uma espécie de assunção da incompletude do dizer pelo sujeito-autor, que, ilusoriamente, sinaliza, delimita no seu discurso o ponto de interpelação do sujeito-leitor. É como se ele dissesse: “a partir desse ponto, o sentido é teu, e não meu”.

Neste sentido, diríamos que, enquanto as reticências colocam um sentido que parece não ser fechado ou evidente, mas previsível, a interrogação abre um espaço para um sentido que parece ser totalmente aberto e imprevisível, mas, que, na verdade, obedece também a uma previsibilidade.

Isto porque, tanto nas reticências quanto na interrogação, o sentido é construído sob determinadas condições e, em ambos os casos, os sentidos que se constroem manifestam um cruzamento de discursos: do autor, do leitor, de outras posições-sujeito, de outras formações discursivas.

Desse modo, não é qualquer sentido que pode preencher uma lacuna como a das reticências ou a da interrogação. E isso porque o discurso é carregado de pistas que vão construindo os sentidos, que indicam a posição-sujeito assumida por aquele que se imagina (ilusão!) a origem daquele dizer. Ou seja: o sentido construído pelas reticências ou pela interrogação não está apenas nesses sinais de pontuação, mas em todo o texto em que elas são empregadas.

O resgate desses sentidos, da presença do sujeito-autor, é então realizado pela leitura, e revelado pela reescrita do texto.

É nestes termos que estamos pensando sobre a interrogação, isto é, em termos de leitura, de ação por parte do sujeito-leitor. A atribuição de sentidos à interrogação, portanto, é também uma questão de leitura.

Desse modo, é possível imaginar que diferentes leitores “leiam” diferentemente uma mesma interrogação. Quer dizer: é lícito supor que, munidos de histórias de leituras distintas e determinados ideologicamente, diferentes leitores operem diferentemente sobre essa indeterminação do discurso, preenchendo diferentemente esse espaço.

Assim, são possíveis também diferentes reescritas para um mesmo ponto de interrogação, isto é, diferentes gestos de interpretação, diferentes movimentos de leitura. A reescrita de um texto com interrogação, nesta medida, também é a manifestação, a materialidade da leitura.

Nestes termos, acreditamos que seja possível aproximar o ponto de interrogação, assim como as reticências, da noção de elipse discursiva, porque ele revela uma lacuna, uma incompletude do dizer.

Reescrever um texto que apresenta interrogação, portanto, também é uma forma de lidar com a incompletude do dizer. E de evidenciar a liberdade do sujeito que, inscrito em uma determinada formação discursiva e assumindo uma determinada posição-sujeito, preenche aquele espaço com sentidos que, de alguma maneira, foram postos ali, embora não dotados de uma forma material. É o leitor, portanto, que lê os sentidos e os materializa.

Ao “responder” à interrogação, desse modo, o sujeito-leitor constrói a sua leitura, produz os seus sentidos.

Ao finalizar essa seção, queremos ressaltar que o que aqui foi apresentado é fruto de uma reflexão apenas inicial sobre o ponto de interrogação e sua relação com o processo discursivo da leitura, pois refletir sobre a interrogação a partir da perspectiva discursiva é caminhar em terreno essencialmente novo. Na verdade, estamos ainda no plano das conjecturas. Esperamos, porém, com nossas análises, ampliar esse quadro teórico e apresentar, na parte final deste estudo, conclusões mais decisivas.

SEGUNDA PARTE DA TEORIA À PRÁTICA

1. PREPARANDO A ANÁLISE

Como já afirmamos anteriormente, este estudo enquadra-se na perspectiva teórica da Análise do Discurso. Expor a metodologia que norteia um trabalho de análise, em AD, no entanto, significa explicitar que a metodologia se constrói num movimento contínuo e permanente entre teoria e prática.

Neste capítulo, portanto, examinaremos os princípios gerais que norteiam este trabalho de pesquisa.

1.1 PRINCÍPIOS TEÓRICOS

Podemos dizer, inicialmente, que a AD busca construir um método de compreensão dos objetos e, por isso, procura tratar dos processos de constituição do fenômeno lingüístico e não só de seu produto. Assim, embora pressuponha a metodologia lingüística, a AD não deixa de considerar o histórico e o ideológico inscritos no objeto de análise.

A AD, assim, trabalha um objeto inscrito na relação da língua à história. E isso nos coloca, de um lado, o conceito de formação discursiva e, de outro, a distinção entre processo discursivo e base lingüística⁵⁵. Desta forma, se os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso, a língua, pensada como uma instância relativamente autônoma, é o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido.

É possível considerar então que a AD não é um nível diferente de análise, mas um ponto de vista diferente, o que implica também a metodologia.

Duas passagens se fazem então, quando se faz Análise do Discurso: em termos de operação, da segmentação para o **recorte**; em termos de unidades, da frase para o texto. Abandona-se o domínio da distribuição de segmentos por uma bem menos objetiva relação das partes com o todo. E aí se define o recorte.

O recorte, de acordo com Orlandi (1987:139), é uma unidade discursiva: “fragmento correlacionado de linguagem - e situação”. O recorte é pedaço, já que a incompletude é a condição da linguagem. Com isso, apaga-se o limite que separa o meu dizer e o do outro.

O texto, assim, é o todo que organiza os recortes, e que tem compromisso com as condições de produção, com a situação discursiva. Essa situação instaura um espaço entre enunciados efetivamente organizados, espaço que não é vazio, mas social.

Ao de-centralizar o conceito de informação, em favor do de interação e de confronto entre interlocutores no próprio ato da linguagem, somos levados a pensar no sentido em sua pluralidade. Deste modo, não se mantém a noção de um sentido literal em relação aos outros sentidos, ou seja, os efeitos de sentido que se constituiriam no uso da linguagem. Não há então um centro, que é o sentido literal, e suas margens, que são os efeitos de sentido. Só há margens, isto é, todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há a dominância de um deles. O sentido literal, assim, é um efeito discursivo.

⁵⁵ O conceito de base lingüística explica o fato de a língua aparecer como a base comum de processos lingüísticos diferentes.

Quando decidimos estudar essas questões, como já afirmamos na introdução desta pesquisa, optamos por trabalhar com reescritas e decidimos também que os nossos produtores de textos seriam os estudantes do Curso de Letras da Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

O que norteou essa escolha foi a seguinte questão: em que medida um estudante universitário, que é solicitado a reescrever ou a criar um novo texto, poderia ser considerado autor de seu texto? Essa autoria aconteceria sempre? Não aconteceria nunca? Haveria limites para sua existência?

Responder a tais questões nos conduzia a pensar, como já fizemos na primeira parte desse estudo, que o autor é a representação do sujeito da qual se cobra coerência, respeito aos padrões estabelecidos, progressão, relevância, originalidade, unidade. Todas essas exigências fazem parte do jogo no qual o estudante se insere quando começa a escrever. O que é preciso então para que ele saia da posição de estudante e assuma a posição de autor? Isso é possível?

A resposta para essa questão passa pela noção de autoria, anteriormente explorada (na seção 2.6.): para que o sujeito se coloque como autor, é necessário que ele estabeleça uma relação com a exterioridade, ao mesmo tempo em que ele se remete à sua própria interioridade. Quer dizer: é necessária sua inserção na cultura, no contexto histórico-social.

Em busca de nossas respostas, tomamos então alguns posicionamentos a respeito da relação aluno/ escola/ autoria.

Partimos então das colocações de Orlandi (1993a:79), quando a autora afirma que, para o aluno se representar como autor, é preciso que ele assuma, na instituição-escola e fora dela, esse papel social, na sua relação com a linguagem: constituir-se e mostrar-se como autor.

Isso significa que, para constituir-se autor, o aluno precisa passar da multiplicidade de representações possíveis do sujeito, enquanto enunciador, para a organização dessa dispersão num todo coerente com que se representa o autor, responsável pela unidade de seu discurso.

Como podemos notar, Orlandi alarga o caminho definido por Foucault, em que ele restringe a noção de autor aos “produtores originais” de linguagem.

Também Gallo (1994) amplia essa questão, mostrando que, pelo fato de a escola ser marcada pelo funcionamento do discurso pedagógico⁵⁶, os alunos não têm acesso ao processo da textualização. No entanto, a autora acrescenta que, quando a textualização é praticada na escola, ela se torna uma possibilidade de acesso ao autor dentro da mesma. Para isso, a escola deve abrir-se em direção a seu exterior, onde as posições discursivas que podem produzir o efeito-autor não são

⁵⁶ Para Gallo (1992), o discurso pedagógico é aquele produzido na escola, na relação professor/aluno. Para a autora, a escola constitui o lugar de dois tipos de discurso: o Discurso da Oralidade (D.O.) e o Discurso da escrita (D.E.). O D.E. é aquele cujo efeito é de fechamento, de finalização. E o D.O. é aquele cujo efeito é de permanente ambigüidade e de permanente abertura.

recalcadas. Nesta perspectiva, portanto, nem a prática de textualização, nem o efeito-autor, nem o efeito-texto são dependentes da escola para acontecerem.

Assim, a textualização depende, na verdade, de que o sujeito se reconheça como sujeito do discurso onde ele se inscreve, sendo esse discurso não circular ou avaliativo, como é o caso do discurso pedagógico.

As perspectivas adotadas por essas autoras nos permitem “pular” para a nossa questão: produção de textos por estudantes universitários, em uma situação na qual não existe a relação professor/aluno, mas apenas um convite para participar de uma pesquisa (embora a solicitação esteja sendo feita por um professor, e para pessoas que são alunos). Quer dizer: nesse processo, os estudantes sabem que não serão avaliados, que não haverá *certo* ou *errado* para o que escreverem, que seus textos não serão ligados a seus nomes (pois o solicitante, na maioria dos casos, não os conhece), e que possivelmente não terão sequer o retorno de seu trabalho.

Em outras palavras: perdem-se aqui as características do discurso pedagógico. Além disso, caímos fora dos limites da escola e entramos no espaço da universidade.

Fazemos referência ainda à posição de Indursky (1999), quando a autora, discorrendo sobre a prática discursiva da leitura, afirma que é possível criar situações que facultem aos alunos produzir movimentos de leitura, desconstruir o efeito-texto e construir um novo efeito-texto, que não é mais idêntico ao anterior.

É isso que, para Indursky, pode fazer o sujeito-leitor aluno emergir da prática discursiva da leitura como um sujeito-autor, que historiciza e produz sentidos, que resignifica os textos, “tomados na fugaz provisoriedade do efeito-texto e seus possíveis efeitos de sentido” (*Ibidem*:9).

A partir dessas reflexões julgamos que podemos responder à questão que colocamos no início deste capítulo: é possível que o aluno – para nós, o estudante – se torne autor, se considerarmos a autoria como um movimento de resignificação, de historização de sentidos. Assim, mesmo não tendo um “nome de autor”, mesmo não sendo obrigatoriamente o produtor original de linguagem, como entende Foucault, é possível o estudante ser autor.

Desse modo, é possível considerar também a relação entre a leitura e a autoria, ou seja, é possível pensar que o estudante, quando lê o texto-origem, assume inicialmente uma função-leitor, mas, pela reescrita, pode vir a assumir a posição-autor.

Com isso estamos querendo dizer que a prática discursiva da leitura, pelo processo da reescrita, pode produzir autoria. Mesmo dentro da universidade.

No entanto, a partir daí, uma outra pergunta se coloca: e o aluno que “repete”, que apenas “reescreve”, pode ser autor? Esse aluno será sempre autor? Nunca? Às vezes?

Como podemos notar, essas são as questões para as quais buscamos respostas. Respostas que somente nossas análises podem nos oferecer.

Finalizando essa seção, diríamos que, quando se trata de AD, não há modelos que se apliquem de modo indiferenciado a todo e qualquer trabalho. A metodologia, assim, é construída sempre na e pela própria prática teórico-analítica.

Na seção seguinte, então, passamos a apresentar os procedimentos metodológicos que nortearam nossas análises.

1.1 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

Foram as indagações que nortearam este estudo que determinaram os princípios metodológicos necessários à análise do discurso que constituiu nosso corpus discursivo.

Partimos, no entanto, mais uma vez, de um referencial teórico e nos baseamos em Courtine (1981:24), quando ele afirma que, em AD, parte-se de um universal discursivo, entendido como um conjunto potencial de discursos que podem ser objeto de análise, para se estabelecer um campo discursivo de referência, constituído por um tipo específico de discurso.

Neste estudo, o tipo de discurso que focalizamos foi o discurso de cunho político que circula em textos da atualidade. Este é o nosso campo discursivo.

Nosso trabalho teve então como origem a seguinte exigência: analisar reescritas de um texto que empregasse as **reticências** e de outro que empregasse o **ponto de interrogação**. Esse procedimento teve em sua base a hipótese de que o emprego de certos sinais de pontuação gera silêncios no discurso do sujeito-autor, os quais possibilitam ao sujeito-leitor diferentes gestos de interpretação. A esses textos, conforme já afirmamos na introdução, denominamos de **textos sinalizados**.

Decidimos ainda que tais sinais de pontuação seriam examinados em textos de humor. Foram esses os critérios que conduziram à escolha dos textos “Experiência Nova” – uma crônica de Luís Fernando Veríssimo, da obra “Novas Comédias da Vida Privada” (anexo 1) – e “Arc e os economistas” – um texto selecionado da revista Veja, constituído por um diálogo entre um marciano e um terráqueo (anexo 2).

Em contrapartida, decidimos analisar reescritas de outro texto que não fizesse uso desses sinais de pontuação, ao qual denominamos de **texto não-sinalizado**. Isso nos levou, por consequência, a decidir que o texto não-sinalizado pelas reticências ou pela interrogação também não deveria ser de humor. Daí nossa escolha pelo texto “A grande fogueira” – um texto extraído do jornal Zero Hora (anexo 3).

A cada um dos textos escolhidos, denominamos, exclusivamente com fins metodológicos, de **texto-origem** (que representamos por **TO**).

O nosso primeiro movimento de análise consistiu no exame desses textos. Na nossa perspectiva, esse primeiro passo era imprescindível para que, mais adiante, ao analisar as reescritas, pudéssemos estabelecer as variações de sentido que aconteciam em relação ao texto que, ilusoriamente, estava funcionando como origem do novo texto.

A análise dos textos-origem foi dividida em **blocos discursivos**. No caso dos textos sinalizados, o bloco discursivo corresponde à ocorrência do enunciado que apresenta o sinal discursivo em exame. Assim, no texto sinalizado pelas reticências, cada bloco discursivo é constituído por um enunciado que apresenta reticências e, no caso do texto sinalizado pela interrogação, cada bloco discursivo é constituído por um enunciado que apresenta interrogação. Já nos textos não-sinalizados, os blocos discursivos são constituídos por alguns enunciados que, enquanto analistas, julgamos que poderiam nos apontar os efeitos de sentido produzidos naquele texto. Salientamos, no entanto, que, ao examinar esse texto não-sinalizado, não buscamos a exaustividade, ou seja, não pretendemos dar conta de todos os efeitos de sentidos construídos pelo sujeito-autor, o que nos desobriga de analisar todos os enunciados ali presentes.

Em ambos os casos, portanto, seja no exame dos blocos discursivos dos textos sinalizados, seja no exame dos blocos discursivos dos textos não-sinalizados, procuramos identificar a posição-sujeito assumida pelo sujeito-autor do texto-origem, a fim de, mais tarde, na análise do nosso corpus discursivo, poder estabelecer as relações entre os sentidos produzidos no texto-origem e nas suas reescritas.

Uma vez delimitado o espaço discursivo, o segundo passo da pesquisa consistiu na coleta daquilo que denominamos **retomadas** de TO (produzidas sob o comando “reescreva o texto lido”), e daquilo que denominamos de **novos textos** (produzidos a partir do comando “produza um novo texto a partir do texto lido”). Tal distinção teve como objetivo verificar se, a partir dos diferentes comandos, as leituras poderiam enveredar por caminhos distintos. O resultado dessa coleta foi a construção de um corpus experimental, de acordo com os termos de Courtine (1981:26). Tal corpus foi constituído pela comparação entre os vários textos, ou seja, pela comparação entre o que denominamos metodologicamente de texto-origem e as suas diferentes reescritas.

A partir daí, efetuou-se a construção do nosso corpus discursivo, que, ainda de acordo com os termos de Courtine pode ser considerado um corpus complexo.

Para Courtine, as seqüências discursivas podem receber uma organização segundo um plano estruturado em um certo número de dimensões, o que vai dar uma forma ao corpus discursivo. Essa forma pode ser representada como uma combinação simples ou como uma combinação complexa

de algumas dimensões, cada uma representando a oposição de duas restrições possíveis na série de homogeneizações que formam o corpus. Por exemplo: um corpus constituído por uma seqüência discursiva ou por várias seqüências; um corpus constituído de seqüências discursivas produzidas por um locutor ou por vários locutores; um corpus constituído por seqüências discursivas produzidas a partir de posições ideológicas homogêneas ou heterogêneas.

Podemos afirmar então, a partir das colocações de Courtine, que nosso corpus é complexo, na medida em que combina várias dessas dimensões, ou seja, reúne várias seqüências discursivas, produzidas por vários locutores, com posições ideológicas heterogêneas.

A formação do nosso corpus discursivo, assim, se realizou pela coleta de **seqüências discursivas** representativas do corpus experimental.

O critério de seleção foi determinado pela presença de pistas capazes de revelar os possíveis gestos de interpretação dos sujeitos-leitores. Tais pistas, no caso dos textos sinalizados, nos apontavam os sentidos produzidos pela leitura e reescrita das reticências ou da interrogação. E, no caso do texto do texto não-sinalizado, as pistas nos conduziam aos sentidos produzidos pela leitura e reescrita de vários enunciados de TO.

As seqüências discursivas, assim, provêm das reescritas do texto-origem. Nos textos sinalizados, como já frisamos, os enunciados escolhidos como ponto de partida da análise foram aqueles que faziam uso dos sinais de pontuação em estudo. Nos textos não-sinalizados, a extração dessas seqüências discursivas estabeleceu uma relação com enunciados que, de uma forma mais evidente ou menos explícita, remetiam a TO.

As seqüências discursivas foram organizadas, de acordo com os objetivos da análise, em **recortes discursivos**, os quais, como já referimos na primeira seção deste capítulo, são uma unidade discursiva, um pedaço que revela a incompletude da linguagem.

Neste trabalho, os recortes foram organizados a partir da posição-sujeito assumida pelos sujeitos-leitores nas reescritas, considerando essa posição em relação à posição-sujeito assumida pelo sujeito-autor de TO.

Uma posição-sujeito, conforme já referimos anteriormente, na primeira parte deste estudo (capítulo 2/seção 2.1.2./leitura e discursividade), designa, segundo Courtine (1981), a relação de identificação entre sujeito enunciador e sujeito do saber de uma FD. Isto explica que diferentes sujeitos, relacionando-se com o sujeito do saber de uma mesma FD, possam assumir diferentes posições-sujeito.

Assim, as diferentes posições-sujeito, ou seja, as diferentes formas de identificação dos sujeitos-leitores com o sujeito do saber de uma determinada formação discursiva, é que determinaram, em nossas análises, a constituição dos recortes discursivos.

No caso dos **textos sinalizados**, produzimos então os seguintes recortes discursivos, distribuídos em duas seções da análise, que refletem os resultados obtidos na investigação.

- **LEITURA E RELEITURA: a função-autor**

RECORTE 1 : a manutenção do mesmo

- **LEITURA E REESCRITURA: da função-autor à posição-autor**

RECORTE 2: começando a deslocar os sentidos

RECORTE 3: deslocando mais os sentidos

Os recortes discursivos, por sua vez, foram divididos em **grupos discursivos**. Os grupos, para nós, são a reunião das retomadas ou dos novos textos produzidos a partir dos textos sinalizados pelas reticências ou pela interrogação.

Assim, no primeiro grupo, temos as seqüências discursivas representativas das retomadas produzidas a partir do texto sinalizado pelas reticências; no segundo grupo, reunimos seqüências discursivas representativas dos novos textos produzidos a partir do mesmo texto sinalizado pelas reticências; o terceiro grupo reúne seqüências discursivas representativas das retomadas produzidas a partir do texto sinalizado pela interrogação; e no quarto grupo, reunimos seqüências discursivas representativas dos novos textos produzidos a partir do mesmo texto sinalizado pela interrogação.

Isso nos levou então ao seguinte, nos três primeiros recortes:

GRUPO 1: reticências e retomadas

GRUPO 2: reticências e novos textos

GRUPO 3: interrogação e retomadas

GRUPO 4: interrogação e novos textos

Nos grupos discursivos, as seqüências foram reunidas em **blocos discursivos**. O critério de constituição dos blocos discursivos foi trabalhar com os enunciados que, em TO, viessem sinalizados ou pelas reticências ou pela interrogação.

Em cada bloco discursivo, reunimos um número máximo de três seqüências discursivas, representativas das reescritas desses enunciados sinalizados.

Já no caso dos **textos não-sinalizados**, produzimos os seguintes recortes discursivos, distribuídos em três seções da análise, que também refletem os resultados obtidos na investigação:

- **LEITURA E RELEITURA: a função-autor**

RECORTE 4 : a manutenção do mesmo

- **LEITURA E REESCRITURA: da função-autor à posição-autor**

RECORTE 5: a identificação com a ordem social

RECORTE 6: a identificação com o conformismo

RECORTE 7: a identificação com os menos favorecidos

- **LEITURA E ESCRITURA: da posição-autor ao efeito-autor**

RECORTE 8: a inscrição no discurso da ordem social

RECORTE 9: a suave inscrição no discurso dos menos favorecidos

RECORTE 10: a forte inscrição no discurso dos menos favorecidos

Estes recortes discursivos foram também divididos em **blocos discursivos**. A constituição dos blocos discursivos teve por critério reunir seqüências discursivas que demonstrassem a forma de acesso dos leitores a TO, ou seja, seqüências que revelassem através de qual enunciado os leitores entravam no texto-origem para realizar o processo da leitura.

Em cada bloco discursivo, reunimos também um número máximo de três seqüências discursivas, representativas das retomadas desses enunciados.

Foram, pois, as seqüências discursivas, reunidas a partir de nossos objetivos, que organizaram os recortes e suas subdivisões e que constituíram o corpus discursivo de nosso estudo. Esses recortes, portanto, foram estabelecidos *na e pela* própria análise.

Feitas essas observações de ordem metodológica, passamos em seguida aos procedimentos de análise propriamente ditos, iniciando pelo exame dos textos sinalizados.

2. O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DE TEXTOS SINALIZADOS

Neste capítulo, passamos a desenvolver, de fato, os procedimentos gerais de análise dos textos que estamos denominando de *sinalizados*, isto é, dos textos que apresentam os sinais discursivos de pontuação – reticências e interrogação – que consideramos como lugares de interpretação que, no nosso entender, conduzem e influenciam a leitura dos sujeitos-leitores.

Nesse estudo, examinamos esses sinais discursivos em sua conjugação com o humor, ou seja, optamos por analisar reescritas de textos sinalizados pelas reticências ou pelo ponto de interrogação em textos de humor.

Tal escolha deve-se ao fato de imaginarmos que o emprego dos sinais discursivos da pontuação, aliados ao humor, possam trazer resultados interessantes em termos de leitura.

Por este motivo, iniciamos este capítulo, essencialmente prático, com uma reflexão, ainda de cunho teórico, sobre o humor, pois julgamos que isso seja necessário para o bom desenvolvimento das análises.

Em um segundo momento, vamos proceder ao exame daqueles textos que denominamos de texto-origem (TO).

Em seguida, passamos a nos deter na análise dos textos produzidos pelos estudantes universitários.

2.1 O HUMOR: BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Nesta seção, vamos refletir um pouco sobre o humor, o que nos leva a passar também por questões relacionadas à comicidade, ao riso e à ironia. Vamos ainda tecer algumas considerações sobre o humor político, já que é esse tipo de humor que encontramos nos textos que analisamos posteriormente.

2.1.1. O humor e o cômico

No Novo Dicionário da Língua Portuguesa⁵⁷, de Aurélio Buarque de Holanda (1986:909), vamos encontrar a seguinte definição para o humor: *veia cômica, graça, espírito; capacidade de perceber, apreciar ou expressar o que é cômico ou divertido.*

Note-se que, por definição, humor e comicidade não são a mesma coisa, sendo o cômico o burlesco, aquilo que faz rir porque é engraçado ou ridículo, e o humor a capacidade de apreciar ou expressar o que é cômico.

Tal concepção de humor está presente em Freud (1969) que, ao realizar um estudo sobre os chistes⁵⁸, reconhece no humor uma das (entre várias) espécies do cômico, ou seja, o autor reconhece um parentesco essencial entre os dois.

⁵⁷ Não fazemos referência a todos os sentidos encontrados para a palavra humor, mas apenas aqueles que satisfazem a nossos objetivos nessa pesquisa, que é o definir o humor que é encontrado nos textos e que têm como efeito a obtenção do riso.

⁵⁸ Freud, ao estudar os chistes, considera-os como constituídos pelos mesmos traços da linguagem dos sonhos, a linguagem do inconsciente.

Bergson (1980:10), também discorrendo a respeito do cômico, vai dizer que não existe cômico fora do que é propriamente humano. Assim, salienta Bergson, uma paisagem poderá ser bela, graciosa, sublime ou feia, mas nunca será risível. Da mesma forma, poderemos rir de um animal, mas somente se surpreendermos nele uma atitude de homem ou uma expressão humana. Assim, se alguns definiram o homem como um animal que sabe rir, para Bergson, o homem poderia ter sido definido como um animal que faz rir, porque se isso acontece com qualquer outro animal ou objeto inanimado é justamente por sua semelhança com o homem.

Propp (1992:37), analisando o pensamento de Bergson sobre o fato de o cômico estar ligado ao humano, chama a atenção para o fato de que isso já havia sido expresso antes. Afirma Propp: “Quase cinquenta anos antes de Bergson, Tchernichévski, por exemplo, já o expressara: na natureza inorgânica não há lugar para o cômico”.

Voltando a Freud, observamos que o autor afirma que um dos maiores obstáculos para a realização do cômico é aquilo que ele chama de liberação de afetos aflitivos. Vejamos o que diz Freud:

O cômico sofre interferência se a situação, da qual deve se desenvolver, origina, ao mesmo tempo, a liberação de um forte afeto. Em tal caso, uma descarga da diferença operativa é, via de regra, fora de questão. Os afetos, disposição e atitude do indivíduo em cada caso particular, fazem compreensível que o cômico surja e se esvaia de acordo com o ponto de vista de cada pessoa particular, só havendo, em casos excepcionais, um cômico absoluto. (Freud, 1969:248-9)

Assim, para Freud, o sentimento cômico nasce com mais facilidade em casos mais ou menos indiferentes, onde não estejam envolvidos fortemente sentimentos e interesses. Quando, por exemplo, se produz algum dano, quando a estupidez leva à maldade ou o desapontamento causa dor, a possibilidade de um efeito cômico chega ao fim. Isso acontece quando alguém não consegue evitar tal desprazer, é sua vítima ou é obrigado a compartilhá-lo. Porém, para uma pessoa não envolvida, a situação contém tudo que é necessário para a obtenção de um efeito cômico.

A partir dessa constatação, Freud define o humor:

O humor é um meio de obter prazer apesar dos afetos dolorosos que interferem com ele; atua como um substitutivo para a geração desses afetos, coloca-se no lugar deles. As condições para seu aparecimento são fornecidas se existe uma situação na qual, de acordo com nossos hábitos usuais, devíamos ser tentados a liberar um afeto penoso e então operam sobre estes motivos que o suprimem *in statu nascendi*. Nos casos ora mencionados a pessoa que é vítima da ofensa, dor, etc. pode obter um *prazer humorístico*, enquanto a pessoa não envolvida ri sentindo um *prazer cômico*. O prazer do humor, se existe, revela-se – não podemos dizer de outra forma – ao custo de uma liberação de afeto que não ocorre: procede de *uma economia na despesa de afeto*. (*Ibidem*:257)

Nesta perspectiva, entre as espécies do cômico, o humor é a mais facilmente satisfeita, e completa seu curso dentro de uma única pessoa, ou seja, a participação de alguma outra pessoa nada lhe acrescenta. Do mesmo modo, é possível guardar a fruição do prazer humorístico sem sentir obrigação de comunicá-lo.

Para Freud, não é fácil dizer o que acontece em uma pessoa quando o prazer humorístico é gerado. Ele diz que é possível, porém, analisar a questão a partir dos casos em que o humor é comunicado ou compartilhado.

Ele cita então um exemplo: um vagabundo, em seu caminho para a execução, pede um lenço para cobrir a garganta, para não apanhar um resfriado – precaução louvável em outras circunstâncias, mas supérflua naquele momento. Para Freud, há nesta *blague* uma magnanimidade na forma tenaz com que o homem agarra-se a seu habitual, recusando tudo que possa destruir esse eu e levá-lo ao desespero. Essa espécie de grandeza de humor, para Freud, aparece nos casos em que nossa admiração não é inibida pelas circunstâncias da pessoa humorística.

Vejamos outro exemplo dado por Freud⁵⁹: o bandido que se envolvera em uma conspiração contra seu rei, Carlos I da Espanha, caindo em mãos do inimigo, prevê que seu destino é perder a cabeça. Esse conhecimento prévio não o impede de dar-se a conhecer como um Grande Herdeiro da Espanha, declarando que não tem intenção de renunciar aos privilégios que lhe são devidos. Um Grande da Espanha tinha o direito de manter-se coberto perante seu senhor real e então ele diz: “nossas cabeças têm o direito de tombar cobertas diante de ti.”

Isso, segundo Freud, é humor em grande escala e, se quando o ouvimos, não rimos, é porque nossa admiração sobrepuja o prazer humorístico. Já no caso do vagabundo que recusa a resfriar-se no trajeto da execução, rimos francamente, pois nossa compaixão é inibida quando compreendemos que o diretamente interessado não se preocupa com a situação. Em consequência disso, a despesa com a compaixão, já preparada, torna-se inutilizável e podemos descarregá-la, rindo.

Essa economia de compaixão é, para Freud, uma das mais freqüentes formas do prazer humorístico, sendo que as espécies de humor variam de acordo com a natureza da emoção economizada em favor do humor: compaixão, raiva, dor, ternura, etc.

Em outros termos, o humor, na perspectiva freudiana, é uma das formas possíveis de liberação de tensões ou de depreciação. Assim, se existem na sociedade mecanismos de poder e sistemas de coerções que regulam aquilo que os indivíduos podem ou devem fazer, aquilo que podem ou devem pensar, o humor funciona como uma maneira de burlar esses mecanismos, como um afrouxamento desses sistemas.

⁵⁹ O exemplo refere-se à obra *Hernani*, de Vitor Hugo.

São semelhantes as posições de Freud e Bergson (1980:11), que afirma: “Dir-se-ia que o cômico não pode produzir a sua vibração senão caindo numa superfície da alma bastante uniforme, bastante calma. A indiferença é seu meio natural. O riso não tem maior inimigo do que a emoção”.

Com isso, Bergson não quer dizer que não se possa rir de uma pessoa que nos inspire, por exemplo, piedade ou afeição. Neste caso, precisamos esquecer por alguns instantes essa afeição, fazer calar essa piedade. Para o autor, uma sociedade de puras inteligências talvez já não chorasse, mas rir, ainda riria; a passo que almas sempre igualmente sensíveis, não conheceriam o riso.

Desse modo, para Bergson, o cômico, para produzir o seu efeito, exige algo como uma anestesia momentânea do coração. Ou seja: o cômico dirige-se à inteligência pura. Essa inteligência, porém, deve viver em contato com outras inteligências, o que significa dizer que, se vivêssemos isolados, seríamos privados do cômico. Neste sentido, o cômico, para Bergson, necessita de um eco, uma espécie de repercussão que não vai até o infinito, mas que se move no interior de um círculo, tão largo quanto se quiser, mas fechado.

Em outras palavras: o nosso riso é sempre o riso de um grupo. Afirma então Bergson:

Certamente já vos aconteceu, num comboio ou numa mesa de hotel, ouvir viajantes que contam histórias que para eles devem ser cômicas, visto que se riem com vontade. Também, como eles, vós ríreis delas se fôsseis da mesma sociedade, mas, como não sois, não tendes vontade nenhuma de rir. (*Ibidem*:12-3)

Quer dizer: o riso sempre pressupõe entendimento prévio e cumplicidade com aqueles que riem, reais ou imaginários. A função do riso, portanto, é social, e para compreendê-lo é preciso localizá-lo no seu meio natural que é a sociedade.

Podemos relacionar essas afirmações ao pensamento de Propp (1992:31), quando o autor afirma: “A dificuldade está no fato de que o nexa entre o objeto cômico e a pessoa que ri não é obrigatório nem natural. Lá, onde um ri, outro não ri”. A causa disso, segundo Propp, reside em condições de ordem histórica, social, nacional e pessoal, na medida em que cada época e cada povo possui seu próprio e específico sentido de humor e de cômico, que às vezes é incompreensível e inacessível em outras épocas.

Para nós, isso pode ser traduzido pelo fato de que os sentidos – e o humor – se produzem sob determinadas condições – históricas, políticas, econômicas e sociais – e que a compreensão desses sentidos – e desse humor – também se dá sob diferentes condições de produção. É por isso que diferentes sujeitos, em diferentes épocas, e sob condições de produção diversas, poderão rir, ou não, a partir de um pretense objeto de comicidade e de humor.

Tal concepção se reflete no pensamento de Cattelan (2001:134), quando afirma que o humor é “uma forma de fazer brotar o *entalado na garganta*, que encontra nele próprio um mecanismo de, *não seriamente*, dizer o que deve ser dito. Ele é a forma de dizer de forma não séria ou oficiosa”.

É por isso que, para o autor, no riso está uma forma de os sentidos serem deslocados e a história ser construída, o que dá ao humor um poder criador de novas representações sociais que, latentes ou ditas, deslocam as cristalizações aparentemente bem assentadas.

Refletindo também sobre o aspecto social do riso, e relacionando-o ao cômico, Bergson (1980) vai dizer que o cômico é aquela face, aquela rigidez do indivíduo pela qual ele se parece com a simples coisa. Assim, o riso exprime “uma imperfeição individual ou coletiva que pede correção imediata. O riso é este corretivo. O riso é um certo gesto social que sublinha e reprime uma certa distração especial dos homens e dos acontecimentos” (Bergson, 1980:74).

Em outro ponto de sua obra, o autor ratifica essa posição: “... o cômico exprime, antes de tudo, uma certa inadaptação particular da pessoa à sociedade” (*Ibidem*:109). Assim, “a comédia só começa naquele ponto em que a pessoa de outrem deixa de nos comover. E começa com o que se poderia chamar a *rigidez à vida social*” (*Ibidem*:110). Deste modo, “sempre um pouco humilhante para quem é objeto dele, o riso é, verdadeiramente, uma espécie de assoada social” (*Ibidem*:111).

Considerar o riso como *gesto social* nos permite dizer que o humor não existe por si próprio, mas depende de um *gesto social de interpretação*, ou seja, para que ele se realize, é necessário que se recuperem as condições de sua produção.

Mais adiante, Bergson vai dizer ainda:

O riso é, antes de tudo, uma correção. Feito para humilhar, deve dar à pessoa que é objeto dele uma impressão penosa. Através dele se vingam a sociedade das liberdades praticadas para com ela. Não atingiria o seu fim se trouxesse a marca da simpatia ou da bondade. (*Ibidem*:155)

Novamente, encontramos correspondência entre o pensamento de Bergson e de Propp (1992:44), que afirma: “... o riso é a punição que nos dá a natureza por um defeito qualquer oculto ao homem, defeito que se nos revela repentinamente” . Quer dizer: a comicidade repousa nas fraquezas e nas misérias humanas.

Esse pensamento é ratificado por Propp, quando o autor lembra que o homem possui certo instinto do devido, do que ele considera como normas, as quais se referem tanto ao aspecto exterior do homem quanto à norma da vida moral e intelectual. O riso, nesse sentido, revela as faltas de correspondência, os desvios da norma.

Existem, segundo Propp, normas de conduta social que se definem em oposição àquilo que se reconhece como inadmissível e inaceitável, e essas normas são diferentes para diferentes épocas,

diferentes povos e ambientes sociais diversos. Desse modo, toda coletividade possui, segundo Propp, algum código não escrito que abarca tanto os ideais morais como os exteriores e aos quais todos seguem espontaneamente. Assim, “a transgressão desse código não escrito é ao mesmo tempo a transgressão de certos ideais coletivos ou normas de vida, ou seja, é percebida como defeito, e a descoberta dele, como também nos outros casos, suscita o riso” (*Ibidem*:60).

Nesta perspectiva, será cômica a manifestação de tudo aquilo que não corresponde a essas normas. E quanto mais exaltadas as diferenças, mais provável é a comicidade.

Isto ratifica a nossa posição quanto ao fato de considerar o humor como um *gesto social de interpretação*, ou seja, a atribuição de sentidos a essas diferenças é uma questão de condições de produção: a diferença só faz sentido para quem conhece o mesmo, a norma. É, portanto, uma questão de leitura, de interpretação.

O efeito de comicidade pode surgir ainda, segundo Bergson, através de certos processos, como a repetição, a inversão, a interferência e a transposição.

No caso da repetição, trata-se de uma combinação de circunstâncias que se repetem exatamente da mesma maneira várias vezes, levando ao riso. O autor dá um exemplo: se encontro um dia na rua um amigo que não via há muito tempo, a situação nada tem de cômico. Mas se volto a encontrá-lo no mesmo dia várias vezes, acabamos por rir da *coincidência*.

Já a *inversão*, para Bergson, diz respeito à cena que faz com que a situação se modifique e os papéis se invertam. Por exemplo: o acusado passa a pregar moral ao juiz, a criança passa a dar lições aos pais; enfim, inversão é tudo que cabe na rubrica “mundo às avessas” e que faz surgir o riso.

Em termos da Análise do Discurso, estaríamos no campo da *reversibilidade*, ou troca de papéis entre os interlocutores do discurso. Nesta linha teórica, quanto maior a reversibilidade, ou a inversão de papéis, maior a possibilidade de o discurso ir na direção do lúdico, da polissemia, onde os sentidos deslizam, tornam-se outros. E essa é, para nós, a condição do humor. Nesta medida, o humor é um agente de desestabilização, de liberação. Isto nos permite pensar no humor como o lugar dos deslizamentos e das transformações de sentido, como o espaço onde a ideologia dominante é questionada ou abandonada.

A *interferência*, por sua vez, acontece quando se dá à mesma frase dois significados independentes que se sobrepõem. Existem vários meios de se obter a interferência e um deles é o trocadilho. Mas ela diz respeito ao jogo de palavras de modo geral, em que se aproveita a diversidade de sentido que uma palavra pode tomar, sobretudo na sua passagem do sentido próprio ao sentido figurado.

Mais profundo que a interferência, segundo Bergson, é o cômico da *transposição*, que pode ser assim definido: obter-se-á um efeito cômico transpondo a expressão natural de uma idéia num outro tom. Tomando, por exemplo, o tom familiar e o tom solene, e fazendo a transposição entre eles, tem-se o cômico.

Assim, a transposição do tom solene em tom familiar gera a paródia. Segundo Bergson, foi o cômico da paródia que sugeriu a alguns filósofos a idéia de definir o cômico em geral pela *degradação*. Nesta perspectiva, o risível surge quando nos apresentam uma coisa, até então respeitada, como vil e medíocre.

Já a transposição do tom familiar para o solene pode se dar, por exemplo, em relação ao valor das coisas. Expressar em termos de honestidade uma idéia desonesta ou pegar uma situação escabrosa ou vil e descrevê-la em termos de respeitabilidade, é geralmente cômico.

Bergson ressalta, no entanto, que a intensidade do efeito da transposição não depende de sua extensão. Às vezes, uma palavra basta, contanto que essa palavra nos deixe entrever um sistema de transposições aceitas num certo meio ou nos revele uma organização moral da imoralidade. O autor dá o exemplo de uma peça de Gogol, em que um alto funcionário observa a um de seus subordinados: “Estás a roubar demais para um funcionário de tua categoria”.

Um outro tipo de transposição, para Bergson, é a que se dá entre o real e o ideal, entre o que é e o que deveria ser. Neste caso, a transposição pode se fazer em duas direções inversas:

Umás vezes falar-se-á naquilo que devia ser, fingindo que se acredita que é precisamente o que é: nisto consiste a ironia; outras vezes, pelo contrário, descreve-se minuciosamente e meticulosamente o que é, fingindo acreditar que é isso que as coisas deviam ser: é este, na maior parte das vezes, o processo do humor. O humor, assim definido, é o inverso da ironia. Um e outro são formas de sátira, mas a ironia é de natureza oratória, ao passo que o humor tem qualquer coisa de mais científico. Acentua-se a ironia deixando-nos arrebatar cada vez mais pela idéia do bem que deveria reinar... Acentua-se o humor, pelo contrário, descendo cada vez mais ao interior do mal real, para notar as suas particularidades com uma mais fria indiferença. (*Ibidem*:102-3)

É a partir dessas colocações que Bergson vai dizer que o humorista é um moralista disfarçado de sábio, qualquer coisa como um anatomista que só fizesse dissecações para nos aborrecer.

Uma distinção entre humor e ironia também é adotada por Garcia (2000), em um trabalho que se constitui sob a perspectiva teórica da Análise do Discurso. Afirmar a autora:

O que ocorre então no processo discursivo irônico é a reconfiguração ou o rearranjo dos elementos de saber de uma FD, subvertendo a hegemonia existente no fio discursivo (ou na interdiscursividade), mudando o já-dito, o já-estabelecido discursivamente. Já no discurso humorístico não haveria troca de dominância entre os sentidos, apenas desqualificação do discurso-outro (efeito ou impressão de jocosidade). (Garcia, 2000: 76-7)

A esta altura, gostaríamos de firmar algumas posições. Em primeiro lugar, não pretendemos aprofundar a discussão nem sobre o humor nem sobre a ironia, uma vez que tais questões não constituem, de fato, nosso objeto de estudo. Se trazemos essas noções é porque julgamos que isso seja pertinente para o nosso trabalho. Mas, como nosso objetivo maior é estudar a leitura de certos sinais discursivos – reticências e interrogação– em textos de humor e não o humor em si, não consideramos necessário entrar a fundo nessas questões.

No entanto, reconhecemos que nem todo humor se constrói sobre a ironia, a qual, para nós, se constitui em uma das formas de produzir humor. Desta forma, neste estudo, preferimos falar em *humor* ou até mesmo em *humor irônico*, o que nos afasta de uma distinção que separa um do outro, mas que, de certa forma, e em alguns casos, os aproxima.

Pensamos que é sobre esse tipo de humor que se produz, essencialmente, um outro tipo de humor: o humor político.

É com esse tipo de humor que trabalhamos nessa pesquisa. E é sobre ele que vamos refletir um pouco em seguida.

2.1.2 O humor político

Ao falarmos em humor político, estamos obviamente considerando que existem várias formas de fazer humor, ou seja, que nem todo humor se constrói da mesma forma.

Assim, como bem afirma Possenti (1998:109), “se o humor nem sempre é crítico, certamente o é o humor político”.

Possenti, ao realizar análises de piadas a partir de uma abordagem lingüística, ressalta que as piadas políticas são transitórias, pois exploram características específicas de determinados políticos ou de etapas da história pelas quais passa um país ou um governo.

Para o autor, existem piadas que criticam a própria política, ou seja, a classe dos políticos como um todo, sem tomar a particularidade dos diferentes regimes ou personalidades envolvidos. Existem também as piadas que criticam determinada concepção de política, atribuída a um povo, a uma sociedade. E, finalmente, existem as piadas que particularizam seus temas, e que criticam, por exemplo, a ditadura, a falta de liberdade.

Na perspectiva que estamos adotando, o humor político é tomado em um sentido bem amplo, e compreende todo o discurso que, ao expor a sociedade – com todas suas mazelas, com todos os seus defeitos – brinca com isso.

Para nós, há no humor político uma espécie de jogo entre uma realidade e uma possibilidade, entre um mundo estabelecido e um mundo que procura se estabelecer, entre o que é e o que poderia ser.

Diríamos que o humor político, nesse jogo paradoxal, trabalha com os sentidos aceitos, com a ideologia dominante, não para instituí-los, mas justamente para repeli-los, para transformá-los.

Como é possível perceber, estamos no âmbito do que Freud denomina simplesmente de humor. Acreditamos, porém, como já afirmamos, que nem todo humor possui essas características que estamos atribuindo ao humor político.

Vejamos alguns exemplos de piadas encontradas em Possenti:

- 1) - Qual o vento que os cachorros mais temem?
- Furacão.
- 2) Um condutor diz a um passageiro de um trem vazio, que, em um dia de chuva, está sentado sob uma goteira:
- Quer trocar de lugar?
- Trocar? Mas com quem?

Esses são exemplos de piadas baseadas nas palavras, conforme ressalta Possenti. Na nossa perspectiva, elas não apresentam o jogo paradoxal entre uma ideologia dominante e uma ideologia que procura se estabelecer, entre um mundo fixado e um mundo possível, entre uma realidade suportada e uma realidade desejada. E é esse jogo que, para nós, caracteriza o humor político.

Tais piadas apresentam, podemos dizer, um tipo de humor mais *ingênuo*, se usarmos o termo com todo o cuidado que ele requer. Tal tipo de humor acontece, como já vimos, quando se trabalha sobre as fraquezas humanas: a ingenuidade, a burrice, as deficiências físicas, os estereótipos, o desconhecimento. Neste caso, o humor não tem especificamente o objetivo de denunciar a realidade, mas de brincar com a mesma, criando comicidade. Assim, por exemplo, quando encontramos o humor construído a partir da imagem do português pouco inteligente, dificilmente vamos reconhecer aí uma forma agressiva de preconceito, mas o emprego de um estereótipo que tem como função provocar o riso.

Já o humor político trabalha com outro material: as injustiças sociais, os preconceitos, a corrupção, a esperteza, a falta de competência, as desigualdades, os desmandos. Neste caso, quando lemos um texto que faz humor mostrando uma situação de corrupção vivida por um político, por exemplo, podemos reconhecer aí uma forma de denúncia da realidade. Já não se trata de uma simples *brincadeira*, mas de um alerta que parece lembrar ao leitor: essa é uma realidade não desejada, que deveria ser transformada.

Diríamos ainda que o humor político é aquele que lida com um tipo de riso que Propp (1992:171) denomina de *riso de zombaria*. Esse riso está sempre ligado à comicidade, a qual

costuma estar associada ao desnudamento de defeitos, manifestos ou secretos, daquele ou daquilo que suscita o riso.

Para Propp, é necessário que se cumpram certas condições para que a comicidade e o riso se realizem. A primeira diz respeito ao fato de que quem ri tem algumas concepções do que seria justo, moral, correto, ou, antes, um certo instinto completamente inconsciente daquilo que, do ponto de vista das exigências morais, é considerado justo e conveniente. A segunda condição é observar que no mundo à nossa volta existe algo que contradiz esse sentido de certo que está dentro de nós e não lhe corresponde. A contradição entre esses dois princípios é a condição fundamental para o nascimento da comicidade.

Em outras palavras, o cômico é determinado pela presença de algo baixo, menor, defeituoso. E, na verdade, esses defeitos reduzem-se, na maioria das vezes, a faltas de ordem moral ou espiritual.

O riso de zombaria, nesta medida, nasce sempre do desmascaramento de defeitos da vida interior do homem – defeitos morais. Em alguns casos, os defeitos são visíveis por si mesmos e não precisam ser desmascarados: as pequenas intrigas, o marido acachapado pela mulher, a estupidez evidente. Na maioria dos casos, porém, não é isso que ocorre. Os defeitos estão escondidos e precisam ser desmascarados. Diz Propp:

O riso surge quando a esta descoberta se chega de repente e de modo inesperado, quando ela tem o caráter de uma descoberta primordial e não de uma observação cotidiana e quando ela adquire o caráter de um desmascaramento mais ou menos repentino. (*Ibidem*:175)

Romualdo (2000: 45), realizando um estudo sobre a charge, afirma que “a charge destrona os poderosos e busca revelar o que está oculto em fatos, personagens e ações políticas”. Diríamos que isto é o que acontece com o humor político, do qual a charge é um ótimo exemplo.

Desse modo, partindo de como é a realidade, o autor do humor político lembra ao leitor que ela poderia ser diferente. Com isso, o humor político escancara a sociedade, expõe seus defeitos, suas falhas. E, ao fazê-lo, traz à tona uma outra sociedade, melhor, mais digna, menos corrupta, mais justa, mais eficiente. Uma sociedade desejada.

Acreditamos que as reflexões aqui esboçadas sejam suficientes para nos oferecer um breve panorama teórico sobre o humor. E que bastem também para justificar nossa escolha de analisar as leituras e as reescritas dos sinais discursivos da pontuação – reticências e interrogação – em textos de humor.

Para nós, parece extremamente interessante observar que efeito produzem esses sinais discursivos da pontuação – que parecem “esconder” alguma coisa, no sentido de que “deixam algo a

dizer” – em textos que, por sua natureza, trabalham com verdades escondidas, estabelecem um jogo entre mundos reais e mundos possíveis ou imaginários, buscam revelar o que está oculto.

Assim, passamos em seguida à análise propriamente dita dos textos sinalizados, ou seja, dos textos que apresentam os sinais discursivos – reticências e interrogação – utilizados em textos de humor.

2.2 O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO TEXTO-ORIGEM

Nesta seção, examinamos o funcionamento discursivo do texto que funcionou como ponto de partida – ao qual denominamos de texto-origem – para a produção dos textos pelos estudantes universitários.

2.2.1 Texto-origem e reticências

O texto em exame, “Experiência Nova”, de Luís Fernando Veríssimo, apresenta uma situação de interlocução entre um delegado e um indivíduo que é pego roubando galinhas.

É interessante observar que, no início do diálogo, existe uma evidente relação de assimetria entre os sujeitos do discurso, uma vez que um – o delegado – representa a lei, o poder, e, portanto, uma condição de superioridade, e o outro – o ladrão – a infração, a submissão e, portanto, uma condição de inferioridade.

O texto nos aponta, portanto, a construção de duas posições-sujeito antagônicas nesse discurso. A análise é norteadada pelo exame dos lugares sinalizados pela presença das reticências, que são encontrados nos seguintes enunciados:

- 1) – Que grande pilantra...
- 2) – Ainda bem que tu vai preso. Se o dono do galinheiro te pega...
- 3) – Sim, mas primário, e com esses antecedentes...

Procuramos realizar a leitura mais “objetiva” possível de TO, sabendo, no entanto, que isso não é possível, pois nossa análise já se constitui, ela mesma, em um efeito-leitor.

Por conseguinte, gostaríamos de considerar tal seção da análise apenas como um “primeiro contato” com os meandros do texto “Experiência Nova”, o que tem como objetivo chamar a atenção para aspectos que, enquanto leitores, julgamos importantes em TO.

Assim, pensamos em verificar em que medida pode haver, no texto, *pistas* que direcionam a uma determinada leitura, ou seja, a uma leitura provável desse texto e das reticências nele existentes.

BLOCO 1: “QUE GRANDE PILANTRA...”

É possível observar, em TO, várias pistas que nos permitem procurar compreender esse enunciado sinalizado pelas reticências.

Começaríamos dizendo então que TO nos revela uma assimétrica relação de forças entre os protagonistas do discurso – representados pelo delegado e pelo ladrão – e que isso tem a ver com os *lugares sociais* da interlocução.

Assim, embora haja alternância entre os interlocutores, através do diálogo, um deles dirige o discurso, atribuindo a si mesmo um lugar de superioridade e, com isso, coloca o outro em uma conseqüente posição de inferioridade e submissão.

Caracteriza-se assim uma FD em que *o que pode e deve ser dito* é que os que são mais fortes dominam e que os que são mais fracos são dominados. Esta FD comporta, portanto, duas posições-sujeito: a posição-sujeito 1, que é a da legalidade e do poder, e que é assumida em TO pelo delegado; e a posição-sujeito 2, que é a da ilegalidade e da submissão, e que é assumida em TO pelo ladrão de galinhas.

Acreditamos, assim, que o espaço lacunar representado pelas reticências, em “*Que grande pilantra...*”, possa ser “lido” a partir das pistas oferecidas por TO (“*Pior. Venda de artigo roubado. Concorrência desleal com o comércio estabelecido. Sem-vergonha!*” ou “*Mas eram as mesmas galinhas, safado!*”), com um efeito de sentido equivalente a “*Que vagabundo, safado, sem-vergonha*”.

No entanto, o narrador de TO nos aponta uma outra leitura possível, quando declara: “*Mas já havia um certo respeito no tom do delegado*”.

Na verdade, isso denota que a posição-sujeito representada pelo delegado apresenta-se dividida entre duas formas possíveis de relacionar-se com a FD dominante: uma admite que ladrão é *vagabundo, pilantra, sem-vergonha, safado* e outra admite que esse tipo de ladrão *merece respeito*, porque não é um simples ladrão de galinhas, igual a todos os outros, mas é esperto, malandro.

Temos aqui a configuração da paráfrase discursiva, segundo os termos de Courtine (1981:94), ou seja, a contradição entre dois domínios de saber de formações discursivas antagônicas, ou, em outras palavras, uma reformulação do dizer que constrói redes de formulações do dito.

Essa oposição entre duas posições-sujeito remete ao interdiscurso e caracteriza enunciados divididos, ou seja, a presença de saberes antagônicos em um mesmo enunciado discursivo.

Assim, temos:

$$[e] 1 = \frac{Px}{\quad}$$

$$[e] 2 = Py$$

Nessa configuração, [e]1 e [e]2 representam, no interdiscurso, duas formulações pertencentes a duas FDs antagônicas, e x (pilantra) e y (merece respeito) representam dois valores antagônicos assumidos em um lugar das formulações, ou seja, (x) e (y) representam os limites entre o que seria formulável na FDX e o que seria formulável na FDY.

Assim, essa posição-sujeito reformula esse dizer que já está dito – que ladrão é pilantra, safado – e constrói uma outra formulação para esse dito – ladrão é safado, mas merece respeito (porque é esperto).

Essa reformulação, assim, remete, para duas formações discursivas antagônicas: em uma *o que pode e deve ser dito* é que ladrão é pilantra; em outra, *o que pode e deve ser dito* é que ladrão merece respeito.

A representação de tais limites em um mesmo enunciado discursivo acaba, portanto, caracterizando um enunciado heterogêneo.

Passemos ao outro enunciado.

BLOCO 2: “AINDA BEM QUE TU VAI PRESO. SE O DONO DO GALINHEIRO TE PEGA...”

Pensamos ser possível reconhecer aqui, novamente, um contraste entre as duas posições-sujeito já sinalizadas anteriormente: a posição-sujeito 1, do poder, e a posição-sujeito 2, da submissão.

A posição-sujeito 2 é ocupada pelo sujeito representado pelo ladrão de galinhas. E a posição-sujeito do poder é ocupada tanto pelo delegado quanto pelo dono do galinheiro.

Isto pode ser verificado por uma espécie de jogo entre duas ordens: a da realidade (*tu vai preso*) e a do imaginário (*se o dono do galinheiro te pega...*).

A ordem da realidade reforça a posição do poder. A ordem do imaginário, no entanto, é representada pelas reticências, que instauram um silêncio no discurso do sujeito representado pelo delegado de TO e conferem ao sujeito representado pelo dono do galinheiro a mesma posição de poder.

Isto fica bem evidente quando examinamos a expressão *ainda bem*, que evidencia que a punição dada ao infrator pelo dono do galinheiro seria muito pior do que a própria prisão.

Na verdade, esse enunciado evidencia duas formas possíveis de o sujeito relacionar-se com uma mesma FD, que comporta cumprir a lei, mas que, ao mesmo tempo, concebe sentir simpatia e respeito pelo pilantra.

As reticências, desse modo, trazem para esse discurso o discurso-outro, que reconhece que a lei deve ser cumprida e que ladrão deve ser punido. Neste sentido, as reticências são espaço de heterogeneidade em TO.

Por outro lado, esse jogo entre realidade e imaginário traz também o humor para TO.

Ao afirmar isso, retomamos as colocações de Garcia (2000:77), quando a autora concebe o discurso irônico como reconfiguração ou rearranjo dos elementos de saber de uma FD, que subverte a hegemonia existente na interdiscursividade e muda o já-dito, o já-estabelecido discursivamente.

É isso que acontece aqui: mostrar uma forma de sociedade em que ladrões espertos são respeitados parece ser uma forma de o sujeito-autor chamar a atenção para a realidade e para a necessidade de mudar isso que já está estabelecido.

Assim, o sujeito-autor produz TO com humor irônico no momento em que alude a esse discurso-outro (que diz que a lei deve ser sempre cumprida) e o desqualifica pela voz do delegado.

A posição-sujeito representada pelo delegado, portanto, inscreve-se nesta FD heterogênea e identifica-se com uma posição de simpatia pelo infrator, pelo fato de ele ser esperto.

O silêncio representado pelas reticências em “Se o dono do galinheiro te pega...”, significa, portanto. E as pistas presentes no discurso nos permitem compreendê-lo.

Tudo isso vai nos revelando que as reticências não constituem, como nos queria fazer supor Prandi (1991), um vazio de significado.

BLOCO 3: “SIM, MAS PRIMÁRIO, E COM ESSES ANTECEDENTES...”

É com este enunciado sinalizado pelas reticências que o sujeito-autor de TO produz o efeito de fechamento em seu texto.

Ao falarmos em fechamento, estamos tomando emprestado o termo usado por Solange Gallo (1994), quando a autora fala em *efeito de finalização*, presente num discurso que tem potencialmente um *efeito-autor*, dentro da prática a que ela denomina de *textualização*.

Em TO, esse efeito de fechamento é produzido, paradoxalmente, sobre as reticências, que parecem constituir uma lacuna, parecem sinalizar para algo que ficou faltando.

Assim, a presença das reticências no final do texto, poderia nos fazer supor, conforme nos dizia Prandi (1991), uma ausência, um vazio, uma total falta de significação.

No entanto, não pensamos assim. Para nós, o texto nos permite compreender o modo como essas reticências funcionam nesse discurso.

Examinemos por exemplo a negação presente no enunciado que antecede o enunciado em análise e que precede a última fala do delegado “*O que é isso, Excelência? O senhor não vai preso, não.*”

Acreditamos, seguindo Indursky (1997:213), que a negação marca a presença de um pré-construído como vestígio mais ou menos evidente do interdiscurso no discurso em análise. Isso significa que “a negação é um dos processos de internalização de enunciados oriundos de outros discursos. (...). Como dissemos, essa construção evidencia a presença do *discurso-outro*”. Em outras palavras: a negação é marca de heterogeneidade discursiva.

Assim, a negação evidencia outra posição-sujeito que diz: tu vais preso. Como pudemos constatar, esse era o discurso do delegado, no início do texto.

Esse enunciado “*O senhor não vai preso, não*”, portanto, representa um sujeito dividido entre aquilo que deveria ser (*tu vais preso*) e aquilo que é (*tu não vais preso*), ou seja, um sujeito dividido entre duas posições-sujeito inscritas em FDs antagônicas.

O próprio texto nos oferece as pistas que levam à identificação dessa divisão entre posições-sujeito, e isso está relacionado aos tais *antecedentes*: “*especulo com dólar; invisto no tráfico de drogas; comprei alguns deputados, dois ou três ministros; superfaturado preços; sou trilionário; sonego Imposto de Renda; deposito dinheiro ilegalmente no exterior*” .

Assim, embora o senso comum mostre que os ladrões de galinha vão para a cadeia, o que se vê aqui é que o ladrão de galinhas especial, de colarinho branco, não vai.

Podemos pensar então que as reticências permitem que o interdiscurso se atravesse na atribuição dos sentidos e que produza sentidos que, em uma outra região do interdiscurso, não seriam produzidos, porque seriam diferentes as condições de sua produção, porque esses sentidos seriam produzidos sob outro efeito da memória discursiva.

Essa contradição faz surgir também o efeito de humor e de ironia no discurso, pois, ao dizer uma coisa (o senhor vai preso), esse sujeito acaba dizendo justamente outra coisa (o senhor não deve ir preso). Assim, o humor, na medida em que mobiliza esse jogo entre discursos opostos, introduz o discurso-outro, acentua a posição-sujeito do autor.

Todos os fatores apontados contribuem para a construção de uma leitura para esse enunciado com reticências. E isto nos permite dizer que o silêncio representado pelas reticências significa.

Acreditamos, no entanto, que esse silêncio possa ser ressignificado pela interferência do sujeito-leitor.

Podemos pensar então que esse sinal da pontuação, conjugados ao humor, funcione, para o sujeito-leitor, como uma “porta de entrada”, como uma forma de acesso ao texto. Porta pela qual esse leitor pode entrar ou não, determinando sua leitura, revelando sua posição-sujeito, ressignificando esse silêncio.

Neste sentido, acreditamos que as reescritas de um texto podem revelar essas “entradas”, isto é, a leitura e a interpretação dos sujeitos-leitores. A reescrita do texto, então, vai desvelar esse processo e apontar a manutenção ou a transformação dos sentidos.

Neste sentido, o emprego das reticências assinala um espaço de interpretação, ou seja, abre um espaço para o dizer do outro. E, nessa medida, constitui-se em possibilidades de diferentes leituras.

Vejam agora como se dá o funcionamento discursivo da interrogação no texto escolhido como origem para a produção de textos pelos universitários.

2.2.2 Texto-origem e interrogação

Na execução desta análise, partimos da concepção de que o ponto de interrogação, ao criar um espaço que prevê uma resposta, abre um espaço de interpretação, a ser preenchido pelo ouvinte. A interrogação, nesta perspectiva, é um sinal discursivo explícito, um lugar visível deixado no texto para interpretação. É uma brecha aberta para a ação do leitor.

O texto em exame – “Arc e os economistas” – apresenta uma situação de interlocução entre um marciano, que vem regularmente à Terra para ver se vale a pena Marte investir aqui, e um terráqueo.

É possível observar que o diálogo criado pelas perguntas e respostas entre os interlocutores, a exemplo do que foi constatado no texto “Experiência Nova”, revela uma relação assimétrica entre os protagonistas do discurso.

Assim, enquanto o terráqueo personifica a voz daquele que sabe das coisas, que está acostumado com a situação do país, a voz do marciano surge como a personificação daquele que não consegue entender a realidade do país visitado.

A fim de entender o funcionamento discursivo da interrogação, seguimos os mesmos passos adotados no trato com as reticências e procuramos verificar em que medida as perguntas presentes no texto colaboram para a formação dos sentidos.

Passemos então ao exame dos enunciados.

BLOCO 1: “O QUE FAZEM OS ECONOMISTAS? FAZEM ECONOMIA?”

Começamos nossa análise observando o ponto de interrogação e notando que, ao ser empregado pelo marciano, ele cria, para o terráqueo, uma necessidade, uma obrigação: a de responder. Quer dizer: o terráqueo precisa trabalhar aquele espaço que fica aberto.

A resposta, assim, surge para preencher esse espaço: “Claro que não, Arc. Fazer economia qualquer um pode fazer. Basta gastar menos... Os economistas se dedicam a importantes estudos sobre a conjuntura econômica de um país, até do mundo: produção, consumo, arrecadação, déficits e superávits”.

A interrogação, nesse sentido, sinaliza o discurso, obriga o leitor a realizar um gesto de interpretação, a expressar a sua leitura. Sem esse gesto, o discurso não se desenvolve, estaciona.

Vamos então observar de que forma esse trabalho vai ocorrendo no texto em análise.

Podemos perceber, neste enunciado, um jogo entre duas posições-sujeito contrárias inscritas em uma mesma FD.

Temos, então, a posição-sujeito 1, a do conhecimento, e a posição-sujeito 2, a do desconhecimento. A posição-sujeito 1 é assumida pelo terráqueo, e a posição-sujeito 2 é assumida pelo marciano.

Tal oposição surge através do jogo de palavras – economista/economia – empregado pelo sujeito que assume a posição-sujeito 2.

Note-se que o emprego da negação – “*Claro que não, Arc*” – dada como resposta à pergunta “*O que fazem os economistas? Fazem economia?*”, é marca de heterogeneidade discursiva nesse discurso. Ou seja, ao negar, o sujeito representado no texto pelo terráqueo, traz para seu discurso uma outra voz que admite que, como qualquer outra pessoa, os economistas deveriam fazer economia. Desse modo, ele completa a negação com a expressão “*fazer economia qualquer um faz, basta gastar menos...*”. Ou seja: qualquer um, menos os economistas.

É interessante observar, nesse enunciado, o emprego das reticências: “*basta gastar menos...*”. Ao empregar tal sinal de pontuação em um texto já sinalizado pelas interrogações, o sujeito-autor cria uma superposição de sinais discursivos, de lacunas a serem preenchidas pela prática discursiva da leitura.

E nos permite produzir, nesse lugar, pelo menos um efeito de sentido: os economistas gastam muito, ao contrário de *qualquer um*, ou seja, ao contrário do resto da população brasileira.

Esse uso dos sinais de pontuação acaba construindo ainda um outro efeito em TO: o do humor. Cria-se então uma espécie de jogo entre posições ideológicas, que presentifica o interdiscurso nesse texto, ou seja, que traz o discurso-outro, mas apenas para desconsiderá-lo.

Passemos ao segundo enunciado.

BLOCO 2: “ENTENDE?”

Aqui, o jogo entre pergunta e resposta (“Não. Isso tudo serve para quê? Por exemplo, melhora a vida da população brasileira?”) ratifica a assimetria entre os protagonistas do discurso e, com isso,

a oposição entre conhecimento e desconhecimento, o que equivale, como vimos anteriormente, a uma oposição entre duas posições-sujeito.

Ao mesmo tempo, esse jogo é também marca de heterogeneidade discursiva, ou seja, o sujeito-autor traz para o seu discurso, através da posição-sujeito representada pelo marciano, o discurso-outro, em que fazer “*estudos sobre a conjuntura econômica de um país, até do mundo: produção, consumo, arrecadação, déficits e superávits*”, não é tão importante para dispensar os economistas de fazerem economia, como todo mundo faz.

Mas há algo mais aqui, pois o marciano complementa sua resposta com outra pergunta: “*Isso tudo serve para quê? Por exemplo, melhora a vida da população brasileira?*”

Tal questionamento ratifica o atravessamento do interdiscurso em TO, pois expõe um outro saber, um discurso-outro: esse trabalho serve para muita coisa, esses estudos melhoram a vida da população brasileira.

Ao mobilizar esse discurso-outro, que não corresponde à realidade, o sujeito representado pelo marciano acaba por revelar uma sociedade feita de desigualdades, em que alguns são privilegiados e outros, não.

Quer dizer: com a amostra desse desconhecimento, o sujeito representado pelo marciano fala da maior parte do povo brasileiro, que também não sabe o que são os economistas, para que servem, e que também não entende por que motivo realizar “importantes estudos” torna essas pessoas tão diferentes do outro. Nesta perspectiva, o marciano pode ser pensado como uma caricatura do povo brasileiro.

Esse discurso-outro, no entanto, é introduzido em TO de uma forma não-séria, ou seja, esse discurso não é introduzido para ser valorizado, mas, ao contrário, para ser desconsiderado.

É essa contradição – tratar de um assunto sério de modo não-sério – que cria o efeito de humor em TO.

Vamos então ratificando nossa posição quanto ao fato de que a interrogação é realmente lugar de produção de sentidos, de interferências, de heterogeneidade.

BLOCO 3: “ISSO TUDO SERVE PARA QUÊ? POR EXEMPLO, MELHORA A VIDA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA?”

Podemos perceber, nesse bloco, novamente, as duas posições-sujeito reconhecidas nos blocos anteriores: uma revela o desconhecimento e é identificada à posição-sujeito ocupada pelo marciano (*Isso tudo serve para quê? Por exemplo, melhora a vida da população?*); a outra revela o

conhecimento, surge pelo viés da resposta, e é identificada à posição-sujeito em que se inscreve o terráqueo (*Tá difícil, hein, marciano? Eu disse “importantes estudos”, entendeu? Por exemplo, fazem previsões sobre o futuro da economia...*).

Como já afirmamos anteriormente, a pergunta realizada pelo marciano reforça a construção da caricatura do povo brasileiro, que não entende para que servem os estudos dos economistas, se esses não forem para melhorar a vida da população. Quer dizer: ele não entende o óbvio.

É significativo o emprego das aspas em “importantes estudos”, marca da heterogeneidade desse discurso, na medida em que evidencia o confronto entre as duas posições-sujeito. Desse modo, a posição-sujeito do conhecimento identifica-se com: realizar importantes estudos = ocupar-se da conjuntura econômica do país = fazer previsões para o futuro; e a posição-sujeito do desconhecimento identifica-se com: fazer estudos que não interessam = não trazer melhores condições de vida para o povo.

Essa segunda posição-sujeito evidencia o discurso-outro, que entra pelo viés do interdiscurso, onde convivem esses dizeres antagônicos.

É possível dizer também que a interlocução constrói um jogo de pergunta e resposta que parece não cumprir, de fato, a sua função, uma vez que, nesse jogo, cabe ao interrogado a obrigação de dar uma resposta, e ele não faz isso.

Assim, como já vimos acontecer anteriormente, o jogo parece ser apenas aparente, incompleto, pois o interlocutor responde às perguntas do locutor com outras perguntas. Desse modo, o enunciado “*Tá difícil, hein? Eu disse ‘importantes estudos’, entendeu?*”, corresponderia, na verdade, a dizer “você não está entendendo”, mas não uma resposta, um esclarecimento que diga, afinal, se isso tudo melhora a vida da população brasileira.

Neste sentido, poderíamos pensar que, nesse caso, o sujeito que representa o conhecimento não trabalha, efetivamente, o espaço de interpretação sinalizado pela interrogação. Em outras palavras: poderíamos pensar que, com suas respostas (em forma de pergunta) o interlocutor silencia, não diz.

Note-se, ainda, que o terráqueo conclui a sua fala com reticências. Ou seja: ele abre uma nova lacuna em seu dizer, que já estava sinalizado pela lacuna da interrogação. E um novo silêncio é criado no discurso. Entretanto, sabemos que esses silêncios significam. E que, ao não dizer – e por não dizer – ao criar outros espaços sinalizados de interpretação em seu discurso, o sujeito diz. E mais: ao não responder, ao não dizer, ele remete ao discurso-outro (em que os estudos dos economistas melhoram a vida da população), e, com isso, ratifica a oposição entre posições-sujeito contrárias nessa FD.

Diríamos ainda que as perguntas do sujeito representado pelo marciano têm um tom de falsa ingenuidade, de um fictício desconhecimento. Portanto, o discurso desse sujeito (que desconhece a realidade brasileira) revela, paradoxalmente, uma dose maior de conhecimento do que o discurso do sujeito representado pelo terráqueo (que sabe tudo sobre essa mesma realidade).

E esse jogo de contradições dá um efeito de humor nesse discurso.

Desse modo, diríamos que, com a resposta *tá difícil, hein, marciano?*, o terráqueo, além de não explicar para que servem esses estudos, constrói o sentido de que, na verdade, isso *não* melhora a vida da população.

Passemos à análise do outro enunciado.

BLOCO 4: “E ACERTAM?”

A resposta para tal pergunta, em TO, é: “Nunca. Mas não é isso que interessa. Ao estudar os movimentos da economia, eles elaboram tendências para o futuro...”

A oposição entre duas posições-sujeito mantém-se nesse bloco e é aqui realçada pelo emprego do *mas* no enunciado “*Nunca. Mas não é isso que interessa*”.

O que constatamos então é uma oposição entre posições-sujeito contraditórias. Temos então a posição-sujeito 1, em que é construído o sentido de que os economistas nunca acertam, e a posição-sujeito 2, em que é construído o sentido de que isso não interessa.

Na verdade, essa oposição remete a duas FDs antagônicas: uma admite dizer que os economistas *não acertam*; a outra admite dizer que *isso não interessa*.

Vemos, então, mais uma vez, a caracterização de um enunciado dividido:

$$P = \frac{(x) \text{ os economistas não acertam}}{(y) \text{ isso não interessa}}$$

O enunciado “*não acertam, mas isso não interessa*”, assim, põe em cena saberes antagônicos em um mesmo enunciado discursivo, ou seja, manifesta os limites entre o que seria formulável na FDX e o que seria formulável na FDY.

As perguntas do marciano, no entanto, inserem nesse discurso um discurso-outro, o que nos permite pensar que as duas posições-sujeito presentes no discurso, inscritas em FDs antagônicas, possam ser assim concebidas: posição-sujeito 1: não interessa que os economistas nunca acertem; posição-sujeito 2: deveria interessar, eles deveriam acertar. Fica fácil depreender, pelas pistas oferecidas até aqui pelo discurso, que a posição-sujeito 1 corresponde ao sujeito representado pelo terráqueo e que a posição-sujeito 2 corresponde ao sujeito representado pelo marciano (e que é a caricatura da maioria do povo brasileiro).

Salientamos ainda que esse jogo entre pergunta (que indaga o óbvio) e resposta (que não confirma esse óbvio), que remete a um discurso-outro, cria um efeito de jocosidade, de desqualificação desse discurso.

BLOCO 5: “DESCULPE A INSISTÊNCIA, MAS ISSO SERVE PARA QUÊ?”

Com esta pergunta, o sujeito-autor produz o efeito de fechamento de seu texto e ratifica a oposição entre as duas posições-sujeito já referidas anteriormente.

A primeira posição é a do conhecimento, é assumida pelo sujeito representado pelo terráqueo, o qual é a expressão de apenas uma pequena parte do povo, e identifica-se com um saber em que os estudos dos economistas não são úteis, não melhoram a vida do povo; a segunda posição é a do desconhecimento, é assumida pelo sujeito representado pelo marciano, o qual é a representação da maior parte da população brasileira, e identifica-se com um saber em que os estudos dos economistas deveriam ser úteis, deveriam melhorar a vida do povo.

Há ainda nessa pergunta algo especial: por ser colocada no final do texto, ela fica sem qualquer tipo de resposta. Quer dizer: esse espaço sinalizado de interpretação fica aberto, sem a interferência de nenhum dos protagonistas do discurso.

Será, portanto, um espaço vazio de significação? Uma lacuna de sentido? Um nada?

Na nossa perspectiva, não. Para nós, esse espaço vai sendo trabalhado pelo sujeito-autor em seu texto, pelo jogo entre perguntas e respostas, pelo contraste entre posições-sujeito contrárias, pela presença do discurso-outro, pelo humor.

Esse humor é criado pelo jogo entre perguntas (posição-sujeito 2, do desconhecimento) e respostas (posição-sujeito 1, do conhecimento), o que insere o discurso-outro nesse discurso. Esse discurso-outro vem pelo viés do desconhecimento, da (falsa) ingenuidade, que é o que permite perguntar o óbvio.

Podemos dizer então que o humor atravessa o interdiscurso em TO, e evidencia um contraste entre diferentes posições, entre distintas formas de os sujeitos se relacionarem com a FD em que se inscrevem.

Esse espaço da interrogação, portanto, não é vazio de significação. Ele significa. E é isso que nos revela a **posição-sujeito do autor**; esse discurso-outro, que fica subjacente à voz do sujeito representado pelo marciano, e que fica suspenso através da interrogação, diz aquilo que o sujeito-autor não chega a dizer.

Isto não quer dizer, no entanto, que, ao ser tomado por outros sujeitos, esse espaço da interrogação deva ser trabalhado assim.

Quando sinaliza o discurso com a interrogação, o sujeito-autor (apesar de já haver, de alguma forma, “dito” alguma coisa nesse espaço) cria um silêncio no seu discurso (um silêncio que significa), e se exime da responsabilidade de dizer. Ele passa para o sujeito-leitor essa responsabilidade, a obrigação de dizer. São os gestos de leitura dos sujeitos-leitores, portanto, que poderão completar essa lacuna significativa representada pela interrogação.

Realizado esse primeiro contato com os textos-origem – textos sinalizados pelas reticências e pelo ponto de interrogação, em textos de humor – que dão origem aos textos dos estudantes universitários, passamos então ao exame dessas produções.

2.3 LEITURA E RELEITURA : A FUNÇÃO-AUTOR

Passamos a analisar aqui as reescritas dos textos-origem. Isto implica examinar os textos produzidos pelos estudantes tanto a partir do comando “reescreva o texto lido”, quanto a partir do comando “escreva um novo texto a partir do texto lido”, aos quais denominamos de *novos textos*.

Nesta seção, portanto, vamos estar trabalhando tanto com seqüências discursivas extraídas das retomadas e dos novos textos produzidos a partir do texto “Experiência Nova”, quanto com seqüências discursivas extraídas das retomadas e dos novos textos produzidos a partir do texto “Arc e os economistas”. O primeiro é sinalizado pelas reticências; o segundo, pela interrogação.

O que caracteriza essa seção é a construção de um efeito de sentido que mantém o dizer no nível do mesmo, da reiteração do sentido criado em TO.

A análise leva então à elaboração do primeiro recorte discursivo.

2.3.1 Recorte 1: a reiteração do mesmo

Este recorte discursivo é constituído pelas seqüências discursivas representativas da posição-sujeito que revela a assunção, pelos sujeitos-leitores, da mesma posição-sujeito do autor, tanto no que diz respeito às retomadas de TO quanto no que diz respeito à produção de novos textos a partir de TO.

O recorte está subdividido em grupos discursivos – que refletem a reunião das retomadas e dos novos textos produzidos a partir do texto com reticências e a reunião das retomadas e dos novos textos produzidos a partir do texto com interrogação – e em blocos discursivos – nos quais examinamos as seqüências discursivas que remetem aos enunciados que estão sendo retomados pelos sujeitos-leitores.

2.3.1.1 Grupo 1 : reticências e retomadas

Esse grupo discursivo está constituído pelas seqüências discursivas que surgiram a partir do comando “reescreva o texto lido”.

O grupo está subdividido em blocos discursivos, em que o enunciado remete a TO, e as seqüências discursivas remetem às retomadas desse enunciado de TO.

BLOCO 1: “QUE GRANDE PILANTRA...”

RETOMADAS:

Sd1: “– Seu pilantra! Ladrão inteligente merece respeito!”

Sd2: “– Que grande safado, só que muito esperto.”

Sd3: “– Seu sem-vergonha! Que imaginação fértil, hein?”

Este bloco discursivo retoma a assimétrica relação de forças, presente em TO, entre os protagonistas do discurso. Assim, vemos um dos interlocutores – o sujeito representado pelo delegado – dirigir o discurso, atribuindo a si mesmo o lugar social da superioridade e atribuindo a seu interlocutor – o ladrão de galinhas – o lugar social da inferioridade.

Com isso, os sujeitos-leitores caracterizam também uma FD em que se verificam a posição-sujeito do poder (assumida pelo sujeito representado pelo delegado) e a posição-sujeito da submissão (assumida pelo sujeito representado pelo ladrão de galinhas).

Tais seqüências, portanto, estabelecem um efeito de ressonância com o mesmo bloco de TO, ou seja, o efeito de sentido criado nas retomadas pelos sujeitos-leitores é o mesmo que se cria em TO quando o sujeito-autor emite o enunciado “que grande pilantra...”.

Esse efeito de ressonância pode ser traduzido também como um espaço de “coincidências” do dizer, ou seja, como um espaço em que o dizer e o sentido são amplamente partilhados por enunciador (sujeito-autor) e destinatário (sujeito-leitor). Assim, vemos o sentido de *pilantra* ser retomado através de *safado*, *sem-vergonha*, nos revelando uma coincidência entre as palavras e as coisas que elas significam.

Além disso, nesse bloco discursivo, podemos notar também um efeito de sentido que mostra a correspondência entre ser *pilantra* e ser *esperto*, possuir *inteligência*, *imaginação fértil* e merecer *respeito*.

Isso indica que os sujeitos-leitores, ao se identificarem com uma das posições-sujeito que circulam em TO, produzem textos também heterogêneos, carregados de posições-sujeito oriundas de formações discursivas diversas. Assim, encontramos um dizer em que cabe uma avaliação negativa para o ladrão de galinhas (ladrão, pilantra, safado), mas também um dizer em que cabe uma avaliação positiva para esse ladrão (esperto, inteligente, tem imaginação fértil, merece respeito).

Reconhecemos aqui, como em TO, a caracterização de enunciados divididos, por meio dos quais se associam saberes antagônicos em um mesmo enunciado discursivo.

Assim, temos:

$$\text{Sd1: P} = \frac{\text{(x) pilantra}}{\text{(y) inteligente, merece respeito}}$$

$$\text{Sd2: P} = \frac{\text{(x) safado}}{\text{(y) esperto}}$$

$$\text{Sd3: P} = \frac{\text{(x) sem-vergonha}}{\text{(y) imaginação fértil}}$$

Nesses enunciados, (x) representa o que seria formulável na FDX: ladrão = pilantra, safado, sem-vergonha; e (y) representa o que seria formulável na FDY : ladrão = inteligente, esperto, imaginação fértil, merece respeito.

Desse modo, podemos dizer que os sujeitos-leitores, assim como o sujeito-autor de TO, constroem redes de formulações do dito, que retomam o dito de TO. Quer dizer: os sujeitos-leitores retomam, tal como ocorre em TO, um dizer em que cabe *ladrão = pilantra, safado, sem-vergonha* e o reformulam dizendo *ladrão = inteligente merece respeito, esperto, tem imaginação fértil*.

Em função disso, estamos inclinados a pensar que, ao recriar tal rede de formulações, esses sujeitos-leitores acabam, paradoxalmente, por criar uma família parafrástica que retoma o mesmo produzido em TO, assemelhando-se à paráfrase lingüística, em que o mesmo sentido é produzido.

Acreditamos então ser possível pensar que tais reformulações são muito mais do nível intradiscursivo, ou seja, alterações na materialidade do enunciado, do que do nível interdiscursivo, ou seja, paráfrases discursivas. Tais alterações, portanto, remetem ao processo discursivo e não ao interdiscurso.

Tal concepção nos levaria a considerar, em princípio, a existência da paráfrase intradiscursiva, na qual os sujeitos-leitores constroem redes de reformulações do dito que remetem principalmente ao intradiscurso, mantêm o sentido no nível do mesmo e inscrevem-se na mesma FD de TO.

Tais afirmações são, por enquanto, apenas conjecturas, que esperamos ir firmando com as análises.

Continuando nossa análise, e voltando nossa atenção para o uso das reticências pelo sujeito-autor, podemos dizer então que o espaço sinalizado pelas reticências é, nesse bloco, trabalhado pelos sujeitos-leitores com um dizer que é da mesma ordem do dizer de TO.

Isto significa reconhecer a assunção, pelos sujeitos-leitores, da mesma posição-sujeito assumida pelo sujeito-autor de TO, e, conseqüentemente, a criação de um efeito de ressonância de sentido entre TO e essas retomadas .

Passemos à análise do bloco seguinte.

BLOCO 2: “SE O DONO DO GALINHEIRO TE PEGA ...”

RETOMADAS:

Sd4: “ – Ainda bem que tu vai preso. Se o dono do galinheiro te pega acaba te dando um tiro.”

Sd5: “ – Felizmente tu vais preso. Se o dono do galinheiro te pega, ele vai te surrar até a morte.”

Sd6: “ – Ainda bem que tu vai preso. Se o dono te pega ele te arranca o pescoço.”

Esses sujeitos-leitores retomam a distinção entre duas posições-sujeito: a do poder (assumida pelo delegado, que diz *tu vai preso*, e pelo dono do galinheiro, que pode punir o ladrão) e a da submissão (assumida pelo ladrão de galinhas, que tem como opções ser preso pelo delegado ou ser pego pelo dono do galinheiro).

Podemos reconhecer a retomada do jogo entre fatos de duas ordens: a ordem da realidade e da ordem do imaginário.

Como constatamos anteriormente, TO trabalha a ordem da realidade (*tu vai preso*) e se abstém de mexer com a ordem do imaginário, colocando em seu lugar as reticências (*se o dono do galinheiro te pega...*).

É justamente com a ordem do imaginário que os sujeitos-leitores operam e, realizando gestos de interpretação, substituem a lacuna de significação posta pelo sujeito-autor de TO através das reticências por expressões como *acaba te dando um tiro, ele vai te surrar até a morte, te arranca o pescoço*.

O sentido que surge aqui, no entanto, estabelece uma ressonância de significação com o sentido presente em *ainda bem que tu vai preso*, onde fica implícito que a punição do dono do galinheiro, ao descobrir-se lesado, seria muito pior que a prisão. Daí o aparecimento de *acaba te dando um tiro, ele vai te surrar até a morte, te arranca o pescoço*. Quer dizer: os sujeitos-leitores compreendem a lacuna, preenchem esse espaço e mantêm o sentido de TO.

Tal leitura dos sujeitos-leitores vem ratificar a posição que defendemos na primeira parte desse estudo – seção 3.2.1. – quanto ao fato de que trabalhar o espaço das reticências não significa traduzir o silêncio em palavras, uma vez que o silêncio significa por si mesmo. É por significar por si mesmo, portanto, que esse espaço pode ser compreendido e preenchido. Mais do que isso: os diferentes preenchimentos constituem uma família parafrástica e remetem para o processo discursivo.

Essa significação não é independente do sujeito, no entanto. E é por isso que diferentes leitores lidam com esse espaço de diferentes formas.

Completar esse silêncio representado pelas reticências com *te dá um tiro*, ou com *te surra até a morte*, ou com *te arranca o pescoço*, no entanto, não causa, em termos discursivos, nenhuma diferença, pois, sendo o discurso *feito de sentidos*, permanecemos, com tais formulações, no espaço do mesmo.

Reconhecemos, assim, nessa manutenção de sentido, uma coincidência entre o dizer do sujeito-autor de TO e o dizer dos sujeitos-leitores, o que significa dizer que é a coincidência entre as palavras e as coisas que elas significam que preserva, entre o texto-origem e as suas retomadas, o mesmo efeito de sentido.

O emprego de expressões como *ainda bem* e *felizmente* revela também a inscrição dos sujeitos-leitores na mesma FD heterogênea em que se inscreve TO e revela também textos heterogêneos, que comportam um dizer como *tu vai preso*, mas que admite também um dizer como *ainda bem que não vais ser castigado pelo dono do galinheiro*.

E revela também que os sujeitos-leitores trabalham o humor presente em TO, pois, ao dizer *não vais ser castigado*, eles, como ocorre em TO, aludem a um discurso-outro que diz *tu deverias ser castigado*. Quer dizer: esse discurso-outro fica circulando em TO, sem ser dito, mas opondo-se ao discurso que é dito, relativizando-o, deslocando o sentido dominante. É essa presença-ausência que acaba criando o efeito de humor no discurso.

O humor presente em TO, dessa forma, permanece presente também nos textos produzidos pelos estudantes.

Podemos dizer então que os sujeitos-leitores, nesse bloco, assumem a mesma posição-sujeito do sujeito-autor de TO, na medida em que, pelo viés do humor e da ironia, procuram desconstruir o sentido segundo o qual seria bom que o ladrão escapasse ileso.

Assim, reconhecemos também nesse bloco discursivo uma relação de paráfrase com o bloco 2 de TO, ou seja, uma ressonância de significação, a manutenção de um mesmo efeito de sentido, a identificação dos sujeitos-leitores com a mesma matriz de sentido construída pelo sujeito-autor do texto “Experiência Nova”.

Vejamos o bloco seguinte.

**BLOCO 3 : “ – SIM. MAS PRIMÁRIO, E COM ESSES ANTECEDENTES ...”
RETOMADAS:**

Sd7: “– Sim, mas primário e com esses antecedentes a gente pode dar um jeitinho brasileiro e não colocá-lo atrás das grades, porque neste país quem tem dinheiro jamais poderá viver uma experiência dessas.”

Sd8: “– Sim, mas primário e com esses antecedentes, não posso prendê-lo, o senhor sabe como é, no nosso país só cumpre pena um ‘ladrãozinho’ que rouba para matar a fome de seus filhos. Jamais alguém com seu poder e sua inteligência, Excelência.”

Sd9: “– Não, o senhor não vai preso, pois é primário e com todos esses antecedentes não tenho condições, perderei meu emprego. Deixa assim. Vá embora dessa delegacia e diga que nunca conversamos antes.”

Como podemos notar, ao retomar o texto, os sujeitos-leitores, num gesto de interpretação, num processo de leitura das reticências, acabam por dizer aquilo que está lá em TO, de alguma forma, mas que não chega a ser dito pelo sujeito-autor: que se o ladrão fosse um simples “ladrãozinho” de galinhas, um pobre que roubasse para matar a fome, ele seria preso, sim.

Na verdade, esse saber está no interdiscurso, que se atravessa na leitura dos sujeitos-leitores, quando eles reescrevem, da mesma que se atravessa na leitura do sujeito-autor quando ele escreve o texto-origem.

Diríamos que esses leitores, ao reescreverem o texto-origem, apropriam-se de um já-lá que está na formação discursiva em que se inscreve o sujeito-autor e, ao fazê-lo, acabam por se inscrever na mesma FD e manter o sentido no nível do mesmo.

Assim como acontece no bloco 3 de TO, a negação presente em “*não colocá-lo nas grades*”, em “*não posso prendê-lo*” e em “*o senhor não vai preso*” revela também que esse enunciado remete a FDs antagônicas, ou seja, que nesse enunciado convivem dizeres divergentes.

Quer dizer: em uma FD, *pode e deve ser dito* que ladrão deve ser preso, é para ser colocado atrás das grades; em outra FD, *pode e deve ser dito* que ladrão importante não pode ser preso.

E é isso que possibilita que o sujeito representado pelo delegado saia da posição-sujeito do poder – que ocupava em relação ao ladrão de galinhas – e passe a ocupar a posição-sujeito da submissão (em relação ao ladrão importante). Como acontece em TO.

No processo de leitura e retomada de TO, os sujeitos-leitores lançam mão ainda de estereótipos, os quais, conforme afirma Leandro Ferreira (1993:69), em seu artigo *A antiética da vantagem e do jeitinho na terra em que Deus é brasileiro (o funcionamento discursivo do clichê no processo de constituição da brasilidade)*, são “enunciados que se apresentam como evidências, indistintamente repetidas e consensualmente aceitas”.

Tais enunciados, reafirmamos, vêm do interdiscurso, e fazem parte do senso comum, daquilo que todo mundo sabe e aceita.

Assim, encontramos, na sd7, o clichê “*jeitinho brasileiro*”, bem como, na sd8, a menção ao estereótipo “*no Brasil, só pobre vai preso*”.

O clichê, conforme Leandro Ferreira, está impregnado na memória do dizer, na memória social, como marca constitutiva da identidade. No clichê *jeitinho brasileiro*, segundo a autora, a marca do diminutivo opera uma significação, apontando uma cumplicidade do sujeito do discurso.

A palavra *jeitinho* parece mobilizar sentidos que atravessam uma tênue linha da moralidade, da ética, que se confunde com esperteza, malandragem.

Também o clichê “*no Brasil, só pobre vai preso*” é indefinidamente repetido e aceito e é considerado representativo do modo de funcionamento da justiça brasileira.

Chamamos a atenção novamente para a negação contida em *não posso prendê-lo* (sd8) e em *o senhor não vai preso* (sd9). Como já afirmamos anteriormente – segunda parte/cap.2/seção 2.2.1./bloco 3 – com base em Indursky (1997), essas negações marcam a presença de um pré-construído como vestígio mais ou menos evidente da presença do interdiscurso no intradiscurso.

Assim, quando apresentam um delegado que diz que o ladrão *não* vai preso, que diz que *não* pode prendê-lo, os sujeitos-leitores trazem para seu discurso o discurso-outro, ou seja, uma voz que admite que o criminoso deve ser preso. É essa realidade que o clichê contraria: pode-se dar o *jeitinho brasileiro*, pois *só pobre vai preso no Brasil*.

Essa é uma forma de os sujeitos-leitores trazerem o humor presente em TO também para seu discurso. Ou seja: eles desconstroem o senso comum, o discurso-outro e, com isso, criam um efeito de humor e ironia.

Assim, se o senso comum mostra que ladrões de galinha vão para a cadeia, esses sujeitos-leitores expressam aquilo que o sujeito-autor de TO não chega a dizer em seu discurso: quando o ladrão é especial, quando tem colarinho branco, quando tem “bons antecedentes” (compra ministros, sonega impostos, pratica tráfico de drogas, etc.), ele não é punido.

Tudo isso nos leva a dizer que esses sujeitos-leitores, ao retomarem TO, operam sobre as reticências, preenchendo essa lacuna na mesma direção de sentido aí imprimida pelo sujeito-autor de TO.

Como já frisamos, eles não traduzem em palavras o silêncio expresso por esse sinal de pontuação, mas compreendem o modo como ele significa e, através da retomada, ao reescreverem o texto, dizem aquilo que o sujeito-autor silenciou ao suspender seu discurso. Ao fazer isso, criam um efeito de ressonância de sentido com o bloco 3 de TO, ou seja, estabelecem com aquele bloco discursivo uma relação parafrástica, inscrevendo-se na mesma matriz de sentido.

O gesto de interpretação desses sujeitos-leitores, portanto, apesar de interpretar o espaço lacunar representado pelas reticências, não chega a ocasionar mudanças de sentido em relação a TO.

2.3.1.2 Grupo 2: reticências e a produção de novos textos

Neste ponto, passamos a deter nossa atenção sobre os textos que surgiram a partir do comando “produza um novo texto a partir do texto lido”.

A análise é norteadada por questões como: nos textos sinalizados pelas reticências, o leitor, ao produzir um novo texto, trabalha esses espaços de interpretação? Como o leitor lida com o humor presente em TO, ao escrever um novo texto? Os sentidos gerados são os mesmos encontrados nas retomadas?

Não julgamos necessária a subdivisão desse grupo em blocos discursivos, uma vez que, ao obedecerem ao comando “produza um novo texto”, os sujeitos-leitores, ao contrário do que acontece nas retomadas, não mantêm uma relação direta, par a par, com os trechos em que ocorrem as reticências.

Passemos então às seqüências.

NOVOS TEXTOS:

Sd10: “Só existe prisão para os pobres, os quais, na maioria das vezes, roubam para sobreviver. Já os grandes ladrões, isto é, os inteligentes que roubam, traficam e cometem grandes corrupções, como o prefeito de São Paulo, Celso Pitta, que roubou e traiu sua cidade em benefício próprio e de outros corruptos, não vão para a cadeia, pois conseguem comprar os que irão julgá-los e conseguem sair impunes de todas as suas falcaturas”.

Sd11: “É assustadora a “cara de pau” de nossos governantes, como, por exemplo, nosso ex-presidente Fernando Collor de Mello, que roubou, sonegou impostos, e agora, onde se encontra? Na cadeia? Não, nos States da vida, no maior conforto, enquanto que aquele que rouba na feira, nos supermercados ou até mesmo nos galinheiros, que rouba para sua sobrevivência, está apanhando da polícia dentro de uma cadeia qualquer. Infelizmente vivemos em um país de terceiro mundo, onde quem tem mais pode mais e domina quem tem menos, vencendo a punição e a falta de atitude das grandes autoridades.”

Sd12: “A última frase do texto deixa transparecer toda hipocrisia e corrupção que há por trás de nossos “doutores” e “senhores” da lei e da política. Sempre se dá um “jeitinho” para um pilantra que nunca havia sido pego, mas que tem muito dinheiro a ponto de ter “antecedentes” tão influentes e que jamais (por maior que fosse o roubo) apareceu nas negras colunas de um jornal como ladrão.”

Como podemos perceber, o efeito de sentido criado pelas seqüências discursivas que surgem através do comando “produza um novo texto a partir do texto lido”, não é diferente do efeito criado pela retomada de TO.

Constatamos também aqui, da mesma forma que no grupo 1, a apresentação, pelos sujeitos-leitores, das duas posições-sujeito divergentes já sinalizadas também em TO: a do poder e a da impotência que leva à submissão.

Os sujeitos-leitores mostram, assim como o sujeito-autor de TO, que essas posições são relativas, pois podem ser ocupadas por sujeitos diferentes. Assim, a posição-sujeito do poder pode ser ocupada por uma autoridade, mas pode ser ocupada também por criminosos ricos e importantes, que praticam ilegalidades, mas que, por causa do dinheiro ou da influência que possuem, não ocupam a posição de submissão, que pertence ao bandido pobre. E a posição-sujeito da submissão pode ser ocupada por um ladrão de galinhas, mas pode ser ocupada também por um delegado corrupto.

Dessa forma, os sujeitos-leitores produzem textos heterogêneos, que admitem falar em *prisão* para quem rouba, mas que aceita também dizer que ladrões *importantes, ricos, doutores, senhores da lei e da política*, que praticam *corrupção, grandes roubos e falcatruas*, não podem ser presos, que para estes se dá um “*jeitinho*”.

Como podemos notar, os sujeitos-leitores, num gesto de interpretação, da mesma forma que acontece no grupo 1, acabam dizendo aquilo que não chegou a ser dito pelo narrador de TO: com antecedentes como esses (roubo, sonegação, tráfico, etc.) ninguém vai preso, pois, no Brasil, cadeia é só para pobre.

Esse jogo entre posições-sujeito contrárias é, portanto, marca da heterogeneidade dos textos produzidos pelos estudantes, textos que estão repletos de posições-sujeito oriundas de FDs diversas.

Essa heterogeneidade ganha destaque, na sd12, quando o leitor marca, entre as suas, aquilo que considera ser as palavras do sujeito-autor e diz: “senhores”, “doutores”, “antecedentes”.

Temos aí um exemplo – a que já referimos na primeira parte desse estudo, cap.2/seção 2.4.2. – de uma heterogeneidade a que Authier (1998) trata como “não-coincidência entre o dizer e as coisas”.

Assim, ao assinalar a presença estranha de palavras que pertencem ao discurso-outro, esse sujeito-leitor esboça em si mesmo o traçado de uma fronteira entre o interior (o seu discurso) e o exterior (o discurso do sujeito-autor).

Esse jogo é responsável também pelo humor, pela relativização do sentido dominante.

Esses leitores também lançam mão de estereótipos, como o do “jeitinho brasileiro”, já referido anteriormente, trazendo para o discurso o efeito de sentido, repetido e aceito, de que no Brasil não se faz justiça com aqueles que têm poder e dinheiro. Para estes, dá-se um “jeitinho” e tudo se resolve.

Percebemos também, nas sd10 e 11, que os sujeitos-leitores trazem para seus textos os nomes de Fernando Collor de Mello e de Celso Pitta, para ilustrar a corrupção e a impunidade corrente entre os políticos.

O que temos, aqui, na verdade, é o atravessamento do interdiscurso na leitura e na produção desses novos textos. Quer dizer: os leitores, num trabalho da memória, buscam no interdiscurso os saberes que lhes permitem produzir sua leitura, em que o que pode e deve ser dito é que criminosos e ladrões devem ir para a cadeia, mas que pode ser dito também que, no Brasil, só pobre vai preso.

2.3.1.3 Grupo 3: interrogação e retomadas

Neste grupo discursivo, vamos analisar as seqüências discursivas que foram produzidas sob o comando de retomada do texto *Arc e os economistas*, texto sinalizado pela interrogação, que, também aqui, aparece em um texto de humor.

Mais uma vez, os blocos discursivos são constituídos pelas ocorrências que no TO apresentam o sinal de pontuação em exame e que são retomadas pelos sujeitos-leitores.

BLOCO 1: “O QUE FAZEM OS ECONOMISTAS? FAZEM ECONOMIA?”

RETOMADAS:

Sd13: “Não, absolutamente não. Os economistas não fazem economia, eles a estudam”.

Sd14: “Eles estudam a situação econômica do país, como, por exemplo, o consumo, as arrecadações, as dívidas”.

Sd15: “Não. Fazem estudos sobre a economia do país e do mundo, analisando o sistema de investimentos para o futuro, se baseando nos cálculos do passado”.

É possível constatar, nesse bloco discursivo, da mesma forma que notamos em TO, uma relação assimétrica entre os protagonistas do discurso, com um dos sujeitos – representado pelo terráqueo – colocando-se em posição de superioridade, isto é, daquele que sabe, em relação ao outro – representado pelo marciano, aquele que não sabe.

Isso evidencia, também no discurso dos sujeitos-leitores, duas posições-sujeito: a do conhecimento – assumida pelo terráqueo – e a do desconhecimento – assumida pelo marciano.

Aqui, como em TO, isso surge pelo jogo entre as palavras *economia/ economista*. Uma posição-sujeito, a do conhecimento, identifica-se com *economista não faz economia, estuda a economia*; e a outra, a do desconhecimento, pelo viés da pergunta, remete para *economista faz economia*.

Reconhecemos também nos textos dos sujeitos-leitores a marca da heterogeneidade discursiva, materializada através da negação. Da mesma forma que ocorre em TO, esses leitores trazem para seu discurso o discurso-outro, oriundo de uma FD diversa, que se identifica com um saber em que os economistas fazem economia.

Ao deixarem transparecer esse discurso-outro, os sujeitos leitores expõem, de uma forma lúdica, um sentido contrário ao que está sendo dito, e, com isso, criam também, como em TO, um efeito de humor na retomada.

Na verdade, então, o que se constata na retomada desse enunciado pelos sujeitos-leitores é que eles preservam o efeito de sentido encontrado no texto-origem. TO e retomadas, portanto, estão em relação parafrástica.

BLOCO 2: “OS ECONOMISTAS SE DEDICAM A IMPORTANTES ESTUDOS... ENTENDE?”

RETOMADAS:

Sd16: “Não.”

A seqüência discursiva desse bloco retoma e ratifica a relação assimétrica que se desenvolve entre os interlocutores de TO.

No exame dos textos produzidos, foi possível observar que os estudantes, na sua esmagadora maioria, retomam a resposta *não*. Quando não fazem isso, simplesmente passam diretamente da pergunta “*entende?*” para a outra questão “*isso melhora a vida das pessoas?*”.

Estamos, mais uma vez, no campo da coincidência entre o dizer do sujeito-autor e o dizer do sujeito-leitor, ou seja, no campo da manutenção de sentido.

A negação, aqui, da mesma forma que em TO, é marca de heterogeneidade discursiva, pois traz para esse discurso (que diz que fazer economia é uma coisa, estudar a economia é outra; que diz que economia *qualquer um faz*, e com isso, põe os economistas em uma classe especial de pessoas, já que não fazem economia) o discurso-outro (em que nada disso é admitido). Negar, então, é uma forma de refutar esse discurso-outro.

Assim, podemos dizer que a retomada dessa pergunta leva à construção do mesmo efeito de sentido verificado em TO: uma falsa ingenuidade por parte do sujeito que representa o marciano, a apresentação de uma caricatura do povo brasileiro, o desvelamento de uma desigualdade entre os sujeitos.

Isto significa que os sujeitos-leitores, ao lidar com o espaço lacunar expresso pelo ponto de interrogação, assumem a mesma posição que o sujeito-autor de TO, inscrevendo seus dizeres na mesma matriz de sentido do texto que ilusoriamente lhes deu origem.

Em outras palavras: eles têm um gesto de interpretação semelhante ao do sujeito-autor, o que denota a identificação com a mesma FD, com a mesma família parafrástica. Na verdade, esse gesto revela a identificação com um já-lá da FD, o que faz com que autor e leitor mantenham o dizer no nível do mesmo.

BLOCO 3: “ISSO TUDO SERVE PARA QUÊ? POR EXEMPLO, MELHORA A VIDA DA POPULAÇÃO?”

RETOMADAS:

Sd17: “Tá difícil, hein, marciano? Eles fazem previsão sobre o futuro da economia.”

Sd18: “Pô, marciano. Eu falei “estudam profundamente”. Os economistas prevêm o destino da economia.”

Sd19: “Puxa, Arc! Que dificuldade! Eu disse que eles fazem pesquisas e estudos.”

Nesse bloco discursivo, evidenciamos, novamente, as duas posições-sujeito: a do conhecimento e a do desconhecimento. Mantém-se, com isso, a assimetria entre os protagonistas do discurso. E acaba sendo retomado o sentido expresso em TO quando do aparecimento desse enunciado com interrogação.

Assim, vemos o sujeito representado pelo terráqueo esquivar-se da resposta, utilizando outra pergunta. Com isso, foge à responsabilidade que o seu interlocutor está lhe impondo – de dizer se os estudos dos economistas melhoram a vida da população.

Esse procedimento, como já constatamos em TO, acaba gerando o efeito de sentido contrário: isso não melhora a vida da população.

Podemos perceber, mais uma vez – como já aconteceu nesse mesmo capítulo/seção 2.3.1.2./sd12 – uma não-coincidência entre o dizer e as coisas, isto é, uma marca de heterogeneidade discursiva, quando o sujeito-leitor assinala, pelas aspas, a presença de um dizer que, para ele, vem do sujeito-autor: “estudam profundamente” (note-se que, nesse resgate, o leitor transforma “importantes estudos” em “estudam profundamente”).

Tudo isso dá um tom de humor e ironia ao discurso, na medida em que, através de uma espécie de brincadeira – a pergunta do óbvio – trata de coisas sérias.

Verificamos então, mais uma vez, a manutenção de um mesmo efeito de sentido em relação ao texto-origem.

Isso significa também que, nesse bloco, a interpretação do espaço lacunar criado pela interrogação é a mesma que ocorre em TO. Quer dizer: esses sujeitos-leitores completam esse espaço com o mesmo sentido verificado em TO, e inscrevem seus dizeres na mesma matriz de sentido do suposto texto-origem.

BLOCO 4 : “E ACERTAM?”

RETOMADAS:

Sd20: “Nunca, mas não interessa isso, o importante é estudar os movimentos da economia, elaborando uma tendência para o futuro.”

Sd21: “Não, só que isso não importa. O importante é que eles estudem o que está acontecendo no dia-a-dia da economia e que criem modificações para o futuro.”

Sd22: “Não. O interessante para os economistas é avaliar o que aconteceu, para terem uma prévia do futuro da economia.”

Podemos reconhecer aqui, novamente, uma oposição entre diferentes posições-sujeito conflitantes nesses textos: uma posição-sujeito identifica-se com um dizer em que não é importante que os economistas acertem; uma outra posição-sujeito identifica-se com um dizer em que isso é importante. A primeira posição-sujeito é assumida pelo sujeito representado pelo terráqueo, e a segunda posição-sujeito é identificada ao sujeito representado pelo marciano.

E, na medida em que o sujeito-leitor vai se identificando com o marciano, representação da maioria do povo brasileiro, ele vai firmando também sua posição-sujeito de leitor, que é a mesma do sujeito-autor de TO.

Há, novamente, uma manutenção de sentido em relação a TO, ou seja, a inscrição dos sujeitos-leitores na mesma matriz de sentido em que se inscreve o sujeito-autor de TO.

Podemos dizer ainda que esses sujeitos-leitores manifestam o mesmo gesto de leitura e de interpretação verificado em TO, ao operar sobre o espaço de significação expresso pela interrogação; quer dizer: eles preenchem essa lacuna com o mesmo efeito de sentido construído em TO.

BLOCO 5: “DESCULPE A INSISTÊNCIA, MAS ISSO SERVE PARA QUÊ?”

RETOMADAS:

Sd23: “Entendi. Analisam fatos passados para fazerem uma previsão do que não acontecerá. Perdoe-me, mas qual é a finalidade?”

Sd24: “Será que ainda não se conscientizaram de que isso de nada serve para o progresso do país?”

Sd25: “O marciano termina por acreditar (a exemplo de muitos terráqueos) na inutilidade das funções de um economista nos tempos atuais”.

Neste bloco discursivo, constatamos que os sujeitos-leitores enveredam por dois caminhos ao operar com a interrogação final de TO: ou retomam o enunciado interrogativo (sd23), ou respondem à pergunta (sd24 e sd25). No segundo caso, respondem à pergunta com termos como *nada*, *inutilidade*. Isso poderia nos levar a pensar que somente no segundo caso (quando respondem), os sujeitos-leitores interpretam a interrogação, procurando (constituídos por uma ilusão que os faz imaginar que o discurso pode ser completo) dar-lhe uma resposta.

No nosso ponto de vista, porém, nos dois casos eles operam com a interrogação, com uma diferença: quando respondem à pergunta com outra pergunta, fazem o que o sujeito-autor de TO fez, ou seja, sinalizam um lugar de interpretação em seu discurso, criam uma lacuna a ser preenchida com a leitura de seus leitores, e, com isso, se eximem da responsabilidade de dizer; quando respondem à pergunta com *nada* ou *inutilidade*, eles, de forma diferente do que acontece em TO, dizem o que o sujeito-autor não chegou a dizer, ao suspender seu discurso pelo viés da interrogação.

Em ambos os casos, porém, os sujeitos-leitores preservam o sentido encontrado em TO: o trabalho dos economistas não serve para nada.

Temos, portanto, ainda uma leitura parafrástica e a assunção, pelos sujeitos-leitores, da mesma posição-sujeito construída em TO.

Passemos agora à análise do grupo discursivo seguinte, formado a partir dos textos que surgiram sob o comando “produza um novo texto” .

2.3.1.4 Grupo 4: interrogação e a produção de novos textos

Este grupo discursivo é constituído por seqüências discursivas oriundas de textos produzidos sob o comando “produza um novo texto a partir do texto *Arc e os economistas*”.

NOVOS TEXTOS:

Sd26: “Os economistas são vistos aqui como não sendo úteis à economia do país, pois, se o trabalho deles é somente estudar a conjuntura econômica do país, não melhorando em nada a vida da população, então para que servem os economistas? Se pelo menos as tendências que eles elaboram dessem certo, já seria importante. No entanto, até o presente, eles não conseguem melhorar ou resolver os problemas de nosso povo. Assim, são totalmente inúteis para nós.”

Sd27: “Fica constatado que os economistas, na verdade, não têm utilidade alguma, já que não conseguem auxiliar a população em suas áreas carentes e fazem previsões sobre o futuro que não se confirmam.”

Sd28: “O extraterrestre chega à incrível conclusão de que os economistas não servem para nada.”

O que percebemos aqui é a manutenção do mesmo efeito de sentido encontrado em TO e nas demais retomadas de TO.

Assim, podemos ainda notar um contraste entre duas posições-sujeito conflitantes: uma posição-sujeito identifica-se com um dizer em que economistas só estudam, elaboram tendências que não dão certo, não melhoram a vida da população, não servem para nada; a outra posição-sujeito inscreve-se num dizer em que os estudos dos economistas trazem soluções, as suas previsões dão certo, melhoram a vida da população, os estudos servem para muita coisa.

Como já dissemos anteriormente, a primeira posição-sujeito é assumida pelo sujeito representado pelo marciano, e a segunda posição-sujeito é aquela com que se identifica o sujeito representado pelo terráqueo.

Podemos dizer então que, da mesma forma que acontece nas retomadas de TO, nesses novos textos, os sujeitos-leitores assumem a posição-sujeito 1, identificando-se com o marciano, ou seja, com o povo brasileiro.

Os textos desses sujeitos-leitores, portanto, mantêm uma relação parafrástica com TO, mantendo o dizer estabilizado no nível do mesmo.

2.3.1.5 Recorte 1: algumas considerações

O exame do recorte 1, que acabamos de analisar, nos permite dizer que esse é o espaço da **manutenção do sentido**.

Ao afirmar isso, estamos tendo em mente que os textos produzidos pelos estudantes reiteram o efeito de sentido verificado nos textos-origem: “Experiência Nova” e “Arc e os economistas”.

Em outras palavras: os sujeitos-leitores inscrevem-se na **mesma matriz de sentido** em que se inscreve o sujeito-autor de TO e identificam-se com a **mesma posição-sujeito**.

Levando em conta que os textos-origem são sinalizados pela presença das reticências ou da interrogação, ou seja, que lidam com o não-dito, vimos que os sentidos ali produzidos podem ser percebidos, no entanto, pelos sujeitos-leitores. E é com esses sentidos que os sujeitos-leitores se identificam e produzem seus próprios textos.

Assim, ao tomarem os efeitos-textos que constituem os textos-origem, para reconstruí-los, acabam por dizer aquilo que não havia sido dito, que havia ficado circulando sob as reticências e sob a interrogação.

Pensar sobre esse processo nos faz levar em conta alguns aspectos. Lembramos então que um sujeito-autor, quando estrutura seu texto, o faz sob a ilusão de que está construindo uma superfície textual plana, homogênea, completa e transparente. É assim que se produz o *efeito-texto*, o qual, como nos afirma Indursky (2001: 33), resulta da ilusão de que tudo o que devia ser dito foi dito, nada faltando e nada sobrando.

O que pensar, porém, sobre um autor que usa reticências ou interrogação no seu texto? E mais: que termina seu texto com esses sinais de pontuação?

Podemos imaginar então que essa seria uma maneira de o sujeito-autor tentar driblar essa ilusão, ou seja, uma forma de o sujeito-autor mostrar que ali nem tudo foi dito, que está faltando alguma coisa que cabe ao leitor dizer.

Acreditamos, porém, que, mesmo nesse caso, mantém-se a ilusão constitutiva do sujeito, a ilusão de que os sentidos que “cabem” naquele espaço, naquela lacuna, estão ali, permeando o texto, e que a leitura vai se realizar nessa direção.

Em outras palavras: o sujeito-autor constrói esse efeito-texto e, mesmo sinalizando sua incompletude na materialidade lingüística, imagina-o completo, imagina-se dono do seu dizer.

Nesta perspectiva, esse primeiro recorte corresponderia a tal expectativa, na medida em que os sujeitos-leitores reconstituem o efeito-texto criando um efeito de sentido idêntico ao do texto-origem.

Assim, nesse primeiro recorte discursivo, os sentidos são, realmente, o que os sujeitos-autores de TO parecem ter pretendido que fossem, mesmo que tenham sinalizado materialmente seus textos com lacunas, com espaços deixados em aberto.

A partir daí, podemos pensar nessas lacunas não como uma mera ausência, mas, retomando os termos de Catach (1980), como uma **presença-ausente**, uma vez que são o espaço de dizeres que, não tendo sido ditos, dizem.

Ausência de palavras e presença de sentidos, portanto. Presença percebida pelos leitores que, “intimidados” por ela, rendem-se e reproduzem os sentidos já postos.

É isso que permite que os sentidos não deslizem, não derivem, permaneçam estáveis.

Uma tal presença-ausência, nesta perspectiva, pode ser concebida como um **excesso de sentido**, expressão a que já nos referimos anteriormente (cap. 3), que vem de Maingueneau (1986) e com a qual o autor define as reticências.

Para nós, assim, ambos os sinais discursivos – reticências e interrogação – não representam uma falta, um vazio, mas justamente esse *excesso de sentido*, na medida em que, conjugados ao humor, sinalizam os sentidos que cabem naquele espaço e orientam, para o sujeito-leitor, o processo discursivo da leitura.

2.3.2 Leitura e releitura: o espaço da manutenção do sentido

Como foi possível observar pelas análises realizadas nesta seção, os sujeitos-leitores, ao reescreverem o texto-origem, produzem uma **manutenção do sentido** naquele texto. Essa manutenção se dá por uma espécie de reconstrução da materialidade lingüística, com os sujeitos-leitores executando substituições praticamente de nível lexical (Por exemplo, em “Experiência Nova”: pilantra/safado/sem-vergonha; esperto/imaginação fértil/inteligente; te dá um tiro/te arranca o pescoço. Ou em “Arc e os economistas”: tá difícil, hein?/que dificuldade!; isso não interessa/isso não importa; não serve para nada/inutilidade).

Mesmo quando operam sobre as lacunas deixadas pelas reticências ou pela interrogação, os sujeitos-leitores ou buscam formulações já presentes em TO, ou fazem reformulações desses dizeres.

Isto nos revela um espaço de **coincidências entre o dizer e as coisas**, ou seja, nos aponta a coincidência entre o dizer do sujeito-autor de TO e os sujeitos-leitores que retomam esse texto.

Tal fato nos permite lembrar a relação de **repetição** existente entre o discurso dos sujeitos-leitores e o do sujeito-autor, relação, aliás, que não é exclusiva desses textos e desses discursos, mas que está sempre presente, como vimos na seção 2.2, entre todos os discursos.

A esta repetição que, pelo processo da leitura e da reescrita, mantém iguais os sentidos produzidos em TO, produzindo-se essencialmente sobre o intradiscorso, vamos denominar de **repetição lingüístico-discursiva**.

Assim, para nós, esse tipo de repetição, embora discursiva, se dá especialmente sobre a materialidade lingüística e, por este motivo, faz com que os sentidos mantenham-se os mesmos, ou seja, faz com eles se encaminhem na mesma direção dos sentidos produzidos em TO.

Reconhecemos ainda, seguindo a terminologia de Serrani (1993), **ressonâncias** em torno de unidades específicas, que dizem respeito ao funcionamento parafrástico, por exemplo, de unidades como itens lexicais e frases.

A noção de ressonância, na verdade, é a própria definição de paráfrase para a autora, para quem “há paráfrase quando podemos estabelecer entre as unidades uma ressonância -

interdiscursiva – de significação, que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido” (Serrani, 1993:47).

Como podemos notar, para Serrani a paráfrase é sempre do nível do interdiscurso. A partir de nossas análises, no entanto, estamos inclinados a perceber esses fatos discursivos de uma maneira um pouco diferente.

Assim, vamos dizer que esse primeiro recorte é o campo da **paráfrase intradiscursiva**, de uma paráfrase em que o sujeito-leitor colhe, no interdiscurso, enunciados que entram em ressonância de sentido com o já-dito em TO. Tais ressonâncias se dão em torno de unidades lexicais, em torno de frases. Trata-se de ressonâncias localizáveis, que retomam um já-dito da formação discursiva e que fazem com que o dizer permaneça o mesmo.

Não estamos afirmando, no entanto, que temos paráfrases “puramente sintáticas”, como lembrava Pêcheux (1988:290) ao opor esse tipo de paráfrase à paráfrase histórico-discursiva.

Para nós, mesmo essa paráfrase – que trabalha principalmente o intradiscurso, que **reitera sentidos**, que inscreve os sujeitos-leitores na **mesma FD** do sujeito-autor, com a assunção de uma **mesma posição-sujeito** – é histórico-discursiva.

Essa paráfrase, para nós, revela então **gestos interpretativos** dos sujeitos-leitores, ou seja, movimentos de interpretação que, por reproduzirem os sentidos, mantêm esses sentidos no nível do mesmo.

Diríamos então que esses sujeitos-leitores constroem, à luz do interdiscurso, **paráfrases intradiscursivas que são da ordem do comentário**.

Ao afirmar isso, estamos tomando por base, como já o fizemos na primeira parte desse estudo, o pensamento de Foucault, em seu texto de 1970 – *A ordem do discurso* – no qual ele afirma que o comentário não tem outra função a não ser a de “dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro” (Foucault, 1970:25). E Foucault completa dizendo que o comentário, num paradoxo, deve “dizer, pela primeira vez, aquilo que, entretanto, já havia sido dito, e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito” (*Ibidem*:25).

É justamente isso que acontece aqui: os sujeitos-leitores, ao instaurar o seu trabalho discursivo, e identificarem-se plenamente com a posição-sujeito ocupada pelo sujeito-autor, dizem, pela primeira vez, aquilo que já havia sido significado pelo viés das reticências ou da interrogação. E repetem aquilo que, no entanto, as reticências ou a interrogação não havia dito.

Esse “dizer enfim o que já estava articulado no texto primeiro” ratifica o ponto de vista que defendemos anteriormente, segundo o qual reticências e interrogação representam uma **presença-ausência**, um **excesso de sentido**.

Em outras palavras: as reticências e a interrogação materializam o silêncio, a incompletude do discurso. E esta é sua propriedade.

Os sujeitos-leitores, desta forma, pelo processo da leitura, *dizem enfim* o sentido que já está produzido pelas reticências e pela interrogação, compreendem o sentido que – por um efeito de ilusão – falta, mas que, paradoxalmente, está tão presente que chega a ser resgatado.

Podemos dizer então que os textos produzidos pelos estudantes demonstram que variam as propriedades desses sinais de pontuação, mas que o processo da leitura dessa incompletude e desse silêncio é semelhante.

Tomando emprestado os termos de Foucault (1971:63), acreditamos ainda que seja possível afirmar que essas reescritas sejam uma **redescoberta** do texto-origem, ou seja, que esses textos permitem que o sentido já esboçado em TO seja retomado no momento de reescrever o texto.

Assim, esses sujeitos-leitores, ao dialogarem com o efeito-texto que constitui TO, estabelecem com ele uma relação de **plena identificação**: inscrevem-se na **mesma FD**, identificam-se com a **mesma posição-sujeito**, (re)constroem os **mesmos sentidos**.

Esses sujeitos-leitores poderiam ser chamados, tomando os termos de Pêcheux (1988), de **bons sujeitos**, uma vez que há um recobrimento entre seu dizer e o dizer do sujeito-autor; quer dizer: na “tomada de posição”, os leitores deixam-se assujeitar sob a forma do “livremente consentido” e produzem os mesmos efeitos de sentido produzidos pelo sujeito-autor do texto-origem.

O que propomos então é falar em **releitura** neste recorte. Por releitura, queremos designar então esse processo em que um sujeito-leitor, ao retomar, ao reescrever um determinado texto, faz a manutenção do sentido, inscrevendo-se na mesma matriz de sentido de TO. Quer dizer: a **releitura** revela, em relação a TO, o mesmo processo histórico-discursivo, o mesmo trabalho de memória, o mesmo processo discursivo.

A esses sujeitos-leitores que fazem uma **releitura** de TO, entendemos que se limitam a exercer a **função-leitor**.

Vamos dizer então, seguindo a terminologia de Orlandi (1996), que esses sujeitos-leitores desempenham a **função-autor**, uma vez que, enquanto produtores de linguagem, representam-se em sua origem, (re)produzindo um texto com unidade, coerência e progressão. Mas, como se limitam a reproduzir, a reformular o dizer de TO, inscrevendo-se na mesma FD do sujeito-autor, assumindo a mesma posição-sujeito, reiterando o mesmo sentido, ou seja, como seus textos são da ordem do comentário, entendemos que limitam-se a exercer a função-leitor.

E salientamos que isso ocorre tanto nas “retomadas” quanto nos “novos textos”, isto é, tanto sob o comando “reescreva o texto lido” quanto sob o comando “produza um novo texto”.

A única diferença que constatamos foi que, quando retomam, os sujeitos-leitores mantêm também o discurso humorístico de TO, mas, quando são solicitados a produzir “novos textos”, os sujeitos-leitores abandonam esse tipo de discurso.

Quer dizer: quando retomam, eles aceitam adotar um discurso não-sério para tratar de coisas sérias. Vemos aí a influência do comando “reescreva”. Temos a impressão de que essa solicitação soou para os estudantes com a seguinte conotação: escreva novamente esse texto, lembrando que ele não é teu. E isso fez com que eles mantivessem, inclusive, o tom humorístico. No entanto, ao receberem o comando “produza *um novo* texto”, isso parece ter sido como um sinal verde: o texto passa a ser teu. E isso pode tê-los levado a abandonar o humor e a tecer críticas, posicionando-se sobre o que haviam lido.

Na verdade, acreditamos que, pelo fato de o discurso de humor ser um discurso “não-sério”, a ordem “reescreva” leva a grande maioria dos leitores a “reescrever” o humor, esse discurso não-sério. Por outro lado, o comando de produzir um “novo” texto parece conduzir ao discurso sério, ao texto argumentativo, ou seja, parece libertar os leitores do compromisso presente em “reescrever”.

Sendo assim, grupo 1 (retomadas) e grupo 2 (novos textos), além de se constituírem em paráfrases de TO, estão também em relação parafrástica entre si. Isto significa que o **gesto interpretativo** realizado pelos sujeitos-leitores do grupo 2 é o mesmo realizado pelos sujeitos-leitores do grupo 1.

Repetir os sentidos, manter-se na mesma FD, assumir a mesma posição-sujeito não significa, no entanto, não operar sobre a lacuna representada pelas reticências ou pela interrogação.

Desse modo, se diferentes sujeitos-leitores constroem os mesmos sentidos na leitura das reticências e da interrogação, e se esses sentidos são os mesmos que foram construídos pelo sujeito-autor, isso apenas revela uma total identificação entre esses sujeitos, uma mesma relação com a história.

Isso nos permite afirmar que eles realizam um **preenchimento** da lacuna significativa representada pelas reticências ou pela interrogação, que eles executam um trabalho sobre os sinais de pontuação. Quer dizer: eles “completam” esse espaço.

O que não significa que eles traduzam o silêncio em palavras, mas que compreendem o modo como esse silêncio significa e, então, trabalham esse espaço, dizendo o que o silêncio já significava.

Vamos então dizer que, nesse processo discursivo da leitura a que denominamos de **releitura**, os sujeitos-leitores produzem preenchimentos discursivos que se constituem apenas como um “a mais” ao que o sujeito-autor disse.

Na nossa concepção, esse acréscimo pode ser definido como uma **incisa**.

A incisa, nesta perspectiva, representa um preenchimento do silêncio materializado pelas reticências ou pela interrogação, e este preenchimento revela a forma como os leitores compreendem esse silêncio.

A este tipo de preenchimento, que ocorre na **releitura** e na **paráfrase intradiscursiva**, denominamos de **preenchimento intradiscursivo**.

E a este tipo de incisa, denominamos de **incisa intradiscursiva**.

Uma ressalva, no entanto, se faz necessária: *intradiscursivo(a)*, aqui, é apenas o efeito, pois sabemos que esse “a mais” vem sempre do interdiscurso, estando determinado pelo dizer da FD, ou seja, pela região do interdiscurso onde o texto-origem se inscreve.

Passemos à seção seguinte, onde vamos verificar um processo discursivo de leitura diferente deste que acabamos de mostrar.

2.4 LEITURA E REESCRITURA: DA FUNÇÃO-AUTOR À POSIÇÃO-AUTOR

Esta seção é constituída por dois recortes que evidenciam deslocamentos de sentido em relação a TO. Em cada um desses recortes, constatamos um efeito de sentido diferente em relação a TO.

Cada recorte é constituído por grupos discursivos que evidenciam as questões que estão sendo colocadas em pauta nesse momento da análise.

Os grupos discursivos são formados por blocos discursivos que reúnem um número máximo de três seqüências discursivas que são representativas das retomadas dos enunciados sinalizados pelas reticências ou pela interrogação e os deslocamentos de sentido em relação a TO.

2.4.1 Recorte 2 : começando a deslocar os sentidos

Neste recorte, examinamos seqüências discursivas que revelam a assunção, pelos sujeitos-leitores, de uma posição-sujeito diferente daquela encontrada no recorte 1.

Isso significa que tais seqüências não correspondem exatamente à mesma posição-sujeito do sujeito-autor de TO, tal como ocorre no recorte 1.

2.4.1.1 Grupo 1: reticências e retomadas

Neste grupo discursivo, analisamos as seqüências que foram obtidas a partir do comando reescreva o texto *Experiência Nova*.

Os blocos discursivos, como já referimos anteriormente, correspondem às ocorrências dos enunciados que apresentam o sinal de pontuação em exame, isto é, as reticências.

BLOCO 1: “QUE GRANDE PILANTRA...”**RETOMADAS:**

Sd29: “ – Mas tu és um grande pilantra, mentiroso e safado.”

Sd30: “ – Mas que grande falsário, 171 poderoso!”

Sd31: “ – Mas é muita cara-de-pau, tu és mesmo um grande sem-vergonha, sem caráter!”

Podemos afirmar que essas seqüências discursivas, como acontece em TO e no recorte 1, revelam uma relação de desigualdade entre os protagonistas do discurso, o que nos possibilita falar em duas posições-sujeito: a do poder e a da submissão. A primeira é assumida pelo sujeito representado pelo delegado (que acusa o ladrão); a segunda, pelo sujeito representado pelo ladrão de galinhas (que procura defender-se).

Esse bloco nos mostra então como os sujeitos-leitores trabalham a lacuna significativa representada pelas reticências, criando uma família parafrástica: *mentiroso, safado, falsário, cara-de-pau, sem-vergonha, sem caráter, 171 poderoso*. Todos esses termos retomam a palavra *pilantra*, usada pelo sujeito-autor de TO, e nos revelam uma coincidência entre as palavras e as coisas que elas representam, o que produz um mesmo efeito de sentido nesse discurso.

Note-se, no entanto, que, de forma diversa do que constatamos no bloco 1 de TO e no bloco 1 do recorte 1, esses sujeitos-leitores não acrescentam a esse julgamento a idéia de esperteza, de malandragem. Pelo contrário, restringem-se a acusar o ladrão.

Isto significa que, nesse bloco, os sujeitos-leitores mantêm-se no espaço da FD em que o que *pode e deve ser dito* é que ladrão é pilantra, é safado, é sem-vergonha, etc.

Isso denota um deslocamento em relação ao sentido constatado no bloco 1 de TO e no bloco 1 do recorte 1, e uma mudança em relação à posição-sujeito assumida pelos sujeitos-leitores que, através de seus textos, revelam a sua leitura de TO.

Vamos ao enunciado seguinte.

BLOCO 2 : “AINDA BEM QUE TU VAI PRESO. SE O DONO DO GALINHEIRO TE PEGA...”**RETOMADAS:**

Sd32: “- Imagine o senhor se um “grosso” desses te dá uns tiros, talvez nem pudéssemos defendê-lo”.

Esta seqüência discursiva, da mesma forma que acontece em TO e no recorte 1, põe em pauta duas ordens: a do real (*tu vai preso*) e a do imaginário (*se o dono do galinheiro te pega...*).

Enquanto no bloco 2/grupo 1/recorte 1 víamos os sujeitos-leitores completarem o espaço de significação sinalizado pelas reticências com expressões do tipo *te dá um tiro, te surra, te arranca o pescoço*, aqui temos um sujeito-leitor que afirma *talvez nem pudéssemos defendê-lo*.

É fácil reconhecer aqui uma outra forma de relacionamento com a mesma FD, que, embora prevendo punição para o infrator (*te dá uns tiros*), demonstra até uma certa preocupação em protegê-lo.

O emprego da expressão “*um grosso desses*” é também significativo nesse discurso, pois revela, por parte do sujeito-leitor que reescreve TO, um outro modo de conceber aquele que, afinal de contas, estava sendo lesado.

Temos, então, um desvio de sentido, se compararmos este bloco com TO ou com aquele que examina as retomadas do mesmo enunciado no recorte 1.

Na nossa perspectiva, estamos no campo não mais das coincidências, mas das não-coincidências do dizer, ou seja, daquilo que leva o sentido a não ser mais exatamente o mesmo.

Reconhecemos nesse uso, mais uma vez, um atravessamento do interdiscurso, com a inserção de um saber que avalia negativamente aquele que tem seu direito violado; é um outro modo de ver a realidade, o que demonstra um deslocamento na identificação com a matriz de sentido em que se inscreve TO.

Consideramos então que a posição-sujeito revelada nesse bloco não é aquela assumida pelo sujeito-autor de TO, e, portanto, na nossa perspectiva, essa seqüência revela um deslocamento de sentido nesse universo discursivo.

Isto nos permite dizer que o trabalho de interpretação das reticências está levando, aqui, a um deslocamento de sentido em relação a TO.

Temos, pois, uma outra leitura para as reticências.

BLOCO 3: “SIM, MAS PRIMÁRIO, E COM ESSES ANTECEDENTES...”

RETOMADAS:

Sd33: “ – Sim, mas você é primário. Deixa para lá. Aliás, por que você não aproveita a época que estamos e se candidata a vereador? Meu voto será certo.”

Sd34: “ – De maneira alguma, talvez possamos, inclusive, jantar juntos (um frango assado) e trocar ensinamentos e experiências novas, afinal de contas, temos muito em comum.”

Sd35: “ – Que é isso, amigo? Eu pensei que fosse um estorvo na sociedade, mas vejo que é alguém que faz algo para crescer e é gente assim que precisamos ter por perto. Eu até lhe perguntaria se já tem alguém do meu meio para cuidar da sua segurança pessoal.”

Neste bloco discursivo também encontramos um efeito de sentido diferente daquele verificado no bloco3/grupo 1 de TO e no bloco 3/grupo 1 do recorte 1.

Esse novo efeito de sentido surge quando, num processo de leitura e retomada de TO, os sujeitos-leitores apresentam a posição-sujeito do poder (representada pelo delegado), oscilando entre duas FDs contrárias: uma, que comporta um dizer que revela o lugar que o delegado deveria ocupar (aplicando a lei, fazendo funcionar a justiça, prendendo ladrões e corruptos), e outra, que comporta um dizer que revela a posição que ele efetivamente ocupa (*deixando para lá*, dizendo que *tem muito em comum* com o ladrão corrupto, oferecendo-se a ele como seu *segurança*, sugerindo que o ladrão se candidate a vereador, pois seu *voto será certo*).

Quer dizer: há nos textos um jogo entre a posição que um representante da lei deveria ocupar (prendendo ladrões e corruptos, votando em candidatos honestos e sérios) e a posição que esse

representante da lei se propõe a ocupar (fazendo vista grossa para os erros do infrator, votando em um candidato desonesto).

Tal jogo introduz também nesse discurso uma terceira posição-sujeito: a do esperto.

Mostrar esse jogo, acreditamos, é um meio encontrado pelos sujeitos-leitores de denunciar a situação brasileira. E é ainda uma forma de os sujeitos-leitores trabalharem o humor presente em TO, operando também com humor sobre a lacuna significativa representada pelas reticências.

Assim, enquanto em TO o sujeito-autor deixa em aberto esse espaço, enquanto no bloco 3/grupo1/recorte 1, os sujeitos-leitores operam sobre esse espaço e o preenchem com a constatação sobre a realidade brasileira – no Brasil só pobre vai preso, para rico se dá um “jeitinho” – neste bloco os sujeitos-leitores apontam para a possibilidade de que a corrupção seja vista com simpatia por aqueles que deveriam combatê-la. Tanto que empregam expressões como “*talvez possamos jantar juntos e trocar ensinamentos*”, “*temos muito em comum*”.

Surge um novo efeito de sentido nesse bloco e nesse grupo discursivos: o de que a corrupção, pela possibilidade de ganhar dinheiro fácil, atrai até aqueles que são encarregados de combatê-la, ou seja, a possibilidade de o poder aliar-se à corrupção.

Este efeito de sentido não é o mesmo encontrado em TO e, portanto, podemos dizer que os sujeitos-leitores deslocam o seu sentido. O discurso, no entanto, inscreve-se na mesma matriz de sentido.

É, portanto, um processo de leitura diferente daquele que se realiza no mesmo bloco do recorte 1. Essa é uma leitura atravessada pelo interdiscurso. Assim, enquanto no recorte 1 os sujeitos-leitores retomavam os enunciados e os reproduziam, apenas preenchendo-os com dizeres que, de alguma forma, já estavam significados em TO, nesse bloco 3 os sujeitos-leitores não retomam o enunciado dessa forma, mas nele encontram pontos de fuga para saírem em direção ao interdiscurso e, por esse mesmo ponto, retornarem ao enunciado.

Diríamos então que esses pontos de fuga estão materializados, estão sinalizados, no texto do sujeito-autor, pelas reticências.

Assim, por exemplo, os sujeitos-leitores saem do texto pela lacuna significativa das reticências, vão ao interdiscurso e, ao invés de reafirmarem o sentido de TO (*no Brasil, só pobre vai preso*), retornam com um dizer do tipo “*deixa para lá, candidate-se a vereador, meu voto será certo*” ou com outro como “*vamos jantar juntos, trocar ensinamentos*”.

Mais uma vez, constatamos que a não-coincidência entre os dizeres é fonte de deslocamentos de sentidos.

É, pois, através desses pontos de deriva que os sujeitos-leitores realizam diferentes trabalhos de interpretação e diferentes movimentos de leitura, sem, no entanto, se identificarem com outra matriz de sentido.

Portanto, nesse caso, esse “espaço das virtualidades, das reticências”, como nos diz Pêcheux (1988, p.173), mostra que aquilo que dizemos não está fora do campo daquilo que não podemos dizer. E é por isso que, aqui, não acontecem rupturas de sentido.

2.4.1.2 Grupo 2: reticências e a produção de novos textos

Neste grupo discursivo, examinamos seqüências discursivas que surgiram a partir do comando “produza um novo texto a partir do texto Experiência Nova” .

NOVOS TEXTOS:

Sd36: “A corrupção é atuante entre as pessoas. No caso dos delegados, dos ministros, dos deputados, estas pessoas querem sempre mais, deixando-se levar pela ambição, e não levando em conta seu caráter, sua dignidade, seus valores. O importante é subir na vida, não importando a que preço”.

Sd37: “Todos os dias vemos, através dos meios de comunicação, a prática da corrupção que reina no país. Ao que parece o esquema da corrupção abrange quase tudo e todos, e fica difícil distinguir quando ela é fruto da necessidade ou da ganância”.

Estas seqüências discursivas, como podemos perceber, mantêm o mesmo efeito de sentido verificado no grupo 1 deste recorte 2: a corrupção dos políticos, homens da lei e pessoas ricas e importantes, mas também dos delegados.

Mais uma vez há um contraste entre duas posições-sujeito: a que essas pessoas deveriam ocupar (sendo honestos) e a que efetivamente ocupam (sendo corruptos).

É interessante observar, porém, que, ao produzir um novo texto, da mesma forma que acontece em “Experiência Nova”, os sujeitos-leitores, apesar de lidarem com o humor presente em TO, não produzem humor. Os textos produzidos, nesse caso, revelam a leitura dos sujeitos-leitores através de um texto que podemos chamar de *sério*, em que os sujeitos-leitores expressam sua opinião.

Explicando: o humor presente em TO desqualifica, como já referimos, o discurso-outro. Ao retomar TO, e empregar também o humor, os sujeitos-leitores ressignificam essa desqualificação, e, com isso, recriam, para seus leitores, os pontos de entrada para a leitura, possibilitam novos gestos de interpretação, recriam os pontos de deslizamentos do discurso.

Pelo contrário, os sujeitos-leitores que, ao produzirem novos textos, deixam o humor de lado, retiram de seus textos os sinais discursivos – reticências – e o humor, pontos através dos quais tiveram acesso ao interdiscurso.

Mais uma vez, vemos aqui uma influência do comando recebido pelos estudantes: “reescreva” parece conduzi-los a retomar o humor, o discurso não-sério sobre o qual se constitui TO; por outro lado, “produza um novo texto” parece conduzi-los na direção do discurso sério, do texto argumentativo, o que faz com que o discurso não-sério do humor seja posto de lado.

De qualquer modo, podemos dizer que existe entre os grupos 1 e 2, do recorte 2, uma relação parafrástica, o que significa que, seja ao reescrever TO, seja ao produzir um novo texto, os sujeitos-leitores recriam o mesmo efeito de sentido. Esse sentido, porém, não produz a mesma relação parafrástica verificada nos grupos 1 e 2 do recorte 1, onde se retomava exatamente o mesmo sentido de TO.

Assim, podemos reconhecer nesse recorte um deslocamento de sentidos, uma nova leitura para TO. E também uma nova leitura para os sinais discursivos – as reticências – e para o humor.

2.4.1.3 Grupo 3: interrogação e retomadas

Este grupo discursivo é constituído por seqüências discursivas que geram um efeito de sentido diferente daquele encontrado no mesmo grupo do recorte anterior.

Adotando o mesmo procedimento metodológico, subdividimos o recorte em blocos discursivos, que correspondem às perguntas encontradas em TO.

BLOCO 1: O QUE FAZEM OS ECONOMISTAS? FAZEM ECONOMIA? RETOMADAS:

Sd38: “Eles são pessoas de poder político em nosso meio e se dedicam a estudos muito importantes sobre a conjuntura econômica do país. Economia, faz o povo”.

Sd39: “Claro que não, Arc. Economia faz o povo. A grande camada da população chamada Brasil mal está ganhando para alimentar sua família, pois o pior drama social depois do desemprego é o valor do salário mínimo”.

Sd40: “Claro que não, Arc, pois eles não precisam fazer economia, já que ganham um salário muito bom”.

Podemos observar que, nesse bloco, os sujeitos-leitores ampliam o sentido que está em TO – onde lemos que os economistas não fazem economia e que *qualquer um pode fazer, basta gastar menos*.

É interessante notar também que os sujeitos-leitores associam economistas a políticos, a pessoas de *poder político*. Ao fazer isso, relacionam todos os economistas a outros economistas que exercem cargos públicos.

Na verdade, é esse discurso subjacente – que concebe negativamente as pessoas que exercem cargos públicos – que determina o discurso dos sujeitos-leitores, e faz com que eles não distingam uns economistas dos outros, isto é, que todos sejam avaliados da mesma forma.

Desse modo, esses sujeitos-leitores acabam dizendo aquilo que não estava dito em TO e criam um deslocamento em relação ao sentido que estava lá (sem transformá-lo, no entanto).

Podemos reconhecer então, nesse discurso, da mesma forma que no bloco 1/grupo 3/recorte 1, o contraste entre duas posições-sujeito contrárias: a primeira posição-sujeito identifica-se com um dizer que reconhece que economistas não fazem economia, que são pessoas de poder político, que ganham um salário muito bom, que não precisam fazer economia, que economia faz o povo; a segunda posição-sujeito identifica-se com um dizer que admite que economistas devem fazer economia, que a população deve ganhar bem, que o salário mínimo deve ser melhor, que não deve haver desemprego.

A primeira posição-sujeito – a do conhecimento – é assumida pelo sujeito que representa o terráqueo, que é quem começa a deslocar o sentido posto em TO e no recorte 1. Ela revela, na concepção desse sujeito, aquilo *que é*. Já a segunda posição-sujeito – a do desconhecimento – desvela (embora não explicita) aquilo que, ao perguntar coisas aparentemente óbvias, o sujeito representado pelo marciano imagina que *deveria ser*.

O contraste entre *o que é* e *o que deveria ser* coloca então um jogo entre posições-sujeito antagônicas e marca a heterogeneidade desses textos, ou seja, traz, para o discurso dos sujeitos-leitores, o discurso-outro, proveniente do interdiscurso.

O que temos então é novamente um atravessamento do interdiscurso: os sujeitos-leitores não retomam o enunciado de TO (“ – *O que fazem os economistas? Fazem economia? - Claro que não, Arc. Fazer economia qualquer um pode fazer, basta gastar menos. Os economistas se dedicam a importantes estudos sobre a conjuntura econômica do país*”) , mas localizam nesse enunciado pontos de fuga para o interdiscurso e de lá retornam com outros elementos, que provocam deslizamentos de sentido em relação a TO.

Desse modo, por exemplo, trazem do interdiscurso um dizer que reconhece que quem faz economia, realmente, é o povo, que ganha mal, sofre as conseqüências do desemprego, etc.

Essa leitura, portanto, não é a mesma que realizaram os sujeitos-leitores de R1, que se inscreveram na mesma matriz de sentido de TO e mantiveram o mesmo efeito de sentido. Essa leitura atravessada pelo interdiscurso também se mantém na mesma FD, mas cria um efeito de sentido diferente daquele.

Isso nos lembra Pêcheux (1990:53), quando o autor afirma que todo enunciado, ou toda seqüência de enunciados é lingüisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É mais ou menos isso que vemos aqui: os enunciados de TO oferecendo lugar à interpretação, sendo pontos de deslizamentos de sentido nos textos dos sujeitos-leitores.

Mas diríamos mais, e, para isso, voltamos a Pêcheux, quando o autor refere-se à interrogação como um exemplo de lugar que coloca em jogo o discurso-outro, como espaço virtual de leitura.

É assim que estamos considerando esse processo: a interrogação, presente em TO e retomada nos textos dos estudantes, abre espaço para que o discurso-outro, proveniente do interdiscurso, possa entrar no discurso dos sujeitos-leitores.

Nesse movimento de vai e vem, os sentidos deslizam, alteram-se.

Podemos então, como vimos fazendo, reconhecer na interrogação um ponto de deslizamento do discurso, um espaço que oferece lugar à interpretação, um espaço virtual de leitura.

Diferentemente do que se poderia supor, porém, esse espaço não abre para, usando os termos de Pêcheux, um “*não importa o que*”. Na verdade, esse lugar traz para a cena o discurso-outro, a memória histórica, o real sócio-histórico. Ou seja: dá-se o atravessamento da leitura pelo interdiscurso nesse lugar sinalizado de deslizamento.

É isso que permite, pois, que os sujeitos-leitores operem sobre esse espaço da interrogação, preenchendo-o, criando um sentido que relaciona os economistas aos homens públicos e, assim sendo, julgando-os negativamente.

A interrogação, nesta medida, é um espaço por onde podem deslizar os sentidos, onde deslocamentos são possíveis. É então, neste sentido, um espaço virtual de leitura.

BLOCO 2: OS ECONOMISTAS SE DEDICAM A IMPORTANTES ESTUDOS. ENTENDE?

Em todos os textos analisados, não encontramos nenhuma seqüência discursiva que, sendo uma retomada desse enunciado, fosse representativa de um deslocamento de sentido em relação ao recorte 1, ou melhor, que apontasse um deslocamento da posição-sujeito verificada no recorte 1.

Este fato, no entanto, não significa que os sujeitos-leitores não tenham “lido” essa interrogação, mas que eles mantêm aqui o sentido verificado em R1: o marciano *não entende* a realidade brasileira.

Na verdade, não poderia ser diferente, pois o efeito de sentido que se verifica em todo esse recorte 2 se constrói sobre essa falta de compreensão do sujeito, representado pelo marciano, sobre a realidade brasileira.

Assim, bastaria repetirmos as seqüências já analisadas. Para evitar redundância, não o faremos.

BLOCO 3: ISSO TUDO SERVE PARA QUÊ? POR EXEMPLO, MELHORA A VIDA DA POPULAÇÃO?

RETOMADAS:

Sd41: “ Não. O povo e o país estão em segundo plano”.

Sd42: “ Que nada! O povo é quem sofre, pois quando os economistas calculam que as despesas de um país estão altas, aumentam os impostos”.

Sd43: “ Não, a melhoria da vida da população não está incluída como importantes estudos”.

Neste bloco, reitera-se o sentido expresso pelas seqüências discursivas anteriores. Isso pode ser observado, mais uma vez, pelo contraste entre duas posições-sujeito em uma mesma formação discursiva: a primeira posição-sujeito – a do conhecimento – é assumida pelo sujeito representado pelo terráqueo, que diz que o povo está em segundo plano, que o povo sofre, que o povo não está incluído nos importantes estudos, que a vida do povo não melhora; já a segunda posição-sujeito – a do desconhecimento – identificada com o marciano, revela o discurso-outro: o povo deveria estar em primeiro plano, o povo não deveria sofrer, os estudos dos economistas deveriam ser úteis para o povo, a vida do povo deveria estar melhor.

Cria-se então, através da pergunta do óbvio, um jogo entre o que é (e que se identifica com a primeira posição-sujeito) e o que deveria ser.

Podemos notar que o deslocamento de sentido em relação a TO e ao recorte 1 surge através da fala do sujeito que representa o conhecimento, dizer que só pode entrar no discurso desses sujeitos-leitores pelo viés da interrogação.

É a interrogação que abre espaço para que o sujeito vá ao interdiscurso e de lá retorne com um dizer do tipo “*o povo é quem sofre*”, “*o povo está em segundo plano*”. E, nesse movimento, ele desloca o sentido já posto em TO e reiterado no recorte 1.

Podemos dizer então que há uma não-coincidência entre esse dizer e o dizer de TO, e é isso que faz com que se movimentem os sentidos produzidos no texto-origem.

Mais uma vez, portanto, a interrogação é espaço de deslizamento nesse discurso.

BLOCO 4 : ENUNCIADO 4: E ACERTAM?

RETOMADAS:

Sd44: “ Até agora, marciano, as previsões e os resultados ficam só no papel, o povo ainda não viu nenhuma solução para os problemas que tanto os afligem”.

Relembremos, para análise desse bloco, aquilo que foi dito sobre o bloco 4, no recorte 1 (o que significa pensar também em TO).

Lá, como vimos, os sujeitos-leitores mostravam a assunção, pela posição-sujeito que representa o terráqueo, de uma posição que remetia ao seguinte saber: os economistas nunca acertam suas previsões, mas isso não interessa. Não é isso que encontramos aqui, onde o sujeito representado pelo terráqueo assume outra posição, que remete a um saber diferente daquele. Isto pode ser constatado quando ele diz que “o povo *ainda* não viu nenhuma solução para os problemas que tanto os afligem”, ou seja, soluções são aguardadas e desejadas. Em outras palavras: os economistas nunca acertam, mas isso não é bom, é desejável que eles acertem.

Como podemos perceber, há aqui uma outra não-coincidência entre o dizer do sujeito-autor de TO e o dizer do sujeito-leitor, o que revela uma outra interferência do interdiscurso, um outro trabalho discursivo de leitura.

Novamente, o ponto de interrogação é espaço de deslizamentos de sentido, mas não um espaço onde cabe “um não importa o quê”, conforme os termos de Pêcheux (1990:54). Quer dizer: esse saber “cabe” nesse espaço, preenche essa lacuna significativa, porque ressoa em nível interdiscursivo, porque constrói um efeito de sentido possível nesse universo de repetição.

Por isso, esse dizer pode “entrar” pela porta aberta pela interrogação, e redizer, ressignificar o que havia sido significado em TO.

BLOCO 5: DESCULPE A INSISTÊNCIA, MAS ISSO SERVE PARA QUÊ?

RETOMADAS:

Sd45: “Para estudar, analisar...”

Esse bloco discursivo corresponde à retomada, pelo sujeito-leitor, da pergunta com que o sujeito-autor *fecha* seu texto.

Ao falarmos em fechamento, estamos novamente tomando o termo usado por Solange Gallo (1994), quando a autora fala em *efeito de finalização*, presente num discurso que tem potencialmente um *efeito-autor*, dentro da prática a que ela denomina de *textualização*.

Notemos, porém, que, em TO, esse efeito de finalização é construído, paradoxalmente, através de uma lacuna significativa. Quer dizer: é um fechamento a ser trabalhado pela prática discursiva da leitura. E como é um espaço de interpretação, é, por excelência, um lugar propício para a produção e para os deslizamentos de sentidos.

E é exatamente isso que vemos ocorrer aqui, quando esse sujeito-leitor abandona o sentido sugerido em TO, e dito no recorte 1 (*esses estudos não servem para nada*), e preenche essa lacuna com outro sentido: “*serve para estudar, analisar...*” .

Como podemos perceber, ocorre uma não-coincidência entre os dizeres, há um deslizamento de sentido, que vem através do sujeito representado pelo terráqueo, que ocupa a posição-sujeito do conhecimento.

É interessante observar o emprego de reticências na fala desse sujeito-leitor, pois elas abrem, nesse texto, um novo espaço de interpretação, um outro ponto de deslizamento. Ou seja: um espaço sinalizado para o trabalho dos leitores desse texto que surgiu pela retomada de TO, também sinalizado. Quer dizer: esse sujeito-leitor reescreve a interrogação em forma de reticências.

Tal gesto de interpretação nos demonstra a aproximação desses dois sinais discursivos na prática discursiva da leitura. E contribui para justificarmos a reunião desses dois sinais de pontuação nesse trabalho, pois confirma nossa hipótese inicial de que ambos os sinais de pontuação – reticências e interrogação – são espaços sinalizados que possibilitam os deslizamentos nos textos. Tanto são que o leitor se permite substituir um pelo outro, sinalizando, em seu próprio texto, a exemplo de TO, um novo espaço de interpretação.

Não podemos dizer, então, como se “completaria” esse espaço, como se “preencheria” essa lacuna. Cada leitor dessa retomada pode derivar diferentemente, embora não para qualquer lugar, pois, como vimos, essas lacunas significantes sempre apontam para uma determinada direção dos sentidos.

Assim, podemos dizer que esse bloco nos revela um deslizamento de sentido em relação a TO e ao recorte 1.

2.4.1.3 Grupo 4: interrogação e a produção de novos textos

Neste grupo discursivo, examinamos seqüências discursivas que surgiram a partir do comando “produza um novo texto a partir do texto Arc e os economistas” .

NOVOS TEXTOS:

Sd46: “A insistência em prever rumos da economia e os constantes erros cometidos vêm contribuindo para aumentar a desilusão das pessoas perante esses profissionais. Há nessas previsões uma considerável irresponsabilidade. Interesses privados prevalecem sobre o interesse do povo, da massa trabalhadora. Previsões econômicas estão servindo para desacreditar esses profissionais.”

Sd47: “ Os economistas brasileiros desempenham uma função considerada, pelo governo, muito importante. As pessoas que desempenham essa função recebem uma ajuda de custo, uma quantia satisfatória do governo. Enquanto o governo ajuda os economistas financeiramente, com casa e comida, muitas pessoas que vivem nas ruas, pedindo esmolas e o que comer, recebem apenas a ajuda da comunidade em que este indivíduo se encontra. O trabalho que os economistas desempenham não é satisfatório, porque não resolve e nem melhora o problema da economia. Cada vez há mais notícias de miséria, fome, crianças desnutridas e pessoas vivendo em condições desumanas. Nesta injusta vida, para os que têm pouco, menos ainda, e para os que têm alguma coisa ou muito, mais um pouco para ajudar. Que economia é esta, que custa caro, e não coloca comida no prato de quem está com fome?”

Na busca da compreensão desse bloco, encontramos no discurso pistas que nos mostram um contraste que os sujeitos-leitores criam entre os economistas e o povo. Assim, na caracterização dos economistas, temos: *erros, irresponsabilidade, interesses privados, ajuda de custo, quantia satisfatória, têm muito, recebem mais*; e, na caracterização do povo, temos: *vive nas ruas, pede esmolas, miséria, fome, crianças desnutridas, têm pouco, recebe menos*.

Tal contraste nos permite reconhecer nesses textos, mais uma vez, uma oposição entre duas posições-sujeito divergentes na mesma FD. Temos então a posição-sujeito do conhecimento, assumida pelo sujeito representado pelo terráqueo, e a posição-sujeito do desconhecimento, assumida pelo sujeito representado pelo marciano.

Uma vez que o marciano representa nesse discurso a figura do desconhecimento sobre a realidade brasileira, os sujeitos-leitores, assim como acontece em TO, imputam a ele a responsabilidade de apontar o que seria desejável.

O efeito de sentido criado na produção de um novo texto a partir de TO é, então, nesse grupo, o mesmo encontrado na retomada daquele texto: os interesses dos economistas estão acima dos interesses do povo, que sofre, ganha mal, convive com o desemprego e a miséria.

Esse sentido entra nesse discurso pelo viés do interdiscurso. Assim, os sujeitos-leitores, embora não retomem os enunciados de TO, localizam, naqueles enunciados, pontos de fuga, através dos quais vão ao interdiscurso e de lá retornam com outros elementos: *os economistas recebem ajuda de custo, são irresponsáveis, o povo passa fome, o povo vive na miséria, etc.*

São essas não-coincidências entre os dizeres, são esses elementos provenientes do interdiscurso que reconstroem, nos novos textos produzidos pelos estudantes, o efeito-texto que constituía TO.

Note-se ainda que, ao serem solicitados a produzir outro texto a partir de TO, os sujeitos-leitores operam sobre o sinal discursivo da interrogação (e sobre todas elas, não só com a interrogação final), porém não reproduzem o humor em seus próprios textos.

Quer dizer: os sujeitos-leitores, nesse caso, interpretam o humor de TO, mas não o colocam em seus textos.

Isto parece nos mostrar, mais uma vez, que, ao serem solicitados a produzirem um “novo” texto, os sujeitos-leitores parecem sentir-se mais “donos” dos textos que produzem, e preferem então adotar uma forma séria para tratar de assuntos sérios.

Em outras palavras: o comando “produza um novo texto” desobriga os sujeitos-leitores de retomarem, de reescreverem o humor presente em TO, e conduz ao discurso sério, ao texto argumentativo.

2.4.1.5 Recorte 2: algumas considerações

O exame das seqüências discursivas desse recorte nos leva a considerar esse espaço como o dos **deslizamentos de sentido**.

Com isso, queremos dizer que os textos produzidos pelos estudantes alteram o sentido construído em TO. Tal transformação não é suficiente, no entanto, para que ocorra uma mudança de formação discursiva, ou seja, para que possamos dizer que os sujeitos-leitores identificam-se com uma matriz de sentido diferente daquela com que se identifica o sujeito-autor de TO.

Diríamos então que esses sujeitos-leitores, ao reescreverem TO, **mantêm-se na mesma FD**, mas assumem uma **posição-sujeito diferente da posição-sujeito do autor de TO**. E também uma **posição-sujeito diferente daquela assumida pelos sujeitos-leitores do recorte 1**.

A esse processo discursivo de leitura vamos denominar de **reescritura**.

Esse é um espaço de não-coincidências, portanto.

Considerando o fato de que os textos-origem são sinalizados por reticências ou por interrogação, podemos dizer que esses sujeitos-leitores também trabalham esse espaço, preenchendo essa lacuna significativa. No entanto, fazem isso de modo diferente do que fizeram os sujeitos-leitores no recorte 1.

Assim, enquanto aqueles sujeitos-leitores trabalhavam tais sinais a partir dos sentidos construídos em TO, esses sujeitos-leitores trabalham esses sinais produzindo sentidos que não são exatamente aqueles que encontramos em TO. Com isso, mostram que outros sentidos “cabem” naquele espaço.

Desse modo, vemos, por exemplo, um sujeito-leitor operar sobre as reticências presentes em “Sim, mas primário, e com esses antecedentes...” produzindo sentidos como: *“Deixa para lá. Aliás, porque você não aproveita a época em que estamos e se candidata a vereador? Meu voto será certo”* ou *“De maneira alguma, talvez possamos inclusive jantar juntos e trocar ensinamentos, afinal, temos muito em comum”*.

Como é possível perceber, o sentido que surge nessas seqüências é diferente daquele que surge no recorte 1, onde os sujeitos-leitores dizem, por exemplo: *“Com esses antecedentes, a gente pode dar um jeitinho e não colocá-lo atrás das grades, por que neste país quem tem dinheiro jamais poderá viver uma história dessas”* ou *“No nosso país só cumpre pena ‘ladrãozinho’ que rouba para matar a fome de seus filhos. Jamais alguém com seu poder, Excelência”*.

Note-se que, em ambos os recortes, evidencia-se a corrupção e a impunidade que são comuns no Brasil. No primeiro caso, porém, os sujeitos-leitores limitam-se a constatar a realidade, o que, de certa forma, já havia sido feito em “Experiência Nova”. Neste recorte 2, no entanto, os sujeitos-leitores vão um pouco além e mostram que a corrupção atrai também àqueles que, tendo o dever de combatê-la, acabam por ela seduzidos.

Com isso, desloca-se o sentido presente em TO e no recorte 1. E isso acontece também com as retomadas do texto “Arc e os economistas”.

Estamos, portanto, diante de uma nova forma de preenchimento da incompletude materializada pelos sinais discursivos de pontuação.

O que verificamos então são preenchimentos discursivos que, da mesma forma que verificamos no recorte 1, revelam-se como um “a mais” ao que o autor disse. No entanto, tais preenchimentos, pelo fato de fazerem deslizar os sentidos produzidos em TO, e por permitirem o atravessamento do interdiscurso no processo discursivo da leitura, são de uma ordem diversa daqueles verificados no recorte 1.

Vamos denominá-los então de **preenchimentos discursivos**. E, a esse acréscimo que eles representam, vamos denominar de **incisas discursivas**.

Desse modo, constatamos que os sinais discursivos da pontuação são um espaço onde os sentidos podem deslizar. Mas, pelo menos até aqui, vemos que esses sinais não levaram à transformação dos sentidos.

Isso vem ratificar nossa concepção de que reticências e interrogação significam por si mesmos, não significam a mesma coisa para todos, mas também não significam qualquer coisa. É isso que leva diferentes leitores a lerem esses sinais de forma diversa, mas não os leva a romperem com a FD dominante, uma vez que operam sobre os sinais submetidos ao efeito da memória discursiva, do interdiscurso.

Isto nos ajuda também a comprovar nossa intuição inicial, quanto ao fato de que os sinais discursivos da pontuação, conjugados ao humor, abrem espaço para interpretações diversas. Assim, enquanto alguns sujeitos-leitores lidam de uma forma com o humor presente em TO (recorte 1) outros leitores de TO lidam com esse humor de uma outra forma (recorte 2), e começam a deslocar os sentidos já construídos.

A conjugação desses sinais – reticências ou interrogação – com o humor causa então efeitos diferentes.

Assim, como pudemos perceber pelas análises, quando os leitores reescrevem TO, eles entram em TO através dos espaços sinalizados pela pontuação e mantêm o humor. Quando, porém, eles escrevem um “novo texto”, afastam-se desses sinais de pontuação, trabalham TO de uma forma mais global e deixam de fora também o humor.

Resumindo, diríamos então que esse recorte 2 é o espaço das leituras que inscrevem os sujeitos-leitores na mesma matriz de sentido em que se inscreve o sujeito-autor de TO, com alguma manutenção e com pequenos deslizamentos de sentido.

Salientamos, no entanto, que os deslizamentos são pequenos. A rigor, diríamos que trazem o diferente para junto do já posto.

Vejamos agora o que acontece no recorte seguinte, onde constatamos um processo de leitura semelhante, mas, ao mesmo tempo, diferente deste verificado no recorte 2.

2.4.2 Recorte 3 : deslocando mais os sentidos

Neste recorte, examinamos seqüências discursivas que revelam a assunção, pelos sujeitos-leitores, de uma posição-sujeito diferente daquelas encontradas no recorte 1 e no recorte 2.

2.4.2.1 Grupo 1: reticências e retomadas

Este grupo discursivo é constituído pelas seqüências discursivas que surgiram a partir do comando “reescreva o texto Experiência Nova”.

O grupo, mais uma vez, está subdividido em blocos discursivos, que refletem a retomada dos enunciados sinalizados pelas reticências.

BLOCO 1: ENUNCIADO “QUE GRANDE PILANTRA...”

Não encontramos nenhuma retomada deste enunciado que seja diferente das que já foram citadas nos recortes anteriores.

Concluimos então que esse enunciado, interior ao texto, desliza, em nosso corpus de análise, apenas em dois sentidos: o que associa pilantra a esperto, inteligente, e o que associa pilantra a safado, sem-vergonha.

O primeiro sentido, como pudemos constatar, é o de TO; o segundo é um deslocamento em relação a TO.

BLOCO 2 : ENUNCIADO “SE O DONO DO GALINHEIRO TE PEGA...”

RETOMADAS:

Sd48: “ O delegado disse que ele teve sorte de a polícia o ter achado antes que o dono do galinheiro, já pensando em uma boa proposta de negócios.”

Sd49: “ – Se o dono do galinheiro te pega, negocia ou devolve o roubo.”

Sd50: “ Exclamou que era bom que ele estivesse sendo preso porque, caso fosse pego, poderia ser morto, ou então, seria admitido pelo dono do galinheiro como administrador.”

Nesse bloco discursivo, vemos aumentar no discurso dos sujeitos-leitores a possibilidade de o sujeito representado pelo delegado e o sujeito representado pelo dono do galinheiro mudarem de lugar social. Quer dizer: tanto o delegado, quanto o dono do galinheiro, que representam a legalidade, podem vir a abandonar esse lugar social e assumir outro, o da ilegalidade, da infração.

Examinemos as retomadas:

Sd49: “Se o dono do galinheiro te pega, **negocia** ou **devolve o roubo**” ;

Sd50: “Caso fosse pego, poderia ser morto, ou então, seria admitido pelo dono do galinheiro como administrador”

O que constatamos aqui é uma oposição entre dois elementos, no interdiscurso. Em outras palavras: temos novamente a configuração da paráfrase discursiva, segundo os termos de Courtine (1981:94), ou seja, a contradição entre dois domínios de saber de FD antagônicas: devolve o roubo/mata x negocia/contrata como administrador.

É essa configuração que faz surgir o efeito de sentido que aponta para a aceitação da desonestidade e da corrupção como uma alternativa viável e até desejável.

Os sujeitos-leitores operam sobre o humor presente em TO através dessa heterogeneidade, que traz o discurso-outro (que prevê a punição para ladrões e corruptos) para refutá-lo, levantando outras hipóteses (*proposta de negócio, ser contratado como administrador*).

Desse modo, esses sujeitos-leitores reúnem, em um mesmo enunciado, aquilo que foi dito no bloco2/grupo1/recorte 1 (*o dono do galinheiro te dá um tiro, só pobre vai preso*) e no bloco 2/grupo 1/recorte 2 (*um grosso poderia dar um tiro no ladrão, as pessoas querem subir na vida a qualquer preço*). Aquilo que em TO, no recorte 1 e no recorte 2 não *podia nem devia ser dito* (embora sugerido), aqui é dito.

Ao dizer deste modo, os sujeitos-leitores produzem uma não-coincidência entre seu dizer e o dizer do sujeito-autor do texto-origem, e deslocam o sentido lá produzido. E, pelo fato de a não-coincidência ser maior do que as que verificamos no recorte 2, é maior também o deslizamento de sentido neste recorte.

Na nossa perspectiva, isso ratifica também uma terceira posição-sujeito nesse discurso: a posição-sujeito do esperto, que é uma mistura das duas posições verificadas anteriormente, a do poder (representada pelo delegado e pelo dono do galinheiro) e a da infração, da ilegalidade (representada pelo ladrão de galinhas e pelo ladrão importante).

Acreditamos que esse é um efeito de sentido novo nesse universo de repetição, que surge porque os sujeitos-leitores relacionam-se diferentemente com a mesma FD, com a mesma matriz de sentido.

Isso se deve a um trabalho da memória discursiva, a um atravessamento do interdiscurso na leitura: a corrupção é um fato que acontece em todos os níveis da sociedade, é um saber pré-construído, e, por isso, os sujeitos-leitores buscam esse saber no interdiscurso e dele se apropriam. Ao fazer isso, geram transformações de sentido em relação a TO.

Este é, igualmente, um movimento de deslizamento, que conduz a uma mudança de posição-sujeito, a partir da qual tais sentidos podem modificar-se mais fortemente e dizer o que até então não podia ser dito.

BLOCO 3: “- SIM. MAS PRIMÁRIO, E COM ESSES ANTECEDENTES...”

RETOMADAS:

Sd51: “ – O que é isso, Excelência? O senhor não vai ser preso, é primário, além do mais você pode me conceder uma parte do seu lucro, e o assunto termina aqui.”

Sd52: “Sim. Mas primário e com esses antecedentes que o senhor tem, não se discute. Eu posso dar o famoso jeitinho brasileiro, para que Vossa Excelência saia dessa limpo. Basta que o senhor me coloque no negócio. O senhor me dá uma participação nos lucros”.

Sd53: “O delegado acaba concluindo que o rapaz tem razão e decide não prendê-lo, além do mais acaba entrando no ramo. O delegado acaba seu cúmplice, e tem as grandes vantagens que todo e qualquer brasileiro nos dias de hoje gostaria de ter: ganhar milhões sem trabalhar e não precisar roubar diretamente. Isto é como vida de político.”

Neste bloco discursivo, vemos ser ratificado o novo efeito de sentido no trabalho dos sujeitos-leitores sobre as reticências, com a concretização do que vinha sendo apenas sugerido: a possibilidade de a lei ser deixada de lado pelas autoridades quando há chance dessas pessoas ganharem dinheiro (*you can get me a part of your profit, get into the business, enter the field, accomplice*).

O sujeito representado pelo delegado, aqui, portanto, assume outra posição-sujeito, a do esperto que se alia à corrupção sem perder a posição de poder.

Com isso, os sujeitos-leitores ampliam as fronteiras da FD, na qual se inscrevem também os sujeitos-leitores de TO, do recorte 1 e do recorte 2 – em que *o que pode e deve ser dito* é que no Brasil só pobre vai preso, que ladrão rico, poderoso e esperto merece respeito, que a possibilidade de ganhar dinheiro fácil atrai os representantes da lei.

Mais uma vez, vemos a heterogeneidade desses textos, que nos apresentam sujeitos divididos entre um domínio de saber onde o aceitável é dizer “*o senhor não vai preso*” ou “*isso não se discute*” e um discurso-outro, pertencente a outro domínio de saber, onde o aceitável é dizer “*o senhor vai preso*” e “*isso se discute, sim*”.

Esse jogo tem também como efeito o humor, a ironia, na medida em que descarta esse discurso-outro, em que escapa à reafirmação do sentido dominante na FD, desautorizando esse sentido.

É uma outra forma de interpretar o espaço lacunar das reticências, portanto.

Esse novo gesto de leitura, como podemos perceber, mostra um deslizamento muito mais intenso do que aquele constatado no recorte 2, onde, no entanto, ele também ocorre.

Isto nos leva a considerar a existência de diferentes graus de deslizamento dos sentidos, uma vez que ele pode conduzir a menores ou a maiores afastamentos em relação ao texto-origem, sem ocasionar mudança de formação discursiva.

Isso acontece porque o deslizamento está associado a mudanças de sentido e tais sentidos vêm do interdiscurso.

Assim, nesse grupo discursivo, e nesse recorte, a mudança de sentido é bem maior do que a do recorte 2, pois acaba dizendo aquilo que não chega a ser dito em TO ou no recorte 1, e que é apenas sugerido no recorte 2.

Mas, mesmo assim, por maior que seja, esse deslizamento não chega a ocasionar mudança de FD, pois, na nossa perspectiva, todos esses dizeres, embora conflitantes, convivem em um mesmo espaço do interdiscurso, e estão ligados a um trabalho da memória discursiva que retrata a realidade brasileira.

2.4.2.2 Grupo 2: reticências e a produção de novos textos

Este grupo discursivo é formado por seqüências discursivas que surgiram a partir do comando “produza um novo texto” a partir do texto “Experiência Nova”.

NOVOS TEXTOS:

Sd54: “ Ao perceber que os marginais são grandes traficantes e comandam milhares de ações violentas, muitas com o fim de arrancar dinheiro de membros da sociedade, isso sim interessa aos nossos defensores públicos, que começam a chamar os marginais de excelência e dão liberdade de dinheiro e de status. Então quando percebem que os caras têm intimidade com políticos sem caráter, aí sim ficam mais interessados em libertá-los, a fim de participar de suas quadrilhas.

Sd55: “ Um bandido tem muito mais poder do que a polícia, o que faz qualquer policial ‘babar’ frente a uma proposta tentadora de algum criminoso.”

Neste bloco, ratifica-se o efeito de sentido que admite que representantes da ordem podem aliar-se à corrupção, sentido que foi verificado no grupo 1/recorte 3. Os textos nos oferecem pistas desse sentido: *a fim de participar de suas quadrilhas, o policial ‘babar’ frente a uma proposta tentadora.*

Esse grupo, portanto, mostra a assunção, pelos sujeitos-leitores, da mesma posição-sujeito assumida pelos sujeitos-leitores no grupo 1/recorte 3, e uma posição diversa da assumida pelos sujeitos-leitores de TO e do recorte 1.

Mais uma vez, no entanto, esses sujeitos-leitores, ao serem solicitados a produzir um novo texto a partir de TO, operam sobre o humor presente naquele texto, mas não produzem humor em seus textos.

Isto, como já vimos, tem a ver com o tipo de comando que dá origem aos textos: quando o comando é “reescreva”, os leitores reconstituem as formulações marcadas – o que implica reescrever as reticências ou as interrogações – e o humor; quando o comando é “produza um novo texto”, no entanto, os leitores sentem-se mais à vontade para trabalhar TO, e, então, abandonam os sinais discursivos e o humor, que permitia tratar coisas sérias de forma não-séria, e optam por abordar esses temas sérios de forma também séria.

Tal procedimento contribui para nos provar que, ao reescrever esse tipo de texto, os sujeitos-leitores agem tanto sobre os sinais discursivos (reticências ou interrogação), quanto sobre o humor, retomando-os, abandonando-os ou transformando-os.

2.4.2.3 Grupo 3: interrogação e retomadas

Este grupo discursivo é formado por seqüências discursivas que geram um efeito de sentido diferente daquele encontrado em TO e no grupo 3/ recorte 1 e no grupo 3/recorte 2.

BLOCO 1 : O QUE FAZEM OS ECONOMISTAS? FAZEM ECONOMIA?

RETOMADAS:

Sd56: “Arc, é assim: os economistas estudam a conjuntura econômica do mundo para mostrar que entendem de economia, para receberem promoções por seus importantes estudos e também para serem aplaudidos. Ah! O mais importante: para enganarem a população com palavras bonitas sobre economia. Assim, o povo não reclama da inflação, dos altos salários dos próprios economistas do governo, da corrupção, etc.”

Sd57: “Claro! Todos economizam o seu tempo para criarem estratégias a fim de elegerem-se políticos (ministros e até presidentes).”

Sd58: Sim, claro que sim. Nos garroteiam até o último nó do sisal. Todos eles a serviço do neoliberalismo FHC. Todos nos delitos de uma nova escola (arcaico-futurista). Sabem tudo a respeito do que não devemos nos atrever a pensar – muito menos em economia.

Este bloco discursivo ainda evidencia a assimetria entre os protagonistas do discurso, presente em TO, no recorte 1 e no recorte 2. Isso nos leva novamente a duas posições-sujeito: a do conhecimento – assumida pelo sujeito representado pelo terráqueo – e a do desconhecimento – assumida pelo sujeito representado pelo marciano.

Tais posições são reveladas através de pistas presentes nos textos e que nos dão o seguinte, para a posição-sujeito 1: os economistas estudam para *receber promoções, serem aplaudidos, criar estratégias e se elegerem políticos, estar a serviço do neoliberalismo de FHC, ‘apertar’ e enganar o povo*; e para a posição-sujeito 2: os economistas deveriam fazer economia.

Como já temos afirmado, essa posição-sujeito 2 entra pelo viés do discurso-outro, na fala do sujeito representado pelo marciano, que é, na verdade, uma caricatura da maioria do povo brasileiro, discurso que nos diz que os economistas deveriam fazer economia, que não deveriam estar preocupados em receber promoções, em serem aplaudidos, que não deveriam enganar a população.

Neste bloco, porém, temos algo diferente: ao invés de responderem à pergunta do marciano – “*O que fazem os economistas? Fazem economia?*” – com um *não*, como acontecia anteriormente, esses sujeitos-leitores dizem *claro, sim, claro que sim*.

Reconhecemos aqui um discurso altamente irônico, e tomamos as afirmações de Garcia (2000:77), quando a autora afirma que, quando ocupa uma posição em contraponto lúdico a outras, o sujeito irônico nos faz desconfiar do óbvio, da literalidade e da transparência da linguagem, de uma aparente e enganosa simplicidade ou correspondência entre as palavras e as coisas.

Na nossa perspectiva, é isso que ocorre aqui: os sujeitos-leitores, ao afirmarem *sim, claro que sim*, contrapondo-se o sujeito-autor e aos outros sujeitos-leitores, que dizem *não*, nos fazem desconfiar da transparência e da literalidade dessa resposta e desse sentido. Transparência que os próprios sujeitos-leitores encarregam-se de desfazer quando completam seus textos falando em promoções, estratégias, etc.

Mais uma vez, observamos uma não-coincidência entre os dizeres, entre os sentidos produzidos no texto-origem e nas suas retomadas.

É um novo efeito de sentido que notamos aqui, portanto. E, se esse novo efeito surge, é porque a interrogação, como já dissemos, é um espaço aberto para o deslizamento.

Assim, é essa ausência-presença, representada pelo espaço lacunar e significativa da interrogação, que permite que os sujeitos-leitores saiam do texto-origem e busquem no interdiscurso um domínio de saber diverso, e que introduzam esse saber de forma irônica, fazendo seus próprios leitores desconfiarem da literalidade de suas palavras.

A interrogação, portanto, é espaço propício para esses movimentos de leitura.

BLOCO 2 : ENTENDE?

RETOMADAS:

Sd59: “Mas que bom! Então na Terra não existem problemas com a economia. Nenhum país tem dificuldade com a área econômica. Todos estão vivendo muito bem.”

Sd60: “Se entendi bem, eles têm todo controle de tudo. Os brasileiros estão tranquilos quanto à situação, pois, de certo, os economistas procuram equilibrar tudo para que vocês não fiquem prejudicados.”

Vamos refletir, neste bloco discursivo, sobre as duas posições-sujeito que constatamos até aqui no discurso dos sujeitos-leitores: posição-sujeito 1 (a do conhecimento) e posição-sujeito 2 (a do desconhecimento). A primeira, assumida pelo terráqueo; a segunda, pelo marciano.

Em TO, e nos outros recortes, a resposta dada a essa interrogação era sempre *não*. Aqui, de forma contrária, o marciano procura mostrar que compreende a realidade brasileira. Existe, portanto, uma não-coincidência entre esses dizeres.

Isso se dá pelo viés da ironia. Quer dizer: afirmando, de modo geral, que *na Terra não existem problemas com a economia* e que *todos estão vivendo muito bem*, os sujeitos-leitores nos fazem desconfiar da obviedade dessas afirmações e depreender daí justamente o contrário.

E se isso acontece, é porque estamos sob o efeito da memória discursiva, do interdiscurso, onde convivem esses dizeres contraditórios e FDs antagônicas.

Esse humor irônico, dessa maneira, atravessa na leitura esse outro dizer que é contrário ao que está sendo afirmado. A ironia presente nessas sd, neste sentido, reconfigura esse interdiscurso e coloca em contato essas FDs antagônicas: numa, *o que pode e deve ser dito* é que os economistas fazem um bom trabalho, e resolvem os problemas da população; na outra, que eles não fazem nada certo, não têm controle de nada.

Assim, a ironia introduz essa outra formação discursiva pelo viés do discurso-outro, que, mesmo não tendo sido dito, é compreendido.

Temos então um deslocamento de sentido nesse bloco discursivo, em relação aos mesmos blocos dos outros recortes, o que nos leva a reafirmar que os sujeitos-leitores preenchem o espaço lacunar representado pela interrogação, e que o fazem sob a ação do interdiscurso.

Por isso, vemos também que, nesse espaço, mesmo quando os sentidos deslizam, não vão em direções tão imprevisíveis assim, pois estão sempre sob a determinação da memória discursiva, do interdiscurso e sob o efeito da ironia que, ao mesmo tempo que diz, desqualifica o que está dizendo.

BLOCO 3: ISSO TUDO SERVE PARA QUÊ? POR EXEMPLO, MELHORA A VIDA DA POPULAÇÃO?

RETOMADAS:

Sd61: “Sim, isso tudo tem serventia. Nos arremessa dia-a-dia contra a cerca do campo de concentração (lembra daquele criado pelo Adolph?)”

Sd62: “Ah! Então os economistas são responsáveis pela melhoria de vida da população. Muito bem! – respondeu o ET todo satisfeito”.

Sd63: “Somente da população de parentes e amigos que trabalharão em seu gabinete. Porque a população que realmente o elegeu, confiante em suas promessas, essa morrerá de fome e doente, por causa dos seus desvios de verba.”

Neste bloco, repete-se a ironia e o efeito de sentido verificado no bloco anterior.

Na verdade, essa ironia é aqui uma forma de acesso à heterogeneidade da FD em que se inscreve esse discurso e à heterogeneidade desses textos, carregados de posições-sujeito oriundas de FDs diversas.

O humor, assim, em sua forma irônica, atua espaço de deslizamento, pois possibilita que por ali os sentidos se alterem.

Desse modo, os sujeitos-leitores interpretam o humor presente em TO (com o marciano perguntando, com uma fictícia ingenuidade, se o trabalho dos economistas melhora a vida da população) e, a partir dele, produzem humor em seus próprios textos (com o terráqueo dizendo que sim, e deixando o marciano todo satisfeito).

Ao produzir esses textos, por outro lado, permitem que seus leitores, submetidos a um trabalho da memória discursiva, desconstruam o sentido que está sendo dito e reconstruam-no novamente, num verdadeiro trabalho de produção de leitura.

Note-se, ainda, que esse trabalho se realiza através da conjugação do humor irônico com o sinal discursivo da interrogação, pois é este que, definindo um lugar para a interferência dos leitores, funciona como forma de acesso à construção de humor nos seus textos.

Na sd63, temos ainda algo diferente, com a resposta “*somente da população de parentes e amigos que trabalharão em seu gabinete*”. Na verdade, isso equivale a um *não*, que, mesmo não sendo dito, introduz no discurso um novo efeito de sentido: os economistas agem somente em benefício próprio.

Ratifica-se, com isso, a heterogeneidade desse discurso, que põe em contraste FDs antagônicas. Esse contraste acaba por inserir nesse discurso o discurso-outro, que diz que os economistas *deveriam melhorar a vida da população*.

Essa sd nos demonstra então, mais uma vez, que a interrogação é uma porta de acesso para os sujeitos-leitores, que fazem um movimento de ida ao interdiscurso, de onde trazem outros saberes que se cruzam com os dizeres já-postos pelo sujeito-autor, com isso ocasionando, em suas voltas aos próprios textos, deslocamentos de sentido em relação a TO.

BLOCO 4 : E ACERTAM?**RETOMADAS:**

Sd64: “Em cheio, pois amarrados até os cabelos, cegos e mudos, chutar as nossas bundas virou sobremesa para o Pedro Malan.”

Sd65: “ Pedro Malan: - É... Quer dizer... Até agora não, mas um dia conseguiremos. Se São Tomé nos ajudar.

Arc: - Pensando bem, acho que vou tentar convencer meus governantes a investirem na Lua. Pelo menos ela serve para inspirar os namorados, os amantes, os poetas.

Pedro Malan: - Calma aí. Se você nos conseguir um investimento, talvez saia aí uma propina por baixo do pano.”

O exame desse bloco discursivo torna cada vez mais evidente para nós a concepção de que o texto não é fechado em si mesmo, pois ele estabelece relação com outros textos e com outros discursos.

Assim, conforme nos afirma Indursky (2001:29), a leitura pressupõe *relações contextuais*, que remetem o texto para o contexto sócio-econômico, político, cultural e histórico em que é produzido, determinando as condições de sua produção. Mas a leitura pressupõe também, como lembra a autora, *relações interdiscursivas*, que aproximam o texto de outros discursos.

No processo discursivo da leitura, tais relações apresentam-se imbricadas, pois as relações contextuais remetem para o interdiscurso. Quer dizer: são as relações que o sujeito-leitor estabelece com o contexto (sócio-histórico, político, econômico e social) que o remetem, no processo da leitura, para uma determinada região do interdiscurso e não outra, que o submetem a um efeito da memória e não outro, que aproximam seu texto de certos discursos e não de outros.

É exatamente isso que vemos acontecer aqui, quando os sujeitos-leitores remetem o texto “Arc e os economistas” para o contexto social do qual fazem parte e relacionam os economistas – que no texto-origem são referidos de modo geral – a Pedro Malan, ministro da economia.

Temos então um atravessamento do interdiscurso na prática discursiva da leitura, ou seja, o interdiscurso se faz presente na materialidade dessas retomadas sob a forma de uma presença que estava ausente, mas que, por um efeito da memória discursiva, pode ser resgatada.

É o interdiscurso que permite que esses leitores atribuam um sentido diferente a TO, e que caracterizem de forma muito negativa a atuação dos economistas, personificados por Pedro Malan.

É também esse interdiscurso que se atravessa que os leva a falar em *propina por baixo do pano*. Ao fazer isso, os leitores vão desconstruindo o efeito-texto, vão “desmascarando” o trabalho de textualização que estava oculto sob TO. Em outras palavras: vão dizendo aquilo que, não tendo sido dito em TO, pode, no entanto, ser compreendido e dito na retomada.

E, se isso pode ser dito, é justamente porque a leitura é produzida sob certas condições, das quais fazem parte, como já afirmamos anteriormente, o contexto social, político, econômico. Ora, num país como o Brasil, em que todos os dias se ouvem notícias de corrupção, de favorecimentos, de políticos que se vendem, é justificável que surja uma leitura como essa.

Desse modo, os sujeitos-leitores reconstróem o efeito-texto através da prática discursiva da leitura.

Constatamos então, mais uma vez, que a interrogação é espaço de deslizamento. Como vimos, é essa lacuna a origem de todo esse processo de desconstrução e reconstrução do efeito-texto, num movimento que vai de TO à retomada.

A interrogação, que em TO constrói o discurso irônico, na medida em que questiona o óbvio, abre espaço para uma ressignificação desse discurso irônico, com o deslizamento para outro efeito de sentido.

Desse modo, a nova materialidade textual torna presente uma ausência que, paradoxalmente, significa.

BLOCO 5 : DESCULPE A INSISTÊNCIA, MAS ISSO SERVE PARA QUÊ?

Nesse bloco discursivo, trabalhamos com retomadas em que a interrogação final de TO é abandonada e com os efeitos de sentido que aparecem em seu lugar.

RETOMADAS:

Sd66: Arc: “ – Eu quero fazer um estudo sobre o que está acontecendo agora, para que não aconteça novamente no futuro!

Terráqueo: “ – Tudo bem, mas lhe aviso uma coisa: você fará isso sozinho, pois os interesses dos economistas daqui são outros, falou?”

Sd67: Arc: “Agora eu entendi. São eles então que ajudam a roubar o dinheiro de vocês e depois eles têm como trabalho rever os prejuízos.”

Nesse bloco discursivo, vemos novamente que os estudantes, ao exercerem a função de sujeitos-leitores, deslocam o sentido de TO, e, com isso, criam também uma modificação em relação à posição-sujeito assumida pelo sujeito-autor daquele texto-origem.

Quer dizer: eles não chegam a se contrapor à posição-sujeito assumida pelo sujeito-autor de TO, mas assumem uma posição diferenciada, no momento em que identificam os economistas como ladrões, como profissionais que *roubam*, que têm *outros interesses*.

Assim, essa pergunta, com que o sujeito-autor de TO fecha seu texto, construindo o efeito-texto e o efeito de textualização, é novamente espaço de deslizamento no texto-origem, e permite a construção de um outro efeito-texto. É, pois, a interrogação que permite que os sujeitos-leitores saiam do texto-origem em direção ao interdiscurso e que, de lá retornando com outros saberes, estejam prontos para escreverem seus textos, com um efeito de sentido diferente daquele criado no texto-origem.

2.4.2.4 Grupo 4: interrogação e a produção de novos textos

Neste grupo, examinamos seqüências discursivas que surgiram a partir do comando “produza um novo texto a partir do texto “Arc e os economistas”.

Em nossas análises, pudemos constatar que os sujeitos-leitores, quando criam o efeito de sentido verificado nesse terceiro recorte, preservam a mesma estrutura formal, inclusive mantendo as mesmas perguntas, mas mudam os protagonistas do discurso. Decidimos então examinar algumas dessas ocorrências, seguindo a mesma metodologia usada até aqui, ou seja, a divisão do recorte em blocos discursivos.

BLOCO 1: “O QUE FAZEM OS ECONOMISTAS? FAZEM ECONOMIA?”

NOVOS TEXTOS:

Sd68: “Claro que não, Arc. Os governantes estão interessados no bem estar deles próprios. Quando vai aumentar seus salários, Quantos carros, quantas casas vão poder comprar, Quantas viagens (sem gastar nenhum dinheiro deles) vão poder fazer, Quanto eles têm em suas contas bancárias, entende?”

Sd69: “Fazer política qualquer um pode fazer. Basta falar bonito e mentir bem. Os políticos se dedicam a importantes obras superfaturadas e a CPI, que sempre acaba em nada, entende?”

Como podemos observar nesse bloco discursivo, os sujeitos-leitores, ao receberem o comando “produza um novo texto”, produzem um gesto de leitura diferente daquele que produziram os outros sujeitos-leitores a partir da mesma solicitação.

Assim, temos visto que, sob esse comando, os sujeitos-leitores abandonam a estrutura formal de TO, e, ao fazer isso, deixam de lado tanto os sinais discursivos da pontuação quanto o humor. Aqui, de forma diferente, os sujeitos-leitores preservam o sinal da interrogação e reproduzem o humor.

No entanto, essa manutenção ocorre por um caminho diferente, pois os leitores mantêm a interrogação e o humor para poder realizar, efetivamente, aquilo que vinha sendo sinalizado de forma mais branda nos outros textos: os economistas se confundem com os políticos, com os governantes.

Podemos dizer então que esse bloco nos revela um atravessamento do interdiscurso que produz o mesmo efeito de sentido verificado no bloco 1/grupo 3 desse terceiro recorte. Quer dizer: os leitores trazem do interdiscurso esse saber que reconhece os economistas como pessoas que agem pensando somente nos seus próprios interesses, que mentem, que são corruptas.

Se os sujeitos-leitores assumem a identificação dos economistas com os políticos e governantes brasileiros, isso não é suficiente, no entanto, para que ocorra uma transformação do sentido de TO, e esses leitores inscrevem-se no mesmo efeito de sentido produzido nas demais retomadas deste recorte.

Essa manutenção de sentido ocorre, paradoxalmente, pelo preenchimento da lacuna constituída pela interrogação, mas também por um movimento de reprodução dessa lacuna. Tal reprodução abre, nos novos textos, novos espaços para a interferência de outros possíveis leitores.

BLOCO 2: ENUNCIADO “ENTENDE?”

Ao produzirem novos textos, esse enunciado não cria um deslocamento de sentido diferente daqueles que já foram analisados.

Por esse motivo, não vamos analisar nenhuma seqüência discursiva nesse bloco.

BLOCO 3: “ISSO TUDO SERVE PARA QUÊ? POR EXEMPLO, MELHORA A VIDA DA POPULAÇÃO?”

NOVOS TEXTOS:

Sd70: “Tá difícil, hein, marciano? Eu disse “importantes assembléias”, entendeu? Por exemplo, decidem se o dinheiro vai para a construtora do primo do deputado Fulano de Tal, ou vai para o cunhado do deputado Beltrano de Tal, que também tem construtora...”

Este bloco discursivo nos demonstra, mais uma vez, que o texto não é um objeto acabado, mas que se relaciona com um contexto histórico, social, político e econômico, que se relaciona também com outros textos, e que mantém contato ainda com o interdiscurso. Assim, os textos variam de acordo com as condições em que são produzidos.

A mesma coisa acontece com a leitura, ou seja, a leitura varia de acordo com as condições em que é produzida. E essas condições têm relação com o domínio que o sujeito-leitor possui do contexto em que foi produzido o texto.

Assim, se nesse bloco, e nesse recorte, há uma maior não-coincidência entre os sentidos produzidos em TO e os novos textos, se os sentidos deslizam mais do que nos blocos e recortes anteriores, isso se deve ao fato de que os leitores aqui demonstram um maior conhecimento do contexto em que se insere o texto “Arc e os economistas” e, ao reescrevê-lo, buscam no interdiscurso novos elementos que alteram as suas condições de produção e deslocam o sentido produzido em TO (e nas demais retomadas).

É esse trabalho do interdiscurso, é esse efeito da memória discursiva que faz então com que os sujeitos-leitores falem em *dinheiro desviado para a construtora do primo do deputado Fulano de Tal*, numa clara alusão a escândalos ocorridos no país, trazendo à cena a corrupção e o nepotismo que fazem parte da vida de muitos governantes brasileiros.

Esse gesto de leitura surge, mais uma vez, através do trabalho sobre o sinal discursivo da interrogação e sobre o humor .

Assim, o sujeito-leitor parafraseia a pergunta “*Por exemplo, melhora a vida da população?*” por “*Por exemplo, o dinheiro público é bem aplicado?*” e, por meio desse jogo, introduz o discurso-outro, em que melhorar a vida da população supõe, por exemplo, aplicar bem o dinheiro público. Como a resposta continua sendo uma outra pergunta, como em TO – “*tá difícil, hein, marciano?*” – o sujeito-leitor acaba reproduzindo o efeito irônico em seu texto.

O humor irônico, assim, nasce desse processo de desvalorização do discurso-outro, que é introduzido pela voz do marciano, sujeito que representa, nesse discurso, o desconhecimento sobre a realidade brasileira, e que, justamente por ocupar essa posição, pode perguntar o óbvio e denunciar aquilo que julga como incoerências.

O sinal discursivo da interrogação e o humor, desse modo, são novamente espaço de deslizamentos, de deslocamentos de sentido.

BLOCO 4: “E ACERTAM?”

NOVOS TEXTOS:

Sd71: “Chegam. Mas isso não é importante. O importante é que, no final das contas, ninguém saia de bolso vazio...”

Neste bloco, podemos perceber, tanto em TO, quanto no novo texto, um contraste entre posições-sujeito distintas.

Temos então o seguinte:

- 1) TO : Nunca. Mas não é isso que interessa
- 2) Sd71: Chegam. Mas isso não é importante.

Nesses enunciados, a conjunção *mas* realça o jogo entre posições-sujeito diversas.

Tal confronto pode ser melhor compreendido se prestarmos atenção ao fato de que as expressões *nunca* e *chegam* constituem, respectivamente, as respostas para as perguntas “*e acertam?*” e “*e chegam a alguma conclusão?*”.

Quer dizer:

- | | | | |
|----|-------------------------------------|------------|---------------------------|
| 1) | Os economistas nunca acertam | <i>mas</i> | não é isso que interessa; |
| | A | | B |
| 2) | Os economistas chegam a conclusões, | <i>mas</i> | isso não é importante. |
| | A | | B |

Essa caracterização evidencia a heterogeneidade de cada um desses enunciados, onde A remete a uma posição-sujeito e B remete à outra posição-sujeito.

Indo mais adiante na análise desses textos, vamos verificar não só a heterogeneidade que existe neles, mas também a heterogeneidade que existe *entre* eles.

Assim, se em TO temos: “*Ao estudar os movimentos da economia, eles elaboram tendências para o futuro...*”, no novo texto temos: “*O importante é que, no final das contas, ninguém saia de bolso vazio...*”.

Ao reescrever TO, assim, esse sujeito-leitor busca não retomar o enunciado tal e qual estava no texto-origem, mas localiza, nesse enunciado, um ponto de fuga e, por esse ponto, sai para o interdiscurso e de lá retorna com esse outro enunciado discursivo: o importante é ninguém sair de bolso vazio.

E é esse movimento de ida e volta ao interdiscurso que acaba deslocando o sentido já posto em TO.

Tal movimento nasce, porém, no humor irônico e na interrogação presentes em TO, que, funcionam naquele texto como “portas” que se abrem para o sujeito-leitor entrar no texto, abrem-se para ele sair para o interdiscurso e tornam-se a abrir para que ele retorne com novos sentidos. Espaço de deslizamento, portanto.

É importante observar também que esses sujeitos-leitores concluem essa seqüência, da mesma forma que acontece com o enunciado de TO, com reticências.

Interessante isso, pois as reticências, enquanto lacuna significativa, são retomadas no novo texto para inscrever um espaço lacunar sobre um outro espaço lacunar. E, além disso, a retomada das reticências ajuda a desviar um sentido que, tendo sido produzido numa lacuna, a rigor, não foi dito.

Estranho e revelador jogo, esse. Estranho, porque reconstrói o que, de fato, não havia sido totalmente construído. E revelador, porque prova que essas lacunas não só são percebidas pelos sujeitos-leitores, mas também trabalhadas, e, freqüentemente, transformadas.

BLOCO 5: “DESCULPE A INSISTÊNCIA, MAS ISSO SERVE PARA QUÊ?”

NOVOS TEXTOS:

Sd72: “ – Desculpe, mas continuo sem entender como essas coisas acontecem por aqui. Como eles estão no poder?”

Sd73: “ – Entendi. Eles roubam e enganam e sempre saem bem. Então a política serve para quê? Para encher os próprios bolsos?”

Neste bloco discursivo, os sujeitos-leitores ratificam o efeito de sentido que vinha sendo produzido nos blocos anteriores: o de que os políticos e governantes (que estão sendo equiparados aos economistas) só agem em causa própria, *roubando e enchendo os próprios bolsos*.

Assim, mantêm-se em relação parafrástica com o grupo 3 desse terceiro recorte, ao mesmo tempo que se afastam um pouco mais do sentido produzido em TO.

É interessante observar ainda que, ao reconstruírem o efeito-texto com a troca dos protagonistas do discurso, os sujeitos-leitores mantêm o questionamento final do texto. Quer dizer: em nenhum dos novos textos produzidos, eles respondem à pergunta de TO, mas, ao contrário, elaboram novas interrogações. Com isso, eles sinalizam também em seus textos espaços lacunares significantes que se constituem em um lugar de interpretação para os seus possíveis sujeitos-leitores.

Creemos ser possível dizer também que esses leitores, ao substituírem uma pergunta por outra, demonstram perceber que lacunas significantes são um lugar de atribuição de sentidos, podem funcionar como espaço de deslizamentos. E, por isso, deixam aberto aquele espaço para que seus

leitores possam, assim como eles estão fazendo, interpretar aquela lacuna e atribuir-lhe outros sentidos.

Da mesma forma, vemos que os leitores interpretam o humor de TO e o reproduzem em seus próprios textos, produzindo aí uma interdiscursividade entre seus textos e TO.

Diríamos então que vemos acontecer uma superposição de sinais discursivos, com interrogações superpondo-se a outras interrogações. Além disso, temos ainda o humor se superpondo ao próprio humor.

Eis o trabalho que leva ao deslocamento de sentidos.

2.4.2.5 Recorte 3: algumas considerações

Esse recorte, como o recorte 2, evidencia deslocamentos de sentido em relação a TO e ao recorte1. Tais deslizamentos, porém, são mais fortes do que os verificados no recorte 2.

Essa constatação nos permite reconhecer, nesse recorte, a assunção, pelos sujeitos-leitores, de uma **nova posição-sujeito**, diferente das anteriormente analisadas.

Assim, por exemplo, vemos esses sujeitos-leitores, nas novas formulações de “Experiência Nova”, falarem em *negócios*, em *participação nos lucros*, em *ganhar uma parte do lucro*, em *entrar no ramo*. E, em “Arc e os economistas”, vemos os sujeitos-leitores falarem em *enganar a população*, em *receber propinas*, em *roubar*, em *favorecer parentes*, etc.

É possível notar aí um sentido diferente dos sentidos já verificados até então, em TO e nos outros recortes. Se, naqueles casos, havia constatação da realidade, ou alusão ao fato de que a corrupção circula em várias camadas da sociedade, e que é praticada por aqueles que têm poder e que deveriam estar ocupados em melhorar a situação do país, nesse recorte 3, esse sentido se instala. Assim, vemos um delegado fazendo propostas explícitas ao suposto ladrão de galinhas, e vemos um economista – personificado por Pedro Malan – oferecer propina a seu interlocutor.

Este é também um espaço de não-coincidências.

Podemos dizer então que, ao operar sobre as lacunas significantes, sobre o silêncio materializado pelas reticências ou pela interrogação, esses sujeitos-leitores não dizem mais somente o que já pairava sobre as reticências ou sobre a interrogação, mas sua leitura desliza para outros sentidos.

Assim, devido à sua inscrição ideológica, distinta da do sujeito-autor e da dos leitores do recorte 1 e 2, esses leitores produzem outros sentidos, e não trabalham com uma incompletude impregnada apenas de significados previsíveis. Essa incompletude, na nossa perspectiva, é da ordem da **elipse discursiva**. Por isso, o leitor opera com sentidos que vêm de uma diferente região

do interdiscurso e faz deslizar os sentidos, assim como outro leitor poderia desliza-los em outra direção.

A leitura produz então **preenchimentos interdiscursivos**, ou seja, preenchimentos que nascem em uma diferente região do interdiscurso, o que instaura, em relação a TO, deslizamentos de sentido mais fortes e sentidos menos previsíveis.

Neste sentido, podemos dizer também que a leitura produz **incisas interdiscursivas**, ou seja, um “a mais” que a leitura produz, e que vem de uma região diferente do interdiscurso, produzindo fortes deslizamentos de sentido.

Em suma: neste recorte 3, temos outros efeitos de sentido, uma outra posição-sujeito. Porém, não cremos que seja possível reconhecer aqui uma outra formação discursiva. Na nossa perspectiva, estamos no âmbito da **mesma FD** em que se inscreve o sujeito-autor de TO e os demais leitores, em que o *que pode e deve ser dito* é que, no Brasil, a corrupção e a impunidade rolam soltas entre os políticos, entre os ricos e poderosos. Embora, pelo que podemos perceber no discurso dos sujeitos-leitores, isso não seja o desejável. Daí a presença da ironia presente nesse discurso do recorte 3; ou seja, mostrar essa realidade, sem meias palavras, é uma forma de os sujeitos-leitores a desqualificarem.

Assim, acreditamos que, submetidos ao efeito da memória discursiva, esses leitores acabam por construir esses efeitos de sentidos.

Diríamos então que, nesse recorte, os sujeitos-leitores também operam sobre o sinal discursivo da pontuação e sobre o humor e, a partir disso, constroem outros sentidos.

Feitas essas considerações sobre o recorte 3, passemos então a refletir sobre o que nos permite concluir a análise dos dois recortes (2 e 3) analisados nessa seção, que apontam deslocamentos de sentido em relação aos textos-origem.

2.4.3 Leitura e reescritura : o espaço dos deslizamentos de sentido

Esta seção reúne dois recortes: recorte 2 e recorte 3.

No recorte 2, estão reunidas as seqüências discursivas que refletem algum deslizamento de sentido em relação a TO.

No recorte 3, estão reunidas as seqüências discursivas que demonstram, em relação a TO, um deslocamento de sentido maior do que o verificado no recorte 2.

Isto nos demonstra que a reescrita pode produzir **diferentes graus de deslizamento** dos sentidos.

O exame das seqüências discursivas desses dois recortes discursivos nos permite dizer, portanto, que esse é o espaço, nos textos dos sujeitos-leitores, das **não-coincidências** entre o dizer do texto-origem e o dizer dos textos produzidos pelos estudantes.

Assim, quanto maior a não-coincidência, maior o deslizamento de sentido, como provam os recortes 2 e 3.

Com isso, estamos querendo dizer que os sujeitos-leitores, ao reescreverem os textos-origem, deslocam – para mais ou para menos – os sentidos que haviam sido construídos por seus sujeitos-autores.

Falar em deslizamentos de sentido implica reconhecer, então, que esses leitores assumem **posições-sujeito distintas** daquela assumida pelo sujeito-autor de TO. Mas, na nossa perspectiva, implica reconhecer também a inscrição em uma **mesma formação discursiva**. Isto porque, para nós, falar em mudança de FD significa falar em transformação e ruptura de sentidos. E não é isso que constatamos até aqui.

Diríamos então que esses sujeitos-leitores, assim como aqueles que realizam o processo de leitura denominado de releitura, produzem **gestos interpretativos**. Tais gestos, embora desloquem os sentidos, o que não ocorre na releitura, não são suficientes, no entanto, para transformar esses sentidos.

Tudo isso nos leva a considerar esse domínio como o da **reescritura**. Quer dizer: para nós, a **reescritura** revela um processo de leitura em que os sujeitos-leitores deslocam sentidos já postos, mas não mudam de formação discursiva.

Na **reescritura**, dessa forma, os sujeitos-leitores se afastam das reformulações (que ocorrem no recorte 1) e dirigem-se a formulações, vão bem mais além do que a realização de um trabalho de reconstrução da materialidade lingüística e passam a interagir com o interdiscurso.

Podemos dizer então que as **reescrituras**, ao retomarem os textos-origem, constituem-se também em paráfrases discursivas (em sentido amplo). Mas, de forma diferente do que acontece na **releitura**, onde os leitores trabalham muito o intradiscurso – e as paráfrases são intradiscursivas – a **reescritura**, na nossa concepção, produz **paráfrases discursivas** (em sentido restrito) em que o interdiscurso se atravessa no intradiscurso e a ele se superpõe.

Nesse atravessamento do interdiscurso, verifica-se um novo trabalho da memória discursiva, que conduz, usando os termos de Pêcheux (1988) a uma relação de **desidentificação** do sujeito da enunciação com o sujeito universal. Tal desidentificação leva a um deslocamento da forma-sujeito, mas não produz sua anulação, o que permite aos leitores discordar – mais ou menos – do sujeito-autor, mas não contrapor-se totalmente a ele.

Acreditamos que o humor contribui para esse atravessamento do interdiscurso no trabalho com os sinais discursivos de pontuação. Isto porque o humor, sendo uma forma de análise crítica da realidade, traz em si mesmo a possibilidade de fazer os sentidos deslizarem.

É por isso que acreditamos ser possível considerar o humor como **marca discursiva**, ou seja, como uma marca que não é localizável em um lugar específico, que não ganha uma forma material, mas que permeia todo o texto e aponta a direção dos sentidos.

Assim, no momento em que o sujeito-autor sinaliza seu discurso marcado pelo humor com as reticências ou com a interrogação, esse discurso torna-se terreno altamente propício para os deslizamentos de sentido, embora eles nem sempre ocorram, como pudemos constatar no recorte 1.

Nestes termos, tanto a marca discursiva do humor quanto os sinais discursivos de pontuação são pontos que favorecem os deslizamentos no discurso.

Desse modo, entendemos que essas **reescrituras**, que produzem tanto alguma manutenção quanto algum deslizamento de sentido, podem ser entendidas como **paráfrases discursivas com características de glosa**⁶⁰.

Podemos dizer então que, nessas paráfrases, o interdiscurso se projeta no intradiscurso, sendo essa projeção que conduz à **reescritura** e aos deslizamentos de sentido.

Diríamos então que, quando interage com o efeito-texto que constitui o texto-origem, como nos lembra Indursky (2001), o sujeito-leitor estabelece uma relação com o sujeito-autor, e também com outras vozes invisíveis, mas ali presentes. Isso constitui a interdiscursividade, que não é mostrada pelo efeito-texto, mas que nele se inscreve pelo viés do trabalho de textualização produzido pelo sujeito-leitor.

É essa interdiscursividade que se atravessa na materialidade textual, e possibilita que se produzam, nas **reescrituras**, efeitos de concordância ou discordância em relação aos sentidos já construídos pelo sujeito-autor.

Assim, o interdiscurso se projeta sobre o efeito-texto criado pelo sujeito-autor e introduz, nos textos dos sujeitos-leitores, outros efeitos de sentidos, que já não são os mesmos efeitos de sentido lá verificados. O efeito-texto é então reconstruído pelos sujeitos-leitores.

Não podemos esquecer, no entanto, que o efeito-texto que dá origem a esse processo (TO) é sinalizado pela ausência, pelas lacunas significantes representadas pelas reticências ou pela interrogação.

⁶⁰ A noção de glosa está sendo retomada de Serrani (1993) e pode ser entendida como uma atividade de reformulação, que se apresenta como explicação, desconstrução do enunciado-fonte, e parece ter a finalidade específica de esclarecer o sentido, não tendo que estar, necessariamente, na mesma seqüência lingüística. Para Serrani, o que distingue reformulação, glosa e paráfrase é o fato de corresponderem a níveis diferentes de análise: a reformulação corresponde ao nível do intradiscurso, a glosa situa-se na passagem entre o intra e o interdiscurso, e a paráfrase é do nível do interdiscurso.

Essa ausência, no entanto, pode ser pensada como uma **presença-ausente**, uma vez que, sob essa ausência, está o interdiscurso. É por isso que, nas novas formulações de TO, essa não-presença se faz presente pelo atravessamento do interdiscurso. E é isso que faz surgir as **reescrituras**.

Podemos então precisar a diferença entre a **releitura** e a **reescritura**. Na **releitura**, embora também exista interdiscursividade, embora não se possa desprezar a presença do interdiscurso, os sujeitos-leitores apenas retomam os sentidos produzidos pelo sujeito-autor. Eles limitam-se a ler, pelos olhos do sujeito-autor, a realidade, a sociedade. Na **reescritura**, de modo distinto, os sujeitos-leitores, embora não cheguem a contrapor-se ao sujeito-autor, produzem sentidos que divergem do sentido de TO, sentido que, tendo surgido pelo viés das reticências ou da interrogação, não havia sido explicitado.

Na **reescritura**, portanto, podemos reconhecer, na reescrita de TO, um processo histórico-discursivo diferente daquele revelado pelo sujeito-autor, o que equivale a um outro trabalho da memória discursiva.

É isto que nos permite considerar que, na **reescritura**, há um **tipo de repetição** diferente daquele que acontece na **releitura**. Assim, vamos dizer que essa repetição é **discursiva**, e não apenas *lingüístico-discursiva*, como ocorre na **releitura**. Por conseguinte, **releitura** e **reescritura** estão na origem de textos que se inscrevem em diferentes redes de formulações.

Mas voltamos a frisar: embora o sujeito-autor marque seu texto com lacunas visíveis – as reticências e a interrogação (o que poderia nos levar a pensar que, se ele não disse, não podemos ter certeza do que ele diria ou não diria ali) – as pistas presentes em seu texto nos levam a deduzir pelo menos uma das leituras possíveis para aquele texto. Embora saibamos que ele poderia colocar outro sentido ali, nada nos permite, porém, afirmar qual seria esse sentido. Quer dizer: não podemos determinar se o sentido criado pelo sujeito-autor seria outro. Desse modo, só podemos lidar com o que ele nos oferece.

Parece haver aí, então, uma espécie de paradoxo: embora o sujeito-autor crie em seu texto um espaço para a ação do leitor, que parece remeter a múltiplos sentidos, acabamos percebendo que o sentido que está ali, permeando o texto, permanece no nível do mesmo.

Isto, porém, é o interessante na leitura desses sinais: espaço de interpretação, eles podem ser traduzidos como o espaço de liberdade do leitor, que pode, ali, construir sentidos. Ou não.

Na **releitura**, temos a impressão de que é isso que acontece: os sujeitos-leitores parecem não produzir sentidos, mas, ao contrário, parecem reproduzir os sentidos atribuídos, em TO, ao humor, às reticências e à interrogação. Sentidos que já estavam ali significados.

Na **reescritura**, pelo contrário, os sujeitos-leitores evidenciam que produzem novos sentidos, na medida em que deslocam os sentidos de TO. Sentidos que poderiam estar ali, mas que não haviam surgido até então.

É isto que nos permite considerar que existem diferentes formas de lidar com a incompletude materializada pelas reticências ou pela interrogação, ou seja, existem **diferentes tipos de preenchimento da incompletude**.

Na **releitura**, como afirmamos anteriormente (seção 2.3.1.5. e 2.3.2.), onde os deslizamentos são pequenos em relação a TO, esse preenchimento pode ser denominado de **intradiscursivo**, embora, com essa designação, não estejamos desprezando o fato de que o preenchimento é sempre discursivo (em sentido amplo), uma vez que sempre vem do interdiscurso.

Assim, se podemos chamá-lo de intradiscursivo é no sentido de que esse preenchimento se faz essencialmente sobre a materialidade lingüística, na medida em que o leitor assume como suas as palavras do autor, com ele identificando-se totalmente.

Já na **reescritura**, o sujeito-leitor preenche as reticências e a interrogação com novos efeitos de sentidos, que são deslizamentos em relação a TO. Quer dizer: os preenchimentos são de outro tipo: é o que denominamos de **preenchimentos discursivos** (em sentido restrito).

Tudo isso nos permite reconhecer que, na **reescritura**, o sujeito-leitor exerce a **posição-leitor**, na medida em que não apenas retoma o sentido produzido pelo sujeito-autor, mas passa a estabelecer com ele uma relação maior, deslocando os sentidos que ele, enquanto suposta “origem” do discurso, teria criado.

Diríamos também que os sujeitos-leitores, ao produzirem tais deslizamentos, assumem uma **posição-autor**, na medida em que passam a assumir como suas as palavras do interdiscurso e as projetam sobre uma materialidade textual, que, ficticiamente, tem uma outra origem.

Podemos então identificar, entre esses textos – **reescrituras** – e os outros textos produzidos pelos estudantes e anteriormente analisados na seção 3.2. – **releituras** – **diferentes graus de autoria**.

Assim, vamos dizer que, na **releitura**, há um **grau zero de autoria**.

Ao escolher essa denominação – grau zero – estabelecemos relação com o que diz Barthes (1953:14), em *O grau zero da escritura*, quando afirma que a escritura atravessou todos os estados de uma sociedade progressiva: primeiro objeto de um olhar, depois de um fazer, e enfim um assassinio, ela acaba por atingir um último avatar, a ausência. Assim, nas escrituras neutras, as quais ele chama de “o grau zero da escritura”, pode-se discernir, segundo Barthes, o próprio movimento de uma negação e a impotência para realizá-lo.

Assim, por “grau zero de autoria”, estamos designando essa autoria “neutra”, de reprodução de sentidos, de ausência de tomada de posição, de identificação, de repetição lingüístico-discursiva.

O **grau zero de autoria**, portanto, é um processo de autoria em que o sujeito-leitor mantém a **mesma posição-sujeito** e se inscreve na **mesma FD** do sujeito-autor de TO.

Já em relação à **reescritura**, vamos dizer que acontece um **grau intermediário de autoria**, ou seja, um grau de autoria em que o sujeito-leitor afasta-se um pouco dos sentidos produzidos pelo sujeito-autor de TO, mas não o suficiente para causar rupturas com aqueles sentidos.

Temos então um processo de autoria em que o sujeito-leitor assume uma **posição-sujeito diferente**, mas continua a se inscrever na **mesma FD** do sujeito-autor de TO.

Lembramos ainda Foucault (1982:64), já referido anteriormente na primeira parte desse estudo – cap.2/seção 2.6. – quando o autor fala em **reatualização**, ou seja, na reinserção de um discurso em outro domínio.

Trazendo essa designação para nosso campo de investigação, diríamos então que a **reescritura** é o espaço da reatualização, ou seja, de um processo discursivo de leitura que produz deslizamentos de sentidos em relação aos sentidos produzidos no texto que, ilusoriamente, funciona como origem de um outro texto.

Estamos diante, pois, de diferentes formulações, inscritas em redes de formulações onde os sentidos podem manter-se estáveis ou produzir deslocamentos.

Feitas essas considerações, passamos, no capítulo seguinte, a examinar o funcionamento de outro tipo de texto, que não apresenta nem os sinais discursivos de pontuação em estudo – reticências e interrogação – nem a marca discursiva do humor. A este tipo de texto, como afirmamos na introdução deste trabalho, denominamos de não-sinalizado.

3. O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DE TEXTOS NÃO-SINALIZADOS

Neste capítulo, propomo-nos a examinar o texto que estamos considerando nessa pesquisa como não-sinalizado, ou seja, o texto que não apresenta os sinais gráficos que, na nossa perspectiva, funcionam como lugares de interpretação que influenciam a leitura dos sujeitos-leitores.

Voltamos a frisar, no entanto, que tal denominação é essencialmente metodológica e que não implica considerar que o texto que vai ser objeto de exame seja desprovido de “marcas” discursivas. Sabemos, como já afirmamos anteriormente, que todo e qualquer texto é marcado, isto é, que marcas lingüísticas percorrem todo e qualquer texto. Portanto, é natural que, na materialidade lingüística, surjam marcas que possibilitem o trabalho de saída dos leitores em direção ao interdiscurso.

Nestes termos, o texto que ora nos propomos a analisar é desprovido dos *sinais discursivos* representados pelos sinais gráficos das reticências e da interrogação, mas não desprovido de *marcas discursivas*.

Não vamos nos preocupar aqui, da mesma forma, com o humor, uma vez que nosso interesse era examiná-lo em sua conjugação com as reticências e a interrogação. Por isso, escolhemos para análise um texto que não faça uso do humor, ou seja, um texto que trate “coisas sérias” de forma “séria”, ao invés de tratar de “coisas sérias” de forma “não-séria”.

Na execução dessa análise, preservando os procedimentos metodológicos adotados, fazemos inicialmente o exame de TO e, num segundo momento, o exame dos textos produzidos a partir dele.

3.1 O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO TEXTO-ORIGEM

Nesta seção, examinamos o texto “A ameaça da grande fogueira”, considerado neste estudo como texto-origem (TO), isto é, o texto a partir do qual outros textos serão produzidos.

Ele é concebido como um texto não-sinalizado, ou seja, como um texto que não possui aqueles sinais de pontuação – reticências e interrogação – que convidam à interpretação do leitor.

O texto em questão é um editorial, publicado no jornal Zero Hora, de 05 de maio de 2000, escrito por um professor universitário, e trata, a grosso modo, da situação assustadora em que se encontra o Brasil neste momento. No desenvolvimento desse tema, o sujeito-autor traz à tona algumas questões que, na sua perspectiva, têm relação com tal situação.

Nosso objetivo, neste momento, é examinar a posição-sujeito do sujeito-autor de TO. Essa posição vai sendo evidenciada em TO em vários enunciados. Vejamos:

BLOCO 1 :

“Há uma grande fogueira sobre o solo pátrio, construída com as melhores lenhas da floresta: o MST..., a criminalidade..., a engrenagem da corrupção..., as manchas do desemprego..., a enorme insatisfação das classes médias com a deterioração dos serviços públicos..., a inércia dos poderes públicos...”.

Nesse bloco, podemos perceber que o sujeito-autor inicia seu texto pelo emprego da metáfora “a grande fogueira”, e, com isso, cria o efeito de sentido de que há uma grande crise no Brasil. Os componentes dessa crise, representados também por uma metáfora – as melhores lenhas da floresta

– são o MST, a criminalidade, a corrupção, o desemprego, a insatisfação da classe média com a deterioração dos serviços públicos e com a inércia dos poderes públicos.

Na nossa perspectiva, essas metáforas funcionam como pistas no texto desse sujeito-autor, denunciando a sua posição-sujeito.

Assim, ao apresentar no mesmo nível, como *lenhas da fogueira*, a criminalidade, a corrupção, etc., e o MST, o sujeito-autor começa a marcar sua posição, que é a de quem considera o MST como um mal, como um prejuízo para a nação, como algo que pode queimar a todos nós.

Como acreditamos que a metáfora funcione como pista nesse discurso, julgamos interessante tecer algumas considerações teóricas a respeito do assunto.

Salientamos, no entanto, que essa exposição não pretende, de forma alguma, esgotar teoricamente o tema, já que ele não é o centro da atenção neste trabalho. Assim, faremos uma brevíssima exposição, que apenas nos auxilie em nossos procedimentos posteriores de análise.

3.1.1 A metáfora: breve considerações teóricas

Em linhas gerais, a metáfora tem sido estudada, nos limites da Semântica, como linguagem figurada, o que implica concebê-la, grosso modo, como um “desvio” do sentido literal das palavras.

Em Castim (1988:86), lemos, por exemplo, que a metáfora é “a mudança de significação própria da palavra”.

Já Dubois (1974:151) diz que a metáfora não é propriamente uma substituição de sentido, mas uma modificação do conteúdo semântico de um termo. Essa modificação resulta da conjunção de duas operações de base: adição e supressão de semas. No exemplo proposto por Dubois – O homem é um caniço pensante – há uma zona de intersecção entre o homem e o caniço: a fragilidade; nessa zona, opera-se uma transferência de semas através da supressão e da adição. Dessa operação, resulta a metáfora.

Muitos exemplos e definições semelhantes poderiam ser encontrados em livros de semântica ou em compêndios escolares. Preferimos, no entanto, buscar outras concepções, que nos ajudem a perceber a noção sob ângulos diferentes.

Começamos então por Paschoal (1990), que estuda a metáfora em sua relação com a interpretação. Em busca de seu objetivo, a autora lança mão de uma reflexão de Fraser (1979: 173), a que também fazemos referência.

Para Fraser, o importante é saber até que ponto a interpretação de uma expressão metafórica é predizível com base somente nas propriedades lingüísticas do enunciado. Nesta perspectiva, questiona-se o autor: se o enunciado metafórico for dado fora do contexto, os locutores estarão de

acordo em relação à interpretação mais provável? E quando os locutores não estiverem de acordo, serão as diferenças explicáveis em termos de características pessoais, tais como idade, educação, sexo, conhecimento cultural ou outras características? E quando há concordância, podemos especificar as propriedades que dão origem a essa concordância e, nesse caso, tais propriedades são parte da caracterização lingüística da sentença usada, ou mais um componente do sistema de crença dos usuários?

Como podemos perceber, Fraser preocupa-se com os locutores, quando pensa na metáfora. Para nós, no entanto, o importante é deslizar da noção de locutor para a de leitor, ou seja, o que nos interessa é refletir sobre a interpretação da metáfora como um trabalho do leitor, como uma prática de leitura.

Do mesmo modo, as diferenças, que ele traduz em termos de características pessoais, como idade, cultura, educação, etc., representam, na perspectiva que estamos adotando, mais do que diferenças pessoais, mas variações nas condições de produção e nas condições de interpretação da metáfora. O que nos remete, conseqüentemente, às condições de produção da leitura.

Paschoal, a partir das afirmações de Fraser, vai então ressaltar que, mesmo admitindo o caráter contextual da significação metafórica, ainda restam muitos problemas.

Para a autora, o principal problema diz respeito à própria ação do contexto. Assim, lembra Paschoal:

É necessário, antes de mais nada, discernir de um lado a ação do texto (oral ou escrito) e, de outro, a ação do que poderia ser denominado ‘contexto de interpretação’, o qual seria constituído pelo conhecimento prévio do leitor, pelo contexto sócio-histórico no qual ele está inserido e por outras características do leitor que venham a se revelar pertinentes. (Paschoal, 1990:116)

Este *conhecimento prévio*, a que Paschoal se refere, nós, filiados a AD, preferimos tratar em termos de memória discursiva, pré-construído e interdiscurso. Quer dizer: para nós, a interpretação não se dá sobre um conhecimento prévio, mas por uma determinação do interdiscurso e por um efeito da memória discursiva.

Novamente, podemos reconhecer, nas colocações de Paschoal, e naquilo que ela traduz por “contexto de interpretação”, um caminho para tratar das condições de produção da metáfora e das condições de produção da leitura.

É possível dizer então que a preocupação maior de Paschoal é com o processo de compreensão da metáfora. Tanto que ela se coloca várias questões: como o leitor percebe que deve interpretar um enunciado metafóricamente? Que pistas lingüísticas fornece o autor para indicar ao leitor que ele deve realizar uma interpretação metafórica? Tendo percebido que o enunciado deve ser interpretado metaforicamente, como o leitor constrói o significado metafórico?

Para a autora, portanto, na compreensão de uma metáfora, “é necessário considerar o papel do texto e o papel do leitor” (*Ibidem*:117).

Para nós, que estamos estudando a leitura, são interessantes esses questionamentos, pois eles tiram a metáfora do lugar em que normalmente é colocada – como linguagem que foge ao sentido literal – e a desloca para o lugar da interpretação, da relação entre autor e leitor.

No entanto, na nossa perspectiva, esse é um processo que vai além da compreensão, pois envolve o processo discursivo de produção da leitura. Desse processo, conforme já tivemos a oportunidade de afirmar em momentos anteriores desse estudo, não fazem parte apenas o autor e o leitor, mas vários outros fatores, e, entre eles, a relação com outros textos e a determinação do interdiscurso.

Não estamos preocupados, também, em descobrir como o leitor percebe o enunciado metafórico ou como ele constrói uma metáfora, mas em descobrir os *efeitos de sentido* que a leitura de uma metáfora pode produzir.

Uma concepção de metáfora que leva em conta aquele que a recebe pode ser encontrada também em Davidson (1992:35): “A metáfora é o trabalho de sonho da linguagem e, como todo trabalho de sonho, sua interpretação recai tanto sobre o intérprete como sobre seu criador”.

Para Davidson, assim, exceto quanto a uma questão de grau, uma metáfora não se diferencia de uma transação lingüística rotineira, já que toda comunicação através da palavra supõe a interação da construção inventiva e da interpretação inventiva. Nesta perspectiva, o que uma metáfora acrescenta ao comum é uma realização que não usa recursos semânticos, além daqueles de que depende o comum.

A tese de Davidson, então, é a de que as metáforas significam aquilo que as palavras significam em sua interpretação literal, e nada mais do que isso. Em outras palavras: a metáfora, além do seu sentido literal, não tem um outro sentido.

Para nós, é difícil aceitar uma concepção como essa, uma vez que não admitimos a existência de um sentido literal para as palavras, para os enunciados. Além disso, acreditamos que as palavras só adquirem sentido em relação à formação discursiva em que se inscrevem, o que explica o fato de que uma mesma palavra ou uma mesma expressão possa receber sentidos diferentes em formações discursivas distintas.

Estendendo esse raciocínio, diríamos que uma metáfora só adquire sentido em relação a uma formação discursiva. Tal concepção nos permite acreditar que uma metáfora possa significar diferentemente para diferentes leitores, ou seja, que uma mesma metáfora possa dar origem a leituras diversas. Nas análises realizadas, cremos que será possível ilustrar essa afirmação.

Voltando a Davidson, encontramos no autor outra idéia que nos chama a atenção. Vejamos:

Concordo com a opinião de que as metáforas não podem ser parafraseadas, mas acredito que isso não seja em razão de as metáforas dizerem algo novo demais para ser expressado literalmente, mas sim por não existir nada para ser parafraseado. A paráfrase, quer seja possível ou não, é apropriada para o que é dito; tentamos, na paráfrase, dizê-lo de outra maneira. Mas, se estou certo, a metáfora não diz nada além do significado literal. (*Ibidem*:36)

Há, nesta afirmação, vários pontos de que discordamos: primeiro, não concordamos que uma metáfora não possa ser parafraseada, uma vez que ela produz um sentido, e, sendo assim, esse sentido pode ser mantido (como pode deslizar ou transformar-se, e, para nós, ainda ser paráfrase); segundo, não concordamos que não haja nada para ser parafraseado, pois, se há sentido, existe a possibilidade da manutenção (assim como a possibilidade do deslizamento ou da transformação) desse sentido; terceiro, não concordamos que a paráfrase seja apropriada apenas para o que é dito, pois acreditamos que, pela paráfrase, possam ser retomados sentidos que estão ditos e sentidos que não chegam a ser ditos; e quarto, não concordamos que a metáfora traduza um sentido literal.

De qualquer forma, consideramos interessante a perspectiva através da qual o autor olha para a metáfora, que é a de relação com a repetição, com a paráfrase.

Mas é em Pêcheux (1988) que vamos encontrar apoio para as nossas convicções a respeito da metáfora. Começamos por relembrar uma afirmação do autor:

Um efeito de sentido não preexiste à formação discursiva na qual se constitui. A produção de sentido é parte integrante da interpelação do indivíduo em sujeito, na medida em que, entre outras determinações, o sujeito ‘é produzido como causa de si’ na forma-sujeito do discurso, sob o efeito do interdiscurso. (Pêcheux, 1988:261)

É isso que leva Pêcheux a dizer que a interpelação do indivíduo em sujeito se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, identificação na qual o sentido é produzido como evidência do sujeito e, simultaneamente, o sujeito é produzido como “causa de si”.

Deste modo, para Pêcheux, é no *non-sens* das representações, que não se mostram para ninguém, que se configura o lugar do sujeito que toma posição em relação a essas representações, aceitando-as, colocando-as em dúvida ou rejeitando-as.

A partir dessa colocação é que Pêcheux vai lembrar Lacan e sua definição de metáfora: uma palavra por outra, a metáfora se localiza no ponto preciso em que o sentido se produz no *non-sens*.

É, portanto, sobre essa concepção de metáfora que se baseia o pensamento de Pêcheux quando ele diz que uma palavra, uma expressão ou uma proposição não têm um sentido que lhes seria próprio, preso à sua literalidade. E nem têm sentidos variáveis a partir dessa literalidade, por meio de uma combinatória lógico-lingüística que domaria sua ambigüidade, construindo os diferentes casos possíveis, do modo que é proposto pela gramática gerativa: o sentido é sempre uma

palavra, uma expressão ou uma proposição *por* uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; e esse relacionamento, essa transferência (*meta-phora*), pela qual elementos significantes passam a se confrontar, revestindo-se de um sentido, não poderia ser predeterminada por propriedades da língua. Isto seria admitir que os elementos significantes já estão, enquanto tais, dotados de sentido, que têm *sentido* ou *sentidos* antes de ter *um* sentido.

Assim, para Pêcheux, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases) das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem. Simultaneamente, a transparência do sentido que se constitui em uma formação discursiva mascara a dependência dessa formação em relação ao interdiscurso.

Neste sentido, para Pêcheux, “a metáfora, constitutiva do sentido, é sempre determinada pelo interdiscurso, isto é, por *uma* região do interdiscurso” (*Ibidem*:263).

E Pêcheux ressalta que o interdiscurso nunca intervém como uma globalidade, como um “todo” onipresente em sua causalidade homogênea, mas, antes, é marcado pelo que ele denomina de lei de não-conexidade. Nesta medida, o que torna possível a metáfora é o caráter local e determinado do que cai no domínio do inconsciente, enquanto lugar do Outro, onde se situa a cadeia do significante que comanda tudo o que vai poder se presentificar do sujeito e do sentido.

Desse modo, a formação discursiva, por ser o *lugar* onde ocorre essa transferência representada pela metáfora, não poderia ser a *causa*, porque o sentido não se engendra a si próprio, mas se produz no *non-sens*.

Uma tal concepção é retomada por Orlandi (1999:53), que lembra que o sujeito significa sempre em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua, e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, pela memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas. É, pois, sujeito à falha e ao acaso, mas também à regra e à necessidade, que o sujeito (se) significa. Assim, se os sentidos podem ser os mesmos, também podem escorregar, derivar, para outros sentidos, para outras posições. Assim, para Orlandi, “a deriva, o deslize é o efeito metafórico, a transferência, a palavra que fala com outras” (*Ibidem*:53).

É, pois, entre a regra e o jogo, entre a necessidade e o acaso, entre o sedimentado e o a se realizar, entre simbólico e imaginário, que o sujeito e o sentido se repetem e se deslocam.

Assim, o equívoco, o *non-sens*, o irrealizado tem no processo polissêmico, na metáfora, a sua realização.

Pelas posições teóricas assumidas até aqui, parece ser evidente que as colocações de Pêcheux e Orlandi a respeito da metáfora podem ser por nós compartilhadas, pois, como frisamos

anteriormente, consideramos que a metáfora só pode ser considerada a partir da formação discursiva.

Neste trabalho, no entanto, queremos deslocar um pouco essa questão para o âmbito da leitura, ou seja, desejamos verificar se a metáfora funciona realmente como uma pista discursiva, que orienta a produção dos sentidos.

Voltemos então às nossas análises.

BLOCO 2:

“As massas dispersas agem e reagem em função de impactos sobre elas. Acionam o instinto de sobrevivência quando se sentem ameaçadas. Os grupos organizados funcionam como pólos de mobilização e formação de opinião. Mas precisam de um motivo, uma causa, um discurso, para colocar em funcionamento sua capacidade organizatória. Nessa equação, os componentes causais apontam para a violência, que é fruto da miséria social que deriva da extrema concentração de renda e da disparidade social, que, por sua vez, é decorrente de um sistema democrático incapaz de proporcionar igualdade de oportunidades. O dado é recente: o 1% mais rico da população ganha mais que os 50% mais pobres. Portanto, a situação remete para a responsabilidade do governo.”

Ao apontar os governos, os grupamentos organizados da sociedade as massas dispersas como agentes da crise, o sujeito-autor vai ratificar o efeito de sentido que surgiu no outro enunciado.

Por *massas dispersas*, o autor designa pessoas em geral, membros da população que agem quando se sentem *ameaçados*, e acionados pelo *instinto de sobrevivência*. Com isso, a conotação negativa conferida a essas *massas* parece ser um pouco atenuada.

Já quando se refere aos *grupos organizados*, o autor reforça a negatividade, pois os identifica a *pólos de mobilização*, *formadores de opinião* e à *violência*. Note-se aí o enunciado dividido:

$$P = \frac{(x) \text{ os grupos organizados funcionam como pólos de mobilização}}{(y) \text{ eles precisam de um motivo, um discurso}}$$

A partir daí, o sujeito-autor vai dizer que quem dá esse motivo, essa causa, esse discurso para os grupos organizados é o governo, que representa um *sistema democrático incapaz de proporcionar igualdade de oportunidades*.

Quer dizer: neste enunciado, (x) remete para uma posição-sujeito: os grupos organizados são pólos de mobilização, formadores de opinião, agem com violência. E (y) remete para outra posição-sujeito: o governo é responsável porque, ao dar motivos, cria condições para que esses grupos se organizem e implantem a violência no país.

Podemos perceber então que o enunciado “*a situação remete para a responsabilidade do governo*” não indica uma posição de rejeição ao governo e de simpatia com os grupos organizados ou de condescendência com a violência, mas, pelo contrário, funciona como um alerta, para mostrar que o governo está contribuindo para a “fogueira”, ao oferecer “motivos” para a violência.

Deste modo, o sujeito-autor vai definindo sua posição-sujeito.

BLOCO 3:

“... o Movimento dos Sem-Terra, que expande ondas de pressão e violência por 20 Estados... Os sem-terra querem terra, crédito, uma reforma agrária justa. Estão exagerando quando invadem prédios públicos. Um Estado democrático não pode aceitar o império da desordem e da ilegalidade. Mas não se pode esquecer que eles agem em função de uma causa.”

Podemos perceber, nesse enunciado, que o sujeito-autor de TO ocupa uma posição-sujeito a partir da qual ele analisa e interpreta o MST e o Estado.

Tal posição pode ser compreendida quando se analisa o enunciado dividido, em que se associam saberes em conflito: “*Eles exageram quando invadem prédios públicos. Mas não se pode esquecer que agem por uma causa*”. A conjunção *mas* é que cria essa divisão, que nos faz ter o seguinte:

$$P = \frac{(X) \text{ exageram quando invadem prédios públicos}}{(Y) \text{ agem por uma causa}}$$

Nesta interpretação contrastiva, como já afirmamos em outros momentos da análise, (x) e (y) representam os limites entre o que é formulável na FDX – que é contra o MST – e o que é formulável na FDY – que é favorável ao MST.

Embora remetam a diferentes formações discursivas, ambas as formulações referem-se ao sujeito-autor de TO e constituem a sua interpretação sobre o MST. Isto continua a nos apontar a discordância do sujeito-autor com o movimento.

É interessante observar como essa discordância aparece em outro enunciado: “*Um Estado democrático não pode aceitar o império da desordem e da ilegalidade*”. Nesse enunciado, a negação traz para esse discurso o discurso-outro, que admite que aceitar os sem-terra é aceitar o império da desordem e da ilegalidade, o que, na verdade, vem de outro lugar e de outro tempo: isso faz ressoar no texto o discurso dos militares, que condenavam a desordem e a ilegalidade. Aqui, esse discurso é assumido pelo sujeito-autor de TO, o que significa que é assim que ele vê o MST.

Assim, embora formule o enunciado (y) – *agem por uma causa* – as pistas presentes em seu texto nos permitem reconhecer um discurso produzido por um sujeito que tem uma posição ideológica que não se identifica com a causa do MST nem com seu modo de ação, pois lhe faz críticas (*expande ondas de pressão e violência*) e o coloca numa posição de risco para a sociedade (ele é um dos elementos da *fogueira*).

Deste modo, ao produzir o enunciado *agem por uma causa*, o sujeito-autor faz o jogo do “politicamente correto”, ou seja, faz que aceita a demanda do MST, porque isso é o que convém aparentar. Desse modo, recalca o fato de que, na realidade, não aceita a causa do MST, porque isso é próprio de sua FD, porque é politicamente correto mostrar-se simpatizante com a causa pela qual o MST luta. Mas, de fato, não concorda com suas práticas, com os modos de pressão que o MST usa.

Portanto, acreditamos que a posição-sujeito do sujeito-autor de TO é de rejeição ao MST e à sua causa, mas de uma rejeição controlada pelo jogo do politicamente correto.

Borges (1996) reflete acerca desse jogo do “politicamente correto”, lembrando que este fenômeno começou a se disseminar a partir dos anos 80 e teve como ponto de irradiação os Estados Unidos.

O autor considera o movimento como “prática discursiva relacionada a um momento histórico definido, no qual assiste-se à tentativa de institucionalizar um conjunto de regras ou normas, visando promover o reordenamento das relações entre os diversos segmentos da sociedade” (Borges, *op. cit.*:109).

Esse reordenamento é orientado por uma prática ética que é imbuída de maniqueísmo, já que é submetida à dicotomia correto/incorreto. Desse reordenamento e dessa ética deriva um complexo de posturas que tem como atribuição funcionar como um aparelho normatizador das práticas sociais, principalmente no que se refere ao exercício de um controle explícito da prática linguageira, a fim de que se evitem os comportamentos lingüísticos estigmatizantes.

Assim, podemos entender melhor o funcionamento do enunciado “Exageram quando invadem prédios públicos, mas agem por uma causa”, no qual o leitor, ao referir-se aos sem-terra, controla sua prática linguageira, evitando demonstrar um comportamento preconceituoso, estigmatizante.

Para Borges, o movimento pelo politicamente correto conjuga duas vertentes de matiz autoritário: a) é uma espécie de guia orientador quanto à forma de conter hábitos que possam ser considerados preconceituosos; b) funciona como um parâmetro censório, pois faz uso de pressão social para enquadrar, em posição de opróbio, os que incorrem em atitudes que atentam contra o que se auto-legitima como politicamente correto.

De qualquer maneira, o politicamente correto institui-se como vigilância e patrulhamento, que silencia, no não-dito, as origens sócio-históricas daquilo que deseja modificar.

Segundo Borges, são muitas as maneiras pelas quais o politicamente correto pode ser interpretado, e, entre elas, temos: a) reação política para proteger o direito daqueles que historicamente vêm sendo discriminados por segmentos de maior poder (acreditamos que isso acontece com o autor de TO e com o leitor desse bloco discursivo, quando se referem polidamente aos sem-terra, segmento da sociedade que reivindica direitos, mas que não tem poder; não seria de bom tom, portanto, discriminá-los, ofendê-los); b) prática censória que põe em evidência comportamentos socialmente reprováveis (mais uma vez, pensamos no caso dos sem-terra, lembrando que tanto o sujeito-autor quanto o leitor colocam em evidência o comportamento reprovável – invadir prédios públicos – sem, no entanto, crucificá-los por isso); c) ética que se constitui pela reformulação da linguagem, coibindo certas expressões de nomeação, literais ou

metafóricas, dadas como discriminatórias, como *negro*, por exemplo (trazendo essa questão para o caso analisado aqui, diríamos que o jogo do politicamente correto impede que o autor ou o leitor empreguem determinadas expressões, como *desordeiros* ou *baderneiros*, para se referirem aos sem-terra).

Borges ressalta, assim, que o discurso dos militantes da ética do politicamente correto lida sempre com uma rede de valores e atitudes socialmente constituídos. Mas, ao mesmo tempo, lembra o seguinte:

Propor a simples substituição de um termo *marcado*, ou de formas genéricas, por um sinônimo, um eufemismo ou expressão descritiva, como tem sido propugnado pelos adeptos desse movimento, apesar de pôr em evidência certos efeitos de sentido, sintomas de preconceitos, não resolve o problema das assimetrias sociais, antes, o dissimula. Substituir a palavra, sem alterar a arquitetura discursiva que sustenta o seu sentido, não altera as relações de significância que esta mantém com o complexo histórico de valores e atitudes próprios de uma sociedade. (*Ibidem*:111)

Deste modo, não adianta substituir *negro* por *afro-x* ou *branco-x*. Também não basta proscrever o uso de *negro*, se não se proscreeve, por simetria, o uso de *branco*, para referir-se a pessoas. E nenhuma das duas alternativas se revelará frutífera se os fatores sócio-históricos, que sustentam o magma de sentidos dessas palavras, forem mantidos.

E isto porque, sabemos, e o lembra Borges, as palavras, isoladamente, não são o(s) sentido(s) de que estão possuídas. Isso acontece mediante um processo sócio-histórico. Ou seja: os sentidos são constituídos pela materialidade histórico-social. Por isso, a simples troca de palavras não anula o sentido, pois este deslizará para a palavra eleita.

Isto, para nós, pode ser ilustrado pelo fato de que, mesmo dizendo “*mas agem por uma causa*”, tanto o sujeito-autor quanto o leitor deixam escorregar para essa formulação o sentido expresso em “*exageram quando invadem prédios públicos*”. E, com isso, o jogo do politicamente correto é denunciado.

Continuemos então nossas análises, procurando como, e se, isso se dá nos blocos e recortes seguintes.

BLOCO 4:

“A violência grassa nas cidades. O desemprego tem muito a ver com isso. Portanto, a política monetarista, comandada a ferro e fogo pelo xerife da economia, Pedro Malan, sob a aprovação de Fernando Henrique Cardoso, tem relação direta com a violência e o estado de insegurança social. As chacinas em série nas grandes cidades, as rebeliões de menores na Febem, em São Paulo, e os assaltos que se multiplicam por toda a parte se devem, ainda, à fragilidade das políticas públicas.”

Nesse bloco discursivo, podemos observar que o sujeito-autor ocupa uma posição-sujeito a partir da qual ele analisa a questão da violência.

Assim, a violência é relacionada a um *estado de insegurança social*, que tem suas origens nas *chacinas*, nas *rebeliões dos menores da Febem* e nos *assaltos*.

Mais uma vez, nos parece que o sujeito-autor marca sua posição-sujeito, na medida em que, ao mostrar a violência como causa da insegurança, mostra-se, conseqüentemente, contra os agentes dessa violência.

Assim, o jogo do “politicamente correto” continua, quando o autor joga sobre os ombros do governo a responsabilidade pela *fragilidade das políticas públicas*, que é a causa do desemprego, e por via de conseqüência, da violência. Quer dizer: por haver um motivo para a violência, ele não chega a condenar abertamente os que a praticam.

Deste modo, a idéia de que há uma “causa” para a violência continua presente, mas isso não leva o sujeito-autor a solidarizar-se com aqueles que a cometem, nem o impede de imputar às formas de violência a responsabilidade pela insegurança da população.

BLOCO 5:

“A população se sente cercada pela desordem, pela ausência de leis, pela falta de autoridade. Ela aumenta suas taxas de indignação e descrença. E se afasta cada vez mais dos políticos. As conseqüências são graves para a democracia brasileira. A insatisfação acaba abrigando movimentos contestatórios com feição autoritária, sob a complacência social. Ou seja, a população, por falta de crença na autoridade constituída, sente-se motivada a apoiar lideranças ou movimentos que ultrapassam os limites legais para defender seus interesses.”

Este bloco discursivo continua a nos revelar a posição-sujeito assumida pelo sujeito-autor deste texto.

Assim, ao falar em *movimentos contestatórios com feição autoritária* e ao referir-se a movimentos que *ultrapassam os limites legais para defender seus interesses*, o autor cria em seu texto uma indeterminação, na medida em que não chega a explicitar que movimentos são esses.

De qualquer maneira, fica claro que tais movimentos são identificados à *desordem*, que surgem por causa da *ausência de leis* e da *falta de autoridade*, deixando a população *indignada e descrente*. O efeito de sentido então é o seguinte: se a população acaba apoiando esses movimentos, é apenas porque está insatisfeita e descrente nos políticos, e não porque compreenda as suas causas.

O sujeito-autor ainda complementa: *as conseqüências são graves para a democracia brasileira*. Ou seja: o apoio a movimentos de contestação, para o autor, ferem a democracia.

Diríamos então que o sujeito-autor marca sua posição-sujeito: reconhece que o governo não é competente, que isso leva a população a demonstrar sua indignação, mas, nem por isso, chega a apoiar esses movimentos de contestação.

BLOCO 6:

“O governo, neste momento, está tentando agir como bombeiro para apagar o fogo nos primeiros gravetos. Poderá até ser bem sucedido. Mas não terá como desarmar a fogueira, que continuará crescendo até o dia em que faltar lenha. E, enquanto ela estiver montada, será um convite para os fogueteiros de plantão. Que poderão provocar incêndios capazes de devastar a cultura da estabilidade econômica que germinou sob os auspícios do Real.”

Podemos observar, nesse bloco, que o sujeito-autor retorna às metáforas iniciais, e cria outras, para reafirmar sua posição-sujeito: bombeiro, apagar o fogo, primeiros gravetos, desarmar a fogueira, lenha, fogueteiros de plantão, incêndios.

Assim, a metáfora *bombeiro*, identificada ao governo, serve para designar aquele que está tentando salvar a situação, controlando a crise e a violência; a metáfora *lenha* retoma o texto em seu início: corrupção, desemprego, MST; já a metáfora *fogueteiros de plantão* serve para designar aqueles que podem piorar a situação de violência do país. Na nossa opinião, essa é outra indeterminação usada pelo autor, pois ele não especifica quem são os tais fogueteiros de plantão, deixando ao leitor a tarefa de preencher, ou não, essa indeterminação.

Note-se ainda o enunciado dividido: “O governo, neste momento, está tentando agir como bombeiro para apagar o fogo nos primeiros gravetos. Poderá até ser bem sucedido. **Mas** não terá como desarmar a fogueira que continuará crescendo até o dia em que faltar lenha.”

Temos aqui o seguinte:

$$P = \frac{(x) \text{ o governo apaga o fogo nos gravetos}}{(y) \text{ o governo não consegue desarmar a fogueira}}$$

Nesse contraste, (x) remete para uma FD em que o *que pode e deve ser dito é*: o governo, apesar dos problemas, está tentando fazer a sua parte; e (y) remete para a mesma FD, em que o *que pode e deve ser dito é*: o governo não consegue dar conta da fogueira, é incompetente para acabar com essa fogueira que vai consumir com todos.

A junção desses dois enunciados que divergem no mesmo enunciado denuncia um discurso heterogêneo e um sujeito dividido entre posições diversas.

Assim, o sujeito-autor de TO, embora apresente um discurso dividido entre posições discursivas conflitantes, produz um texto que denuncia sua posição-sujeito, detectável através das pistas ali presentes, e que se revela contrária a um governo que não consegue resolver os problemas da nação.

Realizado esse exame do texto “A grande fogueira”, passemos agora à análise das seqüências discursivas que constituem as reescritas desse texto.

3.2 LEITURA E RELEITURA: A FUNÇÃO-AUTOR

Nesta seção, examinamos as seqüências discursivas oriundas de textos que revelam a manutenção do sentido encontrado em TO.

Na manutenção desse sentido, os sujeitos-leitores retomam TO por caminhos diferentes, os quais, de forma contrária ao que ocorre nos textos sinalizados, não estão previamente apontados no

texto como lugares propícios à interpretação. Assim, os leitores localizam, em TO, várias “portas” que se constituem, na verdade, em acesso para o trabalho discursivo de produção da leitura.

Esses acessos funcionam como “portas de entrada” em TO, mas, ao mesmo tempo, como “portas de saída” para o interdiscurso. Quer dizer: é por esses acessos que os sujeitos-leitores penetram em TO e é por eles que eles saem em direção ao interdiscurso, de lá retornando com saberes anônimos para o seu próprio texto.

Assim, o saber que os leitores trazem para dentro de seus textos é proveniente do interdiscurso, mas esse saber, ao se linearizar no texto produzido pelo leitor, “perde” este vínculo com o interdiscurso e passa a ressoar ilusoriamente em relação a TO, e não em relação ao interdiscurso.

A reescritura, dessa forma, vai se constituir na materialidade desse movimento de ida e volta ao interdiscurso, como materialização dessas “portas” de acesso.

As seqüências discursivas, portanto, vão atestar, nesta seção, esse movimento que promove a manutenção dos sentidos.

Tais seqüências constituem o nosso quarto recorte discursivo.

3.2.1 Recorte 4: a manutenção dos sentidos

Este recorte é o espaço da manutenção do sentido nas reescritas.

Assim vemos, por exemplo, o enunciado “... a criminalidade monstruosa, que deixa marcas cada vez mais sanguinolentas, principalmente nos centros urbanos...” ser retomado como: “*Através dos meios de comunicação recebemos, quase todos os dias, notícias sobre a violência no país: assaltos, arrombamentos, seqüestros, invasões, entre outros crimes que nos deixam preocupados com o rumo que está tomando a situação.*” Ou como “*O Brasil é um dos países com maior índice de assaltos do mundo. Hoje em dia, ninguém está seguro, nem em plena luz do dia os assaltantes deixam de agir*”. Preserva-se aí o mesmo sentido de TO, com *a criminalidade monstruosa* sendo traduzida por *assaltos, arrombamentos, seqüestros, invasões*, ou seja, os sujeitos-leitores trocam uma palavra pela outra, uma expressão pela outra, mas continuam no nível do mesmo.

Fazemos referência ainda ao enunciado “Há uma grande fogueira sobre o solo pátrio, construída com as melhores lenhas da fogueira: (...) a engrenagem da corrupção, com ramificações por todo o território e que está sendo desvendada pela CPI do Narcotráfico...”, onde o tema da corrupção é um acesso a TO para alguns sujeitos-leitores. Esse enunciado é retomado então do seguinte modo: “*A corrupção dos que possuem o poder político vem crescendo gradativamente e,*

por mais triste que possa parecer, não se vê perspectivas de sanar tamanho descontrole. Quase que diariamente nos deparamos com informativos da abertura de uma nova CPI, porém são raras as vezes que somos notificados de que alguma foi bem sucedida. Vivemos num país em que é comum ouvir que fulano foi assassinado pela polícia sem motivo aparente, que prefeito desviou tantos milhões da verba que deveria ser destinada para uma determinada instituição, ou ainda que alguém foi executado por denunciar corrupção”. Todos esses enunciados, na nossa perspectiva, devem-se a um efeito de memória, a uma determinação do interdiscurso, que impede que qualquer leitor possa pensar em uma realidade diferente para o Brasil neste momento.

Isso nos aponta inicialmente que, quando um texto não é sinalizado por lugares que convidem os leitores a realizar o seu processo de leitura, que é o que ocorre quando são usados os sinais de pontuação que estudamos nos capítulos anteriores – reticências e interrogação – os sujeitos-leitores “entram” no texto por lugares diversos e não previstos, ou seja, têm múltiplas formas de acesso ao trabalho discursivo de produção da leitura. Isto demonstra que o trabalho da leitura não é idêntico para todos os leitores e que a leitura não é um processo linear, pois, se assim fosse, todos elegeriam as mesmas portas de acesso ao interdiscurso e lá recuperariam os mesmos saberes para a produção de sua leitura.

Feitas essas primeiras considerações, passamos à análise dos blocos discursivos deste recorte 4, que podem nos mostrar mais claramente o processo de leitura que conduz à manutenção de sentido.

BLOCO 1 :

TO: “Há uma grande fogueira sobre o solo pátrio”.

NOVOS TEXTOS:

Sd74: “O país no qual vivemos encontra-se em permanente tensão. Quase a totalidade do povo brasileiro vive envolvida em tensões de ordem social, educacional, econômica. É uma bomba-relógio, prestes a explodir a qualquer momento.”

Sd75: Paira sobre nosso país uma ameaçadora nuvem de fumaça, na qual estão submersos os mais violentos níveis de uma violência que gera insegurança na população.”

Sd76: “Todos sabem que o país está pegando fogo...”

Podemos verificar, nessas seqüências discursivas, que os sujeitos-leitores entram em TO pela metáfora “a grande fogueira” e, através dela, vão para o interdiscurso, de onde retornam para produzir, em seus textos, outras metáforas que mantêm o mesmo efeito de sentido daquele texto-origem.

Assim, a *grande fogueira* passa a ser reescrita como *bomba relógio*, *nuvem de fumaça*, *país pegando fogo*. Tais metáforas revelam a substituição de uma palavra pela outra, de uma expressão

por outra, de uma metáfora pela outra, mas não alteram o sentido posto em TO. Quer dizer: o sentido permanece no nível do mesmo.

Evidencia-se, então, nas reescritas, entre as metáforas, uma coincidência de sentido.

Isto vem ratificar a concepção defendida por Pêcheux, e da qual partilhamos, de que a metáfora é determinada pelo interdiscurso, ou seja, por *uma* região do interdiscurso.

Assim, podemos dizer que as metáforas produzidas nas retomadas de TO, pelo processo discursivo da leitura, evidenciam um sujeito que se filia à mesma região do interdiscurso a que se filia o sujeito-autor do texto-origem.

Aqui, portanto, o efeito metafórico não produz nem o deslize nem a deriva dos sentidos, mas a sua manutenção.

A metáfora, portanto, ao contrário do que afirma Davidson, pode ser parafraseada.

BLOCO 2:

TO: “As massas dispersas agem e reagem em função de impactos sobre elas. Acionam o instinto de sobrevivência quando se sentem ameaçadas. Os grupos organizados funcionam como pólos de mobilização e formação de opinião. Mas precisam de um motivo, uma causa, um discurso, para colocar em funcionamento sua capacidade organizatória. Nessa equação, os componentes causais apontam para a violência, que é fruto da miséria social que deriva da extrema concentração de renda e da disparidade social, que, por sua vez, é decorrente de um sistema democrático incapaz de proporcionar igualdade de oportunidades. O dado é recente: o 1% mais rico da população ganha mais que os 50% mais pobres. Portanto, a situação remete para a responsabilidade do governo.”

NOVOS TEXTOS:

Sd77: “Já são conhecidos de todos os problemas que integram nosso país há muito tempo, e que são decorrentes da grande desigualdade social. São várias as manifestações resultantes desse fato, como o desemprego, a corrupção (que impera no Brasil), o movimento dos Sem-Terra. E é possível citarmos inúmeras outras, mas todas sempre acabam gerando o mesmo resultado: a violência, tanto física quanto psicológica. Ela é a grande causadora do caos que aqui se instalou. Os governantes nada fazem para mudar essa situação. Conseqüentemente, a população é quem sofre com isso. O Estado é o grande culpado, por não proporcionar a igualdade de oportunidades.”

Também aqui o sujeito-leitor penetra em TO pela metáfora a *grande fogueira*, mas, ao invés de produzir outra metáfora, como vimos ocorrer no bloco 1, o leitor parece querer “explicar” o que essa fogueira significa e quais as suas conseqüências.

De qualquer forma, podemos dizer que, mais uma vez, a metáfora funciona como pista no discurso do sujeito-autor, uma vez que os leitores produzem sentidos a partir dela.

Desse modo, através desse enunciado, o sujeito-leitor entra em TO e, por ele, sai em direção ao interdiscurso. Esse movimento se dá sob um efeito da memória discursiva, que faz com que o sujeito-leitor retorne do interdiscurso determinado pelo mesmo efeito de sentido que foi produzido pelo sujeito-autor de TO. Nesse retorno, tendo realizado o seu processo de leitura, o sujeito-leitor está pronto para escrever seu próprio texto, sem, no entanto, alterar o sentido do texto que deu origem a esse movimento.

Assim, embora o sujeito-leitor traga outros saberes do interdiscurso, esses saberes apenas ratificam o sentido produzido em TO. Ou seja: ele traz outros enunciados que são diferentes formas

de dizer o mesmo que TO já havia dito. É por isso que não há um estranhamento em relação ao dito em TO e ao dito no novo texto.

Tudo isso nos permite reconhecer, entre esse bloco e TO, uma relação de paráfrase, à qual denominaremos, da mesma forma que o fizemos quando da análise dos textos sinalizados (cap.2/ seção Leitura e Releitura/ recorte 1), de paráfrase intradiscursiva; ou seja, trata-se de uma paráfrase em que se mantém inalterado o sentido em relação ao texto que desencadeia o processo da reescrita, e na qual isso se dá pela reformulação da materialidade lingüística dos enunciados. Nessa paráfrase, são colhidos, no interdiscurso, enunciados que entram em ressonância de sentido com o já dito por TO, o que faz com que haja uma identificação do sujeito-leitor com a posição-sujeito em que se inscreve o sujeito-autor.

BLOCO 3:

TO: “... o Movimento dos Sem-Terra, que expande ondas de pressão e violência por 20 Estados... Os sem-terra querem terra, crédito, uma reforma agrária justa. Estão exagerando quando invadem prédios públicos. Um Estado democrático não pode aceitar o império da desordem e da ilegalidade. Mas não se pode esquecer que eles agem em função de uma causa”.

NOVOS TEXTOS:

Sd78: “O Movimento dos Sem-Terra é um dos exemplos da fragilidade em que o governo se encontra. Eles exageram quando invadem prédios públicos e montam a desordem no país, mas agem em função de uma causa”.

Sd79: “A cada dia aumenta o número de sem-terra e, entre eles, muitas vezes, há pessoas que se aproveitam da situação, montando a desordem no país e exagerando quando invadem prédios públicos, embora hajam em função de uma causa”.

O efeito de sentido construído por esses sujeitos-leitores, da mesma forma que o efeito de sentido construído em TO, tem origem em um enunciado dividido, em que se associam posições-sujeito em conflito, que remetem a FDs diversas.

Assim, temos, na sd78:

$$P = \frac{\begin{array}{l} \text{(x) exageram quando invadem prédios públicos, montam a desordem no país} \\ \text{(y) agem em função de uma causa} \end{array}}{\quad}$$

Assim como acontece em TO, os enunciados (x) e (y), embora remetam a diferentes formações discursivas, referem-se ao sujeito que os formulam e revelam a sua interpretação sobre o MST. Nesse movimento de leitura, então, reconhecemos um sujeito com uma posição ideológica que não se identifica com o MST, e que também traz para seu discurso, assim como o sujeito-autor, a idéia de *desordem*, que, como já afirmamos anteriormente, vem de outro tempo, de outro lugar e de outro discurso, que é o discurso dos militares, que passa a ressoar nesse discurso.

Também na sd79 os leitores mantêm o sentido que identifica o MST à desordem. Assim, o sujeito-leitor entra pelo enunciado dividido, que funciona como marca no discurso do sujeito-autor, e produz outro enunciado dividido: “*montando a desordem no país e exagerando quando invadem prédios públicos, embora ajam em função de uma causa*”.

O que temos aí é a releitura de TO:

$$P = \frac{(x) \text{ montam a desordem, exageram quando invadem prédios públicos}}{(y) \text{ agem em função de uma causa}}$$

Como já tivemos a oportunidade de afirmar, nesta interpretação contrastiva, (x) e (y) remetem a diferentes posições-sujeito, inscritas em uma mesma formação discursiva. E isto produz, no novo texto, a manutenção do sentido de TO.

O que vemos aqui, na verdade, é os leitores desfazerem o jogo do “politicamente correto” instituído em TO e acabarem dizendo *o que pode, mas não deve ser dito*. Ou seja: eles são menos “sutis” do que o sujeito-autor.

Temos então uma paráfrase entre esse bloco e TO. Nessas paráfrases, embora o interdiscurso se atravesse nos novos textos, o processo discursivo de produção da leitura se dá principalmente entre o intradiscurso e TO, sobre a materialidade lingüística do novo texto em sua relação com TO. Isso nos leva a considerar essas paráfrases como intradiscursivas, ou seja, como ressonâncias de sentido entre as seqüências produzidas pelos sujeitos-leitores e o texto-origem. Nessas ressonâncias, os novos dizeres provêm do interdiscurso, mas provocam a ilusão de trabalharem apenas com o texto-origem, devido à manutenção de sentido.

Se pensarmos nas paráfrases intradiscursivas aqui e naquelas produzidas pelo processo discursivo da leitura dos textos sinalizados, podemos dizer que o que as diferencia é apenas o ponto pelo qual o leitor penetra no texto: no caso dos textos sinalizados, o ponto de entrada já está indicado em TO; no caso dos textos não-sinalizados, esse ponto não está indicado, e o leitor, sem se aperceber, penetra por este e não por outro ponto de fuga. E esta definição do ponto de entrada já faz parte da produção de leitura do leitor.

Nesta medida, o processo de produção de leitura é que varia: o leitor pode aceitar os sinais deixados pelo autor como os espaços de saída em direção ao interdiscurso ou definir por si mesmo quais serão tais espaços de fuga. Assim, o que varia, na leitura, é o fato de entrar por sinais, por “portas” produzidas pelo autor, ou entrar por “portas” construídas pelo próprio leitor. Diríamos então que, no caso dos textos não-sinalizados, a produção da leitura já começa por esta construção que não está dada pelo sujeito-autor de TO; já no caso dos textos sinalizados, em que a forma de acesso ao texto já está dada, a produção da leitura começa pela entrada no interdiscurso, se o leitor aceita esses sinais como pontos de fuga.

BLOCO 4:

TO: “A violência grassa nas cidades. O desemprego tem muito a ver com isso. Portanto, a política monetarista, comandada a ferro e fogo pelo xerife da economia, Pedro Malan, sob a aprovação de Fernando Henrique Cardoso, tem relação direta com a violência e o estado de insegurança social. As chacinas em série nas grandes cidades, as rebeliões de menores na Febem, em São Paulo, e os assaltos que se multiplicam por toda a parte se devem, ainda, à fragilidade das políticas públicas.”

NOVOS TEXTOS:

Sd80: “As grandes massas, sentindo o efeito do desemprego, captam a inoperância por parte das instituições e dos políticos e vão perdendo, assim, a esperança de uma melhor qualidade de vida. Dessa forma, buscam a sobrevivência a qualquer preço, mesmo que seja através da ilegalidade, pois a cinzenta nuvem da desigualdade social instalou-se de forma a permanecer por tempo indeterminado no seio desta sociedade.”

O que acontece aqui é a mesma coisa que no bloco anterior: os sujeitos-leitores “entram” em TO por esse enunciado, que para eles funciona como um ponto de fuga em direção ao interdiscurso, e voltam por esse mesmo ponto, realizando o seu processo discursivo de leitura.

Ao fazer isso, os sujeitos-leitores, da mesma forma que faz o sujeito-autor de TO, colocam em relação direta a violência e o desemprego, responsabilizando o governo pela sua ocorrência. Com isso, retomam também o jogo do “politicamente correto” iniciado pelo sujeito-autor em TO.

Nesse processo de retomada, o sujeito-leitor “apaga” aquilo que é referido no texto-origem como *chacinas, rebeliões e assaltos* e fala em *ilegalidade* e meios de conseguir a *sobrevivência a qualquer preço*. Na nossa perspectiva, este é um outro meio de dizer aquilo que estava dito em TO. É um modo de o sujeito-leitor marcar sua posição-sujeito, que não é de apoio nem a esses meios nem a seus agentes.

Podemos dizer então que esse sujeito-leitor, ao realizar o processo discursivo da leitura, assume a mesma posição-sujeito do sujeito-autor de TO. Desse modo, seu texto estabelece com o texto-origem uma relação de paráfrase intradiscursiva.

BLOCO 5:

TO: “A população se sente cercada pela desordem, pela ausência de leis, pela falta de autoridade. Ela aumenta suas taxas de indignação e descrença. E se afasta cada vez mais dos políticos. As conseqüências são graves para a democracia brasileira. A insatisfação acaba abrigando movimentos contestatórios com feição autoritária, sob a complacência social. Ou seja, a população, por falta de crença na autoridade constituída, sente-se motivada a apoiar lideranças ou movimentos que ultrapassam os limites legais para defender seus interesses.”

NOVOS TEXTOS:

Sd81: “Este fogo é conseqüência do acúmulo de injustiças perante a população brasileira, que anda desiludida e revoltada com o império da desordem e da ilegalidade. E, com tudo isso, ela vai se afastando cada vez mais da política, do governo, porque já não há mais crença, ninguém acredita nos políticos. E isto vai ocasionando revoltas, e assim formando movimentos que ultrapassam os limites legais.”

Sd82: “Na avaliação de todos esses índices causadores da desestabilização econômica e social, o fator que causa mais preocupação é o risco que está correndo a nossa democracia. Em toda e qualquer sociedade, sempre houve oportunistas de plantão, por isso receamos que aquela nuvem negra e carregada em forma de regime militar, vá se aproveitar discretamente da situação, para tomar as rédeas da nação.”

Esse bloco discursivo nos revela que os sujeitos-leitores entram em TO por esse enunciado, retomando o efeito de sentido ali produzido.

Note-se, por exemplo, na sd81, que há uma coincidência entre o dizer de TO e o dizer do novo texto, quando se fala em *desordem* e movimentos que *ultrapassam os limites legais*. Essa

coincidência produz um mesmo efeito de sentido nos dois textos: um valor negativo para esses movimentos.

Além disso, o sujeito-leitor mantém a indeterminação de TO, pois não explicita que movimentos são esses. Neste sentido, podemos dizer que a indeterminação também marca o discurso do sujeito-autor e é porta de acesso para os leitores entrarem em TO.

Lembremos, no entanto, que, no texto-origem, a expressão “*império da desordem e da ilegalidade*” é usada em referência aos sem-terra. Quer dizer: o leitor “entra” em TO pelo enunciado que faz referência a “*movimentos contestatórios com feição autoritária*” e “puxa” para cá um dizer presente em um outro enunciado. Este é o meio de o sujeito-leitor explicitar que, para ele, os sem-terra estão associados a esses movimentos e também à violência, à desordem, à ilegalidade.

Com isso, ele ratifica sua posição-sujeito, que é mesma do sujeito-autor de TO: ele reconhece os erros do governo, mas, nem por isso, apóia a violência e a desordem.

Chamamos a atenção, ainda, para o emprego da metáfora no novo texto: *este fogo*. Note-se que o sujeito-leitor produz essa metáfora a partir de um enunciado em que o sujeito-autor não a emprega.

Empregar essa metáfora, nos parece, é uma forma de o sujeito-leitor manter o sentido produzido em TO, uma vez que ela traduz a mesma idéia presente no texto-origem: de destruição, devastação da população brasileira.

E, na nossa perspectiva, esse emprego demonstra também que a metáfora realmente “marca” o discurso, funcionando como “porta” de acesso para o processo discursivo da leitura.

Na sd82, vemos também que o leitor entra em TO por esse enunciado que alerta para as *graves conseqüências* que a descrença do povo em relação ao governo podem trazer para a democracia: os movimentos de contestação com feição autoritária. Por esse enunciado, o leitor sai para o interdiscurso, de onde retorna com um dizer diferente: os *riscos*, que causam *preocupação*, são a possível transformação da democracia em *regime militar*, ou seja, em ditadura.

Na nossa perspectiva, isso demonstra que o sujeito-leitor não se afasta do sentido produzido naquele texto-origem, pois ambos, autor e leitor, temem pela democracia, temem pelo que, como ressalta o leitor, são *índices causadores da desestabilização econômica e social*, e que podem levar a uma mudança drástica no país. A diferença é que o leitor assume que a democracia pode descambar para um regime militar e o sujeito-autor, não. Ou seja: o leitor deixa de lado o jogo do “politicamente correto” presente em TO e explicita o que lá ficou apenas implícito.

Note-se ainda que o leitor também lança mão de metáforas – *nuvem negra e carregada; tomar as rédeas da nação* – que revelam uma não-coincidência entre o dizer e as coisas, para definir sua posição em relação ao regime militar.

Isto nos mostra novamente que a metáfora, em TO, funciona como marca do discurso, uma vez que os leitores percebem as metáforas utilizadas pelo sujeito-autor e as reescrevem ou produzem novas metáforas. E nos revela que a metáfora também pode ser lugar de deslizamentos de sentido.

Isto nos faz retomar a afirmação de Pêcheux (1988:161), que diz respeito ao fato de que as palavras ou expressões não têm um sentido que lhes seria próprio, mas que as palavras ou expressões recebem seu significado na formação discursiva em que são produzidas, submetidas a um efeito da memória discursiva.

É por isso que esses leitores, sujeitos à história e ao interdiscurso, acabam produzindo a nova metáfora – *nuvem carregada de fumaça* – para trazer à tona o medo de que se instale no país, novamente, o regime militar. É um efeito da memória discursiva que percebemos aqui, efeito que é produzido pelo emprego da metáfora e que mantém os leitores na mesma FD do sujeito-autor do texto-origem.

Podemos dizer então, mais uma vez, que existe uma relação de paráfrase intradiscursiva entre TO e esses novos textos, com um processo da leitura que revela a manutenção do mesmo.

BLOCO 6:

TO: “O governo, neste momento, está tentando agir como bombeiro para apagar o fogo nos primeiros gravetos. Poderá até ser bem sucedido. Mas não terá como desarmar a fogueira, que continuará crescendo até o dia em que faltar lenha. E, enquanto ela estiver montada, será um convite para os fogueteiros de plantão. Que poderão provocar incêndios capazes de devastar a cultura da estabilidade econômica que germinou sob os auspícios do Real”.

NOVOS TEXTOS:

Sd83: “O governo tenta apagar os gravetinhos, enquanto a chama maior vai destruindo e devastando tudo, ou seja, o pouco que resta de dignidade humana.”

Podemos observar que esse sujeito-leitor, como já aconteceu anteriormente, retoma a metáfora da fogueira para caracterizar a crise brasileira, e “entra” em TO através dela e desse enunciado dividido. Assim, o leitor fala em *apagar os gravetinhos*, em *chama maior que vai destruindo e devastando tudo*”.

Como podemos perceber, a metáfora funciona de modo a manter o sentido já posto no texto-origem pelo sujeito-autor.

Diríamos ainda que esse sujeito-leitor se identifica com o enunciado dividido presente em TO, e produz o mesmo efeito de sentido que se produz naquele texto: o governo quer solucionar a crise, mas a violência impede que isso aconteça.

Existe, portanto, entre o texto-origem e esse texto, um efeito de ressonância de sentido, que se produz principalmente sobre a materialidade lingüística, o que nos permite falar em paráfrase intradiscursiva entre os textos.

3.2.1.1 Recorte 4: algumas considerações

Esse recorte é o espaço da **manutenção do sentido**, ou seja, os textos produzidos pelos sujeitos-leitores reiteram o efeito de sentido encontrado em TO.

Com isso, queremos dizer que os sujeitos-leitores inscrevem-se na **mesma matriz de sentido** que o sujeito-autor de TO e identificam-se com a **mesma posição-sujeito** com a qual se identifica aquele sujeito-autor.

Podemos dizer ainda que os sujeitos-leitores **reconstituem o efeito-texto**, reproduzindo o **mesmo efeito de sentido** que havia sido criado em TO.

É, pois, um espaço de **coincidências** entre os sentidos.

Nesses termos, nesse recorte 4 os sentidos não deslizam, não derivam, permanecem estáveis.

Da mesma forma que vimos acontecer nos textos sinalizados, essa manutenção de sentido se dá por uma espécie de **reformulação da materialidade lingüística**, ou seja, os sujeitos-leitores, ao fazerem movimentos de ida ao interdiscurso, e de volta ao texto-origem na produção de sua leitura, colhem, no interdiscurso, enunciados que entram em **ressonância de sentido com o já dito de TO**. Assim, esses novos textos estão carregados de **ressonâncias intradiscursivas**, ou seja, de substituições de palavras, de alterações de expressões usadas em TO. Na verdade, esses sujeitos-leitores praticamente reproduzem o texto-origem, na medida em que se limitam a dizer, de outra forma, o que já estava dito em TO.

3.2.2. **Leitura e Releitura: o espaço da manutenção dos sentidos**

As análises realizadas nesta seção nos revelaram, assim como vimos acontecer com os textos sinalizados, que as reescritas podem criar o espaço da **reiteração do sentido** do texto-origem.

Como foi possível perceber, a metáfora e o enunciado dividido desempenham papel significativo para essa manutenção de sentido. No caso da metáfora, porque os leitores ou as reescrevem (criando outras metáforas com sentido semelhante ao produzido em TO), ou produzem metáforas onde não as havia em TO, reproduzindo, porém, o sentido lá posto. No caso do enunciado dividido, porque os leitores entram em TO pelo enunciado dividido, identificando-se com a mesma posição com a qual se identifica o sujeito-autor.

Vimos ainda que também a indeterminação presente em TO pode funcionar como meio de acesso dos leitores àquele texto.

Nesta medida, metáfora, enunciado dividido e indeterminação podem ser considerados, nesse texto não-sinalizado pelos sinais discursivos da pontuação (reticências e interrogação), como **marcas discursivas** que, embora de forma diferenciada dos sinais discursivos, orientam o processo de entrada dos sujeitos-leitores no texto e sua saída para o interdiscurso.

Neste caso, conforme pudemos constatar, esse movimento de ida e volta proporciona a estabilização dos sentidos postos em TO.

Podemos então considerar que este recorte 4 dos textos não-sinalizados, é, como o recorte 1 dos textos sinalizados, o espaço da **paráfrase intradiscursiva**.

Acreditamos ainda que essas paráfrases, do mesmo modo que consideramos na análise dos textos sinalizados, tenham características de **comentário**, em termos foucaultianos. Ao afirmar isso, estamos firmando uma posição que admite o comentário como um processo de retomada em que se pode dizer, de outra forma, aquilo que havia sido dito no texto primeiro.

E, ainda tomando emprestado outro termo de Foucault (1982:63), podemos dizer que esses textos se constituem em **redescobertas** de TO, ou seja, em um processo discursivo de leitura que permite que sentidos que já foram lá esboçados sejam aqui retomados de outro modo, com outras palavras.

Vamos dizer então que esses sujeitos-leitores, ao instaurarem o processo discursivo da leitura, estabelecem com o efeito-texto que constitui TO a seguinte relação: inscrevem-se na **mesma FD** do sujeito-autor de TO, identificam-se com a **mesma posição-sujeito**, e reconstroem os **mesmos sentidos**.

Podemos então reafirmar a posição adotada na análise dos textos sinalizados e dizer que esses sujeitos-leitores realizam **gestos interpretativos**, entendidos como movimentos de interpretação que reiteram o sentido produzido em TO e mantêm os sujeitos-leitores na mesma FD do sujeito-autor.

Tal processo de leitura nos parece evidenciar aquilo que Pêcheux (1988:215) denomina de **relação de identificação**, que produz o “**bom sujeito**” e reflete uma superposição, um recobrimento entre o leitor e o sujeito universal, de tal forma que a tomada de posição do sujeito-leitor realiza seu assujeitamento sob a forma do “livremente consentido”; isso significa que o leitor se identifica, plena e cegamente, com a formação discursiva do sujeito-autor.

Podemos, assim, como fizemos na análise dos textos sinalizados (seção 2.3.2), falar em **releitura** nesse recorte. Com isso, queremos reafirmar nossa posição e reconhecer na releitura um processo em que o sujeito-leitor, quando reescreve um determinado texto, inscreve-se na mesma

matriz de sentido em que se inscreve o sujeito-autor daquele texto, e promove a manutenção dos sentidos.

Nesses termos, a **releitura** revela o mesmo processo histórico-discursivo e o mesmo trabalho da memória que se presentifica no texto-origem. E isso nos permite falar, novamente como o fizemos na análise dos textos sinalizados, em **repetição lingüístico-discursiva**, ou seja, em uma repetição que se dá essencialmente sobre a materialidade lingüística, fazendo com que os leitores produzam exatamente os mesmos efeitos de sentido que o sujeito-autor de TO.

Podemos considerar também que esses sujeitos-leitores, da mesma forma que vimos acontecer nas reescritas dos textos sinalizados, limitam-se a exercer a **função-leitor** e a desempenhar a **função-autor**, já que, enquanto produtores de linguagem, apresentam-se na origem de seus textos, mas, ao mesmo tempo, restringem-se a reformular o dizer de TO, inscrevendo-se na mesma formação discursiva do sujeito-autor, assumindo a mesma posição-sujeito e reiterando os sentidos já produzidos.

Assim, vamos dizer que encontramos aqui, da mesma forma que nos textos sinalizados, um **grau zero de autoria**, isto é, um processo de autoria em que há apenas a reprodução dos sentidos e uma relação de identificação plena com os sentidos produzidos em TO.

3.3. LEITURA E REESCRITURA: DA FUNÇÃO-AUTOR À POSIÇÃO-AUTOR

Nesta seção, examinamos as seqüências discursivas que refletem deslizamentos de sentido em relação a TO.

A reunião dessas seqüências obedece ao mesmo critério metodológico adotado na análise dos textos sinalizados, o que significa dizer que tais seqüências estão reunidas em função das posições-sujeito assumidas pelos leitores.

Isto nos leva à criação de diferentes recortes discursivos nesta seção, que correspondem às diferentes posições-sujeito com as quais os sujeitos-leitores se identificam quando fazem deslizar os sentidos produzidos em TO.

3.3.1 Recorte 5 : A identificação com a ordem social

Aqui, os sujeitos-leitores fazem deslizar os sentidos produzidos em TO, ou seja, o sentido não se mantém exatamente o mesmo de TO, mas permanece na mesma FD. Ao criar esse deslizamento, os leitores começam a assumir posições e se identificam com uma posição-sujeito que se coloca ao

lado da ordem na sociedade, o que produz, conseqüentemente, um efeito de desvalorização daqueles que procuram prejudicar essa ordem.

Vejamos como isso acontece.

BLOCO 1:

TO: “Há uma grande fogueira sobre o solo pátrio, construída com as melhores lenhas da floresta: o MST..., a criminalidade..., a engrenagem da corrupção..., as manchas do desemprego..., a enorme insatisfação das classes médias com a deterioração dos serviços públicos..., a inércia dos poderes públicos...”

NOVOS TEXTOS:

Sd84: “Embora toda essa situação caótica tenha fortes bases para a sua instauração, não se justifica a desordem social e a violência que vem se agravando cada vez mais.”

Neste bloco discursivo, vemos que o sujeito-leitor entra em TO pela metáfora “*a grande fogueira*”, traduzindo-a por *situação caótica* e mantendo o mesmo efeito de sentido do texto-origem. Quer dizer: ao reescrever essa metáfora, e dizer que há *fortes motivos para a sua instauração*, o leitor reconhece como legítimos os elementos dessa crise, os quais são apontados pelo sujeito-autor de TO.

Mais uma vez, portanto, podemos dizer que a metáfora funciona como marca discursiva, ou seja, como meio de acesso dos leitores ao interdiscurso.

O sentido desliza, no entanto, quando, no novo texto, o sujeito-leitor identifica esses elementos à *desordem social* e afirma que, para ele, isso *não se justifica*.

Note-se que, ao falar em *desordem*, o leitor está retomando o termo empregado pelo sujeito-autor em outro enunciado: “*Os sem-terra querem terra, crédito, uma reforma agrária justa. Estão exagerando quando invadem prédios públicos. Um Estado democrático não pode aceitar o império da desordem e da ilegalidade.*”

No nosso ponto de vista, ao referir à desordem, mas não aos sem-terra, como acontece em TO, o sujeito-leitor cria uma espécie de indeterminação em seu texto, o que não nos impede, no entanto, de imaginar que exista essa relação.

Assim, essa seqüência revela a posição-sujeito assumida pelo sujeito-leitor, que é de um certo endurecimento em relação ao uso da violência e da desordem, o que nos aponta também para uma espécie de preconceito para com aqueles que fazem uso desses meios.

BLOCO 2:

TO: “As massas dispersas agem e reagem em função do impacto sobre elas. Acionam o instinto de sobrevivência quando se sentem ameaçadas. Os grupos organizados funcionam como pólos de mobilização e formadores de opinião. Mas precisam de um motivo, uma causa, um discurso, para colocar em funcionamento sua capacidade organizatória. Nessa equação, os componentes causais apontam para a violência, que é fruto da miséria social que deriva da extrema concentração de renda e da disparidade social, que, por sua vez, é decorrente de um sistema democrático incapaz de proporcionar igualdade de oportunidades.”

NOVOS TEXTOS:

Sd85: “A democracia permite e até exige manifestações populares, mas as que temos assistido nos últimos dias estão sendo desviadas para o caminho da baderna e as suas verdadeiras causas acabam sendo mascaradas. Tanto

governo quanto manifestantes colaboram para que essas legítimas armas democráticas mostrem seu lado mais cruel, a manipulação das massas, onde sem causas estão sempre prontos a jogarem a primeira pedra”.

Sd86: “Devemos analisar o que há por trás de movimentos de protestos e verificar se realmente querem mudar a situação ou apenas “incendiar” o povo com suas idéias. Devemos protestar, sim, vivenciar a democracia, mas ao lado de quem quer uma vida melhor para todos e não somente se promover às custas dos problemas enfrentados por pessoas já tão desesperançadas e massacradas.”

Sd87: “O povo tem todo o direito de indignar-se e não deve ser neutro. Porém, sabe-se que existe muita gente que motiva a reivindicação através de maneiras absurdas e cruzam os braços para assistir os outros fazendo por eles. É obvio que somente criticar não basta, é necessário agir. No entanto, violência gera violência. Então tentar combater o que nos fere, ferindo, é totalmente incoerente. O brasileiro precisa buscar meios que não o igualem a esse sistema hipócrita. Que tal começando pelo próprio voto?”

Podemos observar que esses sujeitos-leitores retomam o enunciado dividido de TO e, através dele, produzem outros enunciados divididos, que vão apontar os deslizamentos de sentido entre os textos.

Deste modo, mais uma vez percebemos no enunciado dividido uma marca discursiva que, ao revelar a posição do sujeito-autor, funciona, no processo discursivo da leitura, como porta de acesso para os leitores.

Em TO, temos:

$$P = \frac{(x) \text{ os grupos organizados são pólos de mobilização}}{(y) \text{ os grupos organizados usam de violência}}$$

Vamos ver os enunciados divididos que surgem nos novos textos:

$$\text{sd85: } P = \frac{(x) \text{ a democracia permite manifestações populares}}{(y) \text{ as manifestações populares são desviadas para a baderna}}$$

$$\text{sd86: } P = \frac{(x) \text{ os protestos querem a mudança}}{(y) \text{ os protestos querem “incendiar” o povo com suas idéias}}$$

$$\text{sd87: } P = \frac{(x) \text{ devemos protestar, vivenciar a democracia}}{(y) \text{ não devemos protestar ao lado dos que querem se promover}}$$

$$\text{sd87: } P = \frac{(x) \text{ o povo tem direito de se indignar, não ser neutro}}{(y) \text{ muitos motivam a reivindicação de maneira absurda}}$$

$$\text{sd87: } P = \frac{(x) \text{ é necessário agir}}{(y) \text{ violência gera violência}}$$

Como podemos perceber, tanto em TO quanto nos novos textos, os enunciados divididos representam os limites entre dizeres que são formuláveis em uma FDX.

Assim, esta FD comporta dizer o seguinte: *os grupos organizados são pólos de mobilização; a democracia permite manifestações populares; os protestos querem a mudança; devemos*

protestar, vivenciar a democracia; o povo tem direito de indignar-se, não ser neutro; é necessário agir.

Mas comporta também outro dizer: os grupos organizados usam de violência; as manifestações populares são desviadas para a baderna; os protestos querem “incendiar” o povo com suas idéias; não devemos protestar ao lado daqueles que querem se promover; muitos motivam a reivindicação de maneira absurda; violência gera violência.

Deste modo, podemos dizer que estas falas revelam o discurso desta FD sobre uma outra FD – a FDY – na qual se inscrevem os membros do MST. Ou seja: esses dizeres não se identificam com o dizer do MST, mas mostram a forma como esses sujeitos-leitores concebem o MST. É um discurso sobre o MST, mas não o discurso do MST.

Assim como o sujeito-autor de TO, esses leitores assumem então uma posição-sujeito que é contrária às manifestações, que, para eles, geram violência. Isto significa, na verdade, que os leitores lêem a partir da posição-sujeito assumida pelo sujeito-autor de TO, com ela identificando-se. Em outras palavras: os sujeitos-leitores, ao reconhecerem no enunciado dividido uma porta de acesso a TO, e ao reescreverem esse enunciado dividido, identificam-se com a mesma parte do enunciado com que se identifica o sujeito-autor.

Os sentidos deslizam, no entanto, porque o sujeito-autor, ao fazer o jogo do “politicamente correto”, não chega a assumir tudo aquilo que os leitores assumem: as verdadeiras causas das manifestações são mascaradas, existe a manipulação das massas, existem sem causas que querem sempre jogar a primeira pedra, alguns cruzam os braços e só assistem os outros fazerem por eles, etc.

Isto nos mostra que, nas reescritas, o diferente – o sentido que não fora antes produzido explicitamente – convive com o mesmo – o sentido já posto em TO. O que os leitores fazem então é explicitar os implícitos de TO, mantendo-se, no entanto, na mesma FD do sujeito-autor.

Todos esses novos dizeres são atravessamentos do interdiscurso na leitura, assim como o é a referência à *baderna*, que, como já referimos anteriormente, vem de outro lugar, que é o discurso da época da ditadura.

Esse deslizamento de sentido produz, como é possível observar, um efeito de endurecimento em relação aos sentidos postos em TO, na medida em que, pela identificação com a ordem, trata os mesmos fatos com maior rigor, cobra mais. Tanto que, pela tamanha rejeição à violência, o sujeito-leitor da sd87 acaba sugerindo uma alternativa – o voto – para escapar daquilo que denomina de “sistema hipócrita”. Com isso, o leitor aponta para o sentido de que o povo não sabe votar – saber que vem de outro lugar, da FD militar – e sugere que as pessoas parem de votar em políticos ineficientes.

Podemos dizer, então, mais uma vez, que existem deslocamentos de sentido nas retomadas de TO, e assunção de diferentes posições-sujeito pelos leitores, apesar desses leitores se inscreverem na mesma FD do autor.

3.3.1.1 Recorte 5: algumas considerações

Conforme foi possível constatar, este recorte, assim como os recortes 2 e 3, referentes aos textos sinalizados, revela **deslizamentos de sentido** em relação a TO, ou seja, a identificação dos sujeitos-leitores com uma **posição-sujeito diferente** daquela assumida pelo sujeito-autor de TO.

Assim, ao assumir essa posição-sujeito diferente, os leitores deixam de apenas reiterar o sentido de TO, e passam a afastar-se um pouco daquele texto-origem, com o atravessamento do interdiscurso no processo discursivo da leitura. Isto lhes permite, por exemplo, relacionar os movimentos de contestação à baderna, incluindo o discurso dos militares, que vem de outra época e de outro lugar, em seu discurso.

Assim, esses deslizamentos de sentido revelam uma rígida visão da sociedade, na qual deve imperar a ordem, o que leva os leitores a assumir um certo preconceito, entendido aqui como uma concepção unilateral dos fatos, que faz com que os leitores se identifiquem com julgamentos e críticas pré-estabelecidas.

Deste modo, este recorte estabelece com TO uma relação de **paráfrase discursiva**, ou seja, revela um processo discursivo da leitura em que ocorrem deslizamentos de sentido dentro de uma mesma formação discursiva.

3.3.2 Recorte 6: a identificação com o conformismo

Este recorte evidencia **deslizamentos de sentidos** e a identificação dos sujeitos-leitores com uma **outra posição-sujeito**, diferente da posição assumida pelos leitores dos demais recortes.

Tais deslizamentos tomam a direção de um certo “conformismo”, o que significa dizer que os sujeitos-leitores, ao reescreverem TO, e alterarem os sentidos, mantendo-se na **mesma FD** do sujeito-autor, mostram-se menos incisivos e menos decididos a transformar a situação que constataam.

BLOCO 1:

TO: “As massas dispersas agem e reagem em função de impactos sobre elas. Acionam o instinto de sobrevivência quando se sentem ameaçadas. Os grupos organizados funcionam como pólos de mobilização e formação de opinião. Mas precisam de um motivo, uma causa, um discurso, para colocar em funcionamento sua capacidade organizatória. Nessa equação, os componentes causais apontam para a violência, que é fruto da miséria social que deriva da extrema concentração de renda e da disparidade social, que, por sua vez, é decorrente de um sistema democrático incapaz de proporcionar igualdade de oportunidades. O dado é recente: o 1% mais rico da população ganha mais que os 50% mais pobres. Portanto, a situação remete para a responsabilidade do governo.”

NOVOS TEXTOS:

Sd88: “A violência não resolve nada, é preciso haver uma conscientização geral, para tirar o país dessa situação catastrófica”.

Nesse bloco discursivo, o sujeito-leitor identifica-se com a posição-sujeito que é contrária à violência, e desliza o sentido quando fala em *conscientização geral*, deixando de dizer que a *responsabilidade é do governo*, como acontece em TO, e deixando também de responsabilizar os movimentos de contestação, o MST, etc.

Para nós, o efeito de conformismo se deve ao fato de que o sentido que se produz aqui vai na direção oposta àquele que se produz na seção anterior, onde os leitores endurecem o jogo e tornam-se mais severos em seus posicionamentos. Aqui, há uma espécie de “abrandamento” desse sentido e do sentido de TO, e o leitor acaba falando apenas em *conscientização*.

Isto nos leva a reconhecer entre esse texto e o texto-origem, assim como acontece na seção anterior, uma relação de paráfrase discursiva, ou seja, a assunção de uma posição-sujeito diferente, o que equivale ainda a falar em deslizamento de sentido na mesma FD.

BLOCO 2:

TO: “A população se sente cercada pela desordem, pela ausência de leis, pela falta de autoridade. Ela aumenta suas taxas de indignação e descrença. E se afasta cada vez mais dos políticos. As conseqüências são graves para a democracia brasileira. A insatisfação acaba abrigando movimentos contestatórios com feição autoritária, sob a complacência social. Ou seja, a população, por falta de crença na autoridade constituída, sente-se motivada a apoiar lideranças ou movimentos que ultrapassam os limites legais para defender seus interesses.”

NOVOS TEXTOS:

Sd89: “O povo está descrente, não sabe mais em quem acreditar, pois a lama da corrupção e da anarquia tomou conta do país. O povo brasileiro está cansado e envergonhado de tudo e de todos, não sabe mais o que fazer, o “jeitinho brasileiro” não está mais funcionando. O que resta para o povo é ter fé, pois só com fé para suportar todo esse caos.”

Sd90: “Frente a um país mergulhado em crises, temos que ter esperança de que algo vai acontecer para melhorar a situação atual, pois não podemos conviver com tantas desordens”.

Também nesse bloco discursivo, os leitores produzem um efeito de sentido que vai na direção do conformismo, da falta de ação. Assim, eles passam a falar em *fé, esperança*. Quer dizer: eles entram em TO por esse enunciado e saem para o interdiscurso de onde retornam com um dizer diferente do dizer já produzido.

Observamos, na sd90, mais uma vez, uma indeterminação, quando o leitor diz que precisamos ter esperança de que *algo* vai acontecer para melhorar a situação do país. Com isso, ele se exime de explicitar *o que* deve ser feito, bem como o que pode acontecer. Na nossa perspectiva, esse leitor, assim, como o leitor da sd89, assume o jogo do politicamente correto iniciado pelo sujeito-autor de TO.

Por isso, podemos falar em deslizamento de sentido e paráfrase discursiva, ou seja, de um processo de leitura em que há um atravessamento do interdiscurso que faz deslizar os sentidos, ou seja, que aponta para uma posição-sujeito que não antagoniza com a do sujeito-autor ou com a dos demais leitores, mas que cria diferenças nos efeitos de sentidos produzidos nos novos textos.

BLOCO 3:

TO: “O governo, neste momento, está tentando agir como bombeiro para apagar o fogo nos primeiros gravetos...”

NOVOS TEXTOS:

Sd91: “Pensamos que não existe uma fórmula mágica para solucionar a crítica situação brasileira, no entanto, alguns valores morais poderiam ser resgatados, com o instinto de nação mais valorizado, acima dos interesses individuais”.

Sd92: “Nos sentimos amarrados e sem perspectiva de um futuro melhor, esperando que aconteça um milagre e torcendo para que este não demore”.

Fica mais evidente, aqui, a diferença entre o efeito de sentido produzido por essas seqüências e por outras, analisadas anteriormente em outros recortes.

Note-se, por exemplo, que, na sd92, o leitor se diz *amarrado e sem perspectiva de um futuro melhor*, o que denota uma forma de “entregar-se” à sorte, sem tentar mudá-la. E isso é ratificado pelo sentido expresso em *torcer por um milagre* e, ainda mais, *ficar esperando* por esse milagre.

Assim, se, quando, em TO, ao dizer que o governo está tentando conter a crise o sujeito-autor se identifica com essa posição de quem procura uma solução, aqui, de forma diferente, os sujeitos-leitores assumem uma posição de quem nada faz, apenas espera e propõe que se *resgatem valores morais*.

Deste modo, podemos dizer que os leitores se identificam com TO quando se mostram preocupados com a crise brasileira e com suas causas, mas se afastam um pouco daquele texto-origem quando demonstram tal passividade.

É interessante observar ainda que esses leitores entram em TO pela metáfora que relaciona o governo a *bombeiro que tenta apagar o fogo* e que, embora sem produzir uma nova metáfora, é a partir daí que fazem deslizar o sentido.

Há deslizamentos de sentido, portanto, e uma relação de paráfrase discursiva entre TO e esses novos textos.

3.3.2.1 Recorte 6: algumas considerações

Como vimos, esse recorte revela **outros deslizamentos de sentido** em relação a TO, ou seja, a identificação dos sujeitos-leitores com uma **posição-sujeito diferente** daquela assumida pelo sujeito-autor de TO e com uma posição-sujeito assumida por outros leitores.

Esses deslizamentos de sentido, de forma distinta do que acontece em TO e nos demais recortes, revelam um tipo de leitor que se mostra aborrecido com a situação em que se encontra o país, mas que também não se revela disposto a mudar tal situação.

É isso que nos leva a falar em efeito de conformismo, de resignação.

Deste modo, este recorte também estabelece com TO uma relação de **paráfrase discursiva**, ou seja, revela um processo discursivo da leitura em que ocorrem deslizamentos de sentido, assunção de uma posição-sujeito diferente, dentro de uma **mesma formação discursiva**.

3.3.3 Recorte 7: a identificação com os menos favorecidos

Neste recorte, examinamos algumas seqüências discursivas que revelam deslizamentos de sentido que mantêm os sujeitos-leitores na mesma FD do autor de TO, ou seja, que indicam a identificação dos leitores com uma posição-sujeito diferente da posição assumida pelo sujeito-autor. Com isso, queremos dizer que os sentidos produzidos por esses leitores não se identificam com os sentidos produzidos pelo sujeito-autor, embora permaneçam nos limites da mesma formação discursiva.

Assim, se, em TO, o autor assume a posição do “politicamente correto”, nessas reescritas os leitores assumem uma posição de identificação com o povo, com aqueles que são menos favorecidos, com aqueles que sofrem as conseqüências dos atos do governo e com aqueles que são discriminados.

BLOCO 1:

TO: “... o Movimento dos Sem-Terra, que expande ondas de pressão e violência por 20 Estados... Os sem-terra querem terra, crédito, uma reforma agrária justa. Estão exagerando quando invadem prédios públicos. Um Estado democrático não pode aceitar o império da desordem e da ilegalidade. Mas não se pode esquecer que eles agem em função de uma causa.”

NOVOS TEXTOS:

Sd93: “Ultimamente o que mais tem sido notícia são as invasões de terras e prédios por trabalhadores em greve ou por cidadãos sem terra, sendo estes aqueles que mais tem causado desordem por lutarem por seus direitos. Essas pessoas, por não serem entendidas, precisam chamar a atenção, principalmente dos governantes, e acabam cometendo delitos, dos quais elas próprias são vítimas”.

Sd94: “Os recursos políticos aos quais os sem-terra podiam recorrer não resolveram o problema deles. Então, o que fazer? Quando não há mais nada legal ou dentro dos limites éticos a ser feito, essa sociedade insatisfeita e ignorada extrapola, caindo numa armadilha. Isto se dá na medida em que eles não são mais vistos como vítimas, nem suas causas são encaradas como justas, por parte daqueles que não vivenciam o problema. Os sem-terra não são mais os ‘coitados’, injustiçados pelo governo, mercedores de uma reforma agrária; eles são ‘arruaceiros’, desordeiros. Perderam a credibilidade, essas pessoas. Caíram na armadilha de completar o ciclo do descaso, ao responder a ele com transgressão. E isto é conveniente para o governo, pois a própria sociedade os vê com desprezo e descaso”.

Neste bloco discursivo, encontramos leitores que, ao ocupar uma posição-sujeito a partir da qual analisam e interpretam o MST e o Estado, não ocupam a mesma posição do sujeito-autor de TO, embora mantenham-se na mesma formação discursiva.

No texto-origem, como já vimos anteriormente, o sujeito-autor não se identifica com o MST e lhe faz críticas, dizendo que o Estado não pode aceitar o império da desordem e da ilegalidade, mesmo que eles hajam por uma causa.

Aqui, os leitores produzem um dizer dividido entre essa posição que é desfavorável ao MST (o que os leva a retomar o sentido de *desordem*, a falar em *delitos*, a reconhecer que os sem-terra não fazem *nada legal ou dentro dos limites éticos*, que eles *extrapolam*) e uma outra posição que é simpática ao MST (e que os leva a falar em *direitos*, a dizer que eles *precisam chamar a atenção*, que eles são *vítimas*, que eles não *são atendidos* e que, por isso, acabam caindo numa *armadilha*).

Na verdade, isto nos mostra que os leitores, ao reescreverem TO, embora não produzam enunciados divididos, identificam-se com uma parte do enunciado dividido produzido pelo sujeito-autor, ou seja, com a parte que é simpática ao MST. É isso que não os deixa criticar o MST, mas os leva a reconhecer que, se eles agem ilegalmente, é porque o Estado lhes dá motivos.

Esses sujeitos-leitores, portanto, fazem deslizar os sentidos em direção a uma posição-sujeito que não é idêntica a do sujeito-autor, embora não se inscreva em uma FD divergente.

Nesse processo de leitura, portanto, há um atravessamento do interdiscurso que introduz, nos novos textos, novos efeitos de memória e novos dizeres.

BLOCO 2:

TO: “Que poderão provocar incêndios capazes de devastar a cultura da estabilidade monetária que germinou sob os auspícios do Real” .

NOVOS TEXTOS:

Sd95: “Paira sob nosso país uma ameaçadora nuvem de fumaça, na qual estão submersos os mais violentos níveis de uma violência que gera insegurança na população. Essa ameaça incontrolável tem um sólido alicerce que se edificou com a criação do real e a insistência de se manter a estabilidade dessa moeda”.

Sd96: “ Através do texto, podemos constatar que um dos fatores surgiram por causa do plano real. Nesse plano que Fernando Henrique traçou, tentando fazer de uma nova moeda em nosso país esperança para os brasileiros. Talvez. Mas foi a partir daí que tudo começou a mudar, não melhorou, talvez, com o tempo, piorou.”

Neste bloco discursivo, vemos que os sujeitos-leitores abrem uma outra “porta” para entrarem em TO e, através dela, fazerem circular os sentidos.

Assim, na sd95, por exemplo, o leitor entra pela metáfora que associa a crise brasileira a um *incêndio* e mantém esse sentido através de outra metáfora: *uma ameaçadora nuvem de fumaça*.

No entanto, eles deslocam o sentido posto em TO através de “*estabilidade monetária que germinou sob os auspícios do Real*” – o que significa admitir que o real trouxe estabilidade econômica e, portanto, foi bom para o país – e produzem sentidos diferentes através de: “*essa ameaça se edificou com a criação do real e a insistência em manter a estabilidade dessa moeda*” e “*por causa do plano Real tudo começou a mudar, talvez piorou*” – o que significa admitir que, embora tenha gerado estabilidade econômica, o Real não trouxe os benefícios que deveria ter trazido.

Os sentidos se deslocam, por conseguinte. E vão na direção contrária dos sentidos produzidos pelo sujeito-autor de TO, ou seja, revelam a assunção de posições-sujeito diferentes em uma mesma FD.

3.3.3.1 Recorte 7: algumas considerações

Também esse recorte, como foi possível perceber, revela **outros deslizamentos de sentido** em relação a TO, ou seja, aponta a identificação dos sujeitos-leitores com uma **posição-sujeito diferente** daquela assumida pelo sujeito-autor de TO e com uma posição-sujeito assumida por outros leitores.

Esses deslizamentos de sentido, de forma distinta do que acontece em TO e nos demais recortes, revelam um tipo de leitor que se identifica com os menos favorecidos e com as minorias, justificando aquelas ações que são criticadas por outros leitores e pelo próprio sujeito-autor de TO.

Assim, este recorte também estabelece com TO uma relação de **paráfrase discursiva**, ou seja, revela um processo discursivo da leitura em que ocorrem deslizamentos de sentido – o que implica falar na assunção de uma nova posição-sujeito – dentro de uma **mesma formação discursiva**.

3.3.4 Leitura e Reescritura: o espaço dos deslizamentos de sentido

Esta seção, como pudemos constatar, reúne três recortes discursivos – recortes 5, 6 e 7 – que revelam **deslizamentos de sentido em relação a TO**.

No recorte 5, estão reunidas as seqüências discursivas que refletem um deslizamento de sentido que vai na direção de uma identificação dos leitores com o poder e com a manutenção da ordem.

No recorte 6, estão reunidas as seqüências discursivas que revelam a identificação dos leitores com o discurso do conformismo e da aceitação.

Finalmente, no recorte 7 encontramos as seqüências discursivas que refletem a identificação dos leitores com aqueles que são menos favorecidos, com aqueles que representam as minorias que se insurgem contra o poder que se impõe de forma autoritária, desrespeitando os direitos daqueles que não têm esse poder.

Quando admitimos que essa seção revela deslizamentos de sentido, estamos afirmando, conseqüentemente, que os sujeitos-leitores, ao reescreverem TO, não permanecem apenas no nível do mesmo, mas que começam a introduzir, nos textos que produzem, também o diferente.

Dito de outra forma: estamos considerando que esses sujeitos-leitores assumem **posições-sujeito diferentes** daquela assumida pelo sujeito-autor do texto-origem, mas que se inscrevem na **mesma formação discursiva** desse sujeito. É por isso que fazem deslizar os sentidos, mas não os transformam.

Podemos considerar, assim, que esses leitores também realizam **gestos interpretativos**, ou seja, movimentos de interpretação que, embora façam deslizar os sentidos produzidos em TO, não os transformam.

Estamos então, mais uma vez, assim como aconteceu na análise dos textos sinalizados, no domínio da **reescritura**, ou seja, de um processo discursivo de leitura que desloca sentidos já postos, mas dentro de uma mesma formação discursiva.

No processo da **reescritura dos textos não-sinalizados**, de forma semelhante ao que acontece na **reescritura dos textos sinalizados**, os sujeitos-leitores não se limitam a reformulações da materialidade lingüística, mas passam a agir ativamente com o interdiscurso.

É isso que nos permite dizer que **as reescrituras** se constituem em **paráfrases discursivas**, isto é, em paráfrases em que o interdiscurso, pelo processo discursivo da leitura, se atravessa no intradiscurso.

Como pudemos perceber pelas análises, esse atravessamento do interdiscurso se dá, muitas vezes, pela entrada dos leitores em TO através de metáforas, negações enunciados divididos.

É isto que nos permite reconhecer as metáforas, as negações, as indeterminações e os enunciados divididos como **marcas discursivas**. Quer dizer: são marcas que são produzidas pelo sujeito-autor, e que, embora não sejam por ele “sinalizadas” – como acontece com os sinais de pontuação (reticências e interrogação), que sinalizam, para os leitores, lugares de acesso a TO – são percebidas e interpretadas pelos sujeitos-leitores, que, a partir delas, deslocam sentidos já produzidos.

Isso nos mostra claramente que tais marcas não possuem *um* sentido, mas que adquirem sentido na formação discursiva em que se inscreve o sujeito que as produz. É por isso que diferentes sujeitos lêem de maneira distinta a mesma marca discursiva produzida em TO, mantendo o seu sentido (como vimos acontecer no recorte 4), ou fazendo esse sentido deslizar (como vimos acontecer nos recorte 5,6 e 7).

Tais marcas discursivas, desse modo, são representações determinadas pelo interdiscurso e denunciam, no processo discursivo da leitura, a tomada de posição dos sujeitos-leitores, mostrando se eles aceitam essas representações ou se deslocam o seu sentido.

Podemos dizer então, como já o fizemos anteriormente, que, nessas paráfrases aqui examinadas, o interdiscurso se projeta no intradiscurso, sendo tal projeção que conduz às **reescrituras** e aos deslocamentos de sentido.

Essa projeção, que se dá sobre o efeito-texto criado pelo sujeito-autor de TO, introduz, nos novos textos, outros efeitos de sentido, diversos daqueles encontrados em TO. Quer dizer: o efeito-texto é reconstruído pelos leitores.

Deste modo, enquanto na **releitura** os sujeitos-leitores apenas repetem o texto-origem, lendo a realidade através dos olhos do sujeito-autor, na **reescritura** os leitores produzem sentidos que divergem dos sentidos produzidos em TO, embora não cheguem a contrapor-se a eles.

A **reescritura**, assim, constituindo-se em um “redizer” de TO, estabelece um processo histórico-discursivo diferente do revelado pelo sujeito-autor, o que corresponde a um diferente trabalho da memória discursiva.

Podemos reafirmar então a posição adotada na análise dos textos sinalizados e dizer que temos aqui uma **repetição discursiva** (em sentido restrito).

Tomando os termos de Pêcheux (1988), quando o autor examina os desdobramentos que a interpelação do sujeito pode ocasionar, estamos, da mesma forma que constatamos na análise dos textos sinalizados, no campo daquilo que ele denomina de **desidentificação** do sujeito da enunciação com o sujeito universal da FD.

Essa relação de desidentificação leva a um **deslocamento da forma-sujeito**, mas não à sua anulação. E é essa desidentificação que permite aos leitores discordar do sujeito-autor, mas não contrapor-se a ele.

Isto significa, em outras palavras, que os sujeitos-leitores assumem uma posição-sujeito diferente da assumida pelo sujeito-autor e que, ao fazer isso, fazem deslizar os sentidos já postos. Esse deslizamento, contudo, não é suficiente para causar uma ruptura, uma transformação dos sentidos produzidos em TO, e, portanto, a desidentificação com a forma-sujeito não chega a ocasionar a mudança de formação discursiva.

Podemos então dizer, mais uma vez, que, nas **reescrituras**, os sujeitos-leitores exercem a **posição-leitor**, o que significa dizer que eles não se restringem a dizer de novo, com outras palavras, o que o sujeito-autor já havia dito, mas que passam a introduzir novos sentidos, ou seja, passam a fazer deslizar os sentidos que o sujeito-autor havia produzido no texto-origem. Isto significa, em outros termos, que os leitores identificam-se com uma posição-sujeito diferente da do sujeito-autor.

Ao produzirem tais deslizamentos, esses sujeitos-leitores assumem também uma **posição-autor**, ou seja, **mudam de posição-sujeito**, passam a assumir como suas as palavras do interdiscurso e as projetam sobre a materialidade textual que, ilusoriamente, tem TO na sua origem.

O **grau de autoria** da **reescritura**, portanto, da mesma forma que o verificado nas **reescrituras** dos textos sinalizados, é um **grau intermediário**, ou seja, é um processo de autoria em que os sujeitos-leitores assumem uma **posição-sujeito diferente** da do sujeito-autor, mas permanecem na **mesma FD**.

Utilizando, mais uma vez, os termos de Foucault (1982:64), diríamos que esse lugar de deslizamentos de sentido é o espaço da **reatualização**.

Por reatualização, entendemos então esse processo de leitura que produz, na mesma FD, mudança de posição-sujeito e, conseqüentemente, deslizamentos de sentidos em relação aos sentidos produzidos em outro discurso, o do texto-origem.

3.4 LEITURA E ESCRITURA: DA POSIÇÃO-AUTOR AO EFEITO-AUTOR

Esta seção é constituída por seqüências discursivas que evidenciam rupturas de sentido em relação ao texto-origem. Tais rupturas revelam a inscrição do discurso dos leitores em outro domínio de saber, ou seja, em outra formação discursiva, distinta da FD do autor.

Essa seção, assim, é o espaço das transformações de sentido, o que nos permite falar também em assunção de diferentes posições-sujeito, só que, desta vez, inscritas em outro domínio de saber, em outra FD.

Constatamos que os sujeitos-leitores, ao reescrever TO, produzem rupturas em duas direções diferentes, o que nos revela a inscrição desses leitores em duas outras formações discursivas, distintas daquela em que se inscrevem o sujeito-autor de TO e outros leitores desse texto.

Vejamos então.

3.4.1 Uma formação discursiva conservadora

Nesta seção, reunimos seqüências discursivas que revelam a inscrição dos sujeitos-leitores em uma formação discursiva diferente daquela em que se inscreve o sujeito-autor de TO.

Aqui, *o que pode e deve ser dito* é, por exemplo, que a população é responsável por seus próprios infortúnios e pela desordem social que se instalou no país.

Uma tal visão da sociedade conduz os leitores a sugerirem soluções bastante radicais e equivocadas.

Por isso, denominamos esse espaço de “FD conservadora”.

Os efeitos de sentido produzidos constituem, para nós, o oitavo recorte discursivo, no qual analisamos as seqüências discursivas, reunidas em blocos discursivos.

3.4.1.1 Recorte 8: a inscrição no discurso da ordem social

Este recorte é o espaço das rupturas de sentido que produzem efeitos de sentido que revelam a identificação desses leitores com o discurso da manutenção da ordem na sociedade e, conseqüentemente, a identificação com uma concepção negativa sobre aqueles que, de alguma maneira, perturbam essa ordem.

BLOCO 1 :

TO: “... o Movimento dos Sem-Terra, que expande ondas de pressão e violência por 20 Estados... Os sem-terra querem terra, crédito, uma reforma agrária justa. Estão exagerando quando invadem prédios públicos. Um Estado democrático não pode aceitar o império da desordem e da ilegalidade. Mas não se pode esquecer que eles agem em função de uma causa.”

NOVOS TEXTOS:

Sd97: “Infelizmente, o nosso país se transformou no berço da desordem e da impunidade. Os sem-terra, como o nome diz, não têm terras para trabalhar, fazem movimentos desordeiros e o pior é que são comandados por pessoas que nem são tão pobres assim, pois já foi comprovado que muitos deles possuem terras, carros e até criação de animais.”

Sd98: “Para mim, nosso país mais parece um vulcão em pronto estado de erupção, e os movimentos dos sem-terra nada mais é do que um abuso a um país desgovernado, e encontra-se atrás dos sem-terra gente muito bem esclarecida e com interesses muito maiores do que os alegados, esse movimento nada mais é do que um jogo de interesses. Concordo que se troque terra improdutiva (e entenda-se por terra improdutiva aquela terra que não é ou ainda não foi trabalhada) por mão-de-obra qualificada, dê-se auxílio a essa gente e que cobrem também o fruto dessa terra. O que eu não concordo é que cada cidadão pague seus impostos e um grupo desses invada terras e propriedades em nome de um movimento e exijam terras, mesmo que para tanto tenham que submeter-se a perder a vida e das suas crianças. Que país é esse? Onde iremos parar e, quando a panela de pressão explodir e esse vulcão entrar em erupção, então juntaremos os cacos que sobram e começaremos tudo de novo. Por que não prevenir agora?”

Este bloco nos mostra que os sujeitos-leitores entram em TO por este enunciado que fala sobre os sem-terra e que, através dele, saem para o interdiscurso, de onde retornam para produzir seus textos com saberes que acabam por dizer aquilo que não chegou a ser dito em TO.

Como já tivemos oportunidade de afirmar, há, em TO, um enunciado dividido (“*Exageram quando invadem prédios públicos, mas agem em função de uma causa*”), em que se associam saberes em conflito, que remetem a FDs diversas. Como já dissemos, embora introduza, através da conjunção, o enunciado *agem em função de uma causa*, o sujeito-autor marca sua posição-sujeito, que não é de simpatia para com os sem-terra, ou seja, que é de identificação com a primeira parte do enunciado, que assegura a manutenção da ordem.

Vimos também, nos recortes anteriormente analisados, os sujeitos-leitores mobilizarem os dois enunciados e identificarem-se mais ou com a primeira parte do enunciado dividido (o que caracteriza o deslizamento e a identificação com a mesma posição-sujeito do autor) ou mais com a segunda parte do enunciado (o que caracteriza o deslizamento e a identificação com uma posição-sujeito diferente da do sujeito-autor), mas sempre permanecendo na mesma formação discursiva do autor.

Neste recorte a situação é diferente. Podemos perceber que esses sujeitos-leitores não mobilizam mais a segunda parte do enunciado (*agem em função de uma causa*), mas passam a

identificar-se totalmente apenas com a segunda parte (*exageram quando invadem prédios públicos*). É a partir desse enunciado que eles produzem sentidos que identificam o movimento dos sem-terra à *impunidade*, a *abuso*, a *jogo de interesses* e seus integrantes passam a ser caracterizados como *desordeiros*.

Na nossa concepção, esses leitores identificam-se tão fortemente com a primeira parte do enunciado dividido mobilizado pelo sujeito-autor, que acabam por dizer aquilo que lá não chega a ser dito, e, com isso, mudam de formação discursiva.

Assim, enquanto em TO o enunciado dividido revela um discurso politicamente correto, nesses textos, os leitores, ao se identificarem apenas com uma parte do enunciado, dão claras pistas da transformação de sentido, uma vez que não vêm nada de positivo, mas só de negativo, nos movimentos sociais. Para esses leitores, tais movimentos não devem ter lugar, pois funcionam como combustível que vai fazer detonar a ordem social e a própria sociedade.

Novamente constatamos, assim, que o enunciado dividido funciona como marca nesse discurso, sendo lugar de movimentação de sentidos.

Note-se ainda, na sd97, em “*peças que nem são tão pobres assim...*”, que, pela negação, o sujeito-leitor traz para seu discurso o discurso-outro, o já-dito: os sem-terra devem ser pobres, já que estão reivindicando terras. Ao negar isso, o sujeito-leitor desqualifica essas pessoas e sua causa. Essa desqualificação é então reafirmada na segunda parte do enunciado: “... *pois possuem terras, carros, e até criação de animais*”. O emprego do advérbio de intensidade *até* é significativo, na medida em que coloca em evidência, justamente para desqualificar, o fato de os sem-terra possuírem *criação de animais*, pois isso pressupõe ter bens, patrimônio, não ser necessitado e desprovido da sorte. Com isso, o sujeito-leitor reforça sua posição e diz que os sem-terra são *desordeiros*.

Na verdade, mudam aqui as condições de produção do dizer: o sujeito-autor de TO é um professor universitário, que se predispõe a escrever de forma “séria” em um jornal como a Zero Hora, que não assume uma posição contra o governo e, por consequência, não apóia os atos dos sem-terra; sob tais condições, *não se deve* dizer certas coisas. Já os estudantes, livres dessas determinações, e livres até mesmo do julgamento/ avaliação de um professor, podem se dar ao luxo de dizer o que desejam, o que sentem, revelando a FD com que se identificam.

Na nossa perspectiva, o fato de ficarem libertos de certos “sinais discursivos” (estamos fazendo referência aos sinais de pontuação – reticências e interrogação) contribui também para que possam fazer outros gestos de interpretação e consigam “pular” para outra formação discursiva.

BLOCO 2:

TO: “As chacinas em série nas grandes cidades, as rebeliões de menores na Febem, em São Paulo, e os assaltos que se multiplicam por toda a parte se devem, ainda, à fragilidade das políticas públicas.”

NOVOS TEXTOS:

Sd99: “Temos os menores da Febem, uma massa de moleques de rua, que passam o dia confinados em quatro paredes sem ter o que fazer e, quando arrumam, o resultado é tudo quebrado e queimado, mas quem paga não são eles, com o suor do trabalho, e sim os trabalhadores, que mal sustentam seus filhos, mas pagam os impostos para sustentar esses malandros.”

Podemos perceber, nesse bloco discursivo, que o sujeito-leitor identifica-se com uma posição-sujeito a partir da qual ele analisa os menores da Febem.

Note-se que essa posição inscreve-se em uma FD diferente da FD em que se inscreve o dizer de TO, pois, embora em o sujeito-autor não demonstre apoio a esses menores, reconhece que suas rebeliões são uma consequência da fragilidade das políticas públicas. Não há nada em TO, porém, que nos permita ler o sentido que lemos aqui: que os menores da Febem são *malandros*, *moleques de rua* que não têm o que fazer. E não haveria lugar para esse dizer na FD em que se inscreve o autor. Como já ressaltamos, a FD em que ele se inscreve é a do politicamente correto, em que *não se deve*, ou não convém, dizer determinadas coisas.

O dizer desses estudantes, portanto, sai dessa FD e migra para outra, onde *se pode* dizer tudo isso.

BLOCO 3:

TO: “A população se sente cercada pela desordem, pela ausência de leis, pela falta de autoridade. Ela aumenta suas taxas de indignação e descrença. E se afasta cada vez mais dos políticos. As consequências são graves para a democracia brasileira. A insatisfação acaba abrigando movimentos contestatórios com feição autoritária, sob a complacência social. Ou seja, a população, por falta de crença na autoridade constituída, sente-se motivada a apoiar lideranças ou movimentos que ultrapassam os limites legais para defender seus interesses.”

NOVOS TEXTOS:

Sd100: “Nosso país, até pouco tempo, vivia sob forte repressão, proveniente do regime militar. A ditadura era a chave-mestra de um regime autoritário. O Brasil perdeu-se quase por completo a partir do momento em que a democracia foi considerada como modelo de governar, dando liberdade aos governados, ou seja, o povo expressa seus sentimentos e opiniões quase sem censura. Antigamente – é claro que na época da ditadura militar – o povo era coibido de certos tipos de manifestações públicas, sofrendo inclusive punições se seus atos “ferissem” as regras estipuladas pelos governantes ditadores. Após esse regime militar, com a instauração da democracia, o que parecia ser um grande passo para o progresso, começou a gerar momentos de ingovernabilidade. O povo não estava preparado para fazer uso dessa democracia, e a consequência disso é a crise que atualmente vive o Brasil. Democracia? Sim, quando usada com sapiência traz excelentes resultados à vida da sociedade. Mas, quando usada inescrupulosamente, sem limites, traz somente tristezas e a degradação de um povo.”

Sd101: “Tendo o Brasil saído recentemente de um longo período de ditadura militar, vivemos hoje sob um regime democrático capenga. A democracia se apresentou como o caminho que poria fim à corrupção e à violência, e efetuaría uma distribuição de renda mais justa. O que temos visto, no entanto, é o crescimento do fosso entre os mais ricos e os mais pobres. É o recrudescimento da violência e a instituição da Lei de Gerson. As CPIs acabam em pizza e, quando um colarinho branco é preso, logo é solto. A democracia é conviver com o furto novo com desculpas velhas. Eu quero a ditadura de volta, porque a barriga não pode esperar e a ditadura é um regime de exceção para se constituir um estado melhor.”

Neste bloco discursivo, vemos que os sujeitos-leitores entram em TO por esse enunciado que fala em democracia e, por ele, saem para o interdiscurso, de onde, pela prática discursiva da leitura, retornam para produzir seus textos inscritos em uma FD diferente daquela em que se inscreve o sujeito-autor de TO.

Assim, duas formações discursivas são postas em contraste nesse discurso quando os leitores falam em democracia. Uma FDX, em que a democracia é vista como um regime que dá *liberdade aos governados*, em que *o povo expressa suas opiniões quase sem censura*, como um *caminho para pôr fim à corrupção e à violência*, para uma *distribuição de renda mais justa*, como um sistema que traz *excelentes resultados para a sociedade*. Mas há uma outra FD, a FDY, em que a democracia é considerada como sinônimo de *ingovernabilidade*, de *crise*, de *tristeza e degradação de um povo*, como um meio de *crescimento do fosso entre ricos e pobres*, de *recrudescimento da violência*, como instituição da *lei de Gerson*, como *furto novo com desculpas velhas*.

Por sua vez, a ditadura também é concebida a partir de formações discursivas diferentes. Em uma FD, a FDX, a ditadura é um *regime autoritário*, sinônimo de *repressão*, *censura*, *regras*, *punições*, *proibições de manifestações públicas*. Na outra FD, a FDY, a ditadura é um *regime de exceção para um Estado melhor*.

Esses sujeitos-leitores, como podemos perceber, inscrevem-se na FDY, em que *o que pode e deve ser dito* é que a democracia é um regime de governo que gera a tristeza e a degradação de um povo, enquanto a ditadura é um regime de exceção para um Estado melhor.

Na nossa perspectiva, embora não se inscreva nessa FD, TO revela o discurso de um sujeito que assume uma posição ideológica que possibilita que os leitores leiam o texto assumindo essa posição. Isto se dá pelo viés das pistas presentes no texto e das “marcas” (como os enunciados divididos) que “convidam” os leitores a tomar posição.

Assim, por exemplo, a alusão à *desordem* causada pelos movimentos de contestação, entre eles o MST, e que é a retomada de um discurso da época do regime militar, acaba levando o leitor, na sd101, a dizer: *eu quero a ditadura de volta*.

Trata-se, pois, de um processo discursivo de leitura diferente dos realizados pelos outros leitores de TO, e da inscrição em uma FD bastante conservadora.

3.4.1.2 Recorte 8: algumas considerações

Este recorte discursivo nos revela sujeitos-leitores que, ao reescreverem o texto-origem, produzem **efeitos de sentido diferentes** daqueles verificados em TO e nas reescritas anteriormente analisadas.

Tais efeitos de sentido constroem a imagem de leitores que se preocupam muito com a manutenção da ordem na sociedade, o que os leva a articularem conceitos pré-estabelecidos e julgamentos unilaterais.

Assim, podemos dizer que esses leitores **rompem com o sentido estabelecido em TO**, já que eles se inscrevem em uma **FD diferente** da FD em que se inscreve o sujeito-autor e tomam posições.

É interessante observar que, em TO, o que move o autor é o medo dos regimes autoritários, para os quais não deseja retornar. Nesta medida, os movimentos contestatórios representam uma ameaça que pode conduzir a esse retorno. Ao reescreverem TO, esses leitores acabam por fazer justamente o movimento oposto: os movimentos contestatórios são síndrome de mal-estar social e, para resolver essa situação, é preciso voltar à ditadura.

Assim, podemos dizer que acontece aqui um processo de **escritura**, ou seja, um processo discursivo de leitura que provoca fortes movimentos de transformação e ruptura de sentidos.

Isto nos permite reconhecer nesse recorte um **efeito-autor**, isto é, um processo de leitura em que o leitor, pela tomada de posição, se desidentifica com a FD do autor. Ao desidentificar-se com essa FD, identifica-se com outra FD, com outra forma-sujeito, com outra posição-sujeito.

Neste sentido, podemos falar em **paráfrase interdiscursiva** entre TO e os textos analisados nesse recorte, ou seja, em uma paráfrase em que o interdiscurso se atravessa e se interpõe na leitura de tal forma que o dizer, transformado, não cabe mais na formação discursiva que, ilusoriamente, lhe deu origem, e precisa deslocar-se para outra formação discursiva.

3.4.2 Uma formação discursiva não-conservadora

Nesta seção, reunimos seqüências discursivas que também revelam a inscrição dos sujeitos-leitores em uma formação discursiva diferente daquela em que se inscreve o sujeito-autor de TO.

Aqui, porém, *o que pode e deve ser dito* é muito diferente dos dizeres que constatamos no recorte anterior, pois encontramos leitores que fazem um exame mais crítico de toda a situação social, despindo-se de preconceitos e pré-julgamentos.

É uma outra visão da sociedade, portanto, que conduz os leitores a buscarem soluções com vistas a uma sociedade mais justa e menos desigual. Por isso, denominamos esse espaço de “FD não-conservadora”.

Os efeitos de sentido produzidos pela inscrição nessa FD, no entanto, revelam a assunção, pelos sujeitos-leitores, de duas posições-sujeito um pouco distintas. E é esse fato que nos leva à construção de mais dois recortes discursivos: o recorte 9 e o recorte 10.

3.4.2.1 Recorte 9: a suave inscrição no discurso dos menos favorecidos

Este recorte nos revela leitores que, ao se inscreverem em uma FD diferente da do sujeito-autor de TO, o fazem de uma maneira que denominamos de “suave”, o que para nós representa uma inscrição menos radical do que aquela que vamos constatar no recorte 10.

BLOCO 1 :

TO: “ Há uma grande fogueira sobre o solo pátrio, construída com as melhores lenhas da fogueira ... a enorme insatisfação das classes médias com a deterioração dos **serviços públicos**...”

NOVOS TEXTOS:

Sd102: “Os servidores públicos estão se tornando uma “raça em extinção”, cada vez mais diminui o padrão de vida dessa classe, pois há seis anos sobe vergonhosamente o custo de vida, e os salários desses continuam sempre congelados, mesmo com o salário mínimo passando por subas; e o que é ainda pior, sofrem cortes de verbas, pois lhe são tirados percentuais de causas ganhas judicialmente”.

Sd103: “Os funcionários públicos estão revoltados, porque seus salários estão congelados há seis anos e só são reajustados os salários dos governantes, como se as coisas só subissem para eles.”

Neste bloco discursivo, podemos notar que os leitores, ao escreverem seus textos, deslizam de *serviços públicos* para *servidores públicos* ou por *funcionários públicos*.

Isto denota, em relação ao texto-origem, um deslizamento de sentido que vai em uma direção contrária à posição assumida pelo sujeito-autor de TO. Ou seja: ao fazer essa mudança, os sujeitos-leitores afastam-se do sentido já produzido, pois o lugar de onde fala o sujeito-autor é o de quem assume que os serviços públicos estão deteriorados e talvez devam ser privatizados, e, portanto, não é um lugar de defesa dos servidores públicos. E é justamente essa posição-sujeito que os leitores ocupam.

Tais seqüências, portanto, revelam uma identificação dos leitores com os servidores públicos, e não é isso que constatamos em TO.

Nestes termos, é possível falar em um deslizamento de sentidos tão intenso que faz com que os leitores mudem de FD em relação ao sujeito-autor. Na verdade, esses leitores são contra falar dos serviços públicos, porque são contra a política de privatização e contra a política de sucateamento do serviço público.

Estamos em outra FD, portanto.

BLOCO 2:

TO: “As massas dispersas agem e reagem em função do impacto sobre elas. Acionam o instinto de sobrevivência quando se sentem ameaçadas. Os grupos organizados funcionam como pólos de mobilização e formadores de opinião. Mas precisam de um motivo, uma causa, um discurso, para colocar em funcionamento sua capacidade organizatória. Nessa equação, os componentes causais apontam para a violência, que é fruto da miséria social que deriva da extrema concentração de renda e da disparidade social, que, por sua vez, é decorrente de um sistema democrático incapaz de proporcionar igualdade de oportunidades. O dado é recente: o 1% mais rico da população ganha mais que os 50% mais pobres. Portanto, a situação remete para a responsabilidade do governo.”

NOVOS TEXTOS:

Sd104: “Atualmente, ao lermos um jornal ou ligarmos a televisão, deparamo-nos com situações de extrema violência, em todos os âmbitos da sociedade. Os cidadãos, em geral, estão mergulhados nessa situação. Isto se deve, na maioria das vezes, à disparidade social, ou seja, nem todos tiveram ou estão tendo as mesma

oportunidades. Assim, enquanto uma pequena parcela da sociedade é retentora de verdadeiras fortunas, os demais vivem, digo, “sobrevivem” em situações altamente precárias. Esta falta de igualdade de oportunidades gera graves problemas sociais, como a mão-de-obra despreparada, que não consegue acompanhar as exigências do mercado. Desta forma, surge o desemprego, fator de maior influência nessa cadeia, pois uma pessoa que não consegue se manter de forma digna estará fortemente predisposta a envolver-se em situações de violência. É a lei do mais forte!”

Como podemos perceber, esse sujeito-leitor entra em TO por esse enunciado e, através dele, produz o seu texto, no qual vemos ressoar, no intradiscorso, termos como violência, disparidade social. No entanto, nesta sd104 ocorre uma identificação com uma posição-sujeito diferente daquela assumida pelo sujeito-autor, na medida em que o sujeito-leitor passa a demonstrar simpatia pelo povo, ou seja, por aqueles que sofrem o arrocho salarial oriundo da miséria social, da má distribuição de renda. É isso que o leva a afirmar coisas como “*é a lei do mais forte*”, referindo-se a necessidade que leva as pessoas a tornarem-se predispostas a envolverem-se em situações de violência.

Deste modo, o sujeito-leitor identifica-se com uma posição-sujeito diferente daquela com a qual se identifica o sujeito-autor de TO, e, ao assumir tal posição, provoca uma ruptura em relação aos sentidos produzidos no texto-origem.

Esse movimento de afastamento de TO, na nossa perspectiva, pode ser traduzido como um deslizamento de sentidos muito intenso. Tão intenso que não pode ser mais denominado de deslizamento; para nós, portanto, esse deslizamento passa a representar um movimento de deriva dos sentidos. Assim, ao inscrever-se, de forma suave e não muito radical, em uma FD diferente daquela em que se inscreve o sujeito-autor de TO, o leitor rompe com os sentidos ali produzidos e, nesse movimento tão forte de afastamento, provoca a deriva desses sentidos.

Podemos falar, portanto, em paráfrase interdiscursiva, ou seja, em deriva de sentidos, com atravessamento do interdiscorso no processo da leitura.

BLOCO 3:

TO: “A violência grassa nas cidades. O desemprego tem muito a ver com isso. Portanto, a política monetarista, comandada a ferro e fogo pelo xerife da economia, Pedro Malan, sob a aprovação de Fernando Henrique Cardoso, tem relação direta com a violência e o estado de insegurança social.”

NOVOS TEXTOS:

Sd105: “A vida de milhares de famílias pobres do Brasil está se transformando num caos. Tudo por causa dos governantes responsáveis pela atual crise de desemprego no país. É difícil a rotina de um chefe de família que mora numa pequena casa alugada, tem filhos e vive desempregado. Como esse homem, existem muitos espalhados pelo país e para sobreviverem e garantirem o dinheiro para seu sustento são capazes até de roubar, entrarem para a marginalidade, e é isso que acontece nos bairros mais pobres das grandes cidades. Em consequência desse triste fim das famílias brasileiras é que se originam os crimes como os seqüestros e os assassinatos. Está bem claro que a culpa não é totalmente da estrutura humilde da família, pois existem outros responsáveis. São eles os prefeitos, governadores, e o próprio Presidente da República, que, mesmo eleitos pelo povo, não valorizam e nem criam novas e boas oportunidades de emprego para quem mais precisa.”

Sd106: “Muitas vezes, motivado pelo desespero, o chefe de família deixa seus valores de lado e obriga-se a cometer certos exageros para garantir a sua sobrevivência e a de sua família. Toda essa violência, que tanto nos assusta, nada mais é do que o reflexo das diferenças sociais e do descaso que o governo tem em relação ao povo brasileiro”.

Em TO, este enunciado, como vimos, encaixa-se perfeitamente no jogo do “politicamente correto”, ou seja, o sujeito-autor reconhece que a violência é uma consequência do desemprego, que, por sua vez, é consequência de uma política ineficiente, mas não assume uma posição definida e clara a favor de um ou contra o outro.

Aqui, os leitores deixam de lado esse jogo da falsa neutralidade, retomam o sentido posto em TO (o que os leva a dizer que o Brasil está um *caos por causa dos governantes*, que existem *diferenças sociais*, que o governo tem *descaso* em relação ao povo, etc.) e assumem uma identificação com o povo (o que os leva a falar em *sobrevivência*, a admitir que o chefe de família às vezes precisa *roubar para o sustento*, a deixar bem claro que *a culpa não é da estrutura humilde da família*, a dizer que o chefe de família *obriga-se a cometer certos exageros*, etc.).

Note-se que os leitores não assumem uma posição que é favorável ao roubo, aos delitos, mas uma posição de quem compreende os motivos que levam as pessoas a agirem assim. Nesta medida, identificam-se com a população, coisa que o sujeito-autor não faz.

Por isso, podemos falar em deslizamentos de sentido que conduzem a uma mudança de formação discursiva. E podemos considerar também a existência da paráfrase interdiscursiva, ou seja, de um processo de leitura em que o interdiscurso se atravessa de tal modo que faz derivarem os sentidos já produzidos.

BLOCO 4:

TO: “A população se sente cercada pela desordem, pela ausência de leis, pela falta de autoridade. Ela aumenta suas taxas de indignação e descrença. E se afasta cada vez mais dos políticos. As consequências são graves para a democracia brasileira. A insatisfação acaba abrigando movimentos contestatórios com feição autoritária, sob a complacência social. Ou seja, a população, por falta de crença na autoridade constituída, sente-se motivada a apoiar lideranças ou movimentos que ultrapassam os limites legais para defender seus interesses.”

NOVOS TEXTOS:

Sd107: “O governo, que, numa tentativa frustrada de comemorar os 500 anos, fez uma festinha particular para os gringos, barrando na porta os verdadeiros donos da festa, viu o tiro sair pela culatra e acabou colaborando com alguma munição para que o estopim das manifestações tivesse seu início. Com essa atitude, ele tentou mascarar a realidade, jogando para baixo do tapete o seu fracasso nas políticas sociais e, o mais sério, feriu um dos alicerces da democracia: tentou tapar a boca dos insatisfeitos. Se não lhes foi permitido falar, houve quem se achou no direito de quebrar, fazer e acontecer”.

Sd108: “Desamparado, o povo brasileiro corre em diversas direções e tenta desesperadamente fazer com que seu grito de medo e dor seja ouvido. Nesse cenário, encontramos um país que está ameaçado pela violência, gerada pela insegurança, pelo medo e pela angústia de não ser ouvido. Dessa forma, milhares de brasileiros tentam encontrar soluções para problemas que não foram criados por eles. A violência começa a surgir como válvula de escape e também como único meio de chamar a atenção para problemas que enfrentamos”.

Sd109: “Os que se sentem deixados de lado nas políticas sociais vêem o governo usar a força para reprimir as manifestações e ‘manter a democracia’ e acabam sentindo-se no direito de erguer uma bandeira qualquer e sair sem lenço nem documento para a rua, local legítimo da manifestação popular e democrática”.

Neste bloco discursivo, os leitores fazem deslizar os sentidos quando mudam o foco da crítica (que no texto-origem está sobre os grupos que usam de violência) para o governo. Esse movimento conduz a uma outra FD.

Assim, os leitores passam a dizer, com um forte tom de crítica, por exemplo: *o governo fez uma festinha particular para os gringos, o governo barrou na porta os verdadeiros donos da festa, o governo colaborou para que as manifestações tivessem início, o governo tentou mascarar a realidade, o governo jogou para baixo do tapete o seu fracasso nas políticas sociais, o governo feriu um dos alicerces da democracia, o governo tentou tapar a boca dos insatisfeitos, o governo usa a força para reprimir as manifestações, o governo tenta ‘manter a democracia’ à força* (note-se nessa expressão o emprego das aspas, que traz para esse discurso o discurso-outro, em que ‘manter a democracia’ não é usar a força).

Na mesma proporção que responsabilizam o governo, os leitores passam a tirar a responsabilidade pela violência dos ombros daqueles que seriam seus agentes, e passam a produzir outros dizeres, que vêm de outra região do interdiscurso: se as pessoas não podem falar, acham-se no direito de quebrar, fazer e acontecer; os que são deixados de lado nas políticas sociais, sentem-se no direito de erguer uma bandeira e sair para a rua; a rua é o local legítimo da manifestação popular e democrática.

Há aí um atravessamento do interdiscurso no processo da leitura que afasta o sentido produzido do sentido de TO. Assim, ao identificar-se com os insatisfeitos e com sua causa, os leitores mudam de FD. Já não é possível pensar, então, que esses leitores se identificam com a posição do autor, a qual foi capaz de gerar discursos que falam em desordem e baderna. O que temos aqui é outra posição-sujeito, produzida em outra formação discursiva.

Assim, vemos também o leitor da sd108 retomar de TO o sentido de que o povo se sente descrente e diz que o povo se sente *desamparado*; da mesma forma, assim como em TO, cria o sentido de que esse estado de coisas acaba gerando violência. Por outro lado, de forma diferente do que acontece em TO (onde o autor relaciona a violência a *movimentos contestatórios de feição autoritária* e a *movimentos que ultrapassam os limites legais*), esse leitor justifica a violência e passa a produzir sentidos a partir de expressões como *tentam encontrar soluções, válvula de escape, único meio de chamar a atenção*.

Em outras palavras: o leitor identifica-se com uma posição-sujeito de aceitação e, ao mesmo tempo, de justificativa em relação à violência, embora não a estimule. É uma posição-sujeito que vai na direção contrária à posição assumida pelo sujeito-autor de TO, e, por isso, é uma outra posição-sujeito, dentro de uma outra FD.

Mais uma vez, portanto, encontramos leitores que tomam posição, que se inscrevem em uma FD diferente da do sujeito-autor, pois o seu dizer não pode conviver com uma FD que diz que a democracia não pode abrigar a luta.

3.4.2.2 Recorte 9: algumas considerações

Neste recorte discursivo encontramos leitores que, ao reescreverem o texto-origem, produzem derivas de sentido que acabam por ocasionar uma mudança de formação discursiva.

Os sujeitos-leitores revelam uma forte identificação com os menos favorecidos, com o povo. No entanto, inscrevem-se nessa nova FD de forma não-radical, sem sugerir soluções muito drásticas. Por isso, optamos por dizer que eles rompem com o sentido posto em TO de maneira “suave”.

No recorte seguinte, vamos notar que essa inscrição pode acontecer de maneira mais contundente.

Passemos então à análise do nosso último recorte discursivo.

3.4.2.3 Recorte 10: a forte inscrição no discurso dos menos-favorecidos

Constatamos aqui uma ruptura de sentidos que vai numa direção bastante próxima, embora mais radical, da verificada no recorte anterior. Isso constrói também uma outra imagem de sociedade, muito menos preconceituosa, e uma outra imagem de leitor, que, por se identificar fortemente com as classes menos favorecidas e por reconhecer as causas dos problemas brasileiros, acaba analisando a situação de uma outra maneira.

Vejam os então.

BLOCO 1:

TO: “... o Movimento dos Sem-Terra, que expande ondas de pressão e violência por 20 Estados... Os sem-terra querem terra, crédito, uma reforma agrária justa. Estão exagerando quando invadem prédios públicos. Um Estado democrático não pode aceitar o império da desordem e da ilegalidade. Mas não se pode esquecer que eles agem em função de uma causa.”

NOVOS TEXTOS:

Sd110: “Aventureiros, existem. Sem-terra que nunca viram um pedaço de terra, também. Mas há a fome. E outras tantas coisas para mudar! Sabemos que a saída é a educação, e a reeducação. Porém, educar é um processo paulatino. O faremos. Mas agora não podemos esperar!”

Nesse bloco discursivo, o sujeito-leitor entra em TO pela marca discursiva do enunciado que fala nos sem-terra e, através dele, sai para o interdiscurso, de onde retorna para seu texto identificando-se com uma nova formação discursiva, diferente da FD com a qual se identifica o sujeito-autor de TO.

Esse sujeito-leitor, então, produz uma outra marca discursiva, um outro enunciado dividido, que pode ser assim representado:

$$P = \frac{(x) \text{ podemos mudar através da educação}}{(y) \text{ não podemos esperar}}$$

Nesse enunciado, (y), através da negação, remete ao discurso-outro, em que se tem “podemos esperar”, ou seja, remete para o dizer do sujeito-autor, que se nega a aceitar o *império da desordem e da ilegalidade* e põe nos ombros do governo a responsabilidade de encontrar uma solução para o problema.

Este sujeito-leitor, de forma contrária, ao dizer “*não podemos esperar*”, inclui-se entre aqueles que devem achar a solução, e diz que isso deve ser feito em seguida. O efeito de sentido, aqui, é outro, e remete para aquilo que TO refuta: a conquista dos direitos, mesmo que isso possa ferir a ordem.

O emprego desse *nós* nos faz lembrar Benveniste (1991), quando o autor, estudando as relações de pessoa no verbo, ressalta que, na grande maioria das línguas, o plural pronominal não coincide com o plural nominal. Afirma Benveniste: “Se não pode haver vários ‘eus’ concebidos pelo próprio ‘eu’ que fala, é porque ‘nós’ não é uma multiplicação de objetos idênticos, mas uma junção entre o ‘eu’ e o ‘não-eu’, seja qual for o conteúdo desse ‘não-eu’. A presença do ‘eu’ é constitutiva do ‘nós’” (Benveniste, 1991:256).

A partir dos estudos de Annie Geffroy (1985:6), no entanto, essa visão se amplia, quando a autora afirma que “o *nós* é a primeira encarnação lingüística do ‘mais de um’”, passando a relacioná-lo aos problemas do lugar social e da passagem do sujeito falante para sujeito político, e a vê-lo como lugar de ideologia.

Geffroy considera então a existência do *nós inclusivo* – em que o *eu* se faz presente – e do *nós exclusivo* – do qual o *eu* não participa.

Indursky (2000b), analisando o discurso sobre o MST, examina a função desse *nós*, mostrando que essa é a forma de representação do sujeito político: enunciar “*nós*” de forma inclusiva, elegendo a si e aos seus representados, como o que constitui a referência a esse “*nós*”.

O emprego da primeira pessoa do plural, portanto, é marcante nessa seqüência, pois mostra que o leitor, ao incluir-se entre aqueles que devem mudar a situação do país – o povo – atesta sua plena identificação com esse povo e com sua luta.

Trata-se então de um rompimento com o sentido estabelecido e, portanto, de uma outra formação discursiva.

BLOCO 2:

TO: “As massas dispersas agem e reagem em função de impactos sobre elas. Acionam o instinto de sobrevivência quando se sentem ameaçadas. Os grupos organizados funcionam como pólos de mobilização e formação de opinião. Mas precisam de um motivo, uma causa, um discurso, para colocar em funcionamento sua capacidade organizatória. Nessa equação, os componentes causais apontam para a violência, que é fruto da miséria social que deriva da extrema concentração de renda e da disparidade social, que, por sua vez, é decorrente de um sistema democrático incapaz de proporcionar igualdade de oportunidades. O dado é recente: o

1% mais rico da população ganha mais que os 50% mais pobres. Portanto, a situação remete para a responsabilidade do governo.”

NOVOS TEXTOS:

Sd111: “Vivemos em um país cujo sistema político-administrativo diz ser democrático, quando, na verdade, é um sistema ditatorial e elitista, no qual a grande maioria da população não tem as mínimas condições de ter uma vida digna, tais como: saúde, alimentação, habitação e educação – direitos assegurados por lei que são diariamente desrespeitados – não tendo também o direito de participar de maneira significativa das decisões do alto escalão de Brasília. O que acontece é que em um “país democrático”, ironicamente, um pequeno grupo decide o destino da população, sem muitas vezes sequer conhecê-la.”

Sd112: “Vivemos em um país democrático. Será mesmo? Não sei precisar há quanto tempo escuto essa palavra – democracia – da qual é possível subentender-se liberdade de expressão, direito ao voto, igualdade social e vários outros significados que, de acordo com o ideal de cada um, acabam se atrelando a ela. É, certamente cresci numa “sociedade democrática”, onde todos deveriam ser iguais perante a lei, onde não haveria desemprego, fome, falta de moradia, onde a polícia exercesse seu papel e não teríamos por aí tanta marginalidade, assaltos, fugas e rebeliões de presos. (...) Resultados, sim, da não-democracia.”

Sd113: “Se refletirmos um pouco, parece que a nossa democracia (que deveria assegurar direitos iguais a todos) tem apenas título, escondendo sistemas antigos de governo, onde o réu tirano e a nobreza vivem às custas do sacrifício de muitos”.

Esse bloco nos mostra que os sujeitos-leitores entram por esse enunciado em TO e retomam a idéia que relaciona sistema democrático a igualdade de oportunidades. É isso que lhes permite falar, por exemplo, em *direitos assegurados por lei, igualdade social, direitos iguais a todos, todos iguais perante a lei*. No entanto, é esse mesmo enunciado que lhes proporciona, ao mesmo tempo, produzir outros dizeres: *a grande maioria da população não tem as mínimas condições de ter uma vida digna, os direitos assegurados por lei são diariamente desrespeitados, um pequeno grupo decide o destino da população, há desemprego, fome, falta de moradia, marginalidade, assaltos, fugas e rebeliões de presos*.

Com isso, os sujeitos-leitores mudam de posição-sujeito e de FD, pois aqui eles passam a identificar-se com o povo e não com o governo e, desta maneira, deixam de identificar-se também com TO e de inscrever-se na formação discursiva do sujeito-autor daquele texto.

Assim, esses leitores tornam-se mais críticos ao falar em democracia e deslizam o sentido produzido em *sistema democrático incapaz*, colocando em dúvida (“*Vivemos em um país democrático. Será mesmo?*”), ou negando (*não-democracia, esconde sistemas antigos de governo, sistema ditatorial e elitista*) a existência da democracia no Brasil.

Desta forma, criam um lugar de questionamento, lugar que inexiste em TO, pelo menos em relação ao governo, pois, se existe questionamento em TO, é para pôr em questão as ações do povo e dos menos-favorecidos, que “acendem uma fogueira” no país com suas demandas.

Desse modo, o processo discursivo da leitura rompe, mais uma vez, os sentidos, e estabelece uma paráfrase interdiscursiva entre o texto-origem e as suas reescritas, na medida em que os leitores transformam o sentido já posto, identificando-se plenamente com uma das posições-sujeito mobilizadas pelo sujeito-autor de TO.

BLOCO 3:

TO: “As conseqüências são graves para a democracia brasileira.”

NOVOS TEXTOS:

Sd114: “O caos está crescendo, a violência, a desigualdade social, mas nada se faz para a reversão de tal quadro, pois, infelizmente, há quem ganhe com tudo isso. Se refletirmos um pouco, parece que a nossa democracia (que deveria assegurar direitos iguais a todos), tem apenas título, escondendo sistemas antigos de governo, onde o rei tirano e a nobreza vivem às custas do sacrifício de muitos. Enquanto isso, esperamos (e tememos) por novas revoluções e todas as conseqüências que elas trazem.”

Podemos perceber, nesse bloco discursivo, que o sujeito-leitor, até certo ponto, retoma o efeito de sentido produzido em TO. Isto porque, de certo modo, identifica-se com a posição-sujeito assumida pelo sujeito-autor, quando retoma, por exemplo, através de “*a nossa democracia deveria assegurar direitos iguais a todos*”, o sentido produzido em TO por *sistema democrático incapaz de proporcionar igualdade de oportunidades*; ou quando reescreve o enunciado “*o 1% mais rico da população ganha mais que os 50% mais pobres*” como “*o rei tirano e a nobreza vivem às custas do sacrifício de muitos*”.

Com isso, o sujeito-leitor introduz o mesmo (produzido em TO) em seu texto e em seu discurso. No entanto, o leitor rompe com o sentido de TO, e introduz o diferente nesse discurso, quando produz o enunciado “*...esperamos por novas revoluções e todas as conseqüências que elas trazem*”. Com isso, ele deixa de identificar o povo apenas ao *sacrifício* e passa a identificá-lo também à idéia de *revolução*.

O sentido de revolução, em linhas gerais, nos aponta o seguinte: “rebelião armada, revolta, conflagração; transformação radical e, por via de regra, violenta, de uma estrutura política, econômica e social; qualquer transformação violenta de uma forma de governo”(cf. Novo Dicionário Aurélio, 1986:1507).

A partir daí, podemos dizer que esse sujeito-leitor assume uma posição que deseja uma transformação radical da estrutura política, econômica e social do país, mesmo que essa mudança precise ser conquistada através da revolta ou da violência. É por isso que ele diz também que *teme* essa revolução.

Ao produzir esse sentido, o leitor inscreve seu dizer em uma formação discursiva que não é mais a do sujeito-autor, pois, como vimos anteriormente, a solução, para ele, é responsabilidade do governo, e não dos que incitam a violência e a quem ele denomina de *fogueteiros de plantão*.

Acontece, portanto, uma ruptura de sentido, que vai na direção oposta da ruptura verificada em TO e no recorte 8, na medida em que esse dizer não se identifica mais com o discurso da ordem, mas com o discurso dos menos favorecidos na sociedade.

BLOCO 4:

TO: “A violência grassa nas cidades. O desemprego tem muito a ver com isso. Portanto, a política monetarista, comandada a ferro e fogo pelo xerife da economia, Pedro Malan, sob a aprovação de Fernando Henrique Cardoso, tem relação direta com a violência e o estado de insegurança social.”

NOVOS TEXTOS:

Sd115: “Podemos constatar, sem muito esforço, que uma vez que o cidadão não possui um emprego que possa garantir uma vida digna para sua família, esse possivelmente precisará encontrar outros meios de fazê-lo, já que não lhe restam alternativas. Sem encontrar outras soluções, muitos desses cidadãos ou partem para o crime, ou partem para o tráfico de drogas, ou partem, simplesmente, para o abandono nas ruas”.

Mais uma vez, podemos perceber a mudança de posição-sujeito e de formação discursiva, pois o leitor se desidentifica totalmente com o governo (que não dá emprego que garanta uma vida digna para o cidadão e sua família) e passa a se identificar totalmente com os menos favorecidos, os desempregados, o povo.

É essa relação de identificação que lhe possibilita dizer que, ao desempregado, *não lhe restam alternativas*, que eles *precisam encontrar outros meios* (crimes, tráfico de drogas, etc.).

Note-se que aqui desaparece a crítica àqueles que usam esses *outros meios*, o que não significa pregar o crime ou o tráfico, mas significa reconhecer, admitir e aceitar que são as *únicas alternativas* que restam para alguns.

É uma posição totalmente diferente da assumida pelo sujeito-autor de TO, e revela leitores que sofrem uma outra determinação ideológica e que se inscrevem em uma outra matriz de sentido.

BLOCO 5:

TO: “A população se sente cercada pela desordem, pela ausência de leis, pela falta de autoridade. Ela aumenta suas taxas de indignação e descrença. E se afasta cada vez mais dos políticos.”

NOVOS TEXTOS:

Sd116: “O povo todo chora, como choram as crianças, as desgraças deste nosso país. Este senhor Fernando Henrique, que se fez presidente, não é nada coerente com as necessidades de sua nação. Que fazer? Aceitar cordatamente é que não! E se meios não existem de imediato, por que não invadir, tomar, pilhar? Se a lei se baseia em desmandos, se aqueles que, pelo sufrágio universal se alçaram no direito e que têm por dever defender os interesses do país e da coletividade, não o fazem, apenas defendem suas vaidades e suas ganâncias, por que não pode o povo agir por seus meios?”

Sd117: “A população acaba ficando sem referentes, sem exemplos e, sobretudo, fica sem ter a quem se queixar pelos danos sofridos, descrentes e sem esperanças. A única coisa que ainda lhe resta é sair às ruas e exercer o direito da democracia. Protestar, reivindicar, exigir seus direitos de sobrevivência dentro do seu país”.

Sd118: “O povo precisa protestar, gritar, manifestar muito mais a sua insatisfação em relação ao governo atual, para que eles vejam que **nós** não estamos nem um pouco satisfeitos e nem conseguindo sobreviver à desordem e à desigualdade num país tão rico em tudo e tão mal administrado”.

Neste bloco discursivo, os leitores transformam os sentidos produzidos em TO quando passam a se identificar com uma posição-sujeito em que aceita ações como *invadir, tomar, pilhar, agir por seus meios, sair às ruas, exercer o direito da democracia, protestar, gritar, reivindicar, exigir seus direitos, manifestar muito mais a insatisfação*.

Quer dizer: para esses leitores, as soluções estão justamente onde não estão para o sujeito-autor, que se mostra contrário à violência, mesmo nos casos em que as pessoas *agem por uma causa*.

Essa transformação passa também pela desidentificação dos leitores com o governo, que eles relacionam a *desmandos*, a *vaidades* e a *ganâncias* e do qual cobram que “deveria defender os interesses do país”, mas não o faz.

Isto nos revela uma plena identificação dos leitores com a população, que, para eles, pode agir por seus próprios meios.

Note-se, inclusive, que, na sd118, o leitor chega a usar, como já vimos acontecer antes (nesta mesma seção/bloco 1/sd110), o pronome *nós*: “O povo precisa protestar... para que eles vejam que *nós* não estamos nem um pouco satisfeitos...”. Como podemos observar, o leitor primeiramente se refere ao *povo* e, em seguida, passa a usar o pronome *nós*, de primeira pessoa, de forma inclusiva, que é, então, a marca lingüística da plena identificação do leitor com esse povo.

Esta forma de identificação não ocorre nos outros recortes, nem em TO.

Vemos então que esse “*nós*” inclusivo empregado pelo sujeito-leitor é o modo dele se identificar com o povo, o que equivale a dizer: “eu” faço parte do “povo”.

Assim, o povo não é mais algo externo (ele), a que o sujeito-autor de TO se refere. O povo também não remete à referência que dele fazem vários leitores, quando o tomam como um “ele”, um “não-eu”, que é baderneiro e arruaceiro, e com o qual não se identificam. Aqui o povo é a referência com a qual o leitor se identifica (*nós/eu*), dele fazendo parte.

Esse, portanto, é o modo de o sujeito-leitor incluir-se entre aqueles que devem protestar e exigir seus direitos. E é a maneira dele representar sua posição-sujeito, que é diferente da do sujeito-autor.

Deste modo, esses sujeitos-leitores inscrevem-se em uma FD diferente da FD do sujeito-autor, e rompem com os sentidos postos em TO.

BLOCO 6:

TO: “O governo, neste momento, está tentando agir como bombeiro para apagar o fogo nos primeiros gravetos. Poderá até ser bem sucedido. Mas não terá como desarmar a fogueira, que continuará crescendo até o dia em que faltar lenha. E, enquanto ela estiver montada, será um convite para os fogueteiros de plantão. Que poderão provocar incêndios capazes de devastar a cultura da estabilidade econômica que germinou sob os auspícios do Real.”

NOVOS TEXTOS:

Sd119: “É desejo do povo que essa fogueira queime e destrua todo material necessário para que o solo seja bem preparado, queimando até o topo. Se, a partir dessa fogueira, conseguirmos transformar em uma grande queimada, do Oiapoque ao Chuí, certamente teremos muitas perdas, principalmente nas classes inferiores, entretanto, com certeza, nosso solo estará em melhores condições, não para dois anos ou duas safras, mas para a eternidade. Pode parecer utopia, mas todos queremos assim.”

Sd120: “O povo está cansado, mas ainda tem forças. A dignidade e a igualdade não são sonhos, é algo possível de ser alcançado. Estamos submetidos a uma crise real, com efeitos reais e conseqüências que devastam a vida. É preciso que tenhamos força para lutar e acreditar que existe algo que podemos fazer para mudar. É como diz o velho ditado: ‘A união faz a força’. E tudo é possível para quem acredita”.

Sd121: “Como pedir ao povo que mantenha a ordem, se aqueles que os governam são desordeiros? Como pedir ao assalariado para ter calma, se seu salário é dividido com pessoas que ele nem conhece? Realmente será difícil manter a ordem neste país”.

Neste bloco, mais uma vez, temos sujeitos-leitores que se contrapõem ao dizer do sujeito-autor de TO, ou seja, que falam de uma outra formação discursiva.

Podemos observar que, na transformação dos sentidos, os leitores entram por esse enunciado e pela metáfora, não para repeti-la ou para reafirmar seu sentido, mas para produzir uma nova metáfora, que instala um novo efeito de sentido. Assim, enquanto temos, em TO, a metáfora “*o governo está tentando agir como bombeiro para apagar o fogo nos primeiros gravetos*”, na sd119 temos a metáfora “*é desejo do povo que essa fogueira queime e destrua todo material necessário para que o solo fique bem preparado*”.

Como podemos perceber, há, entre essas metáforas, um significativo contraste de sentidos, pois, enquanto a primeira metáfora – *o governo tenta agir como bombeiro para apagar o fogo* – remete para uma posição-sujeito que revela paciência para com o governo e uma certa conformidade com os fatos, a outra metáfora – *é desejo do povo que a fogueira queime e destrua tudo* – remete para uma posição-sujeito contrária, de inconformismo e de luta.

Assim, o sujeito-autor de TO, ao produzir a primeira metáfora, imputa apenas ao governo a responsabilidade pela resolução da crise, pois isso é suficiente para manter o jogo do politicamente correto assumido por ele desde o início do texto. O sujeito-leitor, no entanto, livre desse jogo, pode assumir outro dizer, e, por isso, ao recriar a metáfora, coloca nos ombros do povo a responsabilidade de reverter a situação, e diz que o povo *deseja* a mudança.

É interessante observar ainda, na metáfora criada pelo sujeito-leitor, o emprego da palavra *tudo*. O emprego deste pronome parece conferir ao discurso do leitor uma indeterminação, ou seja, parece deixar em aberto o que seria esse *tudo*. No entanto, o próprio discurso vai nos orientando em direção ao efeito de sentido aí produzido.

Percebemos, então, outras metáforas – *solo bem preparado, solo em melhores condições* – que nos impedem de pensar que aquilo que o leitor deseja é a destruição pela destruição, a pura desordem. Na verdade, essas metáforas parecem nos empurrar para TO, onde o sujeito-autor lembra que as *lenhas da fogueira* são, por exemplo, a criminalidade, a corrupção, o desemprego, a violência, a miséria, as injustiças, as disparidades sociais.

A partir daí, parece que a indeterminação se suaviza e o *tudo* produz efeito de sentido.

Tudo isso nos aponta posições-sujeito opostas, inscritas em FDs antagônicas.

E isto nos mostra, mais uma vez, que a metáfora funciona como marca no discurso do sujeito-autor, discurso esse não-sinalizado pelas reticências ou pela interrogação. Além disso, constatamos que, no processo discursivo da leitura, a metáfora funciona como lugar de transformação de sentidos, ou seja, como ponto em que os sentidos deslizam tanto que chegam a tornar-se outros.

Os leitores operam também sobre outra marca discursiva: o enunciado dividido de TO (“O governo poderá ser bem sucedido, mas não terá como desarmar a fogueira”), produzindo novos enunciados divididos. Vamos ver:

Sd119: P = $\frac{\text{(x) a fogueira fará muitas perdas}}{\text{(y) a fogueira deixará o solo em melhores condições}}$

sd119: P = $\frac{\text{(x) resolver a crise é uma utopia}}{\text{(y) todos nós queremos resolver a crise}}$

sd120: P = $\frac{\text{(x) o povo está cansado}}{\text{(y) o povo ainda tem forças}}$

Note-se que, em TO, o enunciado dividido reúne um dizer que remete a uma FD em que *o que pode e deve ser dito* é que o governo pode solucionar a crise, e um outro dizer, que remete a outra FD, na qual *o que pode e deve ser dito* é que o governo não poderá resolver a crise, porque os seus agentes (*os fogueteiros de plantão*) não permitem.

Sabemos, embora o sujeito-autor use uma indeterminação, que, entre esses *fogueteiros*, estão o MST, as massas dispersas, os menores da Febem, etc. Ou seja: são esses que impedem que a crise brasileira se resolva.

Ao produzir outros enunciados divididos, os leitores não se identificam, de fato, com nenhum desses dizeres, mas com dizeres diferentes (em que não é mais o governo quem quer resolver a crise, mas o povo), com outra posição-sujeito oriunda de FD uma diversa, que se desidentifica totalmente com a FD em que se inscreve o sujeito-autor de TO quando produz enunciados como “o governo não consegue resolver a crise por causa dos *fogueteiros de plantão*”.

Eles passam então a produzir outros dizeres, oriundos de uma FD antagônica, na qual os *desordeiros* não são mais os sem-terra, o povo ou os desempregados, mas aqueles que governam o país (conforme sd121: “*como pedir ao povo que mantenha a ordem, se aqueles que os governam são desordeiros?*”).

Ao produzir essa leitura, o sujeito-leitor cria um contraste entre dois tipos de desordeiros, e isso produz efeitos de sentido que se contrapõem. Assim, quando se diz (como em TO ou no recorte 8) que os desordeiros são os sem-terra, os desempregados, o povo, o efeito de sentido que se produz é de crítica às ações desses sujeitos, que promovem a violência e o caos social. Quando, porém, se diz que a desordem vem dos próprios governantes, que são incompetentes, o efeito de sentido é exatamente oposto: não se critica mais as ações dos sem-terra e do povo que, lesados, agem em defesa de seus direitos, mas se passa a justificar essas ações.

Como podemos notar, isso demonstra uma posição de total desidentificação com o discurso da ordem social, cuja representação está no governo, e uma total identificação com o discurso dos menos-favorecidos, cuja representação está no povo.

Assim, esses leitores produzem um efeito de sentido que, ao invés de desejar *apagar a fogueira*, ou seja, conter aqueles que desejam a mudança, desejam exatamente o oposto: que a *fogueira queime e destrua* tudo, ou seja, que a solução seja a imposição da vontade do povo, mesmo que isso venha através da violência.

Podemos dizer então que, na sd119, ao produzir essa nova metáfora, o leitor acaba por imprimir ao termo *fogueira* um sentido totalmente antagônico àquele com que foi empregado pelo sujeito-autor. Assim, se em “*o governo está tentando agir como bombeiro para apagar o fogo... mas não terá como desarmar a fogueira...*”, o termo *fogueira* remete à desordem, à bagunça provocada pelos sem-terra e pelos movimentos de contestação, em “*é desejo do povo que a fogueira queime e destrua tudo...*” esse mesmo termo produz o efeito de sentido oposto: a fogueira, aqui, é a luta justa (e não a desordem), é a busca pela ordem e pela justiça social.

Assim, enquanto em uma metáfora a ordem social significa ausência de movimentos de reivindicação (considerados como baderna), na outra metáfora a ordem social significa ausência de corrupção, de imoralidade e desgoverno, e, sobretudo, justiça social.

Diríamos então que essa FD é mais não-conservadora, na medida em que nela há espaço para acreditar que o país possa ficar melhor. É sob essa nova determinação ideológica que os leitores dizem então: a fogueira deixará o solo em melhores condições, todos nós queremos resolver a crise, o povo ainda tem forças.

Em outras palavras: os sentidos que se produzem aqui vão na direção oposta dos sentidos produzidos em TO e nos outros recortes, em que uma parcela do próprio povo era responsabilizada pela situação brasileira.

Trata-se, portanto, de uma FD diferente daquela em que se inscreve o sujeito-autor de TO. Uma FD em que se revelam leitores mais maduros, mais otimistas e mais dispostos a lutar por um país melhor. E que lhes permite dizer: “*a união faz a força*” ou ainda “*tudo é possível para quem acredita*”.

3.4.2.4 Recorte 10: algumas considerações

Este recorte discursivo nos revela leitores que reescrevem o texto-origem produzindo **efeitos de sentido antagônicos** àqueles anteriormente verificados, pois encontramos aqui sujeitos-leitores que se identificam plenamente com uma sociedade que luta por seus direitos, que reivindica e que protesta, em nome de uma vida mais digna e mais justa.

Deste modo, podemos dizer que esses leitores, assim como aqueles que produziram as seqüências examinadas no recorte 9, rompem com o sentido de TO, revelando uma identificação com os menos favorecidos. A diferença é que os leitores do recorte 10 assumem uma posição-sujeito diferente daquela assumida pelos leitores do recorte 9: estes são mais suaves, mais “calmos”; aqueles, são mais duros, mais radicais.

Com isso, tanto os leitores do recorte 10, quanto os do recorte 9, inscrevem-se em uma formação discursiva antagônica em relação àquela em que se inscreve o sujeito-autor de TO.

Consideramos também que esses sujeitos-leitores rompem com o sentido estabelecido no recorte 8, assumindo posições que são rejeitadas por aqueles sujeitos-leitores. Por isso, a FD em que se inscrevem esses leitores é distinta da FD em que se inscrevem os leitores do recorte 8. É diferente da FD em que se inscreve o sujeito-autor de TO.

Podemos dizer então que este recorte concretiza aquilo que, no recorte 7, era apenas identificação; quer dizer: enquanto os leitores do recorte 7 apenas se identificavam com o discurso dos menos favorecidos, permanecendo, no entanto, na mesma FD do sujeito-autor (em que *não pode e não deve ser dito* que é necessário lutar, reivindicar), esses leitores do recorte 10 (assim como, de maneira mais suave, os leitores do recorte 9) inscrevem-se de fato nesse discurso e, ao fazê-lo, rompem com a FD do autor, passando a identificar-se com uma outra FD (na qual *o que pode e deve ser dito* é que é preciso lutar pelo que se acredita, é preciso reivindicar, quando preciso, mesmo que isso seja penoso e difícil).

Por isso, passamos da **reescritura** (identificação com o discurso dos menos favorecidos e, por isso, com uma FD diferente da do sujeito-autor) no recorte 7, para a **escritura** (inscrição no discurso dos menos favorecidos e, por isso, inscrição em outra FD) no recorte 10 (essa inscrição também ocorre, de forma mais branda, no recorte 9).

Podemos então reconhecer nesse recorte um **efeito-autor**, entendido como um processo de leitura em que o leitor, pela tomada de posição, se desidentifica com a FD que afeta TO e estabelece um processo de produção de autoria que instaura outros sentidos.

O efeito-autor, portanto, está relacionado à **ruptura de sentidos**. Quando essa ruptura não ocorre, como vimos pelas nossas análises, o processo discursivo da leitura pode dar origem apenas a uma **função-autor** – é o que ocorre no processo da leitura a que denominamos de **releitura**, onde há a manutenção dos sentidos produzidos em TO (recortes 1 e 4) – ou a uma **posição-autor** – é o que ocorre no processo da leitura a que denominamos de **reescritura**, onde se verificam os deslizamentos de sentido em relação a TO (recortes 2,3, 5, 6 e 7).

É possível ainda considerar que existe, entre TO e esses textos, uma relação de **paráfrase interdiscursiva**, isto é, uma paráfrase em que o interdiscurso se atravessa e se interpõe na leitura, o que causa ruptura de sentidos e mudança de formação discursiva.

3.4.3 Leitura e escritura : o espaço das rupturas

Nesta seção, como é possível perceber, reunimos os recortes 8, 9 e 10.

No recorte 8, agrupamos as seqüências discursivas que revelam uma ruptura com o sentido posto em TO, e vimos que essa ruptura implica a inscrição no discurso da manutenção da ordem social, o que, por sua vez, mostra uma total identificação dos leitores com o discurso do poder.

No recorte 9 e 10, agrupamos as seqüências discursivas que revelam também uma ruptura com o sentido posto em TO, mas esse rompimento, de forma contrária ao que se verifica no recorte 8, implica a inscrição dos leitores em uma FD que privilegia os menos favorecidos e, por contrapartida, rejeita o poder autoritário, as desigualdades, o conformismo. Nesse recorte 9, como vimos, essa inscrição ocorre de maneira suave. No recorte 10, de forma um pouco diferente, essa inscrição acontece de forma radical. Isto nos levou a considerar a existência de posições-sujeito diferentes dentro desta mesma FD.

A análise desses recortes nos possibilita afirmar, portanto, que esse é o espaço das **rupturas**, da instauração do **diferente** nesse universo de repetição.

Assim, diríamos que esse é o espaço em que os sujeitos-leitores deixam de se identificar com a formação discursiva que é imposta pelo interdiscurso em TO, o que constitui um trabalho de **transformação da forma-sujeito**, ou seja, de inscrição em **outra FD**.

Para nós, falar em **escritura**, por conseguinte, significa falar em **rupturas**, em **transformação de sentidos**, em inscrição dos leitores em uma **nova formação discursiva**.

Ao definir desta maneira a **escritura**, gostaríamos de fazer referência a Barthes (1953), para quem a escritura é uma realidade formal que se situa entre a língua e o estilo.

Assim, enquanto língua e estilo são dados antecedentes a toda problemática da linguagem, constituindo o produto natural do tempo e da pessoa biológica, a escritura, em toda e qualquer forma literária, para Barthes, é “a escolha geral de um tom, de um etos, por assim dizer, e é precisamente nisso que o escritor se individualiza claramente porque é nisso que ele se engaja” (Barthes, 1953:23).

Desta forma, a identidade formal do escritor só se estabelece realmente fora da instalação das normas da gramática e das constantes do estilo, no ponto em que o contínuo escrito vai tornar-se um

signo total, a escolha de um comportamento humano, ligando a fala do escritor à ampla história de outrem.

Se língua e estilo são forças cegas, a escritura é, portanto, um ato de solidariedade; se língua e estilo são objetos, a escritura é uma função, a relação entre a criação e a sociedade. A escritura, para Barthes, enfim, “é a linguagem literária transformada por sua destinação social, é a forma apreendida na sua intenção humana e ligada assim às grandes crises da história” (*Ibidem*:23).

A partir dessa concepção, Barthes considera a existência, em escritores diferentes, de uma *mesma escritura* ou de *escrituras diferentes*.

Por uma *mesma escritura* Barthes entende, por exemplo, uma linguagem carregada da mesma intencionalidade, a aceitação de uma mesma ordem de convenções, o uso dos mesmos reflexos técnicos. Há escrituras, no entanto, que apresentam, por exemplo, o tom, o fluxo verbal, o fim e a moral diferentes e, por isso, são igualmente diferentes.

Para Barthes, portanto, a escritura é, essencialmente, “a moral da forma, a escolha da área social no seio da qual o escritor decide situar a natureza de sua linguagem” (*Ibidem*:24). Para o escritor, não se trata, porém, de escolher o grupo social para o qual ele escreve, pois sua escolha é de consciência e não de eficácia. Sua escritura constitui uma maneira de pensar a literatura, não de difundi-la.

Nestes termos, a escritura é uma realidade ambígua, pois, por um lado, nasce de uma confrontação do escritor com a sociedade, e, por outro lado, por uma espécie de transferência mágica, ela remete o escritor, dessa finalidade social, para as fontes instrumentais de sua criação.

De acordo com Barthes, então, a escolha e a responsabilidade de uma escritura designam uma liberdade, mas essa liberdade não tem os mesmos limites conforme os diferentes momentos da história. Quer dizer: não é dado ao escritor escolher sua escritura numa espécie de arsenal intemporal das formas literárias; ao contrário, é sob a pressão da história e da tradição que se estabelecem as escrituras de um escritor. Existe assim uma história da escritura.

Essa história, no entanto, é dupla, segundo Barthes: no momento em que a história propõe uma nova problemática da linguagem, a escritura continua cheia da lembrança de seus usos anteriores, já que a linguagem nunca é inocente, e as palavras têm uma memória segunda que se prolonga misteriosamente em meio às significações novas.

A escritura, assim, é precisamente esse compromisso entre uma liberdade e uma lembrança. Diz então Barthes:

Hoje, posso sem dúvida escolher para mim esta ou aquela escritura, e nesse gesto afirmar minha liberdade, pretender um frescor ou uma tradição; já não posso mais desenvolvê-la numa duração sem tornar-me pouco a pouco prisioneiro das palavras de outrem e até de minhas próprias palavras. Uma remanescência obstinada, vinda de todas as escrituras precedentes do passado mesmo de minha própria escritura, cobre a voz presente de minhas palavras. (*Ibidem*:26)

Como liberdade, diz Barthes, a escritura é então apenas um momento, mas um dos momentos mais explícitos da história, já que, para ele, a história é antes de tudo uma escolha e os limites dessa escolha. Porque deriva de um gesto significativo do escritor, a escritura aflora a história, muito mais do que qualquer outro corte da literatura.

Podemos reconhecer, na concepção de escritura de Barthes, alguns pontos de contato e, ao mesmo tempo, de afastamento em relação à teoria da AD e em relação à nossa própria concepção de **escritura**.

Assim, se acreditamos, por exemplo, que a escritura tem uma história, não acreditamos, no entanto, que a história seja uma escolha. Na nossa perspectiva, a história se impõe ao escritor, que a ela se submete, sem perceber, sem ter consciência disso.

Na nossa perspectiva, portanto, e parece que assim mostram nossas análises, o sujeito não escolhe a **escritura**, mas é pego, e denunciado, por ela. Quer dizer: quando o sujeito, ao ler e reescrever, rompe com os sentidos, isso não é fruto de uma escolha, mas de uma determinação ideológica. Ele é apanhado pelo interdiscurso, pela memória do dizer, e isso se reflete e se materializa no ato de reescrever.

Deste modo, a **escritura** não é apenas um momento, mas todo um processo que envolve outros textos, outros discursos, a história de leituras do leitor e a sua determinação pela história, que, para nós, também não é uma escolha.

Nesta medida, a **escritura**, para nós, embora estabeleça um rompimento com sentidos já estabelecidos, não representa, como para Barthes, uma liberdade. Essa liberdade é apenas um efeito, uma ilusão, uma vez que o sujeito é desde-sempre sempre assujeitado, determinado ideologicamente.

Estamos querendo dizer que o processo da **escritura** acontece sob determinadas condições de produção, das quais a história faz parte, e que essas condições não são escolhidas, mas são determinadas e refletidas na **escritura**.

Nesta perspectiva, é nas reescritas, na nossa concepção, que reside a possibilidade de o sentido vir a ser outro, é nelas que pode acontecer a transformação dos sentidos, porque o sujeito que reescreve está igualmente determinado e tal fato se reflete em sua reescrita.

Parece claro, então, que nossa concepção de **escritura** é diferente da de Barthes. Para nós, a **escritura** só acontece quando o processo discursivo de leitura possibilita que os leitores rompam com o sentido estabelecido, instaurem novos sentidos e mudem de FD.

Desse modo, a **escritura**, na nossa perspectiva, implica um movimento de rompimento com a FD e com os sentidos do texto que constituem TO, mas, ao mesmo tempo, pressupõe um movimento de identificação com outra FD e com outros sentidos, que não são os de TO.

Assim, na base da **escritura** há um processo de **ruptura**, de **deriva** de sentidos, que é justamente o que marca a instauração do **efeito-autor**, ou seja, a instauração de um **grau avançado de autoria**.

O processo de leitura que conduz à **escritura**, portanto, por produzir transformações de sentido, por causar rupturas em relação aos sentidos estabelecidos em TO, por marcar um processo de deriva dos sentidos, pode ser considerado não apenas como um *gesto interpretativo* que mantém – na **releitura** – ou desloca – na **reescritura** – os sentidos de TO, mas como um **evento interpretativo**.

A **escritura** proporciona, assim, a criação de **paráfrases interdiscursivas**, ou seja, de paráfrases em que o interdiscurso se atravessa na leitura e se sobrepõe de tal forma que os sentidos não cabem mais na FD em que se inscreve o texto que deu, ilusoriamente, origem ao processo. A paráfrase interdiscursiva, desta forma, revela leitores que se identificam com outra região do interdiscurso, com outra formação discursiva, com outra rede de formulações.

Estamos então no campo da repetição a que vamos denominar de **repetição interdiscursiva**, que, para nós, representa o processo de leitura em que o interdiscurso se atravessa e se sobrepõe ao intradiscurso de tal forma que os sentidos acabam por tornarem-se outros e o dizer dos sujeitos-leitores acaba inscrevendo-se em outra formação discursiva.

Isto implica reconhecer que esses sujeitos-leitores estão submetidos a um diferente efeito da memória discursiva, e é isso que lhes permite contra-identificar-se com os sentidos produzidos em TO.

Ao fazer essa afirmação, estamos retomando as colocações de Pêcheux (1988:215) sobre o **“mau sujeito”**, que produz um discurso que se volta **contra o sujeito universal da FD** por meio de uma **“tomada de posição”**, que consiste em uma separação, uma contestação com relação ao que o sujeito universal lhe dá a pensar.

Na **escritura**, portanto, há lugar para esse **mau sujeito**, o qual, pelo processo discursivo da leitura, se contrapõe à forma-sujeito em que se inscreve TO e passa a se identificar com uma outra forma-sujeito, ou seja, o “leitor mau-sujeito” se contra-identifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo interdiscurso como determinação exterior (e materializada em TO) e produz o discurso-contra, ou o contra-discurso. Esse discurso-contra, no entanto, também vem do interdiscurso, mas, como não existe lugar para ele na FD na qual se inscreve o sujeito-autor de TO (que, ilusória e paradoxalmente, deu origem a esse dizer), esse discurso-contra passa a se inscrever em outra FD, sendo esta também, por sua vez, uma determinação do interdiscurso.

Assim, podemos dizer o seguinte:

a) o processo de leitura que produz a **manutenção** dos sentidos de TO e inscreve os leitores na mesma FD do autor revela uma relação de **identificação** desses leitores com a FD do sujeito-autor e com os sentidos produzidos em TO, ou seja, as reescritas desses leitores se inscrevem na mesma matriz de sentidos, na mesma rede de formulações;

b) o processo de leitura que provoca os **deslizamentos** de sentido de TO, remetendo a um questionamento, a uma diferença, uma discordância, inscrevendo os leitores, porém, na mesma FD do sujeito-autor, revela uma relação de **desidentificação** desses leitores com a FD do autor e com os sentidos produzidos em TO;

c) o processo de leitura que produz a **ruptura** com os sentidos de TO, inscrevendo os leitores em uma FD diferente da do autor, revela uma relação de **contra-identificação** desses leitores com a FD do sujeito-autor e com os sentidos produzidos em TO, e, conseqüentemente, a **identificação com uma outra FD**, ou seja, as reescritas se inscrevem em outra matriz de sentidos, em outra rede de formulações.

O mais interessante, para nós, no entanto, não é apenas constatar que acontecem rupturas de sentido, e que se produz um contra-discurso, mas verificar que tais transformações de sentido ocorrem nas reescritas do texto não-sinalizado, já que o mesmo não acontece nas reescritas dos textos sinalizados pelas reticências ou pela interrogação.

Dito de outra forma: quando o autor não sinaliza no seu texto lugares de acesso para a leitura e para a interpretação – como acontece quando são empregados os sinais de pontuação em estudo – os sujeitos-leitores “entram” no texto por outros lugares – que eles próprios estabelecem – e por outras marcas – que o autor produz, mas não sinaliza – e produzem novos sentidos.

No nosso ponto de vista, é justamente a ausência de uma sinalização por parte do sujeito-autor que permite que os leitores possam liberar-se de uma FD para inscrever-se em outra e produzir outros sentidos, transformando aqueles já produzidos.

Como pudemos perceber através das análises, a ausência de sinais discursivos não implica a ausência de marcas discursivas. Tais marcas, embora não sejam sinalizadas graficamente, como acontece com as reticências e a interrogação, também denunciam a posição-sujeito do autor e orientam os leitores no processo da leitura.

Assim, por exemplo, a metáfora, a negação, o enunciado dividido e até mesmo a indeterminação *marcam* o discurso do sujeito-autor de TO, e, por isso, são espaço propício à manutenção, aos deslizamentos ou à transformação dos sentidos. Quer dizer: são lugar de interpretação.

Nesses espaços, os sujeitos podem produzir maiores movimentos de leitura, desidentificando-se com uma formação discursiva porque identificam-se com outra.

Atribuímos esse maior movimento, ainda, ao fato de o texto tratar de um assunto “sério” de “forma séria”, ou seja, ao fato de o texto não-sinalizado também não fazer uso do humor, como acontece nos nossos textos sinalizados pelas reticências ou pela interrogação.

Ao afirmar isso, queremos dizer que o humor, quando estabelece uma espécie de brincadeira com a realidade, sugerindo mais do que diz, conduz os leitores a operar sobre esses sentidos que não chegam a ser ditos, mas que, de alguma forma, estão ali, circulando sob as palavras do autor. Assim, quando o leitor real do texto de humor coincide com o leitor virtual, esse leitor percebe que ali há um jogo entre sentidos estabelecidos e não-estabelecidos, e, a partir daí, produz a sua leitura. Nesse movimento, produz outro texto de humor ou um texto sério.

De qualquer forma, a presença dos sinais discursivos da pontuação e o emprego do humor parecem restringir os limites do diferente, nos textos produzidos pelos estudantes. Mas isso não ocorre nos textos não-sinalizados, onde os leitores desidentificam-se com o texto-origem e rompem com os sentidos ali produzidos. Neste afastamento, nesta ruptura, os sentidos transformam-se, e o diferente ganha espaço.

Neste sentido, estamos no campo daquilo que Foucault (1969:63) denomina de **retorno às origens** e que é caracterizado como uma instauração de discursividade, que estabelece o afastamento e inverte, numa espécie de retorno àquilo que está marcado no texto como vazio, ausência, lacuna. É uma espécie de jogo: isto está aqui, é preciso ler; por outro lado, nada está nessas palavras, nenhuma das palavras visíveis diz o que está em questão. Isto traduz, na verdade, a liberdade de que falávamos acima, ou seja, a possibilidade de produzir sentidos sobre o que está ali e sobre o que não está ali.

Trazendo essa questão para o nosso campo de interesse, diríamos então que, pelo **retorno às origens**, produzem-se sentidos a partir de marcas não-visíveis, não-sinalizadas pelo sujeito-autor, mas percebidas pelos sujeitos-leitores que, entrando no texto por essas marcas, dizem o que não estava significado naquelas palavras.

Processo bem diferente acontece na **releitura**, em que, utilizando os termos de Foucault (1982:63) – como o fizemos nas seções 2.3.2 e 3.2.2. desta segunda parte – vamos dizer que ocorre uma **redescoberta**, ou seja, efeitos de analogia que permitem que aquilo que já foi esboçado seja retomado de uma outra forma. E bem diferente também da **reescritura**, onde, ainda tomando emprestado os termos de Foucault, dizemos que ocorre uma **reatualização**, isto é, a reinserção do discurso em outro domínio, o que pode ser traduzido, para nós, por deslocamento de sentido em relação ao discurso revelado no texto-origem.

Note-se que o **retorno às origens** só acontece quando o processo discursivo da leitura se dá a partir de um texto não-sinalizado, ou seja, só ocorre quando as marcas do discurso do sujeito-autor são imperceptíveis. Isto nos mostra que, apesar de serem dotadas de uma certa invisibilidade – pois não são dadas a ver, como o são os sinais de pontuação – essas marcas são percebidas pelos leitores.

Assim, o sujeito-leitor, agindo sobre essas marcas, abre suas próprias portas para entrar no texto-origem e para, através delas, sair para o interdiscurso, de onde retorna com dizeres que rompem com o dizer estabelecido naquele texto.

Que fique claro, então: embora nem sempre o processo da leitura do texto não-sinalizado produza um rompimento, no nosso corpus é somente nesse tipo de texto que a leitura leva à ruptura com a FD em que se inscreve TO. Isso nos permite ratificar a posição já defendida anteriormente, no capítulo 2, desta segunda parte, e dizer que os sinais discursivos de pontuação – reticências e interrogação – conjugados ao humor, de forma diferente do que poderia parecer, não são um espaço propício a rupturas de sentido, o que equivale a dizer que a leitura desses sinais de pontuação em textos de humor conduz os leitores por caminhos diversos, mas não os impulsiona para a transformação dos sentidos que ali estão postos.

E se isso ocorre, como vimos através da análise dos textos sinalizados (segunda parte/cap.2), é porque os leitores, ao lerem TO, acabam operando, no caso das reticências, sobre o excesso de sentido ali produzido e que, por ser excessivo, é suspenso e significa; e, no caso da interrogação, sobre a interpelação que lhe é imposta e que produz uma injunção ao dizer.

De forma contrária, é o texto não-sinalizado por esses sinais discursivos (mas marcado, como todo e qualquer texto) que cria condições para que o leitor possa romper com os sentidos, sentindo-se livre, inclusive, para mudar de formação discursiva.

É neste momento que outras vozes, muito diferentes (embora nem sempre entusiasmantes, como se viu no recorte 8) passam a se fazer ouvir.

Todas essas vozes, refletidas nos textos produzidos, revelam, acima de tudo, as vozes dos estudantes universitários e, mais especificamente, as vozes dos estudantes de Letras da FURG.

É sobre a produção desses estudantes que passamos a refletir um pouco ao final desse estudo.

4. DA LEITURA À PRODUÇÃO DE TEXTOS NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Como foi possível observar, todo esse estudo teve como ponto de partida uma atividade que envolveu estudantes – graduandos de Letras da FURG – em uma prática de leitura que se fundiu com a produção de texto. Isso significa que, tendo como ponto de partida um determinado texto, os

estudantes foram motivados a exercer a prática discursiva da leitura e a revelar essa leitura através da produção de seus próprios textos.

Ao adotar tal metodologia de trabalho, e ao enquadrar esta pesquisa na perspectiva da Análise do Discurso, tínhamos em mente uma determinada concepção de leitura e uma certa concepção de produção textual, e, conseqüentemente, estava bem claro, para nós, sob que perspectiva não queríamos tratar a questão.

Pereira (2000), discutindo sobre a relação entre leitura e produção textual, afasta-se de uma concepção que nos ajuda a definir de que modo não queríamos abordar tais temas: “De leitura como um mero ato de decodificação de realidades textuais e produção como o resultado sempre esperado de um conhecimento previsto, suportando de novo, no máximo, uma elucidação a mais, que reafirme a perspectiva adotada” (PEREIRA, 2000:71-2).

Conforme lembra o autor, uma tal idéia de leitura e produção vai ao encontro, por exemplo, da lingüística textual, que se centra em noções-chave como coesão e coerência, que privilegiam o estudo das próprias estruturas sintáticas de argumentação e de construção do sentido no texto, trabalhando mecanismos de constituição textual, organização do texto, etc.

Sem pretender desqualificar uma tal abordagem, nos propusemos, no entanto, a refletir sobre leitura e produção textual a partir de um outro lugar: o que considera que a leitura é produção de sentidos, e que a produção de texto é a materialização dos sentidos produzidos pela prática da leitura.

Neste sentido, cada produção de texto é a manifestação única e intransferível da prática da leitura de um sujeito que é assujeitado ideologicamente e que assume uma determinada posição em uma dada formação discursiva.

Pereira afirma ainda:

Aquilo que seria uma leitura como produção seria, pois, aquilo que vai na linha mesmo em que o sujeito-leitor, num ato pessoal e com uma especificidade, assume a leitura como um ato seu, intransferível, e daí se insere numa cadeia de sentidos, gerando novos sentidos, singularizando-se. (*Ibidem*:72)

Neste sentido, para Pereira, tanto a leitura quanto a produção dependem do sujeito-leitor, que, num ato pessoal, assume posições frente a um texto dado.

Como podemos perceber, este leitor parece ser muito singular, muito particularizado.

Entretanto, para nós, que, conforme afirmamos ao longo desse estudo, consideramos a leitura como um processo discursivo, o leitor não é tomado em sua individualidade. Na verdade, ele é um sujeito que representa uma posição a partir de uma formação discursiva na qual se inscreve e no interior da qual assume, então, uma determinada posição-sujeito.

Como vimos, é nesse movimento de inscrição em uma FD que o sujeito inicia sua prática como leitor. E é o exercício dessa prática que pode levá-lo a constituir-se como autor.

Assim, é a tomada de posição do sujeito que vai definir sua inscrição na FD do autor ou sua inscrição em uma outra formação discursiva. E é isso que vai determinar a direção dos sentidos, que podem, pelo processo discursivo da leitura, ser mantidos, deslocados ou transformados.

Tudo isso nos leva a refletir mais um pouco sobre o leitor, procurando, desta vez, considerar esse leitor específico – o estudante de Letras – que, inserido em um contexto particular – o *contexto universitário* – produziu os textos sobre os quais realizamos nossas análises.

4.1 O leitor/ produtor de textos

Nesta seção, refletimos um pouco sobre esse leitor – estudante de Letras da FURG – que, no nosso trabalho, é também produtor de textos. Tal tentativa não tem como objetivo construir uma imagem que revele idade, sexo, profissão ou nível social desses estudantes, mas refletir, a partir das observações realizadas, sobre os leitores reais dos textos que escolhemos para nossa pesquisa, sobre as relações que eles estabeleceram com tais textos e com os sentidos que, pelas reescritas, produziram.

Em capítulo anterior, frisamos – e reafirmamos agora – que nossa pesquisa não trabalha com o discurso pedagógico, o qual se caracteriza essencialmente por ser um discurso produzido em situação de ensino e por envolver a relação professor/aluno.

Como pudemos perceber, não é isso que ocorre aqui. Embora a situação envolva alunos, trata-se de um caso especial, de pesquisa, em que não existe a possibilidade de cobrança ou de atribuição de nota para as produções textuais. Daí a razão de falarmos sempre em estudantes, e não em alunos.

Não podemos deixar de considerar, no entanto, que os textos foram escritos em uma instituição de ensino e em uma sala de aula, e é isso que nos leva a falar em contexto universitário.

Tal fato nos permite estabelecer uma relação com a questão do leitor no contexto escolar – tal como o faz Nunes (1998), ao considerar a forma histórica do leitor brasileiro nesse contexto – e estender essa reflexão para o leitor brasileiro no contexto universitário.

Nunes parte das colocações de Orlandi, em *Discurso e Leitura*, já referidas por nós anteriormente (primeira parte/cap.2/seção2.1.2), sobre a história do sujeito-leitor e a história de leituras, e lembra que todo leitor tem sua história de leituras e que, por isso, apresenta uma relação específica com os textos e com a sedimentação dos sentidos, de acordo com as condições de

produção da leitura em épocas determinadas. Nesta perspectiva, o sujeito se constitui como leitor dentro de uma memória social de leitura. Assim, afirma Nunes:

...conforme a conjuntura mundial, nacional, regional, mudam as determinações históricas que condicionam a leitura. Depois, há as formas de variação determinadas pela historicidade dos sentidos, por sua sedimentação histórica, assim como por relações de intertextualidade... (NUNES, 1998:25).

O autor salienta ainda que devemos levar em conta os traços discursivos que, ao longo de nossa história, têm formado o corpo social de uma memória de leitura, ou seja, aquilo que permite que o leitor brasileiro restabeleça os implícitos, os não-ditos, os estereótipos. Isto pressupõe levar em conta um conceito de memória – também já referido anteriormente – não como um espaço pleno e homogêneo, mas como um espaço de disjunções, deslocamentos, retomadas, conflitos, regularizações, desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. São então os jogos de força que, desde a época da colonização até nossos dias, instauram, por um lado, a regularização e a estabilização e, por outro lado, a desregularização e a perturbação das redes de não-ditos na leitura.

Podemos dizer então que esta memória de leitura, que afeta o leitor brasileiro, constitui também o leitor no contexto escolar (e, na nossa perspectiva, no contexto universitário), e que esses leitores produzem um discurso que oscila entre o discurso escolar (ou o discurso universitário) e outros discursos que nele intervêm.

Nesse contexto escolar (e universitário), a leitura funciona como uma espécie de julgamento ou de avaliação do que é lido, ou seja, a leitura do aluno é constantemente julgada pelo professor. É essa avaliação que regula imaginariamente o procedimento dos alunos, os quais, para obterem boas notas, devem seguir estratégias de leitura adequadas aos professores, ao sistema escolar. Assim, “eles vão construindo seu modo de ler e de mostrar essa leitura, eles vão se constituindo enquanto sujeito-aprendiz” (*Ibidem*:31).

Existe, portanto, um corpo de saber fixo, anterior ao momento da interpretação, um espaço regulamentado que o aluno deve ter a “sensibilidade” de encontrar, recuperando os sentidos já postos.

Em tal contexto, não é raro os alunos deixarem falar a leitura do professor, pois “provar que leu significa silenciar a própria leitura e aderir à leitura do outro, sem um distanciamento crítico” (*Ibidem*:32).

Isto é o que acontece na escola (e na universidade) quando se ignora que o leitor real tem uma história e um posicionamento frente a outras leituras.

Pedro de Souza (1998:128), estudando as práticas de ensino de leitura aplicadas no âmbito da universidade, ressalta que a constituição de um perfil de leitor na universidade equivale historicamente a procedimentos de controle, seleção, organização e redistribuição.

Ao afirmar isso, Pedro de Souza está, na verdade, retomando Foucault (1996:9), quando o autor afirma que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Para Foucault, a sociedade possui determinados mecanismos de *exclusão*, dos quais o mais evidente é a *interdição*: sabe-se que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um não pode falar de qualquer coisa.

Assim, conforme lembra Pedro de Souza (1998), de acordo com a política pedagógica vigente, a produção acadêmica pressupõe uma determinada posição de leitor, fora da qual não se produz nem reproduz leituras e escritas destinadas a alimentar a construção do saber.

O que se percebe, então, segundo os termos de Souza, é uma espécie de “efeito de ausência”. Quer dizer: o leitor representa um espaço ou uma função vazia. Afirma o autor: “As regras de construção desse lugar vazio já estão dadas pelo discurso que determina como pode e não pode ser o leitor de textos expostos à leitura no contexto acadêmico” (Souza, 1998:129).

Deste modo, não há leitores para os textos – acadêmicos, teóricos ou dissertativos – que circulam no espaço da universidade.

Na nossa perspectiva, isto nos permitiria pensar que essa posição de leitor ocupada pelo aluno universitário dificilmente cria espaço para o diferente, o novo, a ruptura de sentidos já estabilizados. Ou seja: é a pressuposição desse lugar vazio que permite que, no contexto acadêmico, os discursos mantenham-se estabilizados, iguais.

Como pudemos constatar, entretanto, esse lugar de leitor não permanece sempre vazio. É possível preencher esse espaço, pela prática discursiva da leitura. Com isso, queremos dizer que diferentes leitores, ao redizerem um mesmo texto, assumem posições-sujeito diversas, inscrevendo-se de maneira distinta na mesma formação discursiva do sujeito-autor ou, até mesmo, mudando de FD. Com isso, preenchem de modo diferente o lugar de leitor e, ao fazê-lo, produzem também diferentes processos de leitura e de autoria.

Acreditamos que esse trabalho nos fornece condições, então, de tentar responder ao questionamento de Souza: como acontece, no contexto universitário, a construção do leitor com o perfil adequado aos circuitos de circulação do saber, aos movimentos de circulação e deslizamentos dos sentidos?

Pensar essa questão a partir da Análise do Discurso significa, em primeiro lugar, considerar o leitor como uma posição de sujeito historicamente determinada. Além disso, significa adotar uma estratégia analítica que permita delinear o ponto de emergência de uma modalidade de sujeito-leitor. Esse ponto de emergência equivale à configuração histórica de um espaço de interpretação, ou, nos termos de Pêcheux, uma espécie de hiato em que se abriga uma tensão entre os sentidos presentes no texto (e que, por isso, devem ser lidos) e os que se impõem ao texto de fora (e que, por isso, devem ser controlados).

Assim, segundo Souza (1998:136), se o lugar do leitor está vazio, é o seu preenchimento, mediante a relação dos textos com sua exterioridade, que fará emergir o perfil do leitor na universidade.

Em outras palavras: somente um leitor que possa articular os sentidos presentes no texto com os seus sentidos, com a sua história de leituras (leituras que são exteriores ao texto) e com o interdiscurso pode preencher esse lugar vazio e construir, efetivamente, um perfil de leitor universitário.

Essa reflexão nos leva a pensar especificamente naqueles que produziram os textos que foram objeto de nossas análises: os estudantes de Letras da FURG. E nos perguntamos então: esses estudantes preencheram esse lugar vazio de leitor? Esses estudantes construíram, com suas leituras, um perfil de leitor universitário?

Nossas análises mostram que alguns não preencheram esse lugar, mas outros, sim. Com isso, queremos dizer que alguns estudantes – aqueles que apenas reproduziram os sentidos já produzidos pelo sujeito-autor de TO – não ocuparam, de fato, o espaço de leitor que lhes estava sendo oferecido; outros, no entanto – aqueles que fizeram deslizar os sentidos, pelo atravessamento do interdiscurso, ou aqueles que romperam com os sentidos estabelecidos – transformaram o lugar vazio de leitor em um espaço de trabalho com os sentidos.

Ao entrarem em contato com os textos sugeridos, esses estudantes que ocuparam o lugar de leitor passaram a estabelecer relações com a exterioridade e a evidenciá-las em seus próprios textos, materialização de suas leituras. E passaram a articular os seus sentidos, as suas histórias de leituras e o interdiscurso com os sentidos dos textos-origem, produzindo sentidos.

O preenchimento desse lugar de leitor, portanto, não se deu da mesma maneira para todos os estudantes, pois, nesse processo, alguns se agarraram mais aos sentidos presentes no texto-origem, enquanto outros se afastavam desses sentidos, deslocando-os, e outros iam mais além, rompendo com esses sentidos.

Assim, diríamos que quanto mais se afastavam do texto-origem, mais os estudantes preenchem o lugar de leitor. Ou, dito de uma outra forma: quanto mais se afastavam do texto-origem, mais preenchem o lugar de leitor, e mais produzem autoria.

Em outras palavras: no processo da leitura, constatamos diferentes formas de preenchimento da incompletude do discurso, e isso tem relação direta com os diferentes modos de preenchimento do lugar de leitor e com a produção de autoria.

Assim, ao tomarmos os diferentes textos produzidos a partir dos textos-origem, pudemos observar que alguns leitores preenchem muito pouco esse lugar, enquanto outros o preenchem um pouco mais, e outros o preenchem totalmente, chegando a mudar de formação discursiva.

Pensamos então em verificar em que proporção esses diferentes lugares eram trabalhados pelo processo da leitura, pois acreditamos que isso poderia nos fornecer uma melhor visão desse processo.

Assim, resolvemos verificar os percentuais de ocorrência das diferentes funções de autoria no processo da leitura e reescrita.

Embora essa não seja uma abordagem própria da AD, acreditamos que possa ser interessante e útil para a construção do perfil desse nosso leitor/ estudante de Letras.

Assim, encontramos para os textos sinalizados, por exemplo, os seguintes índices:

TEXTO 1: EXPERIÊNCIA NOVA

Em nossas análises, examinamos 170 reescritas desse texto.

I - ENUNCIADO 1: “QUE GRANDE PILANTRA...”

1- manutenção do sentido (recorte1):	52%
2- começando a deslocar os sentidos (recorte2):	16%
3- deslocando mais os sentidos (recorte 3):	0%
4- sem retomada do enunciado:	32%

II – ENUNCIADO 2: “SE O DONO DO GALINHEIRO TE PEGA...”

1- manutenção do sentido (recorte1):	49%
2- começando a deslocar os sentidos (recorte2):	1%
3- deslocando mais os sentidos (recorte 3):	2%
4- sem retomada do enunciado:	48%

III- ENUNCIADO 3: “SIM, MAS PRIMÁRIO, E COM ESSES ANTECEDENTES...”

1- manutenção do sentido (recorte1):	89%
2- começando a deslocar os sentidos (recorte2):	7%
3- deslocando mais os sentidos (recorte 3):	4%
4- sem retomada do enunciado:	0%

Vamos representar de outra forma esses resultados, identificando os enunciados por (E), os recortes por (R), e a ausência de retomada do enunciado por s/r. Temos então:

	Manutenção Releitura Função-autor	Deslizamentos Reescritura Posição-autor		
		Recorte 1	Recorte 2	
E 1	52%	16%	0%	32%
E 2	49%	1%	2%	48%
E 3	89%	7%	4%	0%

Este gráfico nos mostra que, em nosso corpus, a reescrita de um enunciado com reticências conduz, predominantemente, à manutenção dos sentidos produzidos em TO. Em outras palavras, isto significa que encontramos, na maioria das vezes, o processo discursivo da leitura denominado de **releitura** e que os sujeitos-leitores ocupam, na maior parte das vezes, apenas a posição de sujeitos-leitores e a função-autor.

Essa manutenção de sentido, como podemos constatar, é esmagadora – 89% dos casos – quando se trata da retomada do enunciado com o qual o sujeito-autor dá o efeito de fechamento a seu texto, ou seja, no enunciado com que o sujeito-autor “finaliza” TO.

Neste caso, 89% dos sujeitos-leitores mantêm o sentido já produzido em TO pelo enunciado 3, enquanto 7% fazem esse sentido deslizar um pouco e apenas 4% o deslocam um pouco mais. Quer dizer: apenas 11% dos leitores realizam o processo discursivo de leitura da **reescritura** e ocupam a **posição-autor** quando reescrevem TO.

É interessante também observar que, enquanto a retomada dos enunciados com reticências no interior do texto pode não ocorrer (32% dos leitores não retomam o enunciado 1 e 48% não retomam o enunciado 2), essa retomada sempre ocorre quando se trata do último enunciado, isto é, do enunciado com o qual o autor “termina” seu texto.

Isto nos mostra que, ao reescrever, a totalidade dos leitores compreende que ali o discurso foi suspenso, que aquele é um espaço de interpretação. Por isso, 100% desses leitores assumem – inconscientemente – a tarefa que lhes é oferecida, retomam esse enunciado e interpretam aquele silêncio, mostrando como esse silêncio significa. E, ao fazer isso, revelam que o silêncio representado pelas reticências significa, para eles – em 89% dos casos – o mesmo que significa para o sujeito-autor.

Esta constatação nos prova que o espaço lacunar representado pelas reticências não é lugar onde “qualquer” sentido possa ser produzido, mas, ao contrário, nos mostra que há sentidos que ficam pairando sobre esse espaço, sentidos que o leitor parece apenas resgatar.

Vejamos como isso se dá no texto sinalizado pela interrogação.

TEXTO 2: ARC E OS ECONOMISTAS

Em relação a esse texto, nosso corpus foi constituído por 140 reescritas.

I - ENUNCIADO 1: “O QUE FAZEM OS ECONOMISTAS? FAZEM ECONOMIA?...”

1- manutenção do sentido (recorte1):	68%
2- começando a deslocar os sentidos (recorte2):	5%
3- deslocando mais os sentidos (recorte 3):	2%
4- sem retomada do enunciado:	25%

II – ENUNCIADO 2: “ENTENDE?”

1- manutenção do sentido (recorte1):	57%
2- começando a deslocar os sentidos (recorte2):	0%
3- deslocando mais os sentidos (recorte 3):	2%
4- sem retomada do enunciado:	41%

III- ENUNCIADO 3: “ISSO SERVE PARA QUÊ? MELHORA A VIDA DA POPULAÇÃO?”

1- manutenção do sentido (recorte1):	50%
2- começando a deslocar os sentidos (recorte2):	5%
3- deslocando mais os sentidos (recorte 3):	4%
4- sem retomada do enunciado:	41%

IV- ENUNCIADO 4: “E ACERTAM?”

1- manutenção do sentido (recorte1):	52%
2- começando a deslocar os sentidos (recorte2):	1%
3- deslocando mais os sentidos (recorte 3):	2%
4- sem retomada do enunciado:	45%

V- ENUNCIADO 5: “DESCULPE A INSISTÊNCIA, MAS ISSO SERVE PARA QUÊ?”

1- manutenção do sentido (recorte1):	76%
2- começando a deslocar os sentidos (recorte2):	1%
3- deslocando mais os sentidos (recorte 3):	2%
4- sem retomada do enunciado:	21%

Representando de outra forma, temos:

	Manutenção Releitura Sujeito-leitor	Deslizamentos Reescritura Posição-autor		
		Recorte 1	Recorte 2	Recorte 3
E 1	68%	5%	2%	25%
E 2	57%	0%	2%	41%
E 3	50%	5%	4%	41%
E 4	52%	1%	2%	45%
E 5	76%	1%	2%	21%

Este gráfico nos mostra que, em nosso corpus, a retomada de um enunciado com interrogação também conduz, predominantemente, à manutenção dos sentidos produzidos em TO, ou seja, nos revela que o processo discursivo da leitura predominante é a **releitura** e que os leitores, na maioria das vezes, assumem apenas a posição de **sujeito-leitor** e a **função-autor**.

Assim, 68% dos leitores mantêm o sentido produzido pelo enunciado 1 em TO, 57% mantêm o sentido do enunciado 2, 50% mantêm o sentido do enunciado 3, 52% mantêm o sentido do enunciado 4, e 76% mantêm o sentido do enunciado 5.

Também aqui, como podemos notar, a manutenção de sentido é maior – 76% – quando se trata da retomada do enunciado com o qual o sujeito-autor dá um efeito de fechamento em seu texto, ou seja, no enunciado com o qual o sujeito-autor “termina” seu texto.

Isto, de forma semelhante ao que verificamos nas reescritas do texto com reticências, nos mostra que, ao reescrever um texto com interrogação no final, a maioria os leitores compreende que aquele é um espaço de interpretação, um lugar de injunção ao dizer e que esse espaço lhes é diretamente dirigido, para que, ao preenchê-lo, produzam sentidos que não chegaram a ser expressos e que parecem faltar para que o sentido – por um efeito de ilusão – se complete.

Por isso, 79% desses leitores retomam esse enunciado e interpretam aquele silêncio representado pela interrogação, mostrando como tal silêncio significa.

E, ao fazer isso, revelam que o silêncio representado pela interrogação significa, para eles – em 76% dos casos – o mesmo que significa para o sujeito-autor.

Observamos também que, aqui, os índices de deslizamento são menores do que aqueles verificados nas reescritas dos enunciados com reticências.

Desta forma, se, naquele caso, chegamos a verificar um deslizamento de até 16% (no recorte 2, onde os deslizamentos são pequenos) e de 7% (no recorte 3, onde o deslizamento é um pouco maior), aqui os deslizamentos não passam da marca de 5% no recorte 2 e de 4% no recorte 3.

Isto significa que o processo discursivo de leitura a que denominamos de **reescritura** é menos freqüente na retomada do texto com interrogação do que no texto com reticências.

Esse fato nos permite pensar que, em nosso corpus, o silêncio instaurado pelo discurso em suspensão e representado pelas reticências é mais propício aos deslizamentos de sentido do que o silêncio instaurado pelo discurso de injunção representado pela interrogação.

Podemos notar também outra diferença entre a **reescritura** dos textos sinalizados pelas reticências e sinalizados pela interrogação. No primeiro caso, como já vimos, o último enunciado de TO é retomado em 100% das reescritas. O mesmo não ocorre, porém, com o texto sinalizado pela interrogação, em que 21% dos leitores não retomam o último enunciado.

Assim, podemos dizer novamente que, em nosso corpus, o discurso em suspensão representado pelas reticências conduz mais os leitores a manifestarem sua interpretação do que o discurso de injunção representado pela interrogação.

Todas essas constatações nos provam ainda que o espaço lacunar representado pela interrogação, assim como aquele representado pelas reticências, não é lugar onde “qualquer” sentido possa ser produzido, e é por isso que os leitores, em sua maioria, acabam retomando os sentidos produzidos em TO.

Vejamos, finalmente, como se dá a produção de sentidos na reescrita do texto não-sinalizado.

TEXTO 3 : A GRANDE FOGUEIRA

Nossas análises contaram com 110 reescritas desse texto.

I – ENUNCIADO 1: “Há uma grande fogueira sobre o solo pátrio, construída com as melhores lenhas da floresta: o MST..., a criminalidade..., a engrenagem da corrupção..., as manchas do desemprego..., a enorme insatisfação das classes médias com a deterioração dos serviços públicos..., a inércia dos poderes públicos...”.

1- Incidência de retomadas do enunciado:	67%
2- Manutenção do sentido (Recorte 4):	94%
3- Deslizamentos:	
Identificação com o discurso da ordem social (recorte 5):	2%
Identificação com o conformismo (recorte 6):	0%
Identificação com os menos favorecidos (recorte 7):	0%
4- Rupturas:	
Inscrição no discurso da ordem social(recorte 8):	0%
Suave inscrição no discurso dos menos favorecidos (recorte 9):	4%
Forte inscrição no discurso dos menos favorecidos (recorte 10):	0%

II – ENUNCIADO 2: As massas dispersas agem e reagem em função de impactos sobre elas. Acionam o instinto de sobrevivência quando se sentem ameaçadas. Os grupos organizados funcionam como pólos de mobilização e formação de opinião. Mas precisam de um motivo, uma causa, um discurso, para colocar em funcionamento sua capacidade organizatória. Nessa equação, os componentes causais apontam para a

violência, que é fruto da **miséria social** que deriva da extrema concentração de renda e da **disparidade social**, que, por sua vez, é decorrente de um **sistema democrático incapaz de proporcionar igualdade de oportunidades**. O dado é recente: o 1% mais rico da população ganha mais que os 50% mais pobres. Portanto, a situação remete para a **responsabilidade do governo.**”

1- Incidência de retomadas do enunciado:	27%
2- Manutenção do sentido (Recorte 4):	74%
3- Deslizamentos:	
Identificação com o discurso da ordem social (recorte 5):	13%
Identificação com o conformismo (recorte 6):	0%
Identificação com os menos favorecidos (recorte 7):	0%
4- Rupturas:	
Inscrição no discurso da ordem social(recorte 8):	0%
Suave inscrição no discurso dos menos favorecidos (recorte 9):	9%
Forte inscrição no discurso dos menos favorecidos (recorte 10):	4%

III – ENUNCIADO 3: “... o Movimento dos Sem-Terra, que expande ondas de pressão e violência por 20 Estados... Os sem-terra querem terra, crédito, uma reforma agrária justa. Estão exagerando quando invadem prédios públicos. Um Estado democrático não pode aceitar o império da desordem e da ilegalidade. Mas não se pode esquecer que eles agem em função de uma causa.”

1- Incidência de retomadas do enunciado:	19%
2- Manutenção do sentido (Recorte 4):	50%
3- Deslizamentos:	
Identificação com o discurso da ordem social (recorte 5):	0%
Identificação com o conformismo (recorte 6):	0%
Identificação com os menos favorecidos (recorte 7):	31%
4- Rupturas:	
Inscrição no discurso da ordem social(recorte 8):	13%
Suave inscrição no discurso dos menos favorecidos (recorte 9):	0%
Forte inscrição no discurso dos menos favorecidos (recorte 10):	6%

IV – ENUNCIADO 4: “A violência grassa nas cidades. O desemprego tem muito a ver com isso. Portanto, a política monetarista, comandada a ferro e fogo pelo xerife da economia, Pedro Malan, sob a aprovação de Fernando Henrique Cardoso, tem relação direta com a violência e o estado de insegurança social. As chacinas em série nas grandes cidades, as rebeliões de menores na Febem, em São Paulo, e os assaltos que se multiplicam por toda a parte se devem, ainda, à fragilidade das políticas públicas.”

1- Incidência de retomadas do enunciado:	31%
2- Manutenção do sentido (recorte 4):	65%
3- Deslizamentos:	
Identificação com o discurso da ordem social (recorte 5):	0%
Identificação com o conformismo (recorte 6):	0%
Identificação com os menos favorecidos (recorte 7):	0%
4- Rupturas:	
Inscrição no discurso da ordem social(recorte 8):	4%
Suave inscrição no discurso dos menos favorecidos (recorte 9):	22%
Forte inscrição no discurso dos menos favorecidos (recorte 10):	9%

V – ENUNCIADO 5: “A população se sente cercada pela desordem, pela ausência de leis, pela falta de autoridade. Ela aumenta suas taxas de indignação e descrença. E se afasta cada vez mais dos políticos. As conseqüências são graves para a democracia brasileira. A insatisfação acaba abrigando movimentos contestatórios com feição autoritária, sob a complacência social. Ou seja, a população, por falta de crença na

autoridade constituída, sente-se motivada a apoiar lideranças ou movimentos que ultrapassam os limites legais para defender seus interesses.”

1- Incidência de retomadas do enunciado:	52%
2- Manutenção do sentido (Recorte 4):	64%
3- Deslizamentos:	
Identificação com o discurso da ordem social (recorte 5):	0%
Identificação com o conformismo (recorte 6):	8%
Identificação com os menos favorecidos (recorte 7):	0%
4- Rupturas:	
Inscrição no discurso da ordem social(recorte 8):	0%
Suave inscrição no discurso dos menos favorecidos (recorte 9):	4%
Forte inscrição no discurso dos menos favorecidos (recorte 10):	24%

VI – ENUNCIADO 6: “O governo, neste momento, está tentando agir como bombeiro para apagar o fogo nos primeiros gravetos. Poderá até ser bem sucedido. Mas não terá como desarmar a fogueira, que continuará crescendo até o dia em que faltar lenha. E, enquanto ela estiver montada, será um convite para os fogueteiros de plantão. Que poderão provocar incêndios capazes de devastar a cultura da estabilidade econômica que germinou sob os auspícios do Real.”

1- Incidência de retomadas do enunciado:	12%
2- Manutenção do sentido (recorte 4):	0%
3- Deslizamentos:	
Identificação com o discurso da ordem social (recorte 5):	0%
Identificação com o conformismo (recorte 6):	20%
Identificação com os menos favorecidos (recorte 7):	20%
4- Rupturas:	
Inscrição no discurso da ordem social(recorte 8):	0%
Suave inscrição no discurso dos menos favorecidos (recorte 9):	0%
Forte inscrição no discurso dos menos favorecidos (recorte 10):	60%

Reunindo os enunciados, temos a seguinte representação:

	Manutenção	Deslizamentos			Rupturas			S/R
	Releitura Função-autor	Reescritura Posição-autor			Escritura Efeito-autor			
	R4	R5	R6	R7	R8	R9	R10	
E1	94%	2%	-	-	-	4%	-	33%
E2	74%		-	-	-	9%	4%	73%
E3	50%	-	-	31%	13%	-	6%	81%
E4	65%	-	-	-	4%	22%	9%	69%
E5	-	-	8%	-	-	4%	24%	48%
E6	-	-	20%	20%	-	-	60%	88%

O gráfico nos mostra que, também no caso das reescritas do texto não sinalizado, a manutenção do sentido de TO é expressiva: 94% no enunciado 1, 74% no enunciado 2, 50% no enunciado 3, 65% no enunciado 4, e 64% no enunciado 5. Porém, de forma diferente do que encontramos nos textos sinalizados, a ocorrência de deslizamentos de sentido é bem maior. Quer dizer: o processo discursivo da leitura, quando se trata de texto não-sinalizado, produz mais

reescrituras, e os leitores assumem mais a **posição-autor** do que quando reescrevem um texto sinalizado.

Assim, por exemplo, vemos 13% dos leitores deslizarem o sentido do enunciado 2, identificando-se com o discurso da ordem social; vemos 20% dos leitores deslizarem o sentido do enunciado 6, identificando-se com um conformismo que não está presente em TO; vemos 31% dos leitores deslizarem o sentido do enunciado 3, identificando-se com o discurso dos menos favorecidos. Se considerarmos que a **reescritura** dos textos sinalizados pelas reticências e pela interrogação geraram deslizamentos, em média, de 5%, isso é bem significativo.

Além disso, podemos observar que o processo discursivo da leitura do texto não-sinalizado abre espaço para as rupturas de sentido, coisa que não verificamos, em nenhum momento, nos textos sinalizados.

Assim, esse processo de leitura e de reescrita possibilita o surgimento do processo discursivo a que denominamos de **escritura**, e que é exclusivo, em nosso corpus, do texto não-sinalizado.

Deste modo, vemos, por exemplo, o rompimento de sentido que inscreve os leitores no discurso da ordem social – recorte 8 – acontecer em dois casos: 13% dos leitores rompem com o sentido de TO quando reescrevem o enunciado 3 e 4% rompem com o sentido quando reescrevem o enunciado 4.

De forma semelhante, o rompimento de sentido que vai na direção de uma suave inscrição dos leitores no discurso dos menos favorecidos – recorte 9 – acontece em 4% dos casos no enunciado 1, em 9% dos casos no enunciado 2, em 22% dos casos no enunciado 4, e em 4% dos casos no enunciado 5.

Mas é no recorte 10, que reúne as rupturas de sentido que vão na direção da forte inscrição dos leitores no discurso dos menos favorecidos, que encontramos os maiores percentuais: 4% no enunciado 2, 6% no enunciado 3, 9% no enunciado 4, 24% no enunciado 5, e 60% no enunciado 6.

Quer dizer: os leitores entram por esses enunciados não-sinalizados pelos sinais discursivos de pontuação, nem marcados pelo humor, e, através deles, saem para o interdiscurso, de onde retornam com outros dizeres, que já não cabem mais na mesma FD do sujeito-autor de TO.

Deste modo, acabam produzindo rupturas de sentido, desencadeiam o processo discursivo da leitura que denominamos de **escritura**, e produzem o **efeito-autor**.

A questão que se colocava na introdução desse estudo – se o lugar de autoria pode ser preenchido no âmbito da universidade – parece encontrar então sua resposta: a universidade pode ser lugar de autoria, sim.

Mas, como pudemos observar, a autoria não é um processo que se realiza da mesma maneira para qualquer sujeito, a autoria não é uma questão de tudo ou nada. Em outras palavras, a autoria

pode acontecer em maior ou menor grau, de acordo com o maior ou menor preenchimento desse lugar de leitor universitário.

Assim, o estudante que reproduz o que leu, assumindo como suas as palavras do autor do texto-origem, que desempenha apenas a função-leitor, pouco preenche o lugar de leitor e produz um grau zero de autoria: isso, como vimos, acontece bastante, tanto no processo da leitura de textos sinalizados quanto no processo da leitura do texto não-sinalizado.

Na realidade, isso nos mostra um grande grau de acomodação desses leitores, que se contentam em reproduzir sentidos. Mas, sobretudo, nos alerta para outro fato: talvez esse tenha sido o modo como a escola (e a universidade) formaram esses estudantes: como bons reprodutores de sentido.

Vimos também que o estudante que desloca os sentidos do texto-origem, ocupando uma posição-leitor, preenche mais o seu lugar de leitor e produz mais autoria: como observamos, isso ocorre mais no processo discursivo da leitura do texto não-sinalizado do que na leitura dos textos sinalizados.

Finalmente, o estudante que rompe com os sentidos postos no texto-origem, preenche definitivamente o seu lugar de leitor e produz o efeito-autor, ou seja, produz o seu lugar de autoria: como verificamos, em nosso corpus, somente o processo discursivo da leitura do texto não-sinalizado possibilita que isso aconteça.

Embora não seja a tônica geral, é possível constatar que a autoria pode, portanto, se produzir nos bancos universitários.

Não esqueçamos, porém, que não foram sujeitos ocupando a posição de *alunos* que produziram essa autoria, mas sujeitos que ocupavam um lugar social diferente: eram estudantes sendo convidados a serem parte fundamental de uma pesquisa. Nessa condição, sabiam que não seriam avaliados por seus erros, julgados por suas convicções ideológicas, crucificados por assumirem posições antagônicas ao texto que liam. Talvez isso tenha representado a possibilidade para a ruptura com os sentidos estabelecidos, a liberdade para a produção de autoria.

Será que esses mesmos estudantes, ocupando a posição de alunos, produziram também essas rupturas? Será que eles produziram autoria?

Para qualquer um que trabalhe com linguagem, e com a linguagem dos alunos, é algo para pensar e investigar.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como centro de interesse o estudo da **leitura** através de uma das formas possíveis de sua manifestação: a reescrita.

A execução do trabalho pautou-se em alguns questionamentos, explicitados na introdução, e seguiu um roteiro que compreende o referencial teórico que sustenta o estudo, os procedimentos

metodológicos que norteiam a análise e o exame efetivo de textos que se constituíram em reescritas de três textos específicos: “Experiência Nova”, “Arc e os economistas”, e “A grande fogueira”.

Decidimos também examinar a leitura e a reescrita em textos que apresentassem dois sinais de pontuação específicos: **reticências** e **interrogação**. Esses são os textos a que denominamos de **sinalizados**.

Optamos ainda por investigar esses sinais em textos que apresentassem outra característica: serem textos de **humor**.

Tal escolha nos impôs uma outra decisão: analisar reescritas de um texto que não apresentasse nem tais sinais de pontuação nem o humor. A esse texto denominamos de **não-sinalizado**.

A partir de nossas análises, pudemos então constatar que nosso corpus, constituído por reescritas de textos que fazem uso das reticências ou do ponto de interrogação, conjugados ao humor – **textos sinalizados** – e por reescritas de textos que não apresentam esses sinais de pontuação – **textos não-sinalizados** – revela ser o campo da **paráfrase**, entendida aqui como o espaço que reúne reformulações de um mesmo dizer, na mesma FD ou em FDs distintas, com assunção de uma mesma posição-sujeito ou de posições-sujeito diferentes.

Na análise dos **textos sinalizados**, verificamos **dois tipos de paráfrase** na ordem do discurso, que correspondem às duas maneiras de reescrever, de retomar o texto-origem.

Assim, denominamos de **paráfrase intradiscursiva com características de comentário** àqueles textos que, na leitura e na reescrita do texto sinalizado, inscrevem os sujeitos-leitores na mesma matriz de sentido em que se inscreve o sujeito-autor daquele texto. Este tipo de paráfrase corresponde à prática discursiva de leitura a que denominamos de **releitura**.

Ao segundo tipo de paráfrase denominamos de **paráfrase discursiva com características de glosa**, o que corresponde aos textos que, na leitura e reescrita de TO, inscrevem os sujeitos-leitores na mesma matriz de sentido em que se inscreve o sujeito-autor, mas acusam alguma manutenção e algum deslizamento de sentido em relação ao texto-origem. Este tipo de paráfrase corresponde à prática discursiva da leitura a que denominamos de **reescritura**.

Nesse tipo de paráfrase – a **reescritura** – pudemos verificar ainda que os sentidos, mesmo não sendo transformados, podiam derivar em duas direções diferentes. Isso nos levou a outra constatação: a de que é possível considerar a existência de **diferentes graus de deslizamentos de sentido**, ou seja, é possível dizer que, pela prática discursiva da leitura e da reescrita de textos sinalizados pelos sinais discursivos das reticências e da interrogação, conjugados ao humor, diferentes leitores podem produzir efeitos de sentidos diferentes, em menor ou maior grau, assumindo diferentes posições-sujeito, mas sem romperem com o sentido dominante, sem mudarem de formação discursiva.

Perceber que os sujeitos-leitores atuavam sobre as reticências ou sobre a interrogação ratificou nossa concepção inicial de que tais sinais de pontuação são lacunas discursivas, e que, enquanto sinais da incompletude do discurso, são compreendidos como silêncio pelos leitores, que acabam por interpretar esse silêncio.

Dessa forma, podemos dizer que as lacunas são da ordem da produção do discurso, são da responsabilidade de quem as produz, ou seja, são da ordem do sujeito-autor. O preenchimento dessas lacunas, no entanto, é da ordem da leitura e da responsabilidade do sujeito-leitor.

Vimos então que a conjugação desses **sinais discursivos de pontuação – reticências e interrogação** – com a **marca discursiva do humor**, na reescrita, possibilita que os sentidos se mantenham iguais ou deslizem, mas não possibilita que os sentidos se transformem, não contribui para que haja a ruptura com esses sentidos e a inscrição dos sujeitos-leitores em uma outra matriz de sentido.

E, se isso ocorre, é porque, ao empregar as reticências ou a interrogação, conjugados ao humor, o sujeito-autor produz sentidos que ficam pairando sobre esses sinais de pontuação. Quer dizer: de uma certa forma, a direção dos sentidos já está dada. E é por isso que os leitores apenas resgatam, em maior ou menor grau, esses sentidos.

Podemos dizer então que mudam as propriedades discursivas desses sinais – as reticências são um **discurso em suspensão**, a interrogação é um **discurso de injunção** – mas o processo de sua leitura é semelhante, variando apenas as formas de preenchimento da incompletude e do silêncio que esses sinais representam.

Dessa forma, tais sinais discursivos, nesse corpus, são possíveis espaços de manutenção ou de deslizamento de sentidos, o que significa dizer que são fontes de diferentes gestos de interpretação. Mas não de rupturas, não de deriva.

No processo da leitura a que denominamos de **releitura**, então, os leitores, ao lidarem com as lacunas representadas pelas reticências ou pela interrogação – sinais da incompletude do discurso – reproduzem os sentidos do texto-origem, operam mais sobre a materialidade lingüística e acabam por dizer aquilo que o autor não precisou dizer, porque disse sem dizer.

Na **releitura**, portanto, dizemos que os leitores produzem preenchimentos discursivos, que se constituem somente como um “a mais” ao que o autor disse.

Para nós, esse “a mais” que se acrescenta pelo processo de produção da leitura representa uma **incisa**, ou seja, um preenchimento da lacuna significativa materializada pelas reticências ou pela interrogação, preenchimento que representa a forma como os leitores compreendem o silêncio instaurado por tais sinais discursivos de pontuação.

Neste caso, que é o da **releitura**, da **paráfrase intradiscursiva**, denominamos o preenchimento de **preenchimento intradiscursivo**, ou seja, uma **incisa intradiscursiva**.

Ressaltamos, no entanto, que “intradiscursivo”, aqui, é o efeito, pois esse “a mais” vem de um lugar extratextual, ou seja, vem do interdiscurso. O “intradiscursivo”, portanto, está determinado pelo dizer da FD, isto é, está determinado pela região do interdiscurso onde TO se inscreve.

Já na prática discursiva da leitura e da **reescritura** esses sinais possibilitam que o interdiscurso se atravesse no texto dos sujeitos-leitores, mas não criam muitas condições – na medida em que apontam para um sentido já construído pelo sujeito-autor por meio de uma desqualificação e desconsideração com o discurso-outro – para que esses sujeitos-leitores modifiquem o sentido estabelecido.

A prática discursiva da **reescritura**, como vimos, revela ainda dois processos.

No primeiro processo, ao realizar os preenchimentos das lacunas materializadas pelas reticências ou pela interrogação, os leitores produzem pequenos deslizamentos de sentidos. Esses **preenchimentos discursivos** se revelam também como um “a mais” ao que o autor disse, isto é, como incisivas, mas, como permitem o atravessamento do interdiscurso no processo da leitura, os denominamos de **incisas discursivas**.

No segundo processo, ao efetuar os preenchimentos das lacunas materializadas pelas reticências ou pela interrogação, os leitores produzem fortes deslizamentos de sentidos. Assim, o leitor não diz apenas o que já pairava sobre as reticências, mas, pela sua inscrição ideológica, a sua leitura deriva para outros sentidos, de forma que ele não trabalha com uma incompletude repleta de sentidos previsíveis.

Neste caso, podemos dizer que a incompletude é da ordem da **elipse discursiva**. Quer dizer: o leitor lida com uma incompletude da ordem da elipse, com sentidos que vêm de uma região diversa do interdiscurso, e então desliza os sentidos em uma direção, da mesma forma que um outro leitor poderia deslizá-los numa outra direção de sentidos.

Como foi possível observar, no capítulo 4, esses deslizamentos de sentido não são muito freqüentes.

No texto sinalizado pelas reticências, por exemplo, há um percentual de, no máximo, 16% para os pequenos deslizamentos e de, no máximo, 4% para os deslizamentos maiores. E no texto sinalizado pela interrogação esse percentual diminui para, no máximo, 5% para os pequenos deslizamentos e, no máximo, 4% para os maiores deslizamentos.

A prática discursiva da **reescritura**, portanto, revela um processo em que o sujeito-leitor, ao interagir com o efeito-texto que constitui o texto-origem, estabelece uma forte relação com o sujeito-autor e com as outras vozes, invisíveis, mas presentes ali. Nessa relação, o interdiscurso se

projeta sobre o efeito-texto produzido pelo sujeito-autor e, embora introduza outros efeitos de sentido, fazendo deslizar os sentidos de TO, isso não é suficiente para que os sentidos lá produzidos sejam transformados, não é suficiente para que aconteça uma ruptura de significação.

Assim, se eles *dizem*, acabam dizendo o que, de alguma maneira, *já significava*. Quer dizer: os leitores dizem, de maneiras diferentes, os sentidos que já podiam, de alguma maneira, estar inscritos naquele silêncio, naquela lacuna significante.

Estranho jogo esse, que limita o que, a princípio, parecia ser infinito.

Já na análise dos **textos não-sinalizados**, verificamos **três tipos de paráfrase** na ordem do discurso, que correspondem às três maneiras de reescrever, de retomar o texto-origem.

Assim, da mesma forma que fizemos com os textos sinalizados, denominamos de **paráfrase intradiscursiva com características de comentário** àqueles textos que, na leitura e na reescrita do texto não-sinalizado, inscrevem os sujeitos-leitores na mesma matriz de sentido em que se inscreve o sujeito-autor daquele texto. Este tipo de paráfrase corresponde também à prática discursiva de leitura a que denominamos de **releitura**.

Ao segundo tipo de paráfrase, seguindo a terminologia empregada na análise dos textos sinalizados, denominamos de **paráfrase discursiva com características de glosa**, o que corresponde aos textos que, na leitura e reescrita de TO, inscrevem os sujeitos-leitores na mesma matriz de sentido em que se inscreve o sujeito-autor, mas acusam alguma manutenção e alguns deslizamentos de sentido em relação ao texto-origem. Este tipo de paráfrase corresponde à prática discursiva da leitura a que denominamos de **reescritura**.

Ao terceiro tipo de paráfrase, denominamos de **paráfrase interdiscursiva**, na qual encontramos os textos que, na leitura e reescrita do texto-origem, inscrevem os sujeitos-leitores em uma matriz de sentido diferente daquela em que se inscreve o sujeito-autor, ou seja, inscrevem os textos em outra formação discursiva. Este tipo de paráfrase corresponde à prática discursiva da leitura a que denominamos de **escritura** e, como podemos perceber, só acontece, nesse corpus de estudo, na reescrita de textos não-sinalizados.

Como podemos perceber pelas análises e pelos gráficos apresentados no capítulo 4, mesmo nos textos não-sinalizados, essa não é a tônica, ou seja, o processo da leitura que produz a **escritura** é muito menos freqüente do que os demais processos, o da **releitura** e o da **reescritura**.

A leitura, então, produz **preenchimentos interdiscursivos** e **incisas interdiscursivas**.

De preenchimentos interdiscursivos, designamos então aqueles preenchimentos que, produzidos por sujeitos-leitores que por estabelecem uma relação de contra-identificação com a formação discursiva em que se inscreve o dizer de TO, inscrevem-se em uma outra região do interdiscurso, em uma outra matriz de sentido, em uma outra FD.

Não se trata mais de um preenchimento que reproduz o dizer de TO – como acontece na **releitura** – nem de um preenchimento que desloca esse dizer, sem, contudo, mudar de FD – como acontece na **reescritura**.

O preenchimento interdiscursivo rompe com o dizer e com a FD em que se inscreve TO.

A incisa interdiscursiva, nesta medida, representa um “a mais” que preenche, que se acrescenta ao dizer do sujeito-autor, mas um “a mais” que vem de outro lugar, de outra região do interdiscurso.

Constatamos, dessa forma, que a **paráfrase interdiscursiva**, ou seja, a **escritura**, é o espaço, nesse corpus de estudo, da **deriva**. Ou seja: é o espaço das rupturas, das transformações dos sentidos.

Tais rupturas de sentido não acontecem quando os sujeitos-leitores reescrevem o texto sinalizado pelas reticências ou o texto sinalizado pela interrogação.

Este fato nos mostrou que tais sinais de pontuação, ao invés de instalarem uma “liberdade sem limites” – uma vez que silenciam, que deixam de dizer, abrindo espaço para que o dizer do outro se instale – acabam por ser o lugar do mesmo, ou, no máximo, de deslizamentos de sentido.

Como é possível perceber, estamos estabelecendo limites que separam os deslizamentos da deriva dos sentidos. Para nós, os deslizamentos constituem-se em alterações dos sentidos de TO, mas não em sua transformação. Nesta perspectiva, as mudanças de sentidos – os deslizamentos – inscrevem-se na mesma matriz de sentido, na mesma FD do sujeito do discurso, enquanto que as rupturas – a deriva – inscrevem-se em outra matriz de sentido, em uma FD diferente.

Assim, diríamos que tais sinais de pontuação criam a ilusão de uma liberdade que, de fato, não existe, pois a ausência de palavras está impregnada de sentidos. O sujeito-leitor parece compreender esse paradoxo, e isso o inibe, o impede de romper com os sentidos ali postos, de produzir transformações, de inscrever-se em uma formação discursiva diferente daquela em que se inscreve o sujeito-autor. O máximo que ele se permite, então, é fazer com que os sentidos deslizem, mas na mesma FD.

Diante disso, somos levados a admitir que a presença de tais sinais de pontuação, ao sinalizar materialmente um lugar de acesso do leitor ao texto, orienta não só os pontos de entrada no texto como a interpretação, e propicia a manutenção dos sentidos.

Como vimos, o humor sobre o qual se constituem esses textos também contribui para que isso ocorra. E isso porque o humor – ao estabelecer uma espécie de brincadeira com a realidade – já aponta para outros sentidos, sentidos a mais, que ficam subjacentes ao texto. Quer dizer: é próprio do humor querer dizer algo a mais do que está sendo dito, colocar em jogo mundos distintos, desqualificar o discurso-outro.

Desse modo, quando o humor é empregado em conjugação com as reticências ou a interrogação, parece saltar aos olhos do leitor que aquele lugar sinalizado é o lugar onde esses sentidos produzidos pelo humor circulam, que é o espaço onde eles se fazem presentes.

É então com esses sentidos que o leitor opera e é com eles que ele cruza os “seus” sentidos, produzindo a leitura. O que acontece, então, na maior parte dos casos, é que os leitores resgatam esse sentido, pelo viés da pontuação, e, ao fazê-lo, mantêm – reproduzindo o sentido de TO, agindo principalmente sobre a materialidade lingüística – ou deslizam – produzindo alterações de sentidos, menores ou maiores, com atravessamento do interdiscurso – os sentidos já produzidos, sem, contudo, produzir rupturas ou mudar de FD.

Quando se trata de reescrever um texto não-sinalizado por tais sinais discursivos, no entanto, pudemos observar que os sujeitos-leitores entram no texto por lugares diversos e não previamente determinados e, por meio deles, saem para o interdiscurso, de onde retornam, produzindo sua leitura.

No caso analisado, vimos que os leitores saem para o interdiscurso através de **negações, metáforas, enunciados divididos, indeterminações**. Tais ocorrências funcionam discursivamente como um viés para que os leitores firmem sua posição-sujeito, assumam sua tomada de posição. Por isso, fomos levados a considerá-las como **marcas discursivas**.

As marcas discursivas, na perspectiva que adotamos, são de uma ordem diferente da dos sinais discursivos, que são representados pelos sinais de pontuação e podem ser visualizados no texto, pois se constituem a partir de uma materialidade gráfica que expõe esses sinais ao olhar de todos os leitores. Não há como não percebê-los, portanto (embora nem todos os leitores os percebam da mesma forma). As marcas discursivas, ao contrário, não são denunciadas pelo sujeito-autor. Elas estão ali, mas depende do sujeito-leitor percebê-las ou não.

As marcas discursivas, desse modo, espalham-se pelo texto, sem nada que denuncie sua presença. É somente pelo processo da leitura, pelo trabalho único de cada leitor, que elas emergem, que elas se revelam como lugar de produção de sentidos. Sentidos que se mantêm, que se deslocam, mas que também podem se transformar, ocasionando rompimentos, rupturas na rede de significações materializada pelas reescritas.

Tais rupturas, ressaltamos novamente, não ocorrem, em nosso corpus de estudo, no processo da leitura de textos sinalizados pelas reticências ou pela interrogação, o que nos permite reafirmar que tais sinais discursivos, conciliados ao humor, ao invés de abrirem espaço para “qualquer coisa”, apontam certos sentidos para os leitores e acabam funcionando discursivamente como barreiras para as transformações, para o acesso mais livre dos leitores ao texto.

A ausência desses sinais e da marca discursiva do humor, ao contrário, permitem que os leitores entrem em TO por pontos não previsíveis, não estabelecidos a priori. O leitor, diante dessa maior liberdade, torna-se capaz de produzir rupturas, de criar sentidos que não haviam sido criados pelo sujeito-autor, de produzir níveis mais elevados de autoria.

Queremos ressaltar ainda que todos os tipos de paráfrase a que nos referimos aqui – intradiscursiva, discursiva e interdiscursiva – são formas de repetição. E, ao dizer isso, acreditamos que se torna evidente que, na nossa perspectiva, a repetição – e a paráfrase – não significa apenas dizer a mesma coisa de uma outra forma, o que implicaria sempre a manutenção do sentido. Quer dizer: para nós, há repetição – e paráfrase – mesmo quando ocorrem os deslizamentos e as transformações do sentido.

Tal posição nos afasta de uma abordagem lingüística de paráfrase e nos aproxima de Courtine (1981), que concebe a paráfrase como uma configuração particular que abriga a contradição entre dois domínios de saber de FDs antagônicas, ou seja, a reformulação do dizer que constrói redes de formulação do dito. Em outras palavras: para Courtine, a paráfrase suporta uma oposição entre posições-sujeito que remete ao interdiscurso e caracteriza os enunciados divididos, isto é, a presença de saberes antagônicos em um mesmo enunciado discursivo.

Assim, a paráfrase, para nós, assim como para Courtine, não implica sempre a reprodução de um mesmo dizer e de uma mesma posição-sujeito, mas aceita os deslizamentos e a deriva dos sentidos e permite a oposição entre posições-sujeito oriundas de uma mesma formação discursiva ou de formações discursivas diferentes.

Com isso, ratificamos também um pressuposto teórico da Análise do Discurso – que tem na noção de repetição um dos seus principais fundamentos – e segundo o qual toda repetição significa diferentemente, pois ela se dá sempre sob condições de produção diversas.

Diante disso, reconhecemos nas reescritas, tanto dos textos sinalizados quanto dos textos não-sinalizados, **três** tipos de repetição: a repetição que mantém sentidos já postos, a repetição que desloca sentidos, e a repetição que transforma esses sentidos.

No primeiro caso, temos a **repetição lingüístico-discursiva**, que, para nós, pode ser **definida** como a repetição que, mesmo sendo discursiva, se produz, essencialmente, sobre o intradiscorso, sobre a materialidade lingüística, e que, por isso, faz com que os sentidos vão na mesma direção de TO, ou seja, é a repetição que não produz novos sentidos, que os mantêm inalterados, puramente no nível do mesmo.

Esse é o caso da **paráfrase intradiscursiva** e do processo discursivo da leitura denominado de **releitura**.

No segundo caso, temos a **repetição discursiva**, que, na nossa concepção, pode ser definida como a repetição em que o interdiscurso se atravessa na leitura, provocando deslizamentos de sentido, mas que inscreve os leitores na mesma matriz de sentido do sujeito-autor. Assim, os deslizamentos alteram as formulações, mas não rompem com os sentidos produzidos em TO.

É o caso da **paráfrase discursiva** e do processo discursivo da leitura a que denominamos de **reescritura**.

No terceiro caso, temos a **repetição interdiscursiva**, que definimos como a repetição em que o interdiscurso se atravessa e se sobrepõe de tal forma ao intradiscurso que os sentidos derivam e acabam por se transformar, por se tornarem outros. Neste caso, os dizeres dos leitores não cabem mais na mesma FD do sujeito-autor, e eles, então, “pulam” para outra formação-discursiva.

É o que denominamos de **paráfrase interdiscursiva** e de **escritura**.

Os diferentes tipos de repetição constituem-se, assim, em diferentes processos de leitura, ou seja, em diferentes formas de os sujeitos-leitores retomarem o texto-origem e, ao mesmo tempo, manifestam as formas como os sujeitos se relacionam com a escrita.

A partir disso, vamos dizer então que, em nosso corpus, tanto a **repetição lingüístico-discursiva** representada pela **paráfrase intradiscursiva** e pela **releitura**, quanto a **repetição discursiva** representada pela **paráfrase discursiva** e pela **reescritura**, quanto a **repetição interdiscursiva** representada pela **paráfrase interdiscursiva** e pela **escritura** revelam **movimentos de interpretação** dos sujeitos-leitores que, ao reescreverem o texto-origem, mantêm, deslizam ou rompem com os sentidos produzidos em TO. Tais tipos de paráfrase mostram o modo como a escrita é produzida e como ela se inscreve nas redes discursivas de formulação.

Mas, para nós, esses movimentos, por serem de natureza diferente, imprimem efeitos também diferentes à interpretação.

Assim, vamos dizer que os processos discursivos de leitura denominados de paráfrase intradiscursiva – **releitura** – e de paráfrase discursiva – **reescritura** – por somente manterem (no primeiro caso) ou deslizarem (no segundo caso) os sentidos, sem ocasionarem rupturas em relação a TO, podem ser considerados como **gestos interpretativos**.

O gesto interpretativo, dessa forma, revela a assunção, pelos sujeitos-leitores, de um grau inicial de autoria – na **releitura** – ou de um grau intermediário – na **reescritura** – de autoria. Mas não os afasta totalmente de TO.

Assim, no **gesto interpretativo** representado pela **releitura** o sujeito-leitor assume somente a **função-autor**, que, para nós, representa o leitor que apenas retoma sentidos já postos, reproduzindo-os e com eles identificando-se plenamente. Ao fazer isso, ele toma como suas as palavras do sujeito-autor, que representa aquele que, apenas por um efeito de ilusão, está na origem

do texto que desencadeia o processo discursivo da leitura. Esse leitor que assume a função-autor, portanto, inscreve-se na mesma formação discursiva e assume a mesma posição-sujeito desse sujeito-autor. Ao fazer isso, produz apenas um nível inicial de autoria. Esse é um dos modos de inscrever-se nas redes discursivas de formulação, presentes no interdiscurso.

Processo semelhante acontece no **gesto interpretativo** representado pela **reescritura**, em que o sujeito-leitor assume a **posição-autor**, que, na nossa concepção, representa o sujeito-leitor que, produzindo um nível intermediário de autoria, retoma os sentidos produzidos pelo sujeito-autor e os desloca, identificando-se com uma outra posição-sujeito, mas se mantendo na mesma FD desse sujeito-autor. Esse é outro modo de inscrever-se nas redes discursivas de formulação.

Por outro lado, o processo discursivo de leitura denominado de paráfrase interdiscursiva – **escritura** – por produzir transformações, rupturas de sentido em relação a TO (o que implica a mudança de formação discursiva), pode ser concebido como um **evento interpretativo**.

O evento interpretativo, portanto, representa, para nós, a possibilidade de que os sujeitos-leitores produzam o **efeito-autor**, isto é, que produzam um elevado nível de autoria, saindo da posição de meros reprodutores de sentido, tomando posições, produzindo contra-discursos, causando rupturas, inscrevendo-se em outras matrizes de sentido. E este, seguramente, é ainda um modo distinto de inscrever-se nas redes discursivas de formulação.

Desta forma, no **evento interpretativo** que representa o processo de leitura de TO que resulta em uma **escritura**, o efeito de sentido produzido pela retomada não é mais o mesmo, não é mais um deslizamento de TO, mas é outro sentido. Por isso, os sentidos produzidos por este tipo de leitura não cabem mais na formação discursiva na qual se inscreve o sujeito-autor do texto que, ilusoriamente, deu origem a todo esse processo.

Tudo isso nos permite reconhecer, nesse corpus de estudo, **diferentes graus de autoria**, que decorrem dos diferentes trabalhos discursivos de leitura e de escrita.

A autoria, para nós, portanto, não é uma questão de tudo ou nada, mas de graus, e varia em função da forma com que o sujeito-leitor, pela reescrita, revela sua tomada de posição em relação ao texto que lê, sua forma de inscrição nas redes de formulação e o modo como reescreve.

Assim, o sujeito-leitor que faz uma **repetição lingüístico-discursiva**, que produz uma **releitura**, e assume apenas a **função-autor**, produz um **grau zero de autoria**.

Já o leitor que faz uma **repetição discursiva**, que produz uma **reescritura**, assumindo uma **posição-autor**, produz um **grau intermediário de autoria**.

E, finalmente, o sujeito-leitor que faz uma **repetição interdiscursiva**, criando uma **escritura** e um **efeito-autor**, produz um **grau avançado de autoria**.

Ao falarmos em graus de autoria, estamos levando em conta o fato de que os textos produzidos pelos sujeitos-leitores nascem, embora ilusoriamente, em outro texto. Quer dizer: além de todos os outros textos e de todos os outros discursos que permeiam os textos e o discurso dos sujeitos-leitores, não há como não considerar que existe um outro texto, bem específico, que está na base do processo da reescrita. Ou seja: os textos aqui analisados não surgem por iniciativa de leitores que, munidos somente de suas histórias de leituras, resolvem produzir um texto. Nossos textos são retomadas, têm um ponto de partida concreto (embora isso constitua uma ilusão). Desse modo, não podemos tomá-los, ao considerar sua autoria, da mesma forma que tomamos, por exemplo, os textos que deram início às reescritas.

Por isso, consideramos adequado falar em graus de autoria, que correspondem a diferentes graus de leitura: grau inicial de autoria = releitura; grau intermediário de autoria = reescrita; grau avançado de autoria = escritura.

Procurando fazer um resumo de todas as nossas conclusões, podemos chegar então a um quadro representativo. Temos então, para os **textos sinalizados**:

	RELEITURA	REESCRITURA
Portas de acesso a TO	Sinais discursivos de pontuação	Sinais discursivos de pontuação
Relação com o sentido de TO	Manutenção	Deslizamentos (pequenos ou grandes)
Paráfrase	Intradiscursiva	Discursiva
Preenchimentos	Intradiscursivos	Discursivos
Incisas	Intradiscursivas	Discursivas
Repetição	Intradiscursiva	Discursiva
Interpretação	Gesto interpretativo	Gesto interpretativo
Grau de autoria	Zero	Intermediário
Tipo de autoria	Função-autor	Posição-autor

Podemos então reafirmar, através desse quadro, que, quando reescrevem os textos sinalizados, os leitores produzem a manutenção do sentido – **releitura** – e, no máximo, deslizamentos de sentido – **reescritura**.

Mas, como demonstraram nossas análises, não é isso que acontece com os textos não-sinalizados. Vejamos:

2) TEXTOS NÃO-SINALIZADOS:

	RELEITURA	REESCRITURA	ESCRITURA

Portas de acesso a TO	Marcas discursivas	Marcas discursivas	Marcas discursivas
Relação com o sentido de TO	Manutenção	Deslizamentos	Rupturas
Paráfrase	Intradiscursiva	Discursiva	Interdiscursiva
Preenchimentos	Intradiscursivos	Discursivos	Interdiscursivos
Incisa	Intradiscursiva	Discursiva	Interdiscursiva
Repetição	Intradiscursiva	Discursiva	Interdiscursiva
Interpretação	Gesto interpretativo	Gesto interpretativo	Evento interpretativo
Grau de autoria	Zero	Intermediário	Avançado
Tipo de autoria	Função-autor	Posição-autor	Efeito-autor

Através desse quadro, podemos ratificar a concepção de que, quando reescrevem o texto não-sinalizado, os leitores conseguem romper com os sentidos estabelecidos em TO e alcançar um outro processo discursivo de leitura: a **escritura**.

Todas essas constatações, fruto de nossas análises, nos permitem, finalmente, reafirmar que a leitura é um processo de reprodução e de produção de sentidos.

Ao analisar textos produzidos por sujeitos-leitores, esperamos ter demonstrado, que, nesse processo, esses sujeitos – determinados ideologicamente, submetidos a um efeito da memória discursiva, e munidos de suas histórias de leituras – pelo processo discursivo da leitura, determinam a direção dos sentidos em seu trabalho discursivo de leitura.

Ao finalizar esta tese, esperamos ter abordado questões relevantes para aqueles que se interessam teoricamente por texto e por leitura, e, principalmente, para aqueles que estudam essas questões sob a perspectiva teórica da Análise do Discurso.

Ao escolher trabalhar com a pontuação sob tal perspectiva teórica, sabíamos que estávamos entrando em terreno novo, estranho à Análise do Discurso, e, portanto, que teríamos um caminho difícil pela frente.

Optar pela pesquisa desses sinais de pontuação em textos reescritos por estudantes constituía um outro desafio. A realização do trabalho, no entanto, à medida que desvendava os segredos dos textos, da leitura e da escrita, nos dava a certeza de ter escolhido um bom campo para estudo.

Espero, assim, que este estudo – assim como vários outros, realizados em todos os cantos do país, por professores que, como eu, não abandonam seu idealismo – possa servir ao fim que se propõe: fazer avançar a pesquisa e produzir conhecimento.

Espero, ainda, que o futuro me permita encontrar estudantes menos descrentes em relação à realidade, menos pessimistas com o futuro do país.

Mas desejo, principalmente, encontrar estudantes que se assumam como leitores e que ousem desafiar a reprodução, enveredando-se pelo caminho da produção da leitura e do avançado nível de autoria e capazes de inscreverem seus textos no campo da **escritura**.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM**

**DA RELEITURA À ESCRITURA
UM ESTUDO DA LEITURA PELO VIÉS DA PONTUAÇÃO**

Marilei Resmini Grantham

**Dra. Freda Indursky
Orientadora**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a
obtenção do título de Doutor em Estudos de Linguagem.**

Porto Alegre

2001

BIBLIOGRAFIA

- ACHARD, Pierre. Memória e Produção Discursiva do Sentido. In: ACHARD, Pierre [et al.] *O papel da memória*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999, p. 11-22.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- AUTHIER- REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive; éléments pour une approche de l'autre dans de discours. *DRLAV, Revue de Linguistique*, n.26, 1982, p.91-151.
- _____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, nº 19, jul/dez 1990, p. 25-42.

- _____. Hétérogénéités et ruptures. Quelques repères dans le champ énonciatif. In: PARRET, Herman. *Le sens et ses hétérogénéités*. Paris: Éditions du Centre de la Recherche Scientifique, 1991.
- _____. Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio. In: ORLANDI, Eni . [et al.]. *Gestos de leitura: da história do discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994, p.253-277.
- _____. *Palavras Incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1981.
- _____. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 6ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.
- _____. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARTHES, Roland. *O Grau Zero da Escritura*. São Paulo: Editora Cultrix, 1953.
- BERGSON, Henri. *O Riso: ensaio sobre o significado do cômico*. Lisboa: Guimarães Editores, 1980.
- BORGES, Luiz C. A busca do inencontrável: uma missão politicamente (in)correta. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, (31), Jul/Dez. 1996, p. 109-125.
- BREAL, Michel. *Ensaio de Semântica: ciência das significações*. São Paulo: EDUC, 1992.
- CASTIM, Fernando. *Princípios básicos de Semântica*. Recife: FASA, 1983.
- CATACH, Nina. Présentation. *Langue Française*, v.45, fev. 1980, p. 3-7.
- _____. La Ponctuation. *Langue Française*, v.45, fev. 1980, p. 16-27.
- CATTELAN, João Carlos. Matrix!?. In: GREGOLIN, Maria do Rosario & BARONAS, Roberto (org.). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos, São Paulo: Claraluz, 2001, p. 125-143.
- CERQUIGLINI, Bernard. Les signes obscurs du folio. In: *La Ponctuation*. Journées de L'Association Freudienne Internationale. n° 18, 14 -15 de junho de 1997, p.63-68.
- CHACON, Lourenço. *Ritmo da Escrita: uma organização do heterogêneo da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- COURTINE, Jean Jacques. Analyse du discours politique. *Langages*, Paris: Larousse, v.62, 1981, p. 0-128.
- _____. Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. *Philosophiques*, v.9. n.2, 1982, p.239-64.
- _____. O Chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, Freda & LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999, p.15-22.
- COURTINE, J.J. & MARANDIN, J.M. Quel objet pour l'analyse du discours? In: *Matérialités discursives*. Colloque à l'Université Paris X-Nanterre (1980). Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981.
- DAVIDSON, Donald. O que as metáforas significam. In: SACKS, Sheldon. *Da Metáfora*. São Paulo, EDUC, Pontes, 1992, p.35-52.
- DUBOIS, Jean [et al.]. *Retórica Geral*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- DUCROT, Oswald. *Princípios de Semântica Lingüística (dizer e não dizer)*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- _____. *Les mots du discours*. Paris: Ed. De Minuit, 1980.
- _____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- FONAGY, Ivan. Pour une sémantique des signes de ponctuation. In: *La Ponctuation*. Journées de L'Association Freudienne Internationale, n° 18, 14 -15 de junho de 1997, p.191-209.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- _____. *A ordem do discurso*. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

- _____. *O que é um autor?* Lisboa: Ed. Passagens, 1982.
- FRASER, B. The interpretation of novel metaphors. In: ORTONY, A. *Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, p. 92-123.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 26ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.
- FREUD, Sigmund. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1969.
- GADET, Françoise. La double faille. In: *Actes du Colloque de Sociolinguistique de Rouen*, 1978.
- GALLO, Solange Leda. *Discurso da Escrita e Ensino*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. *Texto: como apre(e)nder essa matéria?* 1994. Tese (Doutorado em Lingüística). UNICAMP, Campinas, São Paulo.
- _____. *O que é textualização?* Universidade do Sul de Santa Catarina, 1999 (não publicado).
- GARCIA, Tirza Myga. *O funcionamento da comparação no discurso irônico de Luis Fernando Veríssimo*. 2000. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). UFRGS, Porto Alegre.
- GERALDI, João Wanderley. *O texto na sala de aula*. 2ª ed. Cascavel : ASSOESTE, 1984.
- _____. *Portos de passagem*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIN, Maria do Rosario & BARONAS, Roberno (org.). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos, São Paulo: Claraluz, 2001, p. 60-78.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e Argumentação*. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- _____. *Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP : Pontes, 1995.
- HALLIDAY, M. A. K. *Cohesion in English*. Londres: Longman, 1976.
- HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- INDURSKY, Freda. Relatório Pinotti: O jogo polifônico das representações no ato de argumentar. IN: GUIMARÃES, Eduardo. *História e Sentido na Linguagem*. São Paulo: Pontes, 1989, p.93-128.
- _____. *A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise do discurso presidencial da terceira república brasileira*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- _____. A prática discursiva da leitura. In: ORLANDI, Eni. (org.). *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998, p.189-200.
- _____. Reflexões sobre a linguagem: da Bakhtin à Análise do Discurso. In: *Língua e Instrumentos Lingüísticos*, nº 4/5. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2000 (a), p.69-88.
- _____. A função enunciativa do porta-voz no discurso sobre o MST. In: *Alea: estudos Neolatinos*. Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas, Faculdade de Letras, UFRJ, v.2, n.2. Rio de Janeiro, 2000 (b), p.17-26.
- _____. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: INDURSKY, Freda & CAMPOS, Maria do Carmo. *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000 (c), p.70-81.
- _____. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: PEREIRA, Aracy Ernest & FUNCK, Susana Bornéo. *Leitura e Escrita como práticas discursivas*. Pelotas: EDUCAT, 2001, p.27-42.
- KATO, Mary. *O aprendizado da leitura*. São Paulo, Martins Fontes, 1985.
- KLEIMAN, Angela. *Leitura: ensino e pesquisa*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- _____. *Oficina de Leitura: teoria e prática*. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

- LAJOLO, Marisa. O texto não é pretexto. In: ZILBERMAN, Regina (org.) *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982, p.51-62.
- LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. A antiética da vantagem e do jeitinho na terra em que Deus é brasileiro (o funcionamento discursivo do clichê no processo de constituição da brasilidade). In : ORLANDI, Eni. *Discurso Fundador; a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.
- _____. *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 2000.
- LEFFA, Vilson. Perspectivas no estudo da leitura: texto, leitor e interação social. In: Leffa, Vilson & PEREIRA, Aracy E. *O ensino da leitura e produção textual*. Pelotas: Educat, 1999, p.13-38.
- LORENCEAU, Annette. La ponctuation au XIX siècle. In: *Langue Française*, v.45, fev. 1980, p. 50-59.
- MAINGUENEAU, Dominique. Le langages en suspens. *DRLAV*, 34-35, 1986, p. 77-94.
- _____. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas, SP : Pontes : Editora da UNICAMP, 1989.
- MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa; os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Campinas: Editora da Unicamp, Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- MARTINS, Eleni Jacques. *Enunciação e Diálogo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 13ª ed., 1991.
- MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- NUNES, José Horta. Aspectos da forma histórica do leitor brasileiro na atualidade. In: ORLANDI, Eni. (org.). *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998, p.25-46.
- ORLANDI, Eni. A Análise do Discurso: algumas observações. In: *D.E.L.T.A.*, vol.2, nº 1, 1986, p.105-126.
- _____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Terra à Vista: discurso de confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, Ed. Unicamp, 1990.
- _____. *Discurso e Leitura*. 3ª ed. São Paulo: Cortez: Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993 (a).
- _____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993 (b).
- _____. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1996.
- _____. *A leitura e os leitores*. São Paulo: Pontes, 1998.
- _____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, São Paulo, 1999.
- ORLANDI, Eni & GUIMARÃES, Eduardo. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. In: ORLANDI, Eni. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993, p-53-73.
- PASCHOAL, Maria Sofia Zanotto de. Em busca da elucidação do processo de compreensão da metáfora. In: PONTES, Eunice. *A metáfora*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, 115-130.
- PARRET, Herman. *Enunciação e Pragmática*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- PÊCHEUX, Michel (1969). Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET & HAK (org). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990, p.61-162.
- _____. A Análise de Discurso: três épocas (1983). In: GADET & HAK (org). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990, p.311-318.
- _____. Remontémos de Foucault a Spinoza. In: *El discurso político*. Universidad Nacional Autonoma de México & Editorial Nueva Imagen. México, 1980, p.181-200.
- _____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.

- _____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni. *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994, p.55-66.
- _____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 1990.
- _____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre [et al]. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999, p.49-58.
- PÊCHEUX & FUCHS (1975). A propósito da Análise Automática do Discurso. In : GADET & HAK (org). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990, p.163-252.
- PÊCHEUX, Michel. & GADET, Françoise. *La Lengua de nunca acabar*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.
- PFEIFFER, Claudia Regina Castellanos. *Que autor é esse?* 1995.Dissertação (Mestrado em Lingüística), UNICAMP, Campinas, SP.
- PEREIRA, Sibélius Cefas. Leitura como produção. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, (38), Jan/jun. 2000, p. 71-78.
- PERROT, Jean. Ponctuation et fonctions linguistiques. In: *Langue Française*, v.45, fev. 1980, p. 67-76.
- POSSENTI, Sírio. *Os humores da língua: análises lingüísticas de piadas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.
- PRANDI, Michel. Figures Textuelles du Silence: l'exemple de la réticence. In : PARRET, Herman. *Le sens et ses hétérogénéités*. Paris: Éditions du Centre de la Recherche Scientifique, 1991, p.155-173.
- PROPP, Vladímir. *Comicidade e Riso*. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- REY, Alain. La Pratique de la ponctuation. In: *La Ponctuation*. Journées de L'Association Freudienne Internationale. nº 18, 14 -15 de junho de 1997, p. 31-37.
- ROCHA, Iúta Lerche Vieira. O sistema de pontuação na escrita ocidental: uma retrospectiva. In: *D.E.L.T.A*, vol. 13, nº 1, 1997, p.83-117.
- RODRIGUEZ, Carolina. Sentido, interpretação e história. In: ORLANDI, Eni.(org.). *A Leitura e os Leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998, p.47-58.
- ROMUALDO, Edson Carlos. *Charge jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de São Paulo*. Maringá: Eduem, 2000.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1993.
- SEARLE, John. *Os atos de fala*. Coimbra: Livraria Almedina, 1981.
- SÉRIOT, Patrick. Langue russe et discours politique soviétique: analyse des nominalisations. *Langages*, Paris, Larousse. V.81, mars, 1986, p.11-42.
- SERRANI, Silvana. *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. São Paulo, Campinas: Ed. Unicamp, 1993.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. *O ato de ler*. 3ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.
- _____. *Elementos de Pedagogia da leitura*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- SOUZA, Pedro de. No excesso de leitura a deflação do leitor. In: ORLANDI, Eni. *A Leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998, p.127-138.
- TEIXEIRA, Terezinha Marlene Lopes. *A presença do outro no UM*. 1998. Tese (Doutorado em Letras), PUCRS, Porto Alegre, RS.
- TOURNIER, Claude. Historie des idées sur la ponctuation. In: *Langue Française*, v.45, fev. 1980, p. 28-40.
- VAL, Maria da Graça Costa. *Redação e Textualidade*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- VENEDINA, L. G. La triple fonction de la ponctuation dans la phrase: syntaxique, communicative et sémantique. In: *Langue Française*, v.45, fev. 1980, p. 60-66.

TEXTOS:

- VERÍSSIMO, Luís Fernando. *Comédias da vida pública: 226 crônicas datadas*. Porto Alegre: L&PM, 1995.
- REVISTA VEJA, 28 de julho de 1999.
- ZERO HORA, 05 de maio de 2000.

GRAMÁTICAS:

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 13ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1961.
- BARBOZA, Jeronymo Soares. *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1830.
- _____. *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*. 6ª ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1875.
- BARROS, Enéas Martins de. *Gramática da Língua Portuguesa*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 19ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 4ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1956.
- CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1975.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Luís F. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DIAS, A. Epiphany da Silva. *Grammatica Portuguesa Elementar*. Lisboa: Livraria Escolar, 1887.
- LEME, Odilon Soares. *Assim se escreve... Gramática – Assim escreveram... Literatura*. São Paulo: EPU, 1981.
- LIMA, Rocha. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1972.
- LUFT, Celso Pedro. *Moderna Gramática Brasileira*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1978.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Expositiva*. 106ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- RIBEIRO, Júlio. *Grammatica Portuguesa*. 6ª ed. São Paulo: Typographia da C. Industrial de São Paulo, 1900.
- RIBEIRO, João. *Grammatica Portuguesa*. 16ª ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1911.
- SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- SANTOS, Volnyr. *Português Contemporâneo: gramática, interpretação de textos*. 3ª ed. Porto Alegre: Sagra, 1988.
- SAVIOLI, Francisco Platão. *Gramática em 44 lições*. São Paulo: Ática, 1983.

DICIONÁRIO:

- HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

